



PROGRAMA
FRONTEIRA
INTEGRADA



Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

PRODUTO 1

PANORAMA GERAL

Diagnósticos socioeconômicos, com base em informações secundárias, referentes aos Estados do Arco Norte e Rondônia.

Execução:



Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Fronteiras da Amazônia Arco Norte e Rondônia

PRODUTO 1

PANORAMA GERAL

Diagnósticos socioeconômicos, com base em informações secundárias, referentes aos Estados do Arco Norte e Rondônia

Fevereiro, 2025

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA
(Contratante)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
(Entidade Executora Nacional do Projeto de Cooperação Técnica)

Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/23/002 - MIDR_GOVERNANÇA REGIONAL
E TERRITORIAL / Edital n. 099/2024

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR

Waldez Góes – Ministro de Estado

Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial

Adriana Melo Alves – Secretária Nacional

Equipe Técnica

Vitarque Lucas Paes Coelho

Coordenador Geral de Gestão do Território

Diane da Silva Leme

Auxiliar Administrativa

Rodolfo Calmon de Castro

Coordenador de Gestão do Território

Alex Rosa Campani

Estagiário

Patrícia Sousa e Silva

Secretária

Larissa Andreza Costa Peniche

Consultora contratada pelo IICA

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM

Claudia Ferraz

Superintendente Geral do IBAM

Henrique Barandier

Coordenador da área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA)

Equipe Técnica

Alexandre Santos

Supervisão Institucional

Eduardo Rodrigues Marins

Coordenação de Geoprocessamento

Henrique Barandier

Coordenação Geral e Coordenação Técnica

Louise Storni

Coordenação de Mobilização e Articulação

Jessica Ojana

Coordenação Técnica

Equipe de Especialistas

Alberto Costa Lopes

Especialista Sênior – Arquitetura e Urbanismo

Luciana Hamada

Gestão Climática e Infraestrutura

Fernanda Ferreira

Especialista Sênior – Geografia

Rosimere de Souza

Migração e Segurança

Bernardo Mercante Marques

Especialista Sênior – Ciências Sociais

Karin Segala

Desenvolvimento Social e Infraestrutura

Clarice Antoun

Economia

Ewerton Antunes

Comunicação Social

Paulo Timm

Administração Pública

Jenifer Castro

Estagiária

Marcus Alonso Ribeiro Neves

Direito

Flavia Lopes

Apoio Administrativo

Priscila Oquioni

Direito

Lista de Abreviaturas e Siglas

AC	Acre
ACT	Acordos de Cooperação Técnica
AdaptaBrasil	Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima
AM	Amazonas
AMs	Áreas Militares
AP	Amapá
APA	Área de Proteção Ambiental
API	Arranjo Populacional Internacional
APL	Arranjos Produtivos Locais
APs	Áreas Privadas
AssRs	Assentamentos Rurais
BEN	Balanço Energético Nacional
CAL	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CNBio	Comissão Nacional de Bioeconomia
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTD	Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal
DACREDEN	Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENaFron	Estratégia Nacional de Fronteira
EPE	Empresa de Pesquisas Energéticas
ERB	Estações Rádio Base
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FCP	Fundação Cultural Palmares
FICO	Ferrovia de Integração do Centro-Oeste
FOB	Free on Board "livre a bordo"
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GDR	Gestão de Riscos e Desastres
GEE	Gases de Efeito Estufa
GGIF	Gabinetes de Gestão Integrada para a Segurança na Fronteira
GSI PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Indicador de Capacidade Municipal

IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IFRR	Instituto Federal de Roraima
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRs	Imóveis Rurais
ISA	Instituto Socioambiental
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MIDR	Ministério Integração e do Desenvolvimento Regional
MIN	Ministério da Integração Nacional
MLA	Programa Mais Luz para a Amazônia
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MME	Ministério de Minas de Energia
MPF	Ministério Público Federal
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MW	Megawatt
NEIFRO	Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia
NESAM	Núcleo de Estudos Socioambientais do Amazonas
NIFFAM	Núcleo de Faixa de Fronteira do Amazonas
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
OTs	Outras Terras
PA	Projeto de Assentamento
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PaCTAS	Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões
PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativista
PDIFF	Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
PEVS	Pesquisa de extração vegetal e silvicultura
PFI	Programa Fronteiras Integradas
PIB	Produto Interno Bruto
PLPT	Programa Luz para Todos

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAP	Plano Nacional da Pesca Artesanal
PNDBio	Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNFron	Política Nacional de Fronteiras
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PPA	Plano Plurianual
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
RAD	Relatório Anual de Desmatamento
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RENCA	Reserva Nacional do Cobre e Associados
RESEX	Reservas Extrativistas
RO	Rondônia
RR	Roraima
SAGAE	Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos
SDR	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEDECTI/AM	Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - Amazonas
SEEG	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
SEJUSP/AP	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPOG/RO	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Rondônia
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
SIN	Sistema Interligado Nacional
SINCRE	Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros
SISOL	Sistemas Isolados
SisVuClima	Sistema de Vulnerabilidade Climática
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STI	Sistema de Tráfego Internacional
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCU	Tribunal de Contas da União
TIs	Terras Indígenas
TQs	Territórios Quilombolas
UC	Unidades de Conservação
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFAC	Universidade Federal do Acre

UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFAP	Universidade Federal do Amapá
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
VA	Valor Adicionado
VIGIAGRO	Vigilância Agropecuária Internacional
WWF	World Wildlife Fund

Lista de Figuras

Figura 1 - Marco Legal das Fronteiras.....	17
--	----

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - População por Estados da Fronteira Arco Norte e Rondônia – 2000,2010 e 2022	38
Gráfico 2 - População por Capitais da Fronteira Arco Norte e Rondônia – 2000,2010 e 2022	39
Gráfico 3 - População urbana e rural das capitais localizadas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	41
Gráfico 4 - População urbana e rural das cidades gêmeas do Arco Norte e Rondônia	41
Gráfico 5 -Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade nos estados do Arco Norte e Rondônia (%).....	43
Gráfico 6 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade nas Cidades Gêmeas (%).....	43

Lista de Mapas

Mapa 1 - Macrodivisão da Faixa de Fronteira terrestre brasileira.....	20
Mapa 2 - Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas do Arco Norte e Rondônia, no Arco Central	21
Mapa 3 – Divisão Sub-regional dos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	23
Mapa 4 – Arranjos populacionais internacionais (APIs) e cidades gêmeas.....	30
Mapa 5 - Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas do Arco Norte e Rondônia	34
Mapa 6 - População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia	36
Mapa 7 - Taxa de crescimento anual da população (2010 – 2022).....	40
Mapa 8 - Grau de urbanização dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia	42

Lista de Quadros

Quadro 1 - Organização da Faixa de Fronteira por estados, subregiões e municípios.....	24
Quadro 2 – Cidades Intermediadoras na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	27

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População por Estado e nas suas respectivas Faixas de Fronteira (2022)	33
Tabela 2 - Localização das Sedes dos Municípios e População por Estado (2022)	35
Tabela 3 - População dos setores censitários localizados dentro da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	35
Tabela 4 - População das cidades gêmeas nacionais e internacionais.....	37

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
MARCO LEGAL DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA.....	14
CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	20
REGIONALIZAÇÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA	22
INTEGRAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS.....	28
CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA.....	33
CRESCIMENTO POPULACIONAL.....	38
GRAU DE URBANIZAÇÃO	40
ALFABETIZAÇÃO	42
EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA	44
EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO	121
EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL.....	167
EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	232
EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA	249
SÍNTESES E DESTAQUES	287
ANEXOS E REFERÊNCIAS.....	301

APRESENTAÇÃO

Este documento consiste no primeiro produto relativo ao Contrato N. 22400030, celebrado entre Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), cujo objeto é assessoria especializada para a elaboração dos Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e apoio à estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, sob coordenação do Ministério Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), a cargo da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR/MIDR).

Trata-se do documento técnico contendo os diagnósticos socioeconômicos dos territórios e cidades fronteiriças, essencial para o processo de trabalho e construção da leitura dos territórios, tendo por objetivo principal reunir e organizar informações e dados secundários sobre a Faixa de Fronteira Amazônica, bem como analisar a realidade local a partir dos grandes temas associados à política de integração da fronteira brasileira. É importante considerar que este é um documento de um processo em curso e que pretende organizar informações, tendo em vista a elaboração dos PDIFFs. Evidentemente, as abordagens assumidas indicam preocupações que deverão ser objeto de propostas. E ao serem discutidas as propostas, possivelmente aspectos do diagnóstico terão que ser analisados mais profundamente e/ou melhor compreendidos.

Exatamente pelo seu caráter de subsídio ao processo de elaboração dos PDIFFs, o diagnóstico foi construído como um panorama geral, mais do que um diagnóstico aprofundado dos temas envolvidos, que deverá servir como material de referência para a realização das Oficinas de Planejamento Territorial e elaboração de propostas. As análises aqui desenvolvidas poderão ser aperfeiçoadas à medida que ocorrerem as trocas com os setores governamentais, as organizações da sociedade civil e agentes sociais que tenham interesse em participar dos debates. Com a realização das oficinas poderão ser consolidados também documentos por estado, para melhor apoiar a conformação da carteira de projetos de cada um.

A Faixa de Fronteira é uma região de interseções de disputas e projetos que incidem de modos distintos no território. O trabalho aqui desenvolvido tem os planos estaduais como produto final. Entretanto as dinâmicas socioeconômicas e as condicionantes ambientais não são circunscritas a limites políticos administrativos, o que se reflete na estrutura deste documento a partir dos eixos temáticos, ainda que sempre se buscando iluminar aspectos mais relevantes em cada estado. Dessa forma, opera-se em diferentes escalas simultaneamente, de modo a compreender

os diferentes processos e os impactos locais, bem como oferecer subsídios para se pensar políticas públicas integradas que equilibrem o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental, respeitando as especificidades de cada território.

A Faixa de Fronteira do Brasil abrange a área de 150km ao longo da fronteira, de norte a sul, subdividida em Arcos Norte, Central e Sul. A área objeto deste trabalho engloba o Arco Norte e o estado de Rondônia, que integra o Arco Central, compreendendo a chamada Faixa de Fronteira terrestre amazônica, que se estende pelo território de 97 Municípios, em 6 unidades da federação. A região do Arco Norte, formada pelos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre, destaca-se por suas características singulares, marcadas pela diversidade cultural, pela presença de vastas áreas de floresta pública e terras indígenas e por sua importância estratégica para o desenvolvimento nacional. O estado de Rondônia, embora tenha sido alocado no Arco Central devido a particularidades na base produtiva e em indicadores socioeconômicos, está integralmente no bioma Amazônia, tendo sido incluído no escopo do trabalho.

Coexistem nesta região espaços territoriais especialmente protegidos, como terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos, intercalados com áreas de grande urbanização. A presença de grupos indígenas e populações tradicionais reforça essa diversidade, mesmo fora das terras legalmente atribuídas, compondo um mosaico territorial complexo.

A extensão territorial da fronteira nessa região é, certamente, um desafio para monitoramento e gestão. Essa realidade evidencia a necessidade de fortalecer e aproximar a administração pública das demandas locais, buscando compreender as dinâmicas socioeconômicas no território e conciliar estratégias de desenvolvimento local com a preservação da sociobiodiversidade da região, de modo a favorecer, pela combinação dessas duas dimensões, tanto a segurança na fronteira como a integração com os países vizinhos.

Considerando a estruturação dos planos de fronteira, o presente documento foi organizado a partir dos grandes eixos temáticos que deverão orientar a realização das oficinas de planejamento. Desta forma, o documento está organizado nos seguintes tópicos:

- Marco Legal da Faixa de Fronteira Brasileira
- Caracterização Geral
- Análise por Eixos Temáticos

- ET 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática
- ET 2: Infraestrutura para o Desenvolvimento
- ET 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social
- ET 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
- ET 5: Integração Regional, Migrações e Segurança
- Síntese e Destaques
- Anexo e Referências Bibliográficas

MARCO LEGAL DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 1979 pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980. A lei estabelece como Faixa de Fronteira, indispensável à Segurança Nacional, a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, § 2º, apontou o caráter estratégico e a importância das fronteiras para a defesa do território nacional e em 1991, foi determinada como competência do Conselho de Defesa Nacional (CDN) a proposição de “critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira”.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010 foram desenvolvidos diversos debates e estudos técnicos que subsidiaram a elaboração de propostas para enfrentar os múltiplos problemas sociais existentes nos municípios que formam esse extenso território nacional. Um dos principais documentos de referência é a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, elaborado em 2005, pelo Grupo Retis do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a liderança da professora Lia Osorio Machado, para o então Ministério da Integração Nacional.

Em 2009, a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, apresentou estratégias de implementação para um *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF* e em 2010, foi elaborado o documento *Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira*, juntamente com outros ministérios, como Defesa, Turismo, Fazenda e incluindo representando do Fórum de Governadores da Amazônia Legal e da Frente Nacional de Prefeitos.

A partir de 2011, uma série de leis e decretos que tratam sobre planos e programas sobre as fronteiras foram instituídos. O primeiro deles, o decreto nº 7.407/2011 instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras que, entretanto, não foi levado a diante.

Entre 2015 e 2016¹, no âmbito de uma auditoria operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), foi realizada uma avaliação de governança de políticas públicas em fortalecimento da faixa de fronteira, que resultou na elaboração de acordos que

¹ Vale destacar que no mesmo período, entre 2015 e 2017, o MIN, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou diversas oficinas sobre o tema das fronteiras, consolidando insumos para estruturação de projetos em diversos estados nos três arcos.

apontavam a necessidade de uma coordenação de Fronteira centralizada com maior alcance, integração e monitoramento.

Em resposta, foi instituído o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, conforme Decreto 8.903/2016², com o propósito de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços. Como órgão de governança foi instituído um Comitê Executivo do programa, que hoje é composto 18 órgãos de 8 ministérios, além do Ministério Público Federal. A coordenação das ações do Comitê-Executivo é realizada pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), por meio de seu Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (DACREDEN).

Uma das resoluções do PPIF foi o estabelecimento da participação dos Estados baseada em instrumentos de cooperação entre os ministérios participantes e os órgãos federais que compõem o Programa, além da instituição de seus Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), considerando a importância da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal de governo para a realização de um trabalho integrado.

No âmbito do Ministério de Integração Regional, foi criada, em 2010, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF)³. A Comissão tem, entre suas competências, propor ações que visem ao desenvolvimento regional que considerem a importância de programas para a integração fronteiriça e para a integração sul-americana e apresentar planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços. À CDIF também compete a interação com núcleos estaduais estabelecidos para debater questões de desenvolvimento e integração fronteiriços em cada estado.

Já em 2019 foi institucionalizada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), através do Decreto nº 9.810/2019 com a finalidade de reduzir desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, sendo a faixa de fronteira considerada como uma sub-região especial de escala da abordagem da política de desenvolvimento.

Em 2020, o MIDR chegou a atualizar o Manual para os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs), material que apresenta diretrizes gerais de incentivo a criação de núcleos a se repensarem enquanto instituições e se reconhecerem como atores

² O decreto nº 11.273, de 5 de dezembro de 2022, alterou o Decreto nº 8.903/2016, com atualizações sobre a atuação de unidades da administração pública federal para execução do PPIF.

³ A CDIF foi revisada no decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019.

centrais e aliados federativos no estímulo ao progresso sociopolítico e econômico da região fronteiriça.

Finalmente, em 2024, foi criada a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) que ampliou o escopo da política de fronteiras com vistas não só a promoção da segurança nacional, mas também do desenvolvimento sustentável, da integração regional, dos direitos humanos, cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras, de modo a orientar as ações do Poder Executivo federal para a atuação coordenada com os entes federativos e com as instituições privadas. A política ressalta a interdependência entre esses eixos e distribui suas responsabilidades entre quatro ministérios: o Ministério da Defesa (responsável pelo eixo I - segurança), o Ministério das Relações Exteriores (eixo II - integração regional), o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (eixo III - desenvolvimento sustentável) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (eixo IV - direitos humanos, cidadania e proteção social).

A PNFRon institui os seguintes instrumentos de sua política:

- I - a Estratégia Nacional de Fronteira (ENaFron);
- II - os planos decorrentes da ENaFron;
- III - o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, de que trata o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016;
- IV - a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, instituída pelo Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019;
- V - as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, subordinadas ao Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o disposto no Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023; e
- VI - o Comitê Federal de Assistência Emergencial, de que trata o Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021.

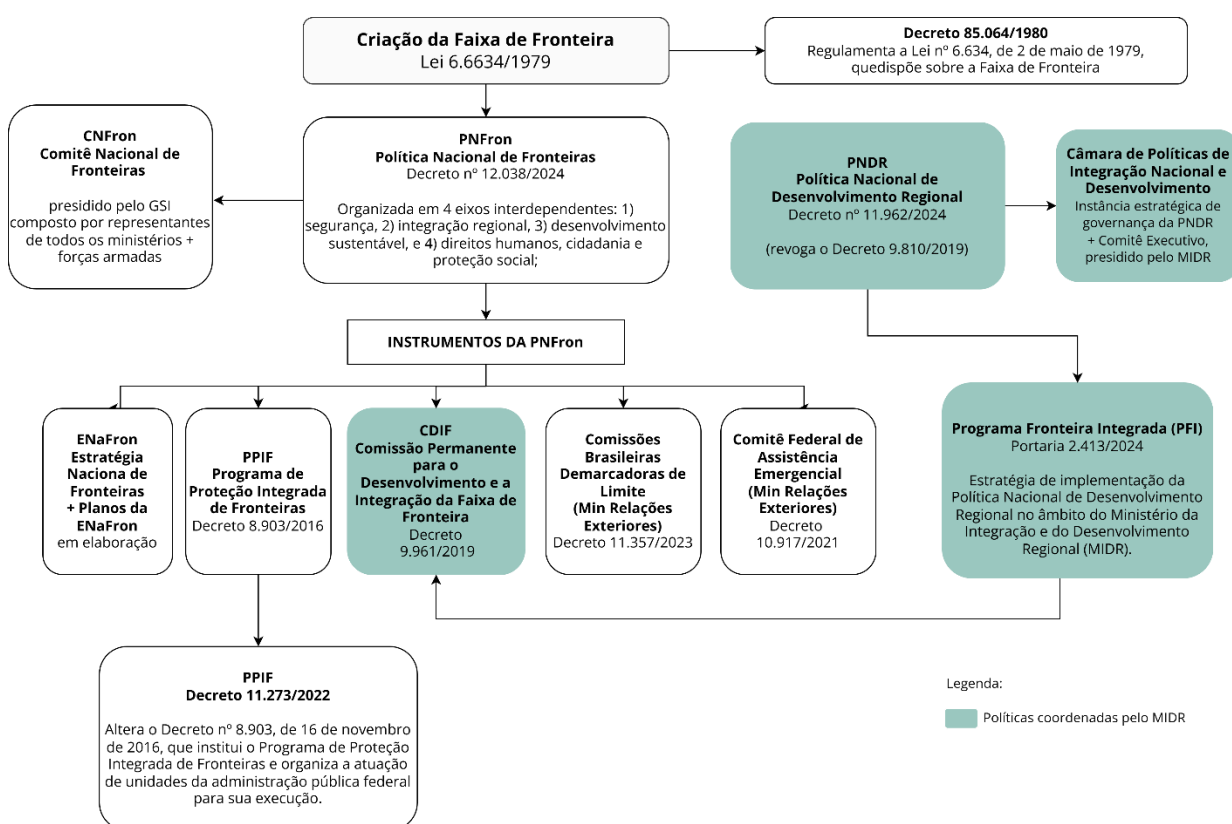
A estrutura de governança criada no âmbito da PNFRon foi o Comitê Nacional de Fronteiras, que é presidido pelo GSI/PR e composto por 28 ministérios, além de quatro órgãos do Poder Executivo Federal. Cabe ao CNFRon coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Fronteiras, além de sugerir a elaboração de planos decorrentes da Estratégia Nacional de Fronteiras, que orientem as ações dos órgãos e das entidades nas fronteiras. Ao CNFRon compete ainda promover a articulação e a cooperação interinstitucional nos temas definidos pelos eixos

estruturantes da Política, zelando pela interdependência e complementariedade das ações estratégicas em prol das fronteiras brasileiras.

Também em 2024, a PNDR foi atualizada, mantendo a Faixa de Fronteira como uma subregião especial da política. Na sequência, o MIDR lançou o Programa Fronteiras Integradas (PFI), como estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Política Nacional de Fronteiras. O PFI tem como objetivo geral o incentivo ao desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, geração de trabalho e renda por meio de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional sustentável que beneficiem as populações localizadas nas regiões de fronteira.

O Fluxograma a seguir reúne as principais informações sobre o marco legal vigente das fronteiras e as interações entre as diferentes políticas, programas e projetos sobre o tema:

Figura 1 - Marco Legal das Fronteiras



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

As recentes alterações dos marcos legais e institucionais da Faixa Fronteira, em especial com a aprovação do novo marco da PNFRon, revelam algumas sobreposições de iniciativas e até de estruturas de governança que devem ser observadas. Parece corresponder a um processo, provavelmente ainda inconcluso, de definições de papéis dos diferentes órgãos do próprio governo federal que está ligado também à compreensão da própria questão da fronteira.

Nesse sentido, Garzon (2024) aponta, corretamente, que “o marco legal instituído ora dá peso na questão da segurança nacional, ora no desenvolvimento sustentável”⁴. Diante deste cenário e considerando o caráter transversal da atuação do governo no tema das fronteiras, o autor analisa os atributos e competências do marco regulatório, identificando os seguintes gargalos e desafios para a efetivação das políticas de fronteira:

- “Sobreposição continuada de Marcos Regulatórios, evidenciada pela regência de transversalidades inerentes às políticas nacionais e setoriais de cada ministério em um marco de gestão agregado à compressão do marco normativo da CDIF no interior de um marco paralelo proposto pela PNFRon, como observado no Artigo 15º do Decreto 12.038.
- Desarticulação multiescalar entre as diretrizes pautadas pelo CDIF e as normativas municipais e estaduais, especialmente as políticas públicas de ordenamento territorial em nível municipal.
- Limitações quanto à integração entre órgãos governamentais, sobretudo no atingimento da coordenação das prefeituras envolvidas pela Faixa de Fronteira, refletindo na dificuldade de enfrentar de forma eficaz os problemas e gargalos da Região, aliado ao foco desproporcional em questões de segurança em detrimento do desenvolvimento e integração.
- Limitações das capacidades institucionais e operacionais, considerando a hierarquização de prioridades e abordagens, além da sobreposição e lacunas na atuação devido à falta de definição clara das competências e responsabilidades.

⁴ Trabalho realizado no âmbito de uma consultoria individual através do Projeto de cooperação técnica MIDR- IICA BRA/IICA/13/001 voltada à análise de políticas públicas territoriais e governança visando o desenvolvimento regional sustentável na Faixa de Fronteira terrestre da Região Amazônica.

- Baixa participação dos órgãos públicos nos colegiados e falta de comprometimento com as reuniões e ações planejadas conjugada com a falta de uma ferramenta eficaz de comunicação e gerenciamento.
- Baixa alocação de recursos e poder decisório limitado, além de deficiências de apoio e recursos nas unidades das agências públicas na fronteira.
- Desalinhamento Estratégico na programação orçamentária das ações pertinentes aos diversos atores governamentais." (Garzon, 2024)

O movimento de elaboração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) que foram assinados recentemente parecem trabalhar no sentido de dirimir alguns dos paralelismos entre os marcos regulatórios e seus programas. O ACT MIDR/GSI/2024, celebrado entre Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) busca atuar no sentido de estabelecer objetivos comuns e promover atividades conjuntas na promoção das políticas de fronteira. No âmbito do escopo deste trabalho, que envolve os estados do Arco Norte e Rondônia, há de considerar também ACT MIDR/CAL/2023, parceria do MIDR com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL), que tem por objeto a pactuação de uma agenda de desenvolvimento regional, com foco em projetos no segmento de Bioeconomia e na elaboração dos PDIFFs.

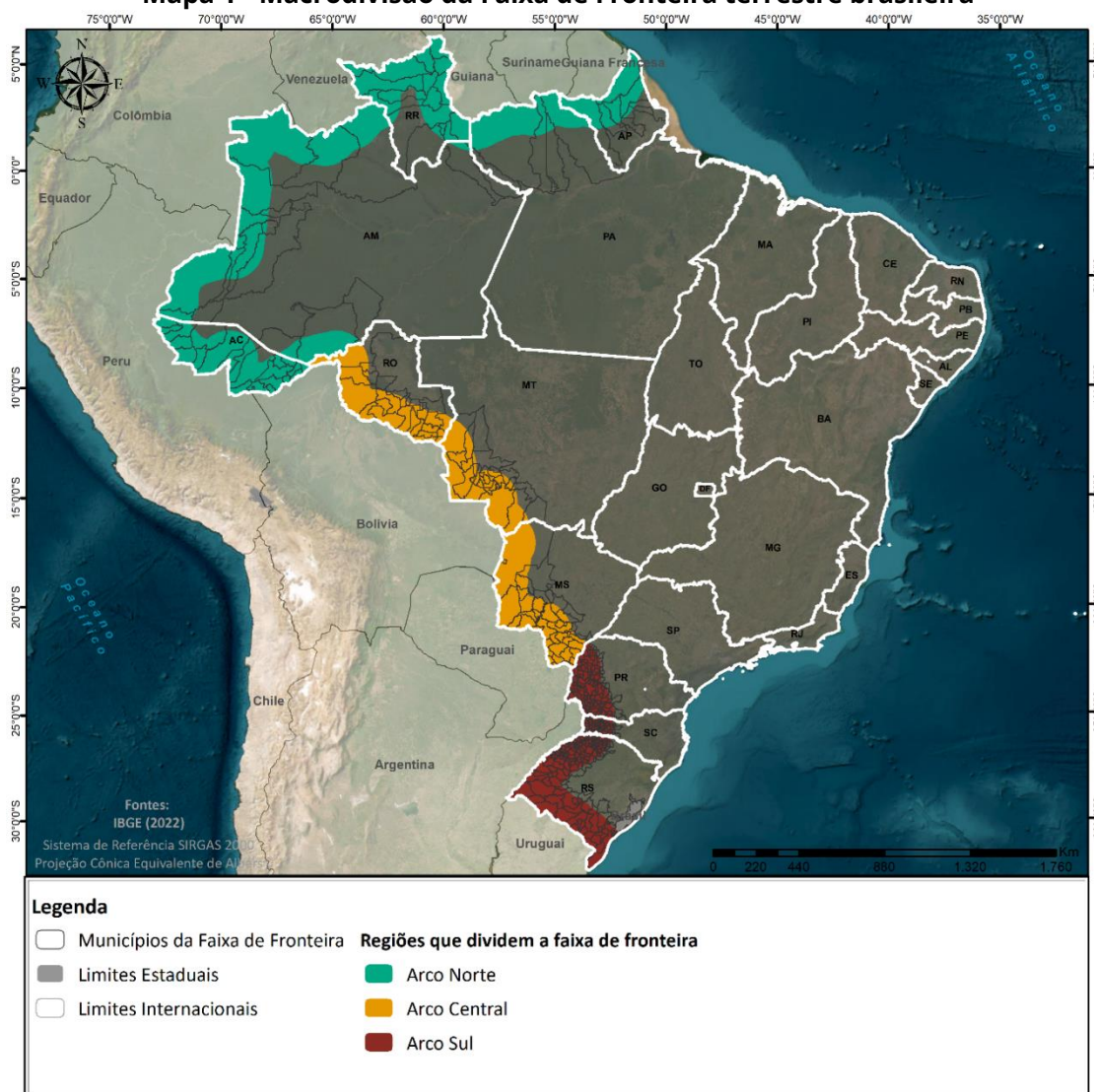
Por fim, vale destacar que na região de estudo, há dois Núcleos Estaduais de Fronteira instituídos na região do Arco Norte e Rondônia. Criada por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012 e atualizado pelo Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021, o Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas – NIFFAM tem por finalidade assessorar a atuação do Governo do Amazonas na sua faixa de fronteira, articulando e mobilizando atores e instituições, propondo medidas e ações efetivas prioritárias ao desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira estadual, sob a coordenação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI).

Rondônia também possui um núcleo instituído, denominado Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia (NEIFRO). Criado pelo decreto nº 24.821, de 21 de fevereiro de 2020, o órgão está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e foi reativado recentemente, com o intuito de atualizar o Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço do Estado de Rondônia.

CARACTERIZAÇÃO GERAL

A faixa de fronteira terrestre brasileira, ao longo de seus 15.719 quilômetros, abrange 11 Estados e 588 Municípios com aproximadamente 11,7 milhões de habitantes, conforme Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022. A macrodivisão da Faixa de Fronteira se dá em três grandes Arcos, cada qual com sub-regiões formadas por agrupamentos de Municípios. O primeiro é o Arco Norte, compreendendo a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre. O segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

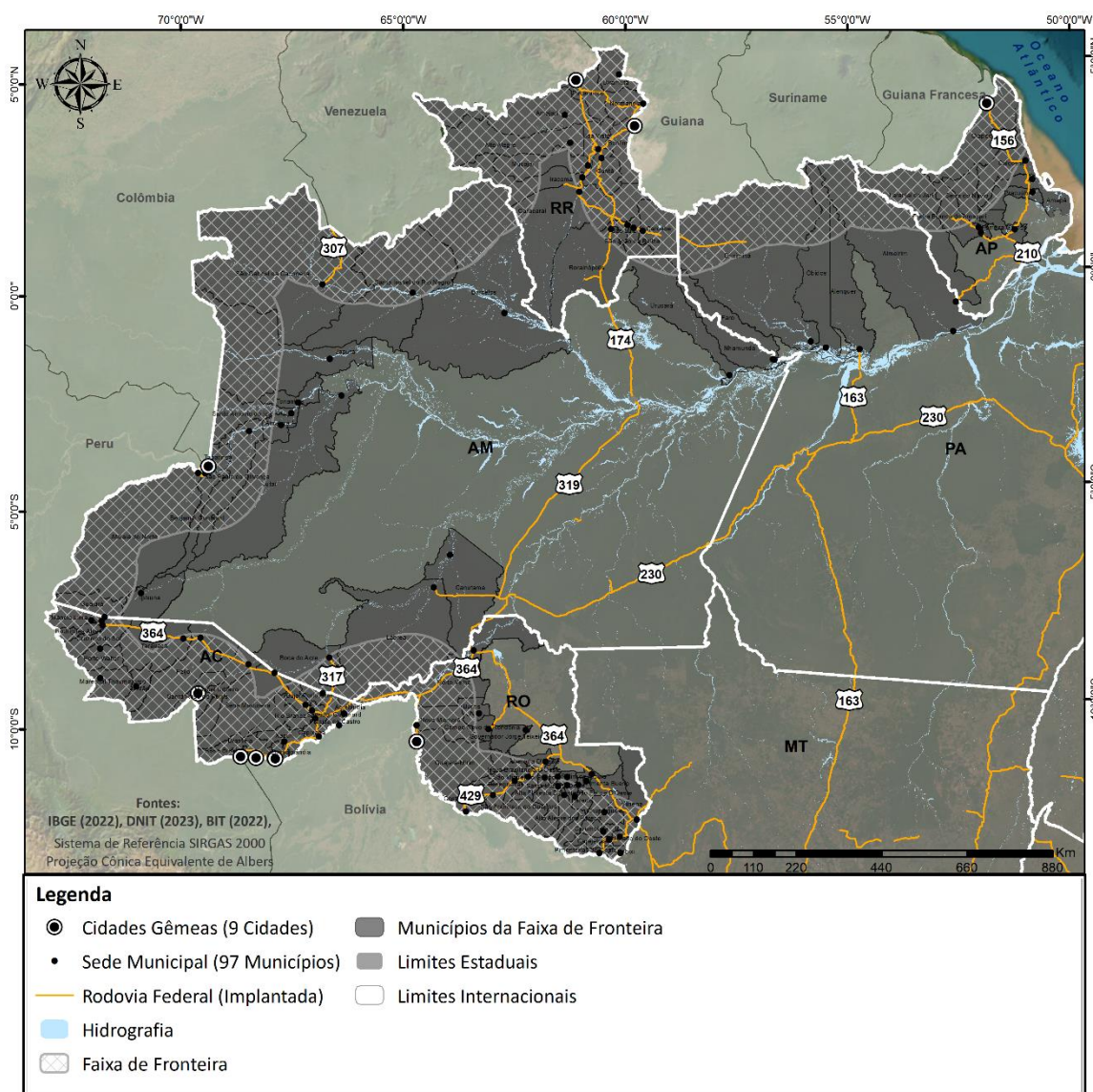
Mapa 1 - Macrodivisão da Faixa de Fronteira terrestre brasileira



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Apesar de também fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e outros indicadores socioeconômicos apontaram no sentido de deslocar a Faixa de Fronteira de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para Mato Grosso, outro Estado componente da Amazônia Legal). No entanto, no escopo deste trabalho, que considera o contexto amazônico da Região Norte, o Estado de Rondônia é analisado junto ao Arco Norte.

Mapa 2 - Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas do Arco Norte e Rondônia, no Arco Central



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

A Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia abrange 97 municípios, distribuídos da seguinte forma: 22 no Acre, 8 no Amapá, 19 no Amazonas, 5 no Pará, 28 em

Rondônia e 15 em Roraima. A área de estudo compreende uma área total de cerca de 949.716 Km².

Rondônia tem aproximadamente 1.342 km de fronteira com a Bolívia, banhada pelos rios Guaporé, Mamoré e Abunã. De seus 52 municípios, 28 fazem parte da Faixa de Fronteira. No Estado do Acre, todos os municípios integram a Faixa de Fronteira, fazendo fronteira com Peru e Bolívia. Também em Roraima, todos os municípios integram a Faixa de Fronteira. O Estado faz fronteira com Venezuela e Guiana.

O Amazonas faz fronteira com três países: Peru, Colômbia e Venezuela. É a maior extensão de fronteira, onde se localizam os municípios de Guajará, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, Boca do Acre e São Gabriel da Cachoeira. No Pará, a faixa de fronteira é formada por parte dos municípios de Almeirim, Óbidos e Oriximiná, Alenquer e Faro, localizada na região conhecida como Calha Norte do rio Amazonas nos limites territoriais da Guiana e do Suriname.

O Amapá possui oito municípios na Faixa de Fronteira (Amapá, Oiapoque, Calçoene, Laranjal do Jari, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Pracuúba). Além das fronteiras com a Guiana Francesa e o Suriname, o Amapá tem saída para o Oceano Atlântico.

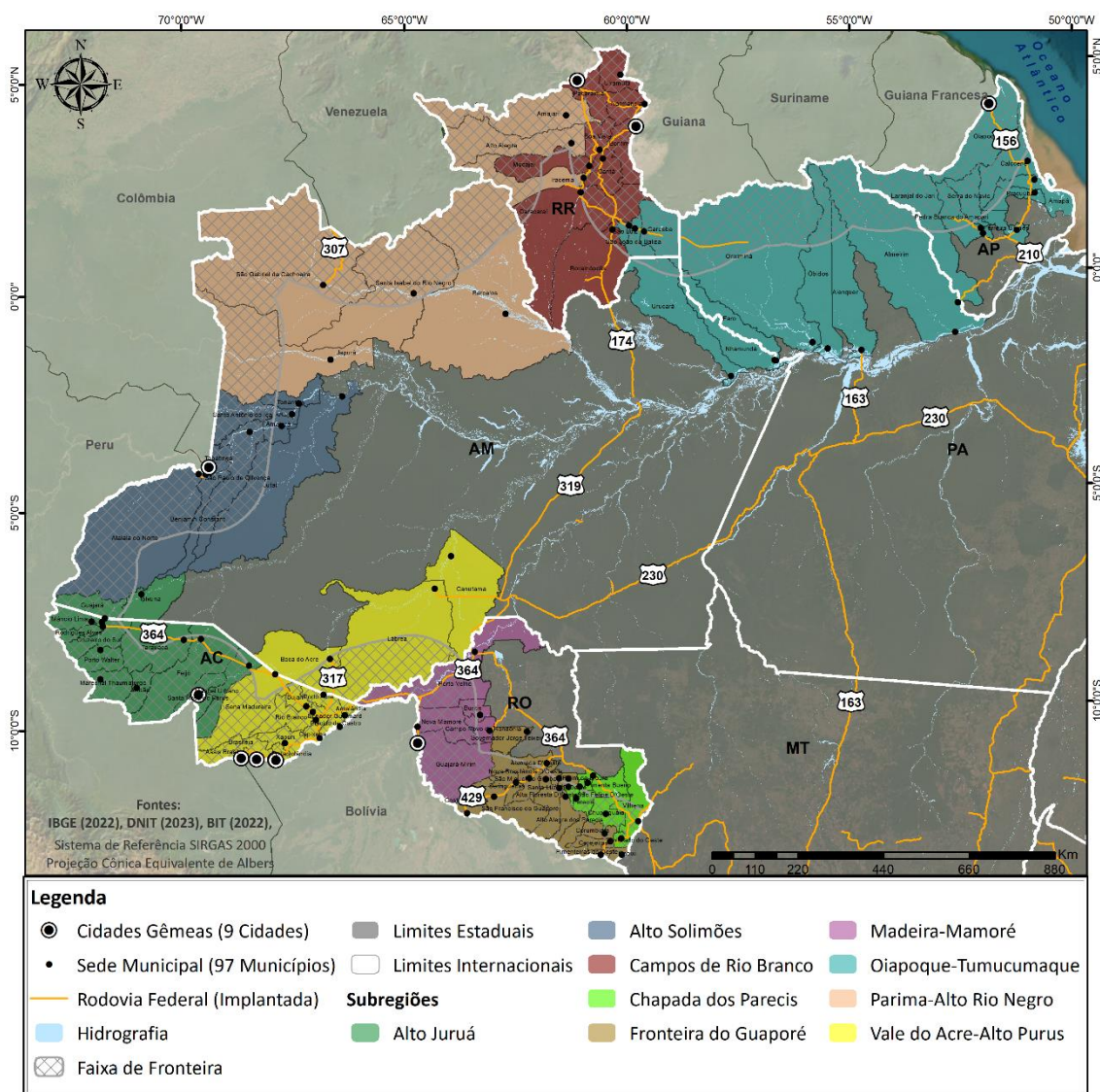
REGIONALIZAÇÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA

Conforme os estudos do, à época, Ministério de Integração Nacional (2005), os municípios da Faixa de Fronteira foram classificados segundo subregiões, utilizando critérios como localização geográfica, características populacionais e base produtiva. Isso porque as dinâmicas socioeconômicas, culturais e ambientais não se restringem aos limites administrativos dos estados. A estrutura das subregiões considera elementos como a presença de áreas protegidas, populações indígenas, assentamentos rurais, atividades econômicas e de logística. A fronteira amazônica do Arco Norte e Rondônia abriga 9 destas subregiões. São elas:

- 1) Subregião Oiapoque-Tumucumaque
- 2) Subregião Campos do Rio Branco
- 3) Subregião Parima-Alto Rio Negro
- 4) Subregião Alto Solimões
- 5) Subregião Alto Juruá
- 6) Subregião Vale do Acre-Alto Purus

- 7) Subregião Madeira-Mamoré
- 8) Subregião Fronteira do Guaporé
- 9) Subregião Chapada dos Parecis

Mapa 3 – Divisão Sub-regional dos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

Apesar da abordagem do presente estudo ser feita via organização por estados, uma vez que tem como produtos finais a elaboração de planos estaduais, uma análise combinada entre as divisões estaduais e as subregiões descritas no documento do Ministério de Integração Nacional (2005) parece proporcionar uma abordagem complementar para facilitar a gestão territorial e a articulação de políticas públicas.

Ao integrar as especificidades locais e regionais, torna-se possível articular estratégias de ordenamento territorial que considerem as particularidades culturais, econômicas e ambientais de cada subregião. Essa perspectiva reforça o papel do território como espaço dinâmico de interações sociais, econômicas e ambientais, onde coexistem desafios como a conservação de ecossistemas sensíveis, a inclusão de comunidades tradicionais e indígenas, e a promoção de atividades produtivas sustentáveis.

Quadro 1 - Organização da Faixa de Fronteira por estados, subregiões e municípios

Estado	Subregião	Municípios
Acre	Alto Juruá	Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus e Tarauacá.
	Vale do Acre-Alto Purus	Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Senador Guimard e Xapuri.
Amazonas	Oiapoque-Tumucumaque	Nhamundá e Urucará.
	Parima-Alto Rio Negro	Barcelos, Japurá, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.
	Alto Solimões	Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins.
	Alto Juruá	Guajará e Ipixuna.
	Vale do Acre-Alto Purus	Boca do Acre, Canutama e Lábrea.
Amapá	Oiapoque-Tumucumaque	Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio.
Pará	Oiapoque-Tumucumaque	Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos, Oriximiná.
Rondônia	Madeira-Mamoré	Buritis, Campo Novo de Rondônia, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho
	Fronteira do Guaporé	Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Pimenteiras do Oeste, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras.

Estado	Subregião	Municípios
	Chapada dos Parecis	Chupinguaia, Colorado do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste e Vilhena.
Roraima	Oiapoque-Tumucumaque	Caroebe, São João da Baliza e São Luiz.
	Campos de Rio Branco	Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã.
	Parima-Alto Rio Negro	Alto Alegre, Amajari e Iracema.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de MIN (2005)

A organização por estados destaca regiões com intensa interação transfronteiriça, como Alto Solimões, Campos de Rio Branco e Vale do Acre-Alto Purus, onde dinâmicas migratórias, comerciais e culturais moldam a relação com os países vizinhos. A subregião do Alto Solimões é um território de contrastes. Apesar de sua riqueza cultural e ecológica, enfrenta desafios complexos que demandam ações integradas e políticas públicas urgentes para garantir o desenvolvimento, a segurança, o respeito aos direitos humanos e a sustentabilidade ambiental.

Campos de Rio Branco é marcado pela paisagem do "lavrado", a maior extensão contínua de savanas do bioma Amazônia, cobrindo cerca de 61 mil km². Historicamente, esses campos têm sido manejados por populações locais, desempenhando um papel central em suas práticas culturais e modos de vida. Todavia, nos últimos anos, essas áreas têm enfrentado pressões crescentes devido à expansão da pecuária extensiva, ao cultivo de soja e à rizicultura irrigada, que têm alterado significativamente a dinâmica ecológica e social da região (Eloy et al., 2023).

As Subregiões como Parima-Alto Rio Negro e Alto Solimões destacam-se também pelas populações indígenas e os instrumentos de ordenamento da paisagem, que desempenham papéis fundamentais na preservação cultural e na proteção dos ecossistemas locais. A Subregião Parima-Alto Rio Negro abrange a faixa de fronteira que vai das Serras de Pacaraima e Parima, no Nordeste, até os vales dos rios Negro e Japurá, na região conhecida como "Cabeça do Cachorro", na divisa com a Colômbia. A paisagem, composta por serras e vales cobertos por densa floresta equatorial, caracteriza a área como uma das mais isoladas do Brasil. A conectividade é quase exclusivamente fluvial e aérea, sendo limitada pela precariedade de uma única estrada que conecta São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, na fronteira (MIN, 2005).

Em contraste, Rondônia, especialmente nas subregiões Madeira-Mamoré e Chapada dos Parecis, evidencia uma forte presença de atividades agroindustriais e

infraestrutura de transporte integrada, consolidando-se como um eixo econômico estratégico na faixa de fronteira estudada. Enquanto Madeira-Mamoré é marcada pela predominância urbana, com Porto Velho como polo de transporte e integração regional, Fronteira do Guaporé destaca-se por seu perfil rural, resultado de projetos de colonização oficial que estruturaram pequenas e médias propriedades ao longo da BR-364. Já a Chapada dos Parecis evidencia uma forte vocação agroindustrial, articulando áreas urbanas e rurais para a produção de grãos voltados à exportação.

Ainda no âmbito das regionalizações, vale destacar que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2024) além de definir sub-regiões especiais, dentre as quais se encontra a Faixa de Fronteira, estabeleceu microrregiões. Essas áreas foram classificadas com base em tipologias referenciais, que enquadram os municípios numa análise de desigualdades regionais com base em informações de renda e dinamismo, de modo a definir espaços elegíveis e as áreas prioritárias para a atuação da PNDR.

Com base nesse enquadramento, foi lançado o Programa Cidades Intermediadoras⁵ que tem por objetivo descentralizar bens e serviços públicos, promovendo o desenvolvimento regional e reduzindo a pressão sobre as metrópoles e capitais estaduais. O programa busca ampliar o acesso a oportunidades de trabalho e renda, além de melhorar a infraestrutura econômica e urbana das cidades, incentivando o crescimento econômico das áreas mais afastadas do país. Os municípios elegíveis ao programa são aqueles que fazem parte das Regiões Imediatas do IBGE e os municípios-polo de sub-regiões que não estejam classificados na tipologia sub-regional da PNDR como de alta renda. A implementação do programa está fundamentada em eixos estratégicos da PNDR, que incluem:

- Desenvolvimento produtivo
- Difusão do conhecimento, tecnologia e inovação
- Educação e qualificação profissional
- Infraestruturas econômica e urbana
- Desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais
- Fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos
- Meio ambiente e sustentabilidade

⁵ Resolução nº 4 de 2024 do MIDR.

As cidades da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia que fazem parte deste programa são:

Quadro 2 – Cidades Intermediadoras na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

Uf	Microrregião	Município	Tipologia sub regional
AC	Cruzeiro do Sul	Marechal Thaumaturgo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Rodrigues Alves	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Porto Walter	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Mâncio Lima	Média Renda e Alto Dinamismo
		Cruzeiro do Sul	Média Renda e Médio Dinamismo
AM	Alto Solimões	Jutaí	Baixa Renda e Alto Dinamismo
AM	Japurá	Japurá	Baixa Renda e Alto Dinamismo
AP	Amapá	Pracuúba	Baixa Renda e Médio Dinamismo
		Amapá	Média Renda e Alto Dinamismo
AP	Oiapoque	Calçoene	Média Renda e Alto Dinamismo
		Oiapoque	Média Renda e Baixo Dinamismo
RO	Alvorada D'Oeste	Alvorada D'Oeste	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Médio Dinamismo
		Seringueiras	Média Renda e Médio Dinamismo
RO	Guajará-Mirim	Costa Marques	Média Renda e Baixo Dinamismo
		São Francisco do Guaporé	Média Renda e Baixo Dinamismo
RR	Sudeste de Roraima	Rorainópolis	Baixa Renda e Alto Dinamismo
		Caroebe	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Luiz	Média Renda e Médio Dinamismo
		São João da Baliza	Média Renda e Médio Dinamismo

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de PNDR, 2024.

INTEGRAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

A faixa de fronteira constitui uma região administrativa com implicações legais e que recebe tratamento político diferenciado, dada a sua relevância em termos de segurança nacional e desenvolvimento econômico e social. Se a Faixa de Fronteira em questão é a brasileira, a zona de fronteira é, em cada trecho, pelo menos binacional, envolvendo jurisdições e contextos dos países vizinhos. Em linhas gerais, zonas de fronteira são as faixas territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, perceptível na escala local/ regional das interações transfronteiriças, exemplificadas pelas cidades gêmeas. Embora o Brasil não exerça jurisdição sobre o lado externo da zona de fronteira, as relações com países vizinhos demandam cooperação diplomática e iniciativas integradoras para tratar de questões como comércio, migração, segurança e turismo (MACHADO et al., 2007).

Conforme a última atualização da Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021, são considerados cidades gêmeas:

“os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação comum a localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.”⁶

Devido as condições da fronteira amazônica, caracterizada pela presença massiva de áreas de preservação e comunidades indígenas, que possuem baixo grau de povoamento, a fronteira do Arco Norte e Rondônia possui apenas 9 cidades gêmeas com cidades de países vizinhos⁷, com as quais mantém trocas e interações cotidianas. A maioria está localizada no Acre, que possui 4 cidades gêmeas. Já o Pará é o único estado que não possui nenhuma cidade gêmea.

Neste contexto de integrações transfronteiriças, vale destacar também os chamados arranjos populacionais internacionais ou fronteiriços. De acordo com as classificações de Regiões de Influência das Cidades – REGIC-do IBGE (2018), arranjo

⁶ O decreto brasileiro estabelece que não são consideradas cidades gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a dois mil habitantes.

⁷ Atualmente, o país possui 33 cidades gêmeas. Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul são os estados que concentram o maior número de cidades gêmeas. No entanto, a maior cidade gêmea é Foz do Iguaçu, que está localizada no Paraná.

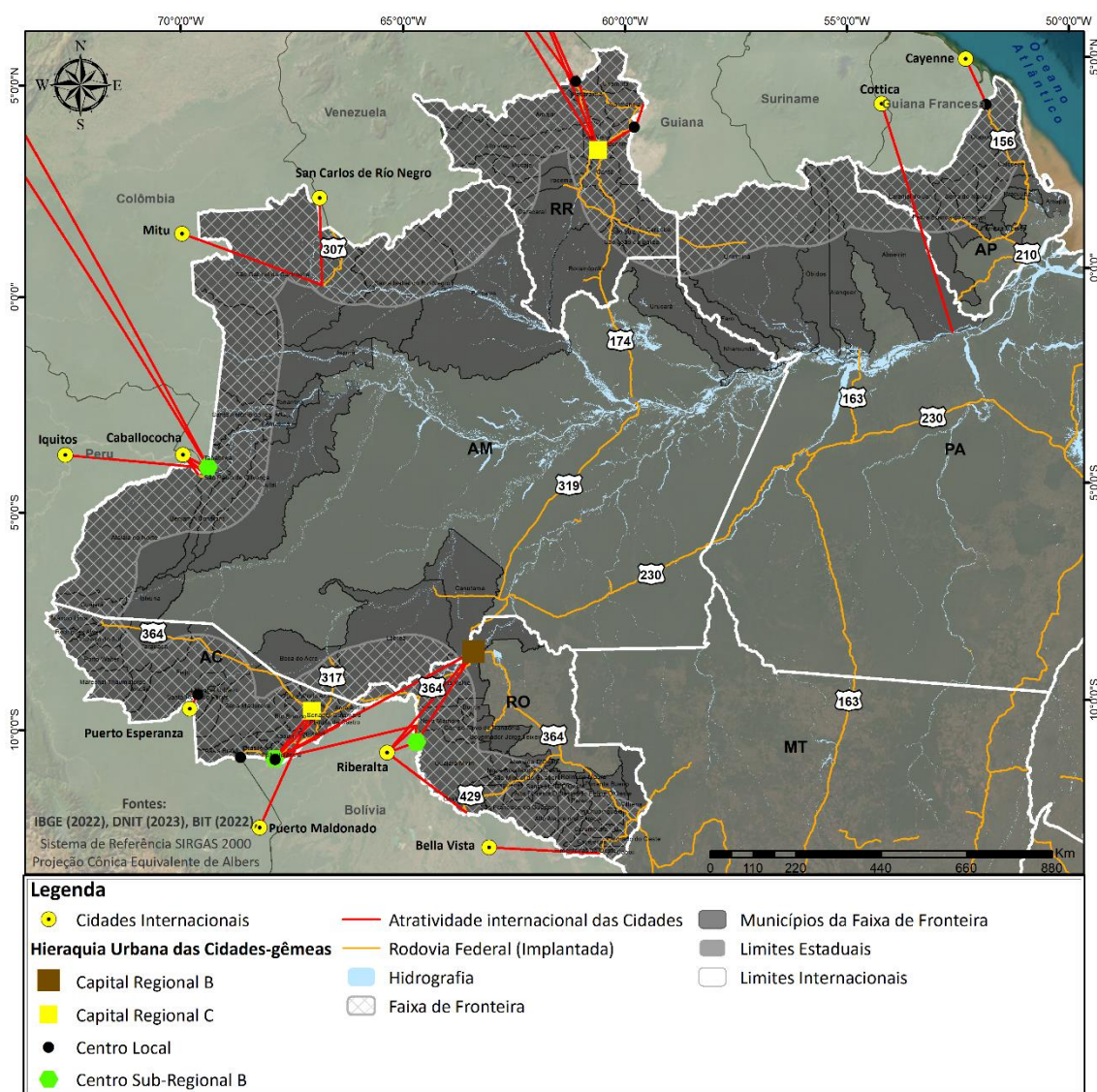
populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. Na Faixa de Fronteira amazônica, há 6 APIs identificados:

- Arranjo Populacional Internacional de Guajará-Mirim/Brasil - Guayaramerín/Bolívia
- Arranjo Populacional Internacional de Assis Brasil/Brasil
- Arranjo Populacional Internacional de Cobija/Bolívia - Brasiléia/Brasil
- Arranjo Populacional Internacional de Tabatinga/Brasil - Letícia/Colômbia
- Arranjo Populacional Internacional de Bonfim/Brasil - Irenge/Guiana
- Arranjo Populacional Internacional de Oiapoque/Brasil

Algumas das cidades-gêmeas da Amazônia desempenham papel de Centros Sub-Regionais, possuindo atividades de gestão mais complexas que os Centros Locais (último nível hierárquico do Regic), porém com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais⁸. Das capitais integrantes da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, apenas Porto Velho (RO) é classificada como Capital Regional B, enquanto Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) são consideradas Capitais Regionais C.

⁸ As Capitais regionais são “centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrópoles” o maior nível hierárquico das cidades. (IBGE, 2018).

Mapa 4 – Arranjos populacionais internacionais (APIs) e cidades gêmeas



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

Guajará-Mirim forma uma cidade-gêmea com Guayaramerín, na Bolívia. Essa relação binacional é marcada por intensos fluxos comerciais, culturais e sociais, que reforçam a integração entre os dois países. A cidade concentra seus equipamentos urbanos em torno da Avenida 15 de Novembro, que conecta a zona portuária ao rio Madeira-Mamoré, consolidando seu papel como ponto estratégico de integração transfronteiriça com o departamento boliviano de Beni. Apesar de sua relevância histórica e estratégica, Guajará-Mirim, é classificada pela Regic (IBGE, 2018) como Centro Local. Essa classificação reflete uma influência limitada, com forte dependência estrutural da capital estadual para acesso a serviços, mercados e infraestrutura.

Na fronteira com a Bolívia, os municípios acreanos de Brasiléia e Eptaciolândia integram um contínuo urbano binacional com Cobija (Bolívia), consolidando uma dinâmica territorial, econômica e social peculiar. Brasiléia e Eptaciolândia, são classificadas pela Regic (IBGE, 2018) como Centros Subregionais B (3B) e desempenham funções de articulação regional, enquanto a capital Rio Branco concentra atividades administrativas e econômicas de maior complexidade. Brasiléia e Eptaciolândia integram o Arranjo Populacional (AP) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional.

Assis Brasil, que forma uma conurbação com Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia), ocupa posição estratégica na BR-317, única rodovia que conecta o Brasil ao Peru, reforçando seu papel de corredor internacional de integração (MIN, 2005).

Tabatinga está inserida em uma rede única de interações transnacionais, marcada por trocas culturais, econômicas e sociais numa localização estratégica na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia (Letícia) e Peru (Santa Rosa de Yavari). Nesse contexto, o rio Solimões desempenha um papel fundamental como principal corredor de integração, conectando comunidades indígenas, centros urbanos e países vizinhos, além de viabilizar o fluxo de bens, serviços e pessoas, consolidando a relevância da subregião no coração da Amazônia. Conforme levantamento, as cidades de Tabatinga e Letícia possuem um acordo de Zona Regime Especial Fronteiriço, criado em 2008, com decreto de regulamentação em 2015⁹, que estabelece um regime especial aplicado ao comércio de mercadorias para consumo ou comercialização na área fronteiriça.

Pacaraima possui localização estratégica na fronteira com a Venezuela. Essa posição confere ao município um papel central nos fluxos migratórios, no comércio transfronteiriço e na prestação de serviços, fortalecendo sua relevância regional. Bonfim, por outro lado, mantém interações importantes com Lethem, na Guiana, embora em escala mais discreta, refletindo um padrão de conectividade transfronteiriça menos intenso (Silva, 2017).

As cidades-gêmeas de Saint-Georges (Guiana Francesa) e Oiapoque (Amapá) constituem o principal ponto de conectividade internacional (MIR, 2005). A baixa densidade populacional, combinada à fragmentação urbana e às limitações de infraestrutura, reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a

⁹ Decreto nº 8.596, de 18 de dezembro de 2015 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8596.htm

integração regional, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das redes urbanas e econômicas dessa subregião.

As cidades vizinhas dos países fronteiriços do Brasil possuem populações diversas e culturalmente ricas. Essa diversidade populacional gera desafios e oportunidades para a integração e o desenvolvimento das cidades-gêmeas. Aspectos como bilinguismo, práticas culturais e cooperação econômica são fundamentais para a convivência harmoniosa e o crescimento conjunto das regiões fronteiriças.

Sobre as dinâmicas ocorrentes no lado externo da zona de fronteira, o Brasil não tem jurisdição. Mas, sobre essas dinâmicas o país deve buscar cooperação diplomática e posicionamento programático e produtivo. Além de atributos comuns a outras frações do território nacional, como por exemplo nas questões socioambientais, uma das particularidades da fronteira são as questões de defesa nacional, a exposição tênue e vulnerável a crimes transfronteiriços. Tudo isso exige políticas, estratégias e estruturas de governança que favoreçam o desenvolvimento sustentável e ampliem a integração regional, garantindo qualidade de vida para as populações que compartilham essas regiões fronteiriças, ao mesmo tempo sem fragilizar o interesse nacional.

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Os municípios da Faixa de Fronteira amazônica abrigam uma população de 3.277.578 habitantes. Dois estados, Roraima e Acre, possuem todos os municípios, e quase a totalidade de seus territórios, inseridos na Faixa de Fronteira.

Tabela 1 - População por Estado e nas suas respectivas Faixas de Fronteira (2022)

Estados		Faixa de Fronteira	
UF	População Total	Municípios	População dos Municípios Fronteiriços
Acre	830.018	22	830.018
Amapá	733.759	8	109.140
Amazonas	3.941.613	19	504.450
Pará	8.120.131	5	232.908
Rondônia	1.581.196	28	964.355
Roraima	636.707	15	636.707
Total	15.843.424	97	3.277.578

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

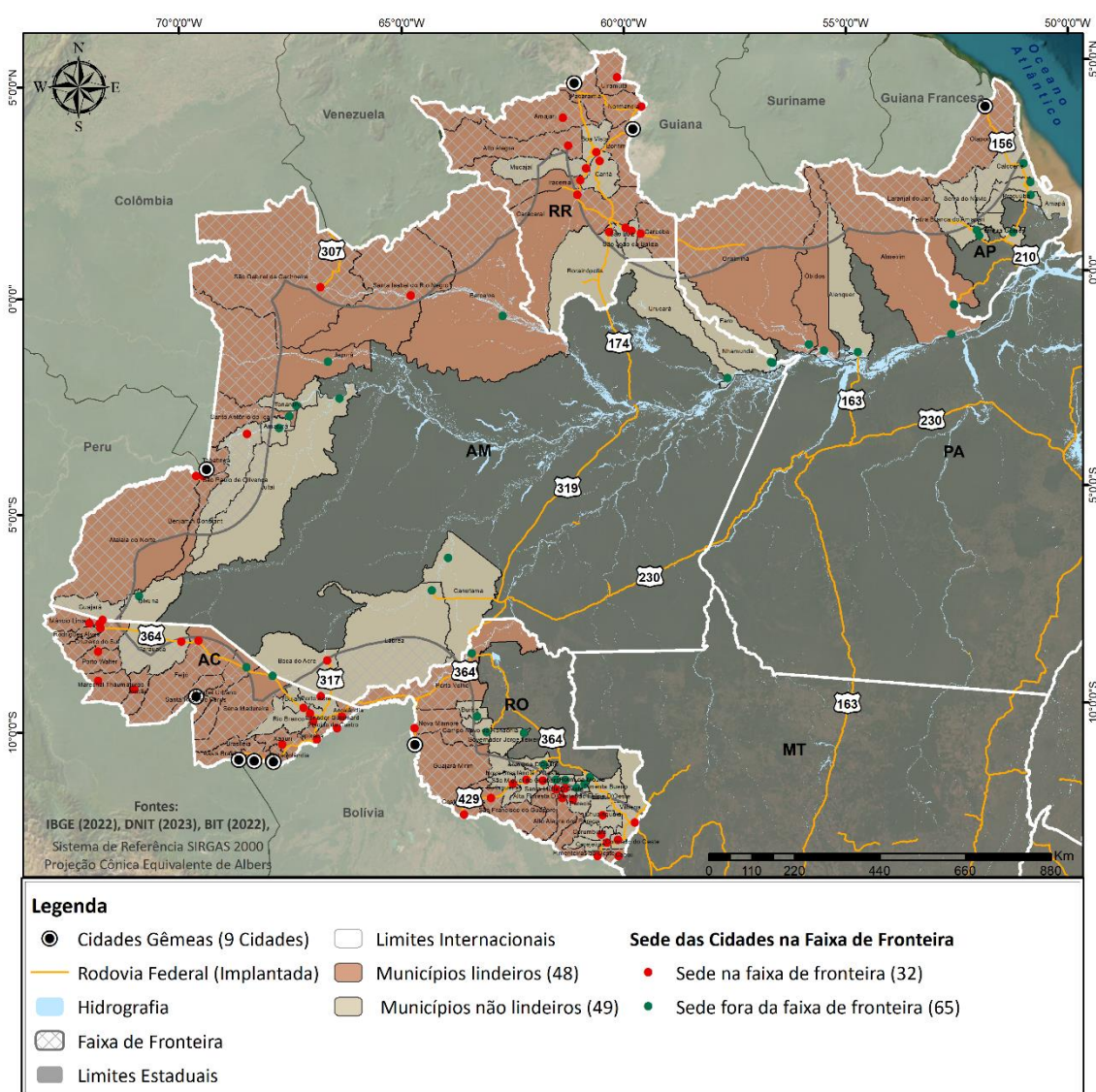
Um aspecto relevante a se observar na análise populacional é a vasta extensão territorial de muitos municípios na área de fronteira, que, em alguns casos, supera a área de estados brasileiros ou até mesmo de países inteiros. Em algumas regiões, a dimensão municipal ultrapassa 700 km de largura, sendo bem superior a faixa de fronteira brasileira. Exemplo disso, é o Estado do Pará que conta com apenas 5 municípios na faixa de fronteira, sendo que nenhum deles possui sua sede municipal na faixa. A distância das sedes desses municípios até a faixa é, inclusive, mais distante que a própria largura da faixa, com seus 150 km.

Para qualificar esta análise, é necessário então orientar-se pelo nível de interação dos municípios com a fronteira. Assim, conforme organizado pelos estudos do Ministério da Integração em 2005, entre os municípios da faixa, há os chamados lindeiros, que possuem limites diretamente na linha de fronteira internacional, e os não lindeiros, que, embora mais afastados, ainda estão inseridos na Faixa de Fronteira. Enquanto os municípios lindeiros lidam mais diretamente com questões específicas de controle de fronteira, os não lindeiros, por sua localização remota e baixa densidade demográfica, enfrentam dificuldades de integração e acesso às políticas públicas. Os municípios lindeiros são divididos em três subgrupos 1) aqueles cujo território do município faz limite com o país vizinho, com sua sede se localizando no limite internacional, podendo ou não fazer limite com uma localidade

do país vizinho (cidade gêmea); II - aqueles cujo território faz fronteira com o país vizinho, mas com sua sede situada fora do limite internacional; e III - aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas com a sede localizada fora da faixa fronteira.

Já o grupo de municípios não lindeiros divide-se em dois subgrupos: I- aqueles com sede na faixa de fronteira; e II - aqueles cuja sede se situa fora da faixa de fronteira;

Mapa 5 - Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

A compreensão desta distinção é importante pois permite observar o contingente populacional que de fato tem maior relação com as questões fronteiriças, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 2 - Localização das Sedes dos Municípios e População por Estado (2022)

Estados	Municípios Lindeiros						Municípios Não Lindeiros			
	Com sede na Linha de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira	
	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.
Acre	5	76.140	10	241.252	2	53.339	5	459.287	0	0
Amapá	1	27.482	0	0	1	35.114	0	0	6	46.544
Amazonas	3	119.726	2	65.959	3	55.903	3	82.229	8	180.633
Roraima	3	47.214	6	90.410	0	0	6	499.083	0	0
Pará	0	0	0	0	3	154.803	0	0	2	78.105
Rondônia	3	54.170	5	80.054	1	460.434	10	204.257	9	165.440
Total	15	324.732	23	477.675	10	759.593	24	1.244.856	25	470.722

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

A partir da tabela, é possível observar que dos 97 municípios, apenas 15 possuem sede na linha da de fronteira e outros 47 possuem sede na faixa de fronteira, sendo que destes 24 são em municípios não lindeiros. Se olharmos os dados populacionais por setor censitário, isso significa que da população total dos municípios da faixa de fronteira, somente 2.115.203 habitantes estariam de fato inseridos na faixa de fronteira, o que corresponde a 64,5% do total.

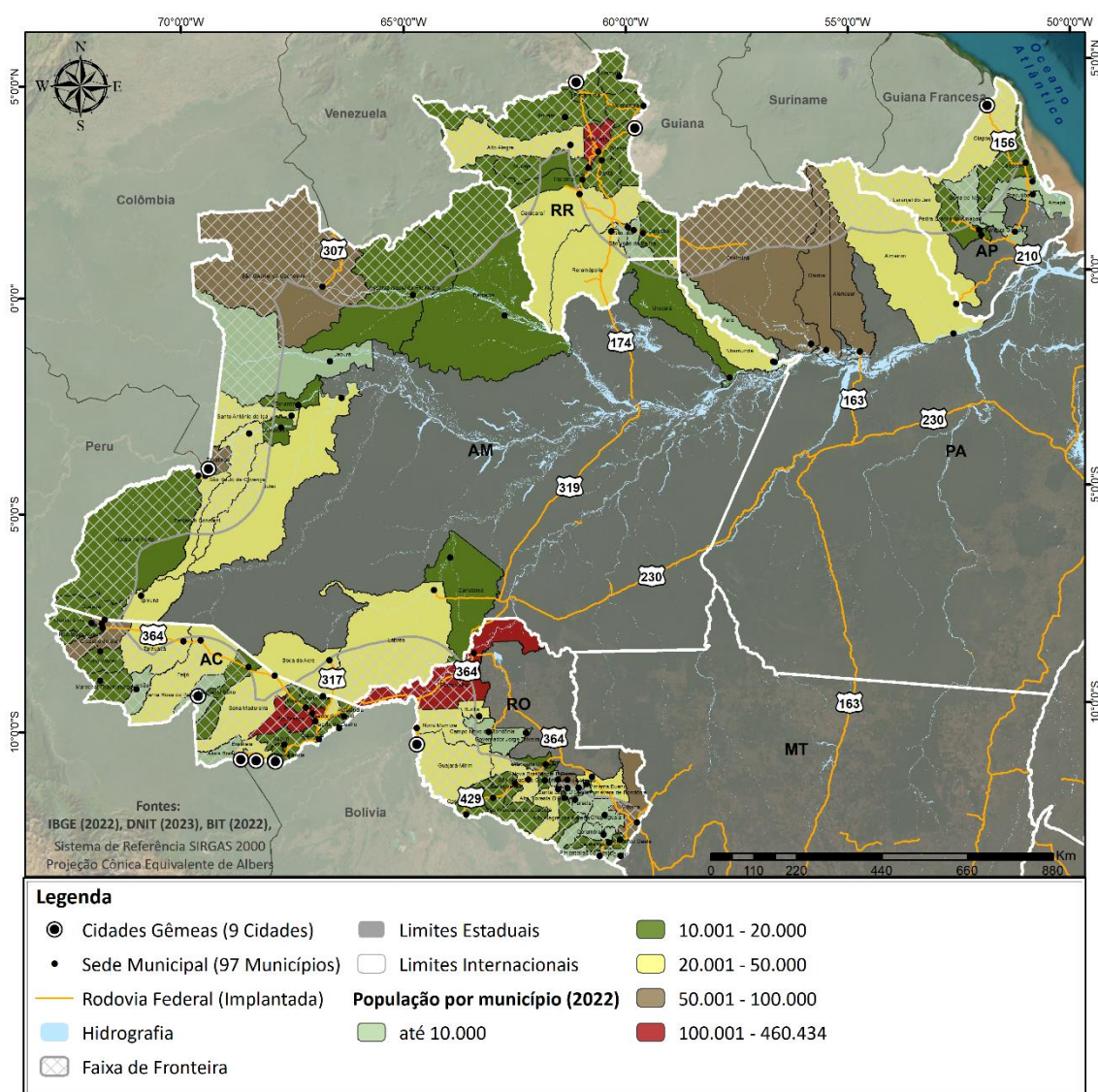
Tabela 3 - População dos setores censitários localizados dentro da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

Estados	Quantidade de Municípios	População (hab)
Acre	20	788.245
Amapá	1	33.970
Amazonas	8	269.120
Roraima	15	618.207
Pará	0	2.624
Rondônia	18	403.037
Total	62	2.115.203

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Quando analisamos os dados populacionais dos municípios, observa-se que apenas as capitais Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) possuem população acima de 100.000 habitantes. Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e Vilhena (RO) são as cidades fronteiriças que possuem mais de 50 mil habitantes. No Pará, apesar de Óbidos, Oriximiná e Alenquer possuírem mais de 50.000 habitantes, apenas 2.624 habitantes estão em setores censitários que integram a Faixa.

Mapa 6 - População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

Nas cidades gêmeas, além de observar a população fronteiriça brasileira, deve-se analisar também dados populacionais das cidades gêmeas internacionais. A partir dos dados de Censo dos países fronteiriços (Tabela 4) é possível observar que Cobija, na Bolívia, é a maior cidade-gêmea internacional, possuindo mais de 50 mil habitantes. As cidades gêmeas de Brasília e Eptaciolândia, que fazem fronteira com Cobija, totalizam 44.757 pessoas.

Tabela 4 - População das cidades gêmeas nacionais e internacionais

Cidade-Gêmea Nacional	População	Cidade-Gêmea Internacional	População
Guajará-Mirim (RO)	39.387	Guayaramerin (Bolívia)	40.759 ⁽¹⁾
Brasília (AC)	26.000	Cobija (Bolívia)	54.386 ⁽¹⁾
Eptaciolândia (AC)	18.757		
Oiapoque (AP)	27.482	St. Georges (Guiana Francesa)	4.710 ⁽²⁾
Tabatinga (AM)	66.764	Leticia (Colômbia)	42.844 ⁽³⁾
		Santa Rosa (Peru)*	9.928 ⁽⁴⁾
Bonfim (RR)	13.923	Lethem (Guiana)	1.702 ⁽⁵⁾
Assis Brasil (AC)	8.100	Bolpebra (Bolívia)	2.390 ⁽²⁾
		Inãpari (Peru)	2.756 ⁽⁴⁾
Pacaraima (RR)	19.305	Santa Elena de Uiarén (Venezuela)**	28.450 ⁽⁶⁾
Santa Rosa do Purus	6.723	Puerto Esperanza (Peru)***	3.346 ⁽⁴⁾

(1) Segundo Censo da Bolívia, 2024. Disponível em <https://censo.ine.gob.bo/>

(2) Segundo Recenseamento da França, 2022. Disponível em <https://www.insee.fr/fr/statistiques/3698339#consulter>

(3) Segundo Censo, 2018- Colômbia. Disponível em: <https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#/>

(4) Segundo Censo, 2017-Peru. Disponível em: <https://estadist.inei.gob.pe/map>

(5) Segundo Censo, 2012- Guiana. Disponível em: <https://statisticsguyana.gov.gy/census/>

(6) Segundo Censo, 2011-Venezuela Disponível em: <https://ine.gob.ve/publicaciones/>

* Santa Rosa é uma pequena ilha sobre o rio Solimões, localizada no distrito de Yavari, na província de Ramón Castilha, circunscrita ao departamento de Loreto.

** Santa Elena de Uiarén é uma localidade dentro do distrito chamado Gran Sabana, que pertence ao Estado de Bolívar, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade gêmea.

***Puerto Esperanza é uma localidade do distrito de Purus. O dado disponibilizado do Censo refere-se à população total do distrito, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade gêmea.

Outros destaques são para o caso de Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerin (Bolívia) que apresentam certo equilíbrio populacional. Juntas as cidades somam 80.146 habitantes.

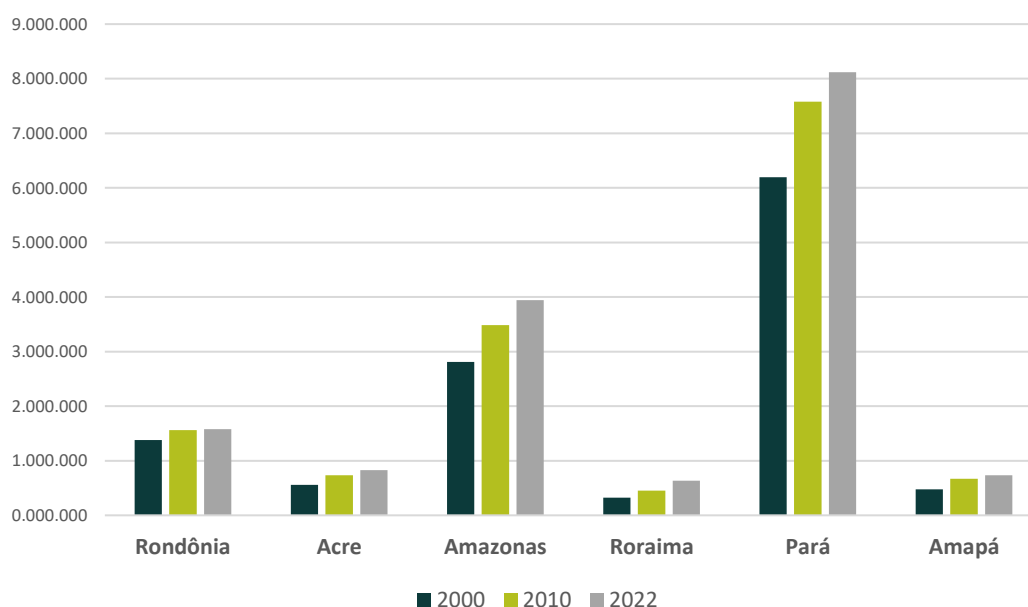
Observa-se ainda que Lethem aparece como a menor cidade gêmea internacional. Vale destacar, no entanto, que o dado mais recente disponibilizado pela Guiana é de 2012, o que impossibilita compreender a situação populacional atual pelos dados secundários.

CRESCIMENTO POPULACIONAL

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária, a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais.

Numa avaliação por estados, é possível verificar que o estado com maior crescimento absoluto nas últimas décadas é o estado do Pará que passou de 6.192.307 habitantes em 2000 para 8.120.131 habitantes em 2024. Já em termos percentuais, os maiores crescimentos se deram no Amapá entre 2000 e 2010 (40%) e em Roraima entre 2010 e 2022 (41%).

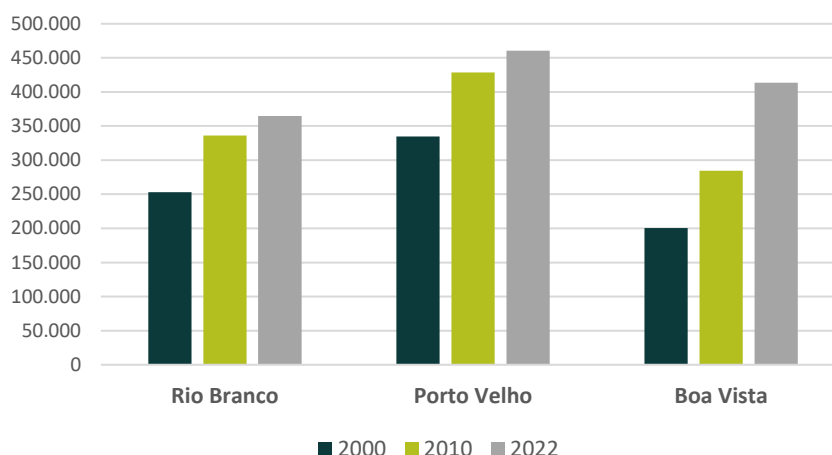
Gráfico 1 - População por Estados da Fronteira Arco Norte e Rondônia – 2000, 2010 e 2022



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Nas capitais que se encontram na faixa de fronteira, Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) apresentaram aumento mais considerável entre as décadas 2000-2010 e Boa Vista (RR) cresceu 45% no período 2010-2022, na contramão das tendências demográficas do país, em parte por conta da migração venezuelana.

Gráfico 2 - População por Capitais da Fronteira Arco Norte e Rondônia – 2000,2010 e 2022

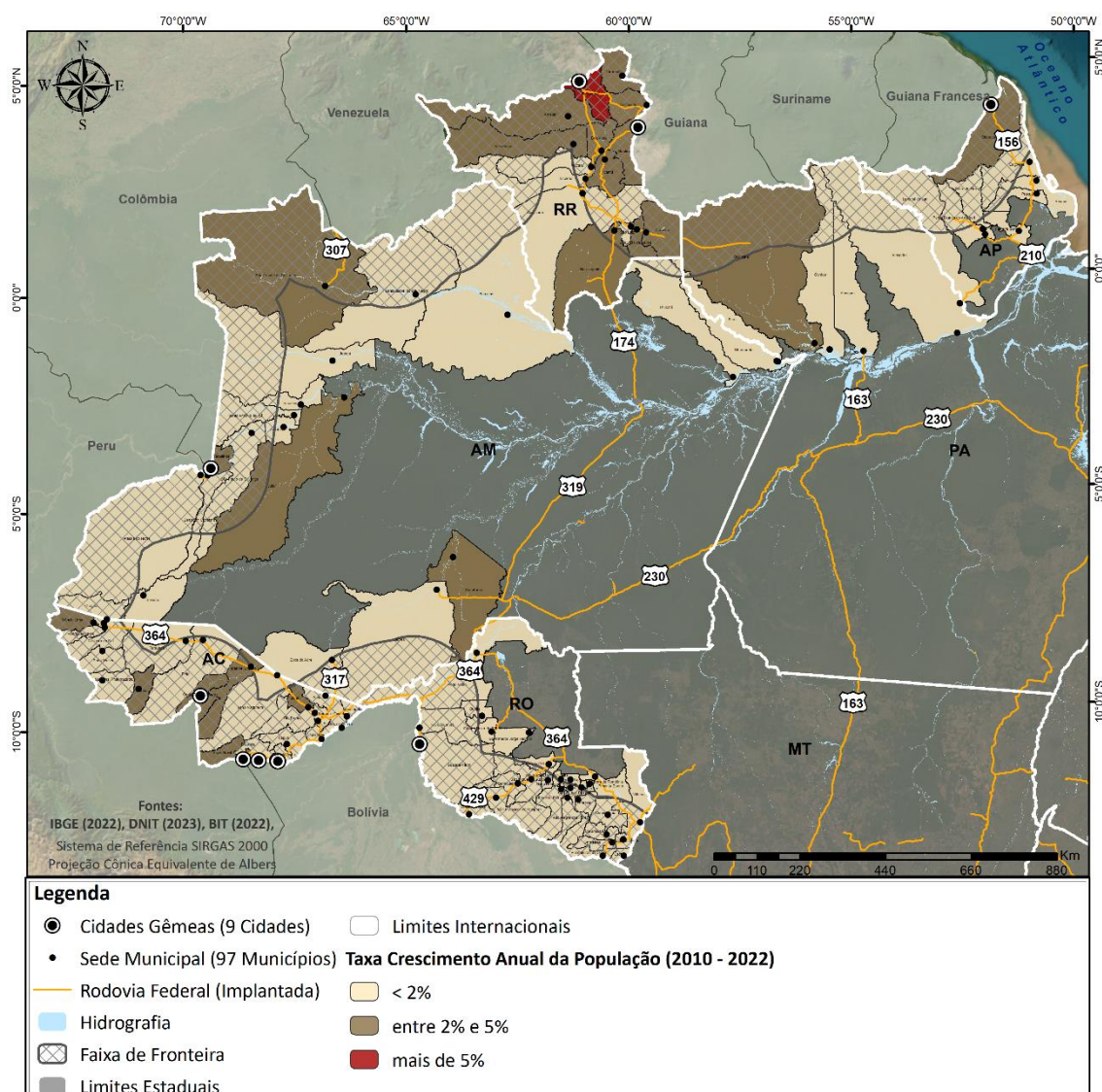


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Em geral, os municípios da fronteira ganharam, em maior ou menor grau, população nas últimas décadas. A exceção é no estado de Rondônia, que chama atenção pela considerável perda de população em diversos municípios. O maior decréscimo é observado em Campo Novo de Rondônia, que em termos percentuais perdeu 30% da população.

Em Roraima, chama atenção o crescimento expressivo de 85% da população entre 2010-2022 em Pacaraima, ainda que em números absolutos o crescimento não passe de 20 mil habitantes. Porta de entrada de imigrantes venezuelanos no país, o município passou de 10.433 habitantes em 2010 para 19.305 em 2022, com taxa de crescimento anual de 5,26% ao ano, o maior crescimento anual da área estudada, como pode ser observado no mapa a seguir.

Mapa 7 - Taxa de crescimento anual da população (2010 - 2022)

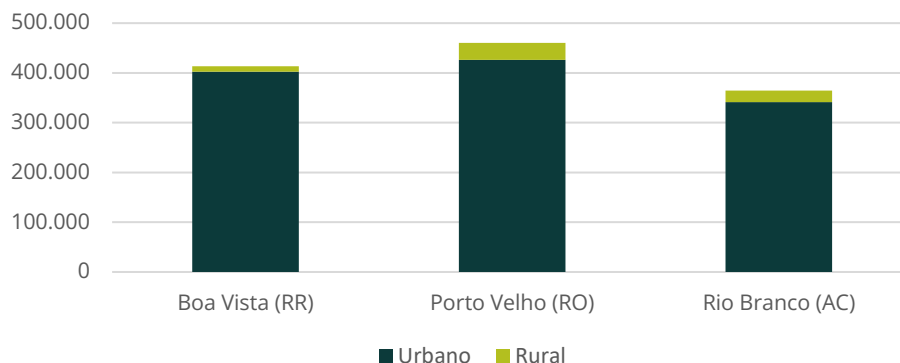


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

GRAU DE URBANIZAÇÃO

Com relação ao grau de urbanização, Boa Vista é capital fronteiriça que apresenta maior parte da população urbana (97,3%), seguida de Rio Branco (93,5%) e Porto Velho (92,6%).

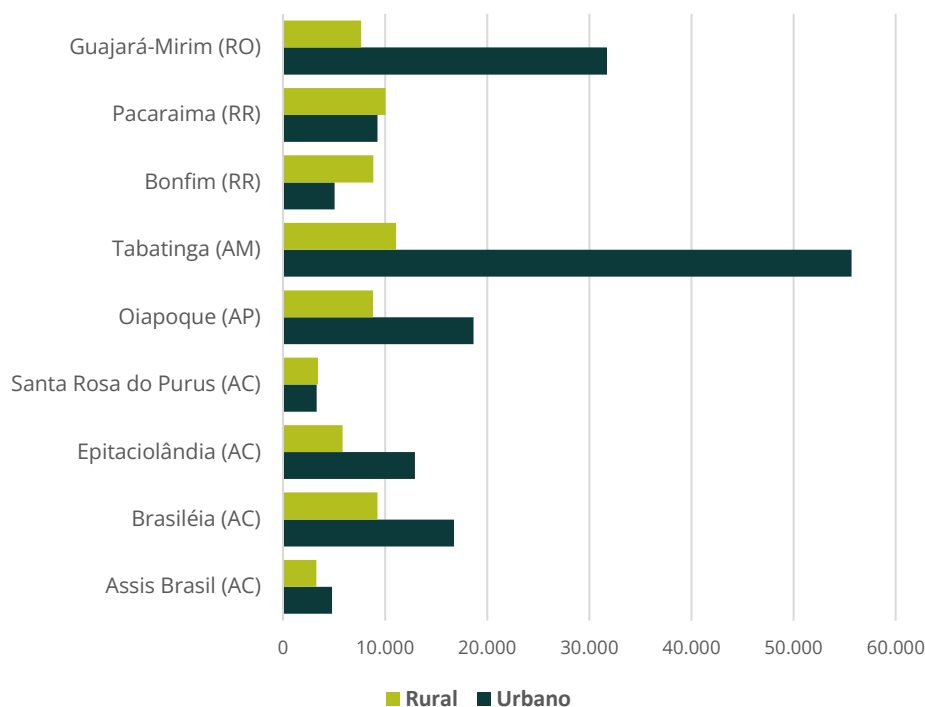
Gráfico 3 - População urbana e rural das capitais localizadas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

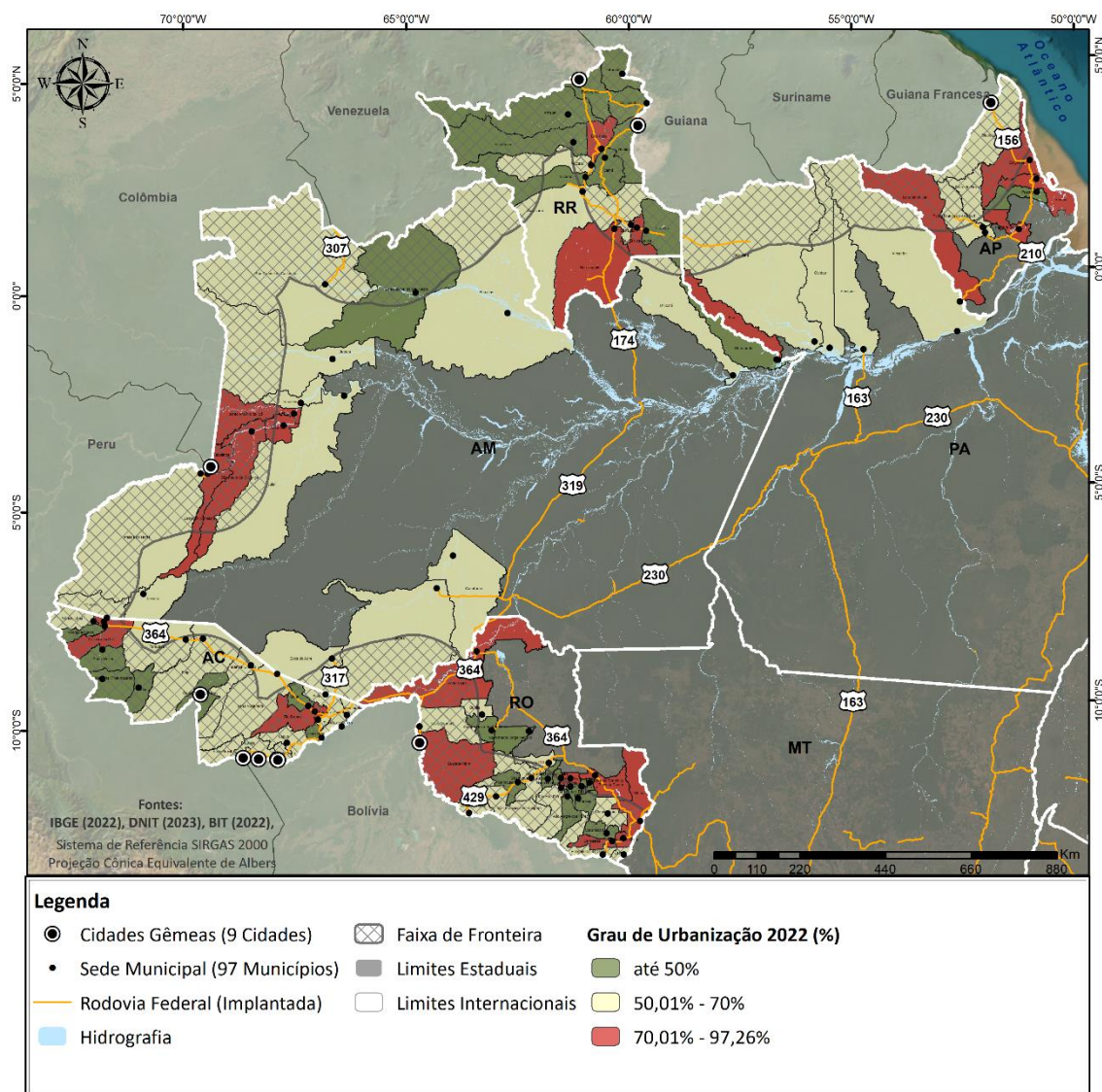
Das cidades gêmeas, Tabatinga (AM) é a cidade que apresenta maior taxa de urbanização (83,4%), seguida de Guajará-Mirim (80,6%). Isso porque, apesar das características predominantemente naturais e pouco urbanizadas do território de Guajará-Mirim, a concentração dos serviços essenciais, infraestrutura e atividades econômicas na sede municipal, a tornam o principal polo de habitação e desenvolvimento local.

Gráfico 4 - População urbana e rural das cidades gêmeas do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Mapa 8 - Grau de urbanização dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia

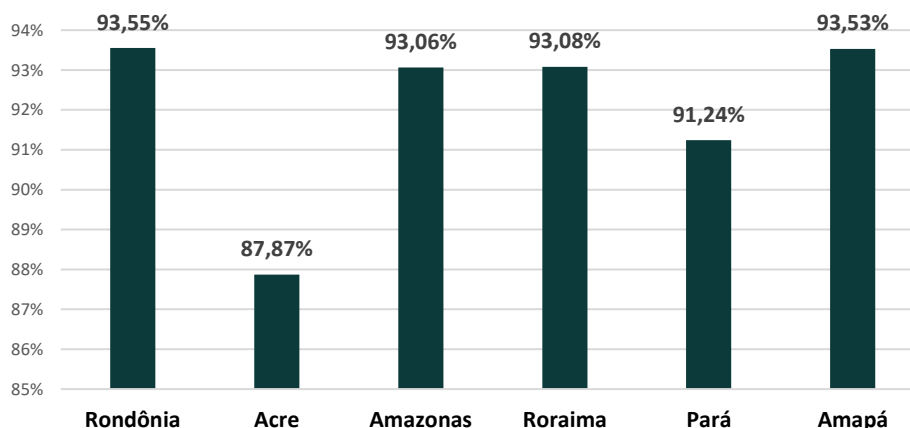


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

ALFABETIZAÇÃO

Com relação à alfabetização, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, as taxas de alfabetização para a população com 15 anos ou mais nos estados da Faixa de Fronteira Amazônica atingem a média brasileira de 93% da população alfabetizada. No Acre, porém, os dados mostram que cerca de 73.835 pessoas (12,1%) nessa faixa etária no estado não sabem ler nem escrever.

Gráfico 5 -Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade nos estados do Arco Norte e Rondônia (%)

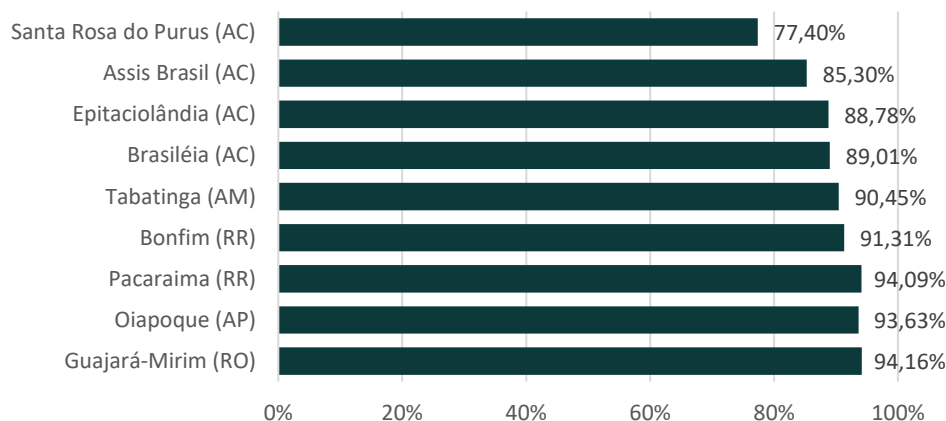


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Embora tenha havido uma redução em relação ao Censo de 2010, quando a taxa de analfabetismo era de 16,6%, o Acre ainda apresenta a maior taxa de analfabetismo da região. Municípios como Marechal Thaumaturgo, Feijó, Manoela Urbano, Tarauacá e Rodrigues Alves apresentam menos de 80% da população alfabetizada. Por fim, vale destacar que, uma análise por municípios, Alto Alegre e Amaraji em Roraima são os que apresentam as menores taxas de alfabetização, 63,19% e 68,17%, respectivamente.

Com relação as cidades gêmeas, também no Acre é onde se observa as menores taxas de alfabetização. Santa Rosa do Purus (AC) tem a menor alfabetização (77,4%) enquanto em Guajará-Mirim, 94,16% da população com mais de 15 anos está alfabetizada.

Gráfico 6 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade nas Cidades Gêmeas (%)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.



EIXO TEMÁTICO 1

ORDENAMENTO TERRITORIAL,
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA

Lista de Figuras

Figura 1 - Eventos extremos ocorridos nos Municípios da Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia	104
--	-----

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Acre.....	63
Gráfico 2 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Acre (2015-2023).....	68
Gráfico 3 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Amapá.	69
Gráfico 4 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá (2015-2023).....	74
Gráfico 5 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Amazonas.	75
Gráfico 6 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas (2015-2023).....	81
Gráfico 7 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Pará.....	82
Gráfico 8 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Pará (2015-2023).....	87
Gráfico 9 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado de Rondônia.	89
Gráfico 10 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira de Rondônia (2015-2023).....	94
Gráfico 11 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado de Roraima.	96
Gráfico 12 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira de Roraima (2015-2023).....	100

Lista de Mapas

Mapa 1 - Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia ...	52
Mapa 2 - Distribuição das Unidades de Conservação por Categoria na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	54
Mapa 3 - Sobreposição de Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do Arco Norte Rondônia.	55
Mapa 4 - Tipos de Sobreposições Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	56
Mapa 5 - Sobreposições de Imóveis SIGEF Privados na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.	58
Mapa 6 - Distribuição de Terras Devolutas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.	59
Mapa 7 - Sobreposição de Terras Devolutas e áreas legalmente atribuídas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.	60
Mapa 8 - Distribuição do desmatamento acumulado na faixa de fronteira (2015-2023).	61
Mapa 9 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Acre.	66
Mapa 10 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Amapá.....	73
Mapa 11 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Amazonas.....	79
Mapa 12 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Pará.	86
Mapa 13 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) em Rondônia.	93
Mapa 14 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) em Roraima.	99
Mapa 15 - Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca.	107

Mapa 16 - Planejamento e Gestão de Risco para Recursos Hídricos.....	108
Mapa 17 - Programa ou ações de prevenção contra impactos da seca.....	109
Mapa 18 - Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos.	110
Mapa 19 - Índice de risco de impacto para deslizamento.	111
Mapa 20 - Governança e gestão de risco de desastres de deslizamento de terra.	112
Mapa 21 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações.	113
Mapa 22 - Percentual da população dos Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações.	114
Mapa 23 - Área desmatada na Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia), no ano de 2015.....	118
Mapa 24 - Área desmatada na Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia), no ano de 2022.....	119
Mapa 25 - Área desmatada na Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia), no ano de 2023.....	120

Lista de Quadros

Quadro 1 - Categorias fundiárias e contextos territoriais analisados no diagnóstico	49
Quadro 2 - Características das Áreas Protegidas e Restrições à Mineração na RENCA	83
Quadro 3 - Os desastres naturais presentes nos Estados da Faixa de Fronteira - Arco Norte e Rondônia, no período entre 1991 e 2022	105
Quadro 4 - Municípios dos Estados da Faixa de Fronteira - Arcos Norte e Rondônia identificados na Faixa B (Intemediária Avançada)	115

Sumário

EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA	48
ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL	49
ÁREAS LEGALMENTE ATRIBUÍDAS	52
SOBREPOSIÇÕES DE ÁREAS LEGALMENTE ATRIBUÍDAS NA FAIXA DE FRONTEIRA	54
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONFLITOS.....	57
ANÁLISE POR ESTADO	62
ACRE	62
AMAPÁ.....	69
AMAZONAS.....	75
PARÁ.....	82
RONDÔNIA	88
RORAIMA.....	95
GESTÃO CLIMÁTICA.....	102
FENÔMENOS CLIMÁTICOS QUE INCIDEM NA FAIXA DE FRONTEIRA	102
EMISSIONES DE GASES EFEITO ESTUFA (GEE)	116

EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA

O ordenamento territorial da faixa de fronteira brasileira, na região norte do país, representa um dos eixos centrais relativos à sua governança fundiária e ambiental. Com grande extensão e significativa diversidade de atores envolvidos, a faixa de fronteira abriga múltiplas sobreposições de interesses, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados pelo agronegócio, mineração e expansão urbana desordenada. Nesse contexto, compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra torna-se essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

A análise aqui empreendida aborda a distribuição das diferentes categorias fundiárias, a incidência de conflitos territoriais e as dinâmicas ambientais que moldam o uso da terra. Baseia-se em uma abordagem quali-quantitativa, que explora fontes diversas de informações para compreender as relações entre regularização fundiária, desmatamento e segurança jurídica dos territórios analisados. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados obtidos em fontes institucionais, enquanto a dimensão qualitativa buscou interpretar as dinâmicas socioespaciais, fornecendo um panorama sobre os fenômenos observados.

Dentre as questões investigadas, destacam-se os desafios da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em áreas coletivas, a correlação entre a regularização fundiária e a redução dos conflitos, e os impactos das mudanças nas políticas ambientais sobre o avanço do desmatamento. Além disso, buscou-se identificar a necessidade de estratégias mais integradas para enfrentar a degradação ambiental e as disputas territoriais, de modo a promover um ordenamento fundiário mais equitativo e sustentável na faixa de fronteira. Os dados trabalhados foram coletados, organizados e analisados para identificar padrões, sobreposições e dinâmicas territoriais, contribuindo para uma compreensão abrangente do ordenamento territorial e fundiário dos estados da região analisada.

Com relação à gestão climática, foram sistematizados os dados Atlas Brasileiro de Desastres Naturais que apontam que os alagamentos, chuvas intensas, enxurradas, estiagem e seca, incêndio florestal, inundações, vendavais e ciclones e outros, são desastres naturais comuns a todos os Estados dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) da Faixa de Fronteira. O Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima (AdaptaBrasil MCTI) indica que o risco de impacto presente e

futuro das mudanças climáticas nos recursos hídricos considerando uma situação de seca e a ameaça de desastre geo-hidrológico no evento de deslizamento de terra, inundações, enxurradas e alagamentos representam as vulnerabilidades quanto ao risco das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos e a capacidade adaptativa.

A abordagem do tema do ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática está estruturada em duas partes: a primeira apresenta aspectos do ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental sobre a Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, analisado tanto de forma conjunta para toda a região como por estado, buscando identificar especificidades de cada um; a segunda parte é dedicada a questão da gestão climática, incluindo a análise dos principais fenômenos que incidem no território da fronteira e das emissões de gases de efeito estufa.

ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL

As informações coletadas foram organizadas segundo as categorias fundiárias mais relevantes para a análise das situações e dos conflitos territoriais. As categorias consideradas refletem tanto a ocupação e destinação legal das terras quanto os diferentes atores envolvidos nos processos de disputa, possibilitando a espacialização das áreas de tensão e sobreposição de interesses. O Quadro 1 apresenta as principais categorias fundiárias analisadas no diagnóstico.

Quadro 1 - Categorias fundiárias e contextos territoriais analisados no diagnóstico

Categoria	Definição
Terras Indígenas (TIs)	Áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, reconhecidas constitucionalmente e regulamentadas pelo Decreto nº. 1.775/1996. São inalienáveis e de uso exclusivo das populações indígenas.
Unidades de Conservação (UCs)	Áreas protegidas sob o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº. 9.985/2000. Dividem-se em Proteção Integral e Uso Sustentável. * As Áreas de Preservação Ambiental (APAs) não foram classificadas como UCs, pois não alteram a titularidade fundiária dos imóveis. Nessas unidades, a terra pública permanece sem destinação específica e a presença de propriedades privadas é permitida, dado seu caráter de conservação menos restritivo.
Territórios Quilombolas (TQs)	Áreas reconhecidas pelo Decreto nº. 4.887/2003, ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, que foram identificadas no Acervo Fundiário do Incra.

Categoria	Definição
Assentamentos Rurais (AssRs)	Áreas destinadas à reforma agrária, sob responsabilidade do Incra.
Áreas Militares (AMs)	Espaços estratégicos para defesa nacional, designados pelos Decretos nº. 95.859/1988, nº. 97.536/1989 e nº. 2.180/1997.
Áreas Privadas (APs)	Imóveis rurais titulados e registrados em cartórios, reconhecidos pelo Acervo Fundiário como "registrados".
Imóveis Rurais (IRs)	Áreas cadastradas no SICAR Nacional, obrigatório para imóveis rurais, conforme o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Usado para regularização ambiental e monitoramento do uso e cobertura da terra.
Outras Terras (OTs)	Terras públicas sem destinação oficial, sob gestão da União ou dos estados, regulamentadas pelo Decreto-Lei nº. 9.760/1946 e pela Lei nº. 6.383/1976.
Terras em conflito	Áreas identificadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) como palco de disputas por terra, água e recursos naturais, envolvendo indígenas, comunidades tradicionais, pequenos produtores, setores do agronegócio e atores ilegais da cadeia fundiária, como grileiros, madeireiros e garimpeiros.

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de ROCHA et al. (2015) e CPT (2024).

Para reduzir os efeitos de sobreposição de áreas, foram excluídos do cálculo os assentamentos reconhecidos, ou seja, aqueles implantados por instituições governamentais federais e estaduais e formalmente registrados pelo Incra para acesso a políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Além disso, as Áreas Militares (AMs) identificadas foram incorporadas à categoria "Outras Terras (OTs)", uma vez que a totalidade dessas áreas não pôde ser mapeada devido à indisponibilidade de dados completos sobre seus polígonos.

O diagnóstico concentrou-se nos seguintes aspectos principais:

- **Caracterização das categorias fundiárias:** levantamento quantitativo e qualitativo das diferentes categorias de uso da terra, incluindo extensão, distribuição e dinâmica de ocupação.
- **Vazios e sobreposições fundiárias:** identificação e análise das interações entre diferentes categorias de uso da terra e configurações territoriais.
- **Regularização ambiental:** avaliar se a presença do CAR nos estados/municípios analisados na faixa fronteiriça poderia estar associada à redução do desmatamento ou se essa relação se mostrava indiferente. Além disso, foram exploradas possíveis conexões entre a regularização ambiental e a diminuição dos índices de desmatamento ao longo do período analisado.

- **Dinâmicas ambientais:** avaliação das taxas de desmatamento e suas relações com o ordenamento territorial e fundiário. Levou-se em consideração também o contexto político e institucional, buscando verificar se “momentos críticos” da política nacional tiveram influência nos índices de desmatamento na área estudada. Foram considerados, por exemplo, os impactos da ruptura política de 2016, provocada pelo “impeachment” da então presidente Dilma Rousseff; as políticas ambientais da gestão Jair Bolsonaro, iniciada em 2019; e as primeiras medidas do setor no terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023. Essa abordagem buscou examinar a relação entre mudanças institucionais e oscilações nas taxas de desmatamento ao longo do tempo na área estudada.
- **Conflitos fundiários:** relação entre categorias fundiárias e conflitos fundiários e hídricos registrados, considerando aspectos sociais, ambientais e econômicos. Opção por essas tipologias de conflito (pela posse e propriedade da terra, ocupações, retomadas e acampamentos, impactos de barragens, mineração e grilagem de terras) fundamenta-se na tipificação das fronteiras em secas e fluviais (Viana, 1948). Essa distinção destaca o papel central dos rios como eixos civilizatórios, essenciais para a ocupação e circulação regional.

A análise da configuração fundiária e da gestão territorial na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia evidencia os principais fatores que influenciam a ocupação e o uso do território na região. Foram consideradas diversas categorias fundiárias, incluindo TIs, UCs, TQs, AssRs, APs, e categorias não tituladas, como terras devolutas, públicas sem destinação definida e áreas com documentação precária e classificadas como "OTs". Além da configuração dessas categorias, o estudo abordou também aspectos relacionados ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)¹, um instrumento de registro obrigatório que visa integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais.

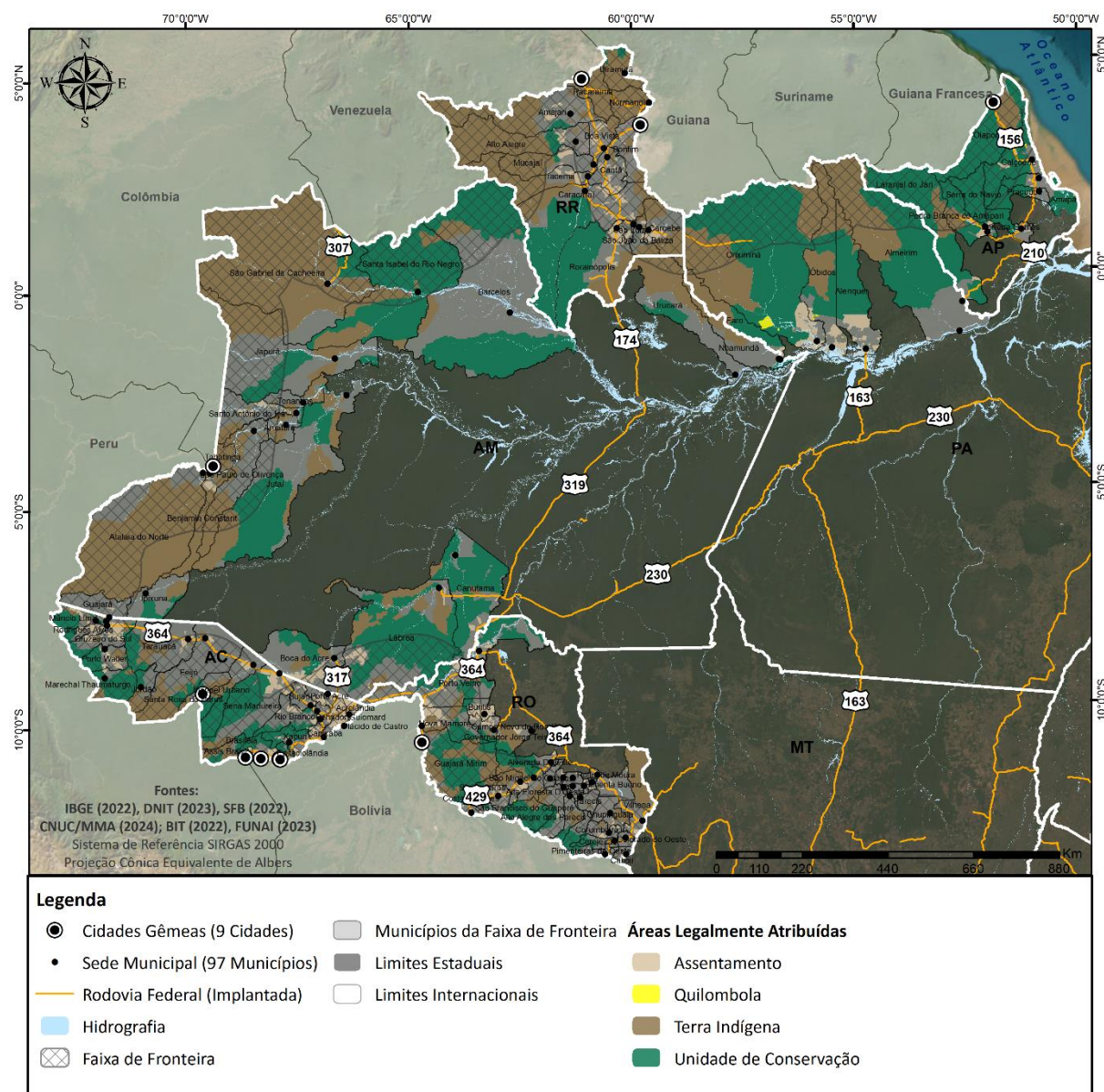
A partir dessa abordagem metodológica, a análise dos resultados permitiu identificar padrões e tendências nos conflitos fundiários, evidenciando suas relações com a governança territorial e os desafios na gestão sustentável dos recursos naturais.

¹ De acordo com a Lei federal nº. 12.651/2012 (BRASIL, 2012), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento de monitoramento e controle ambiental aplicado a todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, em território nacional. Seu propósito é servir como base de dados para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento (art. 29). No entanto, a forma como esse cadastramento ocorre pode evidenciar desafios na organização fundiária e na governança territorial.

ÁREAS LEGALMENTE ATRIBUÍDAS

A representação das áreas legalmente atribuídas no mapa a seguir expressa a complexidade territorial da Faixa de Fronteira:

Mapa 1 - Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

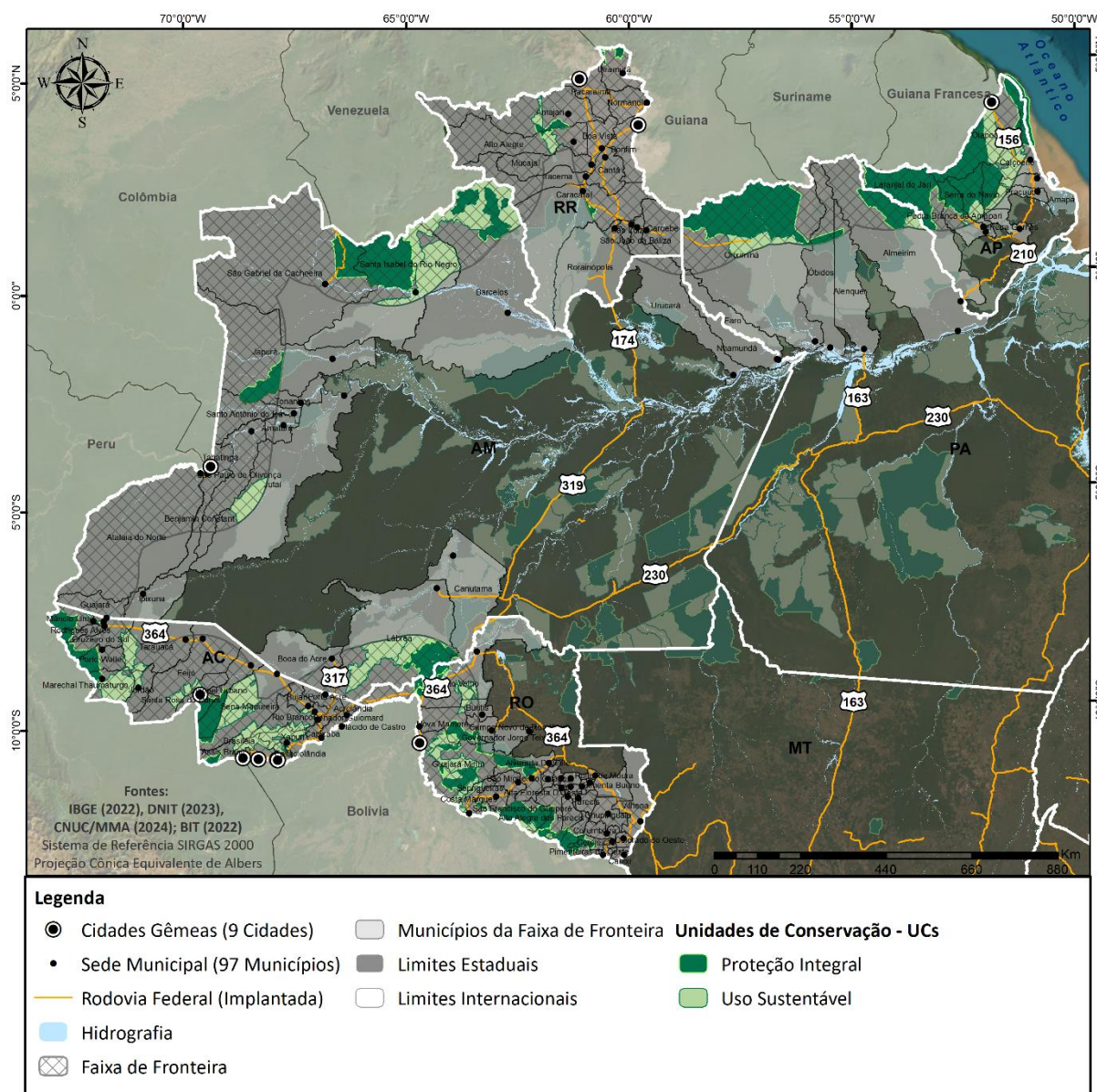
As Terras Indígenas ocupam extensas áreas na região do Arco Norte e Rondônia, especialmente nos estados do Amazonas, Pará e Roraima, sendo reconhecido seu papel na preservação da biodiversidade e na proteção dos povos originários.

Da mesma forma, as Unidades de Conservação também abrangem grandes extensas áreas em toda região estudada. Os assentamentos rurais têm forte presença no Acre, Roraima e Rondônia, enquanto sua distribuição nos demais estados da faixa de fronteira estudada é mais limitada. Já os territórios quilombolas, embora sejam poucos na região, possuem presença no Amapá e em Rondônia, refletindo a luta dessas comunidades pelo reconhecimento de direitos territoriais. Em algumas situações, Unidades de Conservação, Terras Indígenas e assentamentos podem apresentar sobreposições parciais, onde apenas frações de seus territórios coincidem. Esse cenário pode gerar conflitos de uso, especialmente nos casos em que há restrições ambientais ou disputas pelo acesso a recursos naturais.

O mapa 2, a seguir, apresenta a distribuição das UCs na Faixa de Fronteira da Amazônia Brasileira, destacando a diferenciação entre áreas de Proteção Integral e de Uso Sustentável. As primeiras predominam em estados como o Amapá, especialmente próximas à fronteira com a Guiana Francesa, evidenciando um foco em preservar ecossistemas sensíveis e biodiversidade. Já as UCs de Uso Sustentável são mais presentes em estados como Acre, Rondônia e Pará, sugerindo maior interação com comunidades locais e atividades de manejo sustentável.

As UCs têm um papel estratégico tanto na conservação ambiental quanto na gestão territorial e na segurança nacional, especialmente devido à proximidade com as fronteiras internacionais. No entanto, o mapa também revela potenciais conflitos em regiões onde UCs de Uso Sustentável coexistem com rodovias federais e áreas de expansão econômica, como no Amazonas e Rondônia, onde a expansão planejada da infraestrutura rodoviária pode representar desafios significativos para a integridade dessas áreas protegidas.

Mapa 2 - Distribuição das Unidades de Conservação por Categoria na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



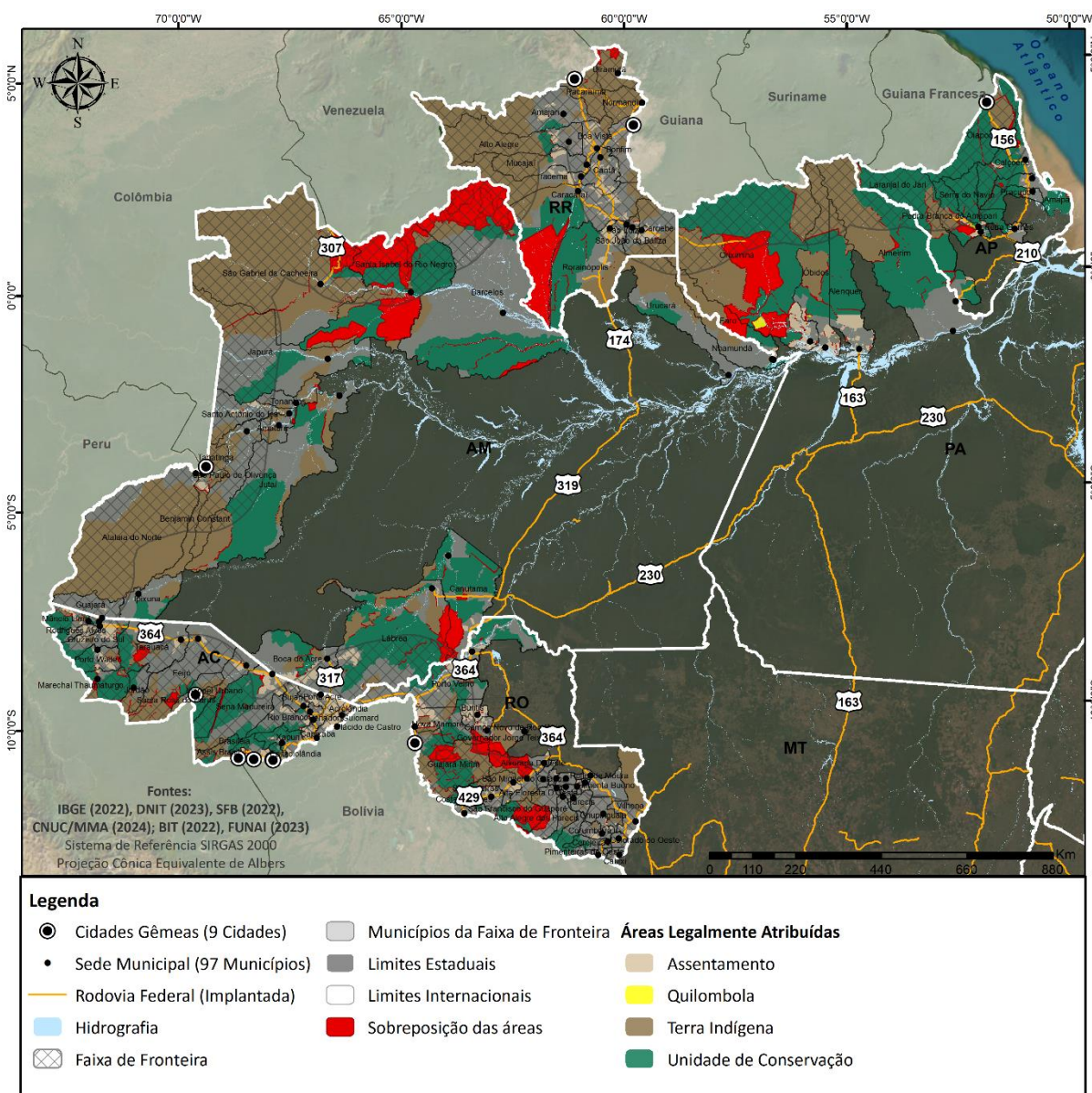
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

SOBREPOSIÇÕES DE ÁREAS LEGALMENTE ATRIBUÍDAS NA FAIXA DE FRONTEIRA

As sobreposições de áreas legalmente atribuídas refletem diferentes categorias de uso e gestão no território, o que sugere maior complexidade na governança e eventualmente pode gerar conflitos. Os estados do Pará, Amazonas e Roraima apresentam as maiores concentrações dessas sobreposições, refletindo tensões entre conservação ambiental, reforma agrária e a garantia dos direitos de populações tradicionais. O planejamento territorial deve considerar os múltiplos interesses envolvidos em cada região, visando equilibrar a proteção ambiental, o

desenvolvimento econômico e os direitos territoriais das comunidades locais. Destaca-se que as rodovias federais próximas a essas áreas tendem a intensificar conflitos, pois facilitam o acesso, podendo estimular ocupações irregulares e ampliar os desafios para a gestão integrada do território.

Mapa 3 - Sobreposição de Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do Arco Norte Rondônia.

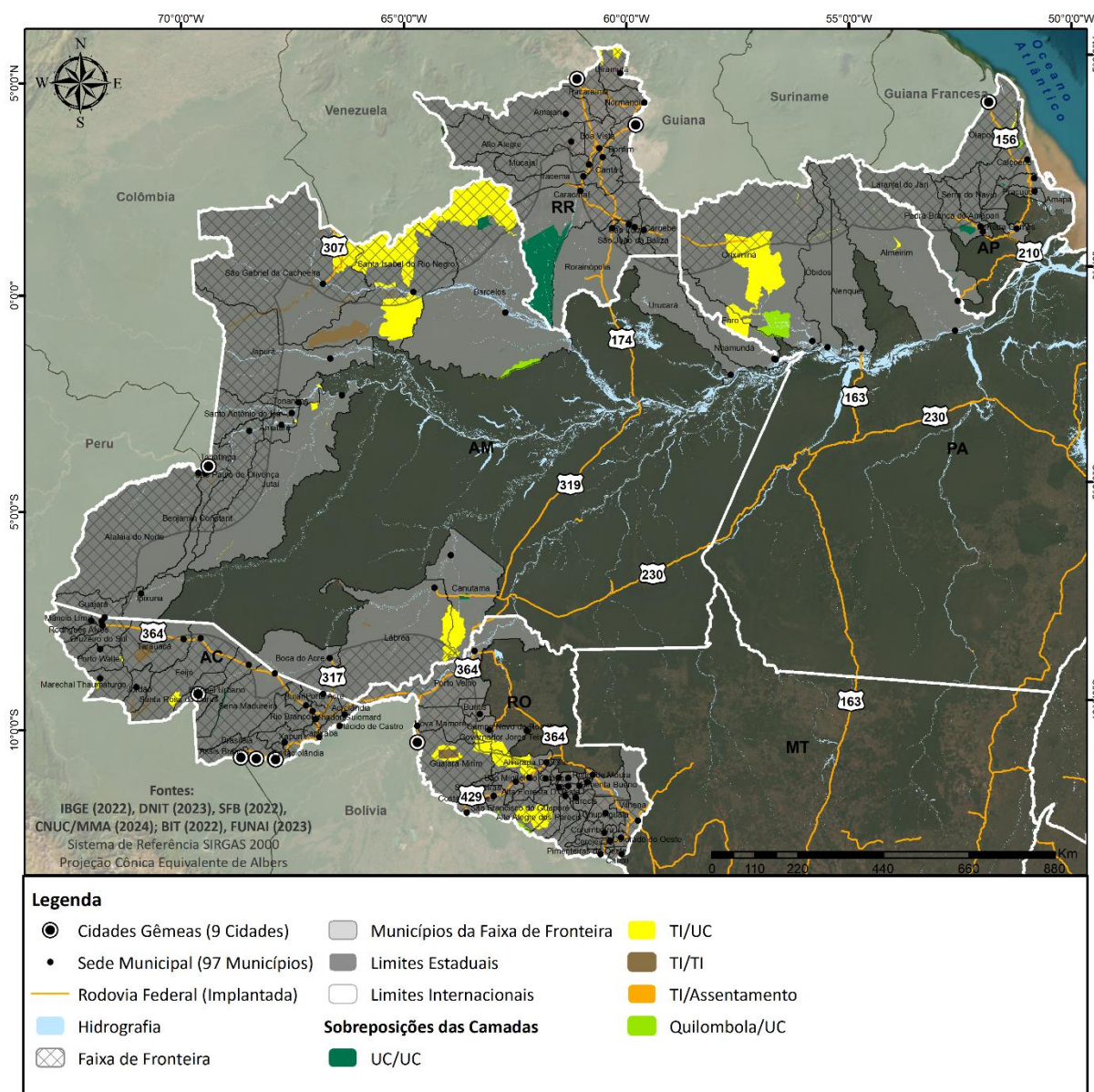


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

O mapa a seguir apresenta as categorias de áreas sobrepostas. As sobreposições mais frequentes, como entre TIs e UCs, evidenciam a coexistência de políticas de conservação ambiental com os direitos territoriais dos povos indígenas,

especialmente no Pará, Amapá e Roraima. No entanto, essas interações podem gerar tensões, diante dos desafios de compatibilizar a proteção ambiental com o uso tradicional dos recursos naturais. Outras sobreposições, como entre TIs e assentamentos rurais ou entre diferentes categorias de UCs, refletem conflitos de gestão e uso do território, particularmente em estados como Rondônia, Acre e Pará, onde há intensa pressão por exploração produtiva e expansão da infraestrutura.

Mapa 4 - Tipos de Sobreposições Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



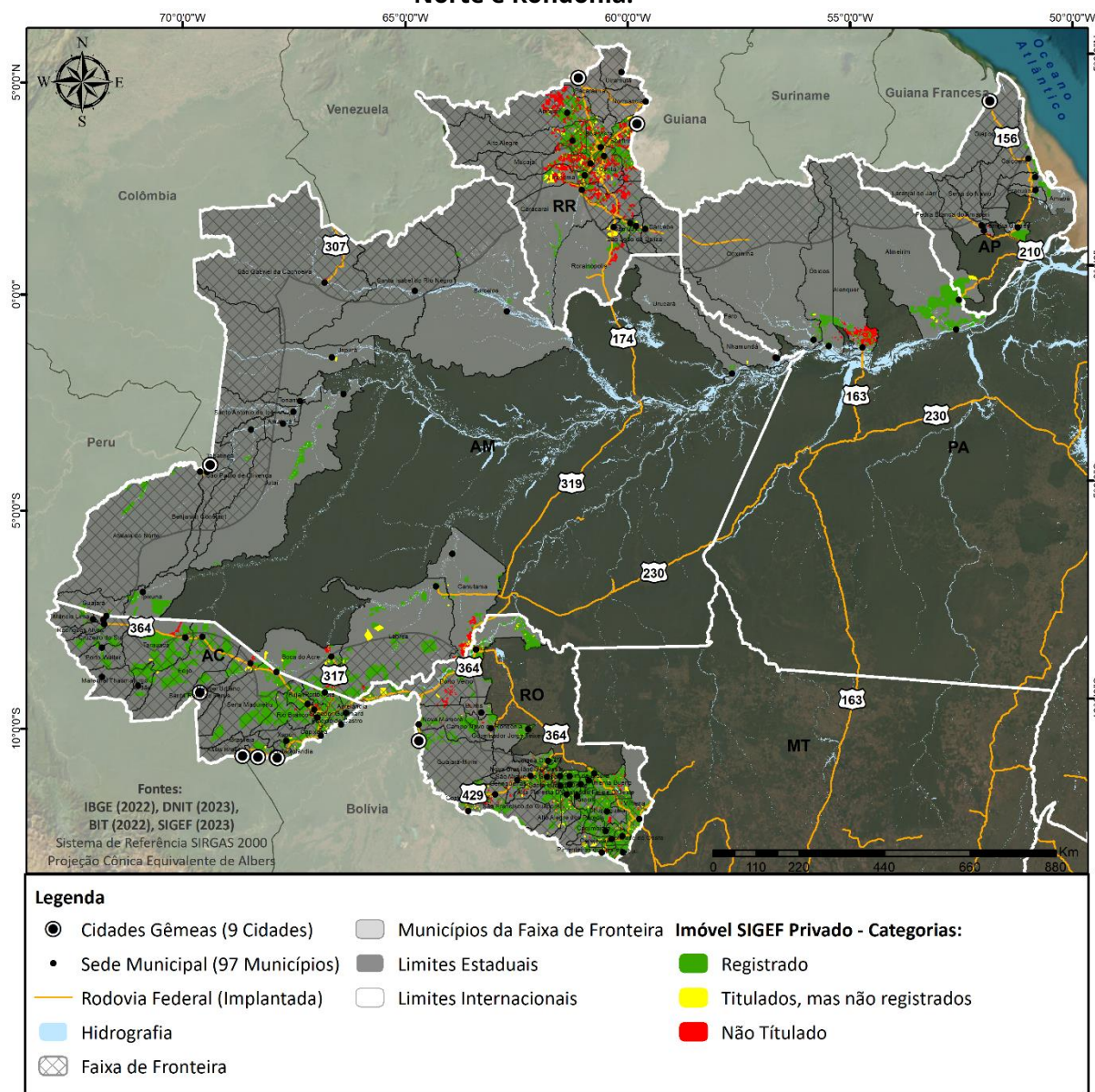
Fontes: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONFLITOS

A maior concentração de imóveis registrados é observada nos estados do Acre, Rondônia e parte do Amazonas, indicando avanços na regularização fundiária nessas regiões. Por outro lado, a prevalência de imóveis não titulados, especialmente em Roraima e Pará, reflete a insegurança fundiária e as disputas pela posse da terra em áreas com intensa atividade econômica. As regiões próximas a rodovias federais apresentam maior densidade de imóveis, o que sugere uma relação direta entre o acesso facilitado e o avanço de ocupações, muitas vezes irregulares. Essa configuração territorial gera tensões significativas, particularmente em áreas onde imóveis não regularizados se sobrepõem a áreas protegidas ou comunidades tradicionais, dificultando a gestão fundiária e intensificando os conflitos pela terra. Destaca-se ainda a importância de políticas públicas voltadas para a regularização fundiária na região, de forma a garantir segurança jurídica, mitigar os conflitos territoriais e promover o uso sustentável do território amazônico.

A distribuição de imóveis privados na Faixa de Fronteira da Amazônia Brasileira cadastrados no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) são representados no mapa 5, destacando três categorias: registrados, titulados não registrados e não titulados.

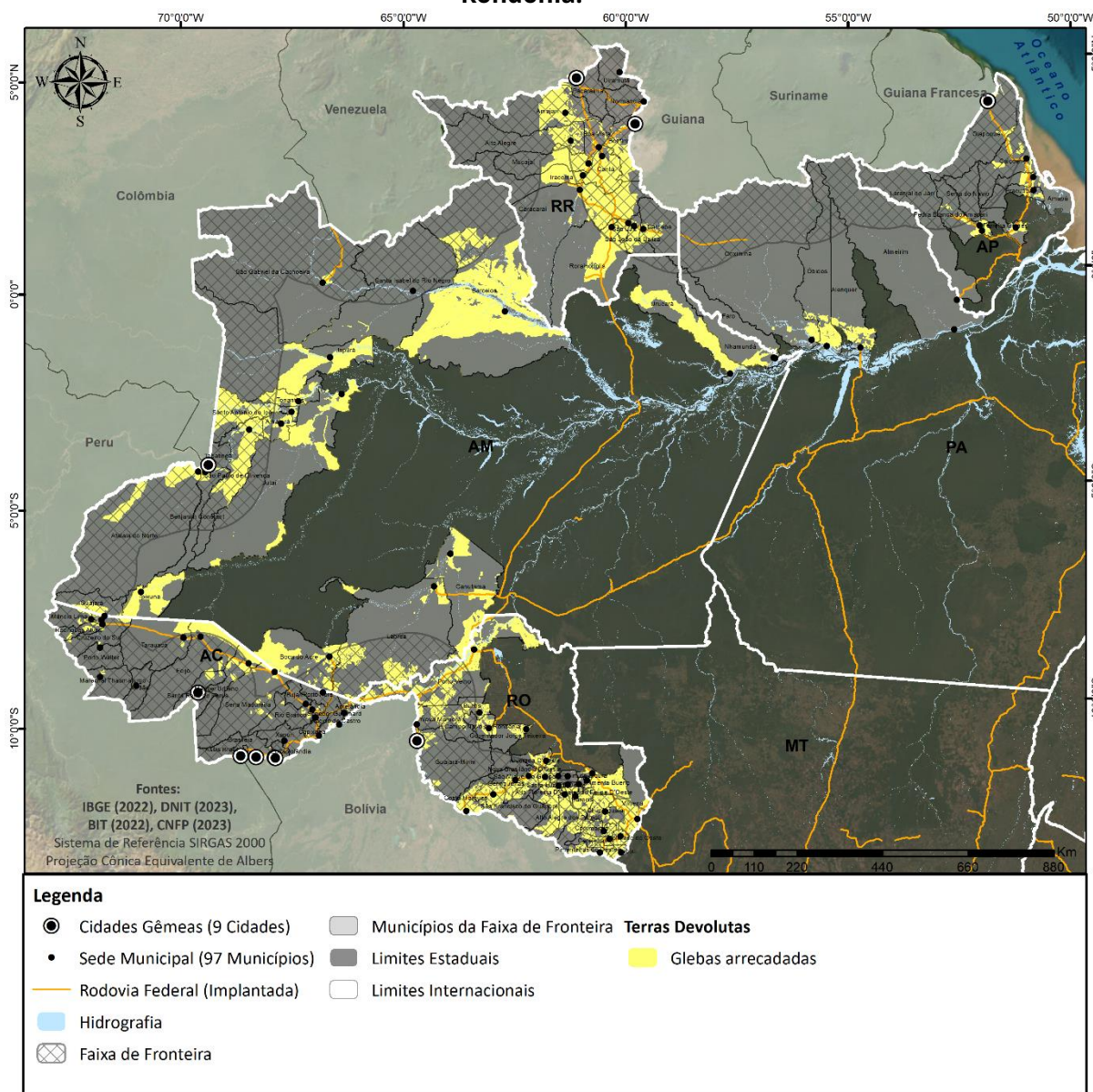
Mapa 5 - Sobreposições de Imóveis SIGEF Privados na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Já o mapa 6, a seguir, apresenta a distribuição das glebas arrecadadas na Faixa de Fronteira da Amazônia Brasileira, evidenciando a concentração dessas áreas públicas nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima.

Mapa 6 - Distribuição de Terras Devolutas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.

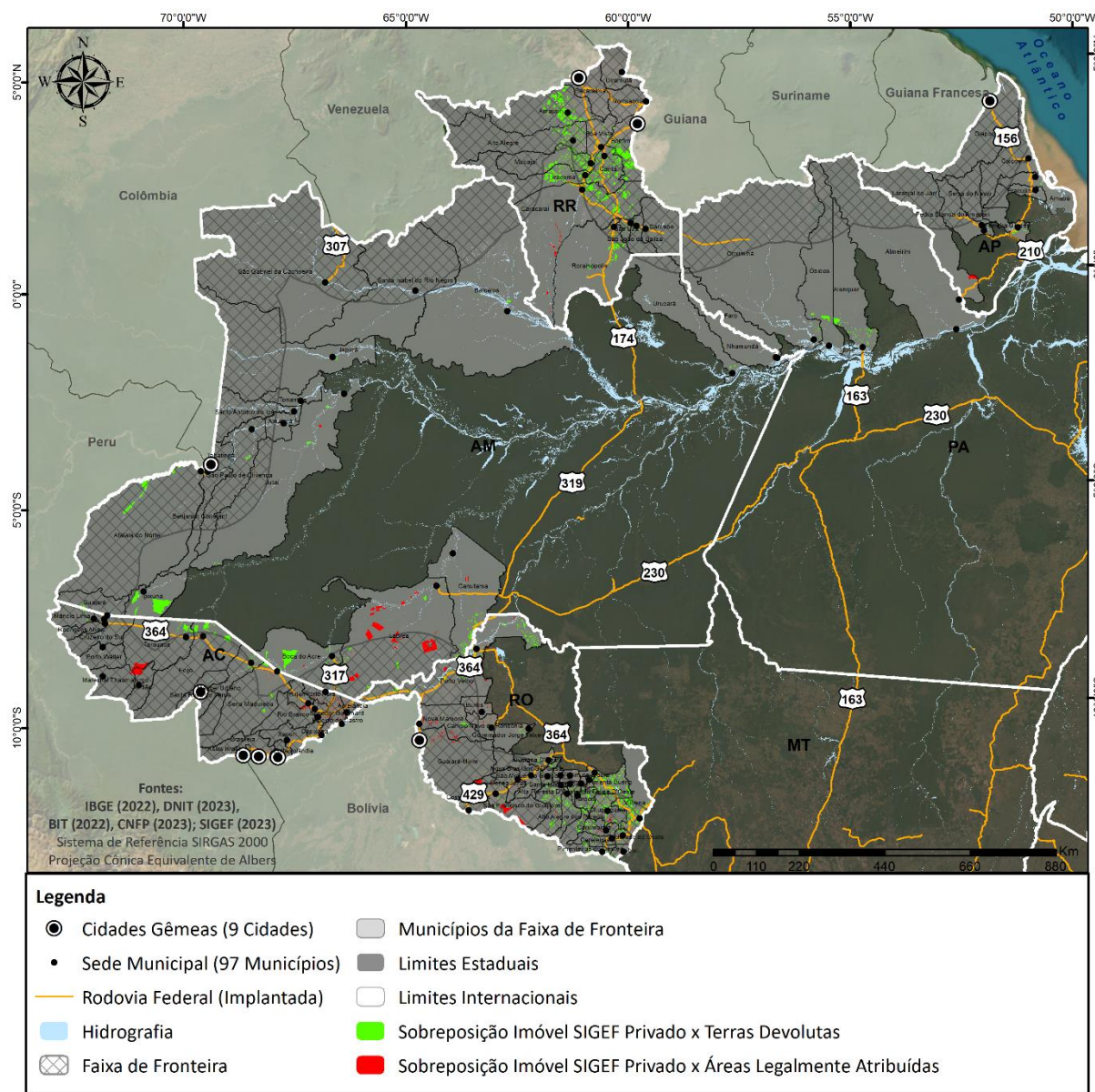


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

O mapa 7 a seguir representa as sobreposições entre imóveis privados cadastrados no SIGEF e terras devolutas ou áreas legalmente atribuídas na faixa de fronteira estudada. Essas sobreposições indicam possíveis conflitos fundiários e desafios para a gestão territorial. As sobreposições com terras devolutas são mais frequentes em estados como Roraima e Rondônia, enquanto aquelas envolvendo áreas legalmente atribuídas se concentram no Acre, Amazonas e Rondônia. Em regiões de fronteira, essas sobreposições têm implicações estratégicas, afetando tanto a proteção territorial quanto o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação ambiental. A análise dos dados coletados reforça a necessidade de

avanços na regularização fundiária e no fortalecimento da governança territorial na faixa de fronteira.

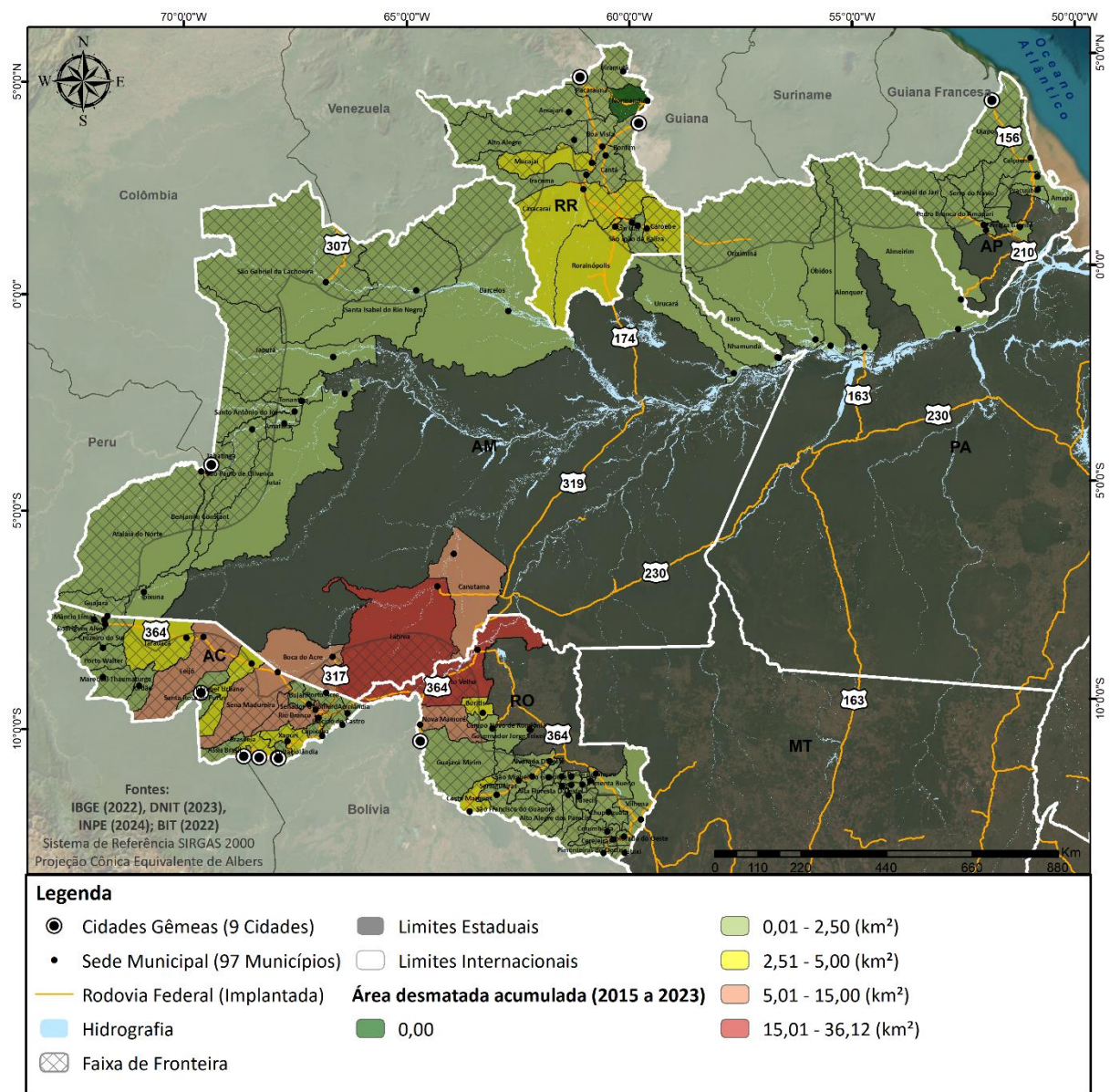
Mapa 7 - Sobreposição de Terras Devolutas e áreas legalmente atribuídas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Por fim, o mapa 8, intitulado "Distribuição do Desmatamento Acumulado na Faixa de Fronteira (2015-2023)", apresenta uma visão espacial da concentração do desmatamento no estado fronteiriços da Amazônia. As análises por Estado serão feitas a seguir.

Mapa 8 - Distribuição do desmatamento acumulado na faixa de fronteira (2015-2023).



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundárias.

ANÁLISE POR ESTADO

ACRE

CONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA

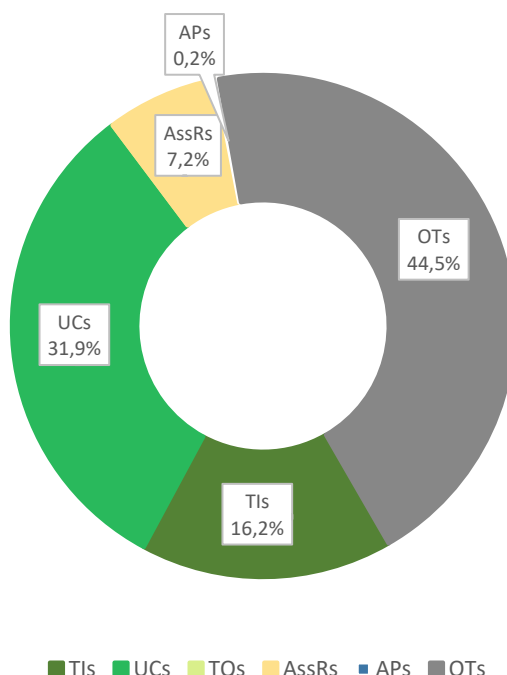
A situação fundiária na faixa de fronteira do Acre reflete um quadro de centralização sob domínio federal, intensificado durante o período da ditadura empresarial-militar. Esse modelo fundiário resultou em um cenário de indefinição fundiária e desafios persistentes para a governança territorial.

Essa indefinição se manifesta na dificuldade de acesso às informações sobre a regularidade dos documentos de domínio existentes, na sobreposição de áreas e na interseção de títulos distintos para uma mesma propriedade. Além disso, há divergências entre registros documentais e a materialidade territorial, onde propriedades são identificadas em locais diferentes daqueles registrados oficialmente. Esses problemas históricos favorecem a grilagem de terras públicas, ampliando a insegurança jurídica e desencadeando conflitos sociais nas áreas rurais do estado (INCRA, 2021).

Segundo Almeida et al. (2021), aproximadamente 28% do território do Acre permanecia sem definição fundiária ou sem informações disponíveis. Deste total, a União detinha a maior parcela (69%), sendo que quase toda essa área (99%) estava inserida na faixa de fronteira, o que exige autorização do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para sua regularização. Além disso, em 2021, 18% do estado ainda aguardava uma decisão da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal (CTD) sobre sua destinação.

Essa configuração fundiária singular resultou em um território onde predominam espaços territoriais especialmente protegidos, como Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Na faixa de fronteira, essas categorias juntas representam cerca de 48% da área da faixa de fronteira no estado (vide Gráfico 1, a seguir).

Gráfico 1 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Acre.



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Incra, Funai, MMA.

As TIs ocupam aproximadamente 23.466,881 km², representando 16,2% da faixa de fronteira do Acre. Essas áreas desempenham um papel essencial na preservação dos modos de vida e culturas indígenas, além de contribuírem significativamente para a manutenção da biodiversidade local. Municípios como Feijó (36,6%), Assis Brasil (10,0%) e Tarauacá (9,2%) abrigam extensões expressivas dessas áreas, refletindo o protagonismo histórico e territorial dos povos originários no estado.

As UCs, que ocupam cerca de 32% da faixa de fronteira no Acre, refletem a importância de modelos como as Reservas Extrativistas (Resex), criadas para garantir o uso sustentável dos recursos naturais por populações tradicionais. Municípios como Marechal Thaumaturgo (74,8%), Xapuri (55,9%) e Mâncio Lima (54,2%) possuem extensas porções do seu território em áreas protegidas, reforçando o protagonismo do estado na implementação de modelos territoriais sustentáveis. Essas áreas são fruto de uma longa trajetória de resistência liderada pelos seringueiros, especialmente por meio dos "empates", movimentos coletivos que surgiram em resposta ao avanço do desmatamento nos seringais acrianos².

² Para uma visão mais abrangente sobre a distribuição de TIs e UCs em toda a região da faixa de fronteira analisada, consulte os mapas disponíveis no Apêndice (Mapa 1: Distribuição das TIs; Mapa 2: Distribuição das UCs). Esses mapas fornecem uma representação visual detalhada, facilitando a análise comparativa entre os estados.

Os Assentamentos Rurais no Acre ocupam 7,2% da faixa de fronteira, totalizando 10.449,507 km², o que representa uma parcela expressiva em relação a outros estados analisados. Diferentemente de regiões onde predominam modalidades ambientalmente diferenciadas, os assentamentos no Acre são exclusivamente do tipo convencional (PA), refletindo um modelo tradicional de reforma agrária voltado à distribuição individual de lotes para produção agropecuária. Embora atenda à demandas por inclusão social e acesso à terra, esse modelo, implementado em um território de alta sensibilidade socioambiental, reforça a necessidade de práticas produtivas sustentáveis. Essas práticas devem conciliar proteção ambiental, geração de renda e segurança alimentar e nutricional, aproveitando o grande potencial agroecológico da região.

Por outro lado, as Áreas Privadas correspondem a 0,2% da faixa de fronteira do estado, concentrando-se principalmente nos municípios de Manoel Urbano (27,1%), Feijó (14,7%) e Rio Branco (10,9%). Essa baixa representatividade reflete as dificuldades estruturais na organização fundiária da Amazônia e, particularmente, da faixa de fronteira. A predominância de terras sob controle da União tem resultado em um cenário de documentação precária e entraves administrativos que dificultam a regularização fundiária e a segurança jurídica dos ocupantes.

A elevada proporção de terras classificadas como Outras terras (64.459,794 km²), que correspondem a 44,5% do território estadual na faixa de fronteira, evidencia lacunas no ordenamento fundiário. Essa categoria abrange terras devolutas, não tituladas, títulos não registrados e documentos com informações insuficientes. Dentro desse montante, 316,515 km² estão registrados no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do Incra como “áreas com documentação precária ou incompleta”. Esse quadro reflete a centralização histórica da gestão fundiária e a ausência de políticas consistentes para a destinação e regularização de terras públicas.

Essa condição perpetua vulnerabilidades, como grilagem de terras públicas, sobreposição de direitos territoriais, conflitos de uso e dificuldades no planejamento territorial. Além disso, compromete a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. No contexto da faixa de fronteira amazônica, a ausência de clareza sobre a titularidade das terras torna-se ainda mais sensível, dado o papel estratégico da região para a conservação ambiental e a inclusão das populações locais. A indefinição fundiária gera insegurança jurídica dos ocupantes e impede uma gestão territorial eficiente.

GESTÃO AMBIENTAL NA FAIXA DE FRONTEIRA

A distribuição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos municípios da faixa de fronteira do Acre evidencia variações expressivas tanto em termos absolutos quanto proporcionais. Essas discrepâncias refletem as particularidades da estrutura fundiária e da dinâmica territorial da região, levantando questões sobre possíveis sobreposições, inconsistências nos registros e desafios na regularização das áreas cadastradas que merecem atenção.

Os registros do CAR na faixa de fronteira acreana³ somam 173.441,275 km², cobrindo a totalidade da área cadastrada no estado. No entanto, a distribuição desses registros varia consideravelmente entre os municípios. Sena Madureira (32.627,861 km²; 18,8%), Xapuri (30.826,003 km²; 17,8%) e Feijó (19.436,395 km²; 11,2%) concentram a maior parte das terras cadastradas, refletindo sua importância na dinâmica socioeconômica da região.

Entretanto, discrepâncias expressivas nos percentuais de cadastramento, como 576,1% de área cadastrada em Xapuri, 239,2% em Acrelândia e 173,9% em Sena Madureira, sugerem a ocorrência de sobreposições ou inconsistências nos dados. Essas distorções podem ser atribuídas a diversos fatores, entre eles: i) sobreposição de registros, causada por duplicações ou erros no sistema; ii) ausência de validação, uma vez que os dados são autodeclaratórios e carecem de fiscalização adequada; e iii) complexidade da gestão fundiária, caracterizada pela interação entre terras públicas, privadas e coletivas, bem como outras questões relacionadas ao ordenamento territorial.

A baixa taxa de análise dos cadastros no estado – somente 4,3% passaram por validação (Lopes et al., 2024) – agrava esse cenário, limitando a capacidade do CAR de refletir com precisão a realidade fundiária do Acre. O lento avanço nesse processo dificulta a identificação e correção de inconsistências, resultando na permanência de sobreposições e distorções que reduzem a precisão dos dados e limitam a eficácia do CAR como instrumento de gestão fundiária e ambiental.

Os desafios da gestão ambiental no Acre são particularmente evidentes em municípios como Sena Madureira, Xapuri e Feijó, que concentram grande parte dos registros no CAR. Situados em áreas da faixa de fronteira sob forte pressão agropecuária e madeireira, esses territórios apresentam um histórico de ocupações em regiões ambiental e socialmente sensíveis. Essa dinâmica é agravada pelo destaque de Feijó e Sena Madureira entre os municípios com os mais altos índices de desmatamento, reforçando a necessidade urgente de estratégias integradas e

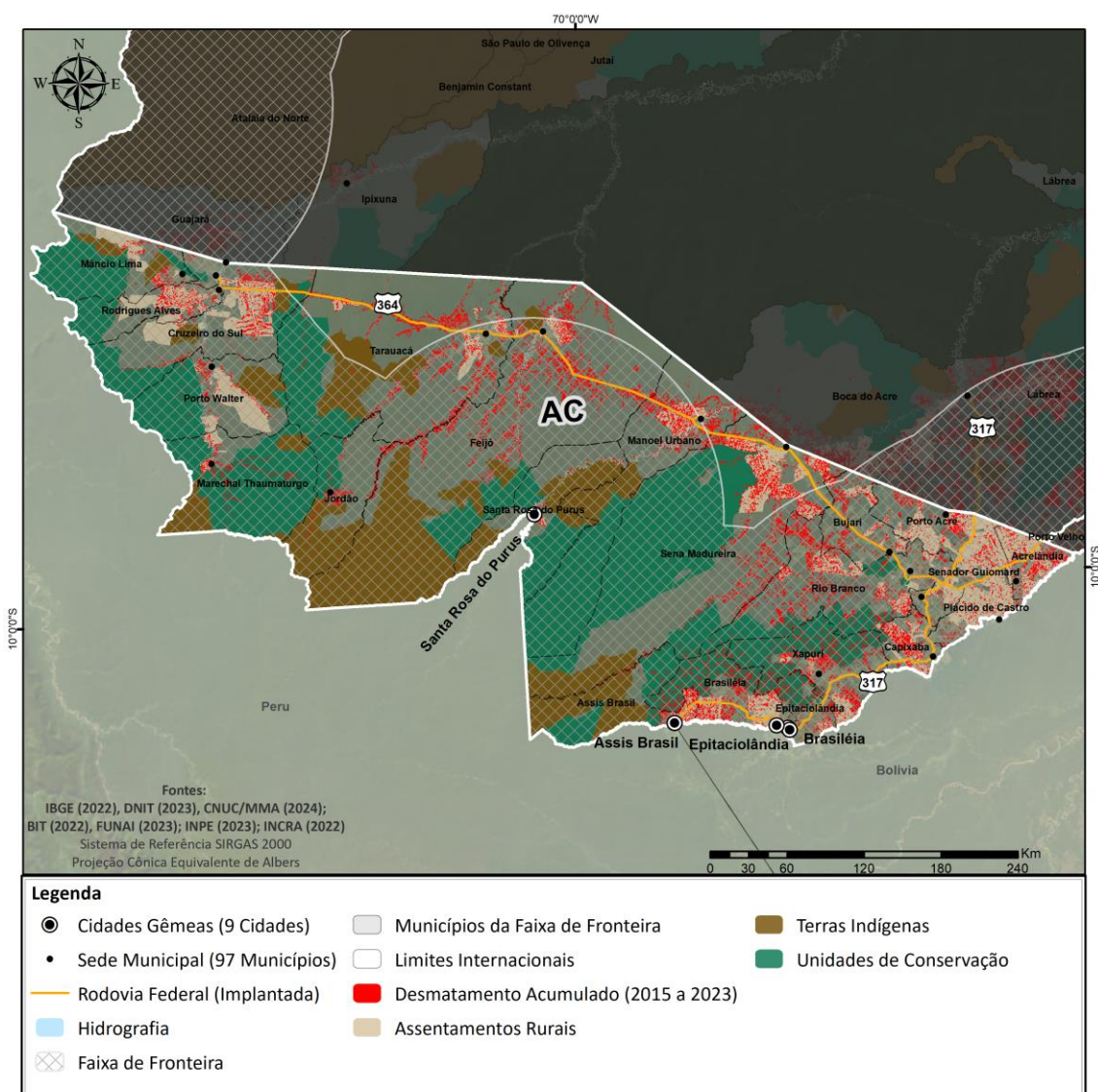
³ Ver dados organizados por estado e municípios na Tabela 1 do Anexo.

eficazes de gestão territorial.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA

O mapa 9, intitulado "Distribuição do Desmatamento Acumulado na Faixa de Fronteira (2015-2023)", apresenta uma visão espacial da concentração do desmatamento no estado do Acre.

Mapa 9 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Acre.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Os municípios de Feijó, Sena Madureira e Rio Branco destacam-se como áreas críticas na faixa de fronteira acriana, registrando desmatamento acumulado entre 2015 e 2023, conforme dados do Terra Brasilis (2024). Conforme apresentado no Mapa 8, embora sejam classificados nessa categoria como de baixa intensidade

(5,01 a 15,00 km²) no período, esses índices sinalizam a necessidade de atenção, dado o avanço da pressão territorial e ambiental na região.

De acordo com dados do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimada (ACRE, 2025), os maiores índices de desmatamento ocorrem em Assentamentos Rurais e Áreas Privadas, devido à posse consolidada e a um modelo de exploração voltado para atividades agropecuárias extensivas. Em contrapartida, as TIs e UCs, que obedecem a regimes de posse institucional e culturalmente diferenciados, desempenham um papel fundamental na conservação ambiental, apresentando menores índices de desmatamento.

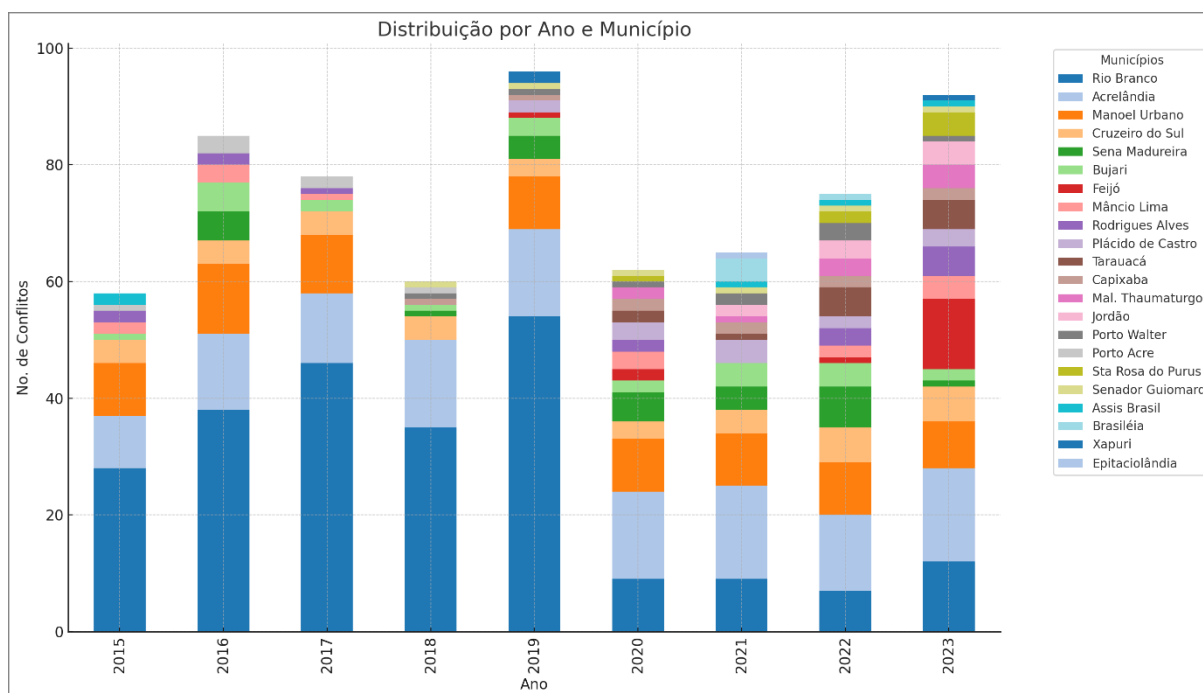
Destaca-se ainda o desmatamento nas chamadas “Outras Terras”, que correspondem a áreas sem destinação definida ou informação de uso. Essas terras, frequentemente alvo de grilagem e ocupações irregulares, evidenciam fragilidades na governança fundiária e na fiscalização ambiental, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à regularização dessas áreas e ao fortalecimento de mecanismos de controle ambiental (ACRE, 2023).

O desmatamento no estado concentra-se nas proximidades das sedes municipais, ao longo das principais redes hidrográficas (rios Acre, Maracauã, Iaco, Envira, Tarauacá e Purus) e das rodovias BR-364 e BR-317. Esses eixos viários, embora favoreçam o escoamento da produção e a conectividade regional, também funcionam como vetores de entrada para grileiros e madeireiros ilegais, ampliando a degradação ambiental (ACRE, 2023).

Feijó, Manoel Urbano, Rio Branco, Sena Madureira e Tarauacá, destacados na lista de áreas prioritárias para ações de controle do desmatamento e degradação florestal (MMA, 2024), refletem a convergência de pressões sobre áreas privadas, ausência de regularização fundiária e expansão agrícola desordenada. Esses fatores destacam a urgência de estratégias integradas que combinem fiscalização intensiva, regularização fundiária e promoção de práticas produtivas sustentáveis, essenciais para mitigar os impactos ambientais e sociais na região.

O gráfico 2 apresentada a seguir destaca a evolução dos conflitos fundiários no estado do Acre entre 2015 e 2023, evidenciando a relação entre o desmatamento e as disputas territoriais. Rio Branco, Manoel Urbano e Sena Madureira entre os cinco municípios mais conflituosos no estado reflete dinâmicas de pressão em APs, AssRs e OTs. Essa convergência entre conflitos e desmatamento reforça o papel do ordenamento territorial e fundiário como eixo central para mitigação dos impactos socioambientais na faixa fronteiriça.

Gráfico 2 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Acre (2015-2023).



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

A análise dos dados reforça a persistência e a intensidade dos conflitos territoriais em municípios críticos do Acre, como Rio Branco e Acrelândia, que concentram boa parte das disputas ao longo do período analisado. A queda acentuada em 2020, durante o início da pandemia de COVID-19, seguida de uma retomada significativa nos anos subsequentes, culminando em dois picos de registros (2019 e 2023), sugere que “momentos críticos”, como mudanças político-institucionais e crises sanitárias, impactam diretamente a dinâmica desses conflitos, inclusive em áreas de fronteira, que são reconhecidas pela literatura como espaços vulneráveis a pressões múltiplas. Tais flutuações também podem indicar a sensibilidade das disputas às ações de fiscalização e à implementação de políticas públicas, que ora promovem contenção, ora intensificam tensões em territórios já fragilizados.

Os dados sugerem que a fragilidade no ordenamento territorial e a ausência de uma regularização fundiária eficaz alimentam um cenário de instabilidade em seringais, TIs e AssRs. Esses territórios tradicionais permanecem como um dos principais focos de disputa, com invasões e desmatamento ilegal ameaçando a integridade das áreas ocupadas por povos como os Jaminawa, Kaxinawa, Kulina, Katukina e Poyanawa. UCs, como Reservas Extrativistas (Resex), além de seringais tradicionais, também registram conflitos significativos, refletindo a tensão entre modelos de uso sustentável da terra e a crescente pressão de grileiros, fazendeiros e agentes do

agronegócio.

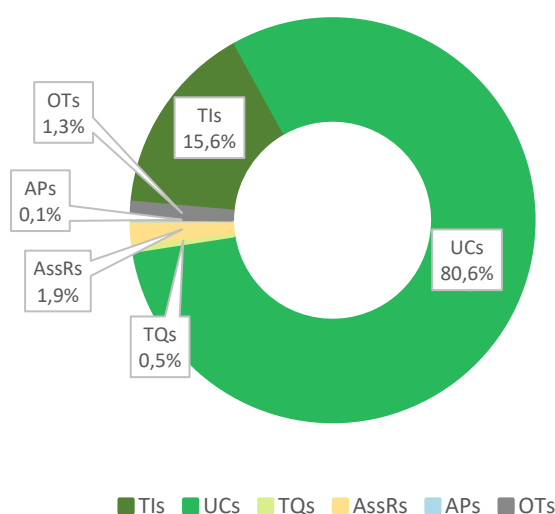
Essa tensão é agravada pela regularização fundiária inconclusa e pela sobreposição de reivindicações fundiárias, que reforçam a instabilidade social e territorial nos AssRs. O aumento nos conflitos em anos marcados por mudanças de governo reflete a disputa entre interesses divergentes e evidencia a necessidade de fortalecer ações de fiscalização, proteger os territórios vulneráveis e implementar políticas estruturantes, tanto fundiárias quanto ambientais, para prevenir novos picos de instabilidade e promover a justiça territorial.

AMAPÁ

CONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA

O gráfico 3 abaixo apresenta a distribuição das áreas legalmente atribuídas na faixa de fronteira do estado do Amapá:

Gráfico 3 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Amapá.



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Incra, Funai, MMA.

O Amapá destaca-se pela predominância de Unidades de Conservação, que ocupam 80,6% da faixa de fronteira, e Terras Indígenas, que abrangem 15,6%. Essa configuração reflete um modelo de governança voltado para assegurar serviços ecossistêmicos essenciais, como a proteção da biodiversidade e o equilíbrio climático, enquanto promove o uso sustentável do território.

No estado, as UCs desempenham um papel estratégico na proteção de

ecossistemas amazônicos únicos, atuando também como barreiras contra atividades ilegais, como a grilagem de terras públicas e o desmatamento. Entre as principais UCs, destacam-se a Floresta Nacional (Flona) do Amapá, a Flona de Cabo Orange, a Floresta Estadual (Floe) do Amapá e o Parque Nacional (Parna) Montanhas do Tumucumaque⁴. Essas áreas possuem distintos objetivos de conservação: as Flonas e a Floe conciliam o uso sustentável dos recursos florestais com práticas econômicas de baixo impacto, enquanto o Parque Nacional (Parna) Montanhas do Tumucumaque, de proteção integral, prioriza a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais. Reconhecido como um dos maiores parques nacionais do mundo, esse parque abrange áreas de sete municípios da faixa de fronteira, excetuando Ferreira Gomes, o que reforça sua ampla relevância ecológica.

Além disso, as UCs correspondem a 29,5%, 28,8% e 18,7% das áreas municipais na faixa de fronteira de Oiapoque, Laranjal do Jari e Calçoene, respectivamente. Essa distribuição evidencia sua importância para o ordenamento fundiário e para a promoção de uma gestão integrada e sustentável do território.

As Terras Indígenas, que ocupam 10.981,871 km² (15,6% da área), desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos territoriais, culturais e sociais das populações indígenas, além de promoverem práticas sustentáveis de manejo e conservação do território. Essas áreas fortalecem a presença dos povos originários nas decisões relacionadas ao uso da terra e à gestão territorial.

As Terras Quilombolas e os Assentamentos Rurais no Amapá possuem baixa representatividade na faixa de fronteira amapaense. As primeiras abrangem apenas 363,711 km² (0,5%), enquanto os assentamentos rurais ocupam 1.331,979 km² (1,9%). Esse cenário reflete o histórico de centralização do controle fundiário pela União durante o período em que o Amapá era território federal, bem como os desafios para incluir comunidades tradicionais no planejamento territorial. Apesar disso, essas categorias desempenham um papel importante na inclusão socioeconômica e no reconhecimento de direitos territoriais.

A categoria Outras Terras, que representa 1,3% do território (893,822 km²), destaca que o Amapá possui a menor proporção de terras a destinar na faixa de fronteira entre os estados amazônicos. Embora esse dado sugira um cenário relativamente consolidado de ordenamento territorial, ele também ressalta a necessidade de políticas públicas para regularizar e integrar essas terras ao planejamento regional, promovendo segurança jurídica e eficiência na gestão fundiária.

⁴ A Floe do Amapá e o Parna Montanhas do Tumucumaque estão inseridos na Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA), cujo objetivo de proteger os recursos minerais da região e que, atualmente, também desempenha um papel relevante na conservação ambiental. A RENCA será abordada um pouco mais detidamente em seção posterior.

Com base nos dados apresentados, a baixa presença de Terras Privadas (TPs) no Amapá, representando apenas 93,563 km² ou 0,001% do território da faixa de fronteira, reflete uma característica singular do modelo de ocupação fundiária no estado. Essa configuração tem implicações diretas no modelo de governança territorial, especialmente quando comparada aos estados vizinhos, onde a proporção de terras privadas pode ser significativamente maior.

A predominância de terras públicas ou protegidas no Amapá sugere uma gestão fundiária orientada para a conservação ambiental e a proteção de populações tradicionais, reforçando o papel estratégico do estado na preservação de recursos naturais. Todavia, a baixa representatividade de TPs também pode limitar o desenvolvimento de iniciativas econômicas locais que dependam de disponibilidade de terras para a sua implementação. Ao mesmo tempo, esse cenário demanda políticas públicas robustas para garantir o uso sustentável e a fiscalização eficiente dessas áreas.

Por fim, cabe mencionar que o estado enfrenta desafios logísticos e de integração territorial. Suas principais conexões com o restante do Brasil dependem de rotas fluviais e aéreas via Belém, limitando o alcance de políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento econômico. Além disso, a predominância de áreas protegidas exige um modelo de governança que equilibre a conservação ambiental com a inclusão socioeconômica, respeitando as especificidades históricas, culturais e geográficas do estado.

GESTÃO AMBIENTAL NA FAIXA DE FRONTEIRA

A análise dos registros do CAR na faixa de fronteira do Amapá⁵ revela uma distribuição desigual entre os municípios. Com uma área total de 103.647,233 km², cerca de 70.286,661 km² encontram-se na faixa de fronteira, sendo que aproximadamente 7.862,631 km² estão registrados no CAR, o que corresponde a 11,2% dessa área.

O município de Pracuúba destaca-se com 122% de área cadastrada, totalizando 1.672,614 km², um valor que excede sua extensão territorial e indica possíveis sobreposições ou inconsistências nos registros. Calçoene, com 27% de área cadastrada, e Pedra Branca do Amapari (21,9%) também apresentam participação significativa no CAR. Serra do Navio, por sua vez, registra 13,1% de sua área no sistema, enquanto municípios como Ferreira Gomes não possuem qualquer área registrada na faixa de fronteira.

⁵ Ver dados organizados por estado e municípios na Tabela 2 do Anexo.

Essa distribuição desigual reflete variações na adesão ao CAR e na implementação de registros entre os municípios, influenciadas por fatores como a presença de TIs, UCs e áreas de posse coletiva. Esses territórios possuem regimes específicos de uso e ocupação da terra, limitar ou complicar a inclusão de determinadas áreas no CAR, seja por restrições normativas ou desafios administrativos.

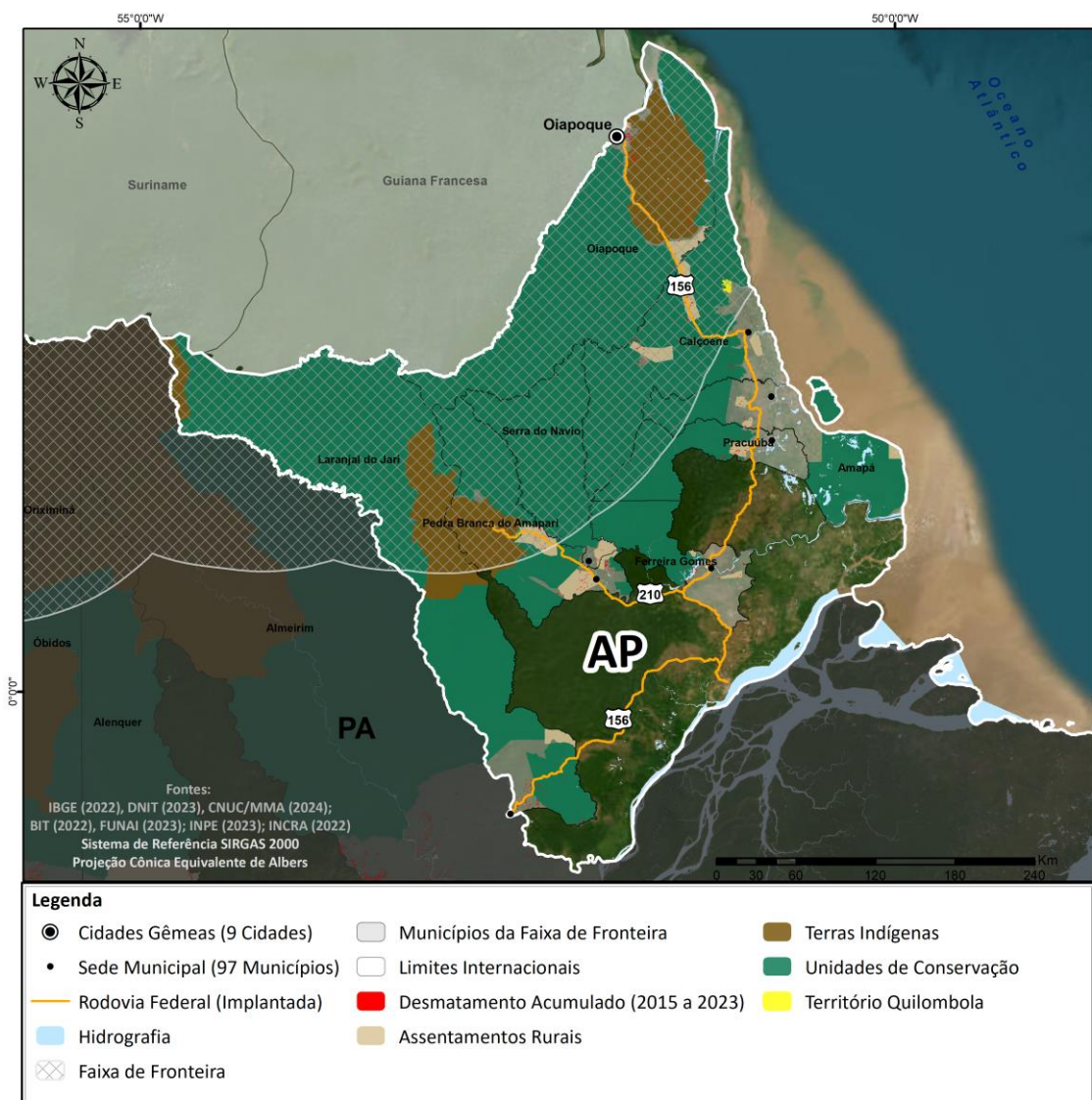
A ausência ou baixa representatividade de registros em municípios como Ferreira Gomes e Laranjal do Jari pode estar associada a dificuldades logísticas, entraves fundiários e à falta de acesso das comunidades a informações sobre o processo de registro. Muitas áreas carecem de suporte técnico adequado, o que dificulta a efetivação do cadastro e a regularização fundiária nesses territórios. Por outro lado, a elevada proporção de registros em Pracuúba reforça a necessidade de revisão e consolidação dos dados cadastrais, a fim de identificar possíveis inconsistências ou sobreposições que comprometam a confiabilidade do sistema.

Além disso, a baixa taxa de análise dos cadastros no estado agrava esse cenário, com apenas 1,8% dos registros efetivamente verificados (LOPES et al., 2024). Esse percentual revela que a maior parte das áreas cadastradas ainda não passou por validação detalhada, comprometendo a eficácia do CAR como instrumento de gestão ambiental na fronteira amapaense.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA

O mapa 10, intitulado "Distribuição do Desmatamento Acumulado na Faixa de Fronteira (2015-2023)", apresenta uma visão espacial da concentração do desmatamento no estado do Amapá.

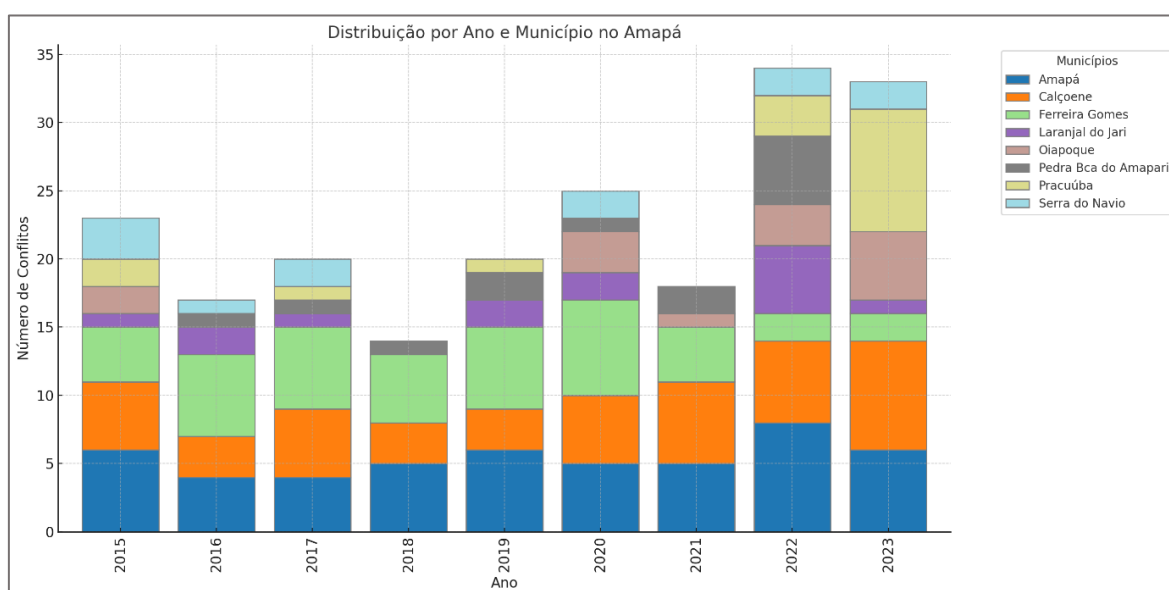
Mapa 10 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Amapá.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Os índices de desmatamento na faixa de fronteira do estado do Amapá foram classificados como baixos, variando entre 0,01 e 2,5 km² no período acumulado de 2015 a 2023. Esse dado sugere que a gestão fundiária estadual, orientada para a conservação ambiental e a proteção de populações tradicionais, pode estar contribuindo para a proteção da cobertura florestal na região. No entanto, alertas de desmatamento na Floresta Estadual (Floe) do Amapá, com 31 registros em 2022 e um aumento significativo para 87 em 2023 (MAPBIOMAS, 2023; 2024), evidenciam uma progressão preocupante. Esses números indicam que, embora os índices gerais de desmatamento sejam baixos, áreas protegidas estão sendo alvo de assédio econômico e ambiental (vide gráfico 4).

Gráfico 4 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá (2015-2023).



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

A figura evidencia um padrão de concentração de conflitos nos municípios do estado do Amapá ao longo do período analisado, entre 2015 e 2023. Os municípios de Amapá, Calçoene e Ferreira Gomes destacam-se como os principais polos de disputa, concentrando a maior parte dos registros. Essa recorrência sugere a persistência de dinâmicas estruturais relacionadas à pressão fundiária, exploração de recursos naturais e conflitos territoriais, especialmente em áreas com maior acessibilidade e ocorrência de recursos estratégicos.

Essa recorrência sugere a persistência de dinâmicas estruturais relacionadas à pressão fundiária, exploração de recursos naturais e conflitos territoriais, especialmente em áreas com maior acessibilidade e ocorrência de recursos estratégicos.

O ano de 2022 também se destaca como o pico no número de conflitos em todo o estado, indicando uma intensificação das disputas fundiárias e ambientais. Praticamente todos os municípios registraram aumento de casos, com destaque para Pracuúba, que teve um crescimento expressivo no número de registros. Esse salto pode estar relacionado a um contexto político mais permissivo quanto à ocupação de áreas protegidas e à exploração de recursos naturais durante o último ano do governo Bolsonaro. Além disso, a dispersão dos conflitos para municípios como Oiapoque e Pedra Branca do Amapari sugere uma ampliação geográfica das disputas, que passam a incluir áreas antes menos afetadas.

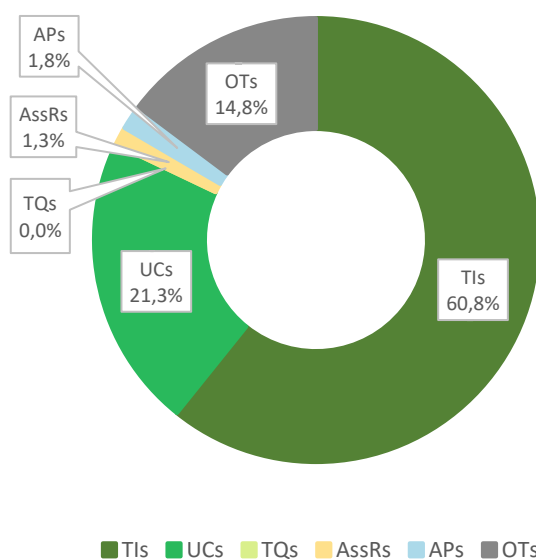
Embora 2023 apresente uma leve redução no número total de conflitos, os dados revelam a persistência das disputas nos municípios mais impactados, como Amapá e Calçoene, e o aumento contínuo em outros, como Pracuúba. Essa dinâmica aponta para uma possível redistribuição das pressões fundiárias, com maior incidência em áreas remotas e menos monitoradas. Esses padrões reforçam a urgência de estratégias integradas de fiscalização e fortalecimento das instituições de governança, buscando enfrentar não apenas os conflitos existentes, mas também antecipar as condições estruturais que os promovem, especialmente em territórios mais vulneráveis às dinâmicas de exploração predatória.

AMAZONAS

CONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA

A faixa de fronteira do Amazonas é marcada pela predominância de Terras Indígenas, que ocupam 60,8% do território, e Unidades de Conservação, que abrangem 21,3%. Essas categorias, que juntas somam 82,1% da área total, reforçam o papel do estado como um espaço estratégico para a conservação ambiental e a proteção dos modos de vida tradicionais. Municípios como São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, localizados na região de tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, exemplificam a relevância dessas áreas para a preservação da biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Gráfico 5 -Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Amazonas.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados Incra, Funai, MMA (2025).

Nessa região, destaca-se a TI Vale do Javari, localizada nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai e São Paulo de Olivença. Com uma área calculada em 62.241,841 km², é a segunda maior terra indígena do Brasil, atrás apenas da TI Yanomami, em Roraima. O seu território abriga mais de 20 etnias, incluindo povos de recente contato, como Korubo, Kulina-Pano, Marubo, Matis, Matsés e Kanamari, além de grupos indígenas isolados distribuídos ao longo de diversos rios e igarapés da região (ISA, s.d.).

A TI Vale do Javari está diretamente vinculada à Política para Índios Isolados e de Recente Contato⁶, coordenada pela Funai, cujo princípio fundamental é a não obrigatoriedade de contato, garantindo a autonomia e a preservação desses povos. Os indígenas isolados são aqueles que não mantêm relações permanentes com a sociedade nacional ou possuem interações esporádicas, muitas vezes motivadas por experiências históricas de violência, epidemias e invasões que comprometeram suas formas de vida. A política de proteção busca assegurar que esses grupos possam exercer mais livremente suas atividades tradicionais, protegendo seus territórios contra invasões e evitando sua exploração econômica (FUNAI, 2021).

As UCs, que ocupam 77.446,641 km² (21,3% da faixa de fronteira amazonense), desempenham um papel estratégico na conservação ambiental, conectando grandes corredores ecológicos como a TI Alto Rio Negro e o Parque Nacional do Pico da Neblina, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Esses espaços são importantes para a promoção de práticas sustentáveis entre as populações tradicionais, a manutenção de serviços ecossistêmicos e a mitigação das mudanças climáticas. As TIs, por sua vez, ocupam 220.962,478 km² (60,8%) e são essenciais para a preservação dos modos de vida indígenas e da biodiversidade.

A categoria Outras Terras, que representa 14,8% da área (53.701,615 km²), abrange terras devolutas, áreas públicas sem destinação definida e porções com documentação precária. Essa expressiva dimensão territorial evidencia desafios na regularização fundiária e na governança territorial, dificultando o planejamento e a implementação de políticas públicas. Superar essas lacunas é essencial para um ordenamento territorial mais eficiente e sustentável em Roraima.

Os Assentamentos Rurais, embora ocupem apenas 1,3% da área da faixa de fronteira (4.899,121 km²), têm relevância socioeconômica significativa em municípios como Boca do Acre (23,8%), Benjamin Constant (17,3%) e Canutama (14,6%). Esses territórios possuem potencial para fomentar a inclusão social e impulsionar práticas sustentáveis. Nesse contexto, a implementação de Projetos de

⁶ O Brasil possui atualmente 114 registros de indígenas isolados na Amazônia Legal, classificados em grupos confirmados, referências em estudo e informações preliminares (FUNAI, 2021).

Assentamento Agroextrativista (PAEs) surge como uma alternativa viável para conciliar conservação ambiental, segurança alimentar e geração de renda.

A configuração territorial do Amazonas, caracterizada pela predominância de áreas legalmente protegidas, oferece uma base essencial para a conservação ambiental e a proteção de povos indígenas e comunidades tradicionais. No entanto, a pressão do desmatamento em assentamentos e os impactos da expansão de infraestrutura – temas que serão abordados adiante – evidenciam a necessidade de estratégias integradas que articulem regularização fundiária, desenvolvimento sustentável e governança eficaz. Somente por meio de ações coordenadas será possível equilibrar os desafios do crescimento econômico com a preservação ambiental e a justiça social no território amazonense.

GESTÃO AMBIENTAL NA FAIXA DE FRONTEIRA

Os registros do CAR na faixa de fronteira do Amazonas⁷ totalizam 114.333,087 km², representando 31,5% da área registrada na fronteira estadual. Entretanto, a distribuição é heterogênea, refletindo diferenças fundiárias e ambientais entre os municípios.

Lábrea, com 30.076,627 km² cadastrados (26,3% do total), lidera a cobertura do CAR, seguido por Atalaia do Norte (18.685,500 km²; 16,3%) e Japurá (16.630,136 km²; 14,5%). Esses municípios concentram quase 60% das áreas cadastradas na faixa de fronteira, evidenciando sua relevância no contexto fundiário estadual. Esses municípios concentram grande parte dos registros do CAR (vide mapa do CAR no apêndice).

Por outro lado, municípios como Nhamundá e Urucará não possuem registros no CAR na faixa de fronteira, enquanto outros, como Amaturá (250,547 km²; 0,2%) e Tabatinga (242,305 km²; 0,2%), apresentam valores muito baixos. Essa disparidade evidencia desafios na abrangência e efetividade do CAR em contextos de maior complexidade fundiária.

A elevada proporção de CAR em relação à área municipal em municípios como Boca do Acre (164,5%) e Canutama (97,6%) evidencia possíveis sobreposições ou inconsistências nos registros, destacando a necessidade de revisão e consolidação dos dados. Em Atalaia do Norte, o CAR cobre todo o restante do território municipal não inserido em TIs, o que indica que esses espaços territoriais especialmente protegidos podem não estar sendo devidamente registrados e/ou validados no sistema, em desacordo com as exigências legais.

⁷ Ver dados organizados por estado e municípios na tabela 3 do Anexo.

Essa situação reflete um problema estrutural do CAR, que não foi originalmente concebido para atender às especificidades dos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais⁸. Como apontam Souza Filho, Sonda e Lemos (2016), o CAR foi desenhado para o monitoramento de propriedades rurais individuais, desconsiderando as formas coletivas de organização e manejo do território adotadas por esses povos. A aplicação uniforme desse sistema pode resultar em conflitos fundiários e sobreposições, além de ameaçar os direitos territoriais dessas comunidades ao não reconhecer suas dinâmicas próprias de ocupação e uso da terra.

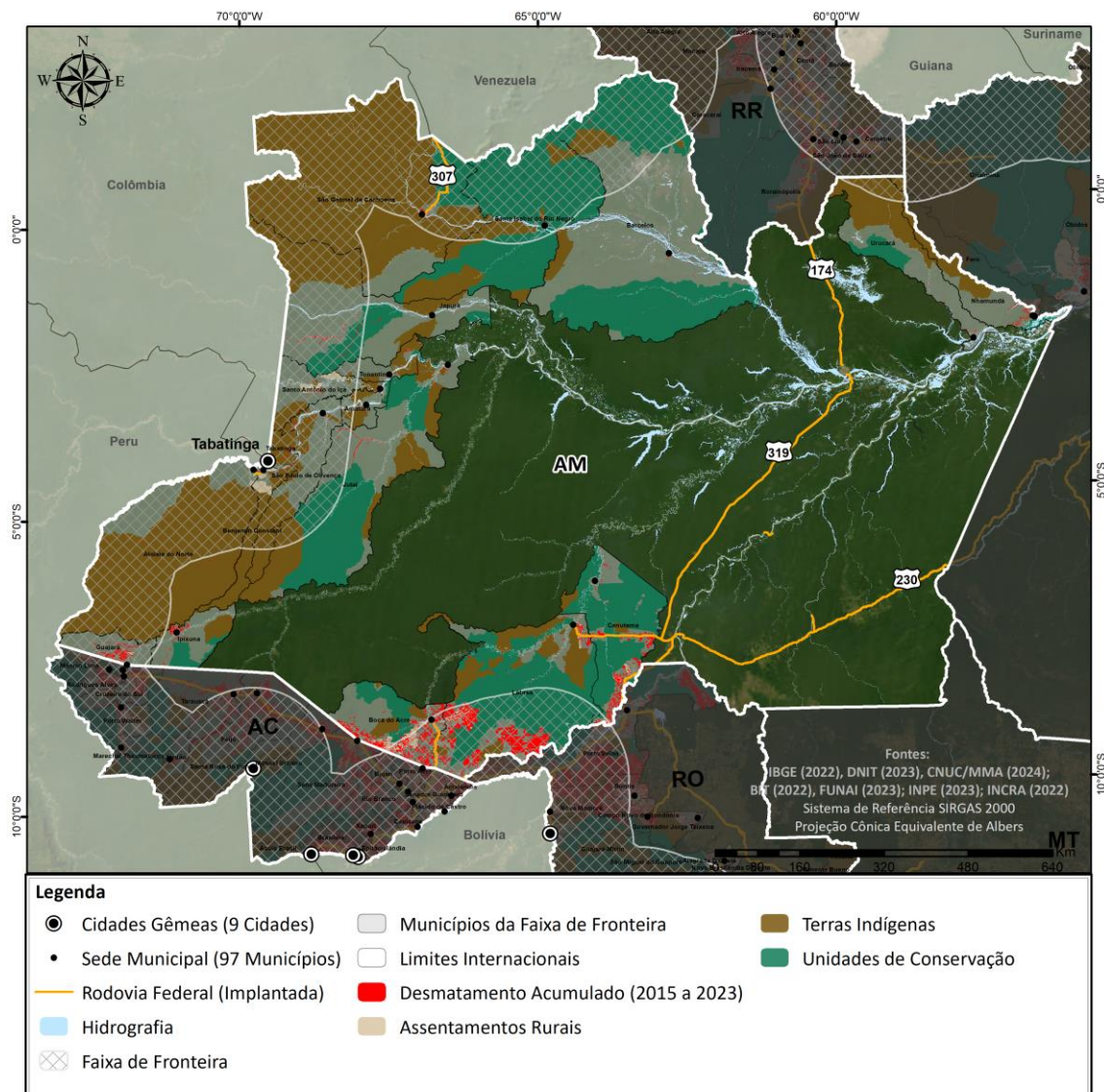
Além disso, a baixa taxa de análise dos cadastros no Amazonas – apenas 0,8% dos registros passaram por validação (Lopes et al., 2024) – evidencia a fragilidade do processo de verificação, limitando a capacidade do CAR de refletir com precisão a situação ambiental dos imóveis rurais no estado.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA

O mapa 11, intitulado "Distribuição do Desmatamento Acumulado na Faixa de Fronteira (2015-2023)", apresenta uma visão espacial da concentração do desmatamento no estado do Amazonas.

⁸ Criado para monitorar propriedades rurais individuais, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) não foi originalmente concebido para reconhecer territórios coletivos, como os ocupados por povos e comunidades tradicionais. Essa limitação pode gerar conflitos fundiários, sobreposições e ameaçar direitos territoriais ao desconsiderar formas próprias de uso da terra (SOUZA FILHO; SONDA; LEMOS, 2016). Como resposta a essa lacuna, foi criado o CAR PCT, um módulo específico para esses territórios. No entanto, sua implementação depende da regulamentação estadual, e muitos estados ainda não possuem um sistema adequado para operá-lo. Paralelamente, o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) desenvolveram a Plataforma de Territórios Tradicionais⁸, que busca dar visibilidade a esses territórios. O principal desafio é a falta de integração entre esses sistemas, o que perpetua a insegurança jurídica e fragiliza a governança fundiária. Para fortalecer essa proteção, especialistas debatem a necessidade de integrar a plataforma ao SICAR Nacional, garantindo que sobreposições sejam analisadas corretamente e que os territórios coletivos sejam reconhecidos com maior segurança jurídica (ESMPU, 2024). Situações como a invisibilidade da TI Vale do Javari exemplificam esse problema e serão observadas também em outros estados.

Mapa 11 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Amazonas.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Embora a ampla presença de TIs e UCs no estado do Amazonas pudesse atuar como uma barreira contra a degradação ambiental, a persistência do desmatamento em municípios como Lábrea evidencia os desafios para a efetividade dessas áreas na contenção da destruição da floresta. Um dos principais vetores desse processo é a infraestrutura viária, que, ao ampliar a conectividade e facilitar o acesso a áreas antes isoladas, intensifica a pressão fundiária e estimula a ocupação desordenada. Nessa direção, a abertura e a pavimentação de rodovias têm sido determinantes nesse avanço, impulsionando a grilagem de terras públicas, promovendo a expansão agropecuária e dificultando a governança territorial.

De acordo com a versão mais recente do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) (MMA, 2023), o desmatamento,

antes concentrado na fronteira entre os biomas Amazônia e Cerrado—com focos intensos no sudeste do Pará e no eixo da BR-163, no Mato Grosso—e em Rondônia, avançou para o interior da Amazônia. Esse processo tem se expandido particularmente ao longo das principais rodovias federais que atravessam essa faixa da fronteira amazonense, como a BR-319 (Manaus-Porto Velho), a BR-230 (Transamazônica) e a BR-364 (Porto Velho-Rio Branco), reforçando a interiorização da ocupação predatória e a intensificação da perda florestal na região.

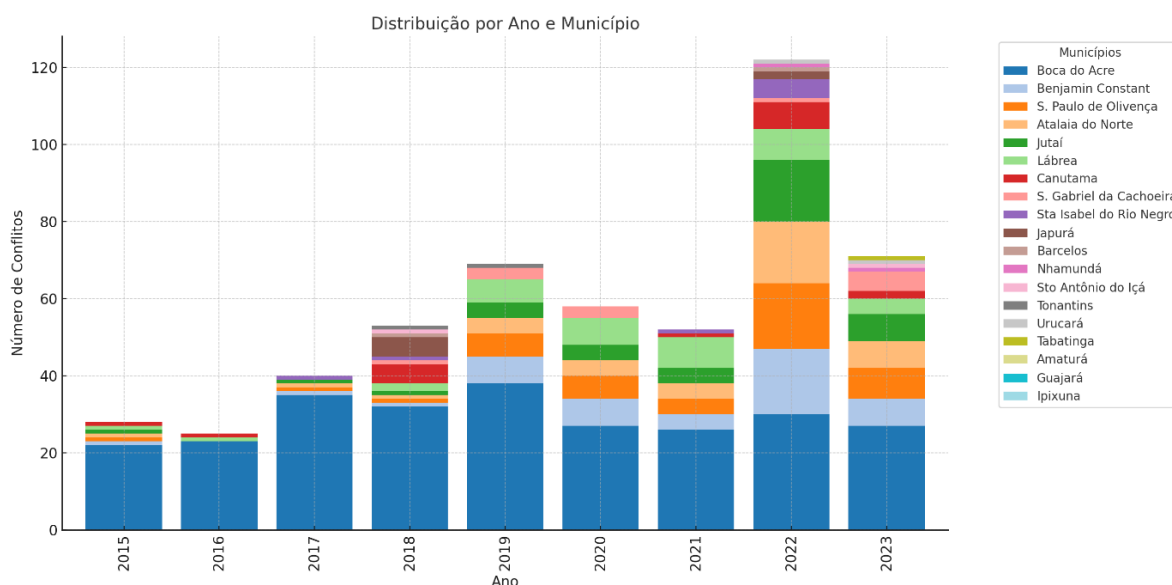
Há forte influência da infraestrutura viária e da expansão agropecuária, que continuam sendo fatores determinantes para o avanço do desmatamento na Amazônia. Esse processo ocorre, sobretudo, no entorno de grandes obras de infraestrutura de transportes, que seguem como um dos principais vetores da degradação ambiental na região.

Municípios como São Gabriel da Cachoeira, por sua vez, registram baixas taxas de desmatamento devido à presença maciça de TIs. No entanto, a dificuldade de fiscalização em áreas remotas expõe um dilema central da política ambiental amazônica: a mera existência formal de áreas protegidas não é suficiente para conter o avanço da degradação (MMA, 2023). A experiência de modelos de Assentamentos Rurais ambientalmente diferenciados, como os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEs) Antimary e Monte, em Boca do Acre, reforça essa constatação (Mourão, Souza, Sessin, 2024). Mesmo concebidos para aliar conservação e desenvolvimento sustentável, esses territórios enfrentam degradação contínua diante da dificuldade de controle fundiário e da crescente reconcentração fundiária (Torneau; Bursztyn, 2010).

Dessa forma, a efetividade desses espaços territoriais especialmente protegidos depende não apenas de sua criação, mas também da implementação de planos de manejo e planos de gestão territorial e ambiental, do fortalecimento da fiscalização, do reforço institucional dos órgãos ambientais e da integração de políticas que enfrentem o avanço ilegal sobre áreas protegidas, garantindo a conciliação entre conservação, uso sustentável e proteção dos modos de vida das populações indígenas e locais.

No gráfico 6, apresentado a seguir, observa-se uma série histórica dos conflitos registrados pela CPT nos municípios amazonenses situados na faixa de fronteira.

Gráfico 6 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas (2015-2023).



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

Os dados analisados evidenciam um crescimento significativo no número de conflitos ao longo do tempo, diretamente relacionado à intensificação da pressão fundiária e ambiental na região. Conforme mencionado, essa dinâmica está fortemente associada ao avanço do desmatamento, impulsionado pela expansão de rodovias como a BR-319 e a BR-364, que facilitam o acesso a áreas antes remotas. Além da conectividade, essas obras frequentemente atraem um conjunto de atividades que aceleram a ocupação desordenada e a degradação ambiental ao longo de seu traçado. Municípios como Boca do Acre, historicamente afetados por essas dinâmicas, exemplificam a conexão direta entre a infraestrutura viária, a expansão da fronteira agrícola e o aumento dos conflitos.

Cabe mencionar ainda a vulnerabilidade de áreas como a TI Vale do Javari, que abrange municípios como Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte e Jutai. Além de enfrentar desafios relacionados às invasões dessas terras e à exploração ilegal de recursos naturais, essas localidades têm sido palco de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e armas, contrabando e pesca predatória, o que agrava ainda mais a insegurança das populações indígenas e a integridade dos ecossistemas locais. A violência e a impunidade na região foram internacionalmente expostas com o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, em 2022, mortos por traficantes associados à pesca ilegal, uma atividade reiteradamente denunciada por eles (Rolemberg; Lacerda, 2022). Mesmo após esses crimes, os registros de conflitos continuam a revelar a

persistência da violência e a ausência de uma governança territorial efetiva.

Ainda com base nos dados, destaca-se que, em 2022, houve um pico no número de conflitos, acompanhado por uma dispersão territorial, com um número maior de municípios afetados pelas disputas. Esse crescimento ocorreu no contexto do governo Bolsonaro, período marcado pela flexibilização das normativas ambientais e fundiárias, o que favoreceu a ocupação irregular de áreas protegidas e a intensificação da exploração de recursos naturais (Observatório do Clima, 2021).

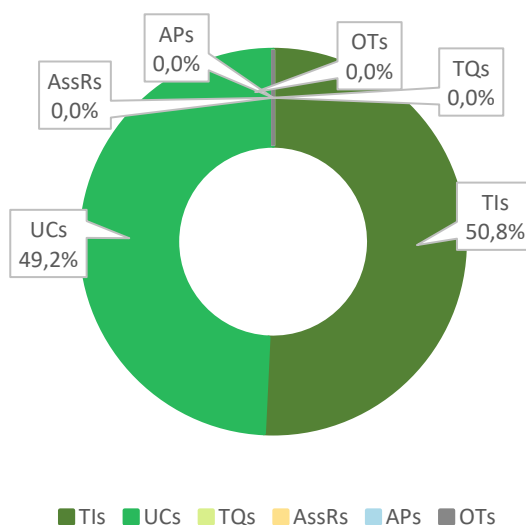
Embora tenha ocorrido uma redução moderada no número de conflitos em 2023, esse movimento pode não representar uma solução definitiva, mas sim uma possível dispersão das pressões para áreas de difícil acesso e, consequentemente, menos monitoradas. Esses dados reforçam a necessidade de estratégias integradas de fiscalização, fortalecimento das instituições de governança e implementação de políticas públicas que considerem as especificidades territoriais da região, sobretudo em áreas marcadas pela presença de grandes obras de infraestrutura, como as rodovias federais, que continuam atuando como vetores centrais da degradação ambiental e da intensificação de conflitos na região.

PARÁ

ÁREAS LEGALMENTE ATRIBUÍDAS NO ESTADO

O gráfico 7 abaixo apresenta a distribuição das áreas legalmente atribuídas na faixa de fronteira do estado do Pará:

Gráfico 7 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Pará.



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados Incra, Funai, MMA (2025).

A faixa de fronteira do Pará é predominantemente ocupada por Terras Indígenas e Unidades de Conservação. As TIs, que totalizam 49.464,304 km² (50,8%), incluem áreas como o Parque Tumucumaque, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, habitadas por povos como os Wayana, Zo'é e Kaxuyana. Esses povos desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos territoriais e na conservação ambiental dessa área da faixa de fronteira.

As UCs, que ocupam 47.982,483 km² (49,2%), foram estabelecidas como parte de um esforço para enfrentar pressões como desmatamento, grilagem e exploração madeireira. O mosaico inclui áreas como as Florestas Estaduais do Iriri, Faro, Paru e Trombetas, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Triunfo do Xingu, a Reserva Biológica (Rebio) Maicuru e a Estação Ecológica (Esec) Grão-Pará. Esse conjunto, anunciado como a maior área de conservação ambiental contínua do planeta, visa proteger ecossistemas únicos, criar barreiras contra a degradação ambiental e promover o uso sustentável dos recursos naturais.

A criação de mosaicos de Tis e UCs na faixa de fronteira representa um marco significativo para a conservação na Amazônia, consolidando um modelo de proteção ambiental em larga escala. Entretanto, essas áreas protegidas frequentemente enfrentam pressões intensas de grandes empreendimentos, como a mineração, que ameaçam sua integridade ambiental e a segurança territorial dos povos que nelas habitam.

Um exemplo emblemático dessa tensão foi o debate em torno da extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), localizada entre os estados do Pará e Amapá. Criada em 1984, a RENCA abriga nove espaços territoriais especialmente protegidos, incluindo Unidades de Conservação de Proteção Integral, de Uso Sustentável e Terras Indígenas. Essas áreas possuem diferentes níveis de restrição à atividade minerária, conforme estabelecido pela legislação brasileira e pelos respectivos planos de manejo, quando aplicáveis. O Quadro 2 a seguir apresenta as principais características dessas áreas, destacando sua extensão, data de criação, situação do plano de manejo e permissões relacionadas à mineração.

Quadro 2 - Características das Áreas Protegidas e Restrições à Mineração na RENCA

Categoria	Nome	Data de Criação	Plano de Manejo	Conselho Gestor	Permissão para mineração
Proteção Integral	Estação Ecológica do Jari	1982	Sim	Sim	Não
	Parque Nacional (Parna) Montanhas do Tumucumaque	2002	Sim	Sim	Não

Categoria	Nome	Data de Criação	Plano de Manejo	Conselho Gestor	Permissão para mineração
	Reserva Biológica (Rebio) de Maicuru	2006	Sim	Sim	Não
Uso Sustentável	Reserva (Resex) Extrativista Rio Cajari*	1990	Não	Sim	Não
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru*	1997	Sim	Sim	Depende do plano de manejo
	Floresta Estadual (Floe) do Paru	2006	Sim	Sim	Possível em zonas específicas
	Floresta Estadual (Floe) do Amapá	2006	Sim	Sim	Não
Terras Indígenas	Waiãpi	1996	Não se aplica		Não
	Rio Paru D'Este	1997	Não se aplica		Não

* No estado do Amapá.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, adaptado de WWW (2017), p. 5; CNUC (2025).

A extinção da RENCA, proposta em 2017, buscava liberar a área para exploração mineral, gerando preocupações ambientais e sociais. Entre os principais riscos estavam o desmatamento em Unidades de Conservação, a pressão sobre povos indígenas e comunidades tradicionais, e o comprometimento dos recursos hídricos, afetando tanto as atividades produtivas sustentáveis quanto os modos de vida dessas populações. Esses impactos evidenciam a ameaça à integridade das áreas protegidas e reforçam a importância dos planos de manejo e da regulamentação restritiva da mineração em Terras Indígenas como medidas essenciais para conter a pressão econômica sobre o território.

Esse caso exemplifica os desafios da gestão territorial na Amazônia, onde a conservação ambiental frequentemente entra em conflito com interesses econômicos. A sobreposição entre TIs e UCs e a expansão da mineração e do garimpo reforçam a necessidade de estruturas institucionais mais robustas e recursos adequados para garantir a governança eficaz desses territórios. Além disso, episódios como o da RENCA evidenciam a importância de processos decisórios mais participativos e transparentes, envolvendo as populações locais e organizações da sociedade civil na definição do futuro dessas áreas protegidas.

A interação entre povos indígenas e comunidades tradicionais é essencial não apenas para a proteção ambiental, mas também para assegurar que os modelos de

desenvolvimento adotados na Amazônia sejam sustentáveis e respeitem os direitos territoriais. O debate sobre a extinção da RENCA demonstra que, sem um planejamento integrado e uma governança territorial fortalecida, áreas protegidas podem se tornar vulneráveis a práticas predatórias, comprometendo tanto a conservação ambiental quanto a qualidade de vida das populações locais.

Portanto, assegurar que os mosaicos de TIs e UCs cumpram seus objetivos exige mais do que a alocação de recursos financeiros e humanos. É essencial fortalecer a articulação interinstitucional, aprimorar políticas públicas e consolidar mecanismos de controle eficazes para impedir a exploração desordenada dos recursos naturais e garantir a integridade desses territórios.

A ausência de categorias como Terras Quilombolas, Assentamentos Rurais e Áreas Privadas na Faixa de Fronteira paraense evidencia a predominância de uma política voltada para a conservação ambiental e a proteção indígena. Contudo, fora desse recorte geográfico, destaca-se a presença de diversas áreas quilombolas nos municípios de Alenquer, Oriximiná e Óbidos, que desempenham um papel essencial na proteção dos recursos naturais quanto na valorização das tradições e modos de vida quilombolas.

O cenário fundiário e ambiental da faixa de fronteira paraense reflete as características específicas da região, com a presença de espaços territoriais especialmente protegidos e menor pressão de desmatamento em comparação a outras partes do estado. Essa configuração, embora estratégica para a conservação, enfrenta desafios relacionados às sobreposições territoriais e aos potenciais impactos de atividades econômicas, como a exploração mineral, que podem comprometer a integridade de UCs e TIs na região.

GESTÃO AMBIENTAL NA FAIXA DE FRONTEIRA

A análise de dados revela uma ausência quase total de registros do CAR na faixa de fronteira paraense⁹, com apenas um único imóvel cadastrado em Alenquer, correspondente a 0,171 km², ou 0,01% da área total. Nos demais municípios, como Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná, não há qualquer registro, seja de imóveis públicos ou privados.

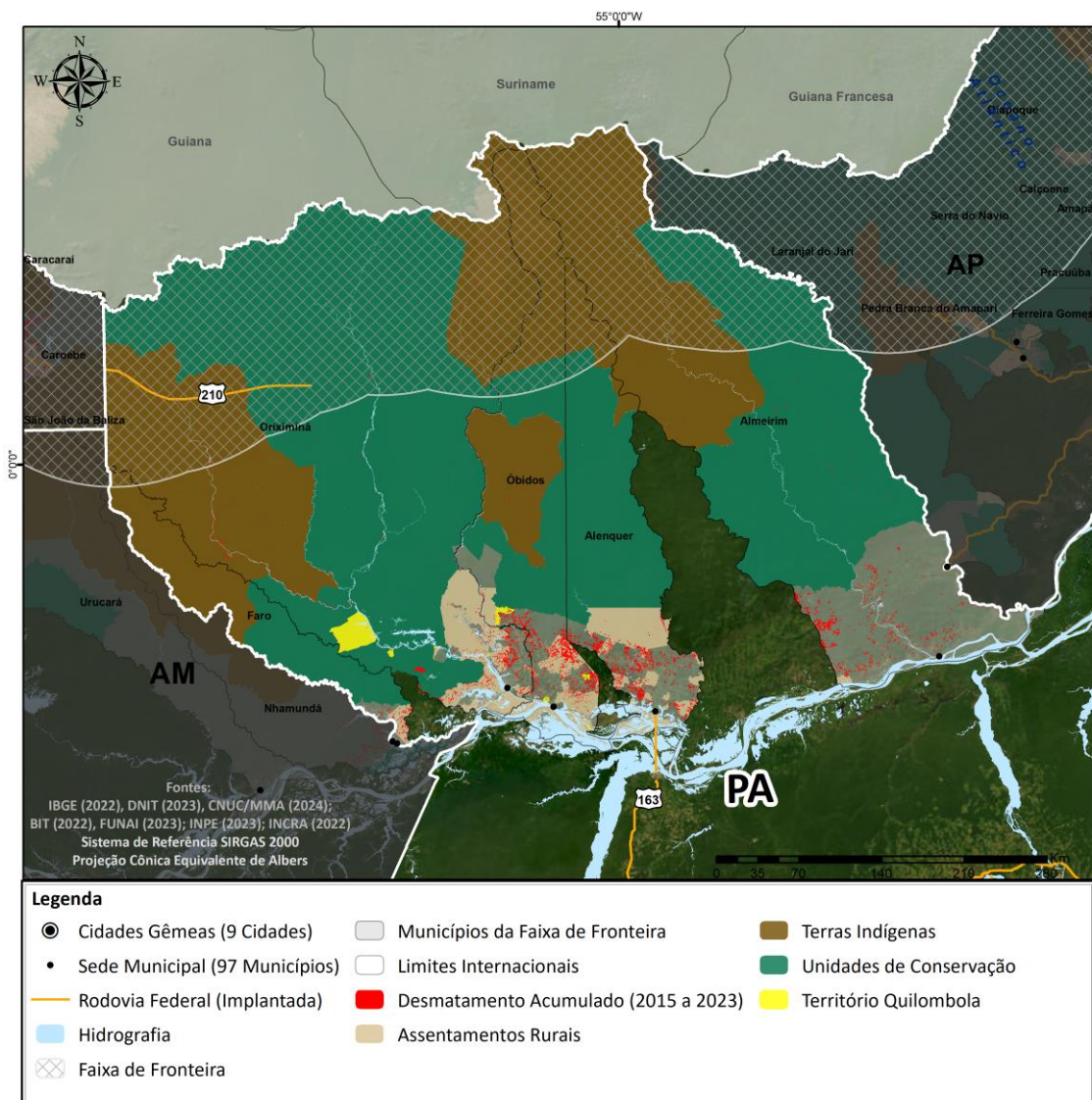
CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA

O mapa 12, intitulado "Distribuição do Desmatamento Acumulado na Faixa de Fronteira (2015-2023)", apresenta uma visão espacial da concentração do

⁹ Ver dados organizados por estado e municípios na Tabela 4 do Anexo.

desmatamento no estado do Pará.

Mapa 12 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Pará.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Assim como no Amapá, os municípios paraenses analisados apresentam índices gerais de desmatamento classificados como baixos, variando entre 0,01 e 2,5 km² no período acumulado de 2015 a 2023 (vide Mapa 1). Entretanto, esses valores estão concentrados em áreas fora da faixa de fronteira. Além do mosaico de UCs e Terras TIs, que desempenha um papel fundamental na contenção do desmatamento, a precariedade das infraestruturas viárias existentes e o relativo isolamento da região também contribuem para a proteção ambiental. No entanto, mesmo com essas limitações, observa-se que as áreas alteradas se concentram principalmente no entorno da rodovia PA-254, demonstrando que, apesar de sua estrutura deficiente, a rodovia ainda funciona como um fator de pressão sobre a margem esquerda do

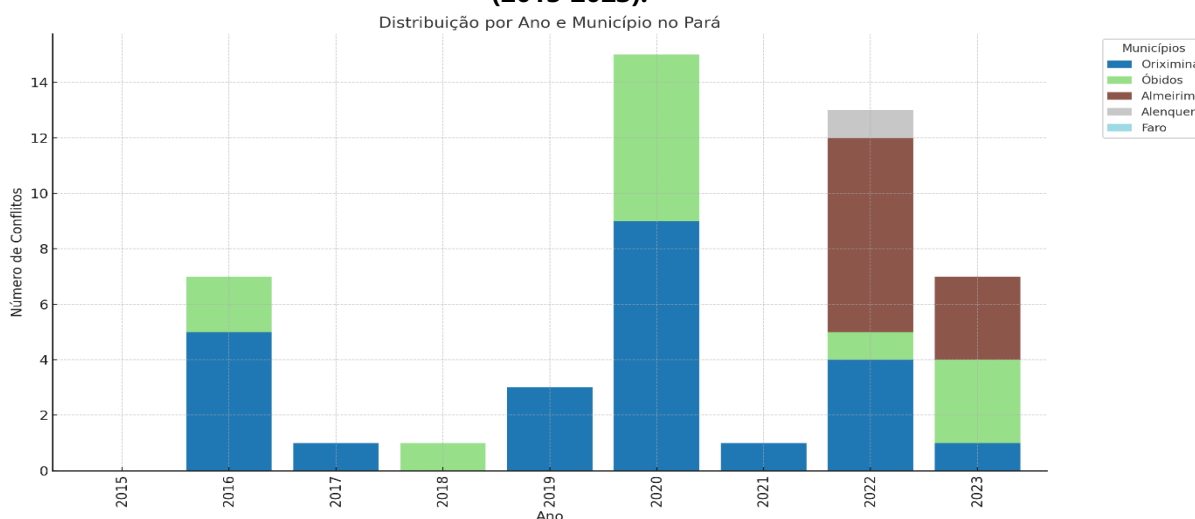
rio Amazonas, facilitando o acesso e incentivando a conversão do solo para usos agropecuários..

A esse respeito, a persistência de pressões econômicas e fundiárias é evidente mesmo dentro de áreas protegidas, como demonstra a Floresta Estadual (Floe) do Paru. Em 2022, o MapBiomas registrou 35 alertas de desmatamento na UC, seguidos por outros 27 em 2023 (MAPBIOMAS, 2023; 2024). Embora os índices gerais de desmatamento nos municípios sejam baixos, esses dados evidenciam que as áreas protegidas estão sob constante ameaça, especialmente na margem esquerda do rio Amazonas, onde o desmatamento já registrado pode facilitar a ocupação irregular.

Esse cenário reforça as vulnerabilidades na governança territorial, indicando que, apesar dos avanços na preservação, a pressão sobre os recursos naturais está presente, tornando esses territórios ainda mais suscetíveis à conversão para outros usos. A interação entre uma infraestrutura, ainda que precária, e áreas já degradadas dentro de Unidades de Conservação amplia os desafios da conservação ambiental e da gestão fundiária na região.

O gráfico 8 apresenta a distribuição desses conflitos, destacando os principais municípios impactados e os picos de intensificação registrados ao longo do período analisado.

Gráfico 8 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Pará (2015-2023).



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

O gráfico evidencia uma evolução marcante nos registros de conflitos nos municípios da faixa de fronteira do estado do Pará entre 2015 e 2023. No primeiro

ano da série, não foi identificado nenhum conflito nos territórios analisados, o que pode estar associado à baixa pressão territorial naquele momento ou, possivelmente, à subnotificação, considerando o caráter remoto e isolado de algumas áreas. Todavia, a partir de 2016, os conflitos começaram a surgir de forma gradual, inicialmente em Oriximiná e Óbidos.

Essa tendência de expansão continuou ao longo dos anos, com picos significativos, como o observado em 2020, quando Oriximiná registrou o maior número de conflitos (nove casos). Esse aumento pode ser explicado pela intensificação das pressões sobre recursos fundiários e naturais, somada a um contexto político que favoreceu a flexibilização da ocupação em áreas protegidas e terras públicas. A partir de 2022, os conflitos se expandiram para novos municípios, como Almeirim e Alenquer, sugerindo uma dispersão das tensões fundiárias e ambientais para áreas anteriormente menos impactadas. Essa expansão provavelmente reflete um padrão em que, à medida que os recursos em municípios historicamente afetados por conflitos se tornam mais disputados, os atores envolvidos migram suas atividades para regiões vizinhas.

Por outro lado, o município de Faro se destaca por não ter registrado conflitos ao longo de todo o período analisado. Esse padrão pode estar relacionado ao isolamento geográfico e à menor acessibilidade da região, fatores que limitam a presença de agentes econômicos e de disputas fundiárias. Entretanto, é importante considerar a possibilidade de subnotificação, dado o próprio contexto de isolamento, já que a ausência de registros não necessariamente implica a inexistência de tensões territoriais.

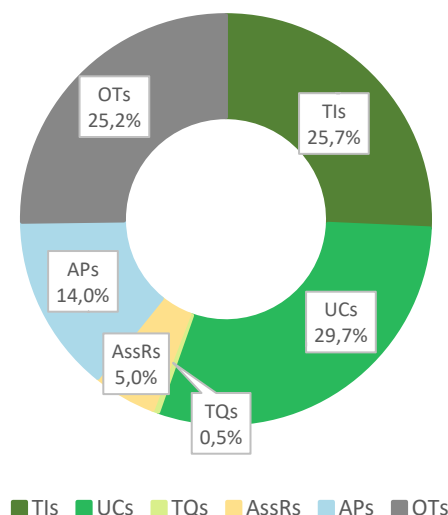
A análise geral sugere que UCs e TIs na região exerce um papel importante na contenção do desmatamento e dos conflitos em algumas áreas. Contudo, a expansão das tensões para municípios como Almeirim e Alenquer reforça a necessidade de estratégias mais abrangentes de governança territorial, que integrem a gestão das áreas protegidas com ações de fiscalização e apoio às populações indígenas e tradicionais. Essas dinâmicas ressaltam a importância de monitorar não apenas os territórios com histórico de conflitos, mas também aqueles considerados menos vulneráveis, que podem se tornar novos focos de disputa fundiária na faixa de fronteira paraense.

RONDÔNIA

ÁREAS LEGALMENTE ATRIBUÍDAS NO ESTADO

O gráfico 09 apresenta a distribuição das áreas legalmente atribuídas na faixa de fronteira do estado de Rondônia:

Gráfico 9 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado de Rondônia.



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados Incra, Funai, MMA (2025).

A faixa de fronteira de Rondônia reflete uma diversidade de categorias de uso, com TIs e UCs ocupando 68.982,945 km² (55,4% do total), evidenciando esforços significativos para a proteção ambiental em um estado fortemente pressionado pela expansão agropecuária (Machado, 2019). Destacam-se os municípios de Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé, onde as TIs abrangem 37%, 14,8% e 12,4% da faixa de fronteira estadual, respectivamente. No caso das UCs, os maiores percentuais estão em Guajará-Mirim (31,1%), São Francisco do Guaporé (17,5%) e Porto Velho (13,3%).

Essa configuração territorial, especialmente na região do Vale do Guaporé, combina riqueza ambiental, diversidade cultural e importância estratégica para a conservação dos recursos naturais e das culturas indígenas. Entretanto, a categoria Outras Terras (25,2% da faixa fronteira) aponta para a existência de áreas ainda não regularizadas ou sem destinação, exigindo maior organização fundiária para assegurar uma gestão eficiente.

As Áreas Privadas ocupam 17.412,945 km² (14%) na faixa de fronteira estudada, concentrando-se em municípios como Vilhena, Porto Velho e Chupinguaia, que representam 11,7%, 10,5% e 10,5%, respectivamente. Essas áreas refletem o padrão de colonização geométrica implantado no estado, com predomínio da produção agropecuária. Porto Velho, por sua vez, apresenta a segunda maior densidade demográfica da faixa de fronteira estudada, mas com apenas 0,61% de área urbanizada, evidenciando um contraste entre o adensamento populacional urbano

e vastas áreas pouco ocupadas.

Os Assentamentos Rurais, que ocupam 6.194,159 km² (5,0%), mostram uma presença limitada na faixa de fronteira rondoniense, com destaque para Nova Mamoré (19,6%), Porto Velho (17,1%) e Seringueiras (11,8%). Esse cenário reflete o alcance ainda restrito da reforma agrária na região. A localização e extensão dos AssRs nos municípios da faixa de fronteira do estado podem ser visualizadas no mapa de assentamentos rurais, disponível no apêndice.

As Terras Quilombolas, com 576,612 km² (0,5%), têm sua maior concentração em São Francisco do Guaporé (298,909 km²) e Alta Floresta D'Oeste (207,559 km²), que juntas representam mais de 87% do total. Essas áreas formam um mosaico de territórios tradicionais, como as comunidades Jesus, Pedras Negras e Santo Antônio, que ultrapassam limites municipais e desempenham um papel fundamental na inclusão social e na gestão integrada. Situadas exatamente na linha de fronteira de Rondônia, essas áreas reforçam sua função estratégica tanto para a garantia de direitos territoriais quanto para o ordenamento da região.

O ordenamento territorial na faixa de fronteira de Rondônia apresenta um cenário complexo, marcado por intensos conflitos entre a conservação ambiental e o avanço de atividades econômicas, especialmente a agropecuária. Embora TIs e UCs representem juntas 55,4% da área total, o avanço acelerado da pecuária e da produção de soja tem intensificado sobreposições territoriais e conflitos frequentes. Essas tensões são particularmente evidentes em áreas protegidas no Vale do Guaporé, que sofrem pressões de grilagem de terras, desmatamento e exploração madeireira, questões que serão analisadas em maior detalhe em seção posterior do texto.

A significativa proporção de áreas classificadas como OTs indica a persistência de zonas sem ordenamento e regularização fundiária, agravadas pela fragilidade da governança territorial e a falta de transparência nos processos de gestão. Em paralelo, a concentração de propriedades privadas no Cone Sul de Rondônia reforça padrões de uso extensivo da terra, com baixa preocupação com práticas sustentáveis e elevado impacto ambiental.

Nesse contexto, o ordenamento territorial de Rondônia não reflete um equilíbrio entre conservação e desenvolvimento. Pelo contrário, evidencia a necessidade urgente de políticas públicas integradas, que não apenas promovam a regularização fundiária, mas também garantam o fortalecimento da fiscalização ambiental, o apoio às comunidades tradicionais e a compatibilização entre as demandas econômicas e a proteção dos ecossistemas locais. Sem tais medidas, as dinâmicas

atuais tendem a intensificar a degradação ambiental e os conflitos socioeconômicos na região.

GESTÃO AMBIENTAL NA FAIXA DE FRONTEIRA

O CAR na faixa de fronteira de Rondônia¹⁰ abrange 94.825,175 km², correspondendo a 76,1% da área total dessa faixa no estado. Embora essa ampla cobertura represente esforços significativos de regularização ambiental, ela também evidencia desigualdades e inconsistências entre os municípios.

Porto Velho se destaca como a maior área cadastrada no CAR, totalizando 17.662,836 km², o que representa 18,6% da área registrada na faixa de fronteira e 92,2% de sua porção municipal nessa região. Essa posição de destaque reflete a relevância econômica e estratégica da capital estadual, consolidando-a como o principal polo de dessa faixa da fronteira.

Outros municípios que também se destacam no montante de áreas cadastradas são Guajará-Mirim, com 8.926,803 km² (9,4%), e Nova Mamoré, com 7.794,154 km² (8,2%), reafirmando que a concentração dos registros do CAR está limitada a poucos municípios estratégicos.

No entanto, o sistema do CAR na região apresenta desafios e inconsistências que comprometem sua eficiência e credibilidade. Um exemplo crítico é a ocorrência de sobreposições de áreas cadastradas em Rolim de Moura (310,7%), Colorado do Oeste (301,5%) e Buritis (161,9%), onde os registros superam as áreas totais dos municípios. Essa discrepância evidencia sobreposições de registros e possíveis falhas no sistema, destacando a necessidade urgente de revisão e validação dos dados para garantir a confiabilidade das informações.

Além disso, alguns municípios apresentam baixa representatividade no CAR. Primavera de Rondônia, com apenas 57,546 km² (0,1%) registrados, e Novo Horizonte do Oeste, com 377,609 km² (0,4%), ilustram desafios logísticos e deficiências no cadastramento. Essas lacunas indicam a necessidade de maior atenção às particularidades locais e de um estudo mais aprofundado sobre as dinâmicas que influenciam essas áreas, assim como em outras regiões com cobertura muito alta ou muito baixa, para que a política do CAR alcance uma maior abrangência.

A exemplo, municípios como Buritis, Nova Mamoré e Porto Velho, destacados como prioritários no combate ao desmatamento (MMA, 2024), apresentam alta adesão ao

¹⁰ Ver dados organizados por estado e municípios na Tabela 5 do Anexo.

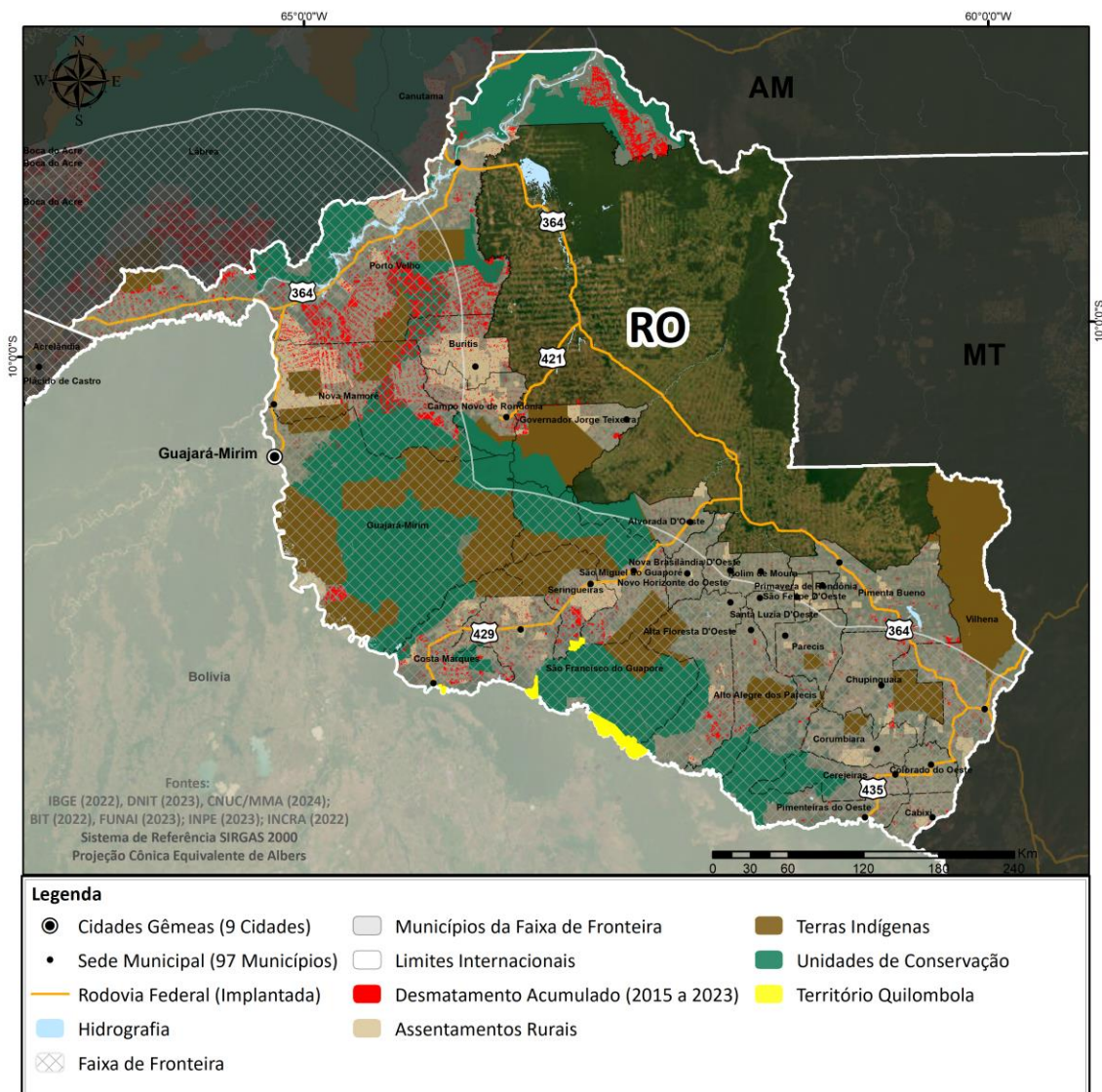
CAR, mas continuam registrando taxas significativas de desmatamento, com um acumulado de 1,5338 km², 5,826 km² e 24,2414 km², respectivamente, no período de 2019-2024. Esse paradoxo sugere que o CAR, embora seja uma ferramenta fundamental de monitoramento ambiental, tem se limitado à etapa de cadastramento e falha em avançar para a regularização ambiental efetiva, comprometendo seus objetivos de conservação e controle da degradação florestal.

Cabe recordar que a cobertura do CAR na faixa de fronteira de Rondônia representa um avanço significativo, mas as disparidades, inconsistências e contradições nos registros evidenciam desafios que ainda precisam ser superados. Além disso, a lenta validação dos cadastros no estado — com apenas 5,8% analisados até o momento (LOPES et al., 2024) — compromete a verificação da consistência das informações declaradas e dificulta a efetividade do CAR como instrumento de regularização ambiental.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA

O mapa 13, intitulado "Distribuição do Desmatamento Acumulado na Faixa de Fronteira (2015-2023)", apresenta uma visão espacial da concentração do desmatamento no estado de Rondônia.

Mapa 13 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) em Rondônia.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

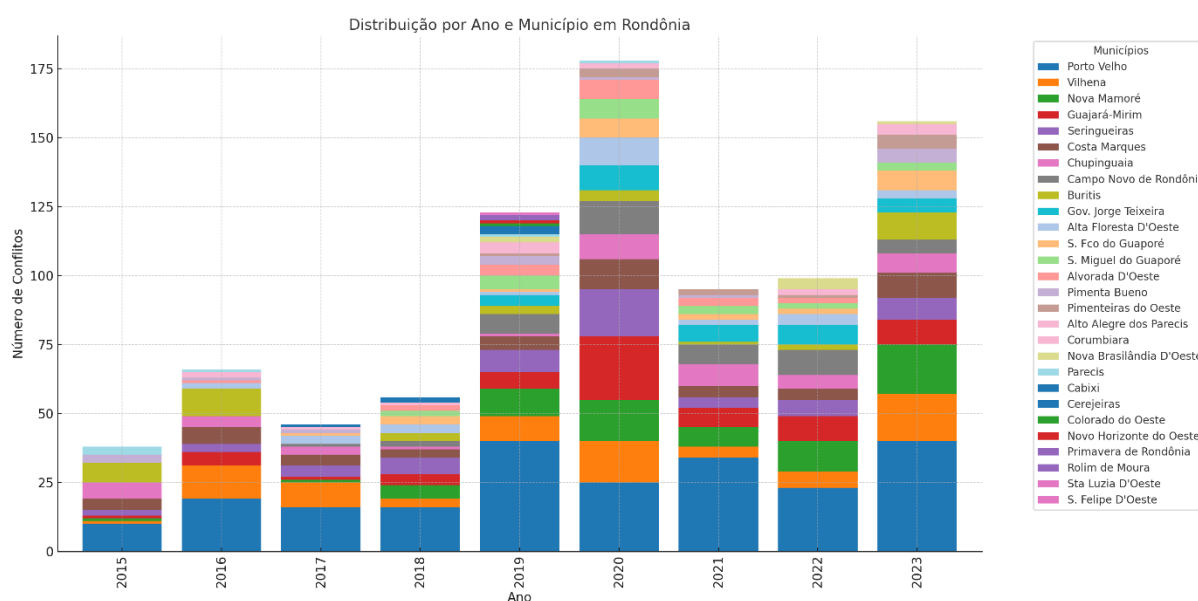
O desmatamento acumulado em Rondônia entre 2015 e 2023 apresenta uma distribuição pontual, com focos concentrados em áreas específicas, principalmente ao longo de eixos rodoviários como a BR-364 (Porto Velho-Rio Branco) e em regiões próximas aos limites com o Acre e a Bolívia. Essa dinâmica evidencia o impacto da infraestrutura viária na abertura de novas áreas para a agropecuária, resultando na conversão de florestas em pastagens e monoculturas. O mapa revela que, embora o desmatamento não esteja uniformemente distribuído na faixa de fronteira, há pontos críticos que refletem a intensificação da degradação ambiental em municípios estratégicos para a expansão da fronteira agropecuária.

Além disso, a proximidade entre áreas protegidas, como Unidades de Conservação e Terras Indígenas, e zonas de alto desmatamento reforça uma contradição: embora

essas áreas são legalmente destinadas à conservação, estão cercadas por atividades econômicas que ampliam os riscos de degradação e conflitos fundiários.

O gráfico 10 apresenta a distribuição dos conflitos fundiários registrados em Rondônia entre 2015 e 2023,

Gráfico 10 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira de Rondônia (2015-2023).



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

A análise dos dados do período (2015-2023) evidencia uma dinâmica complexa de tensões fundiárias e ambientais, marcada por momentos de intensificação e expansão geográfica dos conflitos. Municípios como Porto Velho, Vilhena, Nova Mamoré e Guajará-Mirim destacam-se como polos recorrentes de disputas, especialmente nos anos de 2019 e 2023, que registraram picos significativos no número de ocorrências. A posição estratégica desses municípios, próximos a áreas de fronteira, grandes eixos rodoviários e regiões de exploração de recursos naturais, agrava a pressão fundiária e econômica sobre seus territórios.

No início do período analisado, os conflitos estavam concentrados em um número reduzido de municípios. Entretanto, os dados revelam uma dispersão gradual, com registros crescentes em Seringueiras, Costa Marques e Campo Novo de Rondônia, evidenciando a expansão das tensões para áreas antes menos impactadas. Essa dinâmica reflete o avanço da atividade agropecuária, principal vetor de conversão de florestas em pastagens e áreas de cultivo no estado. Com a ampliação das áreas produtivas, os conflitos não apenas se intensificaram, mas também se

disseminaram, ampliando a pressão sobre espaços protegidos e territórios ocupados por povos indígenas e comunidades tradicionais.

O ano de 2019 marca um ponto de inflexão, com um aumento expressivo no número de conflitos em quase todos os municípios analisados. Esse padrão pode ser atribuído à intensificação da pressão sobre as terras públicas e espaços territoriais especialmente protegidos, associada a mudanças políticas nacionais que fragilizaram os mecanismos de fiscalização e governança ambiental. Já em 2023, observa-se uma retomada dos altos números de conflitos, especialmente em municípios como Buritis e Nova Mamoré, reforçando a persistência das tensões territoriais no estado.

Por outro lado, alguns municípios, como Cabixi, Cerejeiras e Novo Horizonte do Oeste, registraram poucos ou nenhum conflito ao longo do período analisado. Esse padrão pode estar relacionado à presença de um agronegócio mais consolidado, e à baixa presença de territórios destinados a povos e comunidades tradicionais. No entanto, a possibilidade de subnotificação não pode ser descartada, especialmente considerando que a regularização fundiária na região ainda está em andamento (Silva; Costa Silva; Santos, 2016) e que a ausência de monitoramento local pode invisibilizar disputas menos documentadas.

Em suma, na faixa de fronteira rondoniense, onde 29,7% da área é ocupada por UCs e 25,7% por TIs, evidencia-se uma espécie de paradoxo entre a proteção territorial formal e a intensificação da degradação ambiental. Apesar da ampla cobertura de áreas legalmente protegidas, o avanço da fronteira agropecuária, impulsionado pela ampliação da infraestrutura, pela valorização fundiária e pela fragilidade da fiscalização, exerce uma pressão crescente sobre esses territórios.

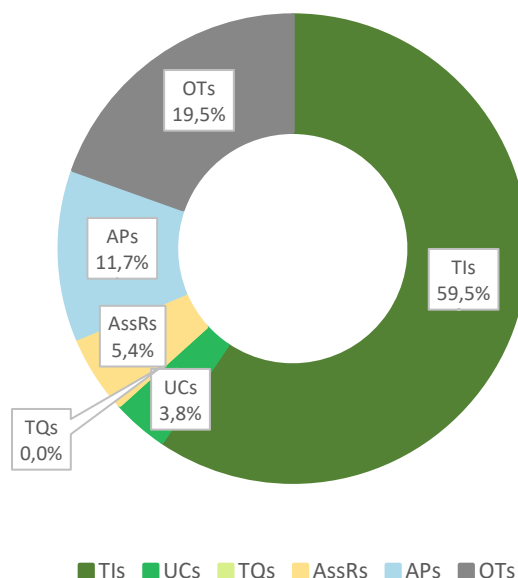
Nesse contexto, as UCs e TIs deveriam funcionar como barreiras contra a degradação ambiental. No entanto, na prática, essas áreas seguem vulneráveis à grilagem de terras, ao desmatamento e aos conflitos fundiários, revelando a insuficiência dos mecanismos de proteção. Essa contradição reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes e articuladas, assegurando que a conservação não seja apenas um compromisso formal, mas se traduza em uma barreira efetiva contra a degradação ambiental e a intensificação das disputas por terra.

RORAIMA

ÁREAS LEGALMENTE ATRIBUÍDAS NO ESTADO

O gráfico 11 apresenta os dados relativos ao CAR nos municípios da faixa de fronteira de Rondônia:

Gráfico 11 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado de Roraima.



Fonte:Elaborado pelo IBAM a partir de dados Incra, Funai, MMA (2025).

A faixa de fronteira de Roraima é fortemente marcada pela predominância das Terras Indígenas, que ocupam 91.630,473 km², correspondendo a 59,5% da área total. Entre elas, destaca-se a TI Yanomami, a maior do Brasil, que se estende por parte do território de Roraima e Amazonas, desempenhando um papel crucial na preservação da biodiversidade e na proteção das populações indígenas. Esses territórios refletem o protagonismo dos povos indígenas na configuração fundiária do estado, além de desempenharem uma função essencial na proteção socioambiental.

Os municípios de Alto Alegre (20,9%), Amajari (18,7%) e Iracema (10,0%) concentram as maiores áreas de TIs, posicionando-se como polos estratégicos de conservação ambiental e valorização da identidade cultural. Nos municípios de Uiramutã, Normandia, Pacaraima e Iracema, mais de 90% do território é destinado às TIs, evidenciando sua relevância não apenas para a preservação dos modos de vida indígenas, mas também para a manutenção de ecossistemas frágeis e práticas tradicionais que sustentam o equilíbrio territorial.

As Unidades de Conservação (UCs), embora correspondam a uma parcela menor da faixa de fronteira (5.920,097 km²; 3,8%), têm importância estratégica. Concentradas principalmente nos municípios de Amajari (40,3%) e Alto Alegre (28,4%) formando pequenos mosaicos de áreas que contribuem para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Os Assentamentos Rurais, que abrangem 8.335,456 km² (5,4%), são instrumentos fundamentais para o fortalecimento das atividades produtivas de pequenos agricultores e para a promoção da segurança alimentar nessa faixa de fronteira. Caracaraí (22,6%), Cantá (21,6%) e Caroebe (18,1%) concentram mais de 62% da área total destinada a essa categoria, refletindo seu papel no ordenamento fundiário e na inclusão social. As áreas de assentamentos em Roraima podem ser consultadas no mapa de assentamentos rurais (apêndice).

Em contraste, observa-se a ausência de Terras Quilombolas, o que sugere que não há territórios formalizados para comunidades afrodescendentes na configuração territorial de Roraima.

As Áreas Privadas, que somam 18.095,150 km² (11,8%), são majoritariamente destinadas à produção agropecuária, uma das principais bases econômicas do estado. Concentram-se principalmente nos municípios de Bonfim (20,6%), Amajari (17,7%) e Alto Alegre (14,9%), que juntos representam mais da metade dessa categoria¹¹.

A categoria Outras Terras, abrangendo 30.091,970 km² (19,5%), corresponde a áreas ainda não regularizadas ou classificadas sem destinação fundiária definida. Essa parcela significativa evidencia desafios no ordenamento territorial em Roraima, indicando a necessidade de maior precisão nos cadastros e esforços para consolidar a governança fundiária.

A configuração territorial da faixa de fronteira roraimense é marcada pela predominância das TIs, que ocupam mais da metade do território estadual, enquanto as demais categorias possuem representatividade menor. Embora as UCs e os AssRs desempenhem papéis fundamentais, a expressiva extensão de áreas classificadas como OTs evidencia lacunas na regularização fundiária. Esses desafios reforçam a necessidade de políticas públicas que conciliem conservação ambiental, fortalecimento das atividades produtivas e inclusão de comunidades tradicionais na gestão territorial.

GESTÃO AMBIENTAL NA FAIXA DE FRONTEIRA

O CAR na faixa de fronteira de Roraima¹² abrange 67.572,687 km², o que representa 43,9% da área total dessa faixa (154.072,719 km²). Embora a cobertura demonstre avanços na regularização ambiental, os dados evidenciam disparidades

¹¹ A distribuição das áreas privadas nos municípios da faixa de fronteira pode ser visualizada no mapa de áreas privadas, disponível no apêndice.

¹² Ver dados organizados por estado e municípios na Tabela 6 do Anexo.

significativas entre os municípios e desafios estruturais no alcance do sistema como instrumento de monitoramento ambiental.

Entre os municípios com maior participação no CAR na faixa de fronteira, destaca-se Caracaraí, com 13.156,375 km² cadastrados, equivalente a 19,5% do total registrado nessa área fronteiriça e 81,7% da área municipal. Em seguida, Amajari, com 12.250,143 km² (18,1%), e Caroebe, com 8.173,723 km² (12,1%), refletem o dinamismo de territórios produtivos que têm buscado maior regularização ambiental.

Cantá e Bonfim também apresentam contribuições expressivas, com 6.388,173 km² (9,5%) e 6.220,868 km² (9,2%), respectivamente. Ambos se destacam como polos agropecuários, localizados em regiões com menor incidência de TIs e UCs, o que facilita a expansão de atividades econômicas e estimula a adesão ao CAR.

Municípios como Normandia (210,252 km²; 0,3%) e Pacaraima (27,861 km²; 0,04%) possuem registros extremamente baixos, enquanto Uiramutã, mesmo sendo um território indígena de alta relevância, não apresenta qualquer registro no sistema, nem mesmo da TI Raposa Serra do Sol. Essa ausência não reflete a inexistência de ocupação, mas sim uma limitação estrutural do CAR, que foi originalmente concebido para monitorar propriedades privadas individuais, desconsiderando a organização coletiva dos territórios tradicionais. Essa falha compromete a abrangência do cadastro e a segurança fundiária de povos e comunidades tradicionais, dificultando a fiscalização ambiental e expondo esses territórios a invasões e sobreposições fundiárias.

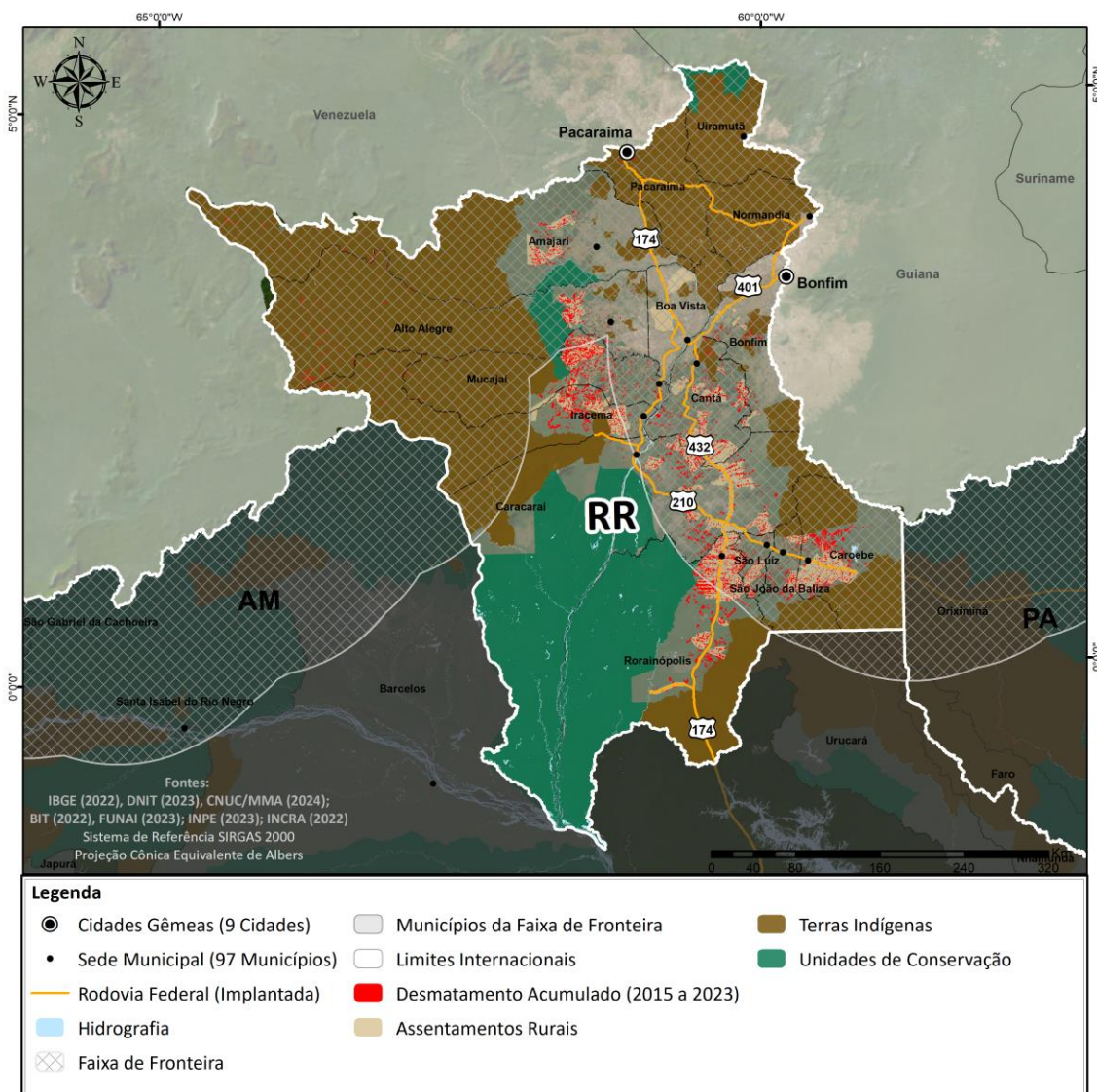
Foram observadas inconsistências nos registros de municípios como Rorainópolis, onde a área cadastrada supera a extensão municipal na faixa de fronteira (226,5%), e São Luiz (116,3%), indicando sobreposições e falhas administrativas no sistema. Tais discrepâncias comprometem a credibilidade do CAR como ferramenta de ordenamento territorial e evidenciam lacunas na regularização ambiental.

Além disso, a análise do CAR na faixa de fronteira de Roraima revela que, apesar dos avanços no cadastramento, a baixa taxa de validação dos registros compromete sua efetividade. Menos de 1% das inscrições passou por análise oficial (LOPES *et al.*, 2024), o que significa que a maioria permanece na fase inicial do processo, sem verificação da veracidade das informações declaradas. Esse cenário reforça a necessidade de revisões rigorosas para garantir que o CAR cumpra seu papel como instrumento ambiental.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA

O mapa 14, intitulado "Distribuição do Desmatamento Acumulado na Faixa de Fronteira (2015-2023)", apresenta uma visão espacial da concentração do desmatamento no estado de Roraima.

Mapa 14 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) em Roraima.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

O desmatamento acumulado entre 2015 e 2023, como destacado no mapa, apresenta índices classificados como baixos (variando entre 2,98 e 7,37 km²). Contudo, há áreas críticas em Roraima, com maior concentração de desmatamento em regiões próximas às fronteiras com o Amazonas e a Venezuela. Essa dinâmica ocorre especialmente em uma zona de vazio de instrumentos de ordenamento territorial, onde a ausência de proteção legal torna os territórios mais suscetíveis à

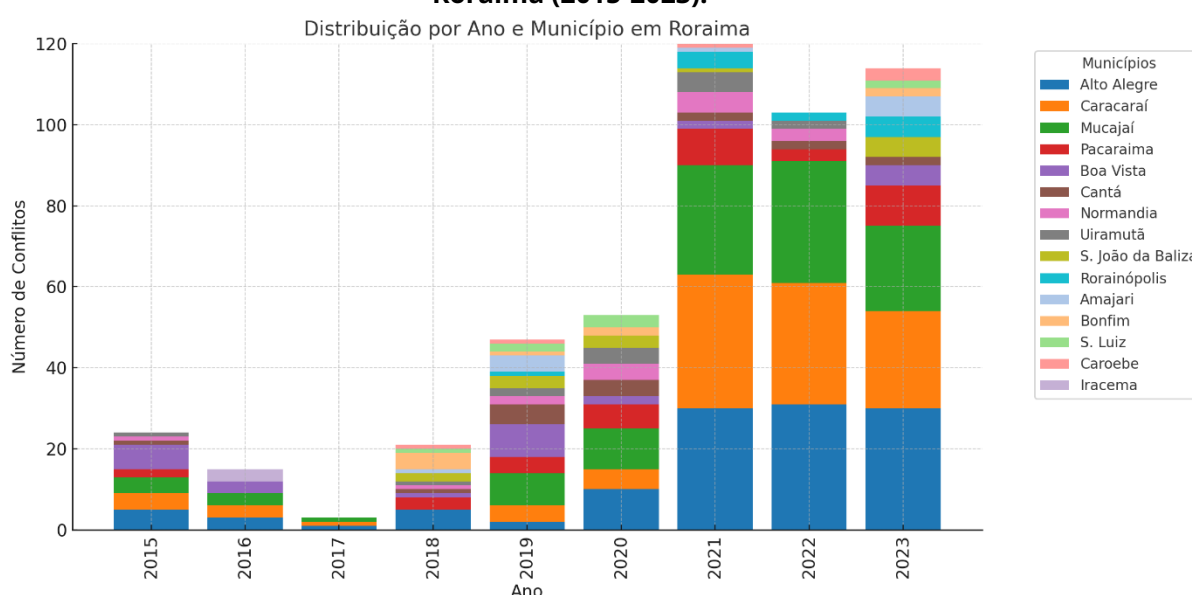
ocupação irregular e à degradação ambiental. A expansão agropecuária e o garimpo ilegal intensificam esse cenário, ameaçando tanto os ecossistemas quanto as comunidades locais.

Municípios como Mucajaí e Rorainópolis, apontados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2024) como prioritários no combate ao desmatamento, exemplificam essa dinâmica. Apesar da alta adesão ao CAR nessas áreas, o desmatamento persiste, indicando que esse registro administrativo, por si só, não tem sido capaz de conter as atividades ilegais ou promover uma regularização ambiental efetiva. Essa estagnação reflete um desafio crítico: transformar os registros no CAR em ações concretas de fiscalização e recuperação ambiental.

Esses dados ressaltam a necessidade de estratégias integradas e articuladas, que combinem o fortalecimento da fiscalização, o combate à mineração ilegal e a promoção de políticas públicas voltadas à proteção de territórios coletivos e ao uso sustentável dos recursos naturais. Apenas por meio de uma abordagem coordenada será possível enfrentar os desafios impostos pela pressão econômica e pela degradação ambiental em Roraima.

O gráfico 12 apresenta a distribuição temporal e espacial dos conflitos em Roraima entre 2015 e 2023, evidenciando que Mucajaí, um dos municípios mais impactados pelo desmatamento no estado, também se destaca como um dos principais polos de disputas territoriais.

Gráfico 12 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira de Roraima (2015-2023).



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

A análise dos dados de conflitos em Roraima entre 2015 e 2023 revela uma tendência de crescimento expressivo, especialmente a partir de 2020. Municípios como Alto Alegre, Caracaraí e Mucajaí destacam-se como as principais áreas em disputa, apresentando picos significativos em 2021 e 2022. Esses territórios possuem características que favorecem a intensificação das tensões, como maior proximidade de áreas de expansão agropecuária e sobreposição com TIs e UCs. Pacaraima, localizado na fronteira com a Venezuela, também registrou um aumento relevante de conflitos nos últimos anos, indicando pressões fundiárias agravadas pelo contexto socioeconômico e pela vulnerabilidade territorial.

Alguns municípios, como Iracema e Caroebe, apresentaram poucos registros de conflitos ao longo do período analisado. Essa baixa representatividade pode estar relacionada a uma menor pressão fundiária nessas áreas ou à subnotificação, reflexo da ausência de monitoramento sistemático ou da invisibilização de disputas. Essa disparidade reforça os desafios na gestão e no monitoramento dos conflitos fundiários em Roraima, que dependem de abordagens mais abrangentes para abordar a complexidade das dinâmicas territoriais no estado.

O aumento dos conflitos nos anos mais recentes, especialmente em 2021 e 2022, pode ser atribuído a um contexto político mais permissivo em relação ao uso de áreas protegidas, marcado por políticas que flexibilizaram a fiscalização ambiental. Adicionalmente, os impactos socioeconômicos e territoriais decorrentes da pandemia de COVID-19 intensificaram as tensões em regiões já vulneráveis. Um fator relevante nesse cenário foi a promulgação da Lei nº. 1.453/2021, conhecida como Lei do Garimpo, de autoria do Governo de Roraima, que buscava incentivar a atividade garimpeira na região. Embora declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), essa tentativa institucional de legitimar o garimpo acirrou ainda mais os ânimos no estado, desencadeando mobilizações, resistência e enfrentamento por parte dos movimentos indígenas (Santos; Mattioni; Falcão; 2021).

O avanço do garimpo ilegal na TI Raposa Serra do Sol (TIRSS), denunciado por lideranças regionais ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), exemplifica como essas iniciativas podem alimentar a degradação ambiental e as disputas territoriais, afetando diretamente os povos indígenas, que dependem dessas terras para sua subsistência e manutenção de seus modos de vida. Esses dados ressaltam a necessidade de políticas públicas integradas, que articulem a regularização fundiária e o fortalecimento da fiscalização. Tais ações são essenciais para mitigar os impactos dos conflitos, proteger povos indígenas e comunidades tradicionais e promover um ordenamento territorial mais eficiente e inclusivo.

GESTÃO CLIMÁTICA

Os impactos das mudanças climáticas ocorridos nos Municípios brasileiros, reforçam a urgência de repensar o modelo de ocupação urbana e aprofundar o entendimento sobre as características geoclimáticas do território dos Municípios, como clima e padrão das chuvas, bem como o relevo e os tipos de solo.

No Bioma Amazônia, além dos impactos nas áreas urbanas estabelecidas em sua maioria nas margens dos rios, a transformação da paisagem é tema fundamental na questão ambiental. Resulta, sobretudo, dos desmatamentos decorrentes da expansão da exploração madeireira, da intensificação das atividades agropastoris intensivos e da mineração e da execução de grandes projetos de infraestrutura, principalmente para transportes e geração de energia elétrica.

O Relatório de Avaliação Científica “O Futuro Climático da Amazônia”, elaborado por Nobre (2014), ressalta o importante papel da Floresta Amazônica no sistema climático, na regulação das chuvas e na exportação de serviços ambientais para as áreas produtivas, próximas e distantes. Além da circulação atmosférica da umidade, por meio dos chamados “Rios Voadores”, o estudo também evidencia o potencial climático da floresta, denominada pelos cientistas de “Oceano Verde”, e sua capacidade de regulação do clima, por meio da capacidade inata das árvores transferirem grandes volumes de água do solo para a atmosfera, através da transpiração, com um total diário de 20 bilhões de toneladas de água, o que equivale a 20 trilhões de litros. O documento conclui que reduzir o desmatamento não será suficiente para garantir as funções climáticas do Bioma Amazônia, sendo necessários, além de manter a Floresta Amazônica a qualquer custo, confrontar o passivo do desmatamento acumulado e iniciar um amplo processo de restauração das áreas degradadas.

Marengo e Junior (2018) apresentam no estudo “Mudanças Climáticas: Impactos e Cenários para a Amazônia”, conclusões significativas sobre as alterações climáticas na região amazônica e destacam a urgência de ações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e preservar a sua integridade. Entre as conclusões, os autores ressaltam que projeções futuras dos modelos climáticos apontam para um aumento na temperatura média do ar projetada até o final do século XXI, acima de 4°C e redução das chuvas de até 40%. Indicam também que o aquecimento global e o desmatamento podem comprometer o equilíbrio dos ecossistemas amazônicos, afetando a biodiversidade e os serviços ambientais essenciais para a humanidade.

FENÔMENOS CLIMÁTICOS QUE INCIDEM NA FAIXA DE FRONTEIRA

As projeções apontadas no estudo “Indicadores para Análise da Vulnerabilidade da

População à Mudança do Clima (SisVuClima)” desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2016), em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz, indicam consequências diretas das alterações climáticas na Região Amazônica. Os impactos futuros do clima apontam uma possível diminuição da biodiversidade, em virtude das alterações no ciclo reprodutivo de plantas e animais. Outro efeito seria o processo de “savanização” da Floresta Amazônica, isto é, a transformação da floresta em savana, devido ao aumento da temperatura.

As mudanças do clima também podem provocar transformações em fenômenos naturais recorrentes na Floresta Amazônica, como os períodos de cheia e vazante. Em consequência das alterações no volume de chuvas e elevação da temperatura, podem ocorrer eventos extremos, como as secas e inundações.

As alterações climáticas que afetam, por exemplo, os Municípios ribeirinhos, alteram a dinâmica de suas comunidades estabelecidas na região de várzea, planejada de acordo com o período de cheia e de seca dos rios, ocasionando prejuízos econômicos e ambientais. Além de alterar a irrigação, a pesca e a produção agrícola, que têm efeito direto na segurança alimentar das populações, essas alterações chegam muitas vezes a inviabilizar as condições de sobrevivência e reprodução das populações. Na mesma proporção, as comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares são afetados, em decorrência da forte dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos relacionados, entre outras vulnerabilidades.

Cabe ressaltar que as alterações decorrentes das mudanças do clima não são fenômenos isolados na ocorrência dos desastres naturais. Os fenômenos naturais El Niño e La Niña¹³ contribuem com diferentes impactos no mundo e nas regiões do Brasil, conforme a periodicidade de suas ocorrências. No período de ocorrência do El Niño, as secas registradas na Região Norte, nos anos de 2023 e 2024, são os exemplos mais recentes de desastres naturais, na forma mais extrema que aconteceu na Amazônia, derivadas de uma combinação de diferentes sistemas meteorológicos que ocasionaram estiagens históricas.

As imagens apresentadas na Figura 1, ilustram os eventos extremos que vêm ocorrendo nos Municípios localizados na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Centro (Rondônia). Nesses Municípios, verificou-se nos últimos anos períodos mais longos

¹³ O El Niño e a La Niña são parte do fenômeno natural conhecido como El Niño Oscilação Sul (Enos), que ocorre no Oceano Pacífico Tropical. O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, na sua porção equatorial, e a La Niña corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Fonte: <http://enos.cptec.inpe.br/>. Acesso em: 20 de dez. 2024.

de estiagem, sendo aparentemente o efeito mais perceptível das mudanças climáticas na escala local, embora inundações intensas e extensas, como as ocorridas recentemente atingindo áreas do estado do Acre e Amapá, também estão associados a eventos climáticos extremos.

Figura 1 - Eventos extremos ocorridos nos Municípios da Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia



(1) Alagação - Brasília/AC



(2) Seca extrema - Porto Velho/RO



(3) Incêndio florestal - Cantá/RR



(4) Seca do Rio Solimões - Benjamin Constant/AM



(5) Seca - Óbidos/PA



(6) Inundação - Laranjal do Jari/AP

Fontes: (1) Prefeitura de Brasília/AC. (2) Prefeitura de Porto Velho/RO - Créditos: Leandro Moraes. (3) G1 - Créditos: Ronny Alcântara/Rede Amazônia. (4) Gazeta da Amazônia. (5) O Liberal. (6) Prefeitura de Laranjal do Jari/AP - Créditos: Dalton Pacheco.

Os principais desastres naturais ocorridos no período de 1991 a 2022, nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, foram consolidados na versão atualizada do Atlas Digital de Desastres Naturais - Atlas Digital de Desastres no Brasil, desenvolvido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

As informações sistematizadas apontam que os alagamentos, chuvas intensas, enxurradas, estiagem e seca, incêndio florestal, inundações, vendavais e ciclones e outros, são desastres naturais comuns a todos os Estados. No conjunto não foram indicadas ocorrências para “ondas de calor e baixa umidade” e “onda de frio”.

Quadro 3 - Os desastres naturais presentes nos Estados da Faixa de Fronteira - Arco Norte e Rondônia, no período entre 1991 e 2022

Desastres Naturais 1991 - 2022	Estado					
	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima
Alagamentos	■	■	■	■	■	■
Chuvas Intensas	■	■	■	■	■	■
Enxurradas	■	■	■	■	■	■
Erosão	■	■	■	■	■	
Estiagem e Seca	■	■	■	■	■	■
Granizo				■	■	
Incêndio Florestal	■	■	■	■	■	■
Inundações	■	■	■	■	■	■
Movimento de Massa	■	■	■	■	■	
Onda de Calor e Baixa Umidade						
Onda de Frio						
Tornado			■	■	■	
Vendavais e Ciclones	■	■	■	■	■	■
Outros	■	■	■	■	■	■

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados Atlas Digital Interativo, 2025.

O Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima

(AdaptaBrasil MCTI)¹⁴, instituído em 2020 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), reúne índices e indicadores de risco de impactos das mudanças climáticas no Brasil, integrados em uma única plataforma. De acordo os dados disponibilizados, 66% dos 5.570 Municípios brasileiros têm capacidade baixa ou muito baixa de adaptação a eventos climáticos extremos e pouco mais da metade possuem índice de vulnerabilidade alto ou muito alto.

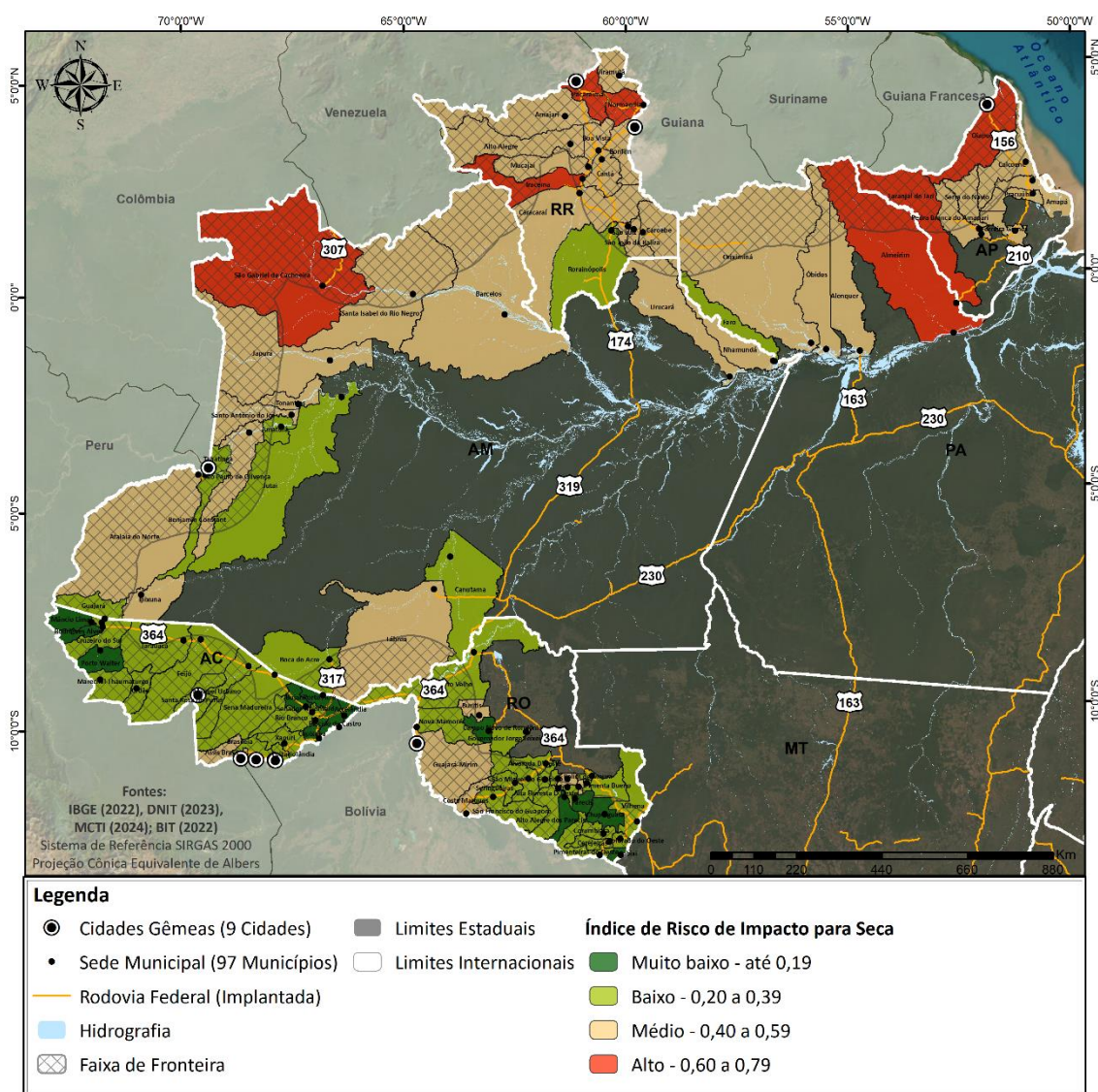
Os mapas a seguir apresentam os índices de risco das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos e a capacidade adaptativa para recursos hídricos - seca - e para desastres geo-hidrológicos - inundações, enxurradas e alagamentos e deslizamentos - identificados nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Centro (Rondônia). Em complemento foram extraídos os dados sobre planejamento e gestão de risco para recursos hídricos, programas ou ações de prevenção contra impactos da seca e governança e gestão de risco de deslizamento de terra.

No contexto do AdaptaBrasil, o sistema socioecológico integra as dimensões sociais (humanas) e ecológicas (biofísicas) em interação mútua (Gallopín, 1991) e abrange todo o território brasileiro, considerando os aspectos sociais e ecológicos mais relevantes para cada temática (recursos hídricos, segurança alimentar e segurança energética) e os riscos de impactos em situações de seca e chuva. Quanto à capacidade adaptativa refere-se à habilidade do sistema socioecológico de se preparar e se ajustar às mudanças climáticas ou a danos climáticos potenciais, visando reduzir os impactos negativos, aproveitar as oportunidades ou responder às suas consequências.

De acordo com as sínteses dos resultados disponibilizados, o índice de risco de impacto é uma composição dos índices de vulnerabilidade, exposição e ameaça climática (período presente e cenários futuros). Para o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça climática de seca, observou-se que os Municípios dos Estados do Acre e de Rondônia, em sua maioria, estão na classe de impacto climático baixa (63,64% e 64,29%, respectivamente). Enquanto que a classe média é predominante nos Estados do Amapá (75,00%), Amazonas (63,16%), Pará (60,00%) e Roraima (73,33%). Nos Estados do Amapá (Laranjal do Jari e Oiapoque) e do Pará (Almeirim), a classe alta representa 20,00% a 25,00% dos Municípios.

¹⁴ O AdaptaBrasil MCTI é desenvolvido por meio de uma cooperação entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Rede Nacional de Pesquisa e Ensino (RNP), sendo fomentado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Sua governança é exercida por um Comitê Gestor composto por dois representantes, sendo um titular e um suplente, das três instituições supracitadas.

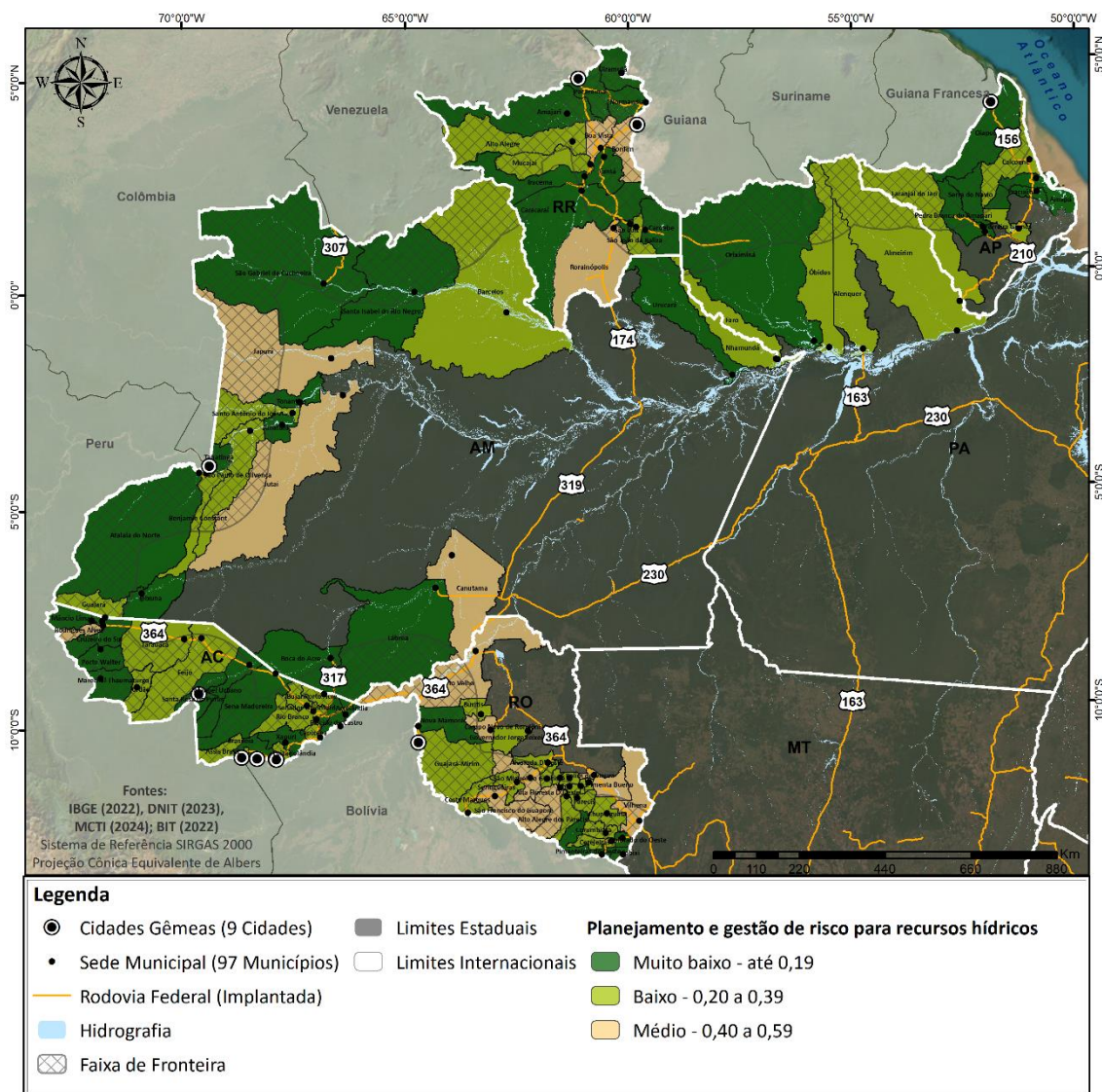
Mapa 15 - Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Nesse aspecto, para diminuição do risco de impacto presente e futuro das mudanças climáticas nos recursos hídricos considerando uma situação de seca, o arcabouço legal existente, relacionado ao planejamento e gestão indicam que em sua maioria os Municípios dos Estados do Acre (54,55%), Amazonas (57,89%), Amapá (62,50%) e Roraima (60,00%), apresentam a classe muito baixa. Enquanto que a classe baixa é predominante nos Estados do Pará (80,00%) e Rondônia (64,29%), a classe baixa.

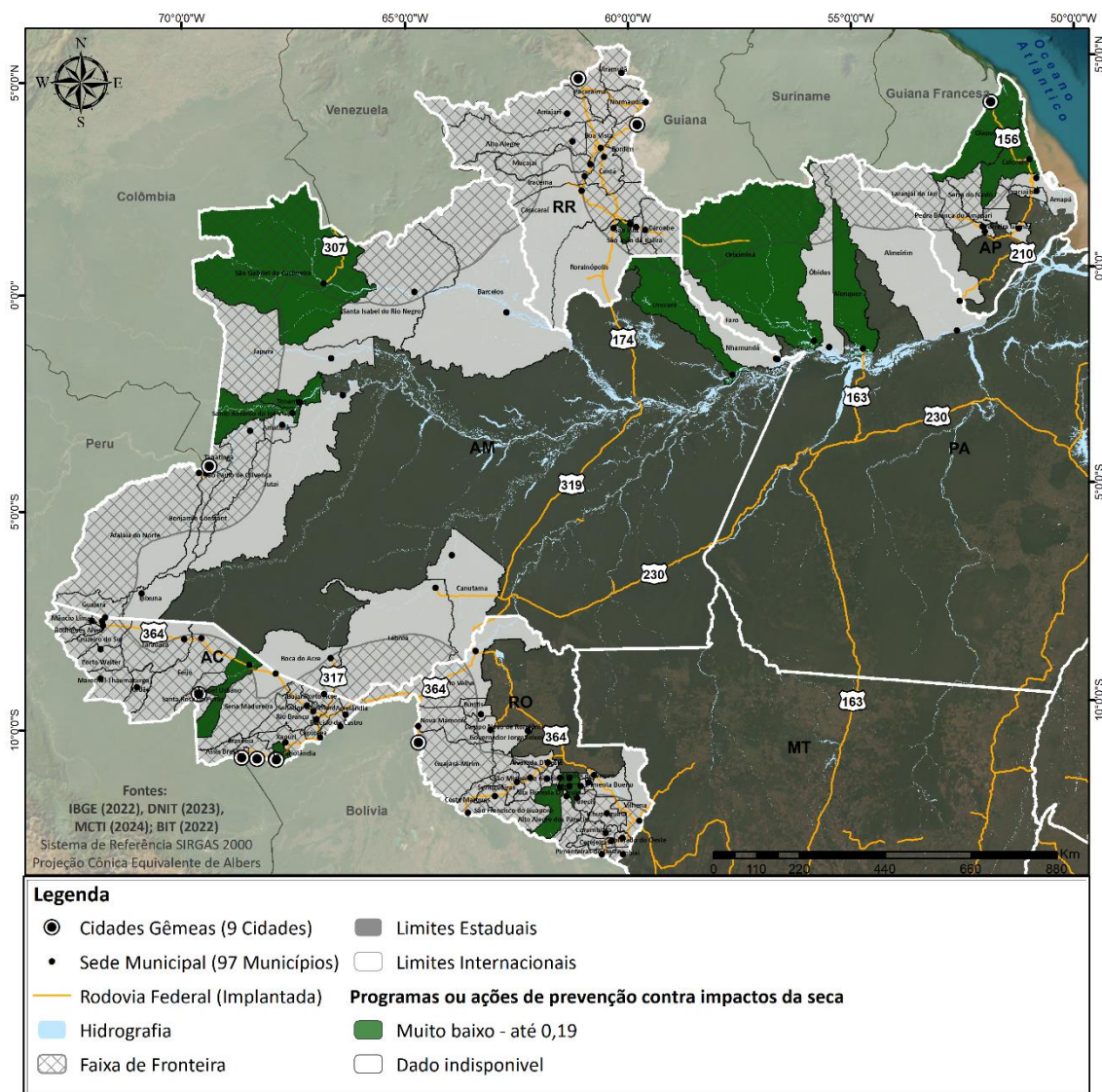
Mapa 16 - Planejamento e Gestão de Risco para Recursos Hídricos.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Quanto à implementação de programas ou ações de prevenção contra impactos relacionados à seca, os dados encontram-se indisponíveis em sua maioria, o que representa 86,60% do total (84). Do restante dos Municípios (13), 13,40% foram reconhecidos como classe muito baixa.

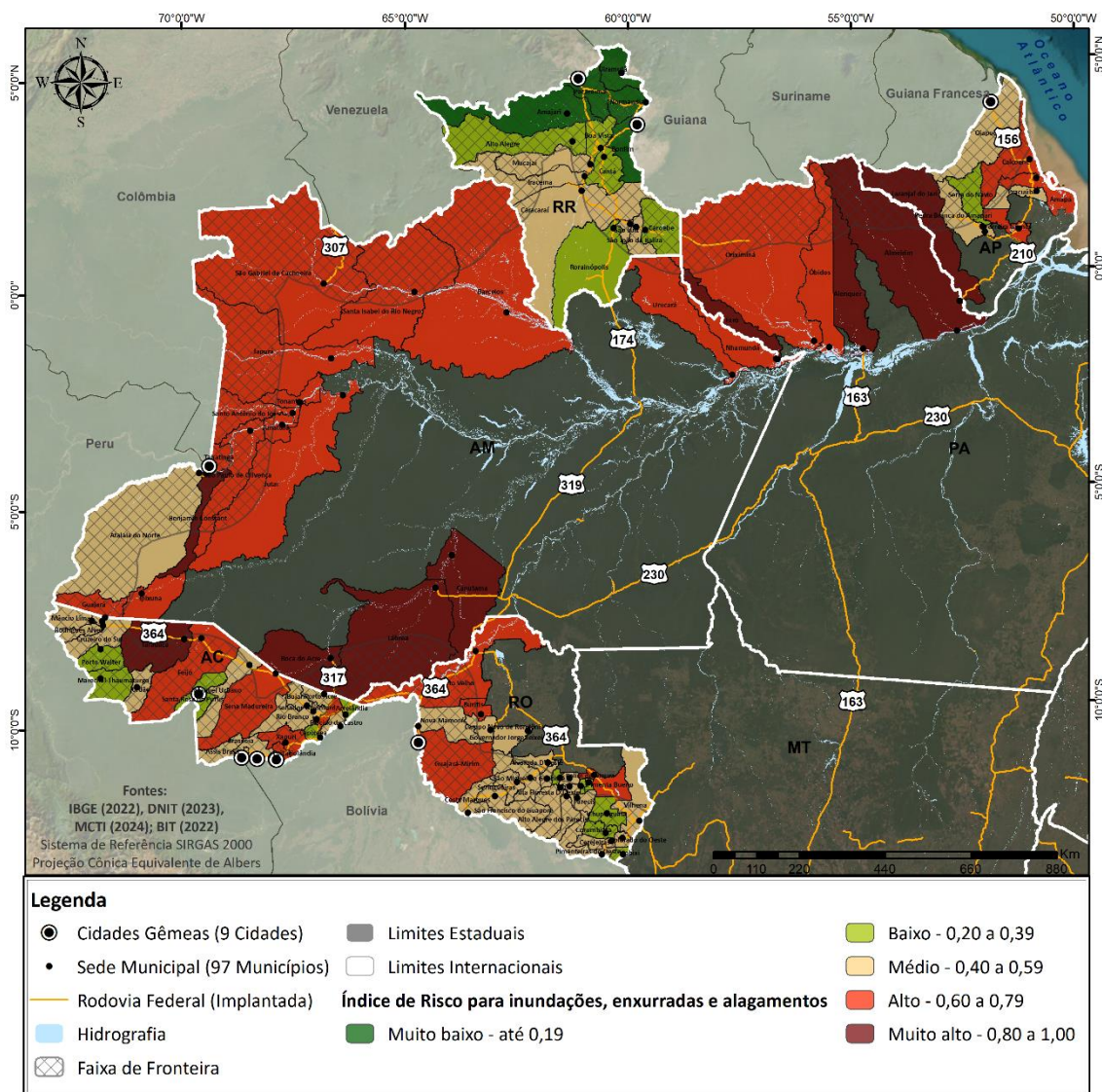
Mapa 17 - Programa ou ações de prevenção contra impactos da seca.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Sobre o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça de desastres geo-hidrológicos no evento de inundações, enxurradas e alagamentos, os Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia) estão enquadrados predominantemente, entre as classes média e muito alta. Os Municípios dos Estados do Acre (50,00%), Amapá (37,50%), Rondônia (71,43%) e Roraima (33,33%) na classe média. Quanto aos Municípios do Estado do Amazonas (73,68%) na classe alta e do Estado do Pará (60,00%), na classe muito alta.

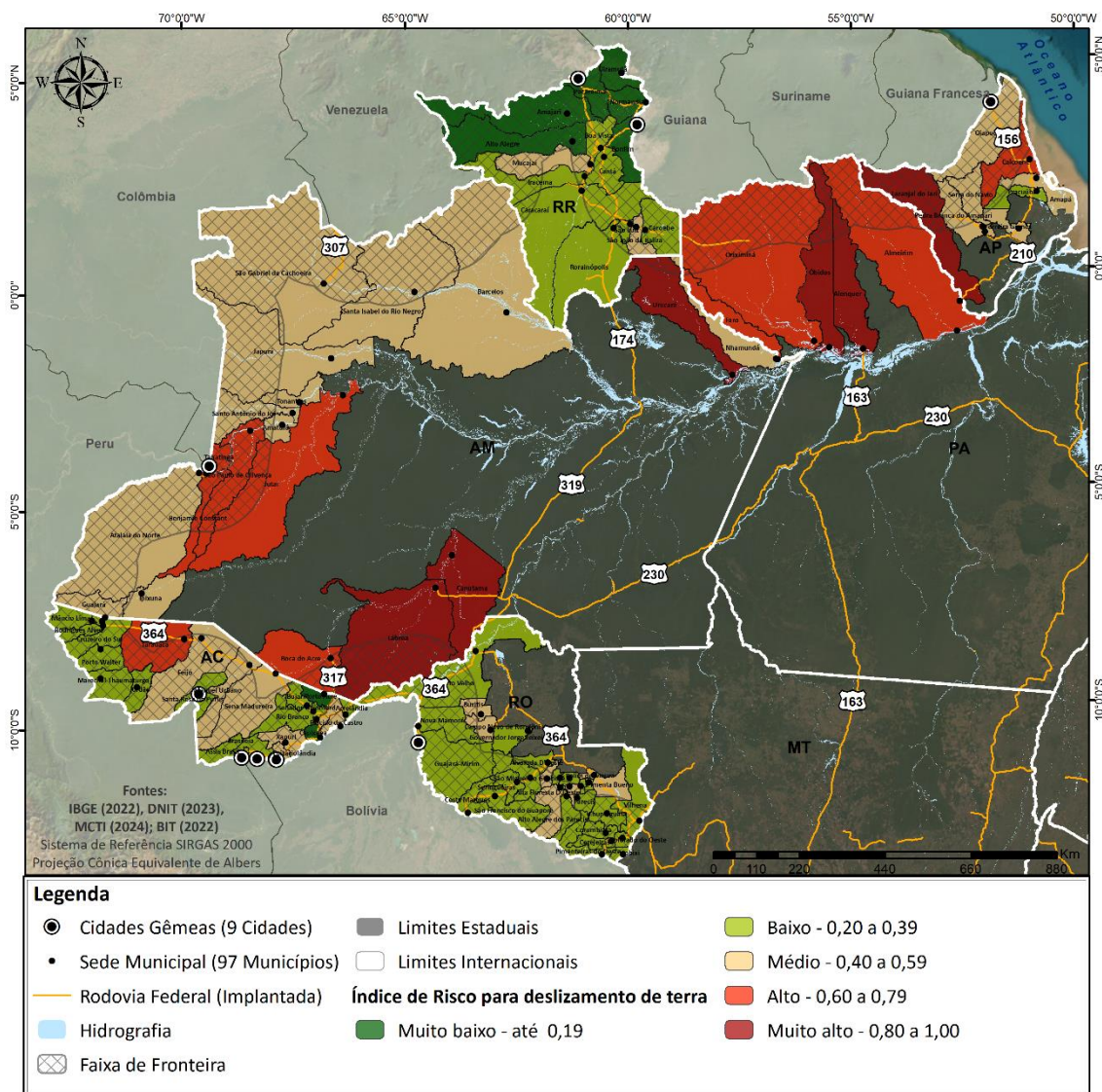
Mapa 18 - Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Para o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça de desastre geo-hidrológico no evento de deslizamento de terra, observou-se que os Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia) apresentam principalmente as classes baixa - Acre (59,09%), Rondônia (78,57%) e Roraima (46,67%) - e média no Amapá (62,50%) e Amazonas (63,16%). Nos Municípios do Estado do Pará (60,00%), predominam a classe alta.

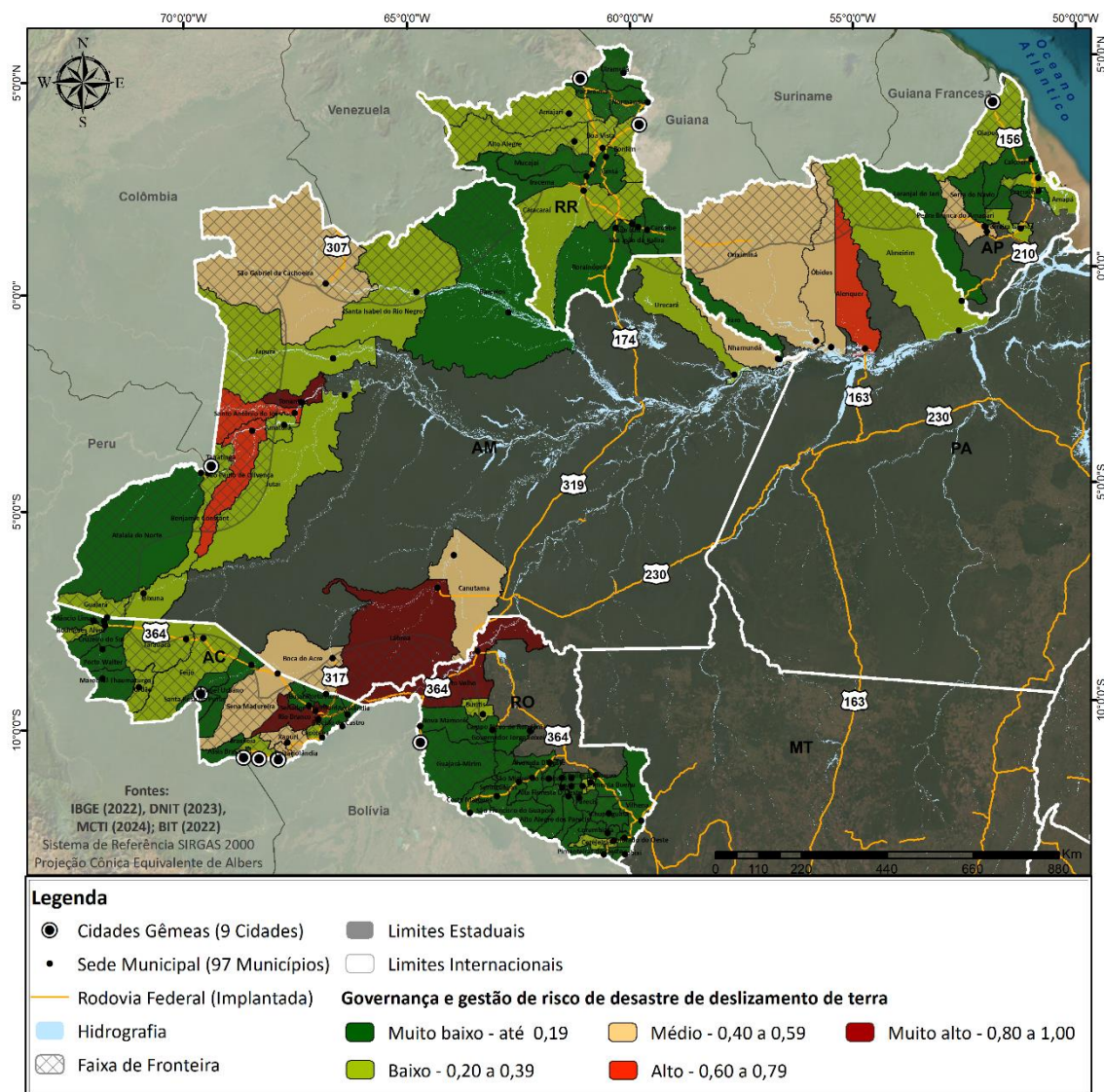
Mapa 19 - Índice de risco de impacto para deslizamento.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Quanto à capacidade política e institucional em governança do risco, ações para redução e resposta em situação de desastre de deslizamento de terra, os Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia) estão enquadrados em sua maioria na classe muito baixa - Acre (54,55%), Amapá (50,00%), Rondônia (64,29%) e Roraima (66,76%). Aproximadamente metade dos Municípios do Estado do Amazonas (52,63%) como classe baixa e do Estado do Pará (40,00%), predomina a classe média.

Mapa 20 - Governança e gestão de risco de desastres de deslizamento de terra.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

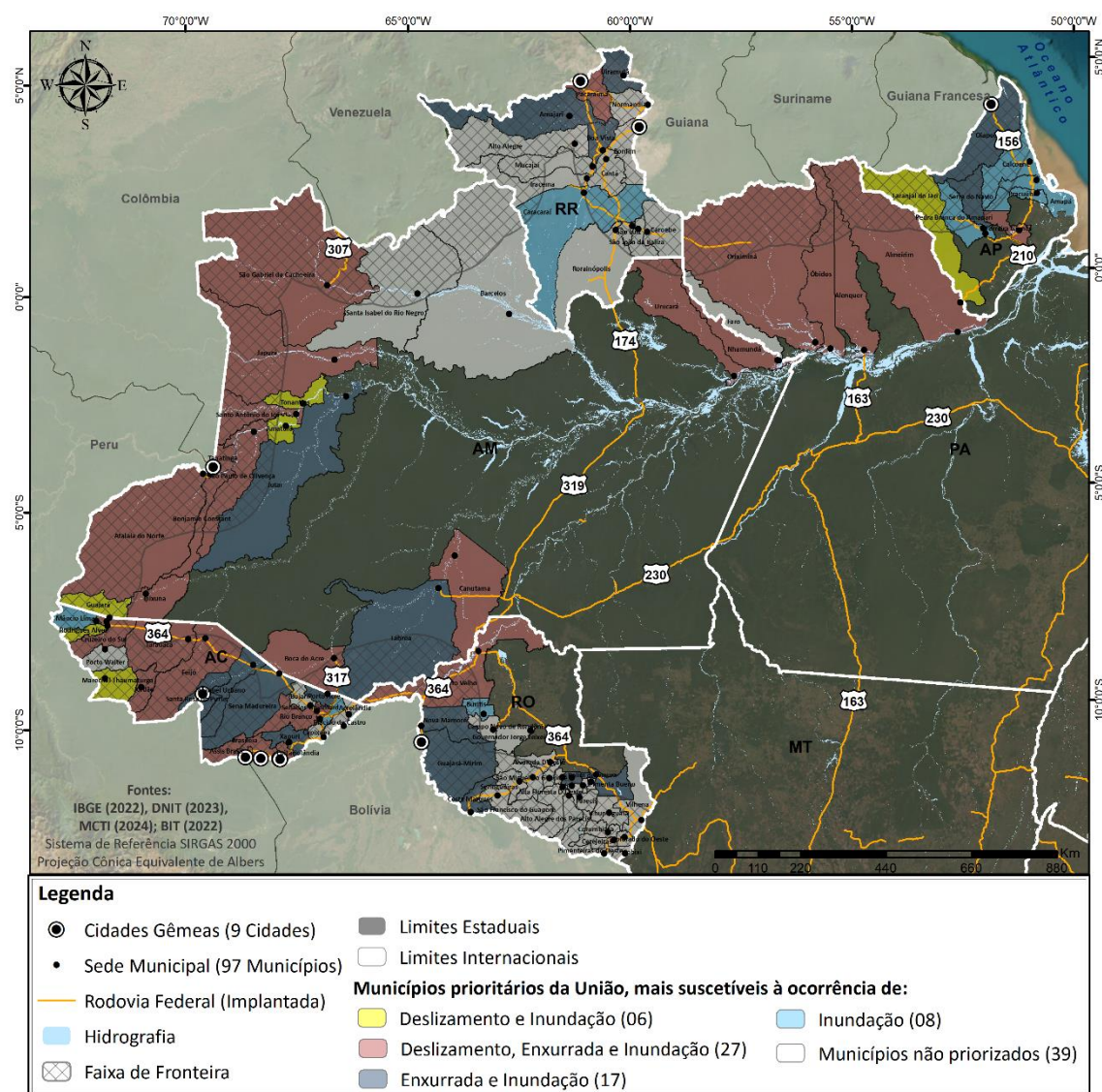
Em 2023, com o objetivo de orientar o Governo Federal nas ações de prevenção e mitigação de desastres naturais no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, especialmente no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, atualizou os critérios e indicadores para a identificação dos Municípios mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações.

A partir dos dados atualizados sobre desastres, vulnerabilidades e mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico¹⁵, foram selecionados 1.942 Municípios. Dos

¹⁵ As fontes de consulta dos dados históricos das últimas décadas, mapeamento atuais e informações do Censo 2022, bem como os indicadores e critérios adotados estão disponibilizadas na Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR, Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento - Casa Civil.

97 Municípios situados na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Centro (Rondônia), foram identificados 58 mais suscetíveis à ocorrência de desastres naturais relacionados a deslizamentos, enxurradas e inundações, conforme ilustrado na Figura 15.

Mapa 21 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

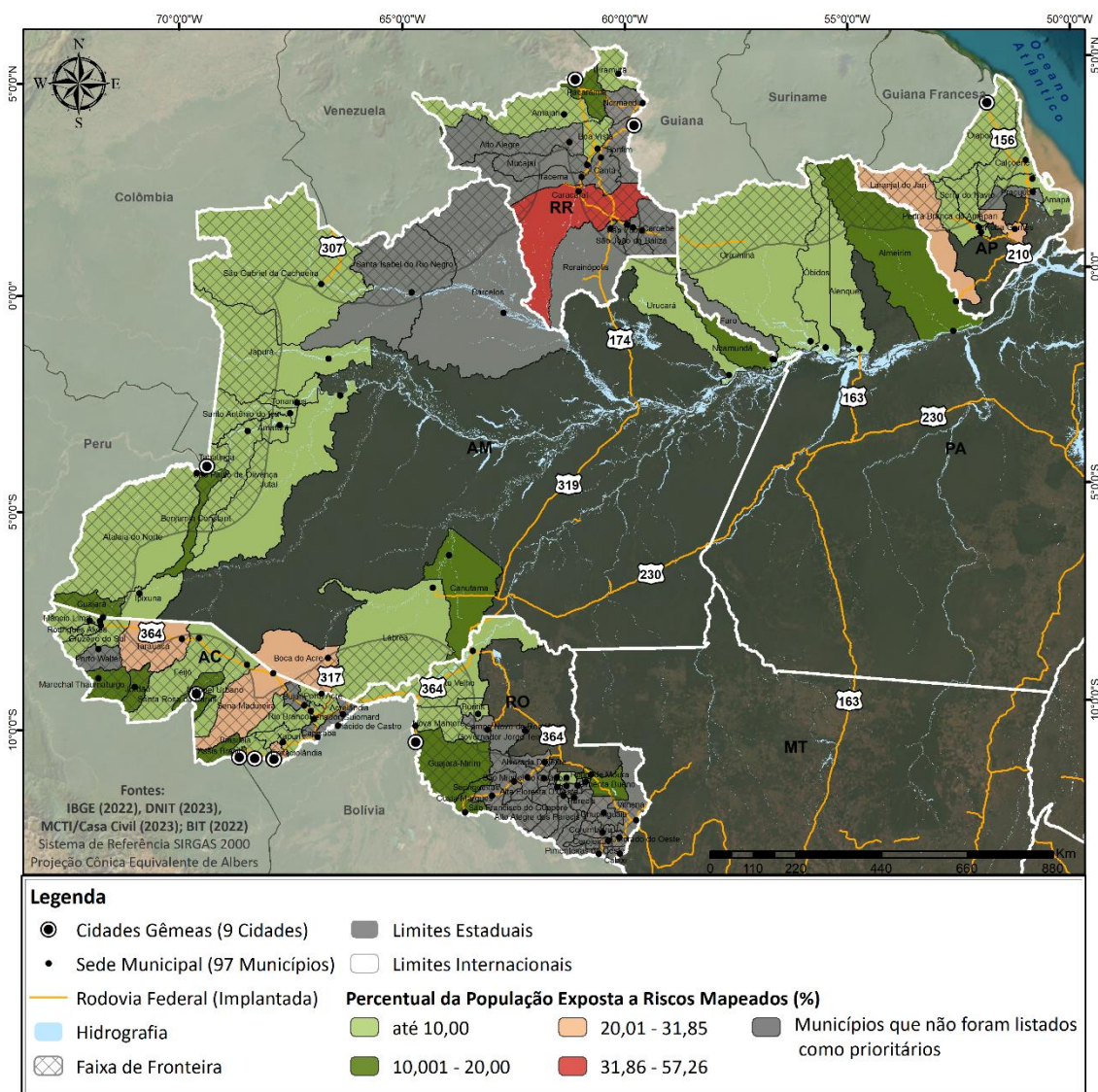
O desastre natural “deslizamento, enxurradas e inundação” foi reconhecido como o mais frequente e presente em todos os Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte

Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/copy_of_NotaTcnica12023SADJVISAMCCPR_SEI_00042.000497_2023_74.pdf?utm_source=chatgpt.com

e Centro (Rondônia). Seguido, em número de ocorrências, de “enxurrada e inundação”, “inundação” e “deslizamento e inundação”. Os Estados do Amapá e Pará apresentam desastres naturais prioritários em todos os Municípios localizados na Faixa de Fronteira, sendo alguns não prioritários nos demais Estados.

Conforme ilustrado no Mapa 16, o percentual da população dos 58 Municípios da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) mais suscetível à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações se enquadra em 38 Municípios, em até 10,00%. Seguido de 13 Municípios na faixa de 10,01% a 20,00% , seis (06) Municípios entre 20,01% a 31,85%. O Município de Caracaraí, no Estado de Roraima se apresenta no maior intervalo, entre 31,86% e 57,26%.

Mapa 22 - Percentual da população dos Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Estabelecido conforme os critérios presentes na mesma Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) desenvolveu o Indicador de Capacidade Municipal (ICM)¹⁶, com o objetivo de retratar a capacidade dos Municípios em atuar na gestão dos riscos e desastres. O ICM é o principal indicador para o monitoramento do Programa 2318 - Gestão de Riscos e Desastres no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que será considerado ao longo dos próximos quatro anos para avaliar o aprimoramento da capacidade dos Municípios em ações de gestão de riscos e desastres no Brasil.

O ICM é composto por 20 (vinte) variáveis, distribuídos em três dimensões: Instrumentos de Planejamento e Gestão; Coordenação Intersetorial e Capacidades; e Políticas, Programas e Ações. O quantitativo de Municípios por Categoria de Gestão de Riscos e Desastres (GDR) foi distribuído em quatro categorias de índice: Faixa A (Alta); Faixa B (Intermediária Avançada); Faixa C (Intermediária Inicial) e Faixa D (Inicial).

Na Faixa A (Alta)¹⁷ foram identificados os Municípios de Porto Walter (AC), Vilhena (RO) e Normandia (RR), entretanto, considerados como “não prioritários” no Perfil de Risco. Quanto à Faixa B (Intermediária Avançada), foram identificados no Quadro 4, 22 (vinte e dois) Municípios da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia), nos Perfis de Risco “Prioritário” e “Não Prioritário”.

Quadro 4 - Municípios dos Estados da Faixa de Fronteira - Arcos Norte e Rondônia identificados na Faixa B (Intermediária Avançada)

Estado	Municípios	Perfil de Risco	
		Prioritário	Não Prioritário
Acre	Epitaciolândia		
	Feijó		
	Rio Branco		
Amazonas	Atalaia do Norte		
	Barcelos		
	Labrea		
	São Gabriel da Cachoeira		
	São Paulo de Olivença		
Amapá	Macapá		
Pará	Oriximiná		
Rondônia	Alto Alegre do Parecis		
	Alta Floresta d'Oeste		

¹⁶ O Indicador de Capacidade Municipal (ICM) está disponível no link: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm>.

¹⁷ Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/Lista_A_fev2025.pdf.

Estado	Municípios	Perfil de Risco	
		Prioritário	Não Prioritário
	Governador Jorge Teixeira		
	Nova Brasilândia do Oeste		
	Pimenta Bueno		
	Porto Velho		
	São Francisco do Guaporé		
Roraima	Boa Vista		
	Bonfim		
	Cantá		
	Caroebe		
	Rorainópolis		

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Indicador de Capacidade Municipal (ICM), 2025.

EMISSIONES DE GASES EFEITO ESTUFA (GEE)

O governo brasileiro, ao assumir compromisso no Acordo de Paris, durante a 21ª Conferência das Partes (COP 21) em 2015, por meio das chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC Brasil) ampliou as metas climáticas na COP29, realizada em novembro de 2024, em Baku, Azerbaijão. O país estabeleceu novas metas de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), fixadas entre 59% a 67% até 2035, em relação aos níveis de 2005, envolvendo todos os setores da economia (*economy-wide*). Para alcançar o objetivo, o governo brasileiro reafirmou a intenção de zerar o desmatamento na Amazônia Legal e restaurar 6 milhões de hectares de florestas até 2030 e 24 milhões de hectares até 2050.

As Tabelas 7 a 12 do Anexo apresentam as emissões de gases de efeito estufa dos Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia), por Estado, nos anos de 2015, 2022 e 2023, disponibilizado pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), desenvolvido pelo Observatório do Clima¹⁸. Os anos selecionados representam o ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris (2015), o último ano do período -2019 a 2022 - de enfraquecimento das políticas de controle do desmatamento (2022) e o ano da retomada das ações das medidas de fiscalização e de redução por setor de emissão (2023).

O SEEG reúne e organiza as estimativas de emissões nos cinco setores, fontes de gases de efeito estufa (GEE), - agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industriais e resíduos - para as 27 Unidades da Federação e os

¹⁸ O Observatório do Clima (OC) é uma rede de organizações da sociedade civil, dedicada ao monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. As instituições integrantes da OC coordenam o trabalho técnico do SEEG: IPAM (mudança de uso da terra), IMAFLORA (agropecuária), IEEMA (energia e processos industriais, e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (resíduos)).

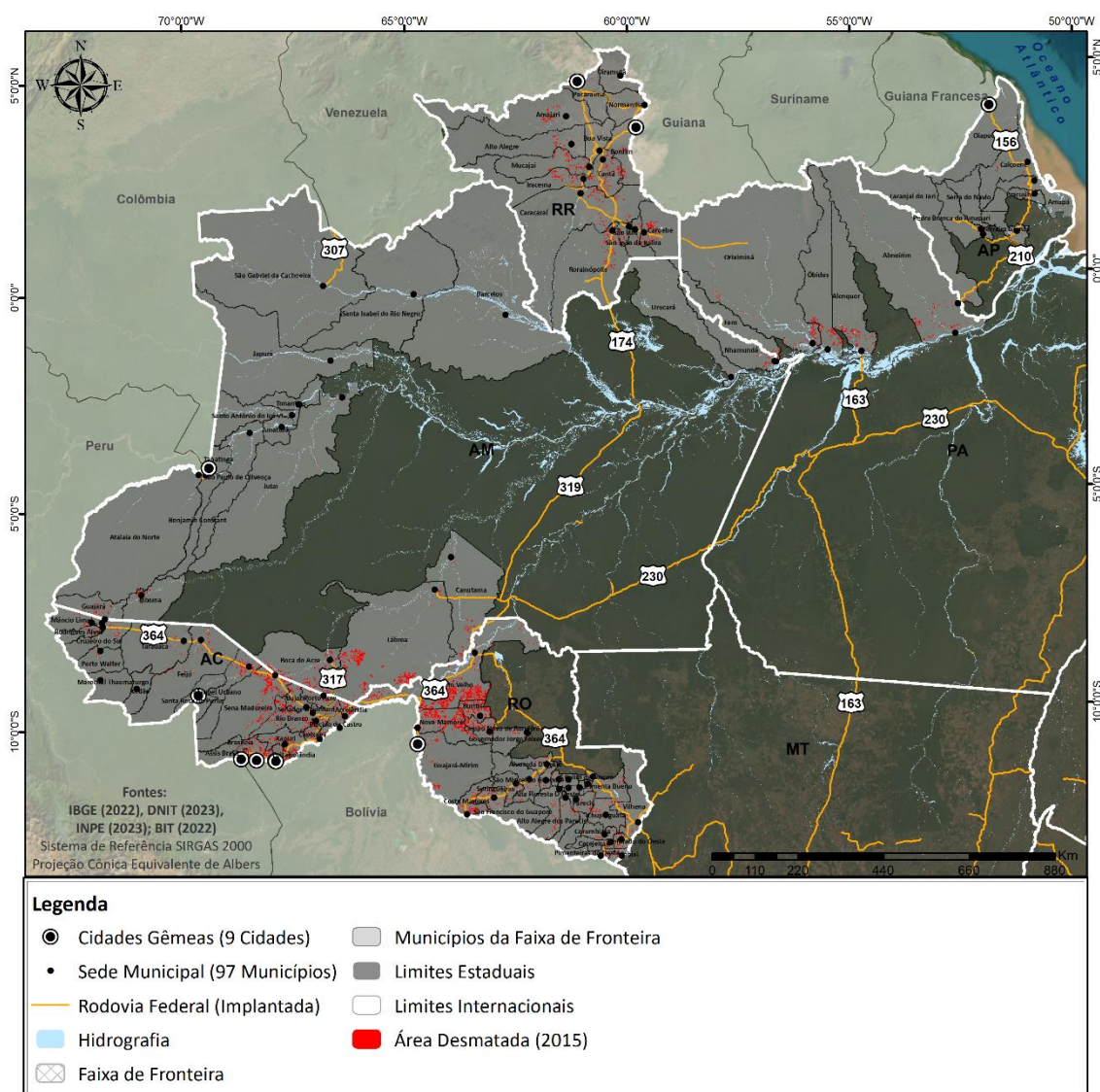
5.570 Municípios do país. Os dados disponíveis nas coleções do SEEG formam uma série histórica que inicia em 1970 (com exceção do setor de mudança de uso da terra, que iniciou em 1990), limitando-se ao ano anterior ao lançamento de cada coleção.

A reunião das informações dos anos de 2015, 2022 e 2023, permite a observação dos principais aspectos, para o assunto:

- O desmatamento foi o principal responsável pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa, contribuindo significativamente para as projeções nos Municípios dos estados mencionados;
- A mudança de uso da terra e florestas, devido ao desmatamento, corresponde maior parte das emissões brutas de gases de efeito estufa em todos do Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia), seguida pelos setores de agropecuária, energia e resíduos;
- Todos os estados têm como principais fontes de emissões o setor mudança de uso da terra e floresta, especialmente devido ao desmatamento e ao aumento das pastagens, seguida da atividade pecuária;
- A comparação das emissões por setor, nos anos de 2022 e 2023, em todos os estados, indicam: (i) a redução nos setores de energia e mudança de uso da terra e floresta, em 2023, com exceção do estado do Acre que ocorreu aumento de emissões no setor de energia; (ii) os Estados do Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima, em 2023, apresentaram um aumento das emissões no setor da agropecuária; (iii) o estado do Acre, em 2023, além do aumento das emissões no setor da energia, em 2023, apresentou acréscimo no setor de agropecuária; (iv) o setor de resíduos apresentou aumento das emissões, em 2023, nos Estados, com exceção no Acre e Roraima.

A análise comparativa entre as emissões de GEE e o desmatamento registrados nos anos de 2015, 2022 e 2023, demonstra uma redução relevante em 2023, em relação aos anos de 2015 e 2002, com exceção nos Municípios dos Estados do Amapá e Amazonas que foram apontados aumento nas emissões de GEE, no ano de 2023.

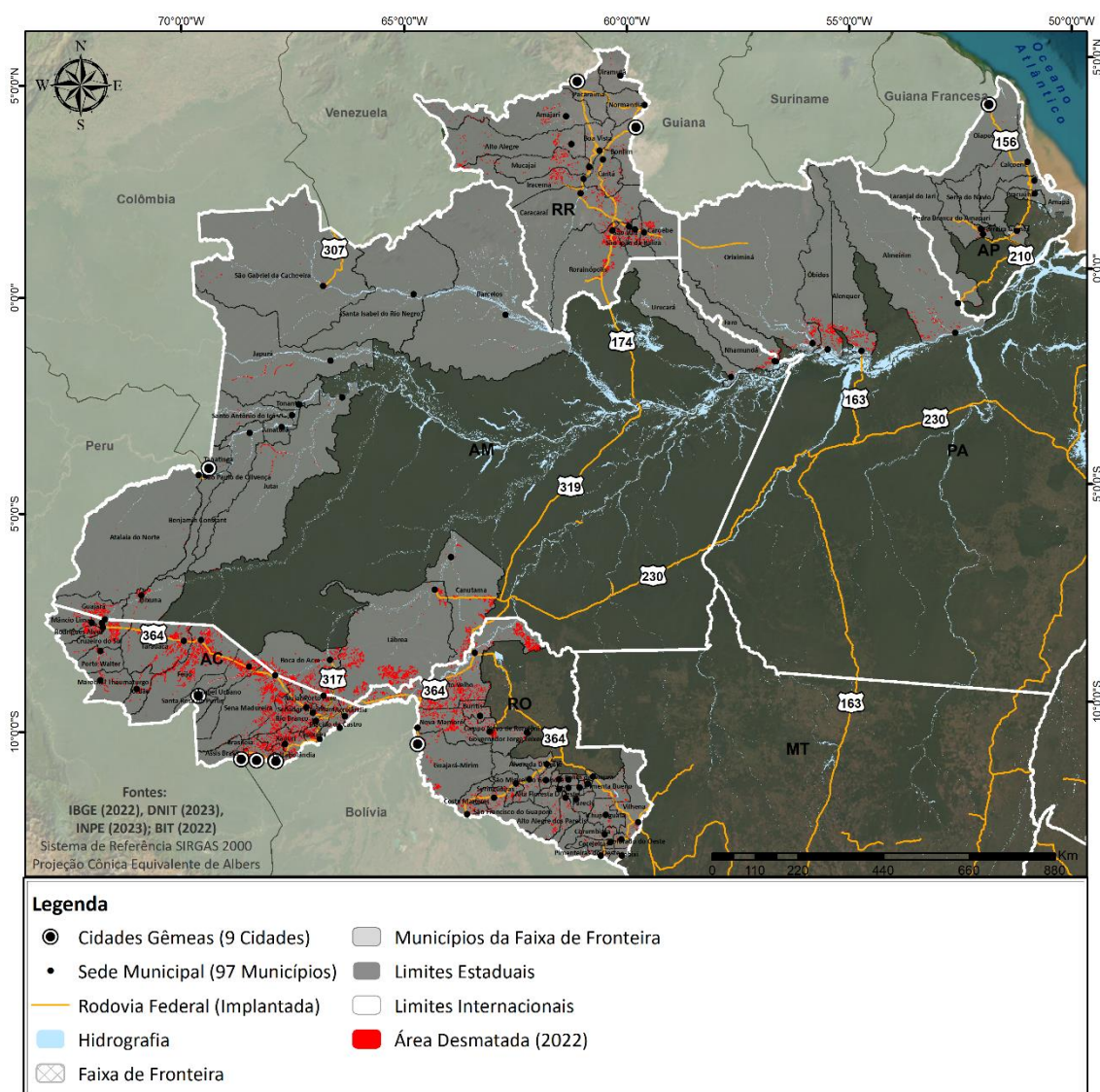
Mapa 23 - Área desmatada na Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia), no ano de 2015.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

No ano de 2015, ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris, a área desmatada apontada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) se concentra em parte dos Municípios dos Estados de Rondônia, Acre e Roraima. Em menor escala nos Estados do Amazonas e Pará.

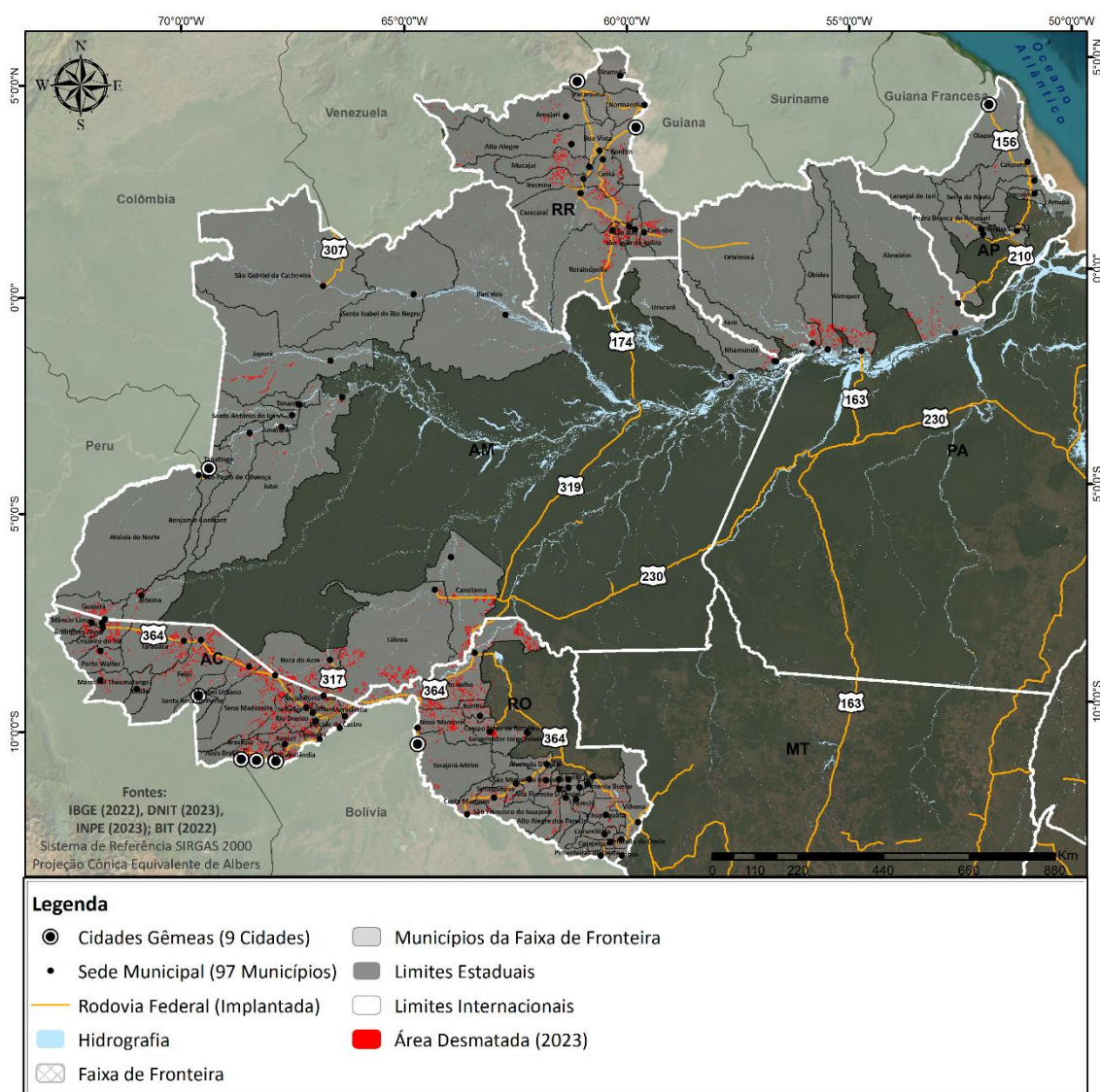
Mapa 24 - Área desmatada na Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia), no ano de 2022.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Em 2022 os dados apontam a intensificação do desmatamento concentrados na maioria dos Municípios dos Estados de Rondônia, Acre e Roraima, associada à queima de florestas para expansão de atividades agrícolas, principalmente a pecuária. Em menor escala, o desmatamento se apresenta de modo crescente nos Estados do Amazonas e Pará. De acordo com o Relatório Anual de Desmatamento (RAD 2023), elaborado pelo MapBiomass, a região denominada como Amacro, onde se encontra a divisa dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia, é considerada a nova fronteira do desmatamento na Amazônia.

Mapa 25 - Área desmatada na Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia), no ano de 2023.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

As informações registradas em 2023, demonstram uma redução nos índices de desmatamento nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Dados mais recentes divulgados pelo Relatório Anual de Desmatamento (RAD 2023), mostram uma queda do desmatamento no Brasil, no ano de 2023, da ordem de 11,6%, comparado ao ano de 2022, como resultado da retomada de medidas de fiscalização. Nos Estados da Faixa de Fronteira, Acre, Amazonas e Rondônia apresentaram as maiores reduções na área desmatada, em relação a 2022 (cerca de 68 a 70% de redução), que se refletiram na redução das emissões de GEE.



EIXO TEMÁTICO 2

INFRAESTRUTURA PARA O
DESENVOLVIMENTO

Lista de Figuras

Figura 1 - Traçado da Ferrovia Transcontinental - EF354	143
Figura 2 - Rotas de Integração Sul-Americana estabelecidas no território brasileiro.....	145
Figura 3 - Rota 1 - Ilhas das Guianas, prevista na Faixa de Fronteira - Arco Norte	146
Figura 4 - Rota 2 - Amazônica, prevista na Faixa de Fronteira - Arco Norte.....	147
Figura 5 - Rota 3 - Quadrante Rondon, prevista na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	148
Figura 6 - Infraestrutura de geração de energia elétrica, em operação na Faixa de Fronteira - Arcos Norte e Rondônia	154

Lista de Mapas

Mapa 1 - Espacialização dos Órgãos Federais – Segurança, defesa e fiscalização.....	128
Mapa 2 - Espacialização dos Órgãos Federais – Gestão Territorial e Comunidades Tradicionais	130
Mapa 3 - Espacialização dos Órgãos Federais – Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento.....	131
Mapa 4 - Localização das Instituições de Educação, Ciência e Tecnologia.....	133
Mapa 5 - Rodovias Federais que interligam os Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	136
Mapa 6 - Portos em operação, em obras e planejados nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	138
Mapa 7 - Aeroportos concedidos e públicos localizados nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	140
Mapa 8 - Geração de energia elétrica, em operação nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	153
Mapa 9 - Sistemas Isolados localizados nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	156
Mapa 10 - Infraestrutura de telefonia celular nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	158
Mapa 11 - Área de cobertura do Programa Norte Conectado nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	160

Lista de Quadros

Quadro 1 - Categorias e Órgãos Federais presentes na Faixa de Fronteira	127
Quadro 2 - Informações das oito (08) infovias do Programa Norte Conectado	141
Quadro 3 - Projetos previstos nas Rotas de Integração Sul-Americana previstas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	149
Quadro 4 - Capacidade instalada de geração de energia por tipo de fonte nas regiões do Brasil	151
Quadro 5 - Capacidade instalada de geração de energia por tipo de fonte nos Estados da Região Norte	151
Quadro 6 - Sistemas Isolados distribuídos nos Estados da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia	155
Quadro 7 - Informações das oito (08) infovias do Programa Norte Conectado	161

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Quantitativo dos órgãos federais de Segurança, defesa e fiscalização por Estado	129
Tabela 2 - Quantitativo dos órgãos federais de Gestão Territorial e Comunidades Tradicionais por Estado	130
Tabela 3 - Quantitativo dos Órgãos Federais de Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento por Estado.....	132
Tabela 4 - Quantitativo das Instituições de Educação, Ciência e Tecnologia por Estado	133
Tabela 5 - Rede de abastecimento de água potável, índice de atendimento em relação à população total (%)	163
Tabela 6 - Rede de esgotamento sanitário, índice de atendimento em relação à população total (%).....	164
Tabela 7 - Manejo dos resíduos sólidos	165
Tabela 8 - Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)	166

Sumário

EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO	125
INFRAESTRUTURAS DE GOVERNO.....	126
SEGURANÇA, DEFESA E FISCALIZAÇÃO	127
GESTÃO TERRITORIAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS	129
MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO	131
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	132
INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA	135
TRANSPORTE RODOVIÁRIO.....	135
TRANSPORTE FLUVIAL.....	137
TRANSPORTE AÉREO.....	139
TRANSPORTE FERROVIÁRIO.....	141
PROGRAMA ROTAS DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	144
INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES	150
INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA.....	150
INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO	157
SANEAMENTO BÁSICO	162
ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	162
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	163
LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	164
DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.....	165

EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

A implantação de infraestruturas no contexto da região Amazônica é marcada por desafios geográficos, socioeconômicos e políticos. Por um lado, a expansão da infraestrutura possibilita a conexão de áreas onde a presença do Estado é fundamental para facilitar acesso a serviços, possibilitar o comércio com países vizinhos e promover ações de segurança nacional. No entanto, devido às características do bioma, o isolamento de determinadas regiões cumpre justamente o papel de proteção ambiental, exigindo que o planejamento e os investimentos em infraestrutura sejam feitos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a biodiversidade local.

Este capítulo apresenta uma análise sobre as infraestruturas presentes na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia. Inicialmente, fez-se um levantamento dos principais órgãos federais atuantes no tema das fronteiras de modo a obter um panorama geral da presença do Estado nesse território. Identificar as estruturas de governo existentes é um primeiro passo para avaliar os possíveis gargalos para o desenvolvimento local, gestão do território e fortalecimento da atuação do poder público na região.

Em seguida, são apresentadas as informações referentes às infraestruturas viárias, tanto com relação ao transporte rodoviário, quanto fluvial, aéreo e ferroviário. A estruturação de rede de transporte integrada ainda representa um desafio para a integração da Região Amazônica ao restante do país e aos países vizinhos, em termos logísticos. Observa-se que há um esforço crescente por parte do Governo Federal e de organizações locais para investir nesse tipo de infraestrutura, especialmente com relação às rodovias, ampliação das hidrovias e desenvolvimento de portos. Desde os anos 2000, a crescente demanda por exportações e o aumento da atuação federal em projetos de infraestrutura resultaram em avanços significativos, com a revitalização e construção de novos trechos rodoviários, expansão da malha ferroviária e a modernização de aeroportos.

Também a infraestrutura energética e de comunicações nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia apresenta desafios que impactam o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões fronteiriças. Esse contexto demanda um exame atento sobre as políticas públicas, o planejamento e a execução de projetos estratégicos, com vistas a integração com o restante do Brasil e com os países vizinhos. Dentre as questões que merecem atenção, destaca-se a cobertura da rede elétrica, a melhoria da qualidade dos serviços de

telecomunicações, a implantação de soluções tecnológicas inovadoras e de adaptação das infraestruturas existentes às necessidades locais. A proximidade com as fronteiras pode resultar em vulnerabilidades, tanto na segurança das infraestruturas, quanto na gestão das redes de comunicação e de energia.

Já com relação à gestão das infraestruturas de saneamento básico, particularmente nas cidades gêmeas, demanda-se uma abordagem integrada entre os países e estados, que possa fortalecer a cooperação e as sinergias locais, uma vez que tais questões estão intimamente ligadas a aspectos ambientais, sociais e de saúde pública.

Por fim, é fundamental destacar a preocupação com os impactos socioambientais da expansão dos grandes projetos de infraestrutura, especialmente aqueles relacionados à implantação de rodovias, geração de energia elétrica e instalação de linhas de transmissão. Historicamente, a implantação desses sistemas e redes vêm acompanhados de degradação ambiental e conflitos sociais, que abrangem o desmatamento, fragmentação de habitats e ameaças aos povos e comunidades tradicionais.

INFRAESTRUTURAS DE GOVERNO

O governo federal mantém uma rede de unidades espalhadas pelos municípios fronteiriços, com o objetivo de fiscalizar, proteger e planejar o uso de seu território. O levantamento aqui realizado busca um mapeamento preliminar das estruturas de governo presentes nos municípios da Faixa de Fronteira, a partir da identificação órgãos que atuam em áreas estratégicas para a discussão das fronteiras.

Os órgãos mapeados foram organizados em quadro grandes categorias, com o intuito de oferecer um panorama geral sobre temas fundamentais como meio ambiente, segurança e gestão territorial. São eles:

Quadro 1 - Categorias e Órgãos Federais presentes na Faixa de Fronteira

Categoria	Órgãos Federais
Segurança, Defesa e Fiscalização	Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Vigilância Agropecuária Internacional, Exército Brasileiro, Aeronáutica, Marinha do Brasil, Pelotão Especial de Fronteira.
Gestão Territorial e Comunidades Tradicionais	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Educação, Ciência e Tecnologia	Universidades e Institutos federais

Fonte: Elaborado pelo IBAM

SEGURANÇA, DEFESA E FISCALIZAÇÃO

A presença de órgãos de segurança e defesa é fundamental para garantir a integridade territorial e coibir atividades ilícitas. Enquanto a Polícia Federal desempenha um papel central no combate ao tráfico de drogas, armas e pessoas, além de atuar no controle migratório, a Polícia Rodoviária Federal fiscaliza as rodovias federais, prevenindo o transporte irregular de mercadorias e contribuindo para a segurança nas rodovias.

As Forças Armadas, compostas pelo Exército Brasileiro, pela Marinha do Brasil e pela Aeronáutica, garantem a defesa territorial, executam operações de segurança e prestam apoio logístico em áreas remotas.

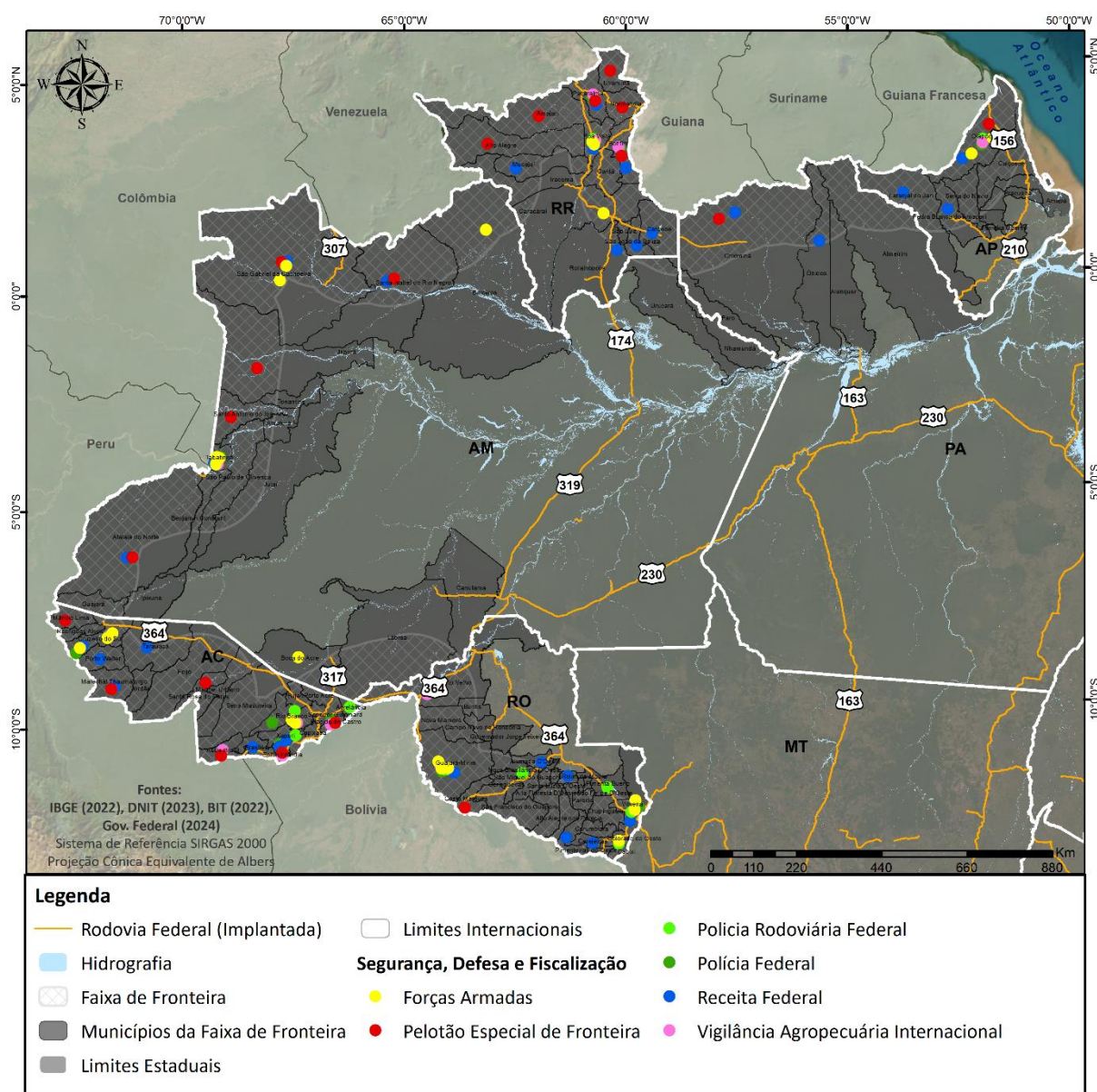
O Pelotão Especial de Fronteira realiza patrulhamento terrestre em pontos estratégicos da fronteira, reforçando a presença do Estado em regiões de difícil acesso.

Já a Receita Federal opera nos postos alfandegários e inpetorias, regulando o comércio exterior e prevenindo crimes como contrabando e evasão de divisas. Há também unidades de atendimento.

A Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), ligada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), é responsável pelo controle e fiscalização do trânsito internacional de produtos agropecuários. Seu principal objetivo é prevenir a entrada e a disseminação de pragas e doenças que possam afetar a agricultura, a pecuária e a segurança alimentar do país.

A partir de um levantamento secundário realizado no site do governo federal e dados recebidos do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), foram identificados e espacializados os órgãos federais presentes na Faixa de Fronteira, permitindo a visualização de sua distribuição e o quantitativo por estado.

Mapa 1 - Espacialização dos Órgãos Federais – Segurança, defesa e fiscalização



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

Tabela 1 - Quantitativo dos órgãos federais de Segurança, defesa e fiscalização por Estado

Órgãos Federais – Segurança, defesa e fiscalização	Quantidade de Unidades na Faixa de Fronteira					
	AC	AM	AP	PA	RO	RR
Polícia Federal	6	0	1	0	4	4
Polícia Rodoviária Federal	6	0	1	0	7	3
Pelotão Especial de Fronteira	6	11	2	1	1	6
Exército Brasileiro	3	3	0	0	8	6
Marinha do Brasil	1	2	1	0	2	1
Força Aérea Brasileira	2	2	1	0	8	4
Receita Federal*	10	4	3	2	7	11
Vigilância Agropecuária Internacional	5	1	1	0	2	3

*Incluindo postos alfandegários, inspetorias e unidades de atendimento,

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

GESTÃO TERRITORIAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS

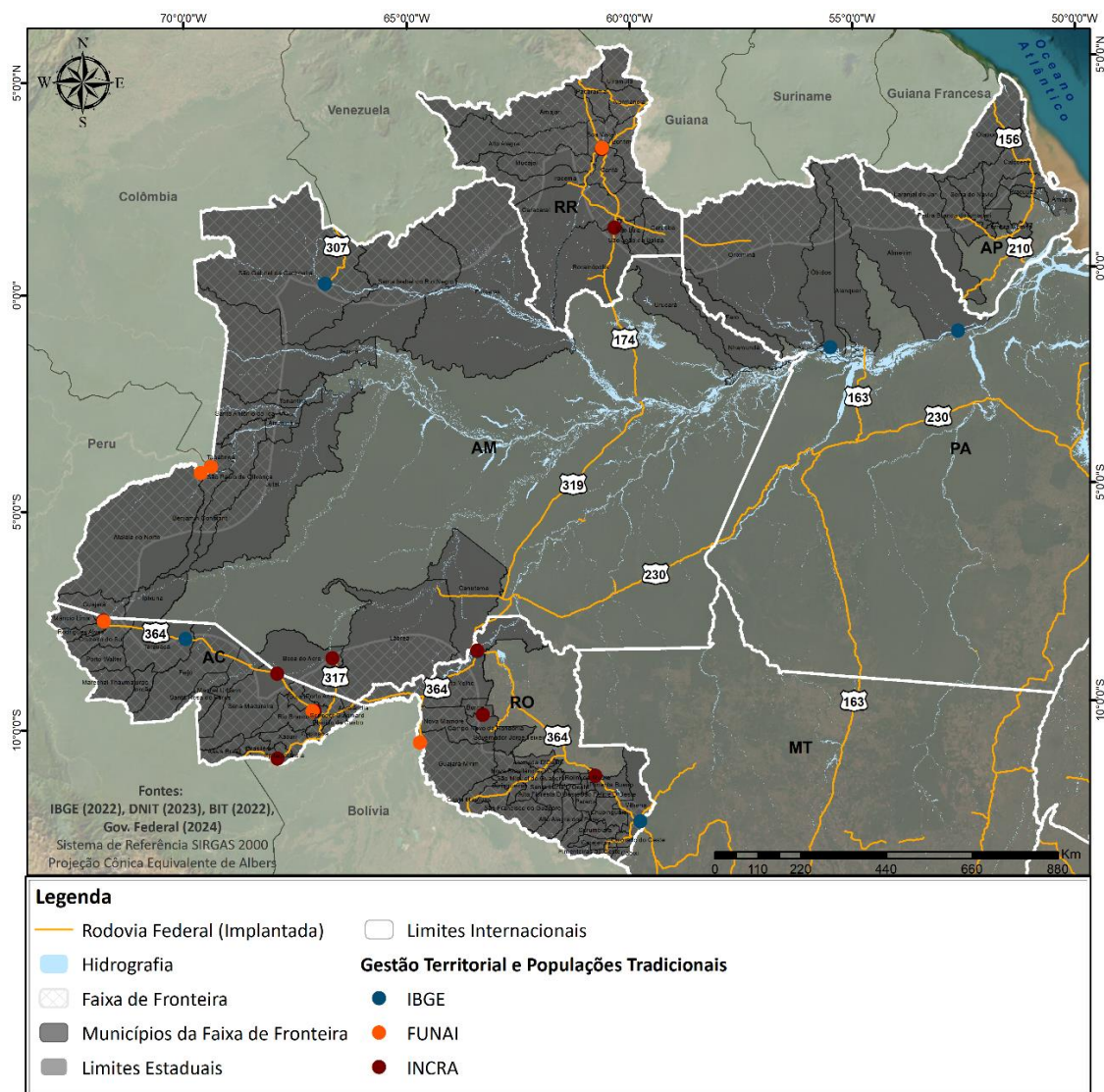
Além das instituições de segurança e fiscalização, há órgãos federais voltados ao monitoramento territorial e à proteção das comunidades tradicionais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de suas superintendências estaduais e agências municipais, coleta, processa e dissemina dados estatísticos, garantindo a eficiência das pesquisas censitárias e amostrais. Nos municípios de fronteira, suas unidades desempenham um papel estratégico ao produzir informações para órgãos federais e monitorar fluxos migratórios, auxiliando na formulação de políticas públicas.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) tem um papel central na proteção dos direitos indígenas, promovendo ações voltadas à demarcação de terras, fiscalização de invasões e apoio às comunidades indígenas na fronteira. Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) atua na regularização fundiária e na mediação de conflitos agrários, garantindo a implementação de políticas de assentamento e acesso à terra.

Conforme pode ser observado no Mapa 2 a seguir, o estado do Amapá é o único onde os municípios localizados na faixa de fronteira não possuem órgãos federais

desta categoria. Tais unidades estão localizadas em outros municípios, especialmente na capital, Macapá.

Mapa 2 - Espacialização dos Órgãos Federais – Gestão Territorial e Comunidades Tradicionais



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

Tabela 2 - Quantitativo dos órgãos federais de Gestão Territorial e Comunidades Tradicionais por Estado

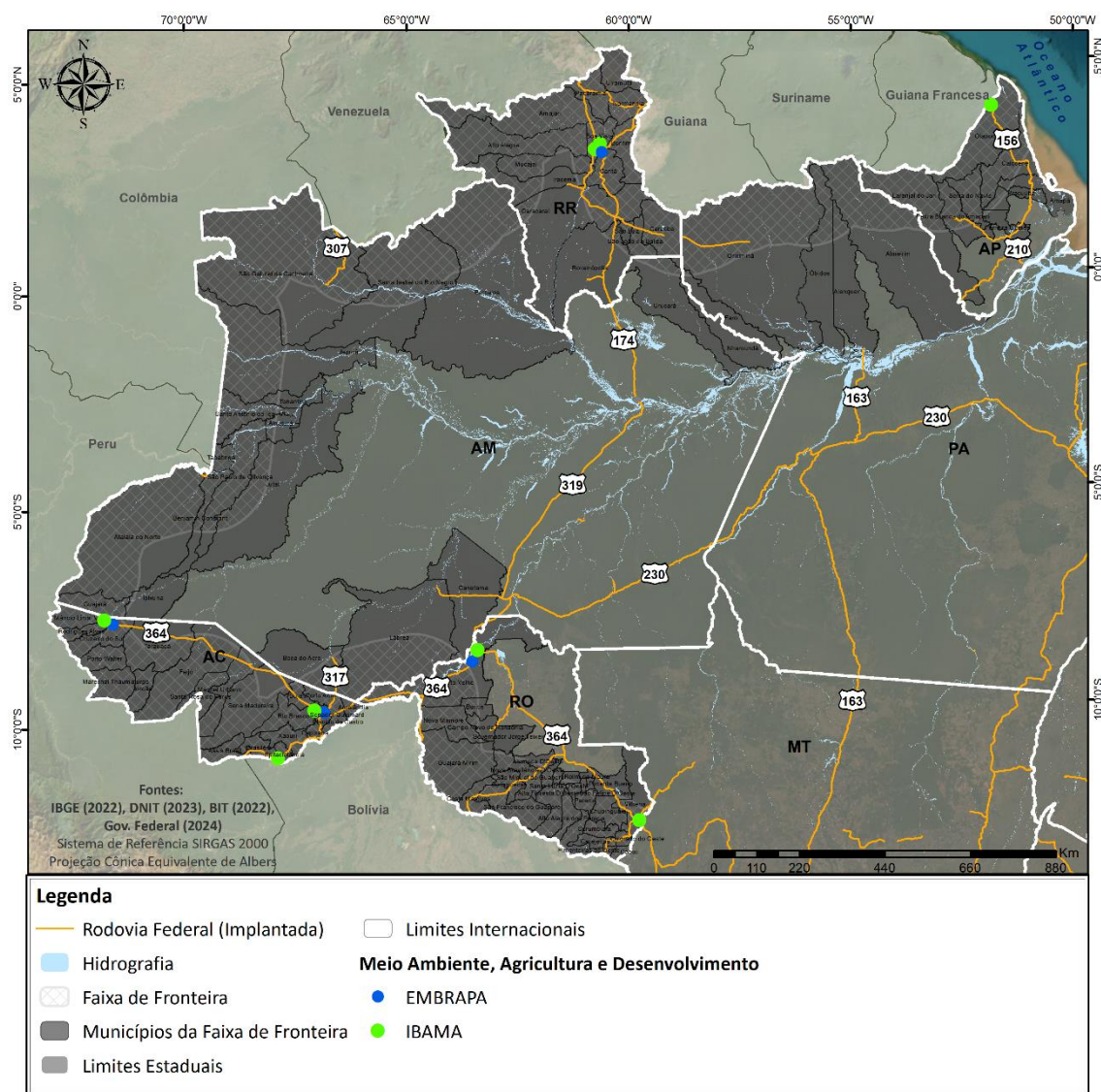
Órgãos Federais – Gestão Territorial e Comunidades Tradicionais	Quantidade de Unidades na Faixa de Fronteira					
	AC	AM	AP	PA	RO	RR
IBGE	3	2	1	2	3	2
FUNAI	2	2	1	0	1	1
INCRA	4	1	1	0	3	2

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

A faixa de fronteira abriga importantes áreas de preservação ambiental e atividades agropecuárias estratégicas para o país. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é responsável pela fiscalização ambiental, monitorando desmatamentos ilegais, queimadas e outras infrações ambientais em unidades de conservação e áreas sensíveis. Já a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) desenvolve pesquisas voltadas ao aprimoramento da produção agropecuária, contribuindo para a inovação tecnológica no setor rural e para a segurança alimentar do país. Sua atuação na fronteira fortalece práticas agrícolas sustentáveis e o desenvolvimento regional.

Mapa 3 - Espacialização dos Órgãos Federais – Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

A ausência de unidades de pesquisa da EMBRAPA e de unidades técnicas do IBAMA nos municípios de fronteira nos estados do Pará e Amazonas, conforme apontado no Mapa acima, revela uma lacuna desses órgãos em regiões que concentram áreas de conservação e sofrem pressões antrópicas. A ausência dessas estruturas pode comprometer a produção de conhecimento técnico-científico voltado para a conservação e manejo da biodiversidade amazônica, enfraquecendo a base para a formulação de políticas eficazes.

Já a carência de unidades técnicas do IBAMA nos municípios de fronteira implica desafios para a fiscalização ambiental, o monitoramento de licenciamento e a implementação de ações de combate a infrações ambientais. Mesmo considerando a presença de unidades nas capitais e em outros municípios do Estado, em um cenário de crescente pressão sobre as unidades de conservação, a falta de presença local pode dificultar a resposta mais rápida a crimes ambientais, como exploração ilegal de madeira, queimadas e garimpo.

Tabela 3 - Quantitativo dos Órgãos Federais de Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento por Estado

Órgãos Federais – Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento	Quantidade de Unidades na Faixa de Fronteira					
	AC	AM	AP	PA	RO	RR
IBAMA	3	0	1	0	2	2
EMBRAPA	2	0	0	0	1	1

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

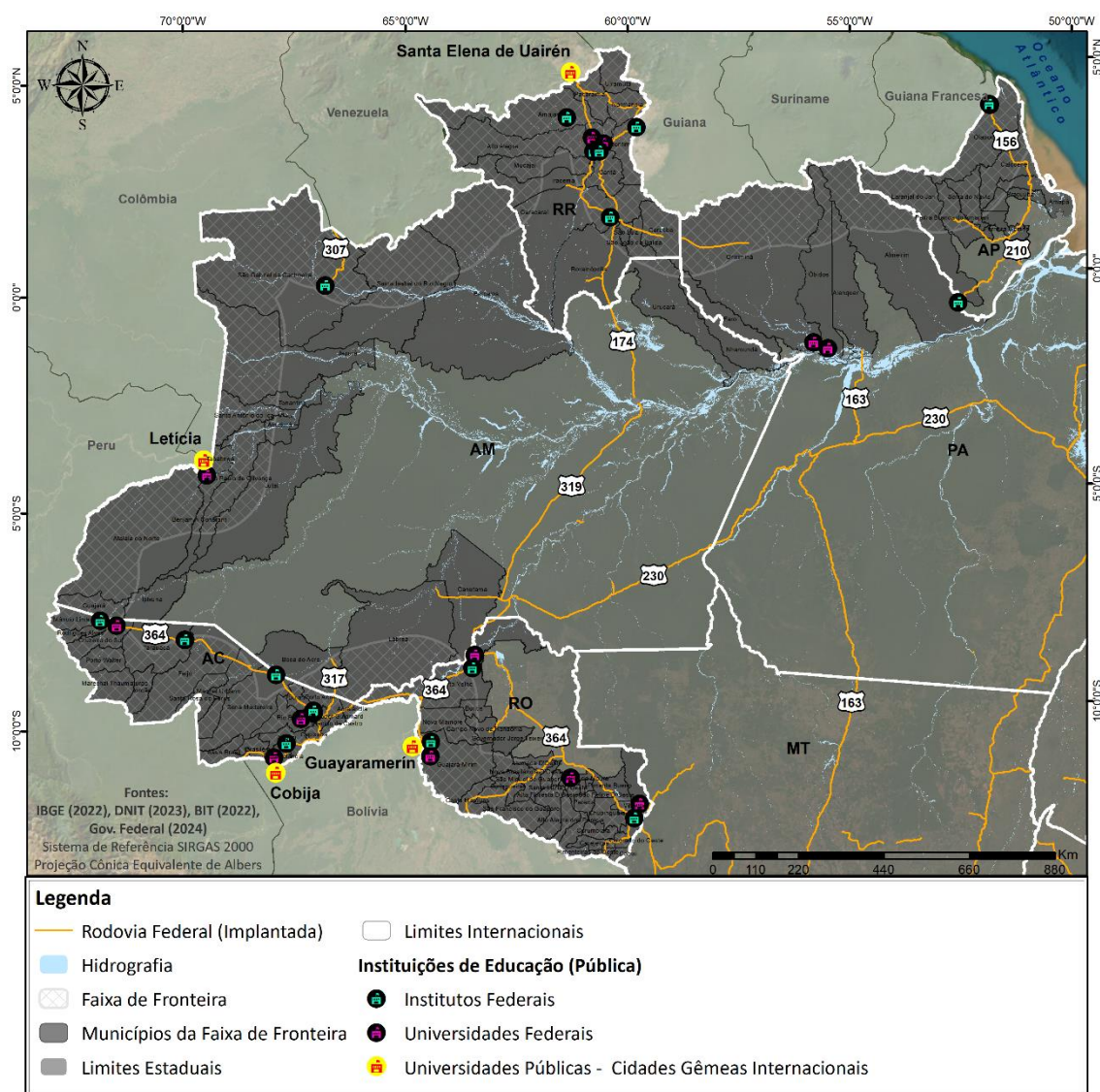
O mapeamento das universidades e institutos federais permite compreender como o acesso à educação superior influencia o desenvolvimento da região. Essas instituições desempenham um papel importante no fomento a ciência e tecnologia, especialmente em áreas com desafios socioeconômicos e geográficos.

Além de qualificar mão de obra, as universidades e institutos federais podem atuar como polos de integração e cooperação transfronteiriça, fortalecendo laços entre os países vizinhos e impulsionando pesquisas voltadas às necessidades regionais. Sua presença reforça a importância de parcerias acadêmicas e institucionais que ampliem a troca de conhecimento e contribuam para o desenvolvimento das regiões de fronteira. Para isso, também foram mapeadas as instituições de ensino dos países fronteiriços que possuem relações com as cidades gêmeas brasileiras.

Para realizar este levantamento, foram utilizados dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(INEP), complementados por informações das páginas oficiais das universidades quando necessário. A análise tem o intuito de identificar a distribuição das universidades nos municípios de faixa de fronteira e destacar as parcerias e cooperações entre as instituições de ensino superior nas cidades gêmeas.

Mapa 4 - Localização das Instituições de Educação, Ciência e Tecnologia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

Tabela 4 - Quantitativo das Instituições de Educação, Ciência e Tecnologia por Estado

Órgãos Federais – Educação, Ciência e Tecnologia	Quantidade de Unidades na Faixa de Fronteira					
	AC	AM	AP	PA	RO	RR
Universidades Federais	3	1	1	2	3	4
Institutos Federais	6	1	2	0	5	3

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados secundários.

No Acre, há um total de nove instituições de ensino superior na esfera federal, sendo três campi da Universidade Federal do Acre (UFAC) e seis campi do Instituto Federal do Acre (IFAC). No Amazonas, o ensino superior federal está representado por duas instituições: a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), uma das mais antigas da região, e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM). No Amapá, a oferta de ensino superior federal conta com a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e duas unidades do Instituto Federal do Amapá (IFAP), no Pará, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) possui dois campi, consolidando-se como uma instituição de referência na Amazônia. Em Roraima, há um total de oito instituições de ensino superior federais, sendo três campi da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e cinco unidades do Instituto Federal de Roraima (IFRR), que promovem ensino, pesquisa e extensão voltados às especificidades da região. Um exemplo é o campus Murupu, em Boa Vista, que tem foco no ensino agrotécnico. Por fim, em Rondônia, o ensino superior federal é representado por quatro campi da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e três unidades do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), que desempenham um papel no fortalecimento das cadeias produtivas locais e na produção agroflorestal na Amazônia.

Entre as cidades gêmeas internacionais, foram identificadas quatro universidades públicas. Duas delas estão na Bolívia: a Universidad Autónoma del Beni "José Ballivián" (UABJB), em Guayaramerín, e a Universidad Amazónica de Pando (UAP), em Cobija. Outra instituição está localizada em Letícia, na Colômbia, a Universidad Nacional de Colômbia – Sede Amazonia e a Universidad Nacional Experimental de Guayana (UNEG), em Santa Elena de Uairén, Venezuela. Dentre essas quatro universidades, verificou-se que duas mantêm cooperação com instituições brasileiras.

A cooperação entre a Universidade Amazônica de Pando (UAP), localizada na cidade gêmea de Cobija (Bolívia), e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) ilustra como parcerias acadêmicas podem fortalecer o intercâmbio de conhecimento e impulsionar o desenvolvimento regional, beneficiando tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade em geral. Cobija faz fronteira com duas cidades gêmeas brasileiras, Brasileia e Epitaciolândia, o que facilita a interação entre as instituições. A implementação conjunta de projetos científicos, tecnológicos e culturais amplia as oportunidades para estudantes e pesquisadores, promovendo uma integração mais sólida entre Brasil e Bolívia.

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a Universidad Autónoma del Beni José Ballivián (UAB-JB), localizada na cidade gêmea internacional de Guayaramerín (Bolívia), também firmaram um protocolo de intenções para fortalecer a cooperação interinstitucional. O acordo tem o intuito estabelecer o intercâmbio de experiências

em diversas áreas, envolvendo docentes, estudantes, equipes administrativas, pesquisa, cultura e pós-graduação. Além do avanço científico, a parceria amplia o intercâmbio cultural e a valorização dos saberes locais, fortalecendo a atuação dos pesquisadores na construção de novas referências acadêmicas e na consolidação de redes de pesquisa voltadas aos desafios da Amazônia.

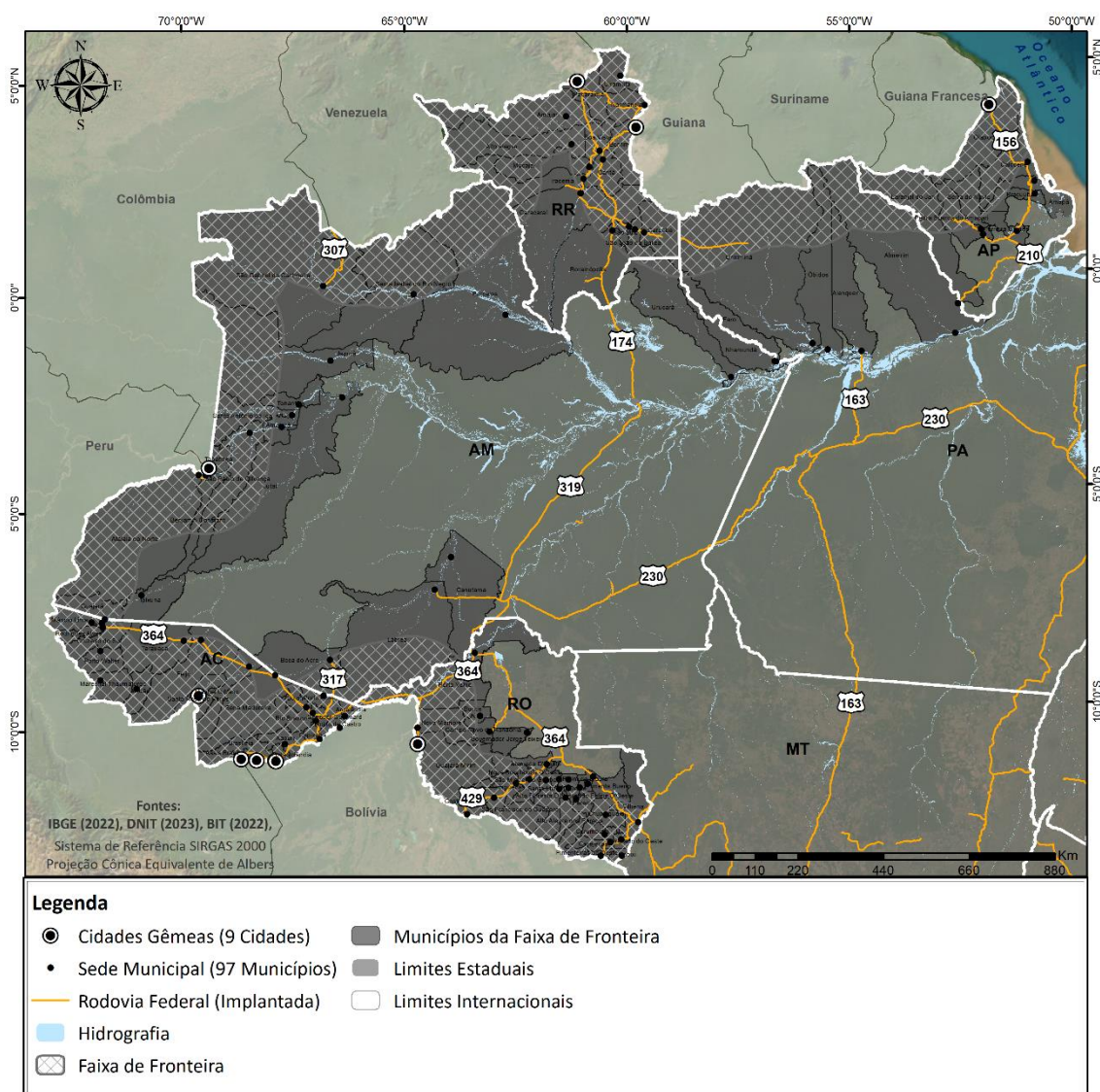
Já Universidad Nacional de Colombia - Sede Amazonia, localizada em Letícia, na Colômbia, e a Universidad Nacional Experimental de la Seguridad (UNES), localizada em Santa Elena de Uaiarén, na Venezuela, desenvolvem estudos com foco em áreas como o meio ambiente e a segurança pública. Essas universidades estão inseridas em cidades gêmeas internacionais e atuam como pontos de intercâmbio cultural, científico e acadêmico. A criação de uma cooperação mais estreita entre essas instituições públicas e as universidades e institutos federais do Amazonas e de Roraima, como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Federal do Amazonas (IFAM), a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Instituto Federal de Roraima (IFRR), seria fundamental para ampliar as oportunidades de pesquisa.

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O acesso à Faixa de Fronteira é viabilizado, principalmente, por quatro Rodovias Federais: a BR-364 (Cuiabá - Porto Velho), a BR-319 (Manaus - Porto Velho), a BR-174 (Manaus - Boa Vista) e a BR-230 (Transamazônica). Projetadas no contexto dos Programas de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, essas rodovias tinham como objetivo conectar a Amazônia às demais regiões do Brasil, promovendo a ocupação dos chamados "espaços vazios" e a exploração econômica da região. O Mapa 5 apresenta as principais Rodovias Federais que interligam os Estados da Faixa de Fronteira, em estudo.

Mapa 5 - Rodovias Federais que interligam os Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

A BR-364 desempenha um papel estratégico na conectividade da região. Partindo de Alto Araguaia, no Mato Grosso, ela atravessa Rondônia, passando por cidades como Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena, até alcançar o Acre. Nesse Estado, cruza Municípios importantes como Rio Branco, Feijó e Tarauacá, finalizando em Mâncio Lima. Além de conectar áreas produtoras aos mercados nacional e internacional, a rodovia é vital para o escoamento de produtos agropecuários e industriais das regiões Norte e Centro-Oeste.

Com uma importância logística singular, a BR-319 interliga Manaus (Amazonas) a Porto Velho (Rondônia) e representa uma das poucas vias terrestres conectando o Amazonas e Roraima ao restante do Brasil. Apesar de sua relevância para o

transporte de cargas, especialmente do Polo Industrial de Manaus, a rodovia apresenta grandes trechos sem pavimentação, reflexo de questões ambientais e econômicas. Essas limitações aumentam os custos logísticos e tornam o transporte na região mais dependente do modal fluvial.

A conexão entre Manaus e a fronteira com a Venezuela é garantida pela BR-174, que atravessa Boa Vista, em Roraima, e segue até Pacaraima. Essa rodovia longitudinal corta a Terra Indígena Waimiri-Atroari em um trecho de 123 km, antes de cruzar os Municípios roraimenses de Rorainópolis, Caracaraí, Iracema e Mucajaí. Em Boa Vista, há conexões com a BR-401, que leva à Guiana. Apesar de sua função estratégica para a integração regional, alguns trechos ainda não são pavimentados, o que compromete sua plena utilização.

Por fim, a BR-230, conhecida como Transamazônica, é uma rodovia transversal que conecta Cabedelo, na Paraíba, a Lábrea, no Amazonas. Idealizada para integrar áreas remotas à economia nacional e estimular o desenvolvimento da Amazônia, ela enfrenta dificuldades significativas. A partir do Estado do Pará, grande parte de sua extensão permanece sem pavimentação, e a falta de manutenção adequada limita sua funcionalidade, limitando alguns dos objetivos iniciais de sua abertura.

Esses eixos rodoviários desempenham, hoje, papel crucial na integração regional e no acesso à Faixa de Fronteira, uma vez que impulsionaram a implantação de diversas cidades na Amazônia, onde vivem contingentes relevantes de população urbana. No entanto, se configuraram como vetores de expansão do desmatamento. O que não era propriamente uma preocupação à época de implantação das principais rodovias, atualmente é absolutamente central, inclusive em relação ao compromisso do Brasil de preservar a floresta e, mais que isso, restaurar áreas degradadas. As dificuldades de manutenção e a pressão que as rodovias exercem sobre a floresta refletem dificuldades de se promover conectividade sustentável e fomentar o desenvolvimento equilibrado na Amazônia.

TRANSPORTE FLUVIAL

Dada a presença de extensos rios e cursos d'água, o transporte fluvial representa papel importante na logística regional para o escoamento e abastecimento de bens e produtos, além da mobilidade das comunidades amazônicas e das cidades ribeirinhas dos Municípios da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia. Entre os rios navegáveis, os Rios Amazonas/Solimões, Negro, Branco, Madeira, Juruá e Purus, representam importantes meios de integração entre as cidades da região amazônica e Estados vizinhos.

das alterações climáticas, com suas consequências na alteração da dinâmica dos rios, especialmente aos períodos de secas e estiagens, apresentam desafios significativos, afetando tanto a navegação, quanto as condições de vida das populações tradicionais. A adaptabilidade e a gestão eficiente das infraestruturas portuárias e fluviais serão essenciais para mitigar os impactos e favorecer a resiliência da população local.

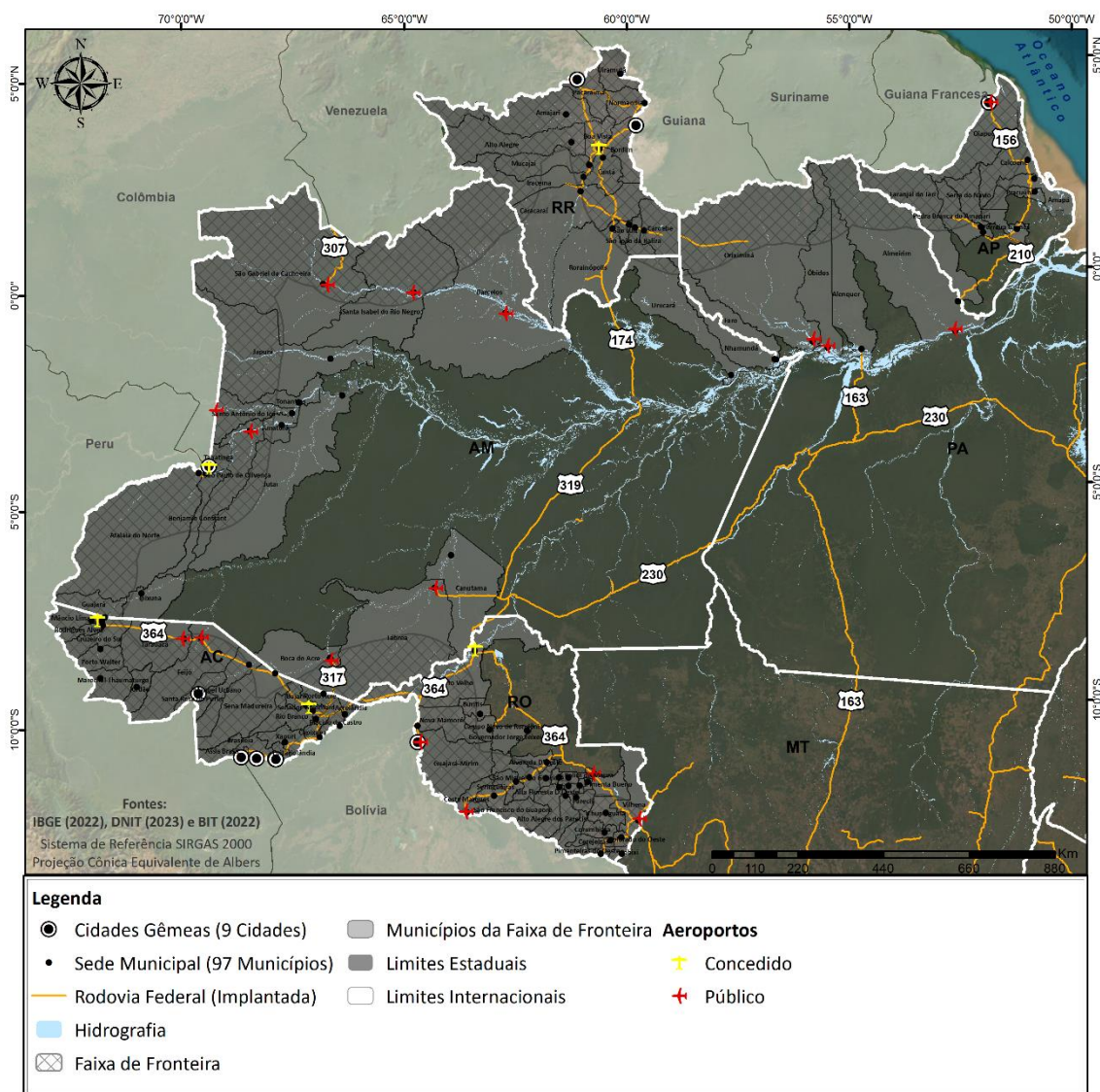
TRANSPORTE AÉREO

A construção da malha de aeroportos nos estados da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia ocorreu de forma gradual, pela necessidade de interligar as cidades isoladas da Região Amazônica. Devido ao modelo de ocupação, os primeiros aeroportos construídos foram destinados a atender às demandas militares e governamentais. Ao longo das décadas, a infraestrutura aeroportuária foi ampliada para atender ao comércio e à população.

A aviação regional representa, também, importante ponto de conexão entre as principais cidades dos Estados que compõem os Arcos Norte e Rondônia para o transporte de cargas e passageiros. Devido à vastidão territorial e à dificuldade de acesso terrestre, o transporte aéreo regional possui importância essencial na conectividade entre cidades de difícil acesso, como em Acre, Rondônia e Roraima, interligando a região amazônica ao restante do país.

O Mapa 7 ilustra os aeroportos concedidos e públicos existentes na região em análise.

Mapa 7 - Aeroportos concedidos e públicos localizados nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

De acordo com os dados disponibilizados no IBGE (2022), DNIT (2023) e BIT (2022), da totalidade dos aeroportos existentes, cinco (05) são concedidos e 17 correspondem como públicos, distribuídos nos Municípios, conforme informações registradas no Quadro 2.

Quadro 2 - Informações das oito (08) infovias do Programa Norte Conectado

Estado	Aeroportos	
	Concedido	Público (Regionais)
Acre	Aeroporto de Rio Branco (SBRB) Aeroporto de Cruzeiro do Sul (SBCZ)	Feijó (Aeroporto de Feijó) e Taraucá (Aeroporto José Galera dos Santos)
Amazonas	Aeroporto de Tabatinga (SBTT)	Barcelos (Aeroporto de Barcelos), Boca do Acre (Aeroporto Campo Novo), Lábrea (Aeroporto de Lábrea), Santa Isabel do Rio Negro (Aeroporto de Santa Isabel do Rio Negro), Santo Antônio do Içá (Aeroporto Ipiranga), São Gabriel da Cachoeira (Aeroporto de São Gabriel da Cachoeira) e São Paulo de Olivença (Aeroporto Senadora Eunice Micheles)
Amapá	-----	Oiapoque (Aeroporto de Oiapoque)
Pará	-----	Almeirim (Aeroporto de Almeirim), Óbidos (Aeroporto de Óbidos) e Oriximiná (Aeroporto Municipal de Oriximiná)
Rondônia	Aeroporto de Porto Velho (SBPV)	Costa Marques (Aeroporto de Costa Marques), Guajará Mirim (Aeroporto de Guajará-Mirim), Rolim de Moura (Aeroporto Rolim de Moura) e de Vilhena (Aeroporto Brigadeiro Camarão Vilhena)
Roraima	Aeroporto de Boa Vista (SBBV)	-----

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados IBGE (2022), DNIT (2023) e BIT (2022)

A evolução da infraestrutura aeroportuária nos Estados da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia é fundamental para a integração e o desenvolvimento da Região Amazônica, em respostas à necessidade de conectar as cidades isoladas e superar os desafios impostos. A aviação regional, além de garantir a mobilidade de passageiros, desempenha um papel estratégico no transporte de cargas, facilitando a circulação de produtos e insumos essenciais para o comércio local e o crescimento econômico da região.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Em comparação com demais modais, a malha ferroviária não só na Amazônia, mas no país como um todo é a mais limitada. Conforme destacado por Miranda (2024), há três momentos distintos da história recente sobre o desenvolvimento ferroviário na Região Amazônica. No primeiro momento (final do século XIX até 1960), foram construídas a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1912-1972), a Estrada de Ferro Bragança (1883-1965) e a Estrada de Ferro Tocantins (1885-1974), com o objetivo de modernizar a região e escoar produtos agrícolas e extrativistas. No segundo período

(1960-1980), as ferrovias entraram em estagnação devido à construção e ampliação das rodovias. No terceiro momento (atual), as ferrovias voltaram a ter importância, integrando um projeto de transporte intermodal, essencial para o escoamento de commodities, como soja e minérios, com destaque para a Estrada de Ferro Carajás (inaugurada em 1985), a Estrada de Ferro do Amapá (funcionando desde 1957), a Estrada de Ferro Jari (de 1979 até o presente momento), a Estrada de Ferro Trombetas (colocada em funcionamento em 1978) e a Estrada de Ferro Norte-Sul (iniciada em 1987).

Atualmente, dentre as linhas ferroviárias em operação e previstas, próximas à Faixa de Fronteira, a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), em construção pela Concessionária Companhia Vale do Rio Doce deverá agregar um novo componente, mais competitivo, ao Corredor logístico Centro-Oeste - Amazonas, com o objetivo de atrair novos empreendimentos agropecuários e agroindustriais para a região. A FICO deverá, quando concluída, interligar Vilhena (Rondônia) a Lucas do Rio Verde e Água Boa (Mato Grosso), e a Ferrovia Norte Sul, ampliando os destinos portuários.

Também projetada com estudos de viabilidade em andamento e possivelmente a ser implantada após a conclusão da FICO, a Ferrovia Transcontinental - EF354 (Ferrovia Transoceânica), empreendimento firmado entre os Governos do Brasil e Peru, pretende conectar o Oceano Atlântico, no litoral brasileiro ao Oceano Pacífico, no litoral peruano, atravessando de Leste a Oeste, o continente Sul-Americano.

Figura 1 - Traçado da Ferrovia Transcontinental - EF354



Fonte: <https://portal.valec.gov.br/noticias/952-processos-que-tratam-da-desapropriacao-da-fico-terao-maior-celeridade-apos-atuacao-da-projur>. Acesso em: 14 de fev. 2025

Com cerca de 4.400 km de extensão, o traçado dividido em três (03) trechos perpassa na Região Norte, nos Estados de Rondônia e do Acre:

- Porto do Açu, no Rio de Janeiro, até a Ferrovia Norte-Sul;
- Ferrovia Norte-Sul, em Campinorte (GO), até Porto Velho (RO);
- Porto Velho (RO) até Cruzeiro do Sul (AC), na fronteira Brasil-Peru.

Os investimentos no setor ferroviário, representado pela Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) e pela futura Ferrovia Transcontinental - EF354, representam o potencial de transformar a logística e a economia da Faixa de Fronteira, especialmente nos Estados de Rondônia e Acre. Esses empreendimentos ampliarão a competitividade do corredor logístico Centro-Oeste - Amazonas, como também favorecerão o fortalecimento da integração regional e internacional, conectando o Brasil aos mercados do Pacífico.

PROGRAMA ROTAS DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Criado em 2022, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o Programa Rotas de Integração Sul-Americana tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia.

Para a incorporação dos 11 estados brasileiros que fazem fronteira com os países da América do Sul, foram definidas cinco Rotas da Integração Sul-Americana que envolvem um total de 190 obras de infraestrutura previstos no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), que contemplam desde investimentos diretos do Governo Federal até concessões ao setor privado. Segundo o MPO, dentre os projetos estão previstas a execução de 65 rodovias federais, 40 hidrovias, 35 aeroportos, 21 portos, 15 infovias, nove ferrovias e cinco linhas de transmissão de energia elétrica.

Das cinco Rotas da Integração Sul-Americana definidas, três percorrem os Estados da Faixa de Fronteira:

- **Rota 1: Ilha das Guianas** (Roraima, Amazonas, Pará e Amapá - Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela)
- **Rota 2: Amazônica** (Amazonas - Colômbia, Peru e Equador)
- **Rota 3: Quadrante Rondon** (Acre, Rondônia e Mato Grosso - Peru, Bolívia e Chile)

As demais previstas, compreendem a **Rota 4 - Bioceânica de Capricórnio** (Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina - Paraguai, Argentina e Chile) e a **Rota 5 - Bioceânica do Sul** (Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Uruguai, Argentina e Chile).

A Figura 2 apresenta o conjunto das Rotas da Integração Sul-Americana que interligam o Brasil com os países da América Latina.

Figura 2 - Rotas de Integração Sul-Americana estabelecidas no território brasileiro



Fonte: <https://planetacampo.canalrural.com.br/noticias/rotas-de-integracao-sul-americana-avancos-e-desafios-do-programa-de-logistica-para-o-comercio-regional/>. Acesso em: 11 de fev. 2025

A Rota 1 é multimodal, formada por rodovias e hidrovias. No Brasil, inclui integralmente os Estados de Roraima e Amapá, além da calha norte dos Estados Amazonas e Pará. Contempla, ainda, o norte da América do Sul: Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela. É considerada a maior ilha marítimo- -fluvial do mundo, por ser uma porção de terra banhada pelo oceano Atlântico e rodeada pelos rios Orinoco, Negro e Amazonas, além do canal de Casiquiare - que tem 326 km e liga as bacias hidrográficas do Orinoco e do Amazonas (MPO, 2024).

Figura 3 - Rota 1 - Ilhas das Guianas, prevista na Faixa de Fronteira - Arco Norte



Fonte: MPO, 2024

A Rota 2, também de caráter multimodal, percorre todo o Estado do Amazonas pelo Rio Solimões, tendo duas embocaduras dentro do território brasileiro. A principal via é a continuidade do Solimões até a cidade de Tabatinga-AM, na fronteira trinacional com o Peru (em Santa Rosa) e a Colômbia (em Letícia). Alternativamente, na cidade de Santo Antônio de Içá-AM o rio Içá segue para a Colômbia, com o nome de Putumayo. Este caminho faz o percurso por dentro da floresta amazônica até a cidade de Puerto Asís, onde há o transbordo para uma rodovia que desemboca no Oceano Pacífico, no Porto de Tumaco, ponto mais ao sul daquele país, quase na fronteira com o Equador (MPO, 2024).

Figura 4 - Rota 2 - Amazônica, prevista na Faixa de Fronteira - Arco Norte



Fonte: MPO, 2024

A Rota 3 compreende integralmente dois Estados brasileiros da região Norte - Acre e Rondônia - parte do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Estas vias conectam o Brasil ao Peru e à Bolívia, tendo como ponto de destino pelo menos quatro portos no Oceano Pacífico: três no Peru (Chancay, Ilo e Matarani) e um ao norte do Chile (Arica). As saídas do território brasileiro se dão por meio de cidades do Acre (Assis Brasil), Rondônia (Guajará-Mirim), Mato Grosso (Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade) e Mato Grosso do Sul (Corumbá). Essa rota é, hoje, majoritariamente rodoviária, tanto no território nacional quanto no dos vizinhos (MPO, 2024).

Figura 5 - Rota 3 - Quadrante Rondon, prevista na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: MPO, 2024.

De acordo com o Relatório 2024 - Rotas de Integração Sul-Americana, dos 190 projetos inseridos no Novo PAC, 150 estão contemplados na LOA-2024, tendo recursos e ações orçamentárias, e algumas dezenas são concessões e contarão com recursos do setor privado. O Quadro 3 reúne informações sobre os projetos de obras de infraestrutura previstos na Faixa de Fronteira analisada.

Quadro 3 - Projetos previstos nas Rotas de Integração Sul-Americana previstas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

Rota	Síntese	Projeto	Localização
Rota 1 Ilha das Guianas	Exportação de alimentos e bens de consumo final para a Venezuela e a Guiana, além da Ásia e do Mercado Comum e Comunidade do Caribe. (*)	Restauração da BR-174	Manaus (AM) a Boa Vista (RR)
		Linhão de Tucuruí	Manaus (AM) a Boa Vista (RR)
		Infovia Estadual	Roraima
		Construção da BR-156	Calçoene a Oiapoque (AP)
		Concessão no Porto de Santana	Santana (AP) - fora da Faixa de Fronteira
		Ponte sobre o Rio Jari	Amapá / Amazonas - fora da Faixa de Fronteira
Rota 2 Amazônica	Exportação de produtos da bioeconomia, máquinas, equipamentos e bens de consumo de Manaus para Peru, Equador e Colômbia, além da Ásia e América Central. (*)	Recinto Aduaneiro em Tabatinga	Tabatinga
		Sinalização no Rio Solimões	Entre Manaus (AM) e Tabatinga (AM)
		Dragagem da Hidrovia	Entre Manaus (AM) e Tabatinga (AM)
Rota 3 Quadrante Rondon	Exportação de alimentos, máquinas, equipamentos e bens de consumo final para a Peru, Bolívia e Chile, além do mercado asiático. (*)	Construção do Contorno de Brasileira (BR-317)	Brasileia (AC)
		Construção de duas pontes na BR-425	
		Construção da Ponte de Guajará-Mirim	Guajará-Mirim (RO)
		Duplicação da BR-364	Entre Vilhena (RO) e Porto Velho (RO) - parcialmente na Faixa de Fronteira
		Dragagem do Rio Madeira	Entre Porto Velho (RO) e Itacotiara (AM) - fora da Faixa de Fronteira

Rota	Síntese	Projeto	Localização
		Infovia MT	Mato Grosso - fora da Faixa de Fronteira

Fonte: MPO, 2024.

Fonte (*): <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/02/rotas-da-integracao-sul-americana-podem-operar-ja-em-2028-diz-simone-tebet>. Acesso em: 12 fev. 2025

Diante da extensão do Programa Rotas de Integração Sul-Americana, a consideração de ações que minimizem o desmatamento, a degradação de ecossistemas sensíveis e os impactos nos Povos e Comunidades Indígenas e Tradicionais, devem ser consideradas nas obras de infraestrutura previstas nos Estados da Faixa de Fronteira em análise. Tais ações abrangem, por exemplo, a inclusão de parâmetros ambientais locais que condicionem e orientem o licenciamento ambiental e urbano, a execução de obras de infraestrutura local e a concessão de serviços públicos.

INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES

INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA

As particularidades da matriz energética da Região Norte, as características geográficas remotas e os impactos dos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados e previstos na Região Amazônica são aspectos significativos que devem ser considerados na análise da infraestrutura energética.

Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2024), a Região Norte possui a capacidade instalada de geração de energia¹ de 35.638 MW, o que representa 17,9% do total disponível no Brasil.

¹ A capacidade instalada de geração elétrica é a potência máxima que uma usina pode gerar, enquanto a geração de eletricidade por fonte é a quantidade de energia produzida a partir de uma fonte específica.

Quadro 4 - Capacidade instalada de geração de energia por tipo de fonte nas regiões do Brasil

Região	Hidroelétrica		Termoelétrica		Eólica		Solar		Nuclear		Total	
	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%
Norte	31.977	29,1	3.614	7,6	0	0,0	46	0,4	0	0,0	35.638	17,9
Nordeste	11.573	10,5	11.855	25,0	26.525	92,5	6.599	57,7	0	0,0	56.552	28,4
Sudeste	25.394	23,1	21.531	45,5	28	0,1	4.729	41,2	1.990	100	53.672	26,9
Sul	25.928	23,6	5.030	10,6	2.111	7,4	60	0,5	0	0,0	33.129	16,6
Centro-Oeste	14.985	13,6	5.305	11,2	0	0,0	43	0,4	0	0,0	20.333	10,2
Distrito Federal	30	0,0	10	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	41	0,0
Brasil	109.857	55,11	47.336	23,75	28.664	14,38	11.477	5,76	1.990	1,00	199.325	100

Fonte: Adaptado do BEN, 2025.

Da capacidade instalada no território brasileiro, os dados da Região Norte indicam que a fonte hidroelétrica (29,10%) representa a maior capacidade de geração, seguida da termoelétrica (7,6%) e do solar (0,4%).

Quadro 5 - Capacidade instalada de geração de energia por tipo de fonte nos Estados da Região Norte

Estados	Hidroelétrica		Termoelétrica		Eólica		Solar		Nuclear		Total	
	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%
Acre	0	0,0	104	2,88	0	0,0	1	2,17	0	0,0	106	0,30
Amapá	745	2,33	15	0,42	0	0,0	4	8,70	0	0,0	765	2,15
Amazonas	275	0,86	1.832	50,69	0	0,0	1	2,17	0	0,0	2.107	5,91
Pará	20.770	64,95	393	10,87	0	0,0	17	36,96	0	0,0	21.180	59,43
Rondônia	7.781	24,33	588	16,27	0	0,0	15	32,61	0	0,0	8.384	23,53
Roraima	10	0,03	593	16,41	0	0,0	2	4,35	0	0,0	605	1,70
Tocantins	2.395	7,49	89	2,46	0	0,0	6	13,04	0	0,0	2.491	6,99
Região Norte	31.977	90	3.614	10	0	0,0	46	0,00	0	0,0	35.638	100

Fonte: Adaptado do BEN, 2025

No contexto da Região Norte, os Estados do Amazonas (5,91%), Pará (59,43%) e Rondônia (23,53%), representam 88,87% da geração de energia. Nos Estados do Acre (0,30%), Amapá (2,15%), Roraima (1,70%), o potencial de geração corresponde a 4,15% do total da Região Norte.

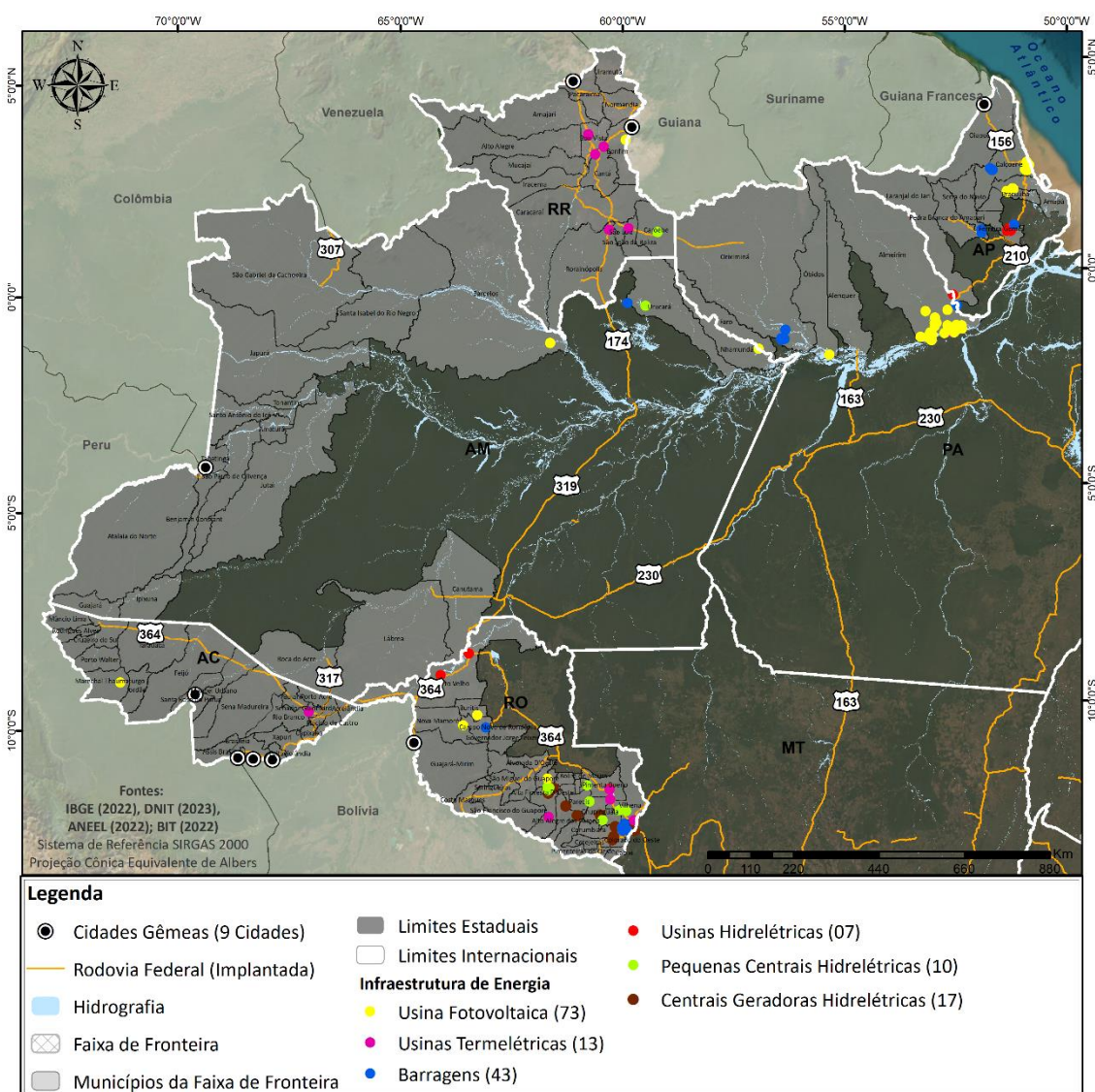
Entre as fontes disponíveis e possíveis, o Estado do Pará representa o maior potencial de geração de energia por fontes hidroelétrica (64,95%) e solar (36,96%), seguido do Estado de Rondônia (24,33% e 32,61%, respectivamente). O Estado do Amazonas predomina a produção por fonte termoeletrica (50,59%), seguida do solar (2,17%). A geração de energia por fonte termoeletrica (16,41%) é predominante no Estado de Roraima.

A expressiva geração de energia elétrica por fonte hidroelétrica nos Estados do Pará e Rondônia se deve à operação de usinas hidrelétricas de grande porte em seus territórios. No Estado do Pará se localizam as Usinas Hidrelétricas de Belo Monte (Rio Xingu), Tucuruí (Rio Tocantins), Marabá (Rio Tocantins) e Curuá-Una (Rio Curuá-Una). As Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau instaladas no Estado de Rondônia localizam-se no Rio Madeira, próximas ao Município de Porto Velho.

O Mapa 8 apresenta a geração de energia elétrica, proveniente de parques eólicos, usinas termelétricas, centrais geradoras hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e usinas hidrelétricas², em operação nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.

² A ANEEL adota três classificações para hidrelétricas: Centrais Geradoras Hidrelétricas (com até 1 MW de potência instalada), Pequenas Centrais Hidrelétricas (entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada) e Usina Hidrelétrica de Energia (UHE, com mais de 30 MW de potência instalada).

Mapa 8 - Geração de energia elétrica, em operação nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

As usinas hidrelétricas, termoeletricas e eólicas de grande porte integram o Sistema Interligado, conjunto de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, sendo composto por quatro subsistemas - Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e parte da Região Norte. A capacidade instalada de geração do Sistema Interligado Nacional (SIN) é composta, principalmente, por usinas hidrelétricas distribuídas em dezesseis bacias hidrográficas localizadas em diferentes regiões do país, cuja malha de transmissão que interliga os subsistemas permite a transferência de energia e aproveitamento das diferenças nos regimes hidrológicos das bacias.

Entre as Unidades Federativas, o Estado de Roraima é o único do país fora do SIN, sendo pertencente ao Sistema Elétrico Isolado de Roraima, composto de usinas

termelétricas operadas a óleo diesel, gás natural, biomassa e pequena central hidrelétrica. Em dezembro de 2024, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio da Resolução DICOL/SUDAM nº 1.179³, aprovou a participação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) no projeto de interesse da empresa Transnorte Energia S.A. (TNE), que visa interligar a energia de Roraima ao SIN. A expectativa é que as obras sejam realizadas até 2026.

Figura 6 - Infraestrutura de geração de energia elétrica, em operação na Faixa de Fronteira - Arcos Norte e Rondônia



(1) Usina Hidrelétrica de Santo Antônio - Porto Velho/RO



(2) Sistema híbrido, composta de usina fotovoltaica usina térmica - Oiapoque/AP



(3) Usina Termelétrica Jaguatirica II - Boa Vista/RR



(4) Pequena Central Hidrelétrica - PCH Saldanha - Alta Floresta d'Oeste/RO

Fontes: (1) Santo Antônio Energia. (2) Brasil Energia. (3) Ministério de Minas e Energia. (4) Hidroluz Centrais Elétricas Ltda.

Embora nas demais capitais e principais Municípios de cada Estado da Faixa de Fronteira estejam interligados ao SIN, grande parte das regiões interiores e de difícil acesso ainda dependem de sistemas isolados ou de geração própria, como pequenos sistemas fotovoltaicos ou hidrelétricas locais. A interligação completa dessas áreas ao SIN continua sendo um dos desafios das políticas públicas para garantir a universalização do acesso à energia elétrica.

³ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-dicol/sudam-n-1.179-de-27-de-dezembro-de-2024-605038866>

Vale destacar que o Governo Federal, por meio do Ministério de Minas de Energia (MME), coordena o Programa Energias da Amazônia, iniciativa concentrada na melhoria do acesso à energia elétrica nas regiões remotas e isoladas da Amazônia. Na Região Norte estão reunidos os Sistemas Isolados (SISOL), não conectados ao SIN e atendidos por sistemas térmicos a óleo diesel, para fornecimento de energia elétrica. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), desde 2017, possui a atribuição de prever a carga e de planejar a operação dos SISOL.

Conforme dados disponibilizados pela Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) - Ciclo de Planejamento 2024 -, os Sistemas Isolados estão distribuídos em 45% do território nacional e se concentram nos Estados do Amazonas (95 localidades) e de Roraima (42 localidades), com presença também no Acre, Amapá, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Pernambuco (Arquipélago de Fernando de Noronha). A população total nas localidades isoladas da Região Norte é de cerca de 2,572 milhões de pessoas.

Quadro 6 - Sistemas Isolados distribuídos nos Estados da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia

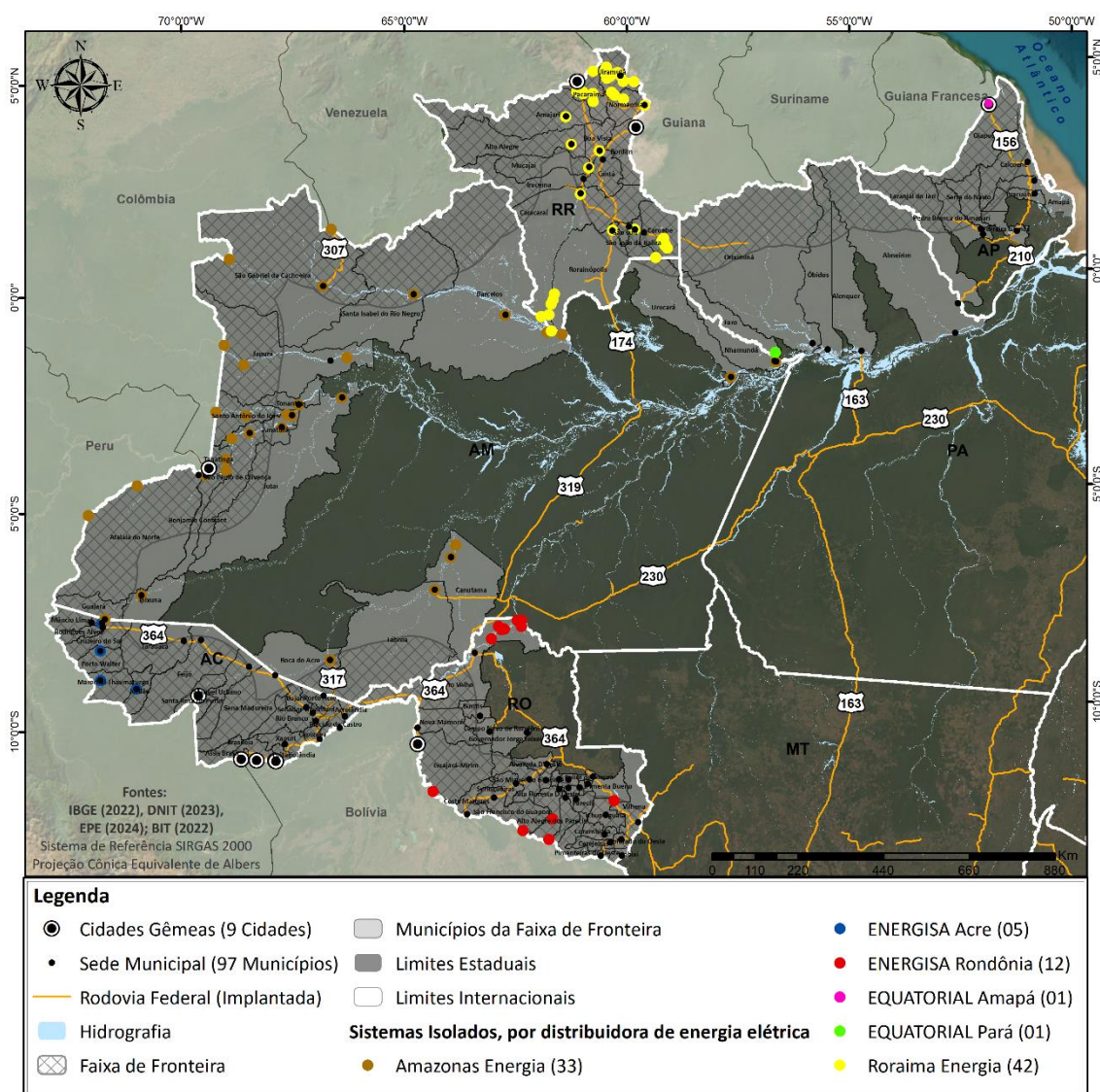
Estados	Número de Sistemas (2023) ⁴	Unidades Consumidoras ⁵	Carga Total (MWh)	População Atendida
Acre	5	44.429	230.611,37	135,7 mil
Amapá	1	5.536	51.360,23	28,5 mil
Amazonas	95	286.005	1.747.651,95	1,415 milhões
Pará	17	59.704	238.571,60	394,2 mil
Rondônia	12	2.191	13.116,87	9,4 mil
Roraima	42	159.486	1.365.978,06	590 mil
Total	172	557.351	3.647.290,08	2,572 milhões

Fonte: Adaptado de Empresa de Pesquisa Energética (EPE), 2024

⁴ Os dados sobre o “número de sistemas” e a “população atendida” foram obtidos na página do EPE. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-863/Caderno_Planejamento%20SISOL_Ciclo%202024.pdf>. Acesso em 04 de fev. 2025.

⁵ Os dados referentes às “unidades consumidoras” e à “carga total (MWH)” foram obtidas na página do MME. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/raio-x-dos-sistemas-isolados-e-fundamental-para-o-planejamento-das-acoes-do-mme>>. Acesso em 04 de fev. 2025.

Mapa 9 - Sistemas Isolados localizados nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Com o objetivo de promover o acesso à energia elétrica, por meio da extensão das redes de distribuição, principalmente em áreas rurais, o Governo Federal lançou em 2003, o Programa Luz para Todos (PLPT). Apesar do alcance e dos resultados, os desafios logísticos e técnicos encontrados nas regiões remotas da Amazônia Legal, conduziu o Governo Federal a instituir em 2020, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA), com o propósito de promover o acesso à energia elétrica, exclusivamente por fontes renováveis, para 219 mil unidades consumidoras, até 2022. Entretanto, após mais de dois anos e com menos de 5% da

meta cumprida, o Governo Federal unificou os dois programas, incorporando as premissas e diretrizes do MLA ao PLPT.

Para o planejamento e organização do fornecimento de energia elétrica a comunidades e localidades não conectadas à rede elétrica convencional, especialmente em áreas remotas e de difícil acesso, o MME coordena o Planejamento do Atendimento aos Sistemas Isolados. Para subsidiar o planejamento pelo MME, os resultados do Planejamento do SISOL são publicados pela EPE, com base nas informações fornecidas pelas distribuidoras de energia elétrica - Amazonas Energia, Energisa Acre, Energisa Rondônia, Equatorial Amapá, Equatorial Pará e Roraima Energia. Em fevereiro em 2024, o MME lançou o Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados (PASI)⁶, com o propósito de agregar informações atuais e a dimensão dos SISOL e dar maior transparência sobre os dados.

INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO

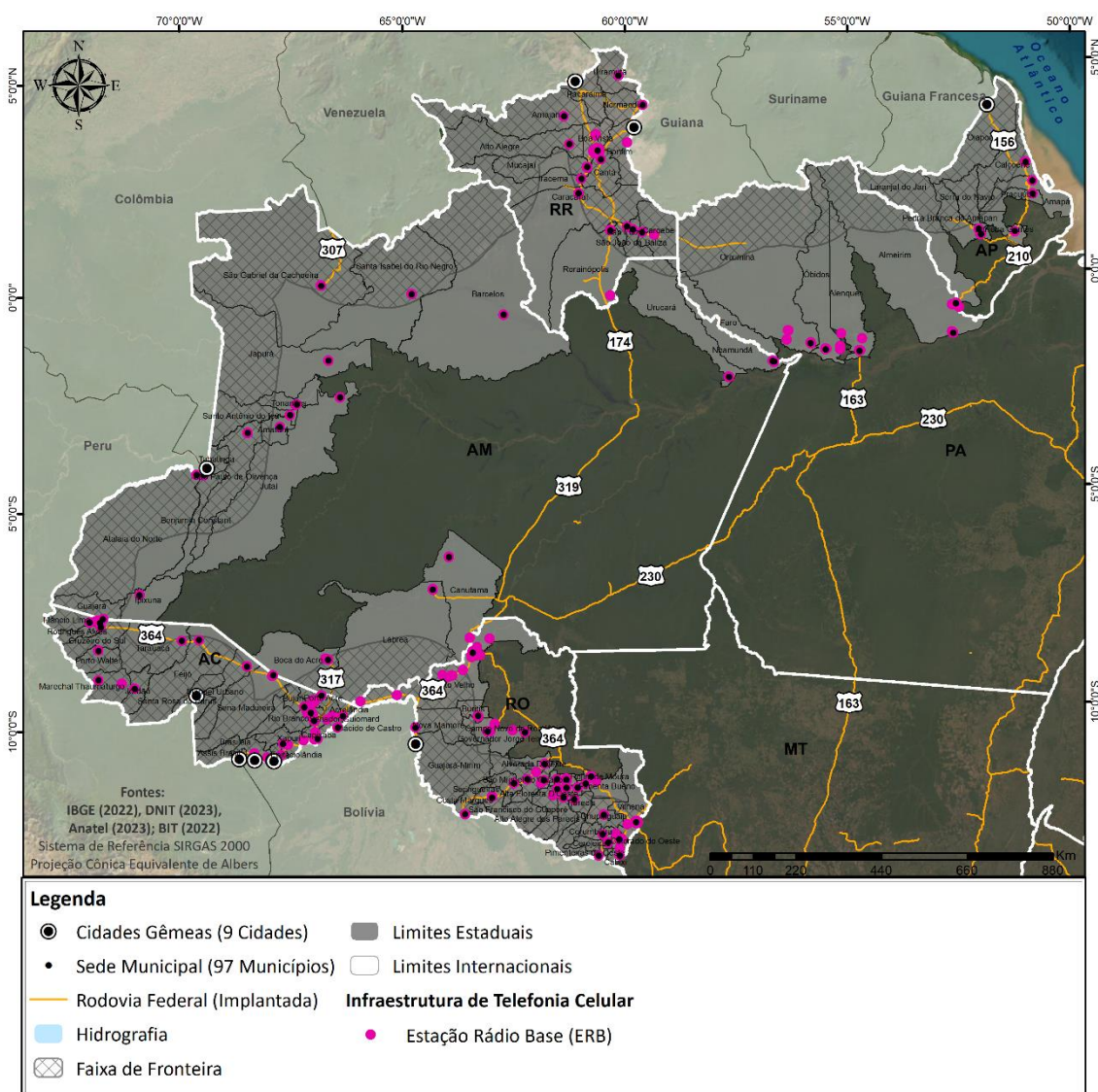
A infraestrutura de comunicações nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arcos Norte e Rondônia contempla a consideração de questões que abrangem a cobertura e conectividade, custo de infraestrutura e acesso e serviços de telefonia móvel e internet 4G e 5G em áreas urbanas e rurais.

De forma abrangente, a cobertura de telefonia móvel e internet de alta qualidade é limitada, especialmente em áreas rurais e remotas da Faixa de Fronteira, onde muitas localidades lidam com dificuldades de acesso de redes de comunicação, o que prejudica a inclusão digital, a comunicação e o desenvolvimento econômico. A baixa velocidade de internet, mesmo nas áreas onde há cobertura limita o uso de serviços essenciais, como educação a distância, telemedicina e outras iniciativas digitais.

O Mapa 10 ilustra as Estações Rádio Base (ERB) distribuídas nas Sedes Municipais da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia. As ERBs transmitem e recebem sinais de telefonia móvel celular e dados, formando a base da rede de telefonia celular e se conectam a outras estações e à central da operadora, permitindo a comunicação sem fio entre os usuários.

⁶ Disponível em: <<https://pasi.epe.gov.br/>>. Acesso em: 05 de fev. 2025.

Mapa 10 - Infraestrutura de telefonia celular nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



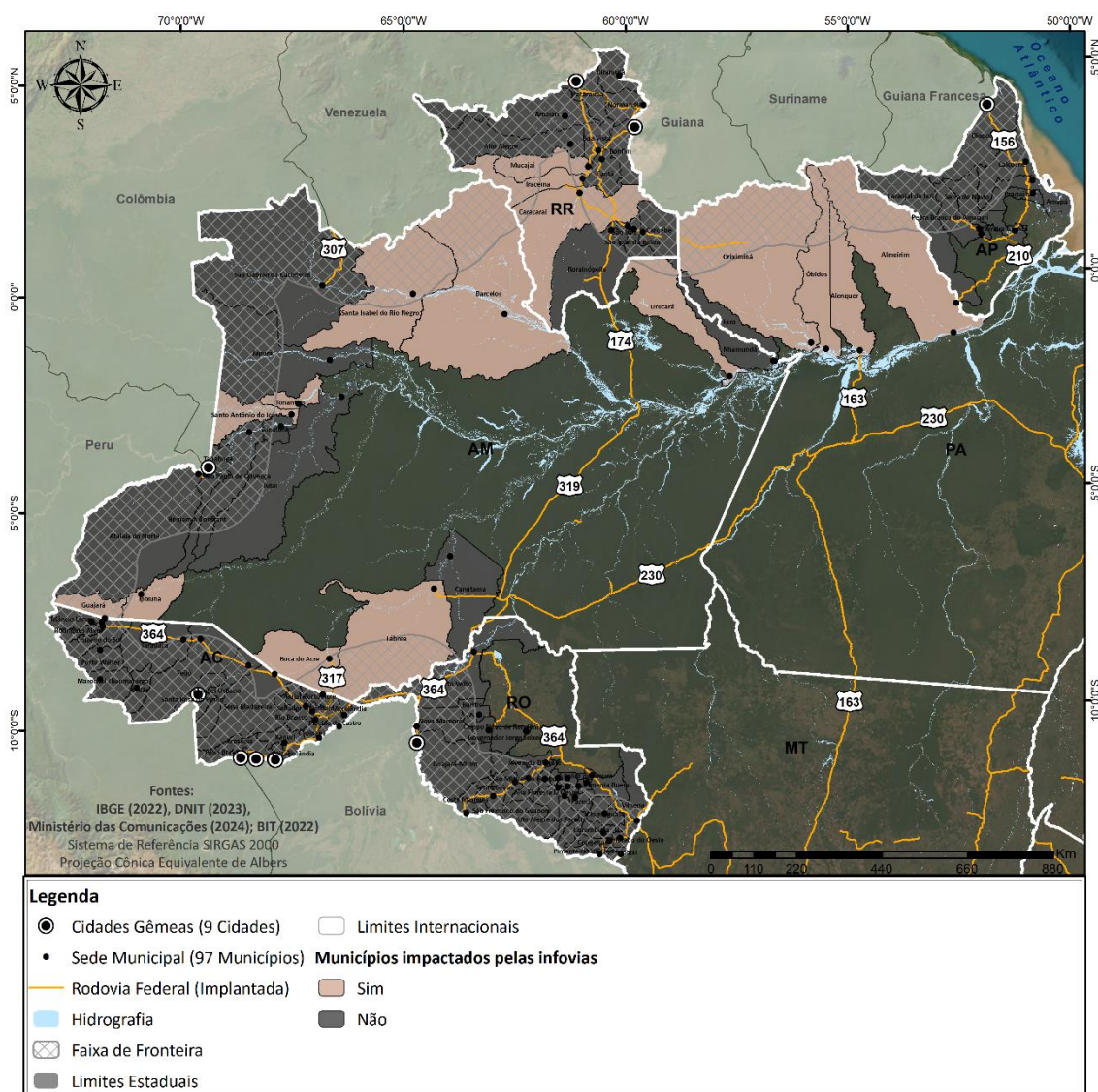
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, particularmente às comunidades isoladas localizadas nos Municípios da Faixa de Fronteira, foi impulsionada nos últimos anos com o avanço de iniciativas, como o Programa Norte Conectado, conduzido pelo Ministério das Comunicações (MCom), que desde 2020, conecta 59 Municípios dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial, no leito dos Rios Amazonas, Solimões, Rio Branco, Madeira, Purus, Negro e Juruá.

O Mapa 11 ilustra a área de cobertura do Programa Norte Conectado na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, sendo contemplados os seguintes Municípios, por Estado:

- Acre: as Infovias “06 - Manacapuru (AM) a Rio Branco (AC)” e “08 - Tabatinga (AM) a Cruzeiro do Sul (AC)” que percorrem os Rios Purus e Juruá, respectivamente, não contemplam os Municípios do Acre, localizados na Faixa de Fronteira;
- Amapá: as Infovias “00 - Macapá (AP) a Santarém (PA)” e “03 - Macapá (AP) a Belém (PA)” que percorrem o Rio Amazonas, não contemplam os Municípios do Amapá, localizados na Faixa de Fronteira;
- Amazonas: Barcelos, Boca do Acre, Guajará, Ipixuna, Lábrea, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Iça, Tonantins e Urucará;
- Pará: Alenquer, Almeirim, Óbidos e Oriximiná;
- Rondônia: a infovia “Itacoatiara (AM) a Porto Velho (RO)” que percorre o Rio Madeira, não contempla os Municípios de Rondônia, localizados na Faixa de Fronteira;
- Roraima: Caracaraí, Iracema e Mucajaí.

Mapa 11 - Área de cobertura do Programa Norte Conectado nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Além de ampliar o acesso à internet na Região Amazônica, está prevista a integração aos países vizinhos, que compõem a Pan-Amazônica⁷. O Norte Conectado é composto de oito (08) infovias, que segundo dados do MCom, beneficiará 10 milhões de pessoas. Conforme informações divulgadas pela Entidade Administradora de Faixa (EAF)⁸, responsável por seis (06) Infovias, implementou no período de 2020 a 2025, na sua totalidade as Infovias 02 e 03. Em fevereiro de 2025,

⁷ Os países que compõem a Pan-Amazônica são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

⁸ Disponível em: <https://teletime.com.br/21/02/2025/eaf-conclui-implantacao-da-infovia-02-do-programa-norte-conectado/>. Acesso em: 11 de abr. 2025.

foi anunciada a finalização do cabo subaquático da Infovia 04 e a efetivação da infraestrutura terrestre. As Infovias 05, 06 e 08 compõem a segunda etapa da implementação do Programa Norte Conectado. As Infovias 00 e 01 foram realizadas entre os anos de 2021 a 2023, pelo Consórcio Aberto do Operador Neutro (ON) e Seja Digital, respectivamente.

O Norte Conectado compõe o Programa Amazônia Integrada Sustentável, instituído pelo Decreto Nº 10.800, de 17 de setembro de 2021, responsável pela expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, por meio da implantação de rede de transporte de fibra óptica.

Quadro 7 - Informações das oito (08) infovias do Programa Norte Conectado

Infovia	Trecho	Rio	Km	Cidades Impactadas
00	Macapá (AP) a Santarém (PA)	Rio Amazonas	770	Alenquer, Almeirim e Monte Alegre
01	Santarém (PA) a Manaus (AM)	Rio Amazonas	1.100	Curuá, Itacoatiara, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Partintins, Autazes, Terra Santa e Urucurituba
02	Tefé (AM) a Atalaia do Norte (AM)	Rio Solimões	2.130	Alvarães, Amaturá, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, São Paulo de Olivença, Santo Antônio de Iça, Tabatinga, Tonantins e Uarini
03	Macapá (AP) a Belém (PA)	Rio Amazonas	600	Breves
04	Vila der Moura (AM) a Boa Vista (RR)	Rio Branco	870	Santa Maria do Boiaçu, Caracará, Iracema e Mucajá
05	Itacoatiara (AM) a Porto Velho (RO)	Rio Madeira	1.465	Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré, Nova Aripuanã e Nova Olinda do Norte
06	Manacapuru (AM) a Rio Branco (AC)	Rio Purus	2.660	Anori, Beruri, Boca do Acre, Lábrea, Pauini e Tapauá
07	Novo Airão (AM) a São Gabriel da Cachoeira (AM)	Rio Negro	1.255	Barcelos e Santa Izabel do Rio Negro
08	Tabatinga (AM) a Cruzeiro do Sul (AC)	Rio Juruá	2.750	Carauari, Envira, Eirunepé, Guajará, Ipixuna e Itamarati

Fonte: Adaptado Ministério das Comunicações. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/norte-conectado>. Acesso em: 06 fev. 2025

Embora a infraestrutura de comunicações nos Municípios da Faixa de Fronteira tenha apresentado avanços, especialmente com a implementação de programas

como o Norte Conectado, ainda persistem desafios logísticos e técnicos que precisam ser superados para assegurar a conectividade da região.

A integração de tecnologias, como satélites e redes móveis tem sido uma estratégia para superar a vastidão territorial, a densidade populacional reduzida e as dificuldades geográficas, mas a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes é fundamental para a inclusão digital nos Municípios da Faixa de Fronteira.

SANEAMENTO BÁSICO

A gestão do saneamento básico tem como principal objetivo a universalização dos serviços essenciais em seus quatro componentes abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A precariedade nesses serviços tende a comprometer a qualidade de vida das populações locais, impactar a saúde pública e pode gerar consequências ambientais graves, como a contaminação dos rios, que são a principal fonte de água para muitas comunidades.

No âmbito das infraestruturas de saneamento básico, optou-se por analisar dados com foco nos municípios lindeiros e, em especial, as cidades gêmeas, visto as intercorrências dos aspectos da conurbação existente e a necessidade de cooperação transfronteiriça.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2022), apresentados a seguir, observa-se que os índices ainda são preocupantes e representam um dos grandes desafios para os gestores públicos.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

Este componente é “constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição”. Para esta análise, considera-se apenas o acesso da população total dos municípios à rede de abastecimento público de água potável.

Conforme demonstra a Tabela 5, o índice médio de atendimento da população à rede de abastecimento de água potável na região Norte é de 64,2%, bem abaixo da média nacional de 84,9%. Os dados indicam que os Municípios lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia enfrentam um déficit significativo nesse serviço, com localidades como Oiapoque (8,9%) e Uiramutã (4,1%) apresentando cobertura extremamente baixa. Apesar da disponibilidade hídrica na região Norte não ser um

problema crítico em termos de volume de água, esses valores refletem não apenas a precariedade das infraestruturas de captação, tratamento e distribuição, mas também a dispersão populacional e as dificuldades logísticas para ampliação dos serviços.

Tabela 5 - Rede de abastecimento de água potável, índice de atendimento em relação à população total (%)

UF	Município	Município	Estado	Região Norte	Brasil
AC	Santa Rosa do Purus (*)	40,4	48,0	64,2	84,9
	Assis Brasil	69,5			
	Brasiléia	61,8			
	Plácido de Castro	52,9			
	Epitaciolândia	63,4			
RO	Costa Marques	29,7	56,6		
	Guajará-Mirim	50,7			
	Pimenteiras do Oeste	26,55			
RR	Bonfim	48,7	79,4		
	Pacaraima (*)	43,3			
	Normandia	32,5			
	Uiramutã	4,1			
AM	Atalaia do Norte	24,2	81,7		
	Benjamin Constant	35,0			
	Tabatinga (*)	28,2			
AP	Oiapoque	8,9	46,9		

(*) Fronteira seca
Fonte: Sinisa, 2022.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Este componente é “constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente”.

Conforme demonstrado na Tabela 6, vamos examinar o acesso da população total dos Municípios à rede de esgotamento sanitário, sem contemplar o tratamento e a disposição final adequados dos efluentes.

Observa-se que o índice de atendimento à rede de esgoto na região Norte é de 14,7%, contrastando fortemente com a média nacional de 56%. Nos Municípios

analisados, diversos apresentam dados não informados (NI), evidenciando sua inexistência ou a falta de estrutura para o monitoramento desse serviço. O caso de Oiapoque, com apenas 1% de atendimento, ilustra a precariedade do saneamento na região.

Tabela 6 - Rede de esgotamento sanitário, índice de atendimento em relação à população total (%)

UF	Município	Município	Estado	Região Norte	Brasil
AC	Santa Rosa do Purus (*)	NI	10,5	14,7	56,0
	Assis Brasil	NI			
	Brasiléia	NI			
	Plácido de Castro	NI			
	Epitaciolândia	NI			
RO	Costa Marques	NI	9,0		
	Guajará-Mirim	9,4			
	Pimenteiras do Oeste	NI			
RR	Bonfim	51,4	65,5		
	Pacaraima (*)	NI			
	Normandia	NI			
	Uiramutã	NI			
AM	Atalaia do Norte	NI	14,6		
	Benjamin Constant	NI			
	Tabatinga (*)	NI			
AP	Oiapoque	1,0	5,4		

(*) Fronteira seca

Fonte: Sinisa, 2022.

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Este componente é “constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana”.

Para este item iremos demonstrar na Tabela 7 apenas a classificação da disposição final dos resíduos sólidos utilizada pelos Municípios e a abrangência do serviço de coleta domiciliar em relação à população total. Observa-se a predominância de lixões como forma de disposição final, comprometendo a qualidade ambiental e a saúde da população. Apesar da coleta domiciliar de resíduos sólidos ter uma média nacional alta (90,4%), os dados demonstram que Municípios como Santa Rosa do

Purus e Uiramutã possuem taxas de cobertura de coleta domiciliar muito abaixo, com índices de 29,8% e 13,6%, respectivamente. Os Municípios que abrangem fronteiras secas podem enfrentar a circulação irregular de resíduos entre os países vizinhos, ou que exijam maior articulação entre as pessoas envolvidas na gestão desses serviços.

Tabela 7 - Manejo dos resíduos sólidos

UF	Municípios	Disposição Final	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)			
			Município	Estado	Região Norte	Brasil
AC	Santa Rosa do Purus (*)	Lixão	29,8	74,1	79,2	90,4
	Assis Brasil	Lixão	58,0			
	Brasiléia	Aterro controlado	73,7			
	Plácido de Castro	Lixão	59,45			
	Epitaciolândia	Aterro controlado de Brasiléia	70,1			
RO	Costa Marques	Lixão	63,4	82,1		
	Guajará-Mirim	Lixão	84,5			
	Pimenteiras do Oeste	Aterro Sanitário de Vilhena	NI			
RR	Bonfim	Lixão	91,2	79,5		
	Pacaraima (*)	Lixão	43,0			
	Normandia	Lixão	42,9			
	Uiramutã	Lixão	13,6			
AM	Atalaia do Norte	Lixão	98,0	81,0		
	Benjamin Constant	Lixão	63,8			
	Tabatinga (*)	Lixão	69,6			
AP	Oiapoque	Lixão	65,5	90,0		

(*) Fronteira seca

Fonte: Sinisa, 2022.

DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

Este componente é “constituído pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes”.

Considerando a diversidade de indicadores para a drenagem urbana, adotou-se para esta análise a parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação. A Tabela

8 revela índices variando entre os Municípios, com muitos ficando acima da média nacional (95,7%), regional (95%) e dos respectivos Estados.

Apesar da infraestrutura de drenagem urbana nos Municípios também apresentar deficiências, contribuindo para a recorrência de inundações em determinadas localidades, o alto índice de domicílios que não estão sujeitos a riscos de inundação sugere existir predominância de áreas ainda permeáveis nas cidades decorrentes do uso e ocupação do solo urbano.

Tabela 8 - Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)

UF	Município	Município	Estado	Região Norte	Brasil
AC	Santa Rosa do Purus (*)	71,8	87,9	95,0	95,7
	Assis Brasil	97,0			
	Brasiléia	75,2			
	Plácido de Castro	99,4			
	Epitaciolândia	96,7			
RO	Costa Marques	NI	98,2		
	Guajará-Mirim	91,1			
	Pimenteiras do Oeste	100,0			
RR	Bonfim	100,0	97,6		
	Pacaraima (*)	86,8			
	Normandia	NI			
	Uiramutã	96,8			
AM	Atalaia do Norte	71,6	91,0		
	Benjamin Constant	85,8			
	Tabatinga (*)	NI			
AP	Oiapoque	NI	95,3		

(*) Fronteira seca

Fonte: Sinisa, 2022.



EIXO TEMÁTICO 3

FOMENTO ÀS ATIVIDADES
PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E
INCLUSÃO SOCIAL

Lista de Figuras

Figura 1 - Cadeia produtiva agroindustrial organizada	215
---	-----

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais	173
Gráfico 2 - Participação setorial (%) no valor adicionado - Região Norte – 2017 a 2021 ..	174
Gráfico 3 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021	175
Gráfico 4 - Saldo da balança comercial - 2017 a 2021	176
Gráfico 5 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos estados em 2023	177
Gráfico 6 - Participação das cidades gêmeas no PIB de cada estado, 2021.....	178
Gráfico 7 - Participação das capitais no PIB estadual.....	179
Gráfico 8 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Acre em 2021	180
Gráfico 9 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Amapá em 2021	181
Gráfico 10 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Amazonas em 2021	182
Gráfico 11 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Pará em 2021	182
Gráfico 12 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado de Rondônia em 2021	183
Gráfico 13 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado de Roraima em 2021	184
Gráfico 14 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021	185
Gráfico 15 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia	186
Gráfico 16 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia	187
Gráfico 17 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia	187
Gráfico 18 - Classificação do IDHM nas cidades gêmeas em 2021	190
Gráfico 19 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021	192
Gráfico 20 - Classificação do Índice de Gini nas cidades gêmeas em 2010.....	195
Gráfico 21 - Rendimento domiciliar per capita médio por Estado do Arco Norte e Rondônia - Salário médio 2023 em reais	197
Gráfico 22 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> mensal, em salários mínimos - 2022.....	199
Gráfico 23 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços do Acre	201
Gráfico 24 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022	201
Gráfico 25 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços do Amazonas	202
Gráfico 26 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços do Pará	202
Gráfico 27 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços de Rondônia.....	203
Gráfico 28 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços de Roraima.....	203

Gráfico 29. Relação percentual entre pessoas inscritas no CadÚnico e o total populacional – comparativo 2020 e 2025.	205
Gráfico 30 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor:	208
Gráfico 31 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais).....	209
Gráfico 32 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: castanha - Principais municípios	211
Gráfico 33 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: açaí. Principais municípios em VP	212
Gráfico 34 - Valor FOB das Exportações em US\$ (mil)	213

Lista de Mapas

Mapa 1 - Classificação do IDHM nos municípios do Arco Norte e Rondônia	189
Mapa 2 - Classificação do Índice de Gini nos municípios do Arco Norte e Rondônia	194
Mapa 3 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais -2022.	200
Mapa 4 - Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único - 2020.....	206
Mapa 5 - Regiões Turísticas nos municípios na Faixa de Fronteira	226

Lista de Quadros

Quadro 1 – Municípios envolvidos no Programa Rotas de Integração Nacional – MIDR.	217
Quadro 2 – Mapeamento Preliminar de Cadeiras Produtivas	219

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021	175
Tabela 2 - Posição no Ranking regional e nacional dos indicadores de IDHM nos estados do Arco Norte e Rondônia	188
Tabela 3 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos Estados do Arco Norte e Rondônia	204
Tabela 4 - Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023 ..	210
Tabela 5 - Dados das Regiões Turísticas do Acre	227
Tabela 6 - Dados das Regiões Turísticas do Amapá	228
Tabela 7 - Dados das Regiões Turísticas do Amazonas.....	229
Tabela 8 - Dados das Regiões Turísticas do Pará.....	229
Tabela 9. Dados das Regiões Turísticas do Roraima	230
Tabela 10 - Dados das Regiões Turísticas do Rondônia.....	230

Sumário

EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL.....	171
INDICADORES GERAIS DA ECONOMIA NO ARCO NORTE E RONDÔNIA.....	173
ANÁLISE DOS INDICADORES GERAIS POR ESTADO	177
ACRE	179
AMAPÁ	180
AMAZONAS.....	181
PARÁ.....	182
RONDÔNIA	183
RORAIMA	183
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	184
INDÍCE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	184
ÍNDICE DE GINI	191
RENDIMENTO DOMICILIAR	196
CADASTRO ÚNICO.....	203
ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS.....	207
MAPEAMENTO PRELIMINAR DE CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS.....	213
POTENCIAL TURÍSTICO.....	226

EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. Nesse contexto, o fomento às atividades produtivas sustentáveis surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa. A bioeconomia, um dos pilares dessa abordagem, propõe a “produção, utilização e conservação de recursos biológicos, incluindo os conhecimentos relacionados, ciência, tecnologia e inovação, para fornecer informações, produtos, processos e serviços em diversos setores econômicos”, segundo definido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Deste modo, o diagnóstico do eixo das atividades produtivas buscou sintetizar um panorama econômico geral sobre os estados do Arco Norte e Rondônia, para compreender o cenário econômico dessa região e as possibilidades de avanço em práticas de desenvolvimento sustentável. Inicialmente, analisou-se as informações extraídas de bases de dados quantitativas, principalmente do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sobre a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), a composição setorial, o emprego formal, a balança comercial, e, mais especificamente sobre o setor agropecuário, incluindo a análise de estabelecimentos de Agricultura Familiar e Valor da Produção (VP) por tipo de atividade econômica agropecuária.

Foi adotada a série de anos mais recentes, sendo para o PIB a evolução de 2017 a 2021, e para retratos atuais, o foco no último ano disponível para o dado em questão. No caso do PIB municipal e emprego formal, o ano de 2021; para as atividades agropecuárias; o ano de 2017, e para o extrativismo vegetal e exportações, o ano de 2023.

Dentre as questões analisadas, observa-se que o PIB apresenta diferentes patamares, de acordo com os estados. Os maiores estados em tamanho populacional destacaram-se com o tamanho das suas economias – Pará e Amazonas. O estado de Rondônia, na sequência se configura como economia intermediária, e os outros três, Acre, Amapá e Roraima, com menores dimensões. No entanto, mesmo que haja diferenças no patamar do PIB, é possível identificar segmentos econômicos relevantes nos diferentes estados.

Os setores de serviços mantêm-se na dianteira da geração do valor adicionado (VA) no conjunto dos municípios fronteiriços, porém com algumas especificidades. Em alguns municípios do Acre e Rondônia, e também em Roraima, o setor agropecuário apresenta maior contribuição na composição setorial, especialmente nos municípios limítrofes com sede dentro da Faixa de Fronteira. Outros, por sua vez, oferecem destaque para a indústria, como os municípios do Pará e do Amapá.

Diversas atividades socioeconômicas da Faixa de Fronteira amazônica estão vinculadas aos recursos naturais da floresta. Segmentos relacionados à bioeconomia constituem potencialidades econômicas da região como o extrativismo de produtos florestais madeireiros sob manejo sustentável e de produtos florestais não madeireiros - frutos, óleos, resinas e ervas, pesca de manejo sustentável, cultivo de lavouras permanentes, temporárias e a hortifruticultura. Sem contar o desenvolvimento de novos mercados, como medicinais, fármacos e cosméticos, associados à biodiversidade; o ecoturismo e visitação às Unidades de Conservação, associada a navegação fluvial, e o conhecimento do artesanato e culinária das populações tradicionais locais.

Um dos dados que corrobora a importância do foco do projeto na atividade rural, está no número de estabelecimentos em que a condição do produtor é a agricultura familiar, o que se mostra superior em diversos municípios da fronteira. Em geral, as lavouras geram o maior valor da produção, embora em Rondônia, a pecuária tenha mais destaque. Fica claro, que entre os produtos da extração vegetal, o açaí e a castanha, no caso dos não madeireiros, são aqueles que geram maior valor da produção.

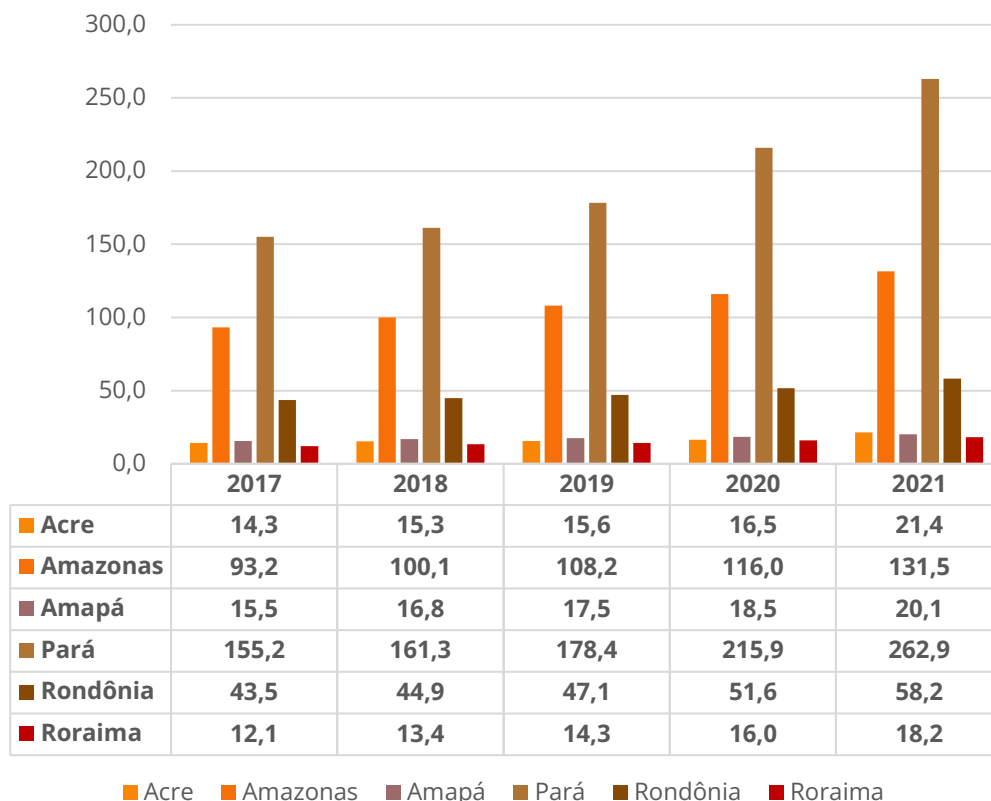
A importância socioeconômica desses produtos decorre da possibilidade de aproveitamento de elementos da cultura local, de comunidades e povos tradicionais, que podem integrar práticas tradicionais de agroextrativismo, respeitando a biodiversidade local, para gerar ganhos econômicos com inclusão produtiva, preservação e restauração ambiental.

INDICADORES GERAIS DA ECONOMIA NO ARCO NORTE E RONDÔNIA

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador do nível de atividade econômica de um território num determinado período de tempo, representado pela soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade. Apesar de não revelar importantes fatores como distribuição de renda, qualidade de vida e desigualdades, o PIB permite uma análise da dimensão econômica capaz de fornecer subsídios para um diagnóstico de vocações e potencialidades.

A partir do Gráfico 1, observa-se o valor do PIB para a última série de cinco anos nos estados que compõem o Arco Norte e Rondônia. De 2017 a 2021, é possível verificar que a ordem entre os estados praticamente não se altera. Em 2021, o estado do Pará apresenta um resultado (R\$ 262,9 bilhões) duas vezes maior do que o Amazonas (131,5 bilhões), que por sua vez é mais que duas vezes maior que o resultado do estado de Rondônia (58,2 bilhões), terceiro colocado. Os três estados com menor valor de PIB são Amapá, Acre e Roraima, com valores muito próximos.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais

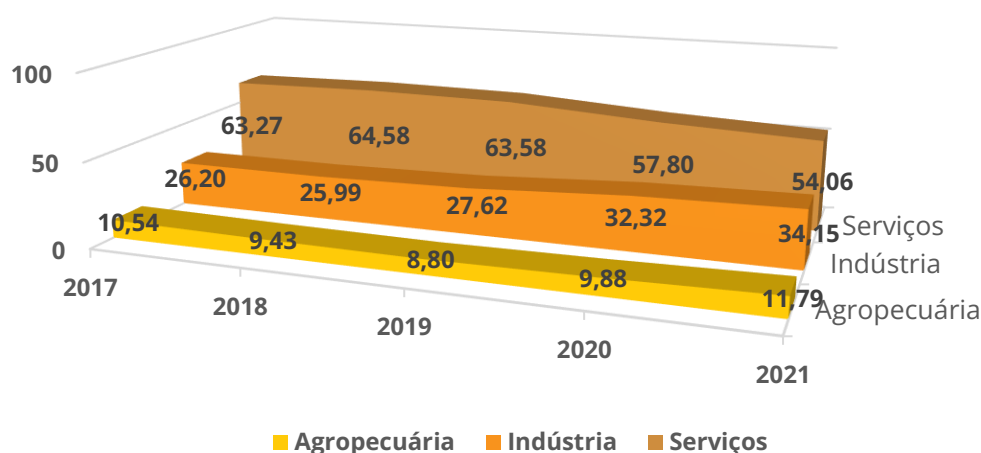


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IPEADATA.

Assim, observa-se que Pará e Amazonas se destacam como as maiores economias, Rondônia como intermediária, e os demais como economias de menor dimensão, tendo registrado em 2021, Roraima 18,2 bilhões, Amapá 20,1 bilhões e Acre 21,4 bilhões.

Para conhecer melhor o perfil da economia, analisou-se a participação do valor adicionado dos setores de agropecuária, indústria, serviços e administração pública¹ no valor adicionado bruto total². Analisando os dados por evolução ao longo dos anos, é possível conhecer como os setores estão ganhando, mantendo ou perdendo espaço na economia local. Em termos de participação das atividades econômicas no produto interno bruto, observa-se que a Região Norte como um todo (incluindo Tocantins) apresenta predominância dos serviços, com exceção de 2021. Em segundo lugar fica a Indústria. A agropecuária oscila em termos de participação, mas recuperou seu percentual, atingindo o maior patamar em 2021.

Gráfico 2 - Participação setorial (%) no valor adicionado - Região Norte - 2017 a 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo.

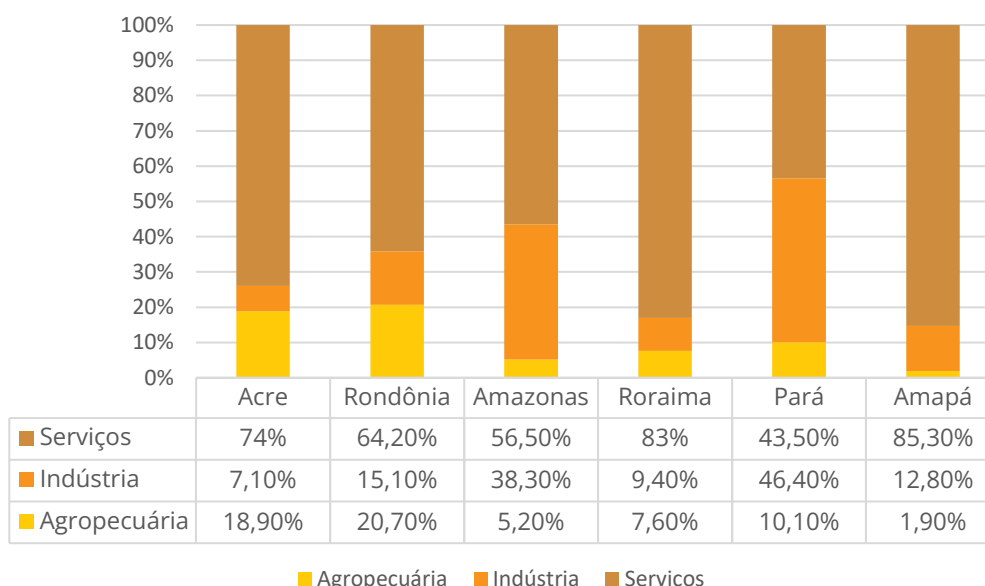
A análise da contribuição percentual dos setores econômicos nos estados do Arco Norte e Rondônia indica a predominância do setor de serviços em todos os

¹ O setor de Agropecuária corresponde a: Agricultura, Pecuária e Produção Florestal; Pesca e Aquicultura. O setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil. O setor "Serviços", agrega administração pública e os demais.

² A definição de valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribui para o PIB total.

estados, com destaque para Amapá (85,3%), Roraima (83,0%) e Acre (74,0%), justamente as economias com menor valor de PIB, como pode ser verificado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo

Pelo gráfico, é possível verificar ainda que setor industrial tem uma contribuição relevante no Pará (46,4%) e no Amazonas (38,3%). No entanto enquanto no Pará a indústria extrativa se destaca (34,1%), no Amazonas é a indústria de transformação (27,6%). Já agropecuária se mostra mais relevante nos estados de Rondônia (20,9%) e Acre (18,9%), em termos de geração de PIB.

Tabela 1 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021

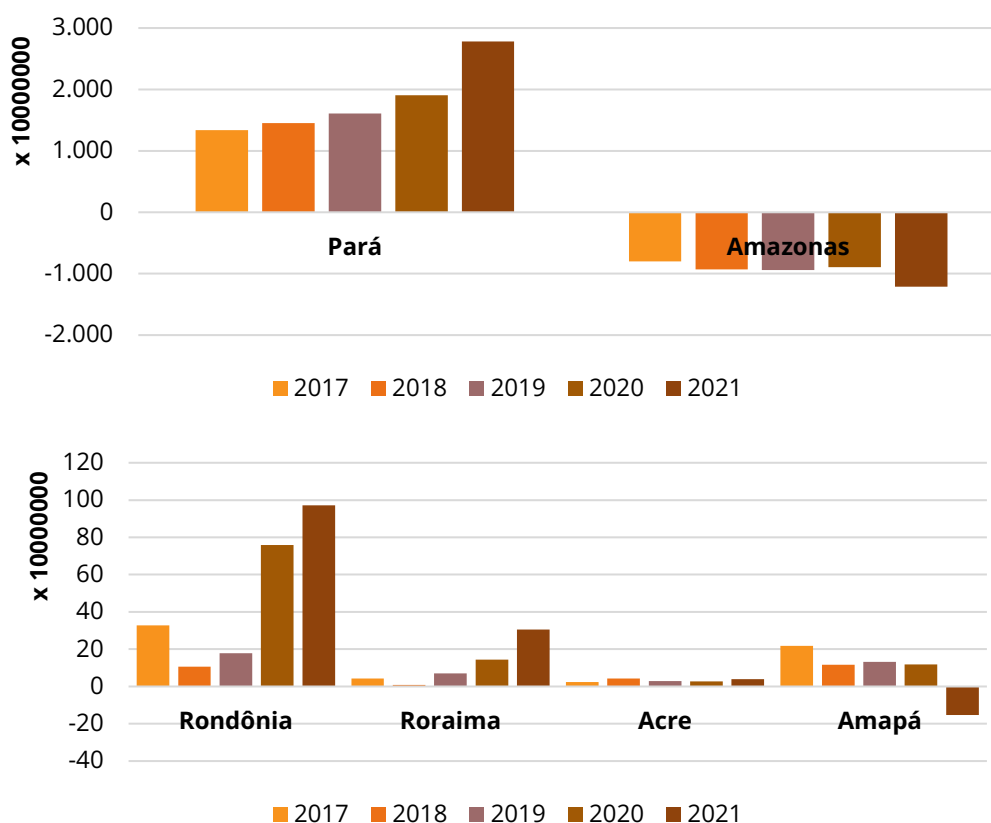
Setores econômicos	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Agropecuária	18,9	20,7	5,2	7,6	10,1	1,9
Indústria	7,1	15,1	38,3	9,4	46,4	12,8
Indústria extrativa	0,0	0,0	2,3	0,1	34,1	0,0
Indústria de transformação	2,1	1,7	27,6	1,4	4,3	1,7
Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP)	2,1	2,2	4,8	3,6	4,4	6,9
Construção	3,8	3,3	3,6	4,3	3,6	4,2
Serviços	74,0	64,2	56,5	83,0	43,5	85,3
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,2	12,7	11,0	15,4	8,7	12,3

Setores econômicos	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Transporte, armazenagem e correio	1,1	1,1	3,7	2,2	2,1	1,3
Informação e comunicação	1,3	1,0	1,5	1,0	0,7	1,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,3	3,6	1,9	3,3	1,6	2,1
Atividades imobiliárias	12,4	10,5	7,1	7,8	6,2	10,9
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	40,8	34,4	20,8	44,0	16,6	46,4
Outros serviços	12,3	10,8	10,5	9,4	7,7	11,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Os saldos da balança comercial dos estados mostram a diferença entre o total das exportações e das importações, em reais. A importância do desempenho no estado do Pará fica evidente no gráfico a seguir, atingindo mais de R\$ 2,5 bilhões em 2021. Em compensação, o Amazonas é o estado que em todos os anos apresenta a balança negativa, ou seja, o valor das suas importações supera das suas exportações. Nos demais estados os resultados são abaixo de R\$ 100 milhões.

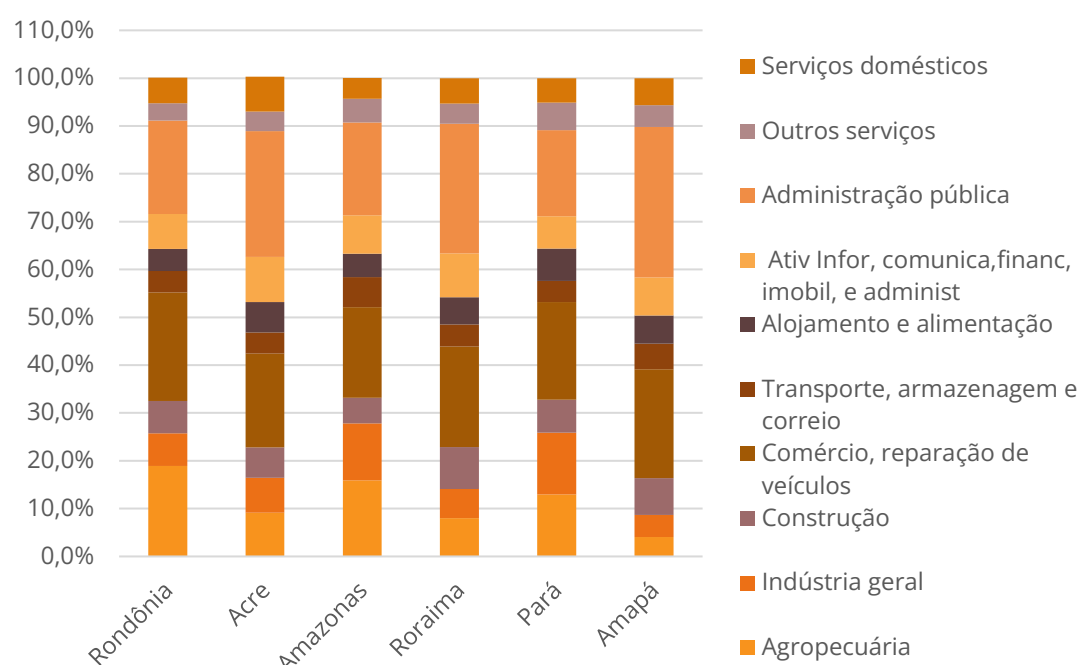
Gráfico 4 - Saldo da balança comercial - 2017 a 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Ipeadata.

Com relação ao total de ocupados por setor de atividade, os dados da PNAD (2023) mostram que também o setor de serviços que aparece como principal setor empregador na economia desta região. Apesar da indústria contribuir num patamar elevado para o valor adicionado no Pará e no Amazonas, isto não se traduz na mesma proporção total de ocupados, cujos percentuais foram próximos a 12%. A agropecuária nestes estados e em Rondônia chega a ultrapassar o total de ocupados na indústria, ressaltando a importância das atividades rurais para a região.

Gráfico 5 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos estados em 2023



Fonte: Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023).

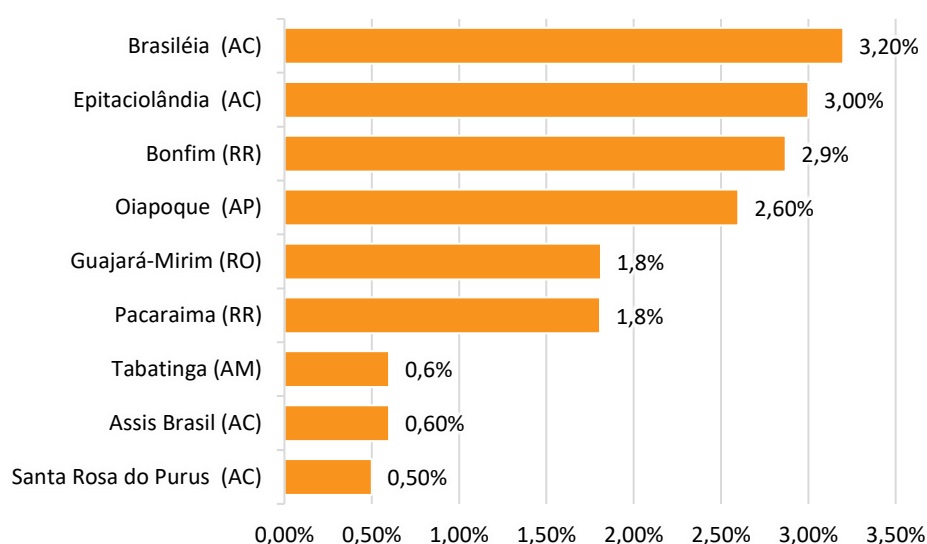
ANÁLISE DOS INDICADORES GERAIS POR ESTADO

A contribuição do PIB dos municípios nos estados varia de acordo com as dinâmicas econômicas locais. Para apresentar esta análise, optou-se por organizar os dados de acordo com os níveis de interação dos municípios em relação à faixa de fronteira. Isso porque é importante separar a informação a parcela das capitais no total do PIB Estadual, bem como entender as dinâmicas econômicas e espaciais contínuas com cidades fronteiriças de outros países. Assim, as informações dos estados foram separadas entre quatro categorias: as capitais, as cidades gêmeas, os municípios lindeiros cuja sede se encontram na faixa de fronteira (excluindo-se

as cidades gêmeas); e o conjunto dos demais municípios (lindeiros cuja sede não está na faixa de fronteira e aqueles não lindeiros).

As cidades gêmeas detêm menos de 5,0% de participação no PIB dos seus estados. Com exceção do estado do Acre, que Assis Brasil, Brasileia, Eptaciolândia e Santa Rosa do Purus respondem, comparativamente aos outros estados, a uma parcela maior do produto estadual, somando juntas 7,4%. Em Roraima, Pacaraima e Bonfim somam 5,0%. O município de Oiapoque no Amapá participa com 2,6%, Guajará-mirim com 1,8% em Rondônia, enquanto Tabatinga tem menos de 1,0% de contribuição para o PIB do Amazonas.

Gráfico 6 - Participação das cidades gêmeas no PIB de cada estado, 2021.



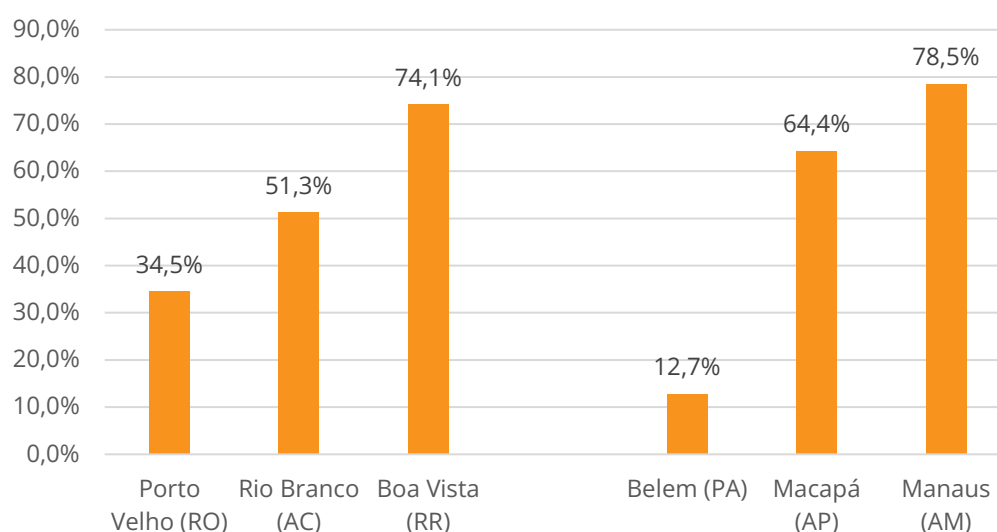
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir do PIB dos municípios, IBGE.

Já os municípios lindeiros com sede dentro da faixa de fronteira correspondem a patamares de contribuição para o PIB diferenciados entre estados. No Acre estes municípios deteriam a maior participação no estado, totalizando 26,4%. Em segundo lugar, em Roraima, essa categoria de municípios detém 15,0% do PIB deste estado. Em Rondônia são 7,4%. Nos demais, esta categoria de municípios não chega a 5,0% do PIB, sendo 1,8% no Pará e 1,0% no Amazonas, os menores percentuais.

Sobre as capitais, observa-se que em Manaus e Boa Vista, esta participação é a mais alta, cerca de 75%. Em compensação, em Belém, ela encontra-se entre os menores níveis dos estados do Brasil, inclusive, cerca de 13%. O resultado no Pará está relacionado ao grande valor adicionado produzido por municípios onde ocorrem a indústria extrativa. Macapá e Rio Branco ultrapassam os 50% no Amapá

e no Acre. E, por último, Porto Velho, responsável em 2021 por 34% do PIB de Rondônia, sendo o maior percentual neste estado, porém, abaixo de 50%. O gráfico a seguir ilustra os dados de participação das capitais no PIB dos estados do Arco Norte e Rondônia. Vale destacar que as três primeiras, Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista, fazem parte do Arco, enquanto Belém, Macapá e Manaus não estão incluídas na Faixa de Fronteira.

Gráfico 7 - Participação das capitais no PIB estadual

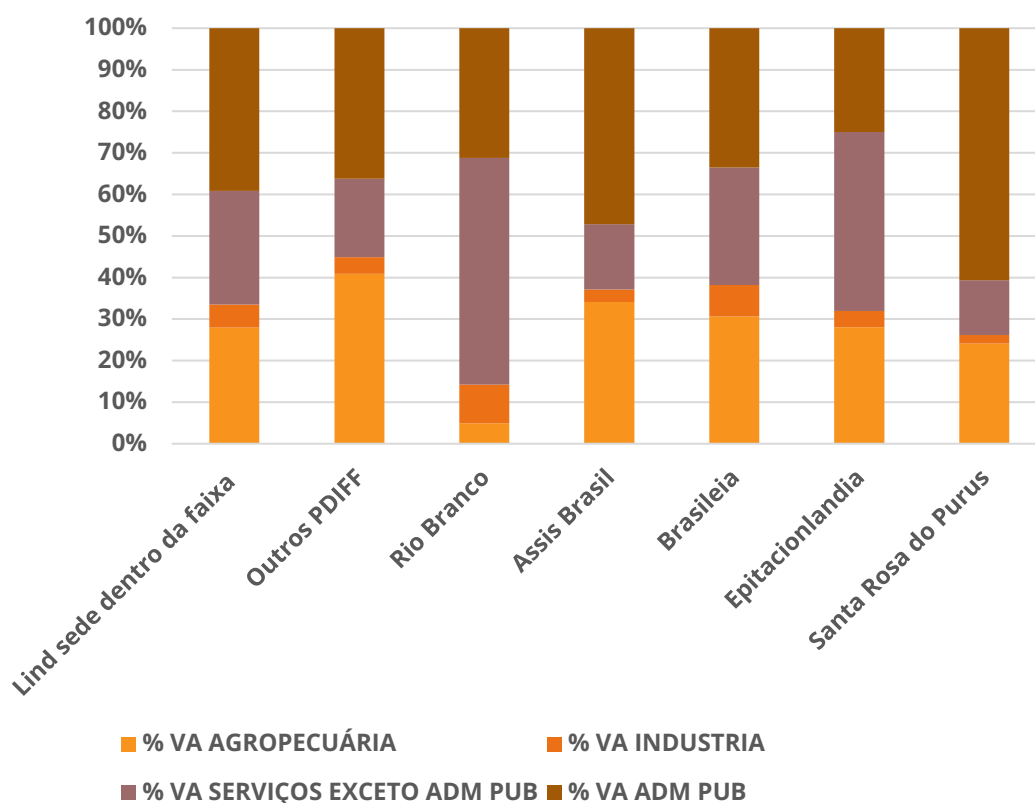


Fonte: PIB dos municípios, IBGE

ACRE

No estado do Acre, nota-se que há presença de mais cidades gêmeas – Assis Brasil, Brasileia Epitaciolândia e Santa Rosa. Em Assis Brasil e Brasileia, o segmento agropecuário alcança cerca de um terço do valor adicionado. Já nas outras cidades gêmeas, assim como nos outros municípios lindeiros com sede dentro da faixa de fronteira, atinge-se para este setor o patamar de 28,0%, bem acima de Rio Branco e dos outros municípios do PDIFF. Em geral a indústria responde pelo menor percentual do valor adicionado. Em Rio Branco ocorre a maior participação industrial, alcançando 9,3% do seu VA total, e das cidades gêmeas, Brasileia atinge 7,5%. Em Santa Rosa do Purus a administração pública responde por mais de 60% do valor, uma participação muito superior do que ocorre nos outros municípios selecionados.

Gráfico 8 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Acre em 2021

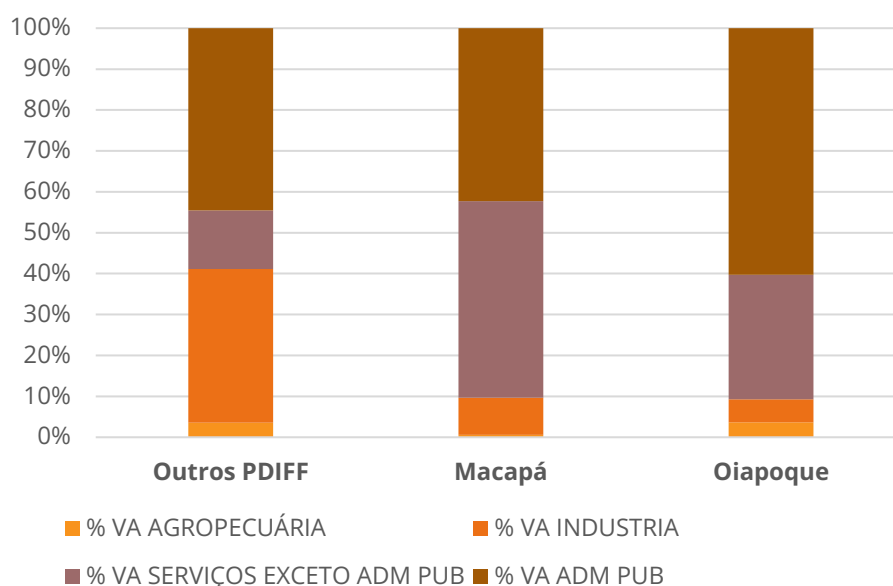


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE

AMAPÁ

No Amapá, especialmente no Oiapoque, a administração pública responde por grande parte do valor adicionado do PIB, cerca de 60%. Nos demais municípios fora da Faixa, a indústria contribui de maneira decisiva para o seu valor adicionado (quase 40%). Já a agropecuária não chega a ter percentuais relevantes em termos do valor adicionado.

Gráfico 9 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Amapá em 2021

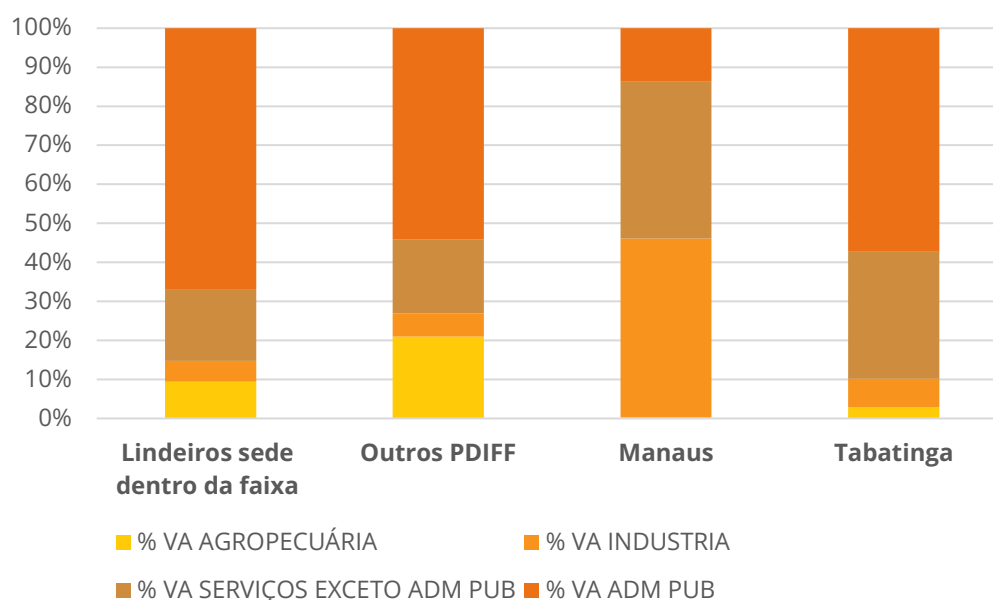


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE

AMAZONAS

No Amazonas, a capital Manaus se destaca na participação do valor adicionado da indústria, o que ilustra a presença da zona franca. Os demais municípios (inclusive Tabatinga) das outras categorias territoriais, ao contrário, apresentam baixíssima contribuição do setor industrial ao seu VA, que fica a cargo da administração pública e dos serviços. A agropecuária apresenta relevância maior na categoria “outros municípios do PIDFF”, onde alcança 21,0% do seu VA. No conjunto dos municípios lindeiros com sede dentro da faixa de fronteira, a agropecuária participa com quase 9,4% do VA. E em Manaus, seu percentual fica bem abaixo de 1,0%.

Gráfico 10 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Amazonas em 2021

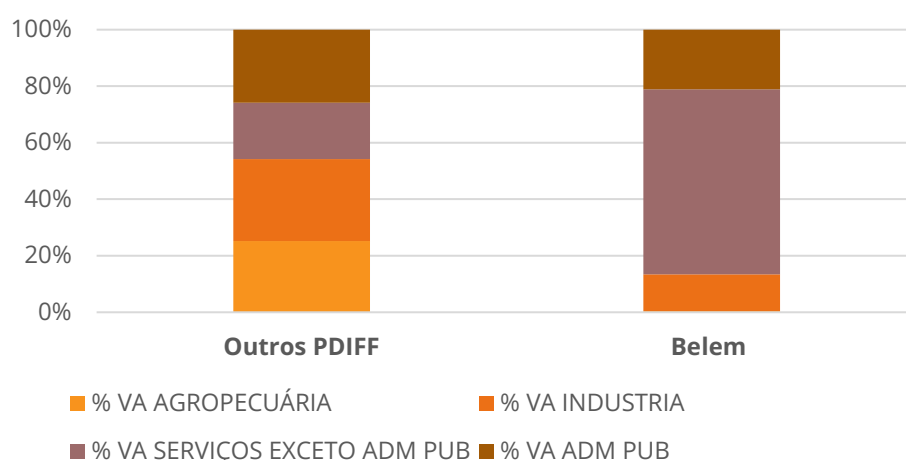


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE

PARÁ

O Pará é o Estado com menor envolvimento na região da faixa de fronteira. Seu gráfico ilustra a situação na capital Belém, e, na categoria “outros municípios do PDIFF”, que inclui municípios lindeiros com sede fora da faixa e municípios não lindeiros com sede dentro ou fora da faixa. Chama a atenção que, nesta categoria territorial, a distribuição no VA é quase igualitária entre os setores.

Gráfico 11 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Pará em 2021

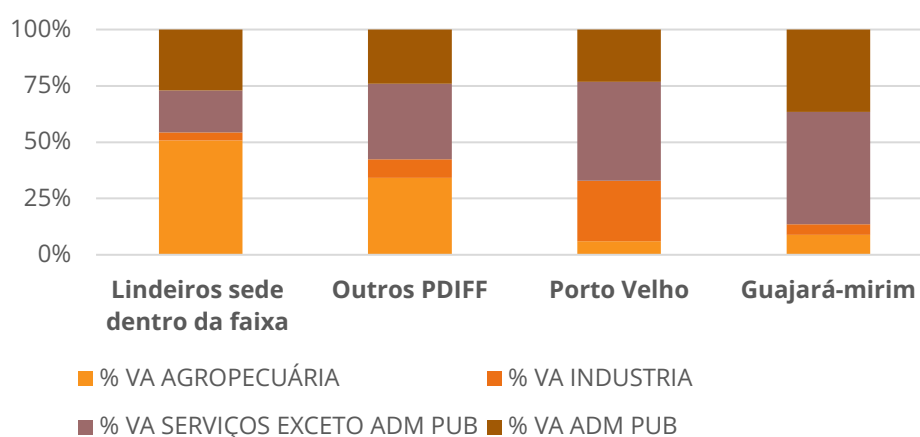


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE

RONDÔNIA

Observando os resultados para Rondônia, os municípios lindeiros com sede dentro da faixa de fronteira são a única categoria cujo setor econômico principal é a agropecuária. Nos outros municípios do PDIFF, os serviços assumem o protagonismo. A cidade gêmea Guajará-mirim tem o maior peso do VA nos serviços e na administração pública. A capital Porto Velho, é o território com menor desempenho na agropecuária, e é o único em que a indústria alcança mais de um quarto do valor adicionado (26,9%).

Gráfico 12 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado de Rondônia em 2021

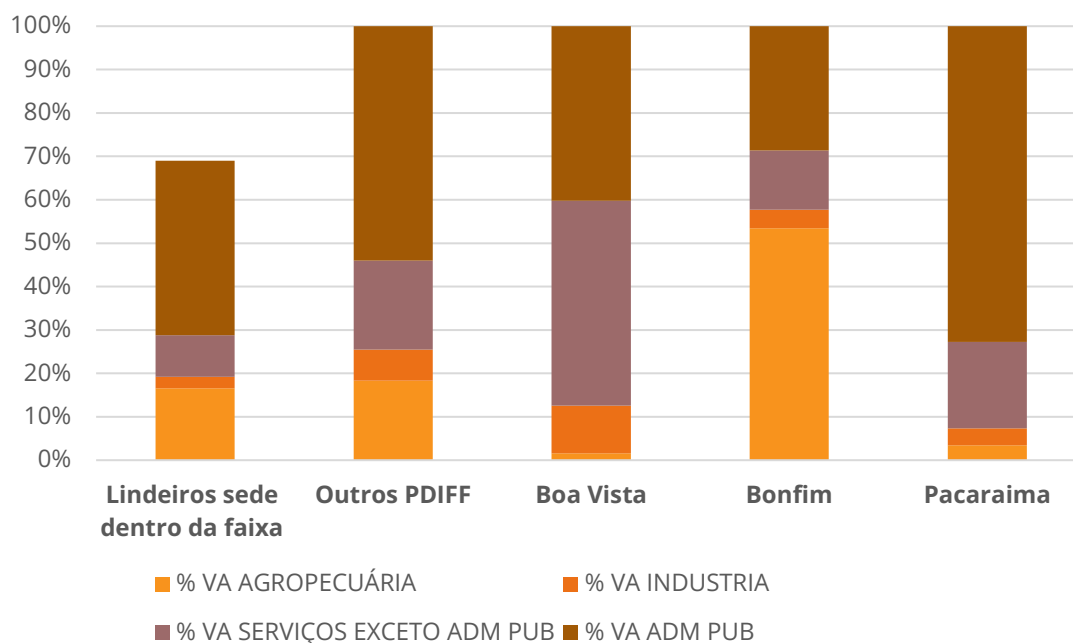


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE

RORAIMA

Em Roraima, a cidade gêmea Bonfim registra a maior contribuição do setor agropecuário, chegando a ultrapassar 50% do VA total do seu território. O que não se repete para os outros territórios, mas tem presença de 16,6% nos municípios lindeiros com sede dentro da faixa e 18,3% no conjunto dos outros municípios do PDIFF. A outra cidade gêmea, Pacaraima, tem quase a totalidade do seu valor adicionado gerados nos setores de serviços e administração pública, assim como a capital Boa Vista. A indústria quase não participa do VA, alcançando sua contribuição máxima em Boa Vista, de 11,0%.

Gráfico 13 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado de Roraima em 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, é uma metodologia complementar ao Produto Interno Bruto (PIB), que à época era a principal medida de desenvolvimento de um país. Em contraponto ao PIB, o IDH não só leva em consideração os dados econômicos, mas também a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos, já que a avaliação do crescimento econômico, de maneira isolada, não implica na análise da qualidade de vida da população, e muitas vezes, pode intensificar as desigualdades.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma variação do IDH voltada para municípios, estados e regiões metropolitanas do Brasil. Criado pelo PNUD Brasil, em conjunto com o Ipea e a Fundação João Pinheiro, adequa a metodologia ao contexto brasileiro, utilizando os dados obtidos pelos censos realizados pelo IBGE. O Índice de Desenvolvimento varia entre 0 e 1; quanto mais próximo do 1 maior é o desenvolvimento humano naquela localidade. A metodologia envolve a análise de três dimensões que são: vida longa e saudável

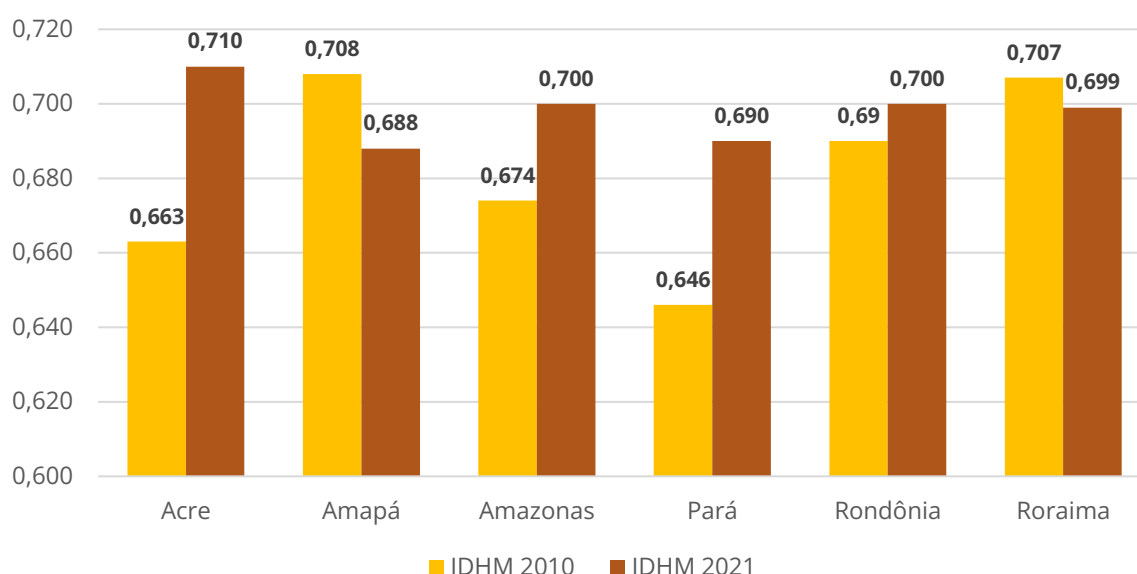
(Longevidade), acesso ao conhecimento (Educação) e padrão de vida (Renda). Os valores podem ser classificados da seguinte forma:

- 0,000 até 0,499 – Muito Baixo
- 0,500 até 0,599 – Baixo
- 0,600 até 0,699 – Médio
- 0,700 até 0,799 – Alto
- 0,800 até 1,000 – Muito Alto

Ao analisarmos o gráfico que comparativo do IDHM entre o Censo de 2010 e 2021 dos estados que compõem a Faixa Fronteira do Arco Norte e Rondônia, observa-se que em 2021 alguns dos estados tiveram um crescimento significativo em seus índices, em especial o Acre. Dos seis estados pertencentes à Faixa de Fronteira, três possuem IDHM entre 0,700 e 0,799, sendo classificados como altos, enquanto os outros três se enquadram na categoria de IDHM médio.

Na comparação entre as décadas (2010-2021) é possível observar que, na contramão dos demais estados da faixa de fronteira, que aumentaram seus índices, Roraima e Amapá apresentaram uma queda. Neste período, os dois estados, que eram classificados com IDHM alto passaram para IDHM médio, como pode ser observado no gráfico a seguir.

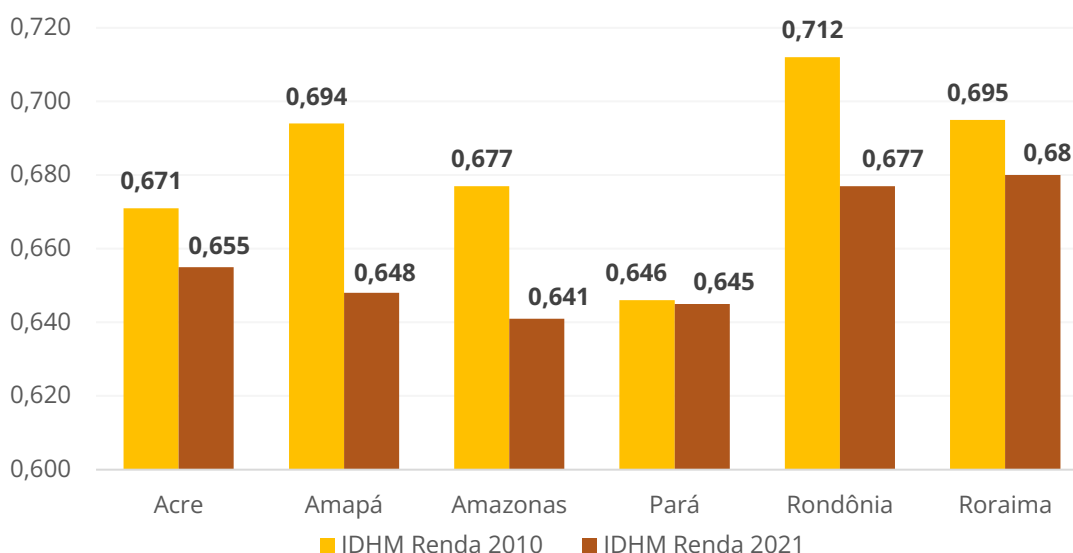
Gráfico 14 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Com relação à componente de renda do IDH, todos os estados da Faixa de Fronteira estão classificados como médio. Na análise histórica, observa-se que em 2010, Rondônia possuía um IDHM considerado alto, mas baixou em 2021.

**Gráfico 15 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia
2010 e 2021 - Componente Renda**

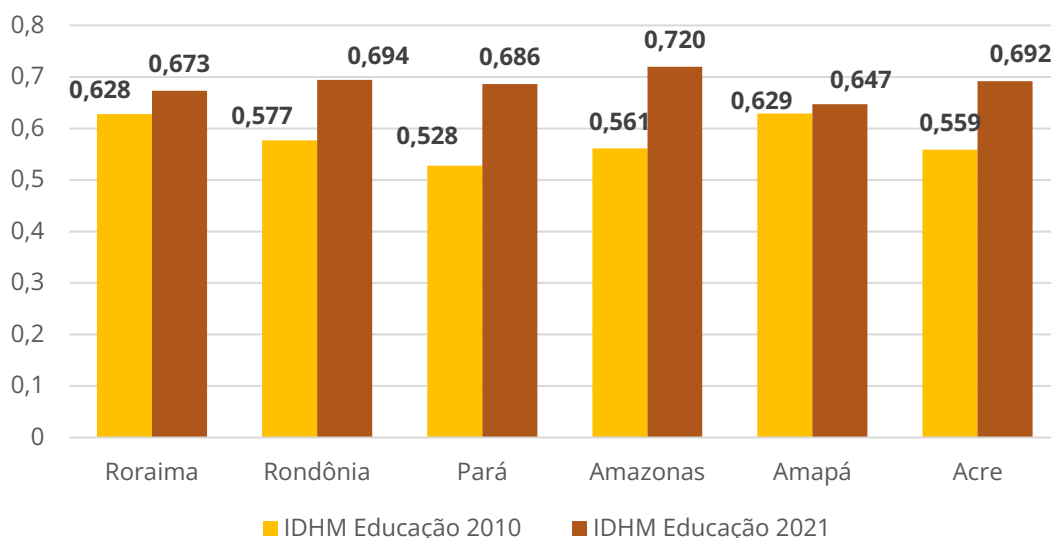


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Importante salientar que a renda acompanha mais diretamente o desempenho da economia brasileira, que enfrentou um período de instabilidades e crises, desde o ano de 2015. Em 2020 enfrentou-se a pandemia de Covid-19, o que trouxe efeitos até o ano de 2022, provavelmente impactando nesse indicador. A pandemia de COVID-19 trouxe consequências danosas à saúde da população e à economia dos países, acarretando queda da renda e destruição de postos de trabalho, que, no Brasil, atingiram recordes históricos em 2020.

Na área da educação, em 2010, Amazonas, Rondônia, Pará e Acre estavam classificados com IDHMS baixos, enquanto Amapá e Roraima eram classificados com IDHMs médios. No entanto, em 2021, todos os estados do Faixa Fronteira do Arco Norte e Rondônia passaram para a classificação média no IDH, o que evidencia uma melhora significativa na educação. Destaca-se o estado do Amazonas, que apresentou um avanço expressivo, saindo da categoria baixa para alta em 2021.

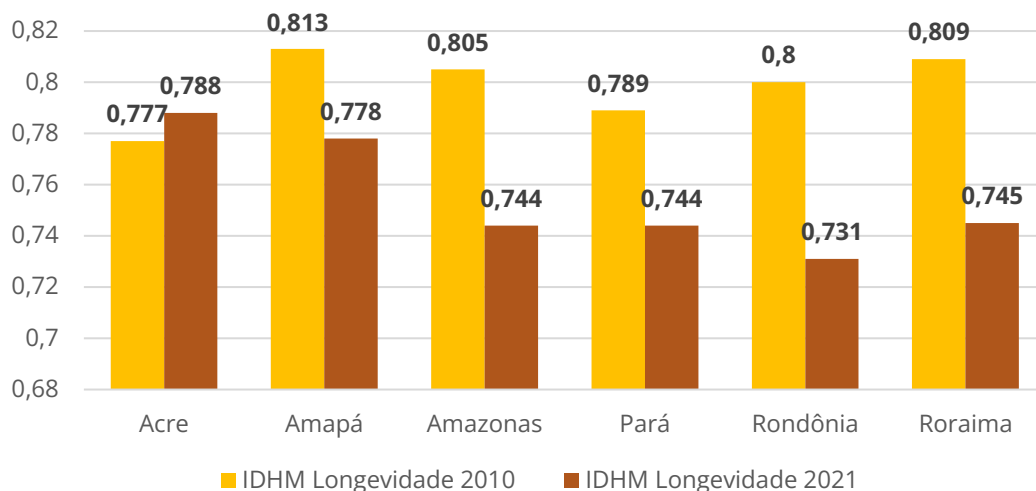
**Gráfico 16 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia
2010 e 2021 - Componente Educação**



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Em relação a componente vida longa e saudável, enquanto em 2010, todos os estados apresentavam bons índices de longevidade, com classificações variando entre alta e muito alta, em 2021, ocorreu uma queda. Vale lembrar que o contexto do período é de crise sanitária, devido a pandemia da Covid-19, o que pode ter afetado os resultados analisados. Atualmente todos os estados se enquadram na categoria alta. Destaque para o Acre, que foi o único estado a registrar crescimento na longevidade da população na série histórica.

**Gráfico 17 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia
2010 e 2021 - Componente Longevidade**



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

No ranking nacional, Acre ocupa a 16ª posição entre os estados, seguido por Amazonas e Rondônia, ambos na 18ª colocação. O Amapá, por outro lado, aparece bem abaixo, na 25ª posição. Um ponto relevante é a posição do Acre em relação a componente de longevidade, estando entre os 10 estados com maior expectativa de vida no Brasil.

Tabela 2 - Posição no Ranking regional e nacional dos indicadores de IDHM nos estados do Arco Norte e Rondônia

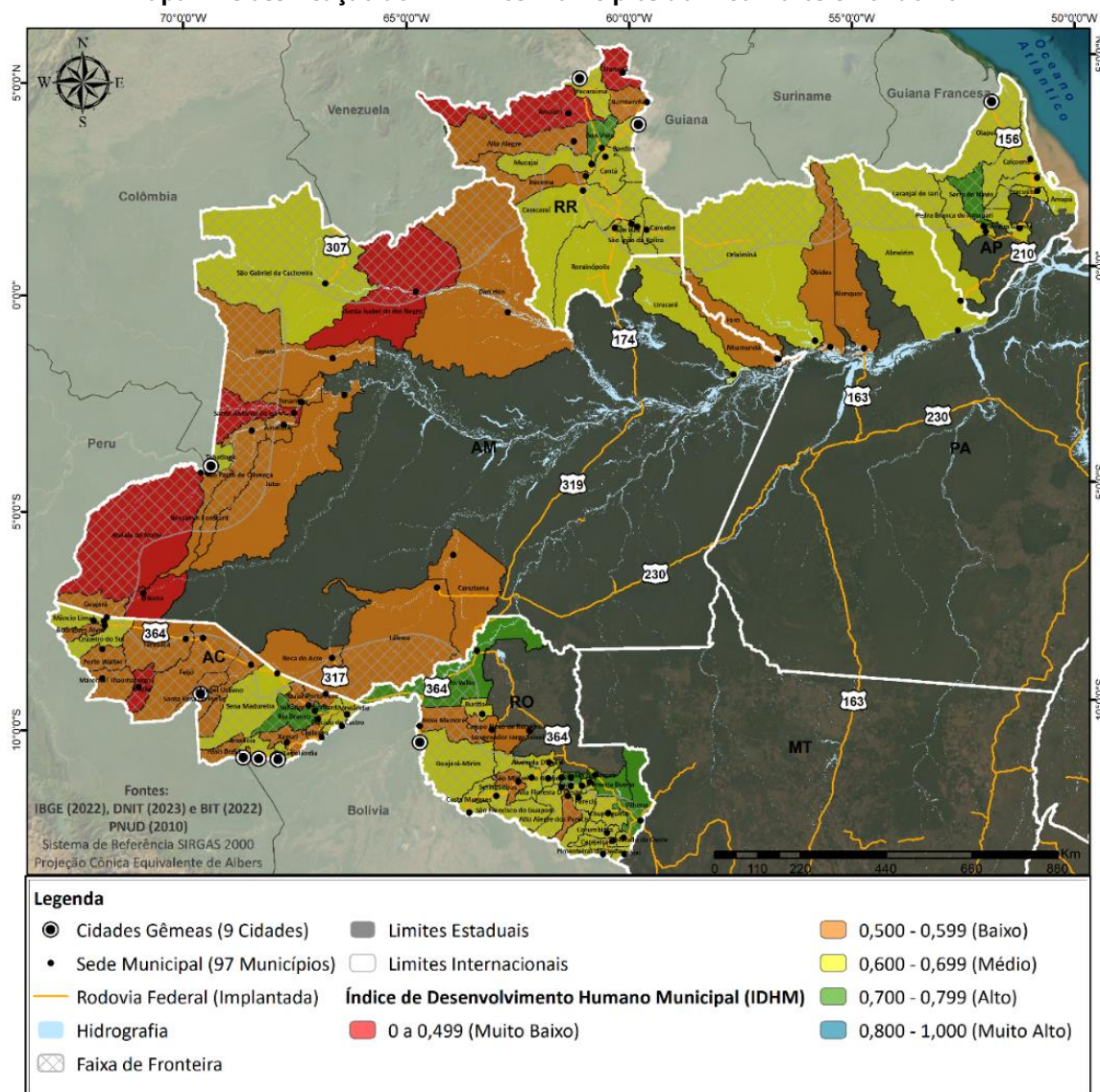
UF	Posição Fronteira do Arco Norte Rondônia	IDHM	Posição IDHM comp. Brasil	IDHM Renda	Posição IDHM comp. Renda Brasil	IDHM Educação	Posição IDHM comp. Educação Brasil	IDHM Longevidade	Posição IDHM comp. Longevidade Brasil
Acre	1º	0,710	16º	0,655	18º	0,692	19º	0,788	9º
Amazonas	2º	0,700	18º	0,641	25º	0,72	15º	0,744	21º
Rondônia	3º	0,700	18º	0,677	15º	0,694	18º	0,731	23º
Roraima	4º	0,699	20º	0,68	14º	0,673	24º	0,745	20º
Pará	5º	0,690	23º	0,645	24º	0,686	20º	0,744	21º
Amapá	6º	0,688	25º	0,648	21º	0,647	27º	0,778	14º

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Quando se observa o IDHM dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, há variações significativas em relação ao IDH estadual. Vale destacar que, para os municípios, a informação de IDH mais atualizada é de 2010, uma vez que ainda não há atualizações referentes ao último Censo do IBGE divulgado.

De acordo com os dados disponíveis, dos 97 municípios analisados, apenas 7 possuem IDHM classificado como alto, sendo que a capital de Roraima, Boa Vista, é a que apresenta maior IDHM (0,752), seguida de Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC), que apresentaram 0,736 e 0,731 respectivamente. Destaque para os municípios de Vilhena, Pimenta Bueno e Rolim de Moura, em Rondônia, e Serra do Navio, no Amapá, que também registravam IDHMs altos.

Mapa 1 - Classificação do IDHM nos municípios do Arco Norte e Rondônia

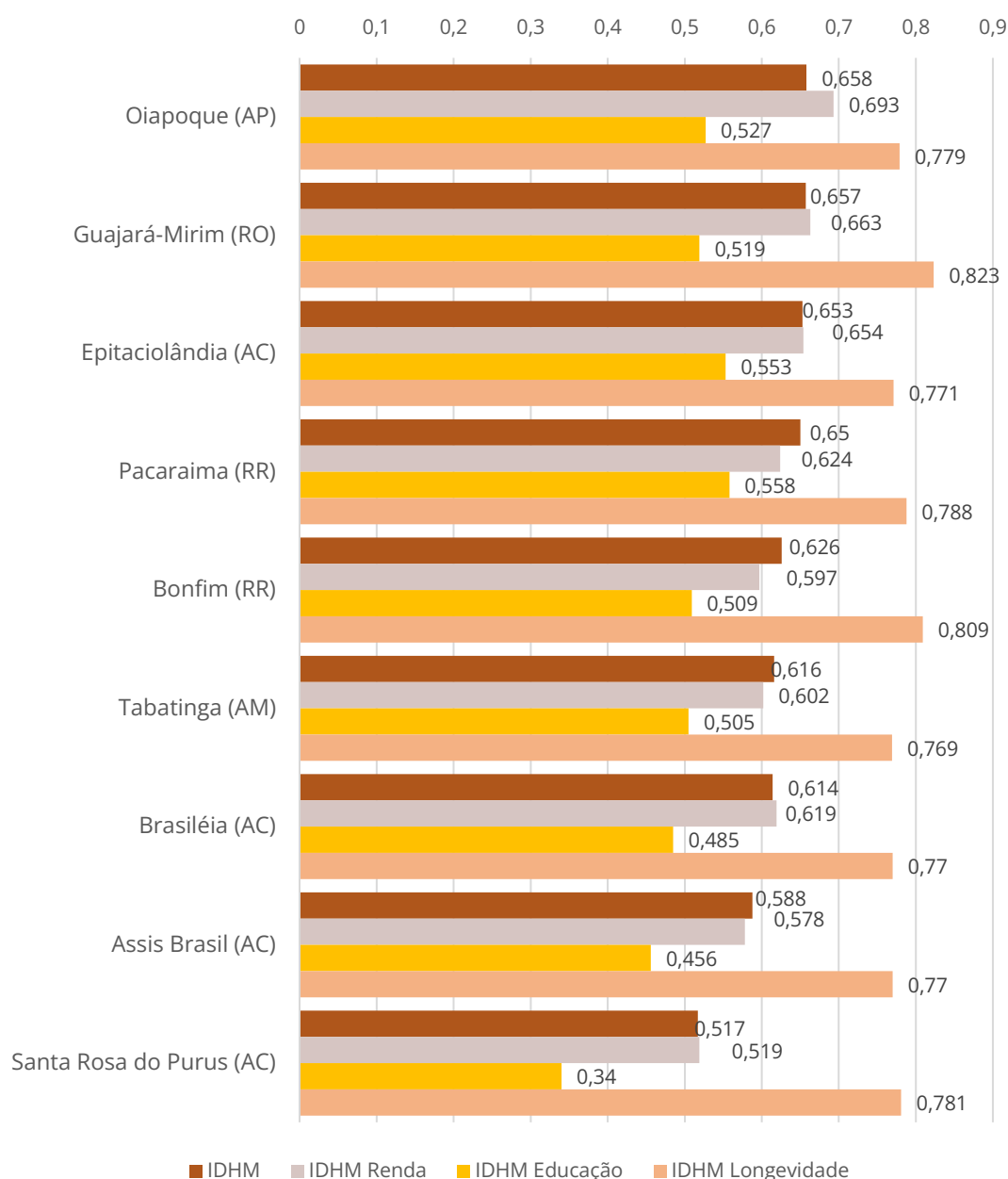


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Quarenta e sete municípios fronteiriços possuem IDHM médio, enquanto trinta e quatro são classificados com IDHM baixo. O Amazonas apresenta seis municípios de fronteira com IDHM muito baixo: Atalaia do Norte, Ipixuna, Santo Antônio do Içá, Santa Isabel do Rio Negro, no estado. Amajari (RR), Uiramutã (RR) e Jordão (AC) também apresentavam IDHMs muito baixos em 2010.

Quanto às cidades gêmeas, quase todas possuem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) classificado como médio, com exceção de Assis Brasil e Santa Rosa do Purus que apresentaram IDHM baixo, com valores de 0,588 e 0,517, respectivamente.

Gráfico 18 - Classificação do IDHM nas cidades gêmeas em 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2010.

Ao analisarmos as dimensões do IDHM nas cidades gêmeas observa-se que o indicador de longevidade apresenta os melhores resultados, uma vez que todas as nove cidades possuem classificação alta ou muito alta nesse componente. Por outro lado, o indicador de educação se destaca negativamente, pois a maioria das cidades gêmeas se enquadra na classificação baixa. Santa Rosa do Purus, no Acre, tem IDHM de educação em 0,340, que o coloca na categoria muito baixa. Já em relação à renda, quase todas as cidades estão classificadas na categoria “médio”,

com exceção de Bonfim, Assis Brasil e Santa Rosa do Purus que se enquadram na categoria IDHM “baixo”.

Em síntese, a análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia revela avanços importantes, mas também desafios significativos. De maneira geral, observou-se um crescimento nos índices educacionais, com estados que antes possuíam classificação baixa avançando para a categoria média, como foi o caso do Amazonas, que se destacou ao alcançar a classificação alta em educação.

No entanto, em termos de renda, houve um retrocesso, com a ausência de estados na classificação alta em 2021. A longevidade, embora tenha apresentado uma leve queda na maioria dos estados, ainda se mantém em um patamar elevado.

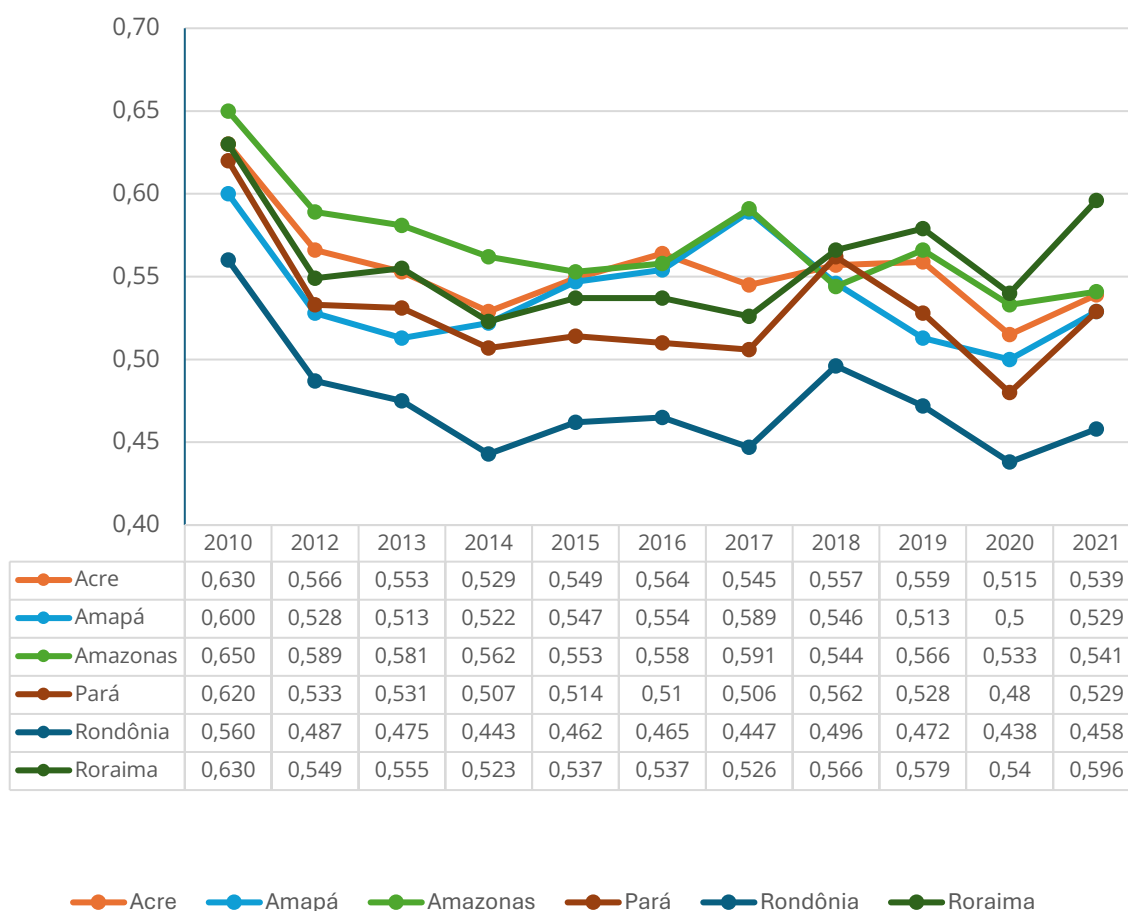
Observa-se assim que desenvolvimento sustentável da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia envolve a necessidade de políticas públicas voltadas para a geração de emprego, acesso à educação de qualidade e melhoria das condições socioeconômicas, garantindo assim um crescimento equilibrado e uma melhor qualidade de vida para a população.

ÍNDICE DE GINI

O índice de Gini é indicador que serve de medida para a desigualdade socioeconômica. Ele sintetiza a análise da distribuição de rendimento domiciliar *per capita*. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, e varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos e 1, de perfeita desigualdade, em que todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa.

No Brasil, este índice pouco se alterou de 2010 a 2021, caindo um décimo de 0,60 para 0,59. Para os estados do Arco Norte e Rondônia seguem-se os seguintes resultados:

Gráfico 19 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Observa-se que em relação ao resultado do Brasil, em 2010 os Estados apresentavam um índice maior, relevando maior desigualdade, à exceção de Rondônia, que obteve 0,560 e do Amapá, que obteve o mesmo índice de 0,600, números próximos a desigualdade a nível nacional. A maior desigualdade em 2010 foi registrada no Amazonas, com 0,650.

Ao longo da década, todos os estados reduziram o índice de Gini, com destaque para Rondônia, que atingiu os valores mais baixos entre os estados em todo o período, chegando a 0,438 em 2020 e subindo para 0,458 em 2021. Nota-se que houve redução nos primeiros anos da série com os benefícios de programas sociais, até 2015, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, um novo recuo é registrado com todos os Estados apresentando seus resultados mais baixos, em função da introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda no período da pandemia.

Observa-se posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais³.

Vale destacar que no levantamento da PNAD 2022 por Grandes Regiões, os benefícios de programas sociais tiveram impacto diferenciado. Nas Regiões Nordeste e Norte, estes propiciaram a redução no índice de Gini de 11,6% (0,517 com os benefícios e 0,585 sem os benefícios) e 8,9% (0,509 com os benefícios e 0,559 sem os benefícios), respectivamente, mostrando-se um importante elemento para a redução da desigualdade econômica nessas Regiões. Nas demais Regiões, o impacto teria sido de menor magnitude. Isso acontece, possivelmente, porque os maiores contingentes de pessoas que recebem as transferências em relação à população total estejam nas Regiões Norte e Nordeste, com menor impacto na desigualdade das demais Regiões⁴.

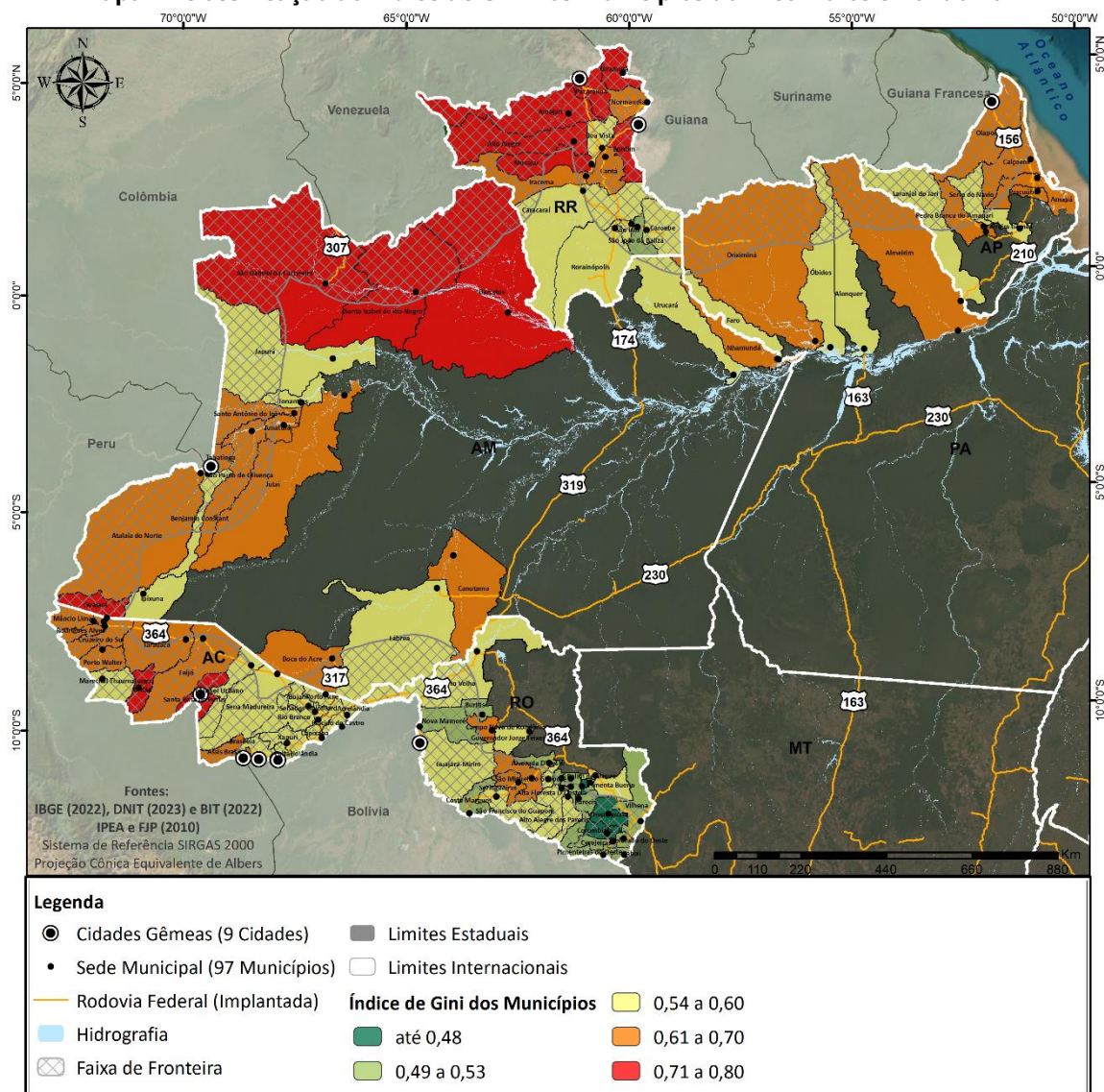
Esta análise informa, portanto, que a queda da desigualdade nos estados assinalados deve estar impactada por programas sociais, sendo necessário, investir no sentido de políticas públicas de estímulo às atividades produtivas que reduzam a dependência das populações locais desta fonte de renda.

Na sequência, foram analisados os municípios que integram a Faixa de Fronteira. Assim como no caso do IDHM, para esta análise foram utilizados dados de 2010, último dado disponível a nível municipal.

³ Na publicação Síntese de Indicadores Sociais no Brasil em 2023, feita pelo IBGE, a análise por grandes regiões indicou o impacto dos benefícios dos programas sociais no índice, baseando na PNAD 2022.

⁴ IBGE, Síntese de Indicadores Sociais no Brasil 2023, p. 65-66.

Mapa 2 - Classificação do Índice de Gini nos municípios do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

No Acre, uma parte dos municípios encontram-se numa faixa do índice de 0,54 a 0,60, inferior ao resultado do Estado, que foi 0,63 neste mesmo ano. Outro grupo de municípios, mais ao norte, tem índices que variam entre 0,61 e 0,70. Santa Rosa do Purus e Jordão apresentam índices maiores, de 0,78 e 0,71 respectivamente.

No Amapá, os oito municípios fronteiriços distribuíram-se basicamente em duas faixas de resultados, de 0,54 a 0,60 (Laranjal do Jari, Ferreira Gomes e Serra do Navio) e de 0,61 a 0,71 (Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque). Para este Estado, em 2010, o índice foi 0,60.

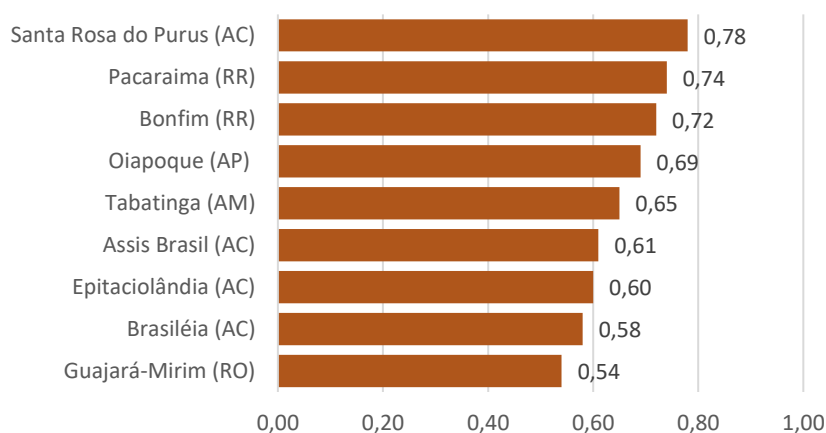
No Amazonas, nove municípios da Faixa de Fronteira distribuíram-se por uma faixa intermediária variando entre 0,61 a 0,70, faixa que também se situa o índice do

Estado (0,65). Tonantins, Benjamin Constant, Ipixuna, Japurá e Lábrea apresentaram Gini inferior a 0,6. Destaque para Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Guajará e São Gabriel da Cachoeira que apresentaram índices na faixa de 0,70 a 0,8, São Gabriel da Cachoeira, inclusive, é o município, dentre todos os estados, com maior índice de Gini do Gini, de 0,8.

No Pará, o município de Almerim é o que apresenta maior desigualdade na Faixa de Fronteira do estado, com índice de 0,65. Os demais ficaram numa faixa entre 0,56 e 0,60, próximo à média brasileira. Em Roraima, Uiramutã é o que apresenta maior taxa de desigualdade com Gini de 0,78. Outros seis municípios se concentram na faixa acima de 0,7, o que revela alta desigualdade. Já nos demais municípios, a maioria tem resultado entre 0,54 e 0,60. A capital Boa Vista tem índice de 0,58. Rondônia aparece como estado com municípios fronteiriços de menor nível de desigualdade. Somente um município ficou no patamar mais elevado, Campo Novo de Rondônia, com 0,67.

Por fim, na análise por cidades gêmeas, aquela com maior nível de desigualdade é Santa Rosa do Purus no Acre, com 0,78, sendo logo na sequência das duas de Roraima, Pacaraima com 0,74 e Bonfim com 0,72. Por outro lado, o menor nível de desigualdade ocorreu em Guajará-Mirim em Rondônia com 0,54, o que é coerente ao resultado do estado, também com o menor índice de desigualdade entre os estados analisados. Apesar do Acre ter apresentado a cidade gêmea com o maior índice, as outras três, Brasileia, Epitaciolândia e Assis Brasil possuem índices bem inferiores, situando-se próximas à média brasileira de 0,60, com respectivamente, 0,58, 0,60 e 0,61. O gráfico abaixo sintetiza os resultados do Índice de Gini para as cidades gêmeas da Faixa de Fronteira estudada.

Gráfico 20 - Classificação do Índice de Gini nas cidades gêmeas em 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2010.

RENDIMENTO DOMICILIAR

No Brasil, em média, 74,5% da renda das famílias advém dos rendimentos do trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD contínua, 2023) realizada pelo IBGE, outros 18,1% vem de rendimentos de aposentadoria e pensões, 3,0% de benefícios e 4,4% de outras fontes. Conforme levantamentos recentes, é importante levar em consideração que quanto maior a faixa de salários da população, maior a participação dos rendimentos do trabalho no total da renda. Assim, para as famílias com menor renda, sinaliza-se maior percentual advinda de programas sociais⁵.

O relatório de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2023,) demonstra a variação da economia brasileira e seus efeitos sobre o mercado de trabalho e rendimentos das famílias. A primeira metade da década registrou variação positiva do PIB, enquanto a sequência dos anos 2015 e 2016 quedas significativas, e então, houve uma pequena recuperação de 2017 a 2019. Em 2020, mais uma vez o quadro se reverteu no contexto da pandemia do Covid, devido à retração das atividades econômicas. A partir de 2021 iniciou-se a recuperação do crescimento do PIB, que se revelou maior em 2022. Somente em 2022, o processo de recuperação pós-pandemia veio a se consolidar e a refletir efetivamente na geração de postos de trabalho. Ou seja, segundo o mesmo relatório, em 2021 e 2022, tanto o PIB como o consumo das famílias registraram taxas positivas consecutivamente, favorecendo a recuperação do mercado de trabalho, demonstrada pelos indicadores de taxa de desocupação e nível de ocupação, este último ficando em patamar próximo ao registrado em 2019.

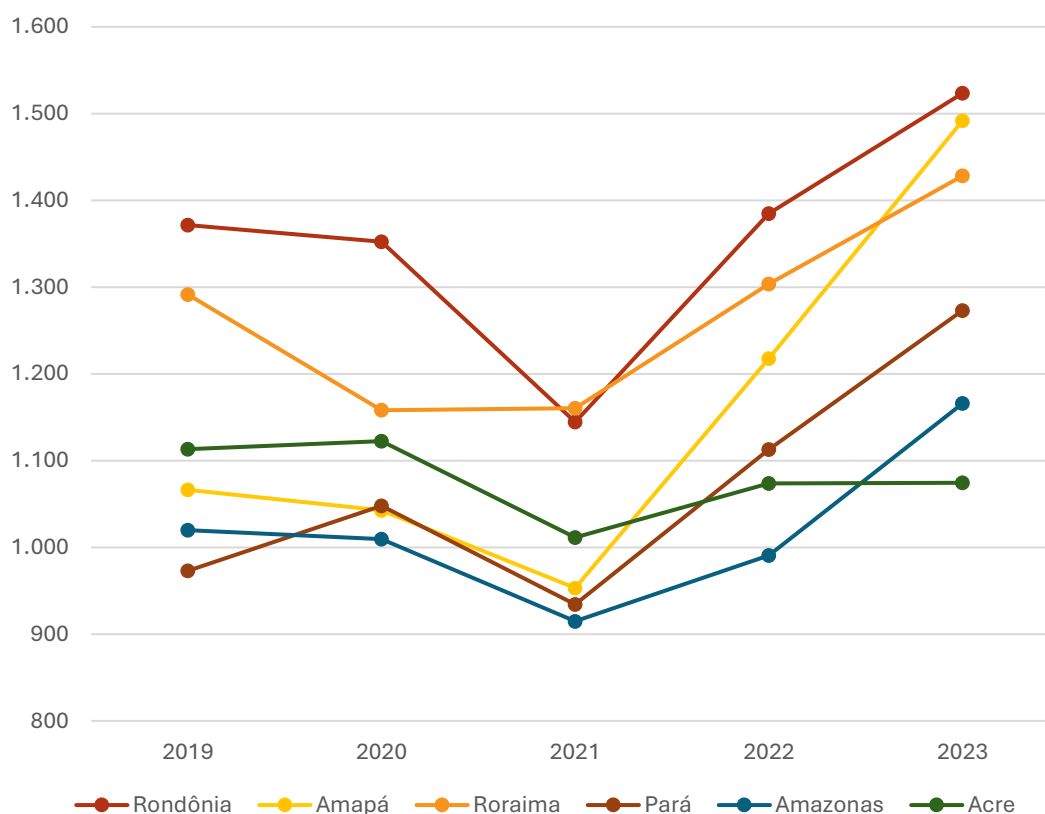
Para observar o efeito sobre o rendimento das famílias, selecionou-se o indicador “Rendimento domiciliar *per capita* médio”, que em 2022, foi de R\$ 1.586 mensais para o total da população. Em termos regionais, as Regiões Sul (R\$ 1.927), Sudeste (R\$ 1.891) e Centro-Oeste (R\$ 1.857) apresentaram os rendimentos domiciliares per capita médios mais elevados, enquanto os menores estavam nas Regiões Norte (R\$ 1.096) e Nordeste (R\$ 1.011). na Região Norte, o rendimento equivalia a 58,0% do rendimento domiciliar per capita médio do Sudeste, o que demonstra a desigualdade econômica estrutural entre as Regiões do País⁶.

⁵ O período 2020-2022 foi marcado por alteração nos benefícios transferidos pelo governo nos programas de transferência de renda, em razão da pandemia do covid-19, quando foram aportados recursos de auxílio emergencial e depois de finalizados, transformou-se o Bolsa Família em Auxílio Brasil, com ampliação dos valores, que em 2023, retornou à denominação de Bolsa Família. Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023. Este relatório utilizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

⁶ Todos estes resultados encontram-se na divulgação Relatório Síntese de Indicadores Sociais (IBGE).

Para o presente trabalho, observou-se pelos dados os seguintes resultados por estado entre 2019 a 2023: Rondônia apresentou os maiores valores entre os estados analisados, à exceção do ano de 2021, quando Roraima ficou superior. Nota-se que o Amapá que em 2019, 2020 e 2021 manteve-se entre os três Estados com menor rendimento per capita, em 2023 atinge a segunda posição, com cerca de R\$ 1.500. O Estado do Acre que se manteve em posição intermediária em quase todos os anos analisados, em 2023 torna-se o lanterna, com um rendimento domiciliar per capita médio inferior a R\$ 1.100.

Gráfico 21 - Rendimento domiciliar per capita médio por Estado do Arco Norte e Rondônia - Salário médio 2023 em reais

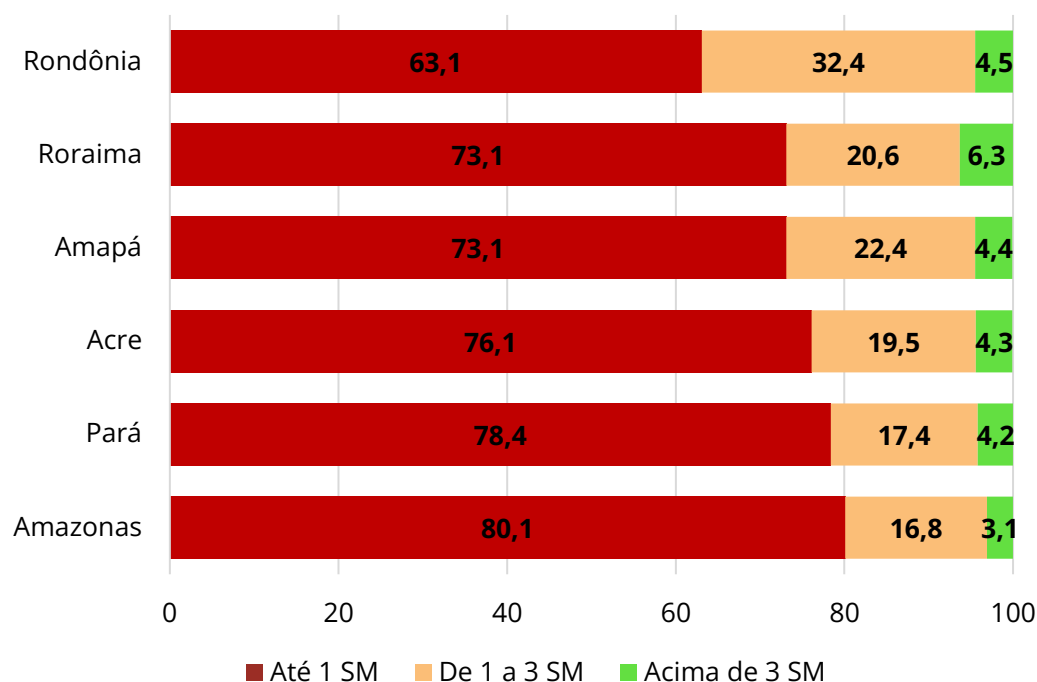


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS_RDPCMEDIO,2023.

Analisar o rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma forma de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira. Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, mais de 60% da população recebe até 1 salário mínimo. Conforme a faixa de salários aumenta, menor o percentual de população. Os estados mais populosos, Amazonas e Pará, são aqueles com maior

percentual populacional na faixa até 1 SM, com 90,1% e 78,4%. Nestes, a faixa de 1 a 3 SM não chega a 20% da sua população. Em Roraima, no Amapá e no Acre esta faixa corresponde aproximadamente a um quinto. Enquanto Rondônia se destaca por apresentar 32% da sua população recebendo de 1 a 3 SM. Menos de 5,0% - à exceção de Roraima - recebe acima de 3 SM.

Gráfico 22 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar *per capita* mensal, em salários mínimos - 2022

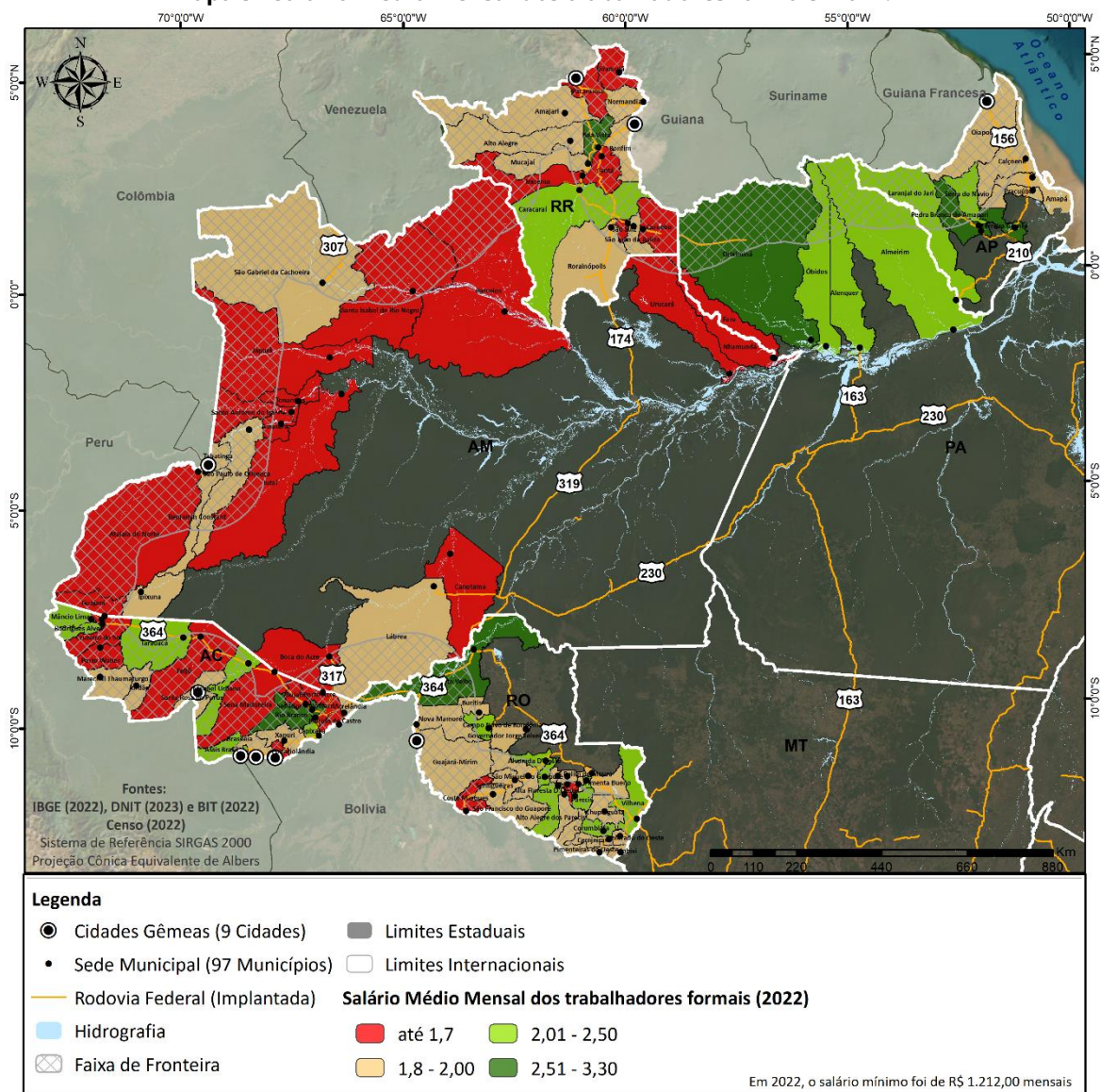


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS_RDPCMEDIO, 2023

Para averiguar-se os rendimentos das famílias para os municípios do Arco Norte e Rondônia, de acordo com o resultado mais recente, trabalhou-se com dados do rendimento do trabalho formal do ano de 2022, levantados pela PNAD. Em que pese as limitações de considerar somente os rendimentos do trabalho formal, esta é a informação mais atualizada e organizada sistematicamente, que traz elementos que possibilitam um panorama dos municípios nas regiões estudadas.

O mapa a seguir apresenta uma análise do salário médio mensal dos trabalhadores formais a nível municipal.

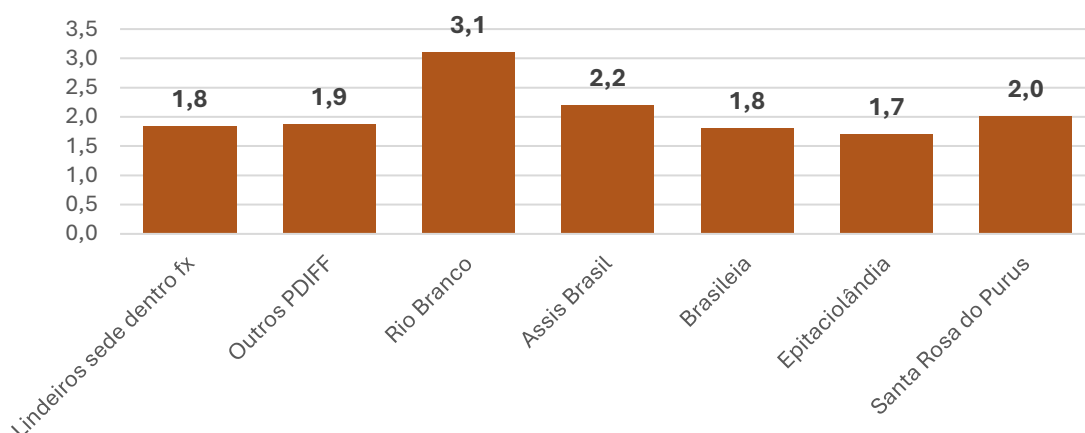
Mapa 3 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais -2022.



Fontes: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

No Estado do Acre, em 2022, a capital Rio Branco se destacou pelo maior salário médio dos trabalhadores formais, com mais de 3 salários mínimos. Acima de 2 salários ficaram as cidades gêmeas de Assis Brasil e Santa Rosa do Purus, e abaixo de 2 salários, as demais cidades gêmeas (Brasileia e Eptaciolândia), assim como a média tanto dos municípios lindeiros com sede dentro da faixa, quanto os demais municípios.

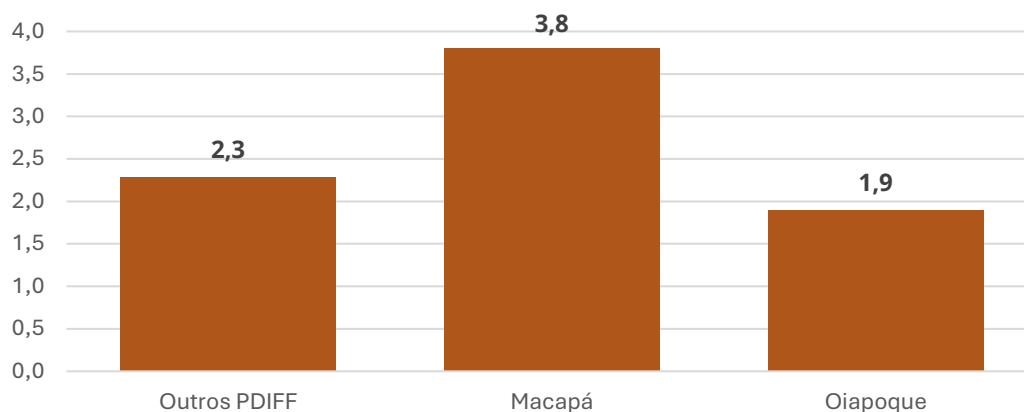
Gráfico 23 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de IBGE CIDADES/PNAD Contínua.

No Amapá, a capital Macapá, que não está na Faixa de Fronteira apresentou um salário médio superior às duas capitais anteriores, com 3,8 SM, enquanto a cidade gêmea de Oiapoque ficou com o menor valor, 1,9. Os demais municípios da Faixa apresentam média de 2,3 SM.

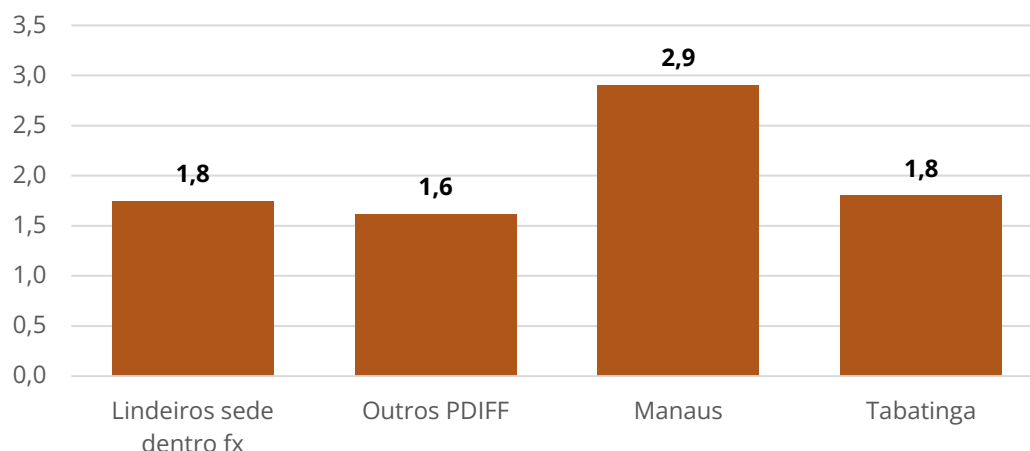
Gráfico 24 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de IBGE CIDADES/PNAD Contínua.

No Estado do Amazonas, a capital Manaus também apresentou o melhor valor para o indicador (2,9 salários), mas inferior a Rio Branco, lembrando que a capital não integra a Faixa de Fronteira. Os municípios da Faixa não chegam a 2,0 SM, sendo o salário médio dos trabalhadores formais, em Tabatinga 1,8 SM. Nos municípios lindeiros com sede dentro da faixa, a média é de 1,8 SM e para os demais, 1,6 SM.

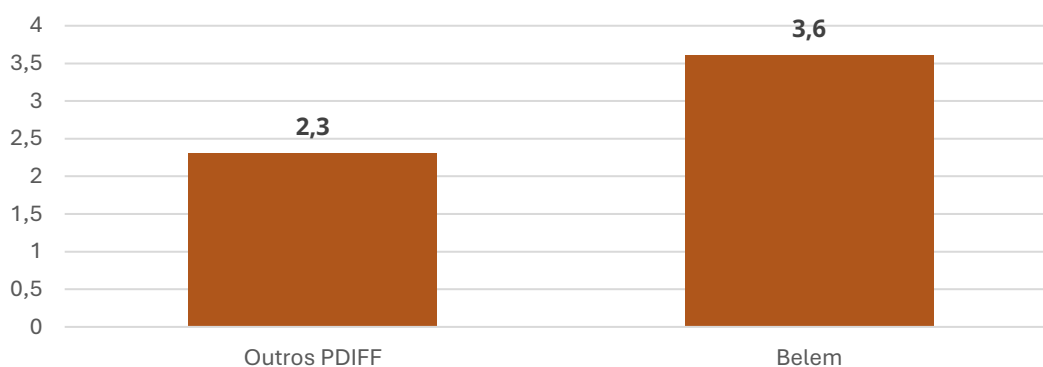
Gráfico 25 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de IBGE CIDADES/PNAD Contínua.

O Pará, por sua vez, também teve valor elevado para capital Belém, de 3,6 SM. enquanto os municípios a Faixa de Fronteira juntos apresentam média de 2,3 SM. Cabe lembrar que, assim como Manaus e Macapá, esta capital não faz parte da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.

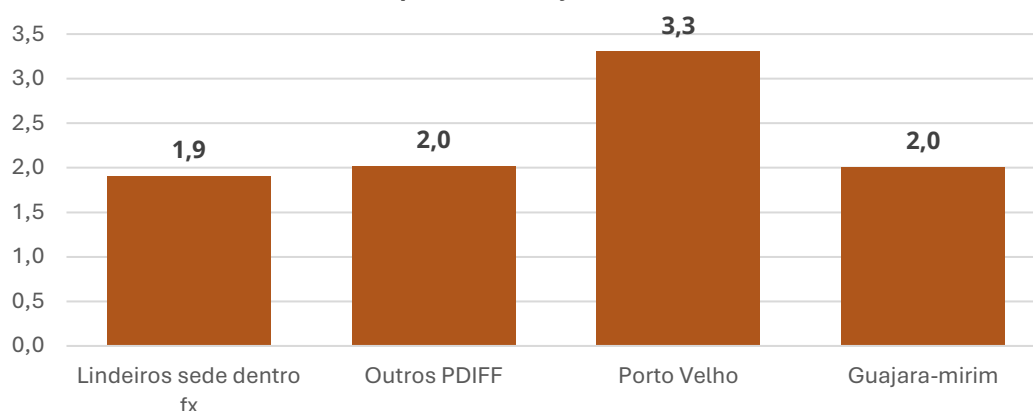
Gráfico 26 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de IBGE CIDADES/PNAD Contínua.

No estado de Rondônia, para os municípios na sua região de fronteira, destaca-se a capital Porto Velho, com um salário médio de 3,3 SM. A cidade gêmea de Guajará-mirim, assim como a categoria “outros municípios”, apresenta média de 2,0 SM. Já os municípios lindeiros com sede dentro da Faixa ficam um pouco abaixo, com média de 1,9 SM.

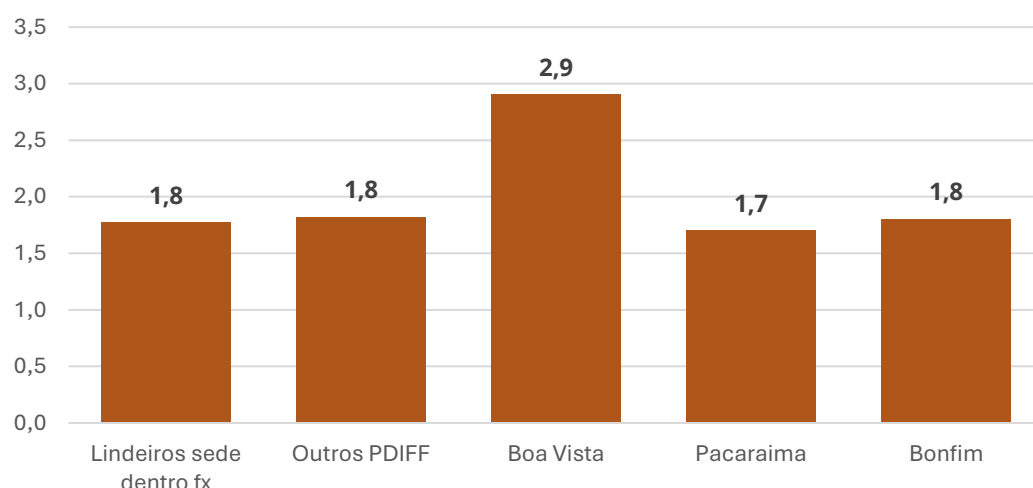
Gráfico 27 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de IBGE CIDADES/PNAD Contínua.

Por último, em Roraima, Boa Vista repetiu o padrão da capital registrar o maior valor do salário médio dos trabalhadores formais, com 2,9 SM. Os demais municípios, incluindo as cidades gêmeas de Pacaraima e Bonfim, registraram menos de 2 SM, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 28 - Salário médio dos trabalhadores formais em 2022 (em salários mínimos) - Municípios fronteiriços de Roraima



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de IBGE CIDADES/PNAD Contínua.

CADASTRO ÚNICO

No exercício de buscar novas fontes de dados atualizadas para a elaboração do diagnóstico, optou-se também por analisar as informações do Cadastro Único (CadÚnico). Criado em 2007 pelo Decreto Federal nº 6.135 e alterado pelo Decreto Federal nº 11.016 de 2022, o CadÚnico tem como finalidade ser um instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações sociais

que permitem a identificação e a caracterização socioeconômica de famílias e indivíduos brasileiros de baixa renda. Trata-se do cadastro central, e por isso sua unicidade, para o acesso a diferentes políticas socioassistenciais, programas e benefício sociais. De maneira geral, sua base de usuários é composta por famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo⁷. Devido sua constante atualização (as famílias e indivíduos devem atualizar seus cadastros a cada 2 anos), o programa possui uma periodicidade cíclica e seus dados são coletados e disponibilizados com uma frequência mensal sendo uma ferramenta importante para a análise de determinadas características do contexto de vulnerabilização social.

De modo geral, observa-se que o Pará apresenta o maior contingente de cadastrados no Cadastro Único, com mais de 4,5 milhões de pessoas inscritas. Em termos percentuais, no entanto, Amapá, Acre e Amazonas apresentam maior percentual da população inscrita, correspondendo a 59%, 58% e 58%, respectivamente. Esses números refletem que, com exceção de Rondônia, nos demais estados mais da metade da população depende de políticas assistenciais na região, evidenciando desafios socioeconômicos significativos.

Tabela 3 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos Estados do Arco Norte e Rondônia

Estados	População (Censo 2022)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda)	% Pop. CadÚnico/ Pop. geral
Acre	830.018	479.629	58%
Amapá	733.759	432.133	59%
Amazonas	3.941.613	2.283.478	58%
Pará	8.120.131	4.577.125	56%
Rondônia	1.581.196	568.947	36%
Roraima	636.707	324.829	51%

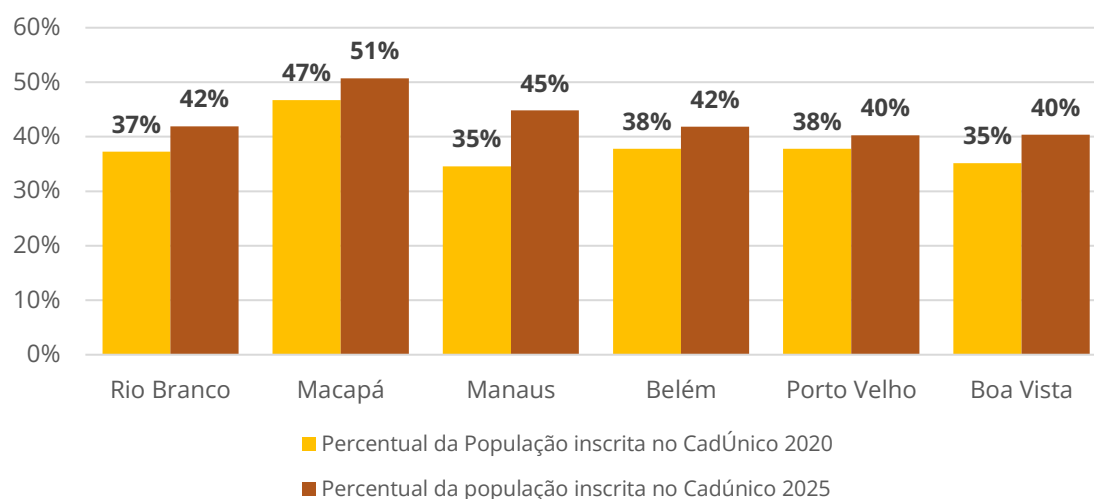
Fonte: Dados do CadÚnico 2025 e do Censo 2022.

⁷ A partir de 2023, a apresentação do banco de dados dos inscritos no CadÚnico foi alterada, separando grandes três categoria, por faixa de renda: Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família, Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza linha administrativa de pobreza, de acordo com a legislação do Programa Bolsa Família (R\$ 0 a R\$ 218,00) + Baixa renda: linha baseada no salário mínimo (R\$ 218,01 a 1/2 salário mínimo) e Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo. Esta última categoria inclui famílias com renda *per capita* superior que acessam políticas sociais específicas, como o benefício de prestação continuada, por exemplo. Nesta análise foram utilizados somente os dados referentes à quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda).

Apesar da recente atualização dos dados do CadÚnico, para a análise municipal optou-se por utilizar os dados de pessoas inscritas no CadÚnico em dezembro de 2020⁸. Isso porque, como a população dos municípios cresceu desde então, ao cruzar os dados aparecem situações em que o percentual de inscritos ultrapassa o total da população do Município. Assim, optou-se por utilizar os dados de 2020 para garantir uma comparação mais precisa, uma vez que os dados Censo Demográfico de 2022 foram coletados em 2020.

No caso das capitais, é possível fazer um comparativo entre os dados de 2020 e 2025. Observa-se que em todos os estados mais de um terço da população enfrenta alguma forma de vulnerabilidade social. Destaca-se Macapá, capital do Amapá, onde mais da metade da população está cadastrada no CadÚnico em 2025. No comparativo entre anos, no entanto, Manaus foi a capital com maior crescimento em termos percentuais, um aumento de 10% da população inscrita. Ambas as capitais, no entanto não estão na Faixa de Fronteira. Por outro lado, Porto Velho e Boa Vista, capitais que integram a Faixa, apresentam menores percentuais de inscritos (40%).

Gráfico 29. Relação percentual entre pessoas inscritas no CadÚnico e o total populacional – comparativo 2020 e 2025.

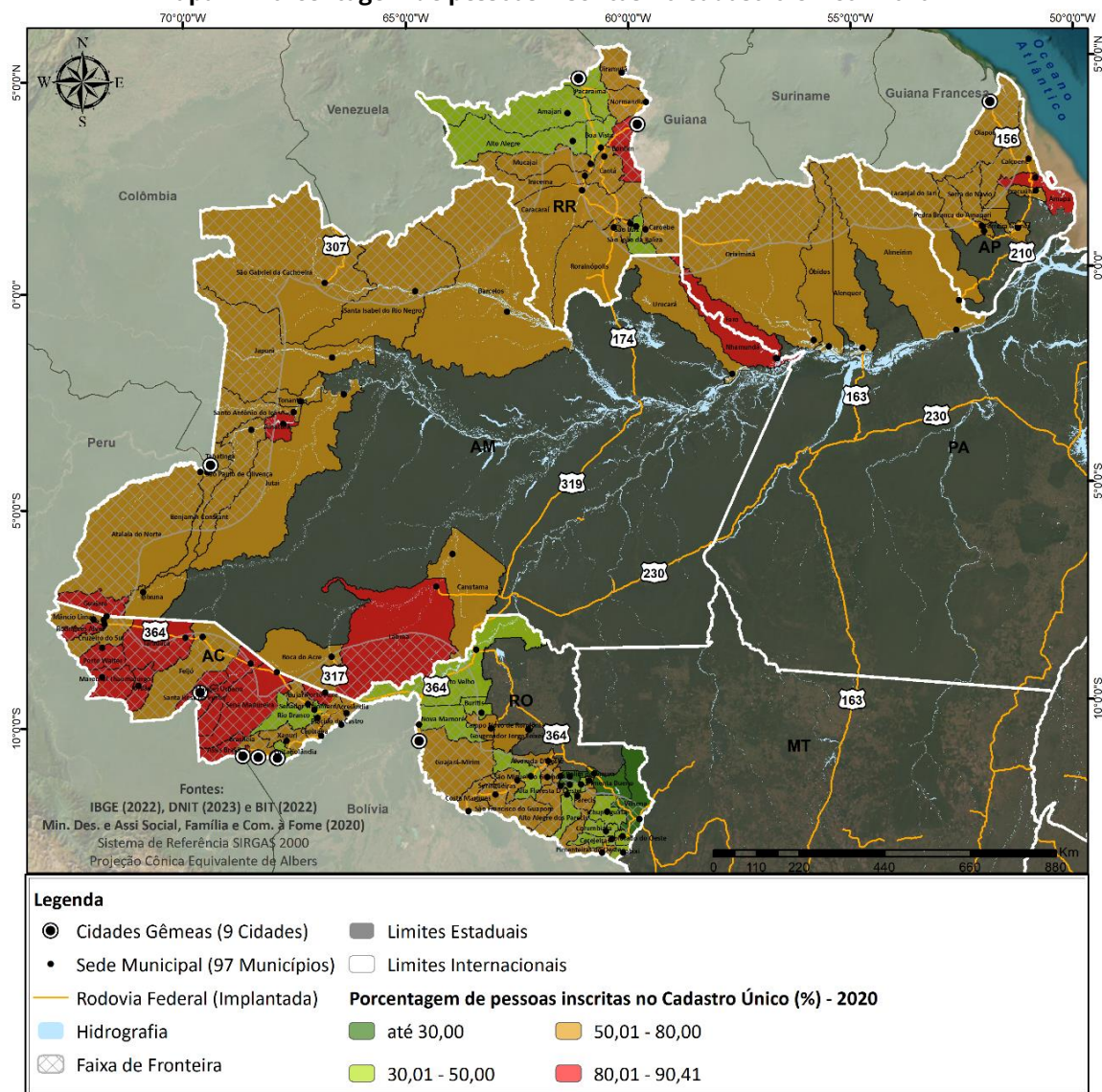


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Dados do CadÚnico 2020 e 2025 e do Censo 2022.

Nota-se que a maior parte dos municípios (58) apresenta cenário em que mais de 50% da população está inscrita no Cadastro Único, indicando que ao menos metade dos habitantes se enquadra em critérios de baixa renda.

⁸ Conforme indicado na nota anterior, a apresentação dos dados a partir de 2023 separa as informações por faixa de renda (pessoas em situação de pobreza, até ½ salário mínimo, e acima de ½ salário mínimo). Em 2020, o dado era apresentado como total de pessoas inscritas no CadÚnico.

Mapa 4 - Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único - 2020



Fontes: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Dezessete municípios possuem mais de 80% cadastrada no CadÚnico, evidenciando um contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica. Nessas localidades, pelo menos oito em cada dez habitantes vivem em condições que qualificam para programas sociais, o que pode indicar dificuldades estruturais no mercado de trabalho formal e forte dependência de atividades informais.

Por outro lado, o estado que apresenta municípios com menores percentuais de inscritos é Rondônia, onde a maioria apresenta de 30% a 50% da população inscrita. Destaque para Vilhena, Rolim de Moura e Pimenta Bueno em que menos de 30% da população estava inscrita no programa.

Outros municípios como Alto Alegre, Amajari e São João da Baliza, em Roraima, e Rio Branco e Epitaciolândia, no Acre, apresentam menos de 50% de inscritos. Apesar de numa primeira análise esse percentual poder indicar uma menor incidência de pobreza, também há a possibilidade de desafios no acesso ao cadastramento, como dificuldades na identificação das famílias elegíveis ou barreiras institucionais.

Os dados mais recentes do Cadastro Único, de 2025, mostram que alguns municípios registram um número de inscritos superior à sua população total. Exemplo disso são os municípios de Pracuúba/AP, Bonfim/RR e Assis Brasil/AC, onde a discrepância entre os registros indica aumento populacional nos últimos anos.

Por fim, vale registrar que os dados do CadÚnico contribuem para a caracterização de uma parcela significativa da população da Faixa de Fronteira amazônica é formada de famílias de baixa renda e em alguma situação de vulnerabilidade. Embora representem um recorte temporal específico, essas informações são importantes para compreender um pouco mais das condições socioeconômicas da região.

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

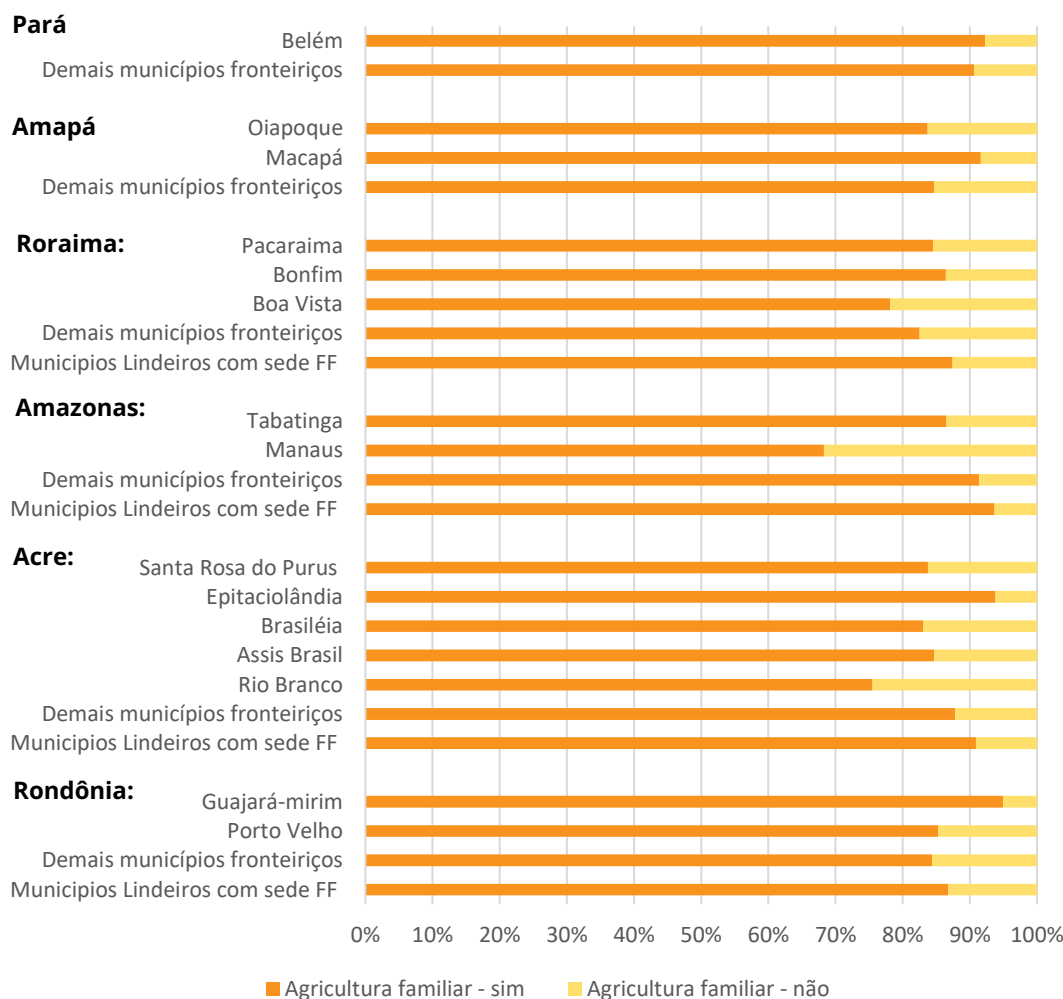
Uma vez que o trabalho em questão envolve um foco maior na bioeconomia e cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas dos produtos da sociobiodiversidade, foram analisados outros dados econômicos a fim de contribuir para o diagnóstico dessas atividades. Assim, foram selecionados dados secundários, especialmente vinculados ao setor agropecuário ou agroindustrial, a fim de demonstrar um panorama das atividades produtivas dos estados e municípios. O Censo Agropecuário e a pesquisa de extração vegetal e silvicultura, produzidos pelo IBGE correspondem a uma base de dados consolidada no Brasil, que fornecem informações relevantes para o conhecimento sobre o cenário da atividade agropecuária em todo o território brasileiro.

Primeiramente, acerca dos estabelecimentos agropecuários, é possível constatar, entre outras informações, a condição do produtor – se trata de agricultura familiar ou não. Ou seja, do número total de estabelecimentos, quantos estão cultivados por produtores da agricultura familiar.

Observa-se uma alta participação, em termos de número de estabelecimentos, da agricultura familiar nos municípios de faixa de fronteira e capitais. Em geral, eles apresentam mais de 80% sob condição de agricultura familiar, com exceção das

capitais: Manaus (68,3%), Rio Branco (75,5%) e Boa Vista (78,1%). As cidades gêmeas que tiveram os percentuais de estabelecimentos sob agricultura familiar mais elevados: Guajará-mirim e Eptaciolândia cerca de 94%. Na média, os municípios selecionados tiveram 86%.

Gráfico 30 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor:



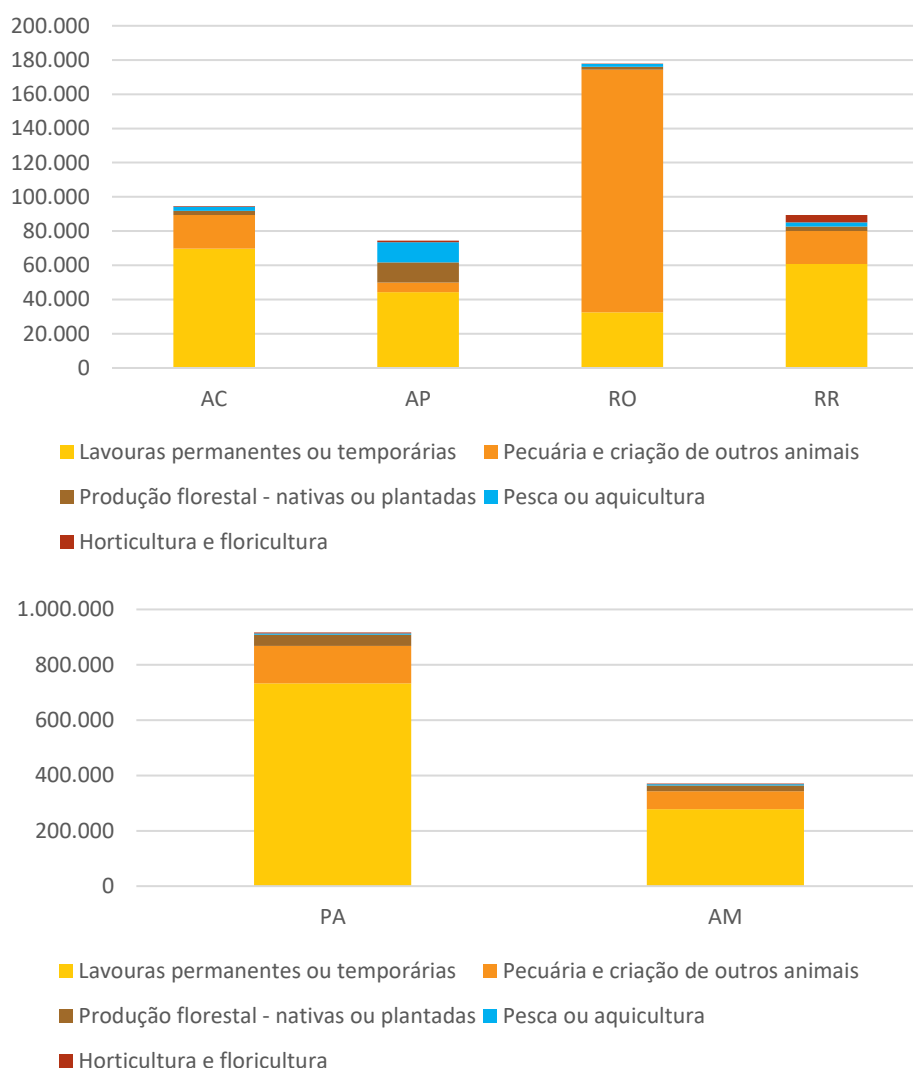
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

As atividades econômicas exercidas pela agroindústria rural identificadas para essas regiões foram: produção de lavouras (permanentes e temporárias), pecuária e criação de animais, pesca e aquicultura, produção florestal (florestas nativas e plantadas) e horticultura ou floricultura.

Observa-se um padrão na produção do valor, em que as lavouras temporárias ocupam o primeiro lugar e a pecuária, o segundo. No entanto, O resultado do Pará, especialmente para as lavouras ficou bem acima, o que contribuiu para distorções

na visualização dos valores no gráfico. A produção florestal aparece como terceira atividade relevante, principalmente no Pará, no Amazonas e no Amapá. Horticultura e floricultura, assim como pesca e aquicultura, em termos comparativos, tiveram valor da produção bem inferior às demais atividades. No gráfico a seguir, encontram-se os valores da produção de cada tipo de atividade agropecuária em caráter comparativo entre os estados do PDIFF.

Gráfico 31 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Dados específicos sobre extração vegetal, também contribuem para o diagnóstico produtivo, sendo, no caso da bioeconomia, de extrema relevância. Pela pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS), seguem abaixo os principais produtos do extrativismo vegetal segundo seu valor da produção em 2023, nos estados do Arco Norte e Rondônia. Levou-se em conta o valor da produção total e

o percentual dos estados que produzem maior valor em cada um, em ordem de importância, do primeiro ao terceiro.

Tabela 4 - Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023

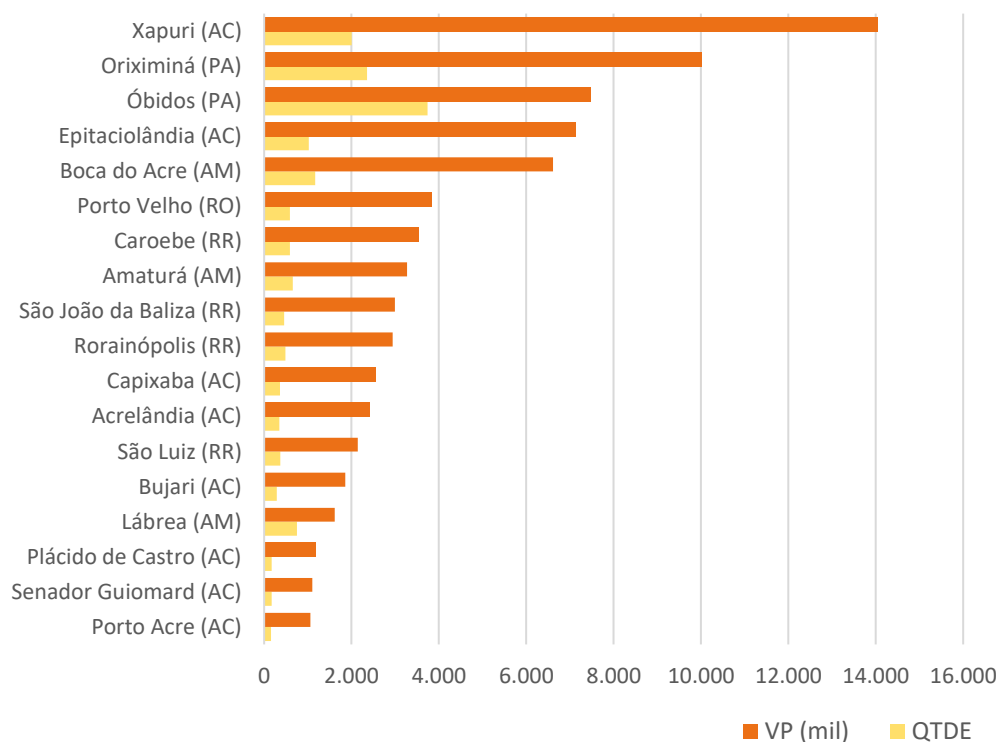
Produtos extrativos	Valor da Produção	1º		2º		3º	
Madeira em tora ⁹	2.126.167	Pará	83,0%	Amazonas	6,4%	Rondônia	5,5%
Açaí (fruto)	799.986	Pará	81,4%	Amazonas	15,9%	Amapá	1,2%
Castanha	160.137	Acre	41,2%	Amazonas	27,2%	Pará	19,7%
Carvão vegetal	113.048	Pará	89,6%	Amapá	3,9%	Rondônia	2,6%
Lenha (Met cub)	78.295	Pará	51,1%	Amapá	13,7%	Amazonas	13,7%
Hevea (látex coagu)	17.851	Acre	73,5%	Amazonas	21,4%	Rondônia	5,1%
Palmito	16.833	Pará	86,6%	Rondônia	13,4%		
Copaíba (óleo)	11.767	Amazonas	78,4%	Rondônia	21,6%		
Cumarú (amêndoa)	5.423	Pará	87,8%	Amazonas	12,2%		

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PEVS 2023, IBGE

Observa-se a predominância dos estados do Pará e do Amazonas nestes produtos, com algumas ressalvas. A castanha conhecida como castanha-do-Brasil, castanha-do-Pará ou ainda castanha-da-Amazônia seria um contraponto a esta posição, já que o estado do Acre lidera o seu valor da produção. O mesmo estado também lidera o valor na produção de borracha hevea (látex). Desses produtos, em termos de bioeconomia, os principais destaques são o açaí e a castanha. Outros produtos configuram na lista, embora em menor escala de valor.

⁹ No bioma Amazônico na presença das florestas nativas, o manejo florestal sustentável é a prática legal e adotada desde a Lei Federal nº 4.771/1965. Ressalva-se, que os dados representam a exportação de madeira, não estando em evidência a forma do seu manejo.

Gráfico 32 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: castanha - Principais municípios

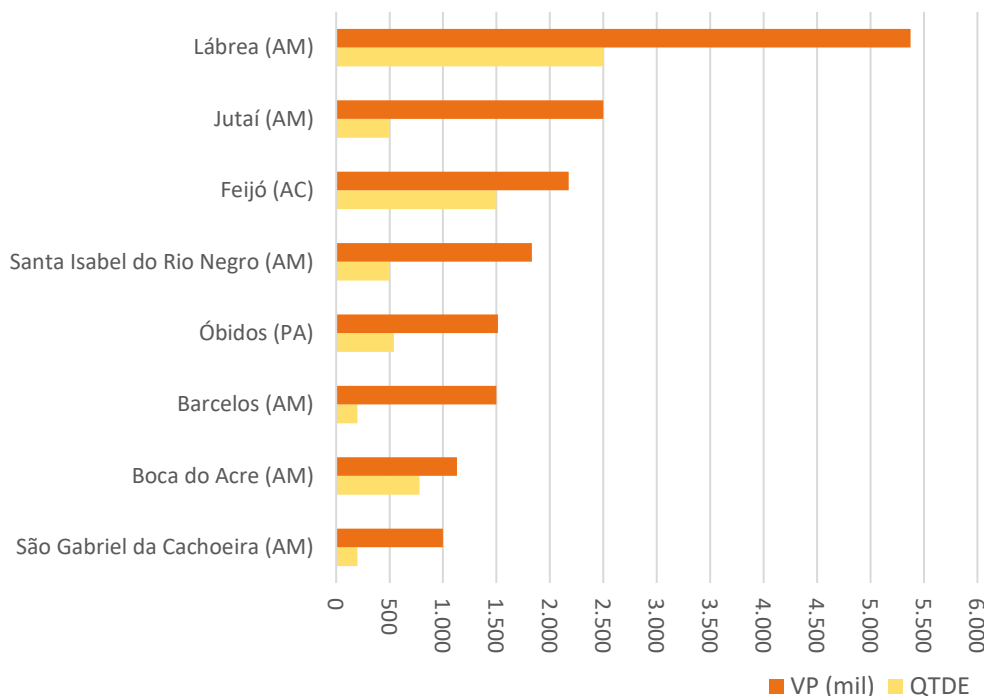


Fonte: Pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS, 2023).

Do resultado observa-se que há somente uma cidade gêmea entre esses municípios, no caso Epitaciolândia (AC). No gráfico foram assinalados, conforme a legenda, os municípios lindeiros, com sede dentro da faixa (em vermelho) e com sede fora da faixa (em amarelo). Xapuri (C) lidera a lista e se trata de um município da categoria lindeiro com sede dentro da faixa de fronteira.

No caso do Açaí, este é o produto extrativo florestal não madeireiro com maior produção nos estados amazônicos deste estudo. É o maior produto não madeireiro com maior quantidade, valor da produção, e também, de número de municípios que realizam seu extrativismo. O gráfico abaixo contém uma lista apenas com os municípios com maior valor da produção no açaí, que fazem parte do projeto PDIFF.

Gráfico 33 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: açaí. Principais municípios em VP

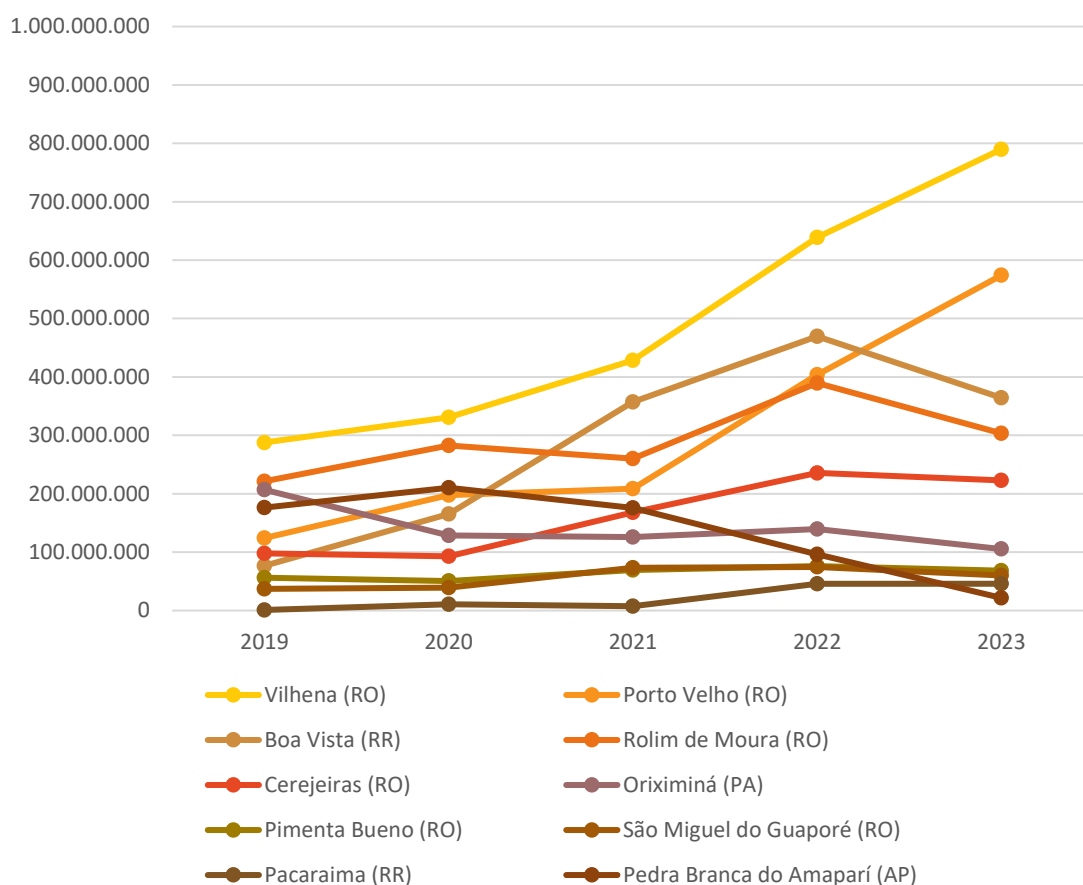


Fonte: Pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS, 2023).

Dentre esses, Lábrea se destacou como principal município do projeto em termos do valor da produção, com cerca de R\$ 5.500 (em mil). Apesar do estado do Pará ser aquele com maior produção do açaí, no recorte adotado do Arco Norte e Rondônia, os municípios do Amazonas que mais se destacam – Valor de P acima de R\$ 1.000 (em mil) - no ano de 2023.

Dentre os municípios, nota-se que entre os dez maiores exportadores, em termos de valor FOB, seis deles estão no estado de Rondônia, enquanto dois em Roraima, um no Pará e um no Amapá. Desses, somente Pacaraima (RR) é cidade gêmea. Oriximiná também é lindeiro, com sede dentro da faixa de fronteira. Os demais são não lindeiros com sede dentro ou fora da faixa. Vilhena (RO) lidera as exportações em todos os anos da série.

Gráfico 34 - Valor FOB das Exportações em US\$ (mil)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Secretaria de Comércio Exterior - EXPORTACAO

MAPEAMENTO PRELIMINAR DE CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

Faz parte do diagnóstico identificar as atividades produtivas em andamento no território do Arco Norte e Rondônia, assim como suas potencialidades econômicas. Tratando-se de economia regional, a noção de Arranjos Produtivos Locais (APLs) contribui de forma decisiva para esta caracterização produtiva, já que, por definição, os APLs são o conjunto de empresas, produtores e instituições que, em um mesmo território, mantêm vínculos de cooperação, interação, articulação e aprendizagem. Com produtos similares, participam da mesma cadeia produtiva, utilizam insumos comuns, necessitam de tecnologias semelhantes e informações sobre os mesmos mercados. Os APLs envolvem atores locais – governo, empresas, produtores, associações, instituições de crédito, ensino e pesquisa – constituindo prioridade nas regiões na construção do seu desenvolvimento econômico.

A cadeia produtiva é a base do arranjo produtivo local, pois trata-se de um processo de atividades e operações capazes de serem separadas e ligadas entre si por meio de um encadeamento técnico e, também, de um conjunto de relações comerciais e financeiras que se estabelecem entre os agentes econômicos que compõem a cadeia produtiva.

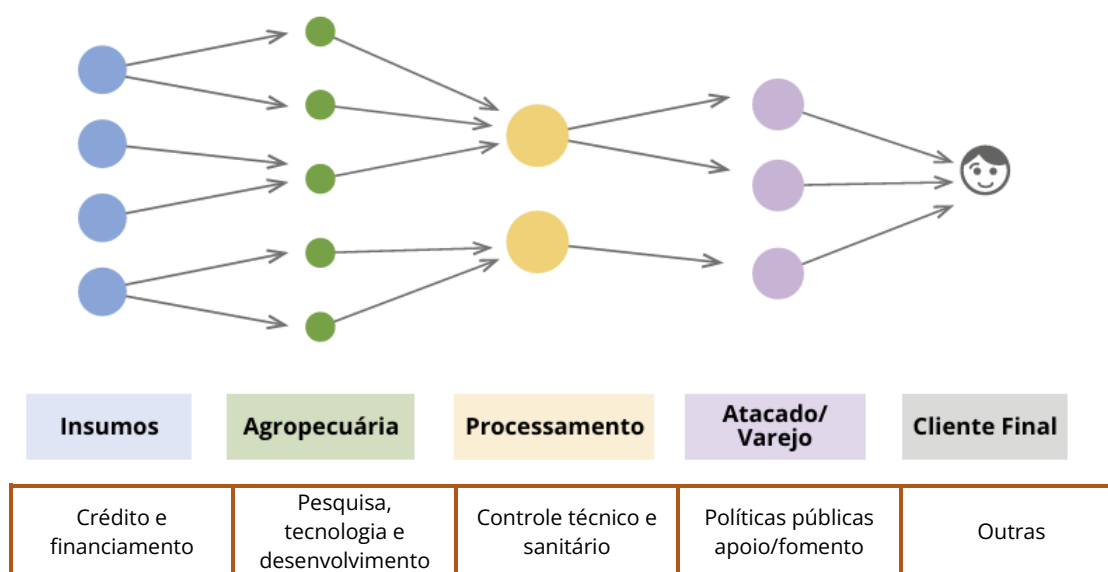
Por meio do estudo das cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade brasileira, é possível analisar a atuação em conjunto dos agentes econômicos; a estruturação das etapas e atividades da cadeia; de que modo os produtores locais estão inseridos; os problemas e lacunas para o seu funcionamento, assim como suas potencialidades; possibilidades de políticas públicas para o setor rural (como as políticas de extensão e de crédito rural) e outros segmentos envolvidos. O objetivo é fortalecer, colaborar para a estruturação e fomentar atividades existentes e potenciais, sejam incipientes ou em estágios intermediário ou avançado.

Em suma, as cadeias produtivas agropecuárias apresentam uma estrutura-padrão composta basicamente: produção e fornecimento insumos; os produtores agropecuários ou extrativistas; a indústria de processamento (agroindústria); a comercialização no atacado e varejo; o consumidor final.

Também são importantes as atividades consideradas de apoio às cadeias produtivas, tais como, pesquisa e tecnologia, assistência técnica e capacitação, infraestrutura de processamento, transporte e comercialização, crédito e financiamento.

Todas essas etapas e atividades envolvem atuação e relacionamento entre os atores sociais nas diferentes esferas, pública e privada, e escalas local, regional, nacional ou internacional. A Figura 1 a seguir ilustra um esquema básico de uma cadeia.

Figura 1 - Cadeia produtiva agroindustrial organizada



Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com alterações próprias

O mapeamento das atividades produtivas existentes e potenciais nas regiões do Arco Norte e Rondônia, envolve algumas especificidades, atreladas à questão da sustentabilidade e da inclusão social, que apresentam entre si importante conexão. Na Amazônia estima-se que entre dois e três milhões de pessoas vivem de atividades produtivas relacionadas aos produtos da biodiversidade da floresta, ou seja, suas lavouras, sua extração vegetal, cultivo animal ou outras atividades em que os recursos naturais sejam centrais. A maior parte dessa constitui população tradicional, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, e etc.

A bioeconomia ocupa lugar central neste projeto, pois no contexto de real agravamento das condições climáticas e sua ameaça a manutenção da biodiversidade e da própria sobrevivência humana, é necessário foco numa economia baseada na sustentabilidade ambiental, preservação e restauração ambiental. Na Amazônia, são as populações tradicionais que ali vivem, que há muitos anos garantem a manutenção desse ecossistema, central no equilíbrio climático global. Elas detêm conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis, técnicas e práticas socioculturais de cultivos, benéficos à preservação ambiental. No entanto, há avanços organizacionais, tecnológicos e financeiros que podem colaborar na resolução de gargalos produtivos, assim como no melhoramento dessas práticas, com vistas ao fortalecimento dessas atividades, suas populações e seus potenciais ganhos econômicos.

Hoje, a economia global estrutura-se em cadeias de valor, ou seja, em etapas de atividades realizadas territorialmente que agregam valor ao longo de

toda a cadeia ao produto final e ao seu valor final. No projeto em questão, trata-se de relacionar potenciais cadeias produtivas de valor envolvendo produtos da biodiversidade brasileira, que são elementos das culturas locais. Contudo, essas cadeias encontram-se, grande parte das vezes desestruturadas, ou com perda de valor econômico relevante para os produtores locais, as populações regionais e a economia nacional.

No âmbito desta discussão, vale destacar algumas iniciativas em curso que vêm sendo desenvolvidas pelo governo federal. Com a edição da Estratégia Nacional de Bioeconomia¹⁰, está em desenvolvimento a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio) e do Plano Nacional de Sociobioeconomia, instrumentos fundamentais para coordenar e implementar as políticas públicas para o desenvolvimento da bioeconomia no Brasil. A coordenação desses instrumentos está a cargo da Comissão Nacional de Bioeconomia – CNBio¹¹, cuja presidência é alternada entre os ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da fazenda (MF).

Na esfera de atuação do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) há também programas e estratégias sobre o tema instituídos. Um deles é a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável¹², que tem por objetivo incentivar a inovação, o investimento e a geração de emprego e renda a partir da bioeconomia regional por meio do fortalecimento da base socioeconômica territorial e sua diversificação a partir do adensamento de cadeias produtivas, do fortalecimento de sistemas produtivos e inovadores locais e do manejo sustentável dos recursos naturais.

Também está em andamento a implantação do Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões (PaCTAS), iniciativa estratégica para promover a integração regional e o desenvolvimento sustentável na tríplice fronteira amazônica, destacando seu papel na bioeconomia, pesquisa científica e inovação tecnológica. O projeto é realizado pelo MIDR em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e o Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (NESAM).

¹⁰ Instituída pelo Decreto Federal nº 12.044, de 5 de junho 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12044.htm

¹¹ Instituída pela Portaria Interministerial MMA/MDIC/MF nº 10, de 23 de outubro de 2024

¹² Instituída pela Portaria nº 3.717, de 30 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/desenvolve-amazonia/PORTARIAN3.717DE30DENOVBRODE2023.pdf>

O Programa Rotas de Integração Nacional¹³, conhecido como Rotas, busca fortalecer cadeias produtivas específicas, promovendo a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável. As Rotas são redes de Arranjos Produtivos Locais associadas a cadeias produtivas estratégicas, capazes de promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). No momento, o MIDR, por meio da Coordenação-Geral de Sistemas Produtivos e Inovativos, trabalha onze cadeias produtivas. São elas: a Rota do Açaí, a Rota da Biodiversidade, a Rota do Cacau, a Rota do Cordeiro, a Rota da Economia Circular, a Rota da Fruticultura, a Rota do Leite, a Rota do Mel, a Rota do Peixe, a Rota da Tecnologia da Informação e Comunicação e a Rota da Moda. Atualmente, está em estudo a construção das seguintes Rotas que incluem estados e municípios que estão localizados na Faixa de Fronteira amazônica:

Quadro 1 – Municípios envolvidos no Programa Rotas de Integração Nacional – MIDR

Programa Rotas de Integração Nacional - MIDR	Municípios envolvidos
Polo BioAmazonas	Canutama
	Lábrea
Polo Cacau Amazônico	Porto Velho
	Alvorada D'Oeste
	Buritis
	Campo Novo de Rondônia
	Governador Jorge Teixeira
Polo Costa Norte	Amapá
	Calçoene
	Oiapoque
Polo da Castanha Maracajari	Serra do Navio
	Pedra Branca do Amapari
	Laranjal do Jari
Polo do Açaí do Meio do Mundo	Amapá
	Pedra Branca do Amapari
	Calçoene
	Ferreira Gomes
	Laranjal do Jari
	Oiapoque
Polo do Pescado de Rondônia	Pracuúba
	Alta Floresta D'Oeste
	Pimenta Bueno
	Vilhena
	Primavera de Rondônia
	Porto Velho

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do MIDR, 2025.

¹³ Estabelecido pela Portaria nº 299, de 4 de fevereiro de 2022, disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/rotas-de-integracao-nacional> Acesso em 04 de fevereiro de 2025.

Vale destacar também o Programa Nacional de Florestas Produtivas, vinculado ao MMA e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), que visa a recuperação de áreas degradadas para fins produtivos, para regularização ambiental da agricultura familiar, contribuindo para a ampliação da capacidade de produção de alimentos saudáveis e de produtos da sociobiodiversidade.

Em construção, o Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNAP) também poderá fortalecer iniciativas na região. Coordenado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, o plano visa a elaboração e efetivação de políticas públicas voltadas às pescadoras e pescadores artesanais do Brasil nos próximos 10 anos (de 2025 a 2035).

Investir no fortalecimento das cadeias produtivas, transformando-as efetivamente em cadeias de valor, revela-se uma oportunidade para o sustento das famílias que vivem desses produtos e de geração de riqueza para as regiões, construindo caminhos para o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Neste diagnóstico, foi feito um primeiro mapeamento de atividades produtivas identificadas nas regiões do Arco Norte e Rondônia. Cumpre frisar a importância de analisar de forma mais aprofundada essas e outras iniciativas ao longo do trabalho para avaliar as possibilidades de integrarem as carteiras de projetos estaduais, como uma perspectiva socioambiental territorial relevante no desenvolvimento socioeconômico.

Foram levantadas informações disponíveis e sistematizadas sobre os APLs através de dados do Observatório dos Arranjos Produtivos Locais¹⁴. Foram identificados 11 APLs que envolvem municípios que compõem a Faixa de Fronteira, sendo 2 no Acre, 7 no Amazonas e 2 em Rondônia. Também procurou-se identificar organizações que atuam com projetos nesses territórios de fronteira. Contemplam-se setores de cacau, café, polpas de frutas, fibras e artesanato, madeireiro, entre outros. Vale destacar que, ao longo do trabalho será necessário identificar, se em alguns casos, se o manejo e as práticas envolvidas são sustentáveis. Este é especialmente o caso da extração de madeira, fabricação de móveis, construção naval e indústria de confecções. As missões técnicas e oficinas de planejamento a serem realizadas nas próximas etapas, possibilitará a consolidação de um panorama mais informativo a respeito dessas atividades produtivas, para construção das carteiras de projeto.

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl>. Acesso em 04 de fevereiro de 2025.

Quadro 2 – Mapeamento Preliminar de Cadeiras Produtivas

Atividade ou Arranjo Produtivo Local identificado	Estado/Municípios envolvidos	Organizações envolvidas	Observações
Castanha-do-Brasil Polpa de Frutas	Acre (Rio Branco Xapuri, Senador Guiomard, Brasileia e Sena Madureira) Parceiros em Rondônia, Amazonas e Pará	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre - COOPEACRE 7 complexos de beneficiamento 2 pontos comerciais Agrega 13 cooperativas	Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável: Este projeto teve financiamento do Fundo Amazônia, e como objetivo o fortalecimento das cadeias produtivas da castanha do-brasil e de polpa de frutas no Acre. O projeto foi implantado por meio de ações de apoio direto e indireto às suas aglutinadas: associações e cooperativas filiadas à COOPERACRE, cujos beneficiários foram pequenos proprietários/as rurais familiares e extrativistas das Regiões Administrativas do Purus, Baixo Acre e Alto Acre. Entre as ações e investimentos realizados estão: instalação de armazéns comunitários, ampliação do número de cooperativas aglutinadas, implantação de Sistemas Agroflorestais sustentáveis (SAFs), recuperação de áreas degradadas, assistência técnica (ATER); melhorias na estrutura de beneficiamento; estudos e pesquisas de campo, ampliação da certificação, comunicação e marketing.
Palmito Látex	Acre	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre - COOPEACRE	Projeto em fase inicial
APL Avicultura	Acre (Brasileia /Epitaciolândia)	69 empresas	Produção e processamento de aves
APL Produção moveleira do Estado do Acre	Acre (Rio Branco)	23 empresas	Fabricação de móveis e acessórios de madeira.

Atividade ou Arranjo Produtivo Local identificado	Estado/Municípios envolvidos	Organizações envolvidas	Observações
Café Apuí Agroflorestal	Amazonas	IDESAM	O projeto é uma iniciativa que alia produção sustentável e conservação ambiental. Trata-se de promover o reflorestamento por meio da plantação de café consorciadas com outras culturas em Sistemas Agroflorestais (SAFs) . A iniciativa tem se tornado uma ferramenta efetiva no combate ao desmatamento na Amazônia. Alia-se desenvolvimento econômico e preservação ambiental em uma das regiões mais ameaçadas pela exploração predatória. Destaca-se o impacto positivo na região, promovendo o uso sustentável da terra, a recuperação de áreas degradadas e a geração de renda para os agricultores. Esta é uma iniciativa do IDESAM junto a agricultores locais (desde 2012), que se utiliza de tecnologias adequadas e acessíveis aos produtores, para regenerar áreas degradadas. O fomento à atividade trouxe benefícios sociais e econômicos para as famílias envolvidas no projeto ao longo de toda a cadeia produtiva. O projeto oferece amplo suporte aos produtores, desde a coleta das sementes para produzir as mudas até a comercialização do café.
Piscicultura de Pirarucu	Amazonas (Jutaí)	IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas/ Ass. local	Este projeto ocorre em 165 lagos de 37 comunidades, 427 famílias e 1.351 pessoas estão envolvidas no uso sustentável de 4.147 pirarucus, seguindo a cota autorizada pelo Ibama e conforme o relatório apresentado pelas comunidades. Foram capturados 75% da cota de 5.516 peixes, gerando renda de R\$ 1,27 milhão com a comercialização. A atividade contribui para a conservação da espécie, pois vem aumentando nos ambientes a cada ano do manejo, que exige a proteção dos lagos contra invasores. Configura oportunidade de renda, segurança alimentar e cidadania para as comunidades envolvidas. Observa-se que o pirarucu é uma espécie constante da

Atividade ou Arranjo Produtivo Local identificado	Estado/Municípios envolvidos	Organizações envolvidas	Observações
			Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites), o que restringe a sua exportação.
Móveis alto padrão madeira nativa	Amazonas (Itacoatiara)	Tora Brasil	Alto valor agregado/Manejo de impacto reduzido
Redes de sementes da bioeconomia	Amazonas e Rondônia	Reseba	O objetivo é estruturar a cadeia de fornecimento, o armazenamento e o acesso aos mercados de sementes florestais nativas da Amazônia com o intuito de viabilizar, organizar e ampliar a capacidade de fornecimento de sementes para restauração ecológica e para a agricultura regenerativa. Busca-se conectar pessoas que coletam sementes da biodiversidade amazônica àquelas que precisam comprá-las. Estabelecimento de um ecossistema de negócios de impacto socioambiental que envolve fornecedores, intermediários, organizações de apoio e compradores. Enquanto negócio visa dar suporte a Povos indígenas, Comunidades extrativistas, Agricultores familiares, Quilombolas, Agroindústrias, Instituições de pesquisa e extensão, viveiros florestais, empresas de reflorestamento dentre outros. Constitui iniciativa da <i>startup</i> ReSeBa, que atua como intermediadora, oferecendo aos fornecedores uma "prateleira" de exposição das sementes e aos compradores o local para aquisição. Trabalha com diversidade e volume para dar escalabilidade às operações de plantios florestais por eles desenvolvidas, seja a nível de produção de mudas, semeadura direta, pesquisas ou indústria de transformação.

Atividade ou Arranjo Produtivo Local identificado	Estado/Municípios envolvidos	Organizações envolvidas	Observações
Pesca de Tambaqui	Amazonas (Alto Solimões): Tabatinga, Santo Antônio do Iça e área rural de Manacapuru	Ass. Pescadores	A Cooperativa Agropecuária dos Pescadores da Mesorregião do Amazonas Coopeixe atua com fabricação de conservas de peixe, crustáceos e moluscos, assim como com entrepostos de pescado. A Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror) atua com projetos de apoio a cooperativas e produtores. São oferecidos cursos de qualificação de piscicultores, com foco em boas práticas, manejo da piscicultura, chipagem de Tambaqui, entre outros. Também há apoio de crédito rural, por parte do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam), auxiliando pescadores e piscicultores dos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte, entre outros, para acesso ao crédito rural.
APL Artesanato	Amazonas (Atalaia do Norte, Barcelos, Tabatinga, Benjamin Constant, Sta Isabel Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira)	4.100 produtores e 10.000 funcionários	Produtos em fibras naturais, madeiras e raízes
APL Construção naval	Amazonas (Manaus, Coari, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Parintins, Tefé)	47 produtores e 1.870 funcionários	Fabricação doméstica; estaleiros de reparos e de construção; estaleiros de construção de pequenas, médias e grandes embarcações
APL Fécula e Farinha de Mandioca	Amazonas (Tefé, Alvarés; Borba; Canutama; Coari; Codajás; Fonte Boa; Humaitá; Itacoatiara; Japurá; Lábrea; Manacapuru; Manicoré; Marã; Parintins; Tabatinga; Uarini; Urucará)	4.950 produtores e 24.750 funcionários	Produção de farinha e goma de mandioca
APL Madeira e Fabricação de Móveis e Artefatos	Amazonas Manaus Benjamim Constant; Boa Vista do Ramos; Eirunepé; Fonte Boa; Itacoatiara; Manacapuru; Manaus; Manicoré; Maués; Parintins; Tabatinga; Tefé	115 produtores e 3.000 funcionários	Madeira e Fabricação de Móveis e Artefatos

Atividade ou Arranjo Produtivo Local identificado	Estado/Municípios envolvidos	Organizações envolvidas	Observações
APL Polpas, Extratos e Concentrados de Frutas Regionais	Amazonas/Manaus Benj Constant, Boca do Acre, Carauari, Codajás, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Parintins	27 produtores e 300 funcionários	No contexto macro, as unidades de beneficiamento existentes no estado podem contribuir para a agregação de valor à fruticultura local. Já existe a comercialização de produtos beneficiados, como polpas e serviços de comercialização.
APL Produtos e Serviços Ambientais	Amazonas/ Manaus Atalaia do norte, Autazes, Barcelos, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Carauari, Careiro da Várzea, Eirunepé, Itacoatiara; Itamarati; Juruá; Jutai, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva	52 produtores e 2.100 funcionários	Formação do solo, o abastecimento de água, os ciclos de geração de nutrientes, o processamento de dejetos e a polinização, entre outros, que interagem no ecossistema global. REDD+; “Sequestro de CO2” criadas por florestas e reservas ambientais passíveis de negociação; Produção de água mineral.
APL Turismo Ecológico e Rural Serviços	Amazonas/ Manaus Autazes; Barcelos, Careiro, Careiro do Várzea, Iranduba; Itacoatiara; Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves	66 produtores e 519 funcionários	Serviços voltados para turistas que visam a natureza amazônica.
Açaí	Amapá	Cooperativa Amazonbai	Produção sustentável /Bailique e do Beira Amazonas
Açaí	Amapá	Sebrae AP	Projeto Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Açaí: O projeto qualificou de Batedores de Açaí no Amapá, com o intuito de promover o fortalecimento e diferencial de mercado das bateadeiras de açaí dos municípios de Macapá e Santana. É coordenado pela gerente da Unidade Atendimento Coletivo – Agronegócio e Indústria do Sebrae no Amapá (UAC-Agrin). Também o Sebrae oferece o curso de Boas Práticas de Manipulação e Manejo do Açaí. São parceiros do Sebrae, a

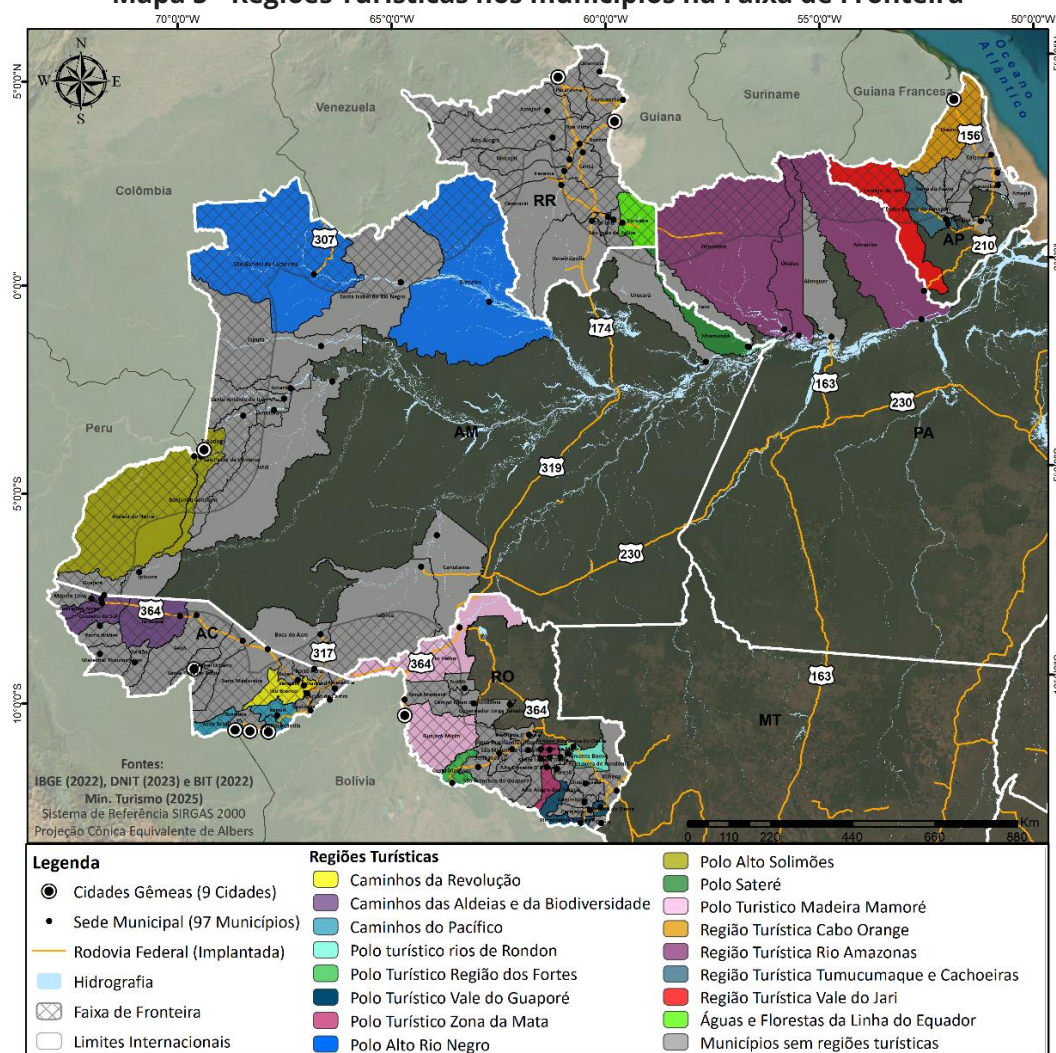
Atividade ou Arranjo Produtivo Local identificado	Estado/Municípios envolvidos	Organizações envolvidas	Observações
			Associação dos Batedores de Açaí do Amapá (Asbap) e a Cooperação Mista de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá (Coama).
Rastreabilidade da cadeia de valor Produção de ingredientes veganos	Pará	Empresa Beraca	Processamento e fornecimento de insumos naturais extraídos da floresta Amazônica: A iniciativa é realizada pela empresa BERACA, com forte atuação na Amazônia, na Criação de valor para produtos da biodiversidade, processamento e fornecimento de insumos naturais extraídos da floresta Amazônica para indústrias. Possui fábrica localizada em Ananindeua/PA e escritórios em São Paulo, EUA e França. Seus consumidores são o mercado nacional e internacional. Apresenta como beneficiários, 80 funcionários/2.500 famílias, em 12 estados brasileiros (grande parte da Amazônia). Tem parceria com 105 centros comunitários. Faz investimentos em P, D & I para negócios sustentáveis. Sinaliza-se potencial de articulação ou replicabilidade.
Piscicultura regional de Tambaqui	Rondônia/ Vale do Jamari	Associação de Criadores de Peixes do Estado de Rondônia - ACRIPAR	Apresenta-se como alternativa ao uso predatório (pesca predatória) através de práticas de manejo sustentáveis, com geração de renda e melhoria do bem-estar aos produtores e moradores da região. Os Principais polos produtores são o Vale do Jamari e a Região Central. Representado pela associação de produtores de tambaqui de Rondônia (ACRIPAR). Percentual significativo da produção regional de tambaqui é comercializado in natura para o estado de Amazonas (região Manaus). No PDIFF envolve os municípios de Campo Novo de Rondônia e Buritis.

Atividade ou Arranjo Produtivo Local identificado	Estado/Municípios envolvidos	Organizações envolvidas	Observações
Assistência técnica e extensão rural	Rondônia e Amazonas	Belterra Agroflorestas	Projeto Acelerador de Agroflorestas em escala: A Belterra estabelece parcerias com pequenos e médios agricultores fornecendo assistência técnica e extensão rural especializada em agricultura regenerativa, facilitação de acesso a crédito e a mercados compradores dos produtos SAFs. Constitui um ecossistema de agricultura de floresta que dá segurança aos produtores e estimula a bioeconomia ao longo da cadeia da restauração.
Extrativismo sustentável Madeira em tora	Rondônia (Cujubim)	Monoa Florestal	Manejo florestal sustentável, reflorestamento
Industrial/ Confecções	Rondônia (Pimenta Bueno)	11 produtores e 535 funcionários	Lingeries, shorts e bermudas, moda feminina, uniformes e t-shirts.
APL Sistemas Agroflorestais (SAFs)	Ariquemes; Buritis; Cacaúlândia; Cacoal; Campo Novo; Colorado do Oeste; Costa Marques; Guajará Mirim; Jaru; Ji-Paraná; Jorge Teixeira; Machadinho do Oeste; Mirante da Serra; Monte Negro; Nova Mamoré; Nova União; Ouro Preto do Oeste; Porto Velho; Rolim de Moura; Santa Luzia; São Felipe; São Francisco do Guaporé; São Miguel do Guaporé; Seringueiras	5283 empresas/produtores e 15849 funcionários	Produtos: Cacau; amêndoa; chocolate; açaí; pupunha; e café; madeira.
Reflorestamento: açaí, cacau, frutas, café, especiarias e madeiras	Roraima	Courangeonus land	Plataforma de inteligência agroflorestal

POTENCIAL TURÍSTICO

No contexto da Faixa de Fronteira, é importante observar as potencialidades e desafios de desenvolvimento de um turismo transfronteiriço, explorando oportunidades de integração entre cidades brasileiras e municípios dos países vizinhos, além de fortalecer o ecoturismo, o etnoturismo, o turismo cultural e de negócios. De acordo com os dados obtidos do Mapa do Turismo¹⁵ (2025), elaborado pelo Ministério do Turismo, pode-se observar, no Mapa 1, a existência de 16 regiões turísticas distribuídas ao longo do Arco Norte e Rondônia, abrangendo 28 municípios fronteiriços.

Mapa 5 - Regiões Turísticas nos municípios na Faixa de Fronteira



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

¹⁵ A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) para classificar os municípios inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro com base na sua importância e desempenho no setor turístico. Essa categorização tem como objetivo orientar a formulação de políticas públicas, a destinação de recursos e o planejamento estratégico do turismo no país.

Os municípios das Regiões Turísticas são classificados em cinco categorias distintas (A, B, C, D e E), de acordo com indicadores como número de empregos formais no setor de hospedagem, quantidade de estabelecimentos formais de hospedagem e estimativa de fluxo de turistas domésticos e internacionais. Municípios das categorias A, B e C possuem maior estrutura turística e movimentam um volume significativo de visitantes, sendo considerados polos turísticos regionais. Já os das categorias D e E têm menor fluxo turístico e, geralmente, atuam como municípios de apoio, fornecendo mão de obra ou produtos para destinos turísticos próximos. Essa categorização permite ao governo federal, aos gestores municipais e estaduais compreenderem melhor a dinâmica do turismo em cada área, facilitando a implementação de ações específicas para fortalecer o setor.

No Acre, há três regiões turísticas, que englobam sete municípios, entre eles Epitaciolândia e Assis Brasil que são cidades-gêmeas. A tabela a seguir evidencia que a capital do Acre se destaca entre os municípios do estado, estando classificada na categoria A. Rio Branco concentra o maior número de estabelecimentos turísticos, registra o maior fluxo de visitantes e apresenta a maior arrecadação de impostos provenientes do setor, reforçando seu papel como principal polo turístico do Acre.

Tabela 5 - Dados das Regiões Turísticas do Acre

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estab. Formais de Hospedagem	Qtd. Estab. Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
Assis Brasil	Caminhos do Pacífico	0	82	1	0	7.944,00	D
Cruzeiro do Sul	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	481	8034	11	105	1.605.035,00	B
Epitaciolândia	Caminhos do Pacífico	0	0	6	22	88.449,00	C
Rio Branco	Caminhos da Revolução	4602	26333	30	228	11.391.318,00	A
Rodrigues Alves	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	0	0	0	0	4.504,00	D

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estab. Formais de Hospedagem	Qtd. Estab. Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
Tarauacá	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	0	1622	8	4	430.912,00	C
Xapuri	Caminhos do Pacífico	0	670	1	2	15.618,00	D
Total		5.083	36.741	57	361	13.543.780,00	-

Fonte: Ministério do Turismo (2025)

No estado do Amapá, há três municípios na Faixa de Fronteira, distribuídos em três regiões turísticas distintas, sendo duas classificadas na Categoria C e uma na Categoria D. O município de Pedra Branca do Amapari, integrante da Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras, registra a existência de três estabelecimentos formais de hospedagem. No entanto, chama a atenção na tabela 5 o fato de os demais indicadores estarem zerados, incluindo a arrecadação de impostos provenientes do turismo.

Tabela 6 - Dados das Regiões Turísticas do Amapá

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estabelecimentos Formais de Hospedagem	Qtd. Estabelecimentos Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
Oiapoque	Região Turística Cabo Orange	911	501	9	20	45.368,00	C
Pedra Branca do Amapari	Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras	0	0	3	0	0,00	D
Laranjal do Jari	Região Turística Vale do Jari	0	725	7	13	84.748,00	C
Total		911	1.226	19	33	130.116,00	-

Fonte: Ministério do Turismo (2025)

No estado do Amazonas, há seis municípios distribuídos em três regiões turísticas. A cidade-gêmea de Tabatinga se destaca como município com a maior arrecadação de impostos, o maior número de estabelecimentos turísticos e maior estimativa de turistas domésticos. Um dado que chama a atenção, analisando a tabela abaixo, é a estimativa de 3.540 turistas internacionais no município de Nhamundá, pertencente à Região Turística do Polo Sateré.

Tabela 7 - Dados das Regiões Turísticas do Amazonas

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estab. Formais de Hospedagem	Qtd. Estab. Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
Barcelos	Polo Alto Rio Negro	461	0	2	3	25.827,00	D
São Gabriel da Cachoeira	Polo Alto Rio Negro	159	0	1	4	74.484,00	D
Atalaia do Norte	Polo Alto Solimões	0	0	0	0	31.409,00	D
Benjamin Constant	Polo Alto Solimões	0	859	0	0	29.660,00	D
Tabatinga	Polo Alto Solimões	1.989	1.858	8	37	296.572,00	C
Nhamundá	Polo Sateré	0	3.540	0	1	2.900,00	D
Total		2.609	6.257	11	45	460.852,00	-

Fonte: Ministério do Turismo (2025)

No Pará, os três municípios da Faixa de Fronteira integram a mesma região turística, a Região do Rio Amazonas. Entre eles, Oriximiná se destaca por apresentar a maior estimativa de turistas domésticos e internacionais, além de registrar a maior arrecadação de impostos no setor. No entanto, Óbidos possui a maior quantidade de estabelecimentos formais de hospedagem, enquanto Almeirim se sobressai pelo maior número de empreendimentos formais de emprego.

Tabela 8 - Dados das Regiões Turísticas do Pará

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estab. Formais de Hospedagem	Qtd. Estab. Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
Almeirim	Região Turística Rio Amazonas	0	0	1	15	72.625,00	D

Óbidos	Região Turística Rio Amazonas	0	4.572	3	9	403.919,00	C
Oriximiná	Região Turística Rio Amazonas	207	7.012	2	3	1.015.158,00	C
Total		207	11.584	6	27	1.491.702	-

Fonte: Ministério do Turismo (2025)

Em Roraima, o município de Caroebe, localizado na Faixa de Fronteira, integra a Região Turística Águas e Florestas da Linha do Equador. A análise dos indicadores na tabela 7, revela que todos os dados estão zerados, com exceção da arrecadação de impostos, que apresenta registros, indicando alguma movimentação econômica no setor turístico, ainda que sem estabelecimentos formais ou estimativas expressivas de visitantes.

Tabela 9. Dados das Regiões Turísticas do Roraima

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estabelecimentos Formais de Hospedagem	Qtd. Estabelecimentos Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
Caroebe	Águas e Florestas da Linha do Equador	0	0	0	0	1.575	D

Fonte: Ministério do Turismo (2025)

Já em Rondônia, há oito municípios na Faixa de Fronteira, distribuídos em cinco regiões turísticas. Porto Velho se destaca como o único classificado na Categoria A, enquanto os demais municípios pertencem às Categorias C e D. A análise da tabela 8 mostra que Rolim de Moura registra a segunda maior arrecadação de impostos e a segunda maior estimativa de turistas internacionais no estado. Já Guajará-Mirim se destaca como o segundo município com a maior estimativa de turistas domésticos, reforçando sua importância no turismo regional.

Tabela 10 - Dados das Regiões Turísticas do Rondônia

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estab. Formais de Hospedagem	Qtd. Estab. Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
Guajará-Mirim	Polo Turístico Madeira Mamoré	494	117	8	21	639.524,00	C

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estab. Formais de Hospedagem	Qtd. Estab. Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
Porto Velho	Polo Turístico Madeira Mamoré	5512	26443	68	437	27.376.873,00	A
Costa Marques	Polo Turístico Região dos Fortes	0	842	2	2	39.978,00	D
Pimenta Bueno	Polo Turístico Rios de Rondon	211	0	6	34	740.366,00	C
Colorado do Oeste	Polo Turístico Vale do Guaporé	0	0	2	6	149.889,00	D
Pimenteiras do Oeste	Polo Turístico Vale do Guaporé	0	428	1	0	3.725,00	D
Alto Alegre dos Parecis	Polo Turístico Zona da Mata	0	0	0	0	8.325,00	D
Rolim de Moura	Polo Turístico Zona da Mata	112	1947	9	44	1.282.631,00	C
Total		6.329	29.777	96	544	30.241.311,00	-

Fonte: Ministério do Turismo (2025)



EIXO TEMÁTICO 4

POVOS INDÍGENAS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS

Lista de Mapas

Mapa 1 - Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Populações Estrativistas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	236
Mapa 2 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	237
Mapa 3 - Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	240
Mapa 4 - Territórios Quilombolas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	245
Mapa 5 - Percentual de população quilombola na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	246

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Territórios Quilombolas Certificados dentro da Faixa de Fronteira	243
Tabela 2 - Territórios Quilombolas Certificados fora da Faixa de Fronteira	244

Sumário

EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	235
POVOS ÍNDÍGENAS.....	237
COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	241

EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Povos e Comunidades Tradicionais são reconhecidos no Brasil por suas formas próprias de organização social e cultural, muito fortemente relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza. De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007), são

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A Constituição Federal menciona expressamente as comunidades indígenas e remanescentes de quilombos, consagrando direitos desses povos. Incluindo indígenas e quilombolas, atualmente, são classificados 28 segmentos de comunidades tradicionais que englobam comunidades de matriz africana, pescadores artesanais, extrativistas, caiçaras, ribeirinhos, entre tantos outros¹.

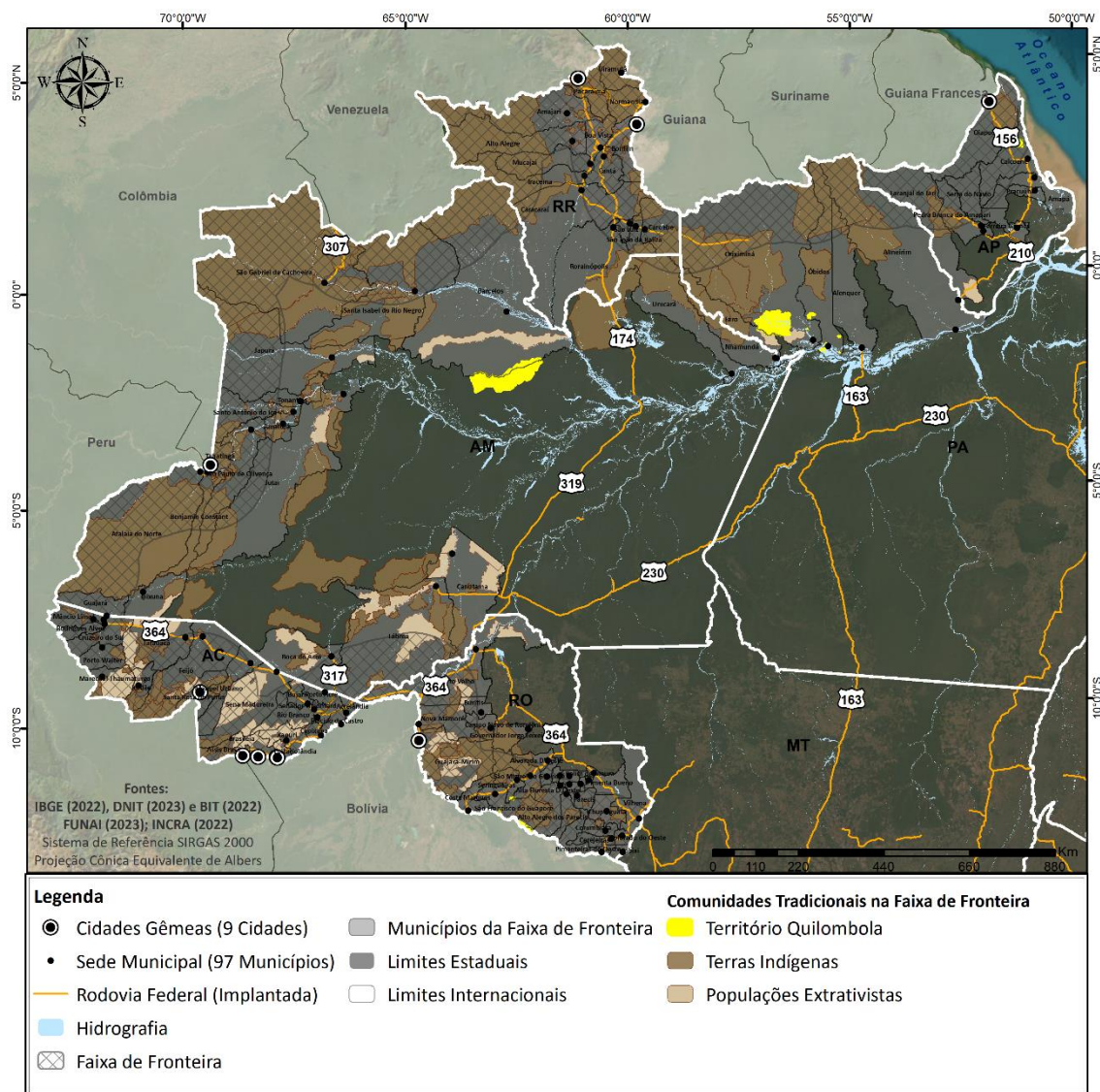
Os povos e comunidades tradicionais estão presentes em todas as regiões do país, mas com significativa expressão na Amazônia. Distribuídos por toda a região, os povos e comunidades tradicionais compõem a sociobiodiversidade da floresta e são agentes essenciais para sua manutenção em pé. Entretanto, não raramente estão sob pressão por dinâmicas de desenvolvimento, atividades criminais e disputas fundiárias que avançam sobre seus territórios. A proteção dos povos e comunidades tradicionais, de seus modos de morar e de viver, suas práticas culturais e seus saberes, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Em relação a esses grupos sociais, há informações sistematizadas sobre povos indígenas e quilombolas, inclusive a delimitação de territórios reconhecidos. Quanto aos demais segmentos, entretanto, não há registros mais consistentes em bases de dados oficiais que permitam uma visão abrangente, ao menos, de localização dos mesmos. As Unidades de Conservação dos tipos Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Floresta Estadual, entretanto, são indicativos de presença de comunidades extrativistas no território. A figura a seguir representa essas grandes áreas nos municípios da faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia,

¹ Ver Decreto nº 8.750/2016, que “institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

indicando a presença de povos e comunidades tradicionais na região, ainda que de forma parcial.

Mapa 1 - Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Populações Extrativistas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

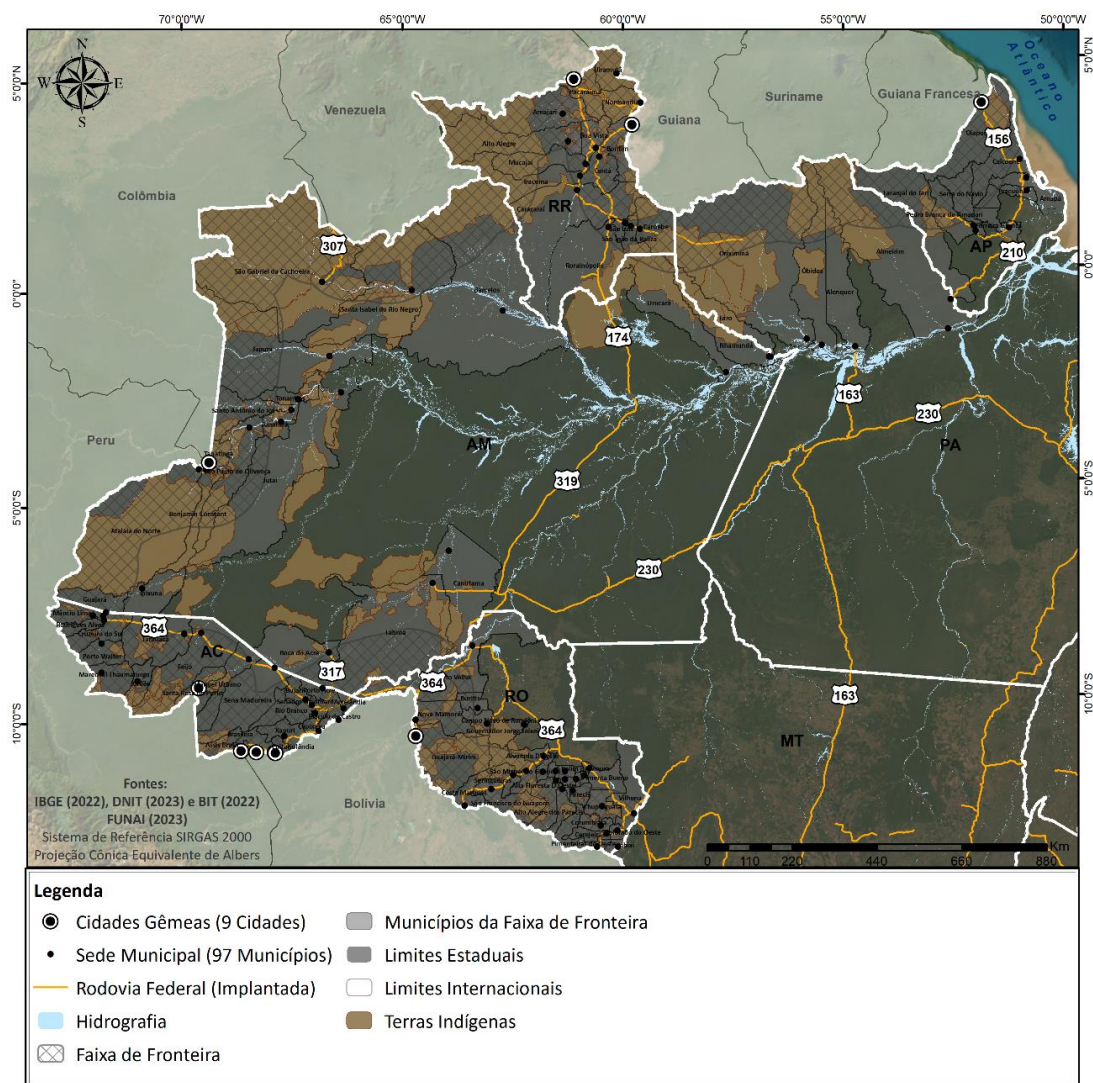


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

POVOS ÍNDIGENAS

Conforme identificado no Eixo 1, conforme dados da FUNAI, há atualmente no território de fronteira do Arco Norte e Rondônia 119 Terras Indígenas (TI), sendo 108 delas regularizadas². A maior parte delas está localizada nos Estados do Amazonas e de Roraima, ainda que se tenha grandes áreas demarcadas em todos os estados.

Mapa 2 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

² As demais categorias são: 6 TIs Declaradas (Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória e estão autorizadas para serem demarcadas); 3 em estudo (em realização de estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a delimitação da terra indígena), 1 homologada (terras que foram demarcadas e tiveram seus limites homologados pela Presidente da República) e 1 encaminhada como RI (Reservas Indígenas que são terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União que não se confundem com as de posse tradicional). Sobre a situação jurídica, vale destacar que essas informações são dinâmicas devido aos próprios processos de regularização fundiária. Ver tabela 14 do Anexo, que apresenta informações sobre as terras indígenas.

Destaca-se que a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto 7.747/2012) indica entre as suas diretrizes a “proteção territorial, ambiental e melhoria da qualidade de vida nas áreas reservadas a povos indígenas e nas terras indígenas” e a “proteção territorial e ambiental das terras ocupadas por povos indígenas isolados e de recente contato”.

Na faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia há mais de mais de 50 etnias, entre elas os Yanomami, Tikúna, Makuxí, Wapixana e Waimiri Atroari. O maior território é o dos Yanomami, que totaliza mais de 9 milhões de hectares, em Roraima. Quanto aos povos isolados e de recente contato, as informações disponíveis são parciais. De acordo com FUNAI, nos país todo, são 114 registros de povos isolados e 36 terras indígenas onde vivem grupos indígenas de recente contato. Não foram identificadas, até o presente momento, referências precisas quanto à localização desses grupos, mas estima-se que existam vários na faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia. Nos dados disponíveis da FUNAI sobre TIs, há 7 registros de povos isolados, sendo 4 no Acre, 2 em Rondônia e 1 no Amazonas. Já a COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas Brasileiras (2021) identifica 22 povos isolados na mesma região, sendo 12 no Amazonas, 4 em Roraima, 2 em Rondônia, 2 no Pará e 1 entre Pará, Roraima e Amazonas.

As TIs existentes, independentemente do estágio do processo de reconhecimento ou demarcação, são referências essenciais para orientar o ordenamento territorial na região, bem como para formulação de programas e projetos. Entretanto, é importante observar dois aspectos relevantes em relação à questão indígena na faixa de fronteira de modo geral e no Arco Norte e Rondônia especificamente. O primeiro deles é que a noção de fronteira, que delimita e separa países, não é necessariamente uma referência para os indígenas que estão na fronteira, pois transitam indistintamente em suas terras de um lado e de outro dos países. O segundo aspecto a ser destacado é que parte significativa da população indígena não está localizada em TIs. Nos municípios da faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia, 44,2% da população indígena, quase a metade, está localizada fora de TIs.

De acordo com os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2022), a população indígena nessa área é de 397.355 habitantes, o que representa 12% da população total dos municípios que integram a faixa de fronteira, independentemente de serem municípios com sede fora da faixa³. Se forem excluídas as três capitais na faixa de fronteira (Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista) onde estão os maiores

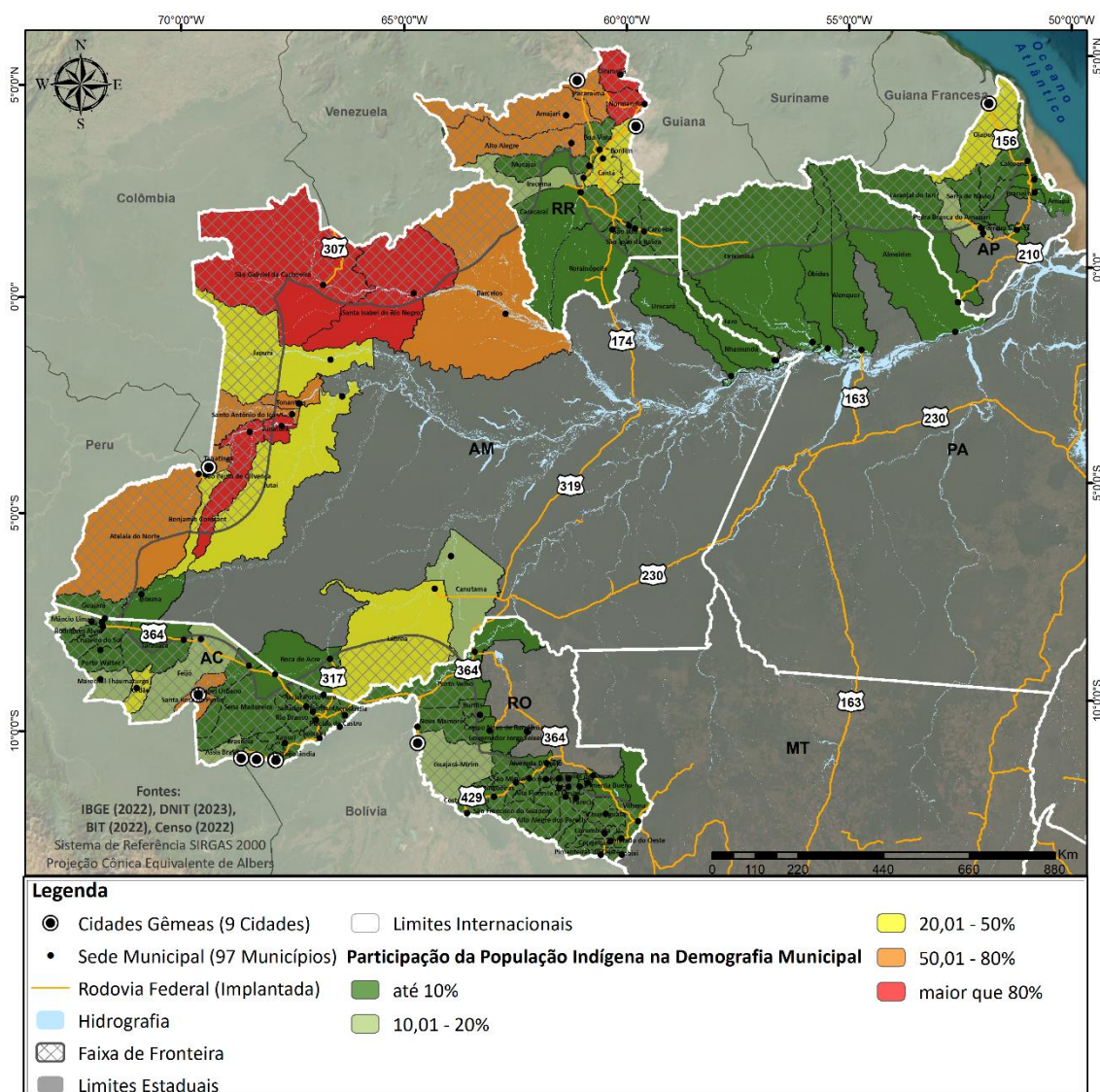
³ Ver tabela 13 do Anexo, que apresenta os dados censitários da população indígena por município.

contingentes populacionais, a participação da população indígena no conjunto dos demais municípios se eleva para 18,2%.

As maiores concentrações de população indígena são identificadas em Roraima e, principalmente, no Amazonas. Juntos somam 333.383 indígenas, quase 84% do total presente nos municípios da faixa de fronteira da região Norte.

Em termos percentuais, Uiramatã (RR) e Santa Isabel do Rio Negro (AM), são os municípios com maior participação de população indígena, passando de 96% dos habitantes. No Amazonas, dos 19 municípios na faixa de fronteira, em 9 a população indígena representa mais de 50% do total. Em Roraima, 5 municípios dos 15 tem mais de 50% da população de indígenas. No Acre, apenas Santa Rosa dos Purus ultrapassa esse patamar.

Mapa 3 - Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

Em números absolutos, no entanto, a cidade com maior concentração de população indígena é São Gabriel da Cachoeira (AM), onde há 48.256 indígenas, mais de 93% da sua população. Esse também é o município que possui maior população fora de terras indígenas, 23.364 habitantes, o que representa 48,4% do total de habitantes do município.

Para além da promoção de justiça social, a proteção dos povos indígenas, assim como de outras comunidades tradicionais, consiste também em estratégia de

sustentabilidade ambiental do bioma⁴. Entretanto, é sabido que os povos indígenas localizados na região estudada enfrentam ameaças diversas e a presença de facções criminosas nas terras indígenas, aliada à exploração madeireira e minerária, intensifica os conflitos.

No Amazonas, por exemplo, relatórios do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) indicam que o estado concentra altos índices de invasões de terras indígenas, bem como elevados índices de mortalidade infantil indígena (Santos, 2024, p. 124).

A extração ilegal de ouro, especialmente na TI Yanomami, frequentemente se associa a exploração de mão de obra indígena em condições análogas à escravidão (Santos, 2024, p. 135). Além disso, as TIs Kayapó e Munduruku, no Pará, registram grandes extensões de garimpo ilegal, gerando impactos ambientais relevantes e levando ao aumento da violência nas comunidades indígenas (Santos, 2024, p. 140).

Há ainda relação entre indígenas e narcotráfico, especialmente no Vale do Javari, onde jovens indígenas são cooptados por traficantes e inseridos em dinâmicas de violência (Santos, 2024, p. 28). O assassinato do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira revelou a conexão entre o tráfico de drogas, a pesca ilegal e as invasões de terras indígenas na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru (Santos, 2024, p. 27).

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas são parte fundamental da história do Brasil e desempenham um papel crucial na preservação de práticas culturais, ambientais e sociais que remontam ao período da escravidão. No contexto do território de fronteira do Arco Norte e Rondônia, essas comunidades enfrentam desafios específicos relacionados à titulação de terras, acesso a direitos e à preservação de suas tradições.

O reconhecimento e a proteção das comunidades quilombolas no Brasil estão garantidos por diversas normativas federais, com destaque para a Constituição Federal de 1988, que assegura os direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombos - artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais

⁴ Cabe destacar que a SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia já vem elaborando o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Javari, região com presença importante de população indígena. Paralelamente, desenvolve estudos relativos à Terra Indígena Yanomami e já planeja iniciar trabalho específico no Vale do Acre. São áreas sensíveis, que chegam à faixa de fronteira e, de fato, merecem ser objeto de trabalhos específicos para orientar priorização de ações na implementação das políticas públicas.

Transitórias (ADCT) -, e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003⁵, que regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas. Esse decreto também estabelece as regras para a certificação das comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsáveis pelo reconhecimento e titulação das terras quilombolas, respectivamente. Essas instituições atuam em parceria para garantir que as comunidades quilombolas tenham seus direitos territoriais reconhecidos e titulados, o que é fundamental para assegurar a permanência e o desenvolvimento dessas comunidades.

Outras normativas, como o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007⁶, que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, também se aplica às comunidades quilombolas, reconhecendo seu modo de vida tradicional e garantindo o direito a políticas públicas específicas que promovam o desenvolvimento sustentável e o respeito aos seus direitos culturais e territoriais.

No território de fronteira do Arco Norte e Rondônia, além da FCP e do INCRA, outras organizações e instituições também desempenham papel relevante na defesa dos direitos quilombolas. Destacam-se as defensorias públicas, organizações não governamentais e outras entidades, como o Instituto Socioambiental (ISA), que atuam na promoção de direitos territoriais, educação, saúde e assistência social.

O Censo 2022 do IBGE⁷ revelou que o Brasil possui 8.441 localidades quilombolas⁸ identificadas, com uma população significativa, de 1,4 milhão de pessoas, que representa parcela importante da população afro-brasileira. Os números mostram que população quilombola está presente em quase todos os estados brasileiros, mas com uma concentração maior nos estados da Bahia, Maranhão, Pará e Minas

⁵ BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regula o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

⁶ BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.

⁷ Ver tabela 15 do Anexo, que apresenta os dados censitários da população quilombola por município.

⁸ Define-se como quilombola a pessoa residente em localidades quilombolas que se declarou quilombola. O Censo IBGE 2022 considera localidades quilombolas: 1) Territórios oficialmente delimitados: Aqueles que contam com alguma delimitação formal do INCRA ou dos órgãos estaduais e municipais; 2) Agrupamentos Quilombolas: Conjunto de 15 ou mais indivíduos quilombolas, em uma ou mais moradias espacialmente contíguas, vinculados por laços familiares ou comunitários; 3) Outras localidades quilombolas: Ocupação domiciliar dispersa em áreas rurais e urbanas; no entorno dos territórios e agrupamentos; Constatada ou potencial ocupação quilombola.

Gerais. A maior parte dessa população reside em áreas rurais e a pesquisa apontou que parte considerável das pessoas quilombolas vive em territórios oficialmente reconhecidos, com destaque para as terras tituladas. A Região Norte aparece em 3º lugar em relação à presença de população quilombola, com 1.228 (14,55%) localidades.

Na região do Arco Norte e Rondônia, foram identificados 6 territórios que se localizam dentro da Faixa de Fronteira, a maioria deles localizado no município de São Miguel do Guaporé, em Rondônia. São eles:

Tabela 1 - Territórios Quilombolas Certificados dentro da Faixa de Fronteira

UF	COMUNIDADE QUILOMBOLA CERTIFICADA	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	ETAPA DO PROCESSO DE TITULAÇÃO INCRA
RO	JESUS	São Miguel do Guaporé e Seringueiras	12	TITULADO
RO	SANTA FÉ	Costa Marques	41	TITULADO
RO	SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ	São Francisco do Guaporé	46	PORTARIA DE RECONHECIMENTO
RO	PEDRAS NEGRAS	São Miguel do Guaporé e Alta Floresta D'oeste	26	PORTARIA
AP	CUNANI	Calçoene	38	PORTARIA

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados INCRA, 2025

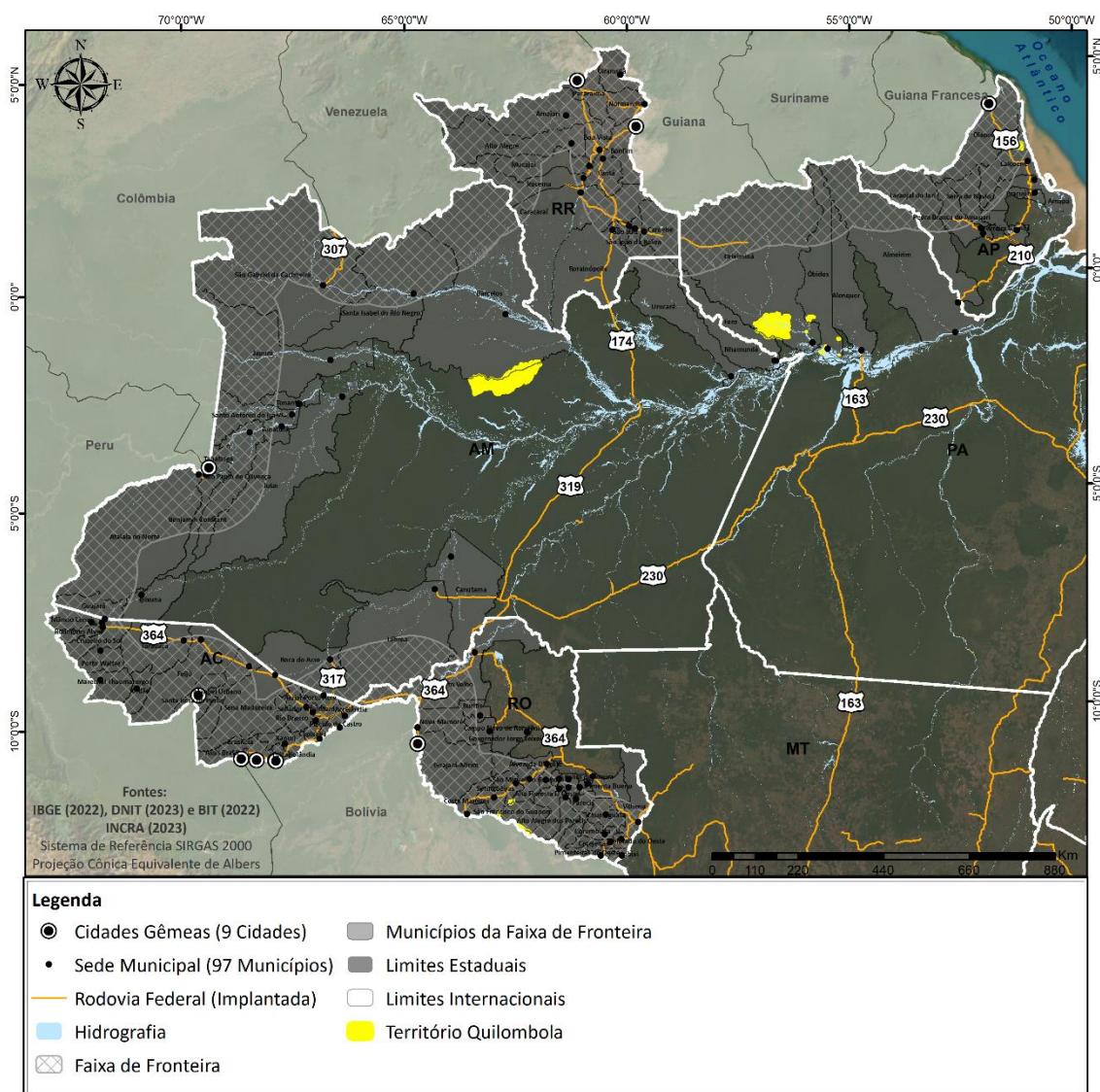
Outros 11 territórios quilombolas estão localizados nos municípios do Arco Norte e Rondônia, porém fora da faixa. A maior parte deles está localizado no Pará, nos municípios de Óbidos e Oriximiná.

Tabela 2 - Territórios Quilombolas Certificados fora da Faixa de Fronteira

UF	COMUNIDADE QUILOMBOLA CERTIFICADA	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	ETAPA DO PROCESSO DE TITULAÇÃO INCRA
AM	TAMBOR	Barcelos/Novo Airão	17	PORTARIA
PA	ALTO TROMBETAS I (Mãe Cué, Sagrado Coração de Jesus, Tapagem, Paraná do Abuí e Abuí)	Oriximiná	155	PORTARIA
PA	ALTO TROMBETAS II (Moura, Jamari, Curuçá, Juquirizinho, Juquiri Grande, Palhal, Nova Esperança e Erepecu/Último Quilombo)	Oriximiná	243	PORTARIA
PA	BOA VISTA	Oriximiná	112	TITULADO
PA	AGUA FRIA	Oriximiná	15	TITULADO
PA	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	Óbidos	48	PORTARIA
PA	MURATUBINHA	Óbidos	132	RTID
PA	PERUANA	Óbidos	16	TITULADO PARCIAL
PA	ARIRAMBA	Óbidos	27	RTID
PA	ARAPUCU	Óbidos	79	PORTARIA

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados INCRA, 2025

Mapa 4 - Territórios Quilombolas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



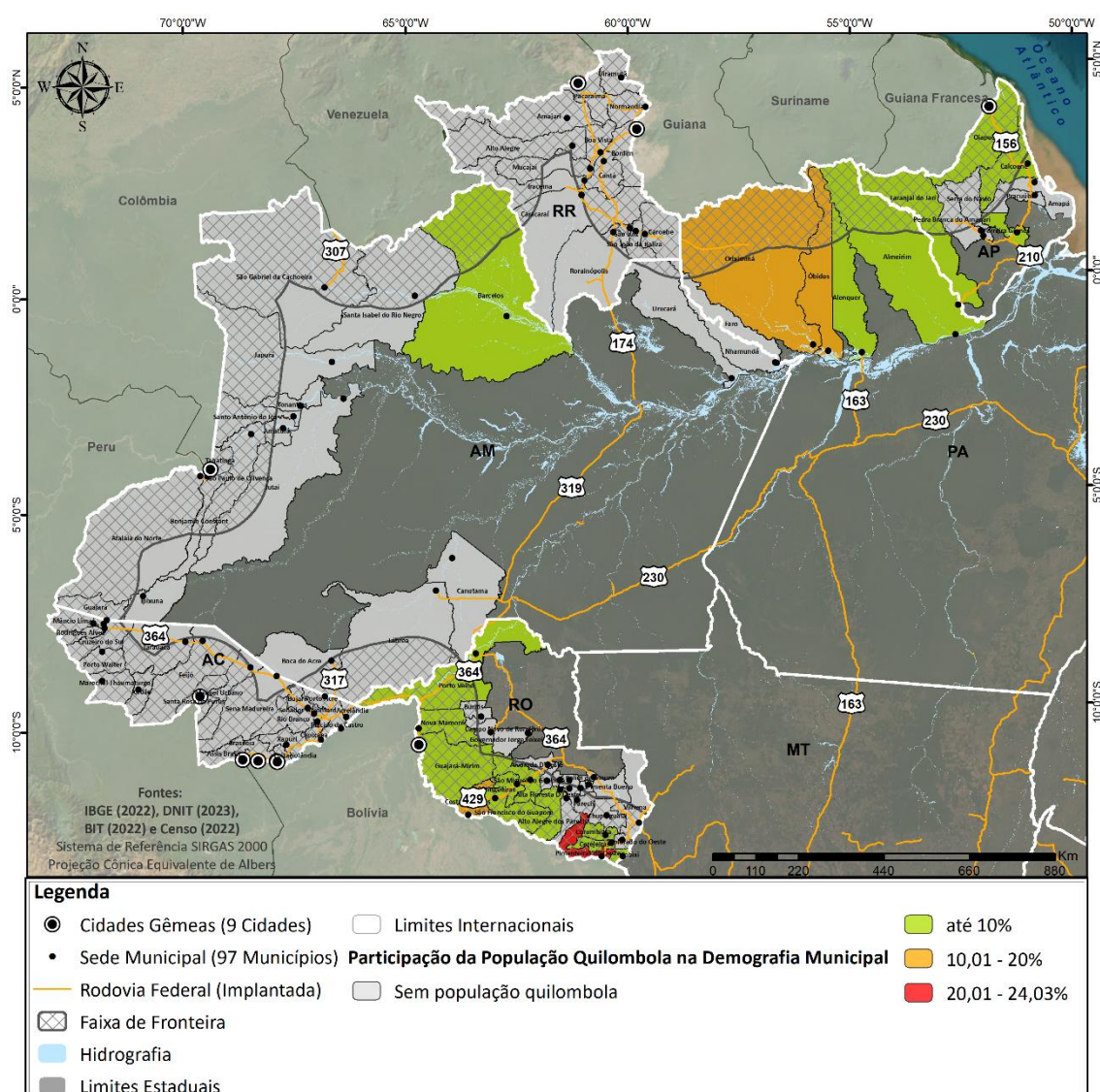
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

No território de fronteira do Arco Norte e Rondônia, foram identificadas 21.712 pessoas quilombolas distribuídos por diversos municípios e comunidades quilombolas. Mais da metade das pessoas quilombolas, 53,3%, tem domicílio fora de territórios quilombolas. E elas estão concentradas principalmente em municípios como Oriximiná (PA), Costa Marques (RO), Óbidos (PA) e Pimenteiras do Oeste (RO). Em Oriximiná (PA), a população quilombola é de 9.451 pessoas, representando 13,84% da população do município, sendo que 51,4% vivem em territórios quilombolas.

No município de Óbidos (PA), por exemplo, a população quilombola representa 13,05% da população total, com 6.815 pessoas quilombolas das quais 54,4%

residem em terras quilombolas. Já em Costa Marques (RO), a população quilombola atinge 10,65%, com 1.345 quilombolas e 95,7% delas vivendo em territórios quilombolas. Por fim, o município de Pimenteiras do Oeste (RO) conta com uma população quilombola de 518 pessoas, que representam 24,03% da população total sendo 100% dela residente fora de territórios quilombolas. A figura a seguir mostra a participação da população quilombola nos municípios da faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia.

Mapa 5 - Percentual de população quilombola na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

Desde o início do processo de certificação, no ano de 2004 a Fundação Cultural Palmares já emitiu⁹ 3.103 certidões, beneficiando um total de 3.854 comunidades quilombolas existentes nas cinco regiões do país. Na região Norte, na faixa de fronteira, destaca-se o estado de Rondônia, no qual diversas comunidades quilombolas possuem áreas certificadas e tituladas, como é o caso de Jesus São Miguel do Guaporé e Seringueiras, com áreas de 5.627 hectares e 1.452 hectares, respectivamente. Além disso, comunidades como Santa Fé, em Costa Marques, e Pedras Negras, localizadas em São Francisco do Guaporé, possuem áreas significativas de 43.911 hectares e 7.221 hectares. Essas terras são fundamentais para a sobrevivência dessas comunidades, pois garantem a continuidade de suas práticas agrícolas, culturais e de preservação ambiental. No Pará, as comunidades quilombolas possuem algumas das maiores áreas certificadas, com destaque para as localizadas em Oriximiná, como as de Alto Trombetas I e II, que variam de 57.938 hectares a 79.095 hectares. Essas áreas têm grande importância tanto para os quilombolas que delas dependem quanto para a biodiversidade local, sendo essenciais para a preservação de um modo de vida sustentável. A titulação dessas terras tem sido realizada pelo INCRA ou de forma estadual, com grande número de famílias que residem nessas terras. A certificação das comunidades pela Fundação Palmares e a titulação pelo INCRA asseguram a posse definitiva e o direito dos quilombolas sobre suas terras, garantindo que suas práticas culturais e sua identidade sejam preservadas.

Entretanto, as comunidades quilombolas ainda enfrentam desafios relacionados à segurança territorial e à regularização fundiária. A disputa por terras com outros setores econômicos é um dos principais obstáculos que essas comunidades enfrentam. O documento Dinâmicas da Violência e da Criminalidade na Região Norte¹⁰ aponta aborda essa questão, destacando o impacto para as comunidades quilombolas do avanço do agronegócio e a violência associada à grilagem de terras e exploração ilegal de recursos naturais. Embora o processo de titulação seja essencial para garantir a segurança jurídica dessas terras, ele ainda enfrenta resistências e é moroso em algumas regiões.

Como já visto, o Amapá tem significativa parcela de seu território destinada a unidades de conservação, terras indígenas e comunidades quilombolas, destacando-se como um dos estados com maior percentual de áreas protegidas no

⁹ MINISTÉRIO DA CULTURA. Ministério da Cultura e Palmares celebram novas certificações a comunidades quilombolas. Ministério da Cultura, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-cultura-e-palmares-celebram-novas-certificacoes-a-comunidades-quilombolas>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

¹⁰ SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na Região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1>.

Brasil. Há relatos sobre conflitos fundiários envolvendo quilombolas e pequenos posseiros no Amapá, agravados pelo avanço do agronegócio, com expulsões de comunidades tradicionais. O Ministério Público Federal (MPF) cobra rapidez na regularização de áreas quilombolas no Amapá, apontando que a demora na titulação já supera mais de 13 anos. (SANTOS, 2024, p. 89 e 90).

O estado do Pará possui a maior quantidade de territórios quilombolas da Região Norte, com um total de 87 quilombos, e a segunda maior população quilombola em termos relativos no país. (página 169). A comunidade quilombola Cachoeira Porteira, no município de Oriximiná (Pará), luta pela titulação de seu território enquanto enfrenta ameaças do garimpo ilegal e da implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Cachoeira Porteira. (SANTOS, 2024, p. 186)

O Vale do Guaporé, em Rondônia, abriga diversas comunidades quilombolas, que enfrentam conflitos fundiários devido à expansão da fronteira agrícola e atividades ilegais, como exploração madeireira e caça clandestina. (SANTOS, 2024, p. 226)

Os quilombos desempenham um papel essencial na preservação ambiental e cultural da região do Arco Norte e Rondônia. Muitas dessas comunidades estão localizadas em áreas de grande biodiversidade, onde praticam um manejo sustentável dos recursos naturais, como o cultivo de alimentos e a coleta de produtos da floresta. As práticas tradicionais de agricultura agroecológica, bem como o conhecimento ancestral sobre o uso medicinal das plantas, são características que garantem a sobrevivência das comunidades quilombolas. Além disso, os quilombos desempenham um papel importante na preservação de saberes e práticas culturais que se estendem ao campo da música, dança, culinária e festas populares.

O processo de certificação e titulação das terras quilombolas na faixa de fronteira é um passo fundamental para garantir a segurança jurídica e territorial dessas comunidades, assegurando-lhes o direito de preservar suas culturas e tradições, enquanto contribuem para o desenvolvimento sustentável da região.



EIXO TEMÁTICO 5

INTEGRAÇÃO REGIONAL,
MIGRAÇÕES E SEGURANÇA

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia em 2022	269
Gráfico 2 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Acre	271
Gráfico 3 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Amazonas,	274
Gráfico 4 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Amapá,	276
Gráfico 5 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Pará,	278
Gráfico 6 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Rondônia	280
Gráfico 7 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Roraima	282

Lista de Mapas

Mapa 1 - Taxa média de homicídios dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	270
---	-----

Lista de Quadros

Quadro 1 - Taxas médias de homicídios no Brasil e nas grandes regiões entre 2018 e 2020	267
Quadro 2 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Acre	272
Quadro 3 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Amazonas	274
Quadro 4 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Amapá	276
Quadro 5 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Pará	278
Quadro 6 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado de Rondônia	280
Quadro 7 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado de Roraima	282
Quadro 8. Síntese da relação entre os contextos de violência e os fluxos migratórios nas cidades gêmeas e capitais dos estados do Arco Norte e Rondônia	286

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, 2024	257
Tabela 2 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o sexo, 2024	258
Tabela 3 - Movimentação de entrada pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2024	259
Tabela 4 - Movimentação de saída pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2024	259
Tabela 5 - Movimentação de pessoas por ano pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo os municípios, 2024	260

Sumário

EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA	251
MIGRAÇÕES	253
CONTEXTO DA MIGRAÇÃO NO BRASIL NOS ANOS DE 2010 A 2019	254
CONTEXTO DA MIGRAÇÃO NO ARCO NORTE E RONDÔNIA NOS ANOS DE 2020 A 2024.....	256
MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS PELOS POSTOS DE FRONTEIRA	261
ANÁLISE DE GÊNERO	261
TIPOLOGIAS MIGRATÓRIAS	261
ANÁLISE DA MOVIMENTAÇÃO POR NACIONALIDADE	262
DISTRIBUIÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO POR MUNICÍPIOS	262
ANÁLISE POR ESTADO	262
ACRE	263
AMAZONAS.....	263
AMAPÁ.....	264
PARÁ.....	265
RONDÔNIA	265
RORAIMA.....	266
SEGURANÇA	266
CONTEXTO DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	266
ANÁLISE POR ESTADO	269
ACRE	270
AMAZONAS.....	272
AMAPÁ.....	275
PARÁ.....	277
RONDÔNIA	278
RORAIMA.....	281
CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NOS ESTADOS DO ARCO NORTE E RONDÔNIA – SITUAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS.....	283

EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA

Processos de integração entre países fronteiriços facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais. No entanto, também trazem desafios, como o gerenciamento das migrações e questões de segurança. O deslocamento populacional, quando motivado por fatores econômicos e conflitos políticos, exige políticas coordenadas entre os Estados para garantia dos direitos humanos e inclusão social. Paralelamente, demanda estratégias conjuntas para combater crimes transnacionais, sem comprometer os princípios humanitários. Nesse contexto, a análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalização é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

Este capítulo apresenta um diagnóstico fundamentado sobre as múltiplas interações entre as dinâmicas da criminalidade, migração e desenvolvimento integrado. A imigração é um fenômeno de grande relevância para o planejamento integrado das áreas de fronteira, pois influencia diretamente a dinâmica populacional, a demanda por serviços públicos e o desenvolvimento econômico e social da região. A localização estratégica desses estados, com extensas fronteiras internacionais, os torna pontos cruciais na recepção de migrantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, como refugiados e imigrantes em busca de melhores condições de vida.

Já os desafios da segurança pública envolvem fatores como a presença de facções criminosas – notadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) –, os conflitos agrários, e as disputas por territórios estratégicos para o narcotráfico. Destaca-se ainda a ocupação desordenada, a exploração econômica da região, as tensões fundiárias e os impactos ambientais resultantes do desmatamento e do garimpo ilegal, que têm contribuído para o aumento dos índices de criminalidade e da violência.

A proximidade da região com países como Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Guiana Francesa torna a área um ponto estratégico para a mobilidade populacional, seja por razões econômicas, sociais ou ligadas à instabilidade política dos países vizinhos. O fluxo de migrantes tende a pressionar os serviços públicos em cidades fronteiriças, como Pacaraima (RR) e Tabatinga (AM), ao mesmo tempo em que cria oportunidades para o crime organizado explorar populações vulneráveis, seja no tráfico de pessoas, exploração do trabalho ou recrutamento para atividades ilícitas.

O texto aqui apresentado divide-se em duas seções. A primeira é voltada a análise das migrações, que detalham as diferentes fases do fluxo migratório na região da faixa de fronteira, através de dados por estados e municípios. A segunda apresenta uma análise abrangente e detalhada das dinâmicas da violência e da criminalidade nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima.

A análise sobre a questão das migrações estrutura-se a partir de uma abordagem metodológica fundamentada em bases de dados oficiais, incluindo o Sistema de Tráfego Internacional (STI)¹ da Polícia Federal e os relatórios anuais do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)². São apresentados os conceitos fundamentais sobre imigração, diferenciação entre imigrantes e refugiados, e as principais tipologias migratórias identificadas na região. Discute-se o contexto migratório no Brasil entre 2010 e 2019, período marcado por mudanças legislativas e pelo aumento do fluxo de migrantes, especialmente haitianos e venezuelanos. Em seguida são feitas análise dos registros migratórios nos estados da região Norte entre 2020 e 2024 é um dos eixos centrais do relatório. Os dados demonstram variações significativas nos fluxos de entrada e saída de migrantes ao longo dos anos, influenciadas por fatores como a pandemia de COVID-19, a crise humanitária na Venezuela e políticas migratórias nacionais. A movimentação de pessoas pelos postos de fronteira revela que estados como Roraima, Amazonas e Pará se consolidaram como os principais pontos de entrada de imigrantes, enquanto municípios como Pacaraima (RR) e Belém (PA) figuram entre os mais impactados pelo fluxo migratório. Além disso, o relatório apresenta análises sobre a distribuição dos migrantes por gênero e nacionalidade, apontando o crescimento da presença feminina e a diversificação das origens dos imigrantes.

A abordagem do tema Segurança apresenta as dinâmicas da violência e da criminalidade nos estados do Arco Norte e Rondônia, a partir de uma visão analítica da situação da segurança pública na região, considerando os fatores históricos,

¹ "O Sistema de Tráfego Internacional (STI) é um sistema da Polícia Federal desenvolvido para registrar os dados das entradas e saídas das pessoas no país através dos postos de controle de fronteiras (fronteiras terrestres, portos e aeroportos). Desse modo, são registrados pelo sistema todos os tipos de vistos de entradas possíveis, incluindo os concedidos por motivo de visita." BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Base de dados STI. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/base-de-dados/datamigra>. Acesso em: 12 fev. 2025.

² "Os Relatórios Anuais têm por finalidade disponibilizar, anualmente, aos órgãos públicos responsáveis por gerir as políticas migratórias, aos meios acadêmicos, à sociedade civil e ao público em geral artigos temáticos sobre as migrações e solicitações de refúgio no Brasil, analisando, entre outras, as bases de dados de emissão de vistos, movimentação de pessoas pelos postos de fronteira, registros de residência, solicitações e reconhecimento da condição de refugiado, autorizações de residência para fins laborais, inserção dos trabalhadores imigrantes no mercado formal, acesso aos programas de benefícios sociais, acesso ao ensino regular e transferências pessoais de recursos financeiros". BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Relatórios anuais. Brasília, 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados?id=401176>. Acesso em: 12 fev. 2025.

econômicos, sociais e geopolíticos que contribuem para os elevados índices de criminalidade. Inicialmente, procurou-se contextualizar a violência na região Norte do Brasil, evidenciando as taxas historicamente elevadas de homicídios e outros crimes violentos na região. São apresentados dados comparativos que destacam a interiorização da violência, com o deslocamento das ocorrências dos grandes centros urbanos para municípios do interior, fenômeno observado desde os anos 2000. Além disso, são analisadas as particularidades dos estados e dos municípios fronteiriços, a partir de fatores como a presença de facções criminosas, os conflitos ambientais e agrários e as disputas por territórios estratégicos para o narcotráfico.

MIGRAÇÕES

A compreensão sobre a diferenciação entre migração, imigração e refúgio é fundamental para compreender os distintos fenômenos de mobilidade humana e as políticas que regem a circulação de pessoas entre territórios. A legislação brasileira, por meio da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 ³, conhecida como Lei de Migração, define "imigrante" como *"pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil"*. Além disso, a mesma lei define "emigrante" como "brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior". Embora o termo "migrante" não tenha uma definição específica na legislação brasileira, ele é comumente utilizado para englobar tanto imigrantes quanto emigrantes, referindo-se a qualquer pessoa que se desloca de um país ou região para outro.

Já definição de "refugiado" é dada pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 ⁴. De acordo com o Artigo 1º dessa lei, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I. Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II. Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III. Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. De acordo com a duração, são tipologias de migração:

³ BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 99, p. 1, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 6 fev. 2025.

⁴ BRASIL. Lei n.4, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 15822, 23 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 6 fev. 2025.

- **Residentes Permanentes:** São migrantes que possuem autorização de residência por prazo indeterminado no Brasil. Esses indivíduos podem ter obtido esse status por diferentes vias, como reunião familiar, naturalização ou outras modalidades previstas na legislação migratória brasileira.
- **Residentes Temporários:** São migrantes que possuem autorização de residência por prazo determinado, ou seja, sua permanência no país está condicionada a um período específico, que pode variar de acordo com o tipo de visto ou permissão concedida. Entre os exemplos comuns de residência temporária estão as autorizações para estudo, trabalho, acolhida humanitária e investimento.
- **Fronteiriços:** São migrantes nacionais de países vizinhos que mantêm sua residência habitual em municípios fronteiriços do país de origem, mas que ingressam regularmente no Brasil para fins diversos, como trabalho ou estudo. Esses registros são específicos para aqueles que vivem em áreas de fronteira e fazem parte de acordos bilaterais entre o Brasil e os países vizinhos. Um total de 20.835 migrantes fronteiriços foram registrados, conforme dados até agosto de 2024, destacando a migração associada a regiões limítrofes, especialmente relevante para os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, que possuem extensas fronteiras com outros países. (BRASIL, 2025 a).

A distinção entre esses conceitos não é meramente terminológica, mas impacta diretamente as políticas públicas e a formulação de estratégias de acolhimento e integração social. A imigração e o refúgio exigem respostas diferenciadas, que levem em consideração as necessidades específicas de cada grupo e garantam o respeito aos direitos humanos e à dignidade dos migrantes e refugiados. Este Relatório analisou apenas os dados sobre imigração, não se detendo nos dados sobre Refúgio e nem inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Considerando o volume de dados envolvido nesta temática, optou-se pela análise mais aprofundada nas movimentações de entrada e saída do país, para compreensão dos fluxos migratórios existentes na fronteira do Arco Norte e Rondônia.

CONTEXTO DA MIGRAÇÃO NO BRASIL NOS ANOS DE 2010 A 2019

Os relatórios anuais de migração (Oliveira 2017, 2018, 2019) analisam as dinâmicas migratórias no Brasil a partir de registros administrativos, especialmente do Sistema de Tráfego Internacional (STI) e do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE). Esses documentos destacam padrões de imigração, principais grupos de imigrantes, impactos da legislação e tendências socioeconômicas, além de abordar especificidades regionais, incluindo os estados da região Norte, como Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima.

O relatório de 2017 analisa os fluxos migratórios entre 2010 e 2016 e destaca que a maioria dos imigrantes registrados provém do Haiti, Bolívia, Argentina, Colômbia, Peru e Paraguai, além de fluxos expressivos da China, Portugal, Itália, Estados Unidos, França e Alemanha (Oliveira, 2015, apud Oliveira, 2017). A migração masculina é predominante, representando 62,8% do total, com índices mais elevados entre italianos (79,9%), portugueses (73,4%) e haitianos (69,7%). Além disso, os imigrantes têm, majoritariamente, entre 25 e 40 anos, evidenciando um perfil economicamente ativo e qualificado. O fluxo migratório foi intensificado por fatores como o crescimento econômico brasileiro e a crise em países emissores, além do Acordo de Residência do Mercosul e as políticas de acolhimento humanitário para haitianos. Entretanto, a partir de 2015, observa-se uma redução no número de entradas devido à crise econômica no Brasil (Oliveira, 2015; Palermo, Oliveira e Lopes, 2015; Tonhati, 2015, apud Oliveira, 2017)). No Norte do país, Roraima e Amazonas destacam-se como os principais destinos de imigrantes venezuelanos.

O relatório de 2018 aprofunda a análise dos registros migratórios até 2018 e destaca o crescimento expressivo da entrada de imigrantes venezuelanos devido à crise política e econômica da Venezuela (Oliveira e Cavalcanti, 2015, apud Oliveira, 2018). O estado de Roraima tornou-se a principal porta de entrada dessa população, gerando desafios para os serviços públicos e motivando estratégias governamentais de interiorização. Haitianos continuaram representando um grupo significativo de imigrantes, com um deslocamento crescente via Chile e fronteiras terrestres. Além disso, paraguaios, uruguaios e bolivianos compõem grande parte dos migrantes de trânsito pendular, atuando em setores como construção civil e comércio. A Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) substituiu o Estatuto do Estrangeiro e facilitou a regularização de imigrantes, contribuindo para mudanças nos fluxos migratórios (Oliveira, 2017, apud Oliveira, 2018). No Norte do Brasil, a chegada massiva de venezuelanos levou à criação de políticas de interiorização para redistribuir essa população para outras regiões.

O relatório de 2019 analisa a regularização de migrantes e os impactos da migração no mercado de trabalho. Entre 2011 e 2018, o Brasil recebeu aproximadamente 774,2 mil imigrantes (Oliveira, 2019). A concentração de imigrantes ocorre principalmente nas regiões Sudeste e Sul, com São Paulo como principal destino. Enquanto o fluxo de haitianos desacelerou, o número de venezuelanos aumentou expressivamente, impulsionado pela concessão de refúgio e vistos humanitários. Em 2018, foram emitidas 24.898 carteiras de trabalho para imigrantes, com maior absorção nos setores da construção civil, serviços e agricultura. A participação feminina entre os imigrantes cresceu nos últimos anos. Apesar dos avanços na

regularização, desafios persistem, especialmente em estados com maior vulnerabilidade social, como Roraima e Amazonas. O relatório reforça que Roraima segue como principal porta de entrada de venezuelanos e que o Amazonas tem se tornado um estado de trânsito migratório (Oliveira, 2019). Além disso, estados como Acre e Rondônia também recebem fluxo migratório, embora em menor escala.

Diante dessas análises, algumas tendências se destacam no período de 2017 a 2019. O crescimento da imigração venezuelana é um dos principais fenômenos, intensificado desde 2015 e tendo Roraima como principal porta de entrada. A migração haitiana, embora ainda expressiva, apresentou mudanças, com muitos haitianos chegando via Chile e rotas terrestres. A nova Lei de Migração (2017) facilitou a regularização e ampliou os direitos dos migrantes, resultando em maior controle sobre os fluxos migratórios. A distribuição dos imigrantes no território brasileiro é desigual, com concentração no Sudeste, mas impactos significativos no Norte, especialmente em Roraima e Amazonas. Por fim, observa-se um crescimento na formalização da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, com maior absorção nos setores de serviços e construção civil.

CONTEXTO DA MIGRAÇÃO NO ARCO NORTE E RONDÔNIA NOS ANOS DE 2020 A 2024

Entre os anos de 2020 e 2024, os estados do Arco Norte e Rondônia se destacaram como pontos estratégicos da dinâmica migratória no Brasil, especialmente devido à sua localização geográfica e à presença de fronteiras internacionais. O fluxo migratório nesses estados foi fortemente influenciado por fatores como crises humanitárias, mudanças nas políticas migratórias, impactos da pandemia de COVID-19 e transformações socioeconômicas tanto no Brasil quanto nos países de origem dos migrantes.

A seguir serão analisados os dados sobre movimentação a movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima. Para facilitar a apresentação das análises, os dados anuais foram consolidados em tabelas que podem ser consultadas no Anexo⁵. Desta forma, apresenta-se no corpo deste documento apenas os números mais recentes da análise, referentes a 2024.

No início do período analisado, em 2020, a pandemia impôs restrições às fronteiras, reduzindo significativamente a entrada e saída de migrantes. Ainda assim, estados como Roraima mantiveram-se como o principal ponto de entrada, devido à crise migratória venezuelana, que levou milhares de pessoas a buscarem refúgio e novas

⁵ Ver Tabelas 17 a 40 do Anexo.

oportunidades no Brasil. Outros estados, como o Amapá, registraram uma grande proporção de entradas, especialmente de trabalhadores e turistas, com a maior disparidade de gênero, com 80,9% dos migrantes sendo do sexo masculino. Esse dado pode indicar um fluxo significativo de trabalhadores ou turistas que ingressam no estado sem necessariamente retornar em grande escala. Enquanto isso, o Pará se consolidou como um centro regional de movimentação. Já o Amazonas e o Pará apresentaram um cenário oposto, com um número maior de saídas do que de entradas.

Com a reabertura das fronteiras e a retomada das atividades econômicas em 2021 e 2022, observou-se um movimentações expressivas nos registros migratórios. Em 2021, ainda sob os efeitos da pandemia, a movimentação de migrações queda significativa em comparação com 2020. Porém em 2022, houve um aumento expressivo no fluxo migratório com destaque para a migração de venezuelanos em Roraima e o crescimento de entradas de pessoas vindas de países como Haiti, Filipinas, Bolívia e Peru. Além disso, a mobilidade interna também foi impactada pelo retorno de brasileiros que estavam no exterior e pela intensificação da circulação transfronteiriça, especialmente nas áreas de fronteira amazônica.

No decorrer de 2023 e 2024, o fluxo migratório continuou a crescer, atingindo volumes significativos, com o Pará e o Amazonas consolidando-se como importantes corredores de passagem de migrantes e Roraima permanecendo o principal destino para refugiados venezuelanos. A diversificação das nacionalidades dos imigrantes também foi notável, refletindo a ampliação das rotas migratórias e a crescente relevância do Brasil como país de acolhimento. Em 2024, o fluxo migratório atingiu seu maior volume histórico (855.567 registros) com Roraima ainda sendo o principal destino dos migrantes como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, 2024

UFs	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	53.241	51,2%	50.828	48,8%	104.069	12,2%
AM	89.974	48,3%	96.215	51,7%	186.189	21,8%
AP	67.203	65,6%	35.260	34,4%	102.463	12,0%
PA	115.699	45,2%	140.309	54,8%	256.008	29,9%
RO	7.903	50,2%	7.827	49,8%	15.730	1,8%
RR	152.693	79,9%	38.415	20,1%	191.108	22,3%
Total	486.713	100%	368.854	100%	855.567	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024 ⁶

⁶ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Microdados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, 2024. Disponível em:

Tabela 2 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o sexo, 2024

UFs	ENTRADA						SAIDA					
	F		M		Total		F		M		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	21.962	41,3%	31.266	58,7%	53.228	10,94%	20.078	39,5%	30.740	60,5%	50.818	13,78%
AM	41.484	46,1%	48.476	53,9%	89.960	18,49%	42.200	43,9%	53.995	56,1%	96.195	26,09%
AP	23.761	35,4%	43.407	64,6%	67.168	13,80%	15.082	42,8%	20.169	57,2%	35.251	9,56%
PA	48.991	42,3%	66.668	57,6%	115.659	23,77%	57.005	40,6%	83.225	59,3%	140.230	38,03%
RO	3.819	48,3%	4.082	51,7%	7.901	1,62%	3.711	47,4%	4.114	52,6%	7.825	2,12%
RR	72.120	47,2%	80.533	52,7%	152.653	31,37%	15.794	41,1%	22.612	58,9%	38.406	10,42%
Total	212.137	100%	274.432	100%	486.569	100%	153.870	100%	214.855	100%	368.725	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024.

Já as tabelas 3 e 4, que detalham as tipologias de imigração, mostram que houve um aumento expressivo no número de entrada e saída de turistas, especialmente nos estados do Amapá e Pará. Roraima continuou a ser o estado com maior número de residentes temporários.

Tabela 3 - Movimentação de entrada pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2024

Nacionalidade Entrada		AC		AM		AP		PA		RO		RR		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Brasil	18.256	11,2%	55.427	33,9%	1.687	1,0%	71.070	43,5%	2.730	1,7%	14.137	8,7%	163.307	33,6%
2	Venezuela	4.971	3,7%	3.201	2,4%	42	0,0%	149	0,1%	133	0,1%	125.950	93,7%	134.446	27,6%
3	França	74	0,2%	558	1,4%	32.186	80,3%	7.137	17,8%	19	0,0%	108	0,3%	40.082	8,2%
4	Peru	15.968	83,3%	2.322	12,1%	610	3,2%	99	0,5%	46	0,2%	133	0,7%	19.178	3,9%
5	Estados Unidos	108	0,6%	11.192	59,3%	4.525	24,0%	2.786	14,8%	7	0,0%	260	1,4%	18.878	3,9%
6	Bolívia	12.144	71,7%	82	0,5%	69	0,4%	13	0,1%	4.588	27,1%	32	0,2%	16.928	3,5%
7	Filipinas	1	0,0%	101	0,6%	8.076	51,2%	7.580	48,1%	-	0,0%	3	0,0%	15.761	3,2%
8	Cuba	106	0,9%	264	2,3%	8.289	71,8%	54	0,5%	2	0,0%	2.830	24,5%	11.545	2,4%
9	Colômbia	504	5,4%	7.790	83,5%	131	1,4%	90	1,0%	33	0,4%	783	8,4%	9.331	1,9%
10	Guiana	2	0,0%	75	1,1%	147	2,2%	114	1,7%	-	0,0%	6.205	94,8%	6.543	1,3%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024.

Tabela 4 - Movimentação de saída pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2024

Nacionalidades de Saída		AC		AM		AP		PA		RO		RR		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Brasil	20.631	12,2%	54.809	32,5%	396	0,2%	73.082	43,4%	3.990	2,4%	15.548	9,2%	168.456	45,7%
2	França	71	0,2%	583	1,5%	30.182	78,9%	7.317	19,1%	17	0,0%	85	0,2%	38.255	10,4%
3	Estados Unidos	98	0,5%	11.908	54,8%	39	0,2%	9.459	43,5%	8	0,0%	216	1,0%	21.728	5,9%
4	Venezuela	440	2,5%	2.987	16,7%	41	0,2%	257	1,4%	228	1,3%	13.978	78,0%	17.931	4,9%
5	Filipinas	1	0,0%	2.833	16,3%	672	3,9%	13.843	79,8%	-	0,0%	3	0,0%	17.352	4,7%
6	Peru	14.587	84,1%	1.919	11,1%	539	3,1%	175	1,0%	36	0,2%	79	0,5%	17.335	4,7%
7	Bolívia	11.400	76,3%	71	0,5%	89	0,6%	22	0,1%	3.338	22,3%	30	0,2%	14.950	4,1%
8	Colômbia	325	4,5%	6.148	85,8%	136	1,9%	148	2,1%	27	0,4%	380	5,3%	7.164	1,9%
9	Suriname	-	0,0%	76	1,2%	195	3,1%	5.873	93,4%	-	0,0%	144	2,3%	6.288	1,7%
10	Guiana	1	0,0%	85	1,4%	144	2,3%	107	1,7%	6	0,1%	5.938	94,5%	6.281	1,7%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024.

No ano de 2024, conforme os dados da tabela 5, a tendência de crescimento se manteve, com Pacaraima atingindo 151.063 movimentações, confirmando sua posição como a principal porta de entrada para imigrantes venezuelanos. Oiapoque registrou um novo aumento expressivo, chegando a 76.760 movimentações. Belém bateu seu recorde histórico, alcançando 237.804 registros, consolidando-se como o maior centro migratório do Norte. Manaus também teve um crescimento notável, atingindo 159.082 movimentações, e Tabatinga (AM), na tríplice fronteira com Colômbia e Peru, registrou 26.794 movimentações.

Tabela 5 - Movimentação de pessoas por ano pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo os municípios, 2024

UFs	Município	ENTRADA		SAÍDA		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	Assis Brasil	37.973	71,3%	36.228	71,3%	74.201	71%
	Cruzeiro Do Sul	31	0,1%	6	0,0%	37	0%
	Epitaciolândia	14.685	27,6%	14.411	28,4%	29.096	28%
	Não especificado	132	0,2%	171	0,3%	303	0%
	Rio Branco	420	0,8%	12	0,0%	432	0%
AM	Manaus	75.164	83,5%	83.918	87,2%	159.082	75%
	Não especificado	126	0,1%	187	0,2%	313	0%
	Tabatinga	14.684	16,3%	12.110	12,6%	26.794	13%
AP	Macapá	23.101	34,4%	1.634	4,6%	24.735	12%
	Não especificado	301	0,4%	126	0,4%	427	1%
	Oiapoque	43.293	64,4%	33.467	94,9%	76.760	99%
	Santana	508	0,8%	33	0,1%	541	1%
PA	Belém	115.648	100,0%	122.156	87,1%	237.804	93%
	Não especificado	51	0,0%	208	0,1%	259	0%
	Santarém	-	0,0%	17.945	12,8%	17.945	7%
RO	Guajará-Mirim	7.708	97,5%	7.379	94,3%	15.087	96%
	Não especificado	46	0,6%	36	0,5%	82	1%
	Porto Velho	8	0,1%	7	0,1%	15	0%
	Vilhena	141	1,8%	405	5,2%	546	3%
RR	Boa Vista	1.042	0,7%	357	0,9%	1.399	1%
	Bonfim	18.983	12,4%	19.319	50,3%	38.302	20%
	Não especificado	199	0,1%	145	0,4%	344	0%
	Pacaraima	132.469	86,8%	18.594	48,4%	151.063	79%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024.

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS PELOS POSTOS DE FRONTEIRA

Entre os anos de 2020 e 2024, a movimentação de pessoas pelos postos de fronteira nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima revelou padrões migratórios distintos, fortemente influenciados por fatores socioeconômicos e políticos. O volume de registros de entrada e saída variou ao longo dos anos, sendo impactado inicialmente pelas restrições impostas pela pandemia de COVID-19 e, posteriormente, pelo aumento da demanda migratória impulsionada por crises humanitárias e oportunidades econômicas.

Roraima destacou-se como o principal ponto de entrada de migrantes na região Norte, refletindo a contínua chegada de venezuelanos em busca de melhores condições de vida. Esse fluxo intensificou-se ao longo dos anos analisados, consolidando Roraima como a principal porta de entrada para refugiados e imigrantes temporários. Outros estados, como Amazonas e Pará, também apresentaram altos volumes de movimentação, atuando como centros de passagem e integração regional. No entanto, a relação entre entradas e saídas variou significativamente: enquanto Amapá e Roraima registraram um maior número de entradas, Pará e Amazonas apresentaram saídas mais expressivas, sugerindo um trânsito migratório constante.

ANÁLISE DE GÊNERO

A análise de gênero evidenciou que a migração masculina foi predominante ao longo do período, representando a maioria das entradas e saídas em praticamente todos os estados. O Amapá apresentou a maior disparidade, com uma proporção significativamente maior de migrantes homens, enquanto Rondônia foi o estado com a distribuição mais equilibrada entre os sexos. Esse padrão reflete a característica da migração internacional para a região, marcada por fluxos laborais e fronteiriços que tendem a ser majoritariamente masculinos.

TIPOLOGIAS MIGRATÓRIAS

Em relação às tipologias migratórias, a categoria de turistas figurou como uma das mais expressivas, especialmente no Amapá e no Pará, indicando uma forte presença de viajantes temporários e migração pendular. No entanto, o grupo de residentes temporários ganhou destaque, principalmente em Roraima, onde o fluxo de venezuelanos em busca de refúgio e oportunidades levou a um aumento significativo na concessão de autorizações de residência. Além disso, a presença de brasileiros retornando ao país foi notável ao longo dos anos, sugerindo um

movimento de repatriação motivado por fatores econômicos e pelas crises enfrentadas por brasileiros no exterior.

ANÁLISE DA MOVIMENTAÇÃO POR NACIONALIDADE

A análise da movimentação por nacionalidade confirmou o protagonismo da Venezuela como o principal país de origem dos migrantes na região, com a maioria dos registros concentrando-se em Roraima. Além dos venezuelanos, imigrantes haitianos também figuraram entre os mais numerosos, especialmente a partir de 2022, consolidando um fluxo que há anos tem impacto no Norte do Brasil. Outros grupos significativos incluíram migrantes oriundos das Filipinas, Bolívia e Peru, refletindo a diversidade da imigração para a região. O Amapá, por sua vez, destacou-se pela presença de imigrantes franceses, resultado da proximidade com a Guiana Francesa e da movimentação transfronteiriça nesse eixo.

DISTRIBUIÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO POR MUNICÍPIOS

A distribuição da movimentação por municípios reforçou a importância de certas localidades como principais pontos de entrada e saída. Pacaraima (RR) manteve-se como o município com maior fluxo migratório, especialmente devido à migração venezuelana. Belém (PA) consolidou-se como um hub migratório na região Norte, registrando elevados volumes de movimentação. Outros municípios estratégicos foram Manaus (AM), com um papel de centralidade na dinâmica migratória, e Oiapoque (AP), cuja proximidade com a Guiana Francesa impulsionou um fluxo significativo, especialmente de migrantes em trânsito.

ANÁLISE POR ESTADO

Em síntese, os registros migratórios entre 2020 e 2024 evidenciaram a consolidação do Norte do Brasil como uma das principais portas de entrada e trânsito para imigrantes no país. O período foi marcado por um aumento progressivo na movimentação de pessoas, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para o acolhimento, regularização e integração dos migrantes, sobretudo nos estados mais impactados, como Roraima e Amazonas. A predominância da migração masculina, a diversificação das nacionalidades e o crescimento do número de residentes temporários são aspectos fundamentais para compreender as dinâmicas migratórias na região, que continuam a ser moldadas por fatores políticos, econômicos e sociais tanto no Brasil quanto nos países emissores.

Os registros migratórios nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima entre 2020 e 2024 apresentam dinâmicas distintas, refletindo as

especificidades de cada território no contexto da mobilidade humana. A seguir, é feita uma análise detalhada de cada estado, considerando os dados extraídos das tabelas de movimentação geral, movimentação por sexo, tipologia de imigração, nacionalidade dos migrantes e distribuição municipal.

ACRE

Movimentação Geral - O fluxo migratório no Acre foi relativamente estável ao longo dos anos, com um leve aumento nas entradas em relação às saídas. No auge da pandemia (2020-2021), houve uma redução na movimentação, mas a partir de 2022, a recuperação econômica favoreceu o crescimento do trânsito migratório.

Distribuição por Sexo - A predominância masculina foi evidente, especialmente entre os migrantes em trânsito e trabalhadores fronteiriços. No entanto, houve um leve aumento da participação feminina ao longo do período, possivelmente devido à migração de famílias inteiras, especialmente haitianas e venezuelanas.

Tipologias de Imigração - A maioria dos migrantes registrados no Acre eram brasileiros retornando do exterior, turistas e trabalhadores em trânsito. A categoria de residentes temporários também cresceu, refletindo uma busca por regularização. O estado se consolidou como um ponto de passagem para migrantes, sobretudo bolivianos e haitianos.

Nacionalidade dos Migrantes - Os registros indicaram um volume expressivo de bolivianos, haitianos e peruanos, além de venezuelanos que utilizaram o estado como rota de entrada. A presença de migrantes de países asiáticos, como as Filipinas, também foi notável, especialmente entre 2022 e 2024.

Distribuição por Municípios - Os principais municípios envolvidos na movimentação migratória foram Assis Brasil e Epiaciolândia, que funcionam como corredores fronteiriços. Plácido de Castro e Rio Branco também tiveram participação nos registros, mas em menor escala.

AMAZONAS

Movimentação Geral - O Amazonas apresentou um dos fluxos migratórios mais altos da região Norte, sendo um estado de trânsito para imigrantes internacionais. O volume de entradas e saídas manteve-se equilibrado ao longo dos anos.

Distribuição por Sexo - A predominância masculina foi observada, especialmente em Tabatinga, onde há um intenso fluxo de trabalhadores e migrantes em trânsito.

A participação feminina aumentou gradualmente, principalmente entre os migrantes residentes temporários.

Tipologias de Imigração - Além dos turistas e brasileiros retornando, houve um crescimento significativo no número de residentes temporários, especialmente entre haitianos e venezuelanos. O Amazonas também recebeu um volume expressivo de trabalhadores fronteiriços devido à sua posição estratégica.

Nacionalidade dos Migrantes - Os principais grupos migratórios foram venezuelanos, haitianos e colombianos, além de um contingente considerável de peruanos. A presença de migrantes da Bolívia e das Filipinas também foi notada em determinados períodos.

Distribuição por Municípios - Os municípios de Tabatinga e Manaus foram os principais pontos de entrada e saída. Manaus consolidou-se como um centro de redistribuição de migrantes, enquanto Tabatinga permaneceu como um corredor de trânsito migratório.

AMAPÁ

Movimentação Geral - O Amapá registrou um volume de entradas superior às saídas na maior parte dos anos, sugerindo que o estado funciona como um ponto de recepção para migrantes. O impacto da pandemia foi significativo em 2020 e 2021, mas a partir de 2022, houve um aumento substancial no fluxo.

Distribuição por Sexo - O estado apresentou uma das maiores diferenças de gênero entre os migrantes, com predominância de homens. Isso pode estar associado ao grande número de trabalhadores fronteiriços e turistas de curta permanência.

Tipologias de Imigração - A maior parte dos migrantes foi registrada como turistas e trabalhadores fronteiriços, destacando a forte relação do Amapá com a Guiana Francesa. A categoria de residentes temporários cresceu nos últimos anos, indicando uma possível migração de longa duração.

Nacionalidade dos Migrantes - Os registros apontaram uma forte presença de franceses, além de migrantes haitianos, peruanos e bolivianos. O fluxo venezuelano foi menos expressivo do que em Roraima, mas esteve presente em menor escala.

Distribuição por Municípios - Oiapoque foi o principal município envolvido no trânsito migratório, devido à fronteira com a Guiana Francesa. Macapá e Santana também registraram movimentação relevante.

PARÁ

Movimentação Geral - O Pará consolidou-se como um dos estados com maior volume de movimentação migratória, funcionando como um ponto de redistribuição para migrantes que seguem para outras regiões do Brasil.

Distribuição por Sexo - A migração masculina foi predominante, especialmente entre turistas e trabalhadores temporários. No entanto, o número de mulheres migrantes aumentou ao longo dos anos, indicando uma diversificação nos perfis migratórios.

Tipologias de Imigração - O estado registrou altos números de turistas, além de residentes temporários que buscaram integração na economia local. O fluxo de brasileiros retornando do exterior também foi significativo.

Nacionalidade dos Migrantes - O Pará recebeu uma variedade de migrantes, com destaque para venezuelanos, haitianos e filipinos. A presença de migrantes bolivianos e peruanos também foi registrada.

Distribuição por Municípios - Belém foi o principal centro migratório, seguido por Santarém, que se consolidou como um ponto secundário de movimentação.

RONDÔNIA

Movimentação Geral - Rondônia apresentou o menor volume de movimentação entre os estados analisados. O fluxo foi relativamente estável, com entradas e saídas equilibradas.

Distribuição por Sexo - O estado teve um equilíbrio maior entre os gêneros, sugerindo uma presença mais diversificada de migrantes.

Tipologias de Imigração - A maior parte dos registros foi de brasileiros retornando, turistas e trabalhadores temporários. O número de residentes temporários aumentou a partir de 2022.

Nacionalidade dos Migrantes - A Bolívia foi o principal país de origem dos migrantes em Rondônia, seguida pelo Peru e pela Venezuela.

Distribuição por Municípios - Guajará-Mirim foi o principal ponto de entrada e saída do estado, refletindo a proximidade com a Bolívia.

RORAIMA

Movimentação Geral - Roraima foi o estado com maior volume de entradas migratórias, consolidando-se como o principal ponto de chegada de refugiados venezuelanos.

Distribuição por Sexo - A predominância masculina foi notável, mas houve um aumento na presença feminina nos últimos anos, indicando a migração de famílias inteiras.

Tipologias de Imigração - O número de residentes temporários foi o mais alto da região Norte, refletindo a crise humanitária venezuelana.

Nacionalidade dos Migrantes - A Venezuela foi, de longe, o principal país de origem dos migrantes. Haitianos e colombianos também apareceram com frequência.

Distribuição por Municípios - Pacaraima e Boa Vista foram os principais pontos de movimentação, com Pacaraima sendo o principal local de entrada no país.

SEGURANÇA

CONTEXTO DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

A região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. Entre 2018 e 2020, a região Norte registrou uma média de 28,7 homicídios por 100 mil habitantes ⁷, superando a média nacional de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

⁷ A composição da taxa média de homicídios nos municípios analisados por Santos (2024) e adotados neste relatório baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, considerando o número de óbitos causados por agressões (CID-10 X85-Y09 - refere-se a um conjunto de causas de morte relacionadas a agressões intencionais por terceiros. É comumente utilizada para categorizar óbitos resultantes de violência interpessoal) e intervenções legais (CID-10 Y35-Y36 - códigos usados para categorizar óbitos resultantes de ações legítimas de força realizadas por agentes do Estado ou em contextos de conflito armado). Esses dados são organizados da seguinte forma: 1. Cálculo trienal: A taxa é calculada como a soma dos homicídios registrados nos anos de 2018, 2019 e 2020, dividida por três (para obter a média anual), e posteriormente dividida pela população estimada de 2020. O resultado é multiplicado por 100 mil para obter a taxa por 100 mil habitantes. 2. População de referência: Utiliza-se a estimativa populacional para o ano de 2020, disponibilizada pelo TabNet (ferramenta do DATASUS). 3. Razão de uso de Taxas Médias: A escolha por taxas médias trienais visa minimizar grandes flutuações que podem ocorrer em municípios com populações pequenas, onde uma variação de poucos casos pode distorcer a percepção de violência letal ao longo dos anos.

Conforme apresentado pelo IPEA, na pesquisa Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil (Santos, 2024) ⁸, estados como Roraima e Pará figuram entre os mais violentos, com municípios como **Alto Alegre (RR)**, com uma **taxa média de 161,9 homicídios por 100 mil habitantes no período de 2018 a 2020**, liderando os rankings nacionais. A violência letal na região se distribui de maneira espacialmente contínua, com áreas de alta violência se espalhando por municípios vizinhos, especialmente em áreas de fronteira.

Quadro 1 - Taxas médias de homicídios no Brasil e nas grandes regiões entre 2018 e 2020

Região	Taxa Média de Homicídios (por 100 mil habitantes)	Observações
Brasil	20,0	Taxa nacional média no período analisado.
Norte	28,7	Segunda maior taxa entre as regiões, destacando-se como uma das mais violentas do país.
Nordeste	28,8	Maior taxa regional do Brasil, próximo ao Norte, refletindo altos índices de violência.
Centro-Oeste	25,6	Terceira maior taxa regional, associada a fatores como expansão urbana e conflitos agrários.
Sul	13,2	Uma das menores taxas regionais, reflexo de menores desigualdades e políticas locais de segurança.
Sudeste	11,3	Região com a menor taxa média de homicídios, apresentando tendência de declínio nas últimas décadas.

Fonte: Elaborado pelo IBAM com base nos dados e informações de Santos, 2024.

A compreensão das dinâmicas da violência requer um olhar atento para os processos históricos de ocupação e exploração econômica. Durante a ditadura militar, políticas de colonização e integração territorial, como a construção da Transamazônica, estimularam intensas migrações e resultaram em conflitos fundiários. A concentração fundiária, associada à grilagem de terras e ao deslocamento de populações tradicionais, configurou um cenário de tensão que se perpetua até os dias de hoje. Além disso, a exploração econômica da região, baseada em grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Tucuruí e a mineração em Serra Pelada, trouxe consigo deslocamentos populacionais,

⁸ SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. 400 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/porta/publicacoes>. Acesso em: 18 jan. 2025.

desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental, alimentando conflitos locais (Santos, 2024).

Outro fator que contribui para a escalada da violência é o garimpo ilegal, que cresceu significativamente nas últimas décadas. Entre 2010 e 2020, a exploração ilegal de ouro em terras indígenas aumentou 495%, afetando áreas como as dos povos Kayapó e Yanomami:

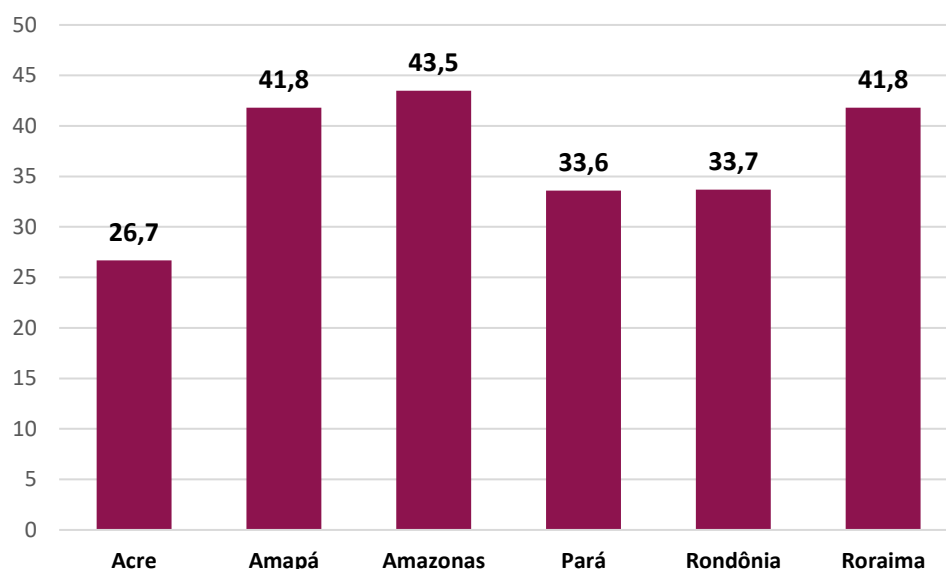
Segundo relatório do MapBiomias (2021), o garimpo ilegal em terras indígenas cresceu 495% entre 2010 e 2020 – com 9,3% das lavras exploradas ilegalmente no Brasil localizadas em TIs em 2020, principalmente nas terras do povo Kayapó (7.602 ha) e na TI Munduruku (1.592 ha), ambas no Pará; além da TI Yanomami (414 ha), localizada nos estados do Amazonas e de Roraima (MapBiomias, 2021, apud SANTOS, 2024, p. 26).

Essa atividade gera impactos socioambientais graves e é frequentemente realizada com a conivência de agentes públicos e privados, exacerbando a violência em áreas protegidas. Paralelamente, facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) expandiram suas operações para a região, disputando o controle de rotas de tráfico de drogas e outros mercados ilícitos. A proximidade com países como Colômbia, Peru e Bolívia, os maiores produtores de cocaína do mundo, torna o território estratégico para o tráfico internacional, intensificando os conflitos armados e elevando as taxas de homicídio (Santos, 2024).

As altas taxas de violência letal na região Norte são reflexo de uma combinação complexa de fatores históricos, econômicos e geopolíticos. Estudos apontam (Santos, 2024) que a ausência de mediação eficaz do Estado nos conflitos locais e a sobreposição de interesses econômicos e sociais consolidaram uma percepção de legitimidade do uso da força como método de resolução de disputas e de regulação social.

Dentre os estados do estudo, o Amazonas é que apresenta maiores taxas de homicídio, seguido de Amapá e Roraima, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia em 2022



Fonte: Elaborado pelo Ibam com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

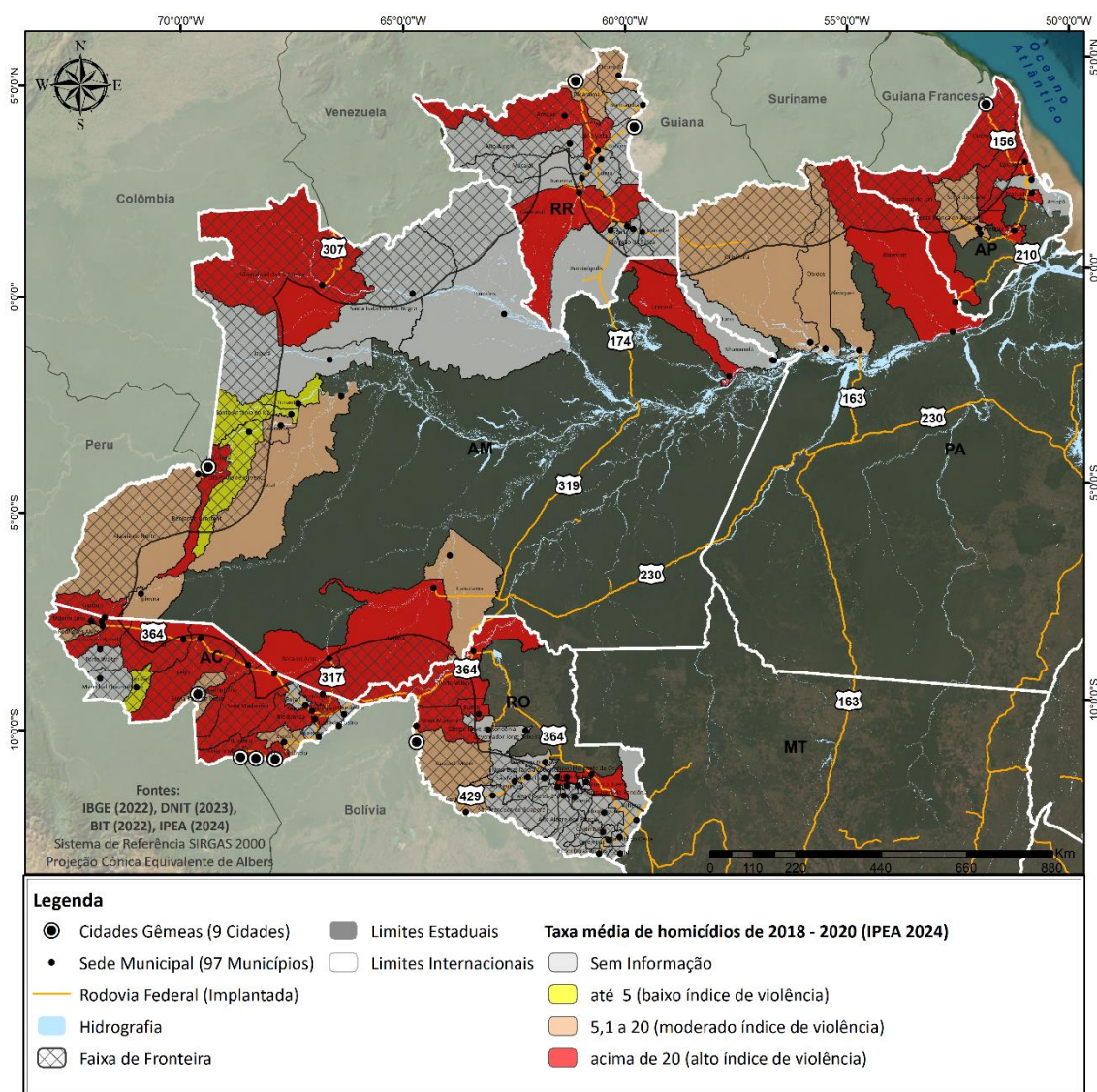
ANÁLISE POR ESTADO

As análises realizadas para cada estado, conforme apresentadas no Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024 a) e o Atlas da violência 2024: retrato dos municípios brasileiros (Cerqueira; Bueno, 2024 b), revelam um cenário complexo e multifacetado da violência no Brasil, com variações significativas em suas causas e expressões, dependendo do contexto local. Nos estados do Arco Norte e Rondônia, a violência é predominantemente influenciada por fatores como disputa entre facções criminosas, narcotráfico internacional, exploração ilegal de recursos naturais e conflitos agrários. A proximidade com fronteiras internacionais (Peru, Bolívia, Guiana e Venezuela) faz com que essas regiões se tornem corredores estratégicos para o tráfico de drogas e armas, intensificando a violência em municípios fronteiriços e rurais.

Nos estados como Acre, Amazonas e Roraima, a guerra entre facções, como PCC (Primeiro Comando da Capital), Comando Vermelho (CV) e grupos locais, gera altos índices de homicídios, especialmente em capitais como Rio Branco e Manaus, além de municípios estratégicos como Tabatinga e Alto Alegre. No Amapá e Pará, destaca-se também a atuação do tráfico de drogas e dos conflitos fundiários e ambientais, com garimpo ilegal e desmatamento gerando tensões no campo e ameaças a comunidades indígenas e ribeirinhas.

Já em Rondônia, a violência é agravada pelos conflitos agrários e fundiários, com a expansão da fronteira agrícola e a grilagem de terras, além do uso de pistolagem e milícias armadas. Em Roraima, os municípios fronteiriços enfrentam um agravamento da violência devido à infiltração de grupos criminosos transnacionais e à exploração descontrolada de terras indígenas.

Mapa 1 - Taxa média de homicídios dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

ACRE

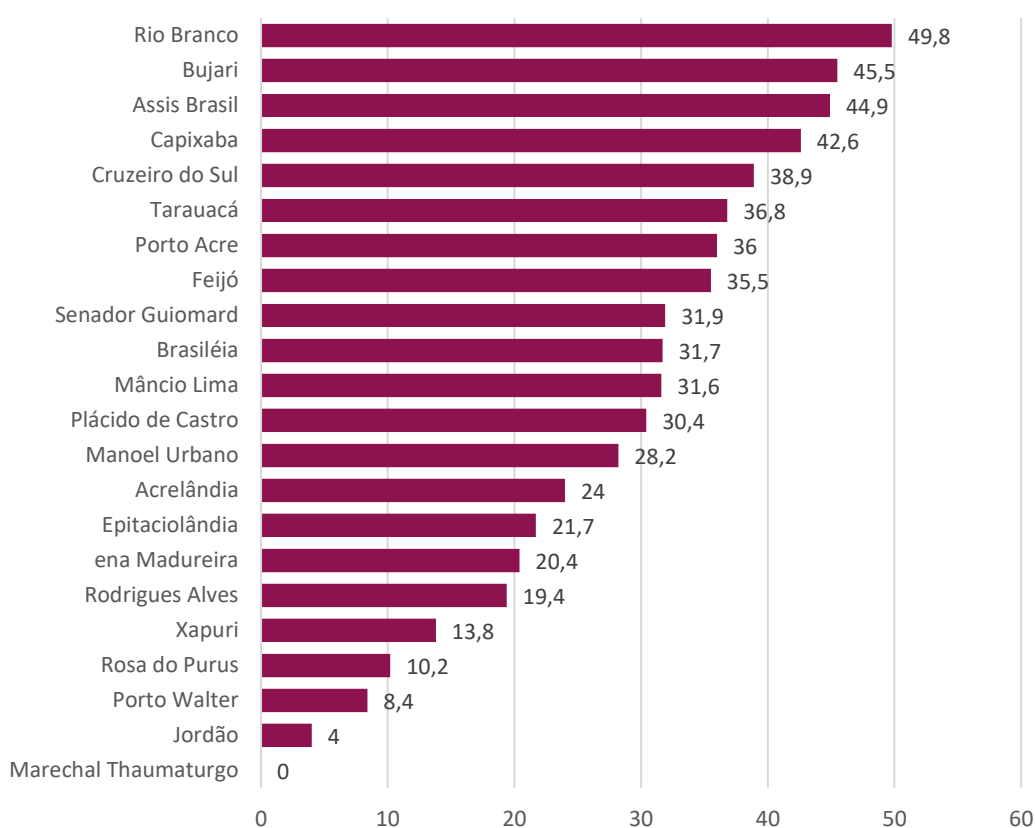
A dinâmica da violência no Acre é marcada pela localização estratégica do estado, que faz fronteira com Peru e Bolívia, principais produtores mundiais de cocaína, e

pela atuação de facções criminosas. Grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e o Bonde dos 13 disputam o controle das rotas de tráfico de drogas e territórios urbanos, resultando em altos índices de homicídios e outros crimes violentos (Santos, 2024, p. 35-36).

Municípios como Brasiléia, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Xapuri e Tarauacá apresentam os maiores índices de violência no estado. Em Brasiléia, a taxa de homicídios está relacionada às disputas territoriais entre facções na faixa de fronteira. Feijó e Sena Madureira são pontos estratégicos para o narcotráfico, apresentando índices elevados de violência. Rio Branco é palco de guerras entre facções e de crimes ordenados de dentro de presídios, tanto locais quanto bolivianos. Em Tarauacá e Xapuri, a proximidade com a fronteira agrava a violência associada ao tráfico de drogas e disputas territoriais (Cerqueira; Bueno, 2024 a, p. 36-37).

A região do Vale do Juruá, que inclui municípios como Feijó e Tarauacá, destaca-se como uma rota de escoamento do tráfico internacional. Essa dinâmica intensifica as disputas entre organizações criminosas, contribuindo para o aumento da violência letal.

Gráfico 2 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 57).

As instituições atuantes no combate à violência no Acre incluem a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal e órgãos de justiça como o Ministério Público. A Polícia Federal desempenha papel essencial no monitoramento das rotas de tráfico e na repressão às atividades criminosas na faixa de fronteira. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) também tem atuação relevante, especialmente na proteção de terras indígenas frequentemente ameaçadas por atividades ilícitas, como o garimpo e o narcotráfico (Santos, 2024, p. 38-39).

Quadro 2 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Acre

Principais tipos de violência	Tráfico de drogas, violência armada entre facções criminosas, conflitos fundiários e violência urbana.
Determinantes sociais da violência	Localização estratégica em relação ao narcotráfico (fronteira com Peru e Bolívia), vulnerabilidade social, desigualdade econômica e presença limitada do Estado em áreas remotas.
Regiões com maiores índices	Municípios com altos índices de violência incluem Brasiléia, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Tarauacá e Xapuri.
Contexto dos municípios na faixa de fronteira	Os municípios fronteiriços como Brasiléia, Etipaciolândia e Assis Brasil enfrentam intensas disputas por rotas de tráfico de drogas controladas por facções como PCC e Comando Vermelho.
Instituições atuantes	Polícia Militar, Polícia Federal, Ministério Público e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) atuam no combate à violência e proteção das populações vulneráveis.
Programas de prevenção	Embora existam ações de segurança pública e iniciativas de proteção comunitária, os programas ainda são pontuais e carecem de integração com políticas socioeconômicas.

Fonte: Elaborado pelo Ibam, com base nas informações de Santos (2024)

AMAZONAS

A dinâmica da violência e da criminalidade no estado do Amazonas reflete um cenário complexo e multifacetado, marcado por altas taxas de homicídios e pela predominância do narcotráfico, além de disputas entre facções criminosas. De acordo com o Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024 a) o Amazonas apresentou a maior taxa de homicídios da região Norte em 2022, com 43,5 homicídios por 100 mil habitantes. Essa situação é agravada em municípios estratégicos, como Iranduba, Tabatinga e Coari, que figuram entre os mais violentos do estado. No ano de 2022 Iranduba registrou uma taxa alarmante de 98,1 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto Tabatinga e Coari apresentaram, respectivamente, 95,9 e 83,6 homicídios por 100 mil habitantes (Cerqueira; Bueno, 2024 b, p. 22 e 39). Esses municípios estão localizados em pontos-chave do tráfico de drogas, como o Rio Solimões, que desempenha um papel crucial no escoamento de substâncias ilícitas provenientes do Peru e da Bolívia (Santos, 2024, p. 121-123).

A capital Manaus também possui uma posição central nessa dinâmica, apresentando uma taxa de 55,7 homicídios por 100 mil habitantes (Cerqueira; Bueno, 2024 b, p. 11). A cidade, devido à sua infraestrutura portuária e aeroportuária, facilita o transporte de drogas e armas, tornando-se um importante polo logístico para o narcotráfico internacional. Além disso, a capital é palco de intensas disputas territoriais entre facções criminosas como o Comando Vermelho (CV), a Família do Norte, o Cartel do Norte e, em menor escala, o Primeiro Comando da Capital (PCC). Essas organizações, além de disputarem o controle das rotas de tráfico, também buscam dominar territórios urbanos, gerando uma escalada de conflitos armados e violência generalizada na cidade (Santos, 2024, p. 124-126).

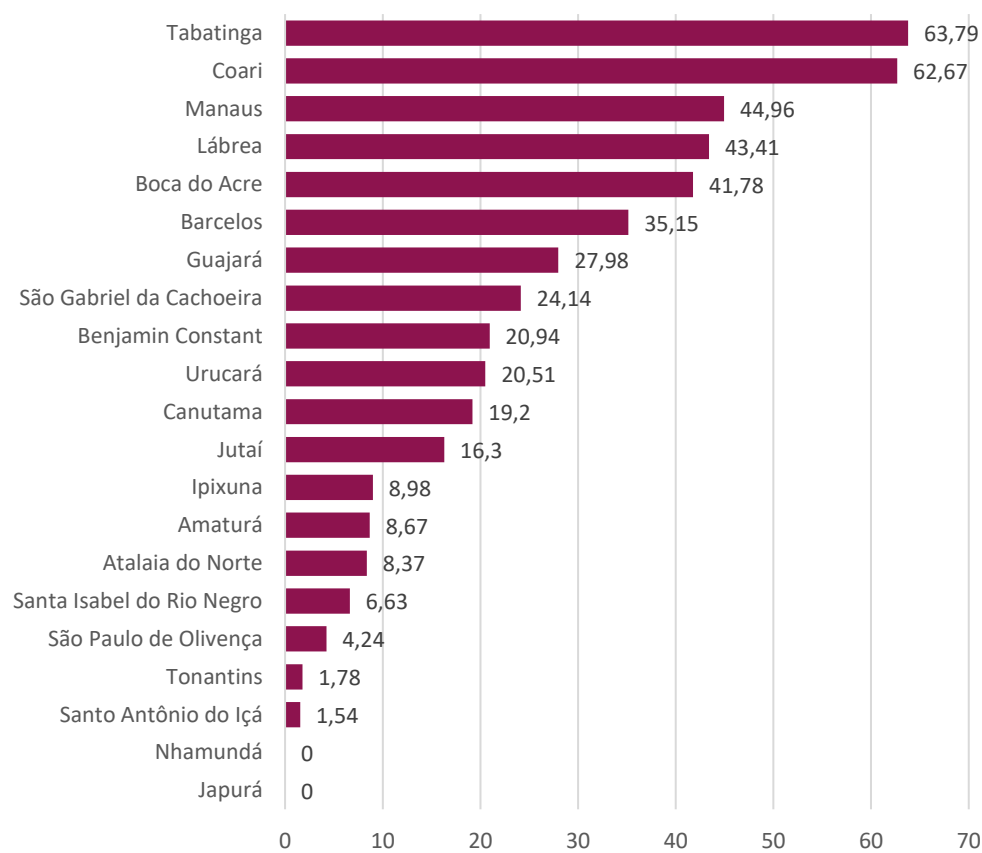
Nas áreas de fronteira do estado, a criminalidade ganha contornos ainda mais preocupantes. Municípios como Tabatinga, situados no Alto Solimões, enfrentam desafios relacionados à atuação de grupos internacionais, como ex-guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que utilizam rotas fluviais para o transporte de drogas. Essa região é de extrema importância estratégica para o narcotráfico, devido à sua proximidade com os maiores produtores de cocaína do mundo – Peru, Bolívia e Colômbia. Além de Tabatinga, municípios como Tefé, com uma taxa de 27,1 homicídios por 100 mil habitantes e Itacoatiara, com 34,7 homicídios por 100 mil habitantes (Cerqueira; Bueno, 2024 b, p. 22), também enfrentam problemas similares. Esses locais, frequentemente utilizados como corredores de exportação de drogas e armas, sofrem com a ausência de uma fiscalização efetiva e de presença estatal significativa (Santos, 2024, p. 127-129).

A fragilidade da segurança pública no Amazonas amplifica o impacto dessas dinâmicas. A ausência de políticas preventivas efetivas e a dificuldade de controle nas extensas áreas de floresta e rios criam condições favoráveis para a expansão da violência e do crime organizado. Regiões mais isoladas e fronteiriças, como aquelas localizadas na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, enfrentam não apenas a ação de facções criminosas e grupos armados, mas também o aumento de crimes ambientais, trabalho análogo à escravidão e exploração de comunidades indígenas. Um exemplo marcante dessa realidade ocorreu em Atalaia do Norte, onde comunidades locais foram submetidas à exploração em um contexto de ausência de proteção adequada (Santos, 2024, p. 130-132). Neste município foram assassinados o indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

Esse cenário de violência no Amazonas é resultado da convergência de diversos fatores geopolíticos, econômicos e sociais. A expansão do narcotráfico, as desigualdades estruturais e a atuação de grupos armados se intensificam diante do isolamento de muitas regiões do estado. A combinação desses elementos é agravada pela dificuldade de implementação de políticas públicas que contemplem

segurança, desenvolvimento social e preservação ambiental de maneira integrada. A complexidade do problema exige uma abordagem multidimensional que considere as particularidades do território e das populações que nele habitam. As extensas áreas de floresta, rios e zonas fronteiriças do Amazonas representam tanto um desafio quanto uma oportunidade para a formulação de políticas que combatam o narcotráfico e promovam o desenvolvimento sustentável, sem deixar de lado a proteção das comunidades locais e de seus direitos (Santos, 2024, p. 133-135).

Gráfico 3 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Amazonas,



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 131)

Quadro 3 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Amazonas

Principais tipos de violência	Altas taxas de homicídios, predominância do narcotráfico e disputas entre facções criminosas. Violência ambiental e conflitos fundiários envolvendo comunidades indígenas e ribeirinhas.
Determinantes sociais da violência	Proximidade com países produtores de cocaína (Colômbia, Peru e Bolívia), exploração predatória de recursos naturais (mineração ilegal e garimpo), histórico de políticas de ocupação geradoras de exclusão social e conflitos.

Regiões com maiores índices	Municípios como Iranduba, Tabatinga e Coari apresentam os maiores índices, devido a sua localização estratégica em rotas de tráfico de drogas.
Contexto dos municípios na faixa de fronteira	Municípios como Tabatinga enfrentam a presença de grupos internacionais como ex-guerrilheiros das FARC. Rotas fluviais são utilizadas para transporte de drogas e armas. A ausência de fiscalização e presença estatal contribui para o agravamento da violência.
Instituições atuantes	Polícia Federal, Forças Armadas, Polícia Militar do Amazonas (PM-AM), Polícia Civil do Amazonas (PC-AM), bases fluviais (Arpão e Anzol), e Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM).

Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024).

AMAPÁ

A dinâmica da violência e da criminalidade no estado do Amapá apresenta características específicas influenciadas por fatores socioeconômicos, geográficos e históricos. Segundo Santos (2024), os principais tipos de violência no estado incluem homicídios, crimes ambientais, conflitos fundiários e violência contra populações indígenas. Esses crimes estão frequentemente associados ao garimpo ilegal, invasão de terras e disputas territoriais (Santos, 2024, p. 98-100).

Os determinantes sociais da violência no Amapá estão relacionados à expansão da fronteira agrícola e mineral, que tem levado à invasão de áreas protegidas e terras indígenas. A presença de facções criminosas, especialmente em áreas urbanas como Macapá e Santana, também contribui para o aumento da criminalidade, com disputas pelo controle do tráfico de drogas e armas (Santos, 2024, p. 102-104).

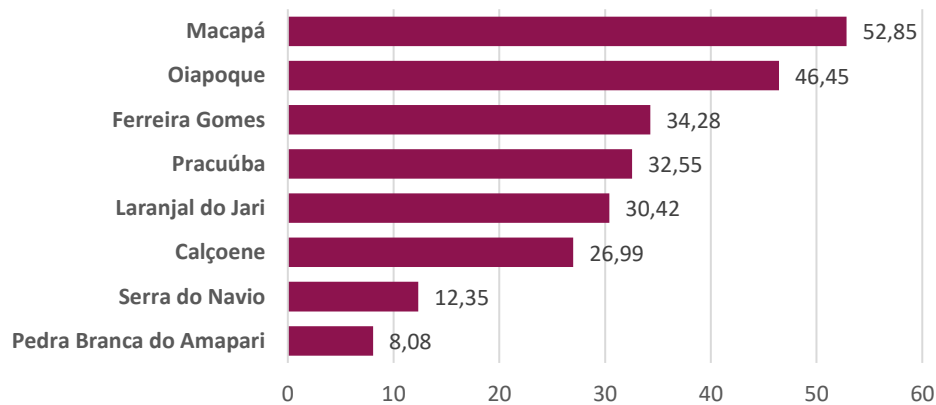
As regiões com maiores índices de violência incluem a capital, Macapá, e sua região metropolitana, além do município de Oiapoque, localizado na fronteira com a Guiana Francesa. Essas áreas registram as maiores taxas de homicídios no estado (Santos, 2024, p. 105-107).

No contexto dos municípios na faixa de fronteira, destaca-se Oiapoque, que enfrenta desafios específicos devido à sua localização estratégica. A proximidade com a fronteira facilita atividades ilícitas como o tráfico de drogas, armas e o garimpo ilegal, resultando em conflitos e aumento da violência local (Santos, 2024, p. 110-112).

Em termos estatísticos, o Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024 b) indica que o Amapá apresentou uma taxa de homicídios de 41,8 por 100 mil habitantes em 2022. No entanto, é importante considerar que há subnotificação de homicídios devido ao elevado número de mortes violentas por causa indeterminada (MVCI), o que pode mascarar a real magnitude da violência no estado (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 85-87).

As instituições que atuam no enfrentamento da violência no Amapá incluem a Polícia Militar (PM-AP), a Polícia Civil (PC-AP) e a Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Entre os programas de prevenção implementados, destaca-se a Força-Tarefa de Segurança Pública do Amapá, criada em abril de 2022, que reúne profissionais da Sejusp, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal. Essa força-tarefa tem como objetivo identificar e combater chefes de facções, rotas do tráfico de drogas, redes de distribuição de produtos ilegais, além de rastrear e interceptar a lavagem de dinheiro e circulação de armas (Santos, 2024, p. 120-122).

Gráfico 4 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Amapá,



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 74)

Quadro 4 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Amapá

Principais tipos de violência	Homicídios, crimes ambientais, conflitos fundiários, violência contra populações indígenas. Relacionados ao garimpo ilegal, invasão de terras e disputas territoriais.
Determinantes sociais da violência	Expansão da fronteira agrícola e mineral, invasão de áreas protegidas e terras indígenas, presença de facções criminosas em áreas urbanas como Macapá e Santana.
Regiões com maiores índices	Macapá, região metropolitana, e Oiapoque.
Contexto dos municípios na faixa de fronteira	Oiapoque: tráfico de drogas, armas, garimpo ilegal, conflitos e aumento da violência.
Instituições atuantes	Polícia Militar (PM-AP), Polícia Civil (PC-AP), Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (Sejusp).
Programas de prevenção	Força-Tarefa de Segurança Pública do Amapá: combate a facções criminosas, tráfico de drogas, armas, lavagem de dinheiro e produtos ilegais.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024).

PARÁ

O estado do Pará apresenta uma dinâmica de violência marcada por homicídios, violência contra mulheres, tráfico de drogas, conflitos agrários e crimes ambientais. Os homicídios, com índices elevados, refletem a atuação de organizações criminosas e conflitos intergrupais. A violência contra mulheres, especialmente no contexto doméstico, é altamente prevalente, destacando a vulnerabilidade feminina (Santos, 2024, p. 115). Conflitos agrários e crimes ambientais estão diretamente relacionados ao avanço da exploração madeireira, mineração ilegal e grilagem de terras, afetando comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas (Santos, 2024, p. 119). Entre os determinantes sociais da violência no Pará estão a desigualdade econômica, exclusão social, falta de acesso a serviços públicos e a presença limitada do Estado em áreas periféricas e rurais. A pobreza estrutural e a concentração fundiária agravam os conflitos agrários, enquanto a ausência de políticas públicas efetivas intensifica a vulnerabilidade das populações locais (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 78). A urbanização desordenada em municípios como Belém e Ananindeua também contribui para o aumento da violência, com destaque para o crescimento de áreas dominadas por facções criminosas.

De acordo com o Atlas da Violência 2024, os municípios com maiores índices de violência no Pará incluem Ananindeua, Altamira e Parauapebas, com taxas de homicídios acima de 50 por 100 mil habitantes (Cerqueira; Bueno, 2024 b, p. 38-40). No caso de Altamira, a violência está diretamente ligada à expansão de grandes empreendimentos, como hidrelétricas, e seus impactos socioeconômicos e ambientais. Em áreas de fronteira, como municípios próximos ao Suriname e Guiana Francesa, o tráfico de drogas e armas, além do contrabando, intensifica a insegurança local (Santos, 2024, p. 125).

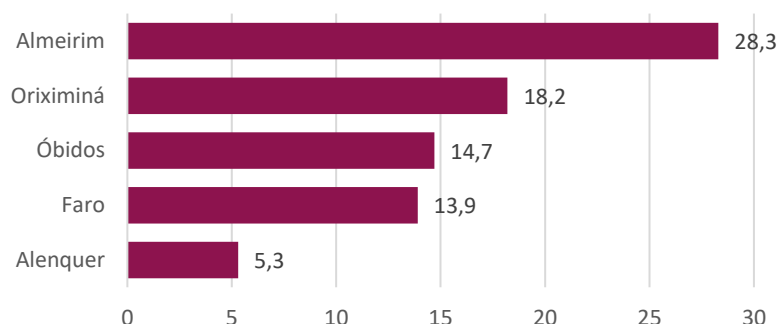
O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 ⁹ aponta que o estado do Pará registrou 3.112 homicídios em 2023, representando uma taxa de 38,7 homicídios por 100 mil habitantes, acima da média nacional.

No Pará, diversas instituições atuam no enfrentamento à violência, incluindo a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), o Ministério Público Estadual e a Polícia Federal. Entre os programas de prevenção, destacam-se o Territórios pela Paz (TerPaz), focado na redução da violência em áreas de alta criminalidade por meio de ações integradas em segurança, saúde e educação; a

⁹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

Patrulha Maria da Penha, destinada à proteção de mulheres em situação de risco, com monitoramento contínuo das vítimas; e o Programa de Regularização Fundiária, que visa mitigar os conflitos agrários ao oferecer segurança jurídica às famílias que ocupam terras.

Gráfico 5 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Pará,



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 175)

Quadro 5 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Pará

Principais tipos de violência	Homicídios, violência contra mulheres, tráfico de drogas, conflitos agrários e crimes ambientais.
Determinantes sociais da violência	Desigualdade econômica, exclusão social, falta de acesso a serviços públicos e presença limitada do Estado em áreas periféricas e rurais.
Regiões com maiores índices	Ananindeua, Altamira e Parauapebas, com taxas de homicídios acima de 50 por 100 mil habitantes. Altamira também é impactada por grandes empreendimentos.
Contexto dos municípios na faixa de fronteira	Presença de tráfico de drogas e armas, exploração sexual de crianças e adolescentes, além de limitações de fiscalização e recursos para segurança.
Instituições atuantes	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), Ministério Público Estadual e Polícia Federal.
Programas de Prevenção	Territórios pela Paz (TerPaz), Patrulha Maria da Penha, Programa de Regularização Fundiária.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024).

RONDÔNIA

Em Rondônia, os homicídios figuram como uma das principais manifestações de violência. Embora o estado não esteja entre os mais violentos da região Norte, observa-se uma tendência de aumento nas taxas de homicídios nos últimos anos (Santos, 2024, p. 123). Além disso, crimes ambientais, como desmatamento ilegal e garimpo clandestino, estão frequentemente associados a conflitos agrários e violência no campo (Santos, 2024, p. 134).

Diversos fatores contribuem para a violência em Rondônia, incluindo desigualdades socioeconômicas, disputas por terras e recursos naturais, e a presença de facções criminosas que buscam controlar rotas do narcotráfico (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 45). A expansão de atividades ilegais, como o tráfico de drogas e a extração ilegal de madeira, também alimenta a criminalidade na região (Santos, 2024, p. 141). As áreas rurais de Rondônia, especialmente aquelas próximas a fronteiras agrícolas e zonas de expansão do agronegócio, registram índices mais elevados de violência. Conflitos fundiários e disputas por recursos naturais são comuns nessas localidades, resultando em homicídios e outros atos violentos (Santos, 2024, p. 150).

Rondônia apresenta diferentes tipos de violência em seus municípios fronteiriços, cada um com fatores determinantes específicos. Nos municípios de Costa Marques, Pimenteiras do Oeste, Cabixi, Alto Alegre dos Parecis, São Francisco do Guaporé, Cerejeiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Santa Luzia D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Chupinguaia, Parecis, Seringueiras, Alvorada D'Oeste e Novo Horizonte do Oeste, os conflitos agrários são a principal forma de violência, impulsionados por disputas de terras e a falta de regularização fundiária (Cerqueira; Bueno, 2024 a, p. 35). Já em Guajará-Mirim e Nova Mamoré, a proximidade com a fronteira boliviana favorece o tráfico de drogas e os crimes transfronteiriços (FBSP, 2023, p. 12).

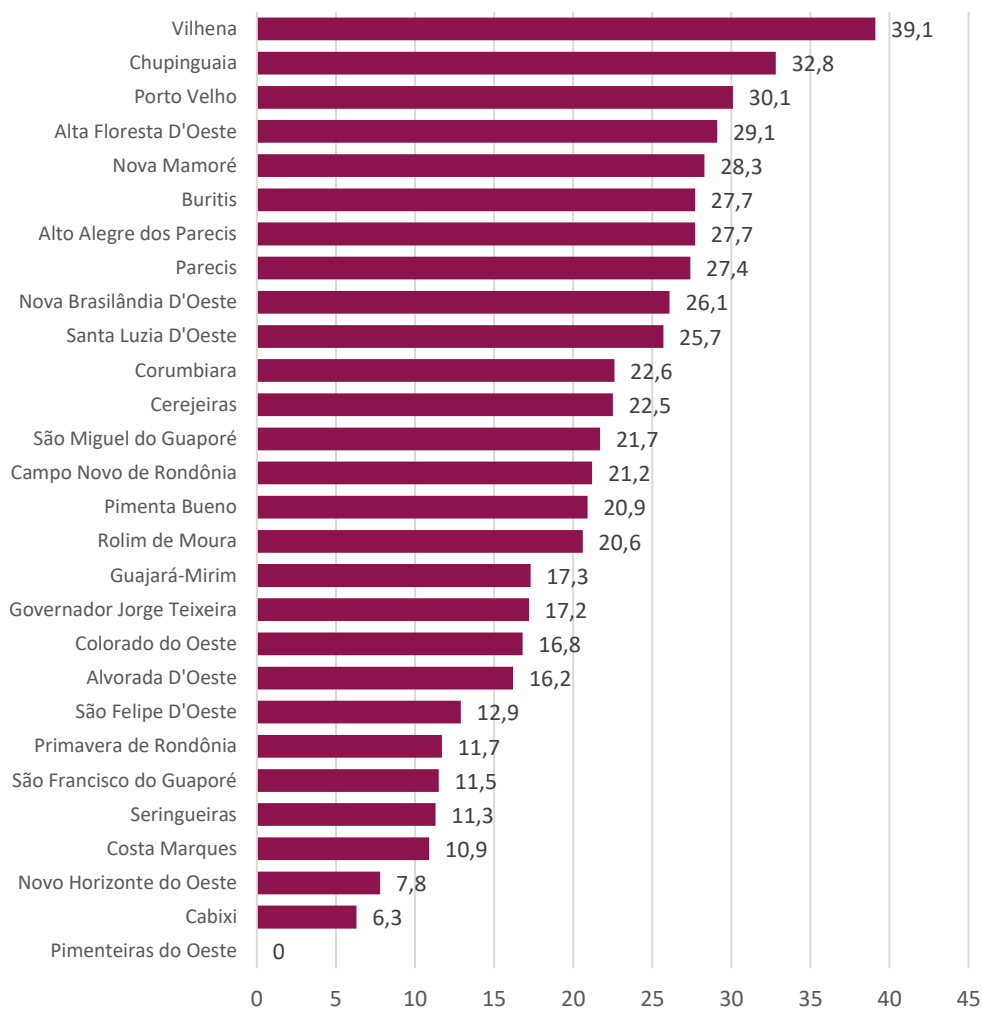
Municípios como Alta Floresta D'Oeste, Corumbiara, e Campo Novo de Rondônia enfrentam violência relacionada ao desmatamento ilegal e crimes ambientais, devido à expansão da fronteira agrícola e à exploração madeireira ilegal (Cerqueira; Bueno, 2024 a, p. 41). Vilhena, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Buritis e Governador Jorge Teixeira apresentam uma incidência significativa de violência urbana, incluindo homicídios e tráfico de drogas, causados pelo crescimento populacional desordenado e pela atuação de facções criminosas (G1, 2024, p. 27) ¹⁰.

Em Porto Velho, a violência é diversificada, com registros elevados de homicídios e crimes patrimoniais, resultantes da desigualdade social e da urbanização acelerada (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 58). Além disso, a violência contra a mulher é um problema presente em todo o estado, especialmente em Vilhena e Pimenta Bueno, onde a cultura machista e a falta de políticas públicas agravam o cenário (G1, 2024, p. 19). Em relação à violência contra crianças e adolescentes, Buritis e Rolim de Moura se destacam pelos altos índices, impulsionados pela negligência aos direitos desse grupo (Revista FT, 2023, p. 15) ¹¹.

¹⁰ G1. Machismo e cultura da violência em Rondônia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro>. Acesso em: 13 jan. 2025.

¹¹ Revista FT. Negligência ao direito da criança e adolescente como fator de violência. Disponível em: <https://revistaft.com.br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

Gráfico 6 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 198-201)

Quadro 6 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado de Rondônia

Principais Tipos de Violência	Homicídios, conflitos agrários e crimes ambientais, como desmatamento ilegal e garimpo clandestino.
Determinantes Sociais da Violência	Desigualdades socioeconômicas, disputas por terras, presença de facções criminosas e expansão de atividades ilegais.
Regiões com Maiores Índices	Áreas rurais próximas a fronteiras agrícolas e zonas de expansão do agronegócio. Conflitos fundiários e violência local.
Contexto dos Municípios na Faixa de Fronteira	Municípios fronteiriços enfrentam tráfico transnacional de drogas e armas devido à porosidade da fronteira com a Bolívia.
Instituições Atuentes	Polícias Civil e Militar, Ministério Público Estadual e ONGs focadas em direitos humanos e mediação de conflitos.
Programas de Prevenção	Iniciativas de policiamento comunitário e projetos sociais voltados para a juventude em áreas vulneráveis.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024).

RORAIMA

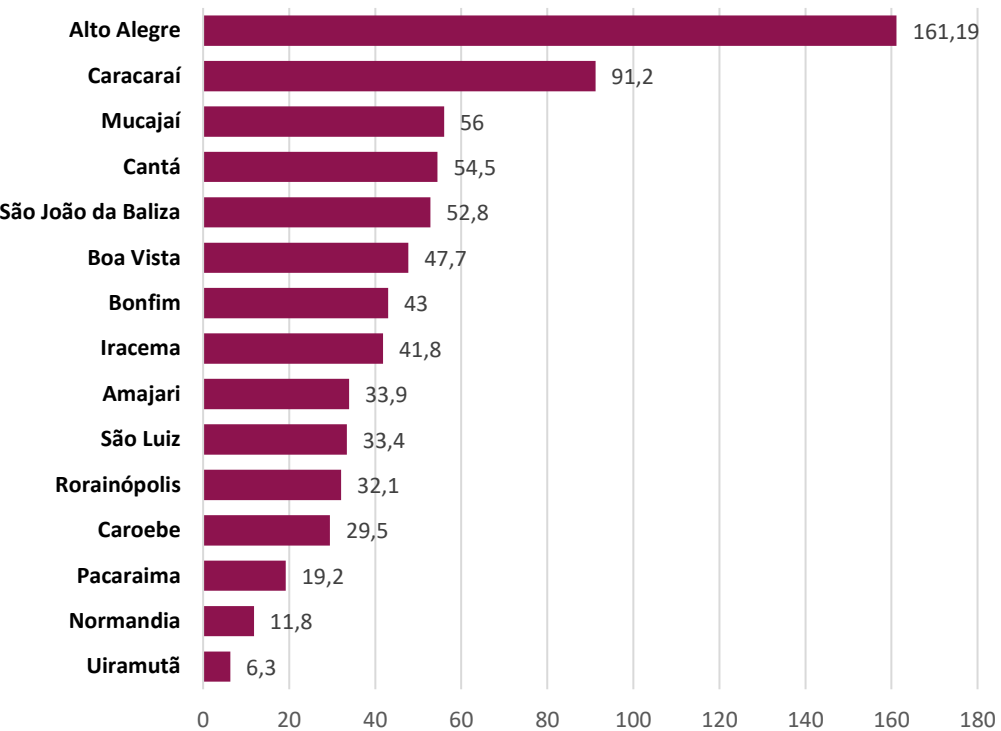
A dinâmica da violência e da criminalidade em Roraima apresenta características específicas influenciadas por fatores como desigualdade social, fluxos migratórios e localização geográfica estratégica. Entre os principais tipos de violência registrados no estado estão os homicídios, cuja taxa média foi de 41,8 por 100 mil habitantes em 2022 (Cerqueira; Bueno, 2024 a) figurando na segunda posição no ranking dos estados analisados, juntamente com o Amapá. Além disso, conflitos agrários e ambientais têm papel relevante, marcados pela grilagem de terras, desmatamento, exploração ilegal de madeira e garimpo associado ao narcotráfico, resultando em tensões com comunidades indígenas (Santos, 2024, p. 180). A violência contra populações indígenas é outro problema destacado, já que 11,02% da população de Roraima se autodeclara indígena, e essas comunidades enfrentam invasões territoriais e exploração ilegal de recursos naturais (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 95).

Os determinantes sociais da violência em Roraima incluem fatores como a desigualdade social, que apresenta o maior índice de Gini do país, e a pobreza, que atinge 46,16% da população, quase o dobro da média nacional (Santos, 2024, p. 137). Outro aspecto relevante é a crise migratória venezuelana, que desde 2015 resultou em um aumento populacional de 44,9% no estado até 2021, sobrecarregando os serviços públicos e gerando tensões sociais (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 250).

Boa Vista, que abriga 66,9% da população do estado, concentra os maiores índices de violência urbana. Por outro lado, municípios na faixa de fronteira, como Pacaraima, enfrentam desafios decorrentes de sua localização estratégica, marcada por atividades ilícitas transnacionais, como o tráfico de drogas e pessoas (Santos, 2024, p. 201). Com 1.922 km de fronteiras com a Venezuela e a Guiana, Roraima apresenta elevada porosidade nessas áreas, o que facilita o tráfico, o contrabando e outras atividades ilegais, enquanto a ausência de controle estatal efetivo aumenta a vulnerabilidade das comunidades locais.

As políticas de segurança pública em Roraima são lideradas pela Secretaria de Segurança Pública do estado, com apoio das Polícias Civil e Militar. No entanto, a falta de integração entre os órgãos, recursos limitados e interferências políticas comprometem a eficácia das ações preventivas (Santos, 2024, p. 310). Entre as iniciativas implementadas estão programas voltados à segurança nas fronteiras e projetos sociais para a juventude em situação de vulnerabilidade, embora os desafios para sua consolidação sejam significativos.

Gráfico 7 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Roraima



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 255)

Quadro 7 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado de Roraima

Principais tipos de violência	Homicídios: Conflitos agrários e ambientais: Grilagem de terras, desmatamento, exploração ilegal de madeira e garimpo, resultando em tensões com comunidades indígenas. Violência contra populações indígenas: Invasões territoriais e exploração ilegal de recursos naturais.
Determinantes sociais da violência	Desigualdade social: Maior índice de Gini do país e 46,16% da população em situação de pobreza. Migração: Aumento populacional de 44,9% devido à crise venezuelana, sobrecarregando serviços públicos e gerando tensões sociais.
Regiões com maiores índices	Boa Vista concentra os maiores índices de violência urbana. Municípios na faixa de fronteira, como Pacaraima, enfrentam desafios devido a atividades ilícitas transnacionais.
Contexto dos municípios na faixa de fronteira	1.922 km de fronteiras com Venezuela e Guiana. Elevada porosidade facilita tráfico, contrabando e outras atividades ilegais. Falta de controle estatal aumenta vulnerabilidade das comunidades locais.
Instituições atuantes	Secretaria de Segurança Pública de Roraima, Polícias Civil e Militar.
Programas de prevenção	Iniciativas voltadas à segurança nas fronteiras e projetos sociais para juventude em situação de vulnerabilidade.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024).

CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NOS ESTADOS DO ARCO NORTE E RONDÔNIA – SITUAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS

A relação entre os contextos de violência e os fluxos migratórios na região Norte do Brasil reflete uma dinâmica marcada pela interação entre fatores locais de insegurança, disputas territoriais e desafios transnacionais. Esses fluxos são influenciados pela proximidade com países vizinhos, como Peru, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa e Venezuela, que transformam a região em um corredor de mobilidade internacional. A violência interna, associada ao narcotráfico, conflitos fundiários, desmatamento ilegal e à presença de facções criminosas, age tanto como fator de expulsão de populações locais quanto como contexto de vulnerabilidade para migrantes (OIM, 2024, p. 15) ¹².

Os fluxos migratórios na região são impulsionados por diversos fatores. Em Roraima, por exemplo, a crise humanitária na Venezuela tem gerado um intenso movimento de refugiados, com a cidade de Pacaraima sendo o principal ponto de entrada no Brasil. Estima-se que cerca de 15 mil venezuelanos cruzem mensalmente a fronteira, em busca de refúgio e assistência humanitária (ACNUR, 2024, p. 21) ¹³. No Acre, a proximidade com a Bolívia e o Peru torna municípios como Assis Brasil e Brasiléia áreas de grande fluxo migratório, principalmente de pessoas que fogem da violência associada ao narcotráfico e a conflitos locais (OIM, 2024, p. 22). O Amazonas, por sua vez, enfrenta uma situação similar em Tabatinga, na tríplice fronteira com Colômbia e Peru, onde refugiados colombianos buscam escapar de conflitos envolvendo guerrilhas e tráfico de drogas (OIM, 2024, p. 28).

Os fatores econômicos também desempenham um papel central nos fluxos migratórios. O Amapá, situado próximo à Guiana Francesa e à Guiana, atrai migrantes em busca de melhores condições de vida, incluindo acesso a trabalho, educação e serviços de saúde. Esse estado também atua como ponto de saída para trabalhadores brasileiros que buscam oportunidades em países vizinhos (OIM, 2024, p. 30). Da mesma forma, o Pará e o Amazonas são polos atrativos para migrantes internos e internacionais, especialmente em suas capitais, Belém e Manaus, que oferecem possibilidades no setor informal e em atividades de baixa qualificação (ACNUR, 2024, p. 29). No entanto, a violência urbana e rural em estados como Rondônia e Pará também leva a deslocamentos internos, forçando populações locais a migrarem para áreas consideradas mais seguras (OIM, 2024, p. 25).

¹² OIM. *Relatório Mundial sobre Migração 2024*. 2024. p. 15-36. Disponível em: <https://brazil.iom.int>. Acesso em: 18 jan. 2025.

¹³ ACNUR. *Relatório do MJSP apresenta dados inéditos sobre refúgio e migração no Brasil*. 2024. p. 12-35. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 18 jan. 2025.

As fronteiras da região Norte são áreas de intenso movimento migratório, com destaque para a fronteira entre Roraima e Venezuela, onde mais de 400 mil venezuelanos já foram registrados no Brasil até 2024 (ACNUR, 2024, p. 21). A fronteira entre o Acre e os países andinos, particularmente nos municípios de Assis Brasil e Brasiléia, também registra grande fluxo de pessoas, muitas vezes associado a rotas de tráfico de drogas e atividades ilegais (OIM, 2024, p. 22). Já na tríplice fronteira do Amazonas com Colômbia e Peru, Tabatinga se destaca como ponto estratégico para o trânsito de migrantes e atividades ilícitas (OIM, 2024, p. 28).

O perfil dos migrantes é diverso e inclui refugiados e solicitantes de asilo, como venezuelanos e colombianos, que fogem de instabilidade política, violência e pobreza extrema (ACNUR, 2024, p. 25). Também há trabalhadores informais, atraídos por oportunidades econômicas em setores como construção civil e comércio, além de comunidades indígenas transfronteiriças, que frequentemente migram devido a pressões socioeconômicas e ambientais (OIM, 2024, p. 35).

Os desafios associados aos fluxos migratórios na região são significativos. A sobrecarga dos serviços públicos em cidades fronteiriças, como Pacaraima e Boa Vista, pressiona os sistemas de saúde, educação e assistência social (ACNUR, 2024, p. 29). A integração dos migrantes no mercado formal enfrenta barreiras, apesar de indicadores positivos em alguns estados. Além disso, a presença de migrantes em situação de vulnerabilidade aumenta os riscos de exploração e tráfico de pessoas, especialmente em contextos de violência local e ausência de políticas públicas eficazes (OIM, 2024, p. 33). Há ainda tensões sociais relacionadas à xenofobia e aos conflitos culturais, dificultando a plena integração das populações migrantes (OIM, 2024, p. 36).

Em síntese, os fluxos migratórios na região Norte são impulsionados por uma combinação de fatores, que incluem conflitos armados, instabilidade política nos países vizinhos, violência e insegurança pública, além da busca por melhores condições socioeconômicas. Essas dinâmicas afetam diretamente os estados da região, que enfrentam o desafio de equilibrar a assistência humanitária com a gestão de pressões internas e externas decorrentes da violência e das migrações.

A relação entre os contextos de violência e os fluxos migratórios nos municípios lindeiros e não lindeiros da Região Norte é um fenômeno que reflete tanto as dinâmicas socioeconômicas quanto os desafios de segurança pública enfrentados na região. A partir da análise do Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024) e da obra Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil (Santos, 2024), é possível identificar alguns elementos estruturantes desta relação em cada um dos estados da região.

No Acre, os municípios lindeiros, como Assis Brasil e Brasiléia lidam diretamente com o fluxo migratório proveniente do Peru e da Bolívia. Cerqueira e Bueno (2024, p. 60) destacam que a fronteira permeável contribui para o aumento do tráfico de drogas e pessoas, gerando um contexto de violência que afeta tanto migrantes quanto populações locais. Na capital Rio Branco, a migração interna agrava problemas sociais em periferias urbanas (Santos, 2024, p. 92).

No Amazonas, a porosidade das fronteiras em Tabatinga e Benjamin Constant intensifica o tráfico internacional de drogas e armas, criando um ambiente de alta vulnerabilidade. Segundo Cerqueira e Bueno (2024, p. 65), a situação é agravada pela dificuldade de acesso a serviços públicos e pela presença limitada do Estado. Em Manaus, a migração de populações ribeirinhas para áreas urbanas sobrecarrega as políticas públicas e contribui para o aumento da violência em áreas periféricas (Santos, 2024, p. 108).

O Amapá apresenta desafios semelhantes, especialmente em municípios como Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa. Cerqueira e Bueno (2024, p. 68) apontam que o controle migratório na região é limitado, o que favorece atividades ilegais e a exploração de migrantes. Nos municípios não lindeiros, como Macapá, o impacto dos fluxos migratórios é mais indireto, mas ainda relevante, com o aumento da demanda por serviços básicos e oportunidades de emprego (Santos, 2024, p. 115).

No Pará, a violência nas regiões lindeiras é agravada por conflitos agrários e a presença de redes de exploração ilegal de recursos naturais. Em Belém, a migração rural-urbana intensifica os problemas urbanos, como o aumento da violência em favelas (Santos, 2024, p. 123).

Em Rondônia, os municípios lindeiros com a Bolívia enfrentam desafios semelhantes aos do Acre, com ênfase no contrabando de madeira e drogas. Segundo Cerqueira e Bueno (2024, p. 77), cidades como Guajará-Mirim sofrem com a ausência de uma presença estatal efetiva. Em Porto Velho, os fluxos migratórios internos geram pressão sobre as áreas urbanas periféricas, aumentando os índices de criminalidade (Santos, 2024, p. 135).

Roraima é um caso emblemático devido à crise migratória na fronteira com a Venezuela. Em Pacaraima, o aumento do fluxo de refugiados tem gerado tensões sociais e sobrecarregado as redes de assistência. Cerqueira e Bueno (2024, p. 80) observam que a militarização das fronteiras não tem sido eficaz para mitigar os impactos. Em Boa Vista, a concentração de migrantes em situação de vulnerabilidade agrava problemas sociais e a violência urbana (Santos, 2024, p. 147).

Quadro 8. Síntese da relação entre os contextos de violência e os fluxos migratórios nas cidades gêmeas e capitais dos estados do Arco Norte e Rondônia

Estado	Cidade Gêmea	Contexto de Violência	Fluxo Migratório	Capitais	Contexto de Violência	Fluxo Migratório
Acre	Assis Brasil Brasiléia Epitaciolândia Santa Rosa do Purus	Tráfico de drogas e pessoas	Fluxo de migrantes de fronteiras internacionais	Rio Branco	Aumento da criminalidade em áreas periféricas	Migração interna de áreas rurais
Amazonas	Tabatinga	Tráfico de drogas e armas	Fluxo de migrantes de fronteiras internacionais	Manaus	Crescimento da violência urbana	Migração ribeirinha para áreas urbanas
Amapá	Oiapoque	Exploração de migrantes	Entrada de migrantes pela Guiana Francesa	Macapá	Pressão sobre serviços públicos	Migração interna e busca por empregos
Pará	Não há cidade gêmea	-	-	Belém	Aumento da violência em favelas	Migração rural-urbana
Rondônia	Guajará-mirim	Contrabando de madeira e drogas	Migração transfronteiriça da Bolívia	Porto Velho	Crescimento da criminalidade	Fluxos migratórios internos
Roraima	Pacaraima	Tensões sociais e sobrecarga assistencial	Refugiados venezuelanos	Boa Vista	Violência urbana em áreas vulneráveis	Concentração de migrantes

Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024)



SÍNTESES E DESTAQUES

SÍNTESES E DESTAQUES

Este capítulo é dedicado a sínteses e indicação de alguns destaques que merecem atenção no desenvolvimento do trabalho de elaboração dos PDIFFs. Para facilitar a leitura, a abordagem foi feita a partir dos temas do trabalho, organizado em 5 eixos. Em algumas análises, foi possível fazer considerações sistematizadas por Estados, em outros casos, optou-se por apresentar questões mais amplas, que envolvem um ou mais territórios.

EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA

Os dados analisados demonstram que os desafios do ordenamento territorial e fundiário na Faixa de Fronteira no Arco Norte e Rondônia são múltiplos e interconectados. A predominância de espaços territoriais especialmente protegidos, os entraves na regularização fundiária, as inconsistências no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a crescente pressão agropecuária criam um cenário de disputa pelo território.

Um dos desafios centrais está na gestão dos territórios protegidos, especialmente nas Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), que ocupam parcelas expressivas da Faixa de Fronteira e estão sob constante pressão de atividades ilegais. A heterogeneidade na regularização ambiental e a falta de articulação entre marcos regulatórios agravam esse cenário.

Pode-se dizer, ainda, que os dados sugerem forte correlação entre a expansão agropecuária, o avanço da fronteira agrícola e o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A conversão de áreas florestais em pastagens e monoculturas, especialmente em Rondônia e Roraima, contribui diretamente para o desmatamento e a intensificação das emissões de carbono, tornando necessária a adoção de estratégias que conciliem produção agropecuária e preservação ambiental. Esse vínculo reforça a importância de integrar políticas de ordenamento territorial com ações de gestão climática, garantindo que o desenvolvimento econômico ocorra de forma sustentável e alinhada aos compromissos ambientais internacionais do país. A implementação de políticas de mitigação que incluem o controle rigoroso do desmatamento, o incentivo ao uso de energias renováveis e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis representam medidas mais eficazes para a redução futura das emissões de GEE.

Sem a pretensão de encerrar conclusões sobre o tema, mas de modo a apoiar e orientar as discussões propositivas no âmbito dos PDIFFs, alguns aspectos extraídos das análises aqui apresentadas merecem destaque e são a seguir relacionados.

Predominância de áreas protegidas e desafios de gestão

Em todos os estados da Faixa de Fronteira amazônica, a ocupação territorial é amplamente dominada por Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), que desempenham papel estratégico na preservação ambiental e na proteção dos direitos culturais e territoriais de povos originários e comunidades tradicionais. No entanto, a gestão dessas áreas enfrenta desafios significativos, como sobreposição de categorias fundiárias, pressão de atividades ilegais – incluindo grilagem de terras, garimpo e exploração madeireira – e limitações político-institucionais que comprometem a fiscalização e o monitoramento efetivo desses territórios.

Inconsistências nos registros do CAR

A análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) identificou sobreposições de áreas registradas em municípios como Rorainópolis (RR), Colorado do Oeste (RO) e Buritis (RO). A baixa taxa de análise dos cadastros concluídos evidencia a morosidade no processo de validação e compromete a efetividade do CAR como instrumento de planejamento e gestão territorial. Esse cenário contribui diretamente para a persistência das sobreposições, que, em alguns casos, ultrapassam a própria extensão territorial dos municípios, ressaltando a necessidade de maior rigor na verificação das informações declaradas.

Embora essas sobreposições não se confundam com eventual falha do sistema, elas podem revelar conflitos fundiários latentes e, em alguns casos, indícios de grilagem de terras. Nesse sentido, o CAR desempenha um papel relevante ao expor essas inconsistências, reforçando a importância do aprimoramento nos processos de validação e integração com outras bases de dados fundiários e ambientais.

Pressão ambiental e contradições

Municípios classificados como prioritários para o combate ao desmatamento, como Buritis (RO) e Mucajaí (RR), continuam registrando taxas significativas de conversão florestal, apesar da expressiva adesão ao CAR. Esse cenário reforça a percepção de que o sistema, em muitos casos, tem se limitado à etapa de cadastramento, sem garantir avanços concretos na regularização ambiental e no controle efetivo do desmatamento.

Lacunas no ordenamento fundiário

A categoria Outras Terras, que compreende áreas ainda não regularizadas ou classificadas como devolutas, apresenta proporções expressivas em estados como Acre (44,5%), Rondônia (25,2%) e Roraima (19,5%), evidenciando deficiências significativas na regularização fundiária. O fato de esses três estados terem sido territórios federais pode ter contribuído para a permanência de grandes áreas sem destinação formal, resultando na sobreposição de marcos regulatórios e na menor autonomia administrativa, o que dificulta a implementação de políticas públicas efetivas.

Cabe mencionar que a sobreposição de marcos regulatórios e seus impactos não se restringe apenas a estados que foram territórios federais, mas os efeitos dessa fragmentação institucional podem ser mais intensos nessas regiões, devido à herança administrativa centralizada e aos desafios históricos na destinação de terras.

Relevância Econômica e Sustentabilidade

Municípios com menor presença de TIs e UCs, como Bonfim (RR) e Cantá (RR), destacam-se como polos produtivos dinâmicos, impulsionados por atividades agropecuárias. Contudo, a expansão dessas atividades precisa ser alinhada a práticas que conciliem desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Expansão produtiva e desmatamento

A análise dos conflitos fundiários e do desmatamento na Faixa de Fronteira revela um padrão de expansão agropecuária desordenada, vulnerabilidades na governança fundiária e degradação ambiental. Estados como Rondônia, Roraima e Amazonas apresentam intensa pressão entre territórios especialmente protegidos e atividades econômicas ilegais, como grilagem de terras e garimpo, demonstrando que a presença de UCs e TIs, por si só, não tem sido suficiente para conter a pressão fundiária. No Acre, o desmatamento avança ao longo de rodovias e rios, refletindo a conversão florestal para pastagens e agricultura, enquanto na Faixa de Fronteira do Amapá e Pará, a conservação tem sido relativamente mais eficaz, apesar do crescimento de alertas de desmatamento em áreas protegidas.

Incidência dos Fenômenos climáticos

De acordo os dados disponibilizados, de modo geral os Municípios em estudo têm capacidade muito baixa para à implementação de programas ou ações de

prevenção contra impactos relacionados à seca. Para a diminuição do risco de impacto presente e futuro das mudanças climáticas nos recursos hídricos considerando uma situação de seca, o arcabouço legal existente, relacionado ao planejamento e gestão indicam que em sua maioria apresentam a classe muito baixa. Quanto ao risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça de desastres geo-hidrológicos no evento de inundações, enxurradas e alagamentos, os Municípios estão enquadrados predominantemente, entre as classes média e muito alta.

Emissões de Gases Efeito Estufa (GEE)

A análise da evolução das emissões de gases de efeito estufa nos Municípios da Faixa de Fronteira, aponta que agropecuária, a pecuária e a agricultura são os maiores contribuintes para as emissões de GEE, com destaque para a emissões de metano da digestão dos animais e a liberação de CO₂ devido ao desmatamento.

Com relação a mudança de uso da terra e floresta, as grandes emissões de CO₂ nesse setor se devem a conversão de áreas de florestas para pastagens e outras culturas agrícolas. Embora em menor escala, o setor de energia também contribui para as emissões, especialmente ao uso de combustíveis fósseis. A análise comparativa dos anos de 2015, 2022 e 2023, aponta que a redução gradual nas emissões desse setores deve-se à adoção de energias renováveis.

EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

A implantação de infraestruturas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia abre oportunidades para dinamizar a economia local, impulsionar o escoamento da produção da região e promover maior integração com os países vizinhos. Ao mesmo tempo, gera desafios como a necessidade de investimentos em conectividade digital e energética e a busca por um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, exigindo políticas públicas bem estruturadas.

Composta por uma extensa rede de rodovias, hidrovias, portos, aeroportos e ferrovias, a infraestrutura de transportes e logística desempenha importante atribuição na integração da região com o restante do Brasil e com os mercados internacionais, considerando as peculiaridades da região amazônica. O transporte rodoviário é um dos principais meios de acesso, mas enfrenta desafios relacionados à manutenção e extensão das rodovias, como a BR-364, que liga o Acre a outros Estados, e a BR-319, que conecta Manaus ao resto do país. O transporte fluvial, devido à grande rede de rios, é essencial para a movimentação de cargas pesadas

e produtos agrícolas, como grãos e minerais. A região também depende do transporte aéreo, com a presença de aeroportos que facilitam a conectividade entre as cidades mais isoladas. O transporte ferroviário, embora subutilizado, ganha relevância com a complementação da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) ao Corredor logístico Centro-Oeste - Amazonas, e a expansão da Ferrovia Transcontinental - EF354 (Ferrovia Transoceânica).

A proximidade com as fronteiras também impõe desafios de segurança, tanto nas operações logísticas, quanto na proteção das infraestruturas de transporte. A gestão de fronteiras e a colaboração com os países vizinhos se tornam aspectos fundamentais para garantir o fluxo seguro e eficiente de mercadorias e pessoas. O Programa Rotas de Integração Sul-Americana, em desenvolvimento, representa oportunidade de agregação dessas infraestruturas de transporte, possibilitando a conectividade entre os Estados da Região Norte e os países vizinhos da América do Sul - Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela.

Com relação à infraestrutura de energia, a Região Norte tem uma capacidade instalada de 35.638 MW, representando 17,9% do total nacional. Destaca-se que a matriz energética da Região Norte do Brasil é caracterizada pela predominância da energia hidroelétrica (29,10%), especialmente nos Estados do Pará e Rondônia, que concentram as usinas hidrelétricas. Apesar da capacidade instalada de geração de energia, as regiões remotas e de difícil acesso dependem de sistema isolados, como usinas termoeletricas e pequenos sistemas fotovoltaicos. Iniciativas de transparência e planejamento, com o lançamento do Portal de Acompanhamento dos Sistemas Isolados (PASI) são importantes para aperfeiçoar a gestão das ações de implantação da energia nessas regiões remotas.

As infraestruturas de comunicações enfrentam obstáculos relacionados à cobertura de telefonia móvel e internet, principalmente em áreas rurais e remotas. A expansão das redes de comunicações tem sido impulsionada por iniciativas como o Programa Norte Conectado, que interligam Municípios da Região Amazônica, com a implantação de cabos de fibra óptica subfluvial.

Com relação ao saneamento, o cenário evidenciado pelos dados demonstra que os Municípios lindeiros da Faixa de Fronteira amazônica enfrentam desafios estruturais para alcançar as metas de universalização dos serviços com qualidade, quantidade e regularidade. As baixas taxas de cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a predominância de lixões como forma de destinação final dos resíduos sólidos ressaltam a necessidade de um planejamento mais integrado e de investimentos específicos para a região.

A vulnerabilidade recíproca entre os estados brasileiros e países fronteiriços sugere que os problemas enfrentados não podem ser resolvidos isoladamente. A gestão do saneamento nas cidades gêmeas, sobretudo as de fronteira seca, requer maior articulação com os países vizinhos, garantindo soluções eficazes e sustentáveis para evitar que a precariedade dos serviços se torne um fator de vulnerabilidade compartilhada. Assim, o fortalecimento das infraestruturas sanitárias não apenas melhorará as condições de vida da população local, mas também contribuirá para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região. A cooperação transfronteiriça implica na necessidade urgente de políticas públicas na busca de soluções integradas que considerem as particularidades locais, com a orientação no social e na conservação dos recursos naturais.

A expansão de projetos de infraestrutura pode gerar impactos socioambientais significativos. A degradação ambiental, o desmatamento, a fragmentação de habitats e os conflitos povos e comunidades tradicionais, em especial povos indígenas, são algumas das principais questões que acompanham a implantação desses projetos. Nesse contexto, é essencial equilibrar o desenvolvimento da infraestrutura de transportes com a preservação ambiental e a proteção dos direitos das populações locais.

EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL

Para este diagnóstico foram reunidos dados secundários, a fim de analisar o perfil econômico dos estados que fazem parte do Arco Norte e Rondônia. Dentre as questões analisadas, observa-se que o Produto Interno Bruto apresenta diferentes patamares, de acordo com os estados. Os maiores estados em tamanho populacional, Pará e Amazonas destacaram-se com o maior tamanho das suas economias, com relação aos demais.

O Acre é o segundo estado da região de fronteira com maior contribuição da agropecuária no valor adicionado (19%) e o maior para o grande setor de serviços (74%), atrás apenas de Roraima. Nos serviços, é a administração pública que responde majoritariamente pelo valor adicionado ao PIB (41%), assim como no total de ocupados. Sua balança comercial foi positiva de 2017 a 2021, porém apresentou o saldo mais baixo entre os estados selecionados.

Para os municípios selecionados na região de fronteira, o Acre é o que possui mais cidades gêmeas – Brasileia, Epitaciolândia, Assis Brasil e Santa Rosa do Purus. Juntos estes somam 7,4% do PIB estadual. A capital Rio Branco contribui com 20% do PIB.

Em termos setoriais, os serviços tem maior contribuição no valor adicionado e em segundo lugar a agropecuária, com percentuais que à exceção de Rio Branco, são elevados, variando de 25% a 40% do valor adicionado nesses territórios.

Rio Branco (AC) é o município com menor percentual dos estabelecimentos agropecuários sobre a agricultura familiar, depois de Manaus. Da extração vegetal, o Acre é o estado com o maior valor da produção da castanha-do-pará e do látex. O município de Xapuri está no topo do ranking do valor para este produto. Com relação ao açaí, o município de Feijó está entre os oito principais em valor da produção. Os municípios não figuram entre os maiores exportadores totais, mas há dados que demonstram grande exportação da castanha-do-pará. Assim como, há importante valor sendo produzido na agroindústria da farinha de mandioca e das frutas. Não à toa há a maior cooperativa de beneficiamento e comercialização de castanha-do-pará neste estado, a Coopeacre, que recebe recursos do Fundo Amazônia.

O Amazonas é o segundo Estado da região de fronteira amazônica em tamanho de PIB, alcançando, em 2021, R\$ 132 bilhões, metade do produto do Pará. Assim como no Pará, sua indústria contribui com uma porcentagem elevada no valor adicionado (38%), principalmente devido à indústria de transformação (27%), situada atrelada à existência da Zona Franca de Manaus. A administração pública também tem peso relevante (20%) no valor adicionado, o que se reproduz no total de ocupados por setor. A agropecuária, apesar de ter somente 5% no PIB, possui 16% na ocupação de trabalhadores no estado. No entanto, dentre as unidades federativas do projeto, o Amazonas revelou os piores valores na balança comercial, negativa em todos os anos (2017-2021), ou seja, o valor das suas importações supera o das exportações.

No contexto do Arco Norte e Rondônia, os municípios lindeiros e não lindeiros do Amazonas respondem por menos de 5,0% do PIB estadual somados, estando sua cidade gêmea – Tabatinga – entre as menores contribuições nessa categoria. Manaus responde pela maior parte do valor adicionado do PIB (78%), no entanto, ela não faz parte do recorte territorial do trabalho. Nos municípios fronteiriços, a administração pública assume a dianteira. Nas atividades econômicas agropecuárias, o valor da produção segue uma ordem padrão, onde as lavouras têm maior valor, seguida de pecuária, produção florestal e hortifruticultura. Dos produtos da extração vegetal, destacam-se o açaí, a castanha-do-pará, o látex e o óleo de copaíba. Dentre os municípios da Faixa de Fronteira, tem-se Boca do Acre, Amaturá e Lábrea com maior valor da produção castanha-do-pará. Das atividades da bioeconomia e seus potenciais arranjos produtivos, destacam-se a cadeia da pesca de Tambaqui no Alto Solimões, do manejo do pirarucu em Jutai.

No Amapá, a maior parte do seu valor adicionado é produzido no setor de serviços (85%), principalmente na administração pública (46%), o que facilmente se replica no total de ocupados por setor, com percentuais baixíssimos para indústria e agropecuária. Na balança comercial, em geral o saldo total foi positivo ao longo dos anos, sendo negativo no último ano da série, em 2021, sendo este indicador sujeitos a fatores internacionais que alteram preços e quantidades.

Entre os estados do Arco Norte, o Amapá apresenta o padrão de predominância das lavouras em valor da produção, porém, seu valor da produção florestal é maior do que o da pecuária e criação de animais, que nos demais estados aparece em segundo lugar. Da extração vegetal, há destaque na produção do açaí, do carvão e da lenha, porém os municípios fronteiriços não figuram entre os maiores produtores do açaí.

O Pará evoluiu positivamente alcançando um PIB, em 2021, de R\$ 262 bilhões, um valor muito superior aos demais estados. Contribui para este resultado, o seu valor adicionado gerado na indústria (46%), devido principalmente à indústria extrativa (34%). Lembrando que neste estado ocorrem importantes extrações de minérios com valor no mercado internacional. Como esta não é uma atividade muito empregadora de mão-de-obra, nota-se que o Valor Adicionado ao PIB não se reflete na mesma proporção no total de ocupados, que acontece preferencialmente nos setores de administração pública e comércio.

Os municípios da Faixa de Fronteira no Pará têm uma baixa contribuição no PIB estadual (1,8%). Assim como a capital Belém, que destoa do resultado comum às capitais, ao não apresentar o percentual municipal mais elevado no produto. Quanto ao setor agropecuário, este responde por 10% do valor adicionado, com 13% dos ocupados no estado. Nos municípios fronteiriços, mais de 90% do total dos estabelecimentos são da agricultura familiar. Das atividades econômicas agropecuárias, as lavouras permanentes e temporárias e atividades de produção florestal apresentam valor de produção estadual mais elevado.

Apesar do estado ter maior produção de produtos florestais não-madeireiros, especialmente o açaí, isso não se reflete na economia dos municípios de fronteira do Pará. A madeira em tora é o produto com maior valor da produção extrativista, sendo que não há especificação quanto ao manejo sustentável.

Rondônia fica em terceiro lugar no PIB, com total de R\$ 58 bilhões em 2021. A agropecuária tem parcela relevante no valor adicionado (21%), sendo o maior percentual entre os estados do estudo e respondendo por 19% do total de ocupados, quase o mesmo percentual da administração pública (19,5%). Sua

balança comercial tem o segundo melhor resultado dos estados, sendo positiva em todos os anos, perdendo somente para o Pará. Os municípios da região de fronteira têm um percentual elevado no produto interno bruto estadual.

Em termos de valor da produção de atividades agropecuárias, Rondônia destoa das outras unidades federativas, por apresentar como segmento predominante a pecuária e criação de animais, evidenciando a importância da pecuária no estado, ultrapassando inclusive em termos absolutos o valor de produção do Pará. Dos produtos florestais não-madeireiros, somente Porto Velho aparece entre os principais valores da produção de castanha. Em compensação, sobre a origem das exportações, Vilhena lidera em termos de valor FOB.

Quando se analisa as atividades produtivas vinculadas à bioeconomia, identifica-se a pesca de tambaqui, a extração com manejo sustentável de madeira com reflorestamento, parceria com a Coopeacre do Acre, principalmente na extração e beneficiamento de castanha e polpa de frutas.

Por fim, o estado de Roraima, o menor PIB entre as seis unidades federativas, onde os serviços respondem por 83% do valor adicionado, sendo este resultado refletido no total de ocupados, em que, apesar de ter baixa ocupação na agropecuária e na indústria, é ainda sim, maior do que no Amapá. Sua balança comercial apresentou uma evolução positiva de 2017 a 2021. A capital Boa Vista tem a maior participação no PIB estadual entre as capitais do estudo, cerca de 75%. O município de Bonfim tem uma contribuição proeminente da agropecuária no Valor Adicionado. Já Pacaraima tem predominância da Administração Pública.

Para as atividades econômicas agropecuárias, o resultado do estado é padrão na ordem de importância, primeiro em lavouras, depois pecuária, produção florestal e horticultura. No valor da produção na extração vegetal para a castanha, o município de Caroebe é o sétimo em valor, e, tanto Rorainópolis quanto São Luiz estão na lista dos municípios com grande valor de produção na castanha. Boa Vista e Pacaraima estão entre os maiores exportadores.

EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Os povos e comunidades tradicionais no Brasil são reconhecidos por suas formas próprias de organização social e cultural, intimamente ligadas ao território e à natureza. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007) define esses grupos como

culturalmente diferenciados, com modos específicos de organização e uso dos recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica. Entre esses povos estão indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e outros, totalizando 28 segmentos.

Na faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia, há 119 Terras Indígenas (TIs), sendo 108 já regularizadas. Esses territórios abrigam mais de 50 etnias, como Yanomami, Tikúna, Makuxí, Wapixana e Waimiri Atroari. A TI Yanomami, em Roraima, é a maior, com mais de 9 milhões de hectares. Um aspecto importante é que 44,2% da população indígena da região vive fora das TIs. A cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM) concentra em números absolutos o maior contingente de indígenas no país, com 48.256 pessoas, representando 93% da população municipal.

Os povos indígenas da Faixa de Fronteira amazônica enfrentam ameaças como o avanço do garimpo ilegal, desmatamento, exploração de mão de obra e a presença do narcotráfico em suas terras. O tráfico de drogas, especialmente no Vale do Javari, tem cooptado jovens indígenas para atividades criminosas, intensificando os conflitos e a violência na região.

As comunidades quilombolas também desempenham um papel fundamental na preservação cultural e ambiental de seus territórios. A Constituição Federal de 1988 e o Decreto 4.887/2003 garantem seus direitos territoriais e Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) são responsáveis pelo reconhecimento e titulação das terras quilombolas, respectivamente. Na faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia, há seis territórios quilombolas certificados dentro da faixa, principalmente em Rondônia e outros onze fora dela, em especial no Pará.

Apesar dessas garantias legais, as comunidades quilombolas ainda enfrentam dificuldades na regularização de suas terras e na defesa de seus direitos. A disputa fundiária, o avanço do agronegócio e a exploração ilegal de recursos naturais são desafios recorrentes. No Amapá, por exemplo, há conflitos entre quilombolas e pequenos posseiros devido à expansão da fronteira agrícola. No Pará, a comunidade de Cachoeira Porteira, em Oriximiná, luta pela titulação de seu território enquanto enfrenta ameaças do garimpo ilegal e da instalação de uma usina hidrelétrica. Em Rondônia, quilombolas do Vale do Guaporé lidam com a invasão de suas terras para extração de madeira e caça clandestina. Apesar desses desafios, os quilombolas desempenham um papel essencial na conservação da biodiversidade e no fortalecimento das práticas culturais e agrícolas sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento da região de forma harmoniosa com o meio ambiente.

EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA

A análise dos fluxos migratórios no Brasil, com ênfase nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, revelou dinâmicas complexas impulsionadas por fatores econômicos, políticos e humanitários. No período de 2020 a 2024, observou-se uma intensificação dos movimentos migratórios, especialmente relacionados à crise humanitária na Venezuela e ao impacto das políticas migratórias brasileiras.

Os dados indicam que Roraima continua a ser a principal porta de entrada de migrantes venezuelanos, enquanto estados como Amapá e Pará apresentam padrões diferenciados, com um aumento da presença de imigrantes de outros países da América Latina e de outras regiões do mundo, como Filipinas e Haiti. A predominância masculina, a diversidade de nacionalidades e o crescimento dos residentes temporários são tendências-chave que moldam a dinâmica migratória da região.

A análise também evidenciou os desafios enfrentados na gestão das migrações, incluindo a necessidade de ampliação de políticas de acolhimento, interiorização e regularização migratória. O fortalecimento de redes de apoio interinstitucionais e a implementação de programas que garantam o acesso a serviços essenciais, como moradia, saúde, educação e trabalho, são medidas fundamentais para a promoção dos direitos humanos dos migrantes e refugiados.

Destaca-se ainda a necessidade de um aprimoramento dos mecanismos de coleta e análise de dados migratórios, permitindo maior precisão na formulação de políticas públicas. Também se faz necessária uma maior articulação entre os governos federal, estadual e municipal para garantir uma resposta coordenada aos desafios migratórios, especialmente em áreas fronteiriças.

Os dados e indicadores analisados sobre a violência nos estados da Região Norte e seus municípios fronteiriços evidenciam um cenário marcado pela interdependência entre violência, migração e vulnerabilidade socioeconômica. Em regiões como Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, a violência é potencializada pela atuação de facções criminosas, pela exploração de recursos naturais e pela fragilidade das políticas públicas de segurança e acolhimento.

Nos municípios fronteiriços do Acre, como Brasiléia, Assis Brasil, Epitaciolândia e Xapuri, a proximidade com Peru e Bolívia fortalece o tráfico de drogas e armas,

tornando essas localidades pontos estratégicos de disputa entre facções criminosas. O fluxo migratório de haitianos e venezuelanos, aliado à falta de infraestrutura e oportunidades, aumenta a vulnerabilidade da população migrante, que frequentemente se torna alvo de exploração ou recrutamento pelo crime organizado. Rio Branco, a capital, reflete o impacto urbano dessa dinâmica, com periferias sob controle de facções.

No Amazonas, os municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant e São Gabriel da Cachoeira, situados na tríplice fronteira com Colômbia e Peru, enfrentam elevados índices de violência ligados ao narcotráfico internacional e à migração forçada de indígenas e refugiados colombianos. O escoamento de drogas pelos rios e o isolamento geográfico tornam a fiscalização difícil, enquanto Manaus sofre com a expansão desordenada das periferias, agravada pela migração interna. Municípios como Lábrea e Boca do Acre enfrentam ainda conflitos fundiários e violência relacionada ao garimpo ilegal.

No Amapá, a violência se concentra em municípios como Oiapoque e Laranjal do Jari, onde a fronteira com a Guiana Francesa e a presença de rotas do tráfico agravam a vulnerabilidade dos migrantes, sujeitos à exploração econômica e tráfico de pessoas. A exploração de recursos naturais em Calçoene e Pedra Branca do Amapari gera conflitos sociais e ambientais, deslocando populações locais e gerando tensões.

O Pará apresenta um cenário de violência rural e ambiental, especialmente em municípios como Óbidos, Oriximiná e Almeirim, onde o garimpo ilegal e a grilagem de terras atraem migrantes e geram conflitos com comunidades tradicionais. As rotas fluviais também facilitam o tráfico de drogas, contribuindo para o aumento da violência urbana e rural.

Em Rondônia, municípios como Guajará-Mirim e Nova Mamoré enfrentam a pressão do tráfico de drogas e armas devido à fronteira com a Bolívia, além dos conflitos fundiários impulsionados pela expansão da fronteira agrícola. A migração em busca de terras e trabalho intensifica os confrontos rurais, gerando casos de pistolagem e violência armada. Porto Velho, como centro urbano, reflete os impactos desse ciclo migratório e das disputas territoriais.

Por fim, Roraima é um dos estados mais impactados pelos fluxos migratórios internacionais, especialmente devido à crise na Venezuela. Municípios como Pacaraima e Boa Vista enfrentam uma sobrecarga nos serviços públicos, amplificando a vulnerabilidade dos migrantes, que frequentemente se tornam alvos de exploração por redes criminosas. Em áreas indígenas como Uiramutã e

Normandia, a exploração ilegal de minérios gera conflitos com populações tradicionais e intensifica a degradação ambiental.

A violência nos municípios fronteiriços do Arco Norte e Rondônia é diretamente influenciada pela dinâmica migratória, pelo tráfico de drogas e armas e pela exploração predatória dos recursos naturais. A falta de políticas públicas eficazes de segurança, acolhimento e desenvolvimento agrava a vulnerabilidade das populações locais e migrantes, criando um ciclo de violência urbana e rural. É essencial o fortalecimento de ações integradas que envolvam segurança nas fronteiras, políticas de migração humanitária e proteção das comunidades indígenas e tradicionais, visando mitigar os impactos dessa realidade complexa e sistêmica.



ANEXOS

REFERÊNCIAS

EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA

Tabelas 1 a 6 - Distribuição dos registros do CAR nos municípios da Faixa de Fronteira DO Arco Norte e Rondônia

Tabela 1 - Distribuição dos registros do CAR nos municípios da Faixa de Fronteira do Acre

Município	Área tot. mun. (Km²)	Área mun. FF (Km²)	CAR na FF (Km²)	% CAR na FF	% CAR no mun.
AC	164.173,495	144923,571	173441,275	100,00	
Acrelândia	1.811,614	1811,614	4.333,287	2,5	239,2
Assis Brasil	4.979,072	4979,072	9432,901	5,4	189,5
Brasiléia	3.928,175	3928,175	3286,979	1,9	83,7
Bujari	3.034,869	2945,949	3685,070	2,1	125,1
Capixaba	1.705,824	1.705,824	2.151,789	1,2	126,1
Cruzeiro do Sul	8.783,470	8.149,292	8.482,192	4,9	104,1
Epitaciolândia	1.652,674	1.652,674	1.455,305	0,8	88,1
Feijó	27.976,874	24.763,189	19.436,395	11,2	78,5
Jordão	5.357,227	5.357,227	3.197,437	1,8	59,7
Mâncio Lima	5.451,669	5.451,669	1.896,247	1,1	34,8
Manoel Urbano	10.630,600	9.042,385	6.016,573	3,5	66,5
Mal. Thaumaturgo	8.190,944	8.190,944	6.043,786	3,5	73,8
Plácido de Castro	1.952,555	1.952,555	2.163,721	1,2	110,8
Porto Acre	2.604,422	2.604,422	3.670,809	2,1	140,9
Porto Walter	6.446,385	6.446,385	2.223,728	1,3	34,5
Rio Branco	8.835,153	8.835,153	8.590,596	5,0	97,2
Rodrigues Alves	3.076,342	3.076,342	2.104,985	1,2	68,4
Sta Rosa do Purus	6.155,867	6.155,867	6.058,860	3,5	98,4
Sena Madureira	23.759,512	18.763,484	32.627,861	18,8	173,9
Senador Guiomard	2.320,172	2.320,172	2.523,391	1,5	108,8
Tarauacá	20.169,485	11.440,586	13.233,358	7,6	115,7
Xapuri	5.350,590	5.350,590	30.826,003	17,8	576,1

Fonte: SICAR Nacional, elaboração própria (2025)

Tabela 2 - Distribuição dos registros do CAR nos municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas

Município	Area tot mun (Km2)	Area mun FF (Km2)	CAR na FF (ha)	% de CAR na FF	% CAR no Mun.
AM	736.983,572	363.506,685	114333,0869	100,00	----
Amaturá	4.754,109	1.360,299	250,547	0,2	18,4
Atalaia do Norte	76.507,617	64.958,396	18.685,500	16,3	28,8
Barcelos	122.461,086	32.411,642	7.953,816	7,0	24,5
Benjamin Constant	8.705,441	5.098,806	1.167,720	1,0	22,9
Boca do Acre	21.938,583	5.737,910	9.440,853	8,3	164,5
Canutama	33.642,732	512,828	500,291	0,4	97,6

Município	Area tot mun (Km2)	Area mun FF (Km2)	CAR na FF (ha)	% de CAR na FF	% CAR no Mun.
AM	736.983,572	363.506,685	114333,0869	100,00	----
Guajará	7.583,534	7.457,911	6.550,304	5,7	87,8
Ipixuna	12.109,779	413,827	375,325	0,3	90,7
Japurá	55.827,203	36.182,499	16.630,136	14,5	46,0
Jutaí	69.457,415	11.730,045	9.272,380	8,1	79,0
Lábrea	68.262,68	32.764,201	30.076,627	26,3	91,8
Nhamundá	14.107,04	660,118	0,000	0,0	0,0
Sta Isabel do Rio Negro	62.800,078	37.266,541	2.096,203	1,8	5,6
Sto Antônio do Itá	12.366,214	10.929,061	2.793,832	2,4	25,6
S. Gabriel da Cachoeira	10.9192,6	90.793,400	2.350,193	2,1	2,6
S. Paulo de Olivença	19.658,502	17.806,069	4.954,367	4,3	27,8
Tabatinga	3.260,103	3.260,103	242,305	0,2	7,4
Tonantins	6.446,894	1.080,429	992,690	0,9	91,9
Urucará	27.901,962	3.082,600	0,000	0,0	0,0

Fonte: SICAR Nacional, elaboração própria (2025)

Tabela 3 - Distribuição dos registros do CAR nos municípios da Faixa de Fronteira do Amapá

Município	Área tot. mun. (Km²)	Área mun. FF (Km²)	CAR na FF (km²)	% CAR na FF do mun.
AP	103.647,233	70.286,661	7862,631	11,2
Amapá	8.454,847	809,875	6,282	0,8
Calçoene	14.117,297	11.747,560	3.166,853	27,0
Ferreira Gomes	4.973,855	149,496	0,000	0,0
Laranjal do Jari	30.782,998	19.837,682	82,281	0,4
Oiapoque	23.034,392	23.034,407	638,749	2,8
Pedra Branca do Amapari	4.948,508	6.239,872	1.363,643	21,9
Pracuúba	9.622,29	1.371,332	1.672,614	122,0
Serra do Navio	7.713,046	7.096,436	932,210	13,1

Fonte: SICAR Nacional, elaboração própria (2025)

Tabela 4 - Distribuição dos registros do CAR nos municípios da Faixa de Fronteira do Pará

Município	Área tot mun. (Km²)	Área mun. FF (Km²)	CAR na FF (km²)	% de CAR na FF do mun.
PA	243.996,8	92.371,539	0,171	100,00
Alenquer	23.645,45	2.384,427	0,171	0,01
Almeirim	72.954,8	24.311,775	0,000	0,0
Faro	11.771,67	273,666	0,000	0,0
Óbidos	28.011,04	7.645,983	0,000	0,0
Oriximiná	107.613,8	57.755,689	0,000	0,0

Fonte: SICAR Nacional, elaboração própria (2025).

Tabela 5 - Distribuição dos registros do CAR nos municípios da Faixa de Fronteira de Rondônia

Município	Area tot. mun. (Km2)	Area mun. FF (Km2)	CAR na FF (km2)	% CAR na FF	% CAR no Mun.
RO	147.191,359	124555,369	94825,175	100,00	----
Alta Floresta D'Oeste	7.067,127	7.067,127	5217,488	5,5	73,8
Alto Alegre dos Parecis	3.958,273	3.958,273	1907,263	2,0	48,2
Alvorada D'Oeste	3.029,189	817,815	312,156	0,3	38,2
Buritis	3.265,809	1.645,081	2663,927	2,8	161,9
Cabixi	1.314,352	1.314,352	1554,977	1,6	118,3
Campo Novo de Rondônia	3.442,000	900,884	781,737	0,8	86,8
Cerejeiras	2783,3	2.783,300	1726,486	1,8	62,0
Chupinguaia	5.126,723	5.126,723	4.971,044	5,2	97,0
Colorado do Oeste	1.451,06	1.451,060	4375,058	4,6	301,5
Corumbiara	3.060,321	3.060,321	3936,638	4,2	128,6
Costa Marques	4.987,177	4.987,177	3.877,999	4,1	77,8
Governador Jorge Teixeira	5.067,384	0,009	0,000	0,0	0,0
Guajará-Mirim	3.442,005	24.089,416	8.926,803	9,4	37,1
Nova Brasilândia D'Oeste	1.703,008	1.174,745	1.139,867	1,2	97,0
Nova Mamoré	10.070,49	9.947,115	7.794,154	8,2	78,4
Novo Horizonte do Oeste	843,446	359,938	377,609	0,4	104,9
Parecis	2.548,683	2.335,584	2.487,140	2,6	106,5
Pimenta Bueno	6.241,016	319,918	483,539	0,5	151,1
Pimenteiras do Oeste	6.014,733	6.014,733	7.021,403	7,4	116,7
Porto Velho	34.090,952	19.149,296	17.662,836	18,6	92,2
Primavera de	605,692	37,335	57,546	0,1	154,1

Rondônia					
Rolim de Moura	1.457,811	283,782	881,620	0,9	310,7
Sta Luzia D'Oeste	1.197,796	1.157,264	1.332,994	1,4	115,2
S. Felipe D'Oeste	541,647	193,652	278,652	0,3	143,9
S. Francisco do Guaporé	10.948,593	10.948,593	4.880,035	5,1	44,6
S. Miguel do Guaporé	7.460,117	7.150,213	2.390,004	2,5	33,4
Seringueiras	3.773,505	3.773,505	2.813,918	3,0	74,6
Vilhena	11.699,150	4.508,157	4972,283	5,2	110,3

Fonte: SICAR Nacional, elaboração própria (2025)

Tabela 6 - Distribuição dos registros do CAR nos municípios da Faixa de Fronteira de Roraima

Município	Area tot mun (Km2)	Area mun FF (Km2)	CAR na FF (km2)	% CAR na FF (%)	% CAR no mun.
RR	223.644,527	154.072,719	67.572,687	100,00	
Alto Alegre	25.454,297	25.397,182	4.941,295	7,3	19,5
Amajari	28.473,45	28.473,450	12.250,143	18,1	43,0
Boa Vista	5.687,037	5.687,037	4.179,027	6,2	73,5
Bonfim	8.079,914	8.079,914	6.220,868	9,2	77,0
Cantá	7.664,831	7.664,831	6.388,173	9,5	83,3
Caracarái	47.379,903	16.113,058	13.156,375	19,5	81,7
Caroebe	12.065,896	12.065,896	8.173,723	12,1	67,7
Iracema	14.011,695	10.062,083	924,036	1,4	9,2
Mucajaí	12.337,851	9.311,113	2.118,923	3,1	22,8
Normandia	6.959,868	6.959,868	210,252	0,3	3,0
Pacaraima	8.025,045	8.025,045	27,861	0,0	0,3
Rorainópolis	33.579,739	2.312,266	5.236,394	7,7	226,5
S. João da Baliza	4.284,505	4.280,480	1.969,075	2,9	46,0
S. Luiz	1.526,898	1.526,898	1.776,542	2,6	116,3
Uiramutã	8.113,598	8.113,598	0,000	0,0	0,0

Tabelas 7 a 15 - Emissões de gases de efeito estufa dos Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia)

Tabela 7 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Acre.

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Acrelândia	2015	361.264	11.012	1.177.703	4.574	1.554.553
	2022	517.870	9.853	1.386.619	5.479	1.919.821
	2023	530.654	9.884	729.250	5.883	1.275.671
Assis Brasil	2015	92.527	8.161	776.153	2.529	879.370
	2022	143.409	4.413	854.981	2.907	1.005.710
	2023	152.222	4.166	207.526	2.697	366.611
Brasiléia	2015	453.134	13.550	2.175.823	10.393	2.652.900
	2022	695.725	14.511	3.099.186	15.181	3.824.603
	2023	735.488	14.666	815.586	15.415	1.581.155
Bujari	2015	429.559	4.411	740.522	4.871	1.179.363
	2022	660.449	9.550	2.387.935	5.718	3.063.652
	2023	718.893	9.915	668.957	5.359	1.403.124
Capixaba	2015	312.251	8.038	772.352	3.779	1.096.420
	2022	435.665	9.895	1.588.601	3.460	2.037.621
	2023	442.082	9.868	548.513	3.728	1.004.191
Cruzeiro do Sul	2015	80.260	189.748	1.004.219	33.081	1.307.308
	2022	107.424	196.211	2.476.894	46.391	2.826.920
	2023	110.170	199.980	1.145.760	45.065	1.500.975
Epitaciolândia	2015	187.826	11.879	951.985	6.795	1.158.485
	2022	349.312	11.036	911.125	9.864	1.281.337
	2023	366.240	11.094	219.383	9.625	606.342
Feijó	2015	193.080	27.534	2.200.267	11.440	2.432.321
	2022	460.175	29.685	11.175.904	12.458	11.678.222
	2023	511.605	30.221	3.333.905	12.067	3.887.798
Jordão	2015	13.240	1.166	227.936	2.161	244.503
	2022	27.950	3.088	887.719	3.489	922.246
	2023	31.757	3.157	185.250	3.532	223.696
Mâncio Lima	2015	29.962	4.572	316.319	4.654	355.507
	2022	53.622	7.438	876.557	5.666	943.283
	2023	56.713	7.554	384.051	5.481	453.799
Manoel Urbano	2015	70.158	11.863	1.494.006	2.580	1.578.607
	2022	205.046	6.419	4.757.646	4.156	4.973.267
	2023	241.314	6.248	958.342	4.628	1.210.532
Marechal Thaumaturgo	2015	26.832	4.841	407.081	3.999	442.753
	2022	36.441	9.607	682.161	3.910	732.119
	2023	37.938	9.866	305.690	3.886	357.380
Plácido de Castro	2015	370.322	6.976	358.653	7.275	743.226
	2022	609.500	6.381	500.699	7.406	1.123.986
	2023	637.808	6.421	263.977	7.597	915.803
Porto Acre	2015	365.890	8.088	832.315	5.021	1.211.314
	2022	714.237	10.750	1.576.459	5.177	2.306.623
	2023	730.448	10.706	376.043	5.381	1.122.578
Porto Walter	2015	18.998	4.414	434.768	6.281	464.461

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
	2022	38.609	8.252	635.466	7.050	689.377
	2023	42.186	8.418	481.417	7.207	539.228
Rio Branco	2015	1.076.517	317.650	2.508.137	165.891	4.068.195
	2022	1.216.023	296.449	8.497.113	171.411	10.180.996
	2023	1.249.341	299.845	2.712.383	188.432	4.450.001
Rodrigues Alves	2015	24.408	2.056	494.177	4.180	524.821
	2022	54.336	2.242	979.700	31.524	1.067.802
	2023	63.064	2.275	556.699	27.461	649.499
Santa Rosa do Purus	2015	12.972	1.761	203.723	1.443	219.899
	2022	24.629	3.417	362.356	2.135	392.537
	2023	26.575	3.615	43.486	2.053	75.729
Sena Madureira	2015	564.126	40.066	3.684.749	14.532	4.303.473
	2022	950.659	36.992	7.461.764	20.394	8.469.809
	2023	1.062.244	36.418	1.519.119	19.670	2.637.451
Senador Guimard	2015	451.493	20.634	361.822	15.528	849.477
	2022	767.883	23.756	956.030	13.397	1.761.066
	2023	776.097	25.515	280.305	15.531	1.097.448
Tarauacá	2015	282.049	36.783	1.458.889	11.249	1.788.970
	2022	441.352	42.613	6.666.635	13.650	7.164.250
	2023	490.534	43.363	1.986.628	13.579	2.534.104
Xapuri	2015	468.113	7.213	2.018.783	5.772	2.499.881
	2022	644.148	8.415	4.987.225	7.813	5.647.601
	2023	676.149	8.438	1.030.062	8.007	1.722.656
Total Municípios	2015	5.884.981	742.416	24.600.382	328.028	31.555.807
	2022	9.154.464	750.973	63.708.775	398.636	74.012.848
	2023	9.689.522	761.633	18.752.332	412.284	29.615.771
Total		24.728.967	2.255.022	107.061.489	1.138.948	135.184.426

Fonte: Adaptado do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2024.

Tabela 8 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas.

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Amaturá	2015	2.699	7.533	70.659	3.621	84.512
	2022	2.177	343	93.657	4.493	100.670
	2023	2.393	339	280.078	4.548	287.358
Atalaia do Norte	2015	2.942	1.738	81.888	8.731	95.299
	2022	2.557	1.370	73.695	9.421	87.043
	2023	2.656	1.295	297.808	8.685	310.444
Barcelos	2015	3.978	23.502	89.080	8.853	125.413
	2022	4.027	6.469	470.103	8.474	489.073
	2023	4.364	6.102	1.081.281	9.303	1.101.050
Benjamin Constant	2015	2.008	35.238	45.324	17.289	99.859
	2022	1.627	10.795	56.952	22.324	91.698
	2023	1.784	10.098	115.810	23.545	151.237
Boca do Acre	2015	218.017	45.857	4.921.888	13.439	5.199.201
	2022	775.468	40.400	13.793.262	13.793	14.622.923
	2023	949.410	38.157	3.911.056	12.975	4.911.598
Canutama	2015	53.340	10.697	1.479.013	4.591	1.547.641
	2022	114.049	783	13.482.858	4.887	13.602.577
	2023	152.980	748	5.925.847	4.796	6.084.371
Guajará	2015	61.098	2.636	415.992	5.078	484.804
	2022	87.734	4.255	1.819.584	4.043	1.915.616
	2023	103.767	4.085	738.314	3.998	850.164
IPIXUNA	2015	25.253	8.808	278.307	6.427	318.795
	2022	41.648	9.295	980.517	9.056	1.040.516
	2023	44.389	8.663	244.235	10.644	307.931
Japurá	2015	3.729	6.946	8.089	3.434	22.198
	2022	3.866	1.031	2.538.360	2.812	2.546.069
	2023	3.692	968	361.802	2.825	369.287
Jutaí	2015	5.748	20.988	94.232	6.281	127.249
	2022	7.532	8.752	1.270.049	8.528	1.294.861
	2023	6.297	8.266	239.477	10.132	264.172
Lábrea	2015	638.907	45.690	13.630.287	19.724	14.334.608
	2022	1.073.433	13.583	39.568.673	20.543	40.676.232
	2023	1.316.912	12.861	8.433.877	20.871	9.784.521
Nhamundá	2015	44.709	15.981	471.139	7.354	539.183
	2022	52.953	5.314	631.590	8.511	698.368
	2023	54.135	5.088	578.057	8.681	645.961
Santa	2015	3.256	10.686	47.611	7.512	69.065

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Isabel do Rio Negro	2022	2.363	4.186	297.014	8.720	312.283
	2023	2.795	3.971	365.572	8.998	381.336
Santo Antônio do Içá	2015	3.587	22.417	69.950	6.952	102.906
	2022	3.759	9.688	169.344	11.586	194.377
	2023	3.051	9.135	422.946	12.958	448.090
São Gabriel da Cachoeira	2015	3.457	51.889	1.024	17.472	73.842
	2022	4.307	53.297	1.961.238	21.552	2.040.394
	2023	4.848	50.330	997.444	22.076	1.074.698
São Paulo de Olivença	2015	1.508	18.078	169.094	6.087	194.767
	2022	1.571	1.854	221.261	9.792	234.478
	2023	1.982	1.736	710.112	10.666	724.496
Tabatinga	2015	1.711	80.198	117.777	31.131	230.817
	2022	1.218	16.251	147.768	30.701	195.938
	2023	1.548	14.686	483.824	31.405	531.463
Tonantins	2015	2.734	11.312	37.627	5.461	57.134
	2022	4.363	2.310	107.342	7.301	121.316
	2023	4.799	2.219	311.263	7.294	325.575
Urucará	2015	42.132	22.309	139.489	10.795	214.725
	2022	30.508	4.728	109.239	9.097	153.572
	2023	31.573	4.528	91.760	8.870	136.731
Total Municípios	2015	1.120.813	442.503	22.168.470	190.232	23.922.018
	2022	2.215.160	194.704	77.792.506	215.634	80.418.004
	2023	2.693.375	183.275	25.590.563	223.270	28.690.483
Total		6.029.348	820.482	125.551.539	629.136	133.030.505

Fonte: Adaptado do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2024

Tabela 9 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Amapá.

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Amapá	2015	108.914	1.808	1.847	2.911	117.495
	2022	94.574	2.316	19.158	2.502	118.550
	2023	102.128	2.302	31.760	2.593	138.783
Calçoene	2015	42.981	11.813	125.684	3.276	183.754
	2022	27.505	15.118	599.123	3.922	645.668
	2023	28.229	14.034	397.457	4.265	443.985
Ferreira Gomes	2015	24.030	4.131	49.921	1.955	80.037
	2022	13.047	2.047	464.895	3.389	483.378
	2023	14.126	2.051	284.084	3.252	303.513
Laranjal do Jari	2015	16.550	36.277	287.129	12.779	352.735
	2022	11.635	16.767	157.921	16.253	202.576
	2023	12.154	16.182	61.527	15.857	105.720
Oiapoque	2015	13.358	37.188	61.617	11.313	123.476
	2022	11.622	41.785	3.961.805	16.857	4.032.069
	2023	12.361	39.120	1.898.308	18.503	1.968.292
Pedra Branca do Amapari	2015	6.628	82.277	99.904	3.420	192.229
	2022	4.290	62.729	117.571	4.106	188.696
	2023	5.158	45.378	109.859	4.079	164.474
Pracuúba	2015	52.069	497	787	1.288	54.641
	2022	24.220	1.907	37.215	9.464	72.806
	2023	25.255	1.801	16.639	8.319	52.014
Serra do Navio	2015	3.477	229	10.731	2.496	16.933
	2022	1.919	973	21.509	3.061	27.462
	2023	2.198	937	30.906	3.067	37.108
Total Municípios	2015	268.007	174.220	637.620	39.438	1.121.300
	2022	188.812	143.642	5.379.197	59.554	5.771.205
	2023	201.609	121.805	2.830.540	59.935	3.213.889
Total		658.428	439.667	8.847.357	158.927	10.106.394

Fonte: Adaptado do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa SEEG), 2024..

Tabela 10 -Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Pará.

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Almeirim	2015	118.208	181.806	2.883.839	10.881	3.196.749
	2022	151.863	98.951	4.348.265	11.285	4.610.364
	2023	154.956	63.379	2.071.841	11.004	2.301.180
Alenquer	2015	404.520	58.805	2.856.848	16.423	3.336.596
	2022	473.162	20.765	3.175.892	22.828	3.692.647
	2023	553.905	21.973	3.195.344	24.696	3.795.918
Faro	2015	26.007	-	235.030	2.214	263.251
	2022	6.817	-	424.914	2.353	434.084
	2023	12.720	-	268.883	2.349	283.952
Óbidos	2015	278.898	25.404	1.596.284	14.874	1.915.460
	2022	358.788	15.680	2.463.351	21.858	2.859.677
	2023	372.538	16.236	1.303.263	27.801	1.719.838
Orixaminá	2015	305.592	254.857	1.267.011	38.269	1.865.729
	2022	293.562	277.860	1.513.668	41.669	2.126.759
	2023	296.846	261.199	975.349	43.743	1.577.137
Total Municípios	2015	1.133.225	520.872	8.839.012	82.661	10.577.785
	2022	1.284.192	413.256	11.926.090	99.993	13.723.531
	2023	1.390.965	362.787	7.814.680	109.593	9.678.025
Total		3.808.382	1.296.915	28.579.782	292.247	33.979.341

Fonte: Adaptado do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2024.

Tabela 11 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Alto Alegre dos Parecis	2015	384.653	6.795	578.522	4.330	974.300
	2022	525.341	9.057	1.601.480	4.085	2.139.963
	2023	535.415	9.217	1.024.121	4.039	1.572.792
Alta Floresta D'Oeste	2015	1.474.349	97.433	1.826.123	26.148	3.424.053
	2022	1.775.186	112.769	1.219.301	30.864	3.138.120
	2023	1.663.273	116.600	1.582.961	33.765	3.396.599
Alvorada D'Oeste	2015	522.886	29.542	373.643	7.883	933.954
	2022	621.346	11.331	258.345	6.945	897.967
	2023	635.185	11.536	327.153	6.983	980.857
Buritis	2015	914.945	108.304	4.785.620	12.078	5.820.947
	2022	1.253.668	42.060	2.233.725	11.515	3.540.968
	2023	1.282.840	42.747	1.245.946	11.508	2.583.041
Cabixi	2015	277.207	5.158	668.165	2.663	953.193
	2022	283.777	7.173	473.037	2.327	766.314
	2023	283.991	7.286	276.914	2.284	570.475
Campo Novo de Rondônia	2015	774.582	13.781	2.541.714	4.573	3.334.650
	2022	1.029.227	9.697	1.261.793	3.916	2.304.633
	2023	1.030.956	9.856	910.556	3.939	1.955.307
Cerejeiras	2015	212.471	29.096	443.706	6.311	691.584
	2022	241.604	24.310	830.218	11.751	1.107.883
	2023	248.593	24.734	643.085	11.229	927.641
Chupinguaia	2015	744.593	19.276	761.275	4.450	1.529.594
	2022	775.944	18.980	890.225	4.222	1.689.371
	2023	845.968	19.231	948.796	4.654	1.818.649
Colorado do Oeste	2015	513.507	19.493	403.654	6.856	943.510
	2022	595.594	16.725	653.513	6.519	1.272.351
	2023	595.998	17.037	384.625	6.336	1.003.996
Corumbiara	2015	649.823	6.102	525.577	3.237	1.184.739
	2022	764.655	6.092	1.139.986	2.645	1.913.378
	2023	752.320	6.209	963.291	2.863	1.724.683
Costa Marques	2015	461.011	25.136	2.026.231	9.563	2.521.941
	2022	625.066	7.551	2.813.630	8.756	3.455.003
	2023	654.100	7.697	1.364.248	8.808	2.034.853
Governador Jorge Teixeira	2015	551.553	2.812	591.217	5.262	1.150.844
	2022	656.064	4.220	3.043.233	4.186	3.707.703
	2023	700.650	4.303	1.479.937	4.108	2.188.998
	2015	261.194	19.924	1.065.991	14.423	1.361.532

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Guajará-Mirim	2022	325.757	21.617	1.838.833	14.120	2.200.327
	2023	349.021	21.732	2.567.312	13.634	2.951.699
Nova Brasilândia D'Oeste	2015	361.736	11.947	360.525	5.224	739.432
	2022	529.302	15.382	396.336	4.655	945.675
	2023	525.471	15.653	465.629	4.597	1.011.350
Nova Mamoré	2015	1.133.006	46.975	11.412.643	8.878	12.601.502
	2022	1.984.013	59.096	10.627.034	15.003	12.685.146
	2023	2.044.861	59.937	4.026.660	13.701	6.145.159
Novo Horizonte do Oeste	2015	305.088	5.965	221.512	3.098	535.663
	2022	349.811	8.028	199.134	2.689	559.662
	2023	360.909	8.202	213.175	2.677	584.963
Parecis	2015	345.100	3.795	426.929	1.833	777.657
	2022	423.589	3.245	586.638	1.488	1.014.960
	2023	412.248	3.303	909.451	1.579	1.326.581
Pimenta Bueno	2015	545.888	100.230	1.233.529	19.093	1.898.740
	2022	772.046	138.457	2.481.361	17.835	3.409.699
	2023	792.767	140.283	2.345.063	18.654	3.296.767
Pimenteiras do Oeste	2015	310.349	6.805	663.299	824	981.277
	2022	294.664	7.344	1.296.297	927	1.599.232
	2023	316.838	6.293	818.587	915	1.142.633
Porto Velho	2015	1.704.298	823.096	21.829.907	169.716	24.527.017
	2022	3.363.644	1.125.095	34.355.134	170.346	39.014.219
	2023	3.559.572	772.267	13.066.795	177.993	17.576.627
Primavera de Rondônia	2015	159.273	2.121	65.399	1.273	228.066
	2022	181.786	1.248	48.900	2.084	234.018
	2023	174.299	1.265	115.555	1.982	293.101
Rolim de Moura	2015	497.470	65.201	255.775	33.016	851.462
	2022	546.491	62.576	355.299	30.198	994.564
	2023	543.272	63.787	280.617	34.373	922.049
Santa Luzia D'Oeste	2015	356.179	7.969	173.825	2.894	540.867
	2022	392.128	10.223	233.769	2.714	638.834
	2023	413.520	10.426	294.961	2.645	721.552
São Felipe D'Oeste	2015	203.192	3.340	63.062	1.757	271.351
	2022	246.199	9.210	48.847	1.960	306.216
	2023	234.518	8.399	93.648	1.918	338.483
São Francisco do Guaporé	2015	897.670	45.568	1.974.056	6.194	2.923.488
	2022	1.035.359	23.178	1.932.311	5.435	2.996.283
	2023	1.044.642	23.597	1.606.767	5.344	2.680.350
	2015	541.612	26.616	1.006.766	8.329	1.583.323

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
São Miguel do Guaporé	2022	616.968	26.056	968.428	7.990	1.619.442
	2023	621.344	26.511	664.597	8.373	1.320.825
Seringueiras	2015	415.508	9.389	761.284	4.244	1.190.425
	2022	550.992	10.555	1.453.471	4.078	2.019.096
	2023	590.648	10.744	528.671	4.217	1.134.280
Vilhena	2015	313.086	327.408	1.680.077	38.000	2.358.571
	2022	398.373	430.932	1.693.943	41.432	2.564.680
	2023	434.746	435.770	1.820.592	44.264	2.735.372
Total Municípios	2015	15.832.229	1.869.277	58.720.026	412.150	76.833.682
	2022	21.158.594	2.222.207	74.934.221	420.685	98.735.707
	2023	21.647.965	1.884.622	40.969.713	437.382	64.939.682
Total		58.638.788	5.976.106	174.623.960	1.270.217	240.509.071

Fonte: Adaptado do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2024.

Tabela 12 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado de Roraima.

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Alto Alegre	2015	181.841	4.562	2.349.014	6.689	2.542.106
	2022	238.936	23.429	925.326	7.094	1.194.785
	2023	258.319	21.174	1.048.116	6.969	1.334.578
Amajari	2015	179.062	6.850	1.803.951	2.752	1.992.615
	2022	266.987	2.939	1.571.489	3.024	1.844.439
	2023	267.520	2.805	1.506.367	3.066	1.779.758
Boa Vista	2015	63.088	486.719	1.731.708	238.624	2.520.139
	2022	81.477	1.230.976	343.978	230.304	1.886.735
	2023	94.877	1.132.381	125.365	226.395	1.579.018
Bonfim	2015	182.814	4.032	2.484.305	5.448	2.676.599
	2022	241.688	21.772	694.112	6.085	963.657
	2023	267.451	28.578	1.011.578	6.171	1.313.778
Cantá	2015	162.983	10.624	1.972.740	4.863	2.151.210
	2022	221.427	20.946	995.576	4.877	1.242.826
	2023	234.352	18.791	1.810.342	4.771	2.068.256
Caracaraí	2015	85.853	38.138	2.304.226	10.424	2.438.641
	2022	164.125	16.925	3.604.463	7.584	3.793.097
	2023	168.332	15.506	5.147.326	7.488	5.338.652
Caroebe	2015	128.873	4.199	1.989.443	3.479	2.125.994
	2022	187.068	6.876	1.990.158	3.843	2.187.945
	2023	189.743	6.466	2.190.065	3.790	2.390.064
Iracema	2015	106.725	3.328	1.860.383	5.205	1.975.641
	2022	186.926	9.923	2.016.681	6.190	2.219.720
	2023	211.218	9.063	1.581.093	5.994	1.807.368
Mucajaí	2015	264.458	10.882	3.332.476	7.405	3.615.221
	2022	401.366	23.324	1.237.207	8.344	1.670.241
	2023	408.313	21.334	1.047.921	8.243	1.485.811
Normandia	2015	51.480	7.784	1.919.274	2.643	1.981.181

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
	2022	57.715	1.433	2.728.912	3.385	2.791.445
	2023	90.431	1.357	1.683.253	3.704	1.778.745
Pacaraima	2015	43.635	267	1.838.151	4.959	1.887.012
	2022	41.443	1.432	668.869	5.858	717.602
	2023	43.383	1.388	1.591.105	6.375	1.642.251
Rorainópolis	2015	131.805	27.591	2.842.659	11.309	3.013.364
	2022	228.216	47.392	5.545.818	9.428	5.830.854
	2023	263.639	46.242	3.370.881	9.004	3.689.766
São João da Baliza	2015	50.801	6.145	920.685	3.695	981.326
	2022	61.923	4.426	800.909	3.723	870.981
	2023	69.038	4.143	551.401	3.515	628.097
São Luiz	2015	50.801	6.145	920.685	3.695	981.326
	2022	61.923	4.426	800.909	3.723	870.981
	2023	69.038	4.143	551.401	3.515	628.097
Uiramutã	2015	41.126	245	955.747	2.044	999.162
	2022	31.444	1.271	279.218	2.279	314.212
	2023	32.874	1.211	916.554	2.258	952.897
Total Municípios	2015	1.725.345	617.511	29.225.447	313.234	31.881.537
	2022	2.472.664	1.417.490	24.203.625	305.741	28.399.520
	2023	2.668.528	1.314.582	24.132.768	301.258	28.417.136
Total		6.866.537	3.349.583	77.561.840	920.233	88.698.193

Fonte: Adaptado do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2024.

EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Tabela 13 - População Indígena residente nos municípios da faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia, por situação do domicílio

UF	Município	Total da População no Município	População Indígena		Situação do Domicílio - Pessoas indígenas			
			Total (hab)	% de população indígena	Pop. em terras indígenas (hab)	% Em terras indígenas	Pop. fora de terras indígenas (hab)	% Fora de terras indígenas
RO	Alta Floresta D'Oeste (RO)	21.494	749	3,5%	448	59,8%	301	40,2%
RO	Cabixi (RO)	5.351	10	0,2%	-	-	10	100,0%
RO	Cerejeiras (RO)	15.890	23	0,1%	-	-	23	100,0%
RO	Colorado do Oeste (RO)	15.663	13	0,1%	-	-	13	100,0%
RO	Corumbiara (RO)	7.519	87	1,2%	X	X	X	X
RO	Costa Marques (RO)	12.627	1.217	9,6%	-	-	1.217	100,0%
RO	Guajará-Mirim (RO)	39.387	5.473	13,9%	4.786	87,4%	687	12,6%
RO	Nova Brasilândia D'Oeste (RO)	15.679	13	0,1%	-	-	13	100,0%
RO	Pimenta Bueno (RO)	35.079	546	1,6%	356	65,2%	190	34,8%
RO	Porto Velho (RO)	460.434	4.112	0,9%	781	19,0%	3.331	81,0%
RO	Rolim de Moura (RO)	56.406	98	0,2%	-	-	98	100,0%
RO	Santa Luzia D'Oeste (RO)	7.419	2	0,0%	-	-	2	100,0%
RO	Vilhena (RO)	95.832	1.225	1,3%	328	26,8%	897	73,2%
RO	São Miguel do Guaporé (RO)	21.635	237	1,1%	93	39,2%	144	60,8%
RO	Nova Mamoré (RO)	25.444	1.067	4,2%	978	91,7%	89	8,3%
RO	Alvorada D'Oeste (RO)	13.117	9	0,1%	X	X	X	X
RO	Alto Alegre dos Parecis (RO)	11.479	109	0,9%	85	78,0%	24	22,0%
RO	Buritis (RO)	27.992	47	0,2%	-	-	47	100,0%
RO	Novo Horizonte do Oeste (RO)	7.667	2	0,0%	-	-	2	100,0%
RO	Campo Novo de Rondônia (RO)	8.844	3	0,0%	-	-	3	100,0%
RO	Chupinguaia (RO)	9.324	319	3,4%	265	83,1%	54	16,9%
RO	Governador Jorge Teixeira (RO)	8.001	92	1,1%	89	96,7%	3	3,3%
RO	Parecis (RO)	4.125	78	1,9%	63	80,8%	15	19,2%
RO	Pimenteiras do Oeste (RO)	2.156	170	7,9%	-	-	170	100,0%
RO	Primavera de Rondônia (RO)	3.076	1	0,0%	-	-	1	100,0%
RO	São Felipe D'Oeste (RO)	5.258	2	0,0%	-	-	2	100,0%
RO	São Francisco do Guaporé (RO)	16.286	671	4,1%	203	30,3%	468	69,7%
RO	Seringueiras (RO)	11.171	79	0,7%	X	X	X	X
AC	Acrelândia (AC)	14.021	30	0,2%	-	-	30	100,0%
AC	Assis Brasil (AC)	8.100	1.207	14,9%	741	61,4%	466	38,6%

UF	Município	Total da População no Município	População Indígena		Situação do Domicílio - Pessoas indígenas			
			Total (hab)	% de população indígena	Pop. em terras indígenas (hab)	% Em terras indígenas	Pop. fora de terras indígenas (hab)	% Fora de terras indígenas
AC	Brasiléia (AC)	26.000	282	1,1%	-	-	282	100,0%
AC	Bujari (AC)	12.917	30	0,2%	-	-	30	100,0%
AC	Capixaba (AC)	10.392	7	0,1%	-	-	7	100,0%
AC	Cruzeiro do Sul (AC)	91.888	1.678	1,8%	871	51,9%	807	48,1%
AC	Epitaciolândia (AC)	18.757	26	0,1%	-	-	26	100,0%
AC	Feijó (AC)	35.426	4.436	12,5%	3.761	84,8%	675	15,2%
AC	Jordão (AC)	9.222	4.115	44,6%	3.276	79,6%	839	20,4%
AC	Mâncio Lima (AC)	19.294	2.822	14,6%	1.304	46,2%	1.518	53,8%
AC	Manoel Urbano (AC)	11.996	962	8,0%	500	52,0%	462	48,0%
AC	Marechal Thaumaturgo (AC)	17.093	3.355	19,6%	2.119	63,2%	1.236	36,8%
AC	Plácido de Castro (AC)	16.560	52	0,3%	-	-	52	100,0%
AC	Porto Walter (AC)	10.735	868	8,1%	654	75,3%	214	24,7%
AC	Rio Branco (AC)	364.756	1.827	0,5%	-	-	1.827	100,0%
AC	Rodrigues Alves (AC)	14.938	85	0,6%	-	-	85	100,0%
AC	Santa Rosa do Purus (AC)	6.723	4.297	63,9%	2.639	61,4%	1.658	38,6%
AC	Senador Guiomard (AC)	21.454	34	0,2%	-	-	34	100,0%
AC	Sena Madureira (AC)	41.343	1.681	4,1%	966	57,5%	715	42,5%
AC	Tarauacá (AC)	43.467	3.775	8,7%	2.752	72,9%	1.023	27,1%
AC	Xapuri (AC)	18.243	43	0,2%	-	-	43	100,0%
AC	Porto Acre (AC)	16.693	82	0,5%	-	-	82	100,0%
AM	Amaturá (AM)	10.819	9.948	91,9%	3.624	36,4%	6.324	63,6%
AM	Atalaia do Norte (AM)	15.314	7.774	50,8%	5.138	66,1%	2.636	33,9%
AM	Barcelos (AM)	18.834	14.178	75,3%	4.841	34,1%	9.337	65,9%
AM	Benjamin Constant (AM)	37.648	17.811	47,3%	11.804	66,3%	6.007	33,7%
AM	Boca do Acre (AM)	35.447	3.145	8,9%	781	24,8%	2.364	75,2%
AM	Canutama (AM)	16.869	2.625	15,6%	157	6,0%	2.468	94,0%
AM	Guajará (AM)	13.815	331	2,4%	-	-	331	100,0%
AM	Ipixuna (AM)	24.311	2.337	9,6%	1.752	75,0%	585	25,0%
AM	Japurá (AM)	8.858	2.608	29,4%	1.291	49,5%	1.317	50,5%
AM	Jutaí (AM)	25.172	8.171	32,5%	3.798	46,5%	4.373	53,5%
AM	Lábrea (AM)	45.448	12.045	26,5%	2.870	23,8%	9.175	76,2%
AM	Nhamundá (AM)	20.136	1.070	5,3%	832	77,8%	238	22,2%
AM	Santa Isabel do Rio Negro (AM)	14.164	13.622	96,2%	5.900	43,3%	7.722	56,7%
AM	Santo Antônio do Içá (AM)	28.211	18.882	66,9%	6.258	33,1%	12.624	66,9%
AM	São Gabriel da Cachoeira (AM)	51.795	48.256	93,2%	24.892	51,6%	23.364	48,4%
AM	São Paulo de Olivença (AM)	32.967	26.619	80,7%	12.081	45,4%	14.538	54,6%
AM	Tabatinga (AM)	66.764	34.497	51,7%	19.195	55,6%	15.302	44,4%

UF	Município	Total da População no Município	População Indígena		Situação do Domicílio - Pessoas indígenas			
			Total (hab)	% de população indígena	Pop. em terras indígenas (hab)	% Em terras indígenas	Pop. fora de terras indígenas (hab)	% Fora de terras indígenas
AM	Tonantins (AM)	19.247	10.656	55,4%	3.511	32,9%	7.145	67,1%
AM	Urucará (AM)	18.631	1.140	6,1%	-	-	1.140	100,0%
RR	Amajari (RR)	13.927	9.681	69,5%	8.969	92,6%	712	7,4%
RR	Alto Alegre (RR)	21.096	12.731	60,3%	11.986	94,1%	745	5,9%
RR	Boa Vista (RR)	413.486	20.410	4,9%	4.145	20,3%	16.265	79,7%
RR	Bonfim (RR)	13.923	6.468	46,5%	5.231	80,9%	1.237	19,1%
RR	Cantá (RR)	18.682	5.234	28,0%	3.287	62,8%	1.947	37,2%
RR	Caracaráí (RR)	20.957	1.273	6,1%	766	60,2%	507	39,8%
RR	Caroebe (RR)	10.656	810	7,6%	601	74,2%	209	25,8%
RR	Iracema (RR)	10.023	1.745	17,4%	1.513	86,7%	232	13,3%
RR	Mucajáí (RR)	18.095	740	4,1%	471	63,6%	269	36,4%
RR	Normandia (RR)	13.986	12.460	89,1%	10.125	81,3%	2.335	18,7%
RR	Pacaraima (RR)	19.305	11.430	59,2%	11.430	100,0%	-	-
RR	Rorainópolis (RR)	32.647	833	2,6%	525	63,0%	308	37,0%
RR	São João da Baliza (RR)	8.858	539	6,1%	481	89,2%	58	10,8%
RR	São Luiz (RR)	7.315	31	0,4%	-	-	31	100,0%
RR	Uiramutã (RR)	13.751	13.283	96,6%	12.224	92,0%	1.059	8,0%
PA	Alenquer (PA)	69.377	36	0,1%	-	-	36	100,0%
PA	Almeirim (PA)	34.280	1.088	3,2%	1.076	98,9%	12	1,1%
PA	Faro (PA)	8.728	83	1,0%	66	79,5%	17	20,5%
PA	Óbidos (PA)	52.229	872	1,7%	804	92,2%	68	7,8%
PA	Oriximiná (PA)	68.294	3.805	5,6%	3.253	85,5%	552	14,5%
AP	Serra do Navio (AP)	4.673	3	0,1%	-	-	3	100,0%
AP	Amapá (AP)	7.943	7	0,1%	-	-	7	100,0%
AP	Pedra Branca do Amapari (AP)	12.847	1.676	13,0%	1.571	93,7%	105	6,3%
AP	Calçoene (AP)	10.612	17	0,2%	-	-	17	100,0%
AP	Ferreira Gomes (AP)	6.666	1	0,0%	-	-	1	100,0%
AP	Laranjal do Jari (AP)	35.114	145	0,4%	94	64,8%	51	35,2%
AP	Oiapoque (AP)	27.482	8.088	29,4%	6.188	76,5%	1.900	23,5%
AP	Pracuúba (AP)	3.803	3	0,1%	-	-	3	100,0%
TOTAL		3.277.578	397.355	12,1%	221.589	55,8%	175.591	44,2%

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados Censo, 2022.

Tabela 14 - Terras indígenas localizadas integral ou parcialmente nos municípios da faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia

UF	Nome da terra indígena	Município	Etnia	Área em ha	Status
AC	Alto Rio Purus	Santa Rosa do Purus,Manoel Urbano	Kaxinawá,Kulina Páno	263.130	Regularizada
AC	Riozinho do Alto Envira	Santa Rosa do Purus,Feijó	Isolados	260.972	Homologada
AC	Kampa e Isolados do Rio Envira	Jordão,Feijó	Ashaninka	232.795	Regularizada
AC	Rio Gregório	Tarauacá	Katukina,Yawanawá	187.125	Regularizada
AC	Cabeceira do Rio Acre	Sena Madureira,Assis Brasil	Yaminawa	78.513	Regularizada
AC	Alto Tarauacá	Jordão,Feijó	Isolados	142.619	Regularizada
AC	Kaxinawá do Rio Humaitá	Feijó	Kaxinawá	127.384	Regularizada
AC	Arara do Igarapé Humaitá	Tarauacá,Porto Walter	Arara do Acre	87.572	Regularizada
AC	Kaxinawá do Rio Jordão	Jordão	Kaxinawá	87.294	Regularizada
AC	Kampa do Rio Amônia	Marechal Thaumaturgo	Ashaninka	87.205	Regularizada
AC	Kulina do Rio Envira	Feijó	Kaxinawá,Kulina Páno	84.365	Regularizada
AC	Jaminaua/Envira	Feijó	Kulina Madijá	80.618	Regularizada
AC	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Tarauacá	Kaxinawá	60.699	Regularizada
AC	Kulina Igarapé do Pau	Feijó	Kulina Páno	45.591	Regularizada
AC	Campinas/Katukina	Cruzeiro do Sul	Katukina	32.624	Regularizada
AC	Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu	Marechal Thaumaturgo,Jordão	Kaxinawá,Ashaninka	31.278	Regularizada
AC	Jaminawa Arara do Rio Bagé	Marechal Thaumaturgo,Jordão	Yaminawa,Arara do Acre	28.926	Regularizada
AC	Kaxinawá Nova Olinda	Feijó	Kaxinawá	27.533	Regularizada
AC	Nukini	Mâncio Lima	Nukiní	27.264	Regularizada
AC	Jaminawa do Igarapé Preto	Cruzeiro do Sul	Yaminawa	25.652	Regularizada
AC	Poyanawa	Mâncio Lima	Poyanáwa	24.499	Regularizada

UF	Nome da terra indígena	Município	Etnia	Área em ha	Status
AC	Katukina/Kaxinawá	Feijó	Kaxinawá,Katukina	23.474	Regularizada
AC	Kampa do Igarapé Primavera	Tarauacá	Ashaninka	21.987	Regularizada
AC	Arara do Rio Amônia	Marechal Thaumaturgo	Arara do Acre	20.534	Regularizada
AC	Mamoadate	Sena Madureira,Assis Brasil	Machineri,Yaminawa	313.647	Regularizada
AC	Igarapé do Caucho	Tarauacá,Feijó	Kaxinawá	12.318	Regularizada
AC	Kaxinawá Seringal Independência	Jordão	Kaxinawá	11.584	Encaminhada RI
AC	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Jordão	Kaxinawá	8.726	Regularizada
AC	Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	Jordão	Isolados	287	Em Estudo
AC	KaxinawA Colônia Vinte e Sete	Tarauacá	Kaxinawá	105	Regularizada
AM	Alto Rio Negro	Japurá,São Gabriel da Cachoeira	Arapáso,Karapanã,Barasána,Baré, Wanana	7.999.381	Regularizada
AM	Apurinã Km 124 BR-317	Boca do Acre,Lábrea	Apurinã	42.198	Regularizada
AM	Balaio	São Gabriel da Cachoeira	Tukano,Tariana,Desána	257.281	Regularizada
AM	Boca do Acre	Boca do Acre,Lábrea	Apurinã	26.240	Regularizada
AM	Bom Intento	Benjamin Constant	Tikúna	1.613	Regularizada
AM	Cué Cué/ Marabitanas	São Gabriel da Cachoeira	Baré	808.645	Declarada
AM	Guanabara	Benjamin Constant	Kokama	15.600	Declarada
AM	Jacareúba/Katauxi (restrição uso)	Canutama,Lábrea	Isolados	647.386	Em Estudo
AM	Jurubaxi-téa	Barcelos,Santa Isabel do Rio Negro	Desána,Kuripako,Tikúna,Tariana,A rapáso,Piratapuya,Nadëb,Baniwa, Baré,Tukano	1.208.155	Declarada
AM	Lago do Correio	Santo Antônio do Içá	Kokama,Tikúna	13.210	Regularizada
AM	Lauro Sodré	Benjamin Constant	Tikúna	9.479	Regularizada

UF	Nome da terra indígena	Município	Etnia	Área em ha	Status
AM	Maraitá	Amaturá	Tikúna	53.038	Regularizada
AM	Matintin	Tonantins,Santo Antônio do Içá	Tikúna	21.761	Regularizada
AM	Médio Rio Negro I	Japurá,Santa Isabel do Rio Negro,São Gabriel da Cachoeira	Tukano,Makú,Tariana,Baré,Baniw a	1.776.139	Regularizada
AM	Médio Rio Negro II	Santa Isabel do Rio Negro,São Gabriel da Cachoeira	Tukano,Makú,Tariana,Desána,Bar é,Baniwa	316.195	Regularizada
AM	Nova Esperança do Rio Jandiatuba	São Paulo de Olivença,Amaturá	Tikúna	20.004	Regularizada
AM	Porto Limoeiro	Santo Antônio do Içá	Tikúna	4.588	Regularizada
AM	Rio Apaporis	Japurá	Tukano,Makú,Desána,Tuyúca	106.960	Regularizada
AM	Rio Téa	Santa Isabel do Rio Negro,São Gabriel da Cachoeira	Tukano,Makú,Piratapuya,Desána, Baré	411.865	Regularizada
AM	Sapotal	Tabatinga	Kokama	1.264	Regularizada
AM	Sururuá	São Paulo de Olivença,Benjamin Constant	Kokama	36.125	Declarada
AM	São Leopoldo	Benjamin Constant	Tikúna	69.271	Regularizada
AM	Tikuna de Santo Antonio	Benjamin Constant	Tikúna	1.065	Regularizada
AM	Tikúna de Feijoal	São Paulo de Olivença,Benjamin Constant	Kokama,Tikúna	40.949	Regularizada
AM	Tukuna Porto Espiritual	Benjamin Constant	Tikúna	2.839	Regularizada

UF	Nome da terra indígena	Município	Etnia	Área em ha	Status
AM	Tukuna Umariáçu	Tabatinga	Tikúna	4.855	Regularizada
AM	Vale do Javari	Jutaí,São Paulo de Olivença,Atalaia do Norte,Benjamin Constant	Matsés,Matis,Kulina Páno	8.544.482	Regularizada
AM	Vui-Uata-In	Amaturá	Tikúna	121.199	Regularizada
AM	Évare I	Santo Antônio do Içá,São Paulo de Olivença,Tabatinga	Tikúna	548.178	Regularizada
AM	Évare II	São Paulo de Olivença	Tikúna	176.206	Regularizada
AM,PA	Nhamundá/Mapuera	Nhamundá,Urucará,Oriximiná, Faro	Hixkaryána,Wai Wai	1.049.520	Regularizada
AM,RO	Kaxarari	Lábrea,Porto Velho	Kaxarari	145.890	Regularizada
AP	Galibi	Oiapoque	Galibi do Oiapoque	6.689	Regularizada
AP	Jumina	Oiapoque	Karipuna,Galibi do Oiapoque	41.601	Regularizada
AP	Uaçá	Oiapoque	Karipuna	470.164	Regularizada
AP	Waiãpi	Laranjal do Jari,Mazagão,Pedra Branca do Amapari	Waiãpy	607.017	Regularizada
AP,PA	Parque do Tumucumaque	Laranjal do Jari,Almeirim,Alenquer,Oriximiná,Óbidos	Wayana,Apalaí	3.071.068	Regularizada
PA	Kaxuyana-Tunayana	Oriximiná	Kaxuyana	2.184.120	Declarada
PA	Rio Paru DEste	Monte Alegre,Almeirim,Alenquer	Wayana,Apalaí	1.195.786	Regularizada

UF	Nome da terra indígena	Município	Etnia	Área em ha	Status
RO	Igarapé Lage	Guajará-Mirim,Nova Mamoré	Pakaa Nova	107.321	Regularizada
RO	Igarapé Ribeirão	Nova Mamoré	Pakaa Nova	47.863	Regularizada
RO	Karipuna	Porto Velho,Nova Mamoré	Karipuna	152.930	Regularizada
RO	Karitiana	Porto Velho	Karitiana	89.682	Regularizada
RO	Kwazá do Rio São Pedro	Parecis	Kwazá,Aikanã	16.800	Regularizada
RO	Massaco	Alta Floresta D'Oeste,São Francisco do Guaporé	Isolados	421.895	Regularizada
RO	Pacaas Novas	Guajará-Mirim	Pakaa Nova	279.906	Regularizada
RO	Rio Branco	Alta Floresta D'Oeste,São Francisco do Guaporé	Tupaiú,Makuráp	236.137	Regularizada
RO	Rio Guaporé	Guajará-Mirim	Makuráp	115.788	Regularizada
RO	Rio Mequens	Alto Alegre dos Parecis	Sakurabiat	107.553	Regularizada
RO	Rio Negro Ocaia	Guajará-Mirim	Pakaa Nova	235.070	Declarada
RO	Rio Negro Ocaia	Guajará-Mirim	Pakaa Nova	104.064	Regularizada
RO	Rio Omerê	Chupinguaia,Corumbiara	Akuntsú,Kanoé	26.177	Regularizada
RO	Sagarana	Guajará-Mirim	Pakaa Nova	18.120	Regularizada
RO	Tanaru (restrição de uso)	Chupinguaia,Parecis,Pimenteiras do Oeste,Corumbiara	Isolados	8.070	Em Estudo
RO	Tubarão Latunde	Chupinguaia	Laiana,Aikanã	116.613	Regularizada

UF	Nome da terra indígena	Município	Etnia	Área em ha	Status
RO	Uru-Eu-Wau-Wau	Alvorada D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, Mirante da Serra, São Miguel do Guaporé, Cacaulândia, Costa Marques, Jarú, Guajará-Mirim, Seringueiras, Nova Mamoré, Monte Negro	Uru-Eu-Wau-Wau	1.867.118	Regularizada
RO, MT	Parque do Aripuanã	Junna, Vilhena	Cinta Larga	1.603.246	Regularizada
RR	Ananás	Amajari	Makuxí	1.769	Regularizada
RR	Anaro	Amajari	Wapixana	30.474	Regularizada
RR	Aningal	Amajari	Makuxí	7.627	Regularizada
RR	Anta	Alto Alegre	Wapixana	3.174	Regularizada
RR	Araçá	Amajari	Wapixana	50.018	Regularizada
RR	Barata Livramento	Alto Alegre	Makuxí, Wapixana	12.883	Regularizada
RR	Bom Jesus	Bonfim	Makuxí	859	Regularizada
RR	Boqueirão	Alto Alegre	Makuxí, Wapixana	16.354	Regularizada
RR	Cajueiro	Amajari	Makuxí	4.304	Regularizada
RR	Canauanim	Cantá	Makuxí, Wapixana	11.182	Regularizada
RR	Jabuti	Bonfim	Makuxí, Wapixana	14.211	Regularizada
RR	Jacamim	Bonfim, Caracaraí	Jaricuna, Wapixana	193.494	Regularizada
RR	Malacacheta	Cantá	Wapixana	28.632	Regularizada
RR	Mangueira	Alto Alegre	Makuxí	4.064	Regularizada
RR	Manoa/Pium	Bonfim	Makuxí, Wapixana	43.337	Regularizada
RR	Moskow	Bonfim	Wapixana	14.213	Regularizada
RR	Muriru	Bonfim, Cantá	Wapixana	5.556	Regularizada
RR	Ouro	Boa Vista	Makuxí	13.573	Regularizada

UF	Nome da terra indígena	Município	Etnia	Área em ha	Status
RR	Pium	Alto Alegre	Wapixana	4.608	Regularizada
RR	Ponta da Serra	Amajari	Makuxí	15.597	Regularizada
RR	Raimundão	Alto Alegre	Makuxí,Wapixana	4.277	Regularizada
RR	Raposa Serra do Sol	Normandia,Pacaraima,Uiramutã	Taulipáng,Makuxí,Ingarikó,Wapixana	1.747.465	Regularizada
RR	Santa Inez	Amajari	Makuxí	29.698	Regularizada
RR	Serra da Moça	Boa Vista	Wapixana	11.627	Regularizada
RR	Sucuba	Alto Alegre	Makuxí	5.983	Regularizada
RR	São Marcos - RR	Boa Vista,Pacaraima	Makuxí,Wapixana	654.110	Regularizada
RR	Tabalascada	Cantá	Wapixana	13.015	Regularizada
RR	Truaru	Boa Vista,Alto Alegre	Makuxí,Wapixana	5.653	Regularizada
RR	WaiWái	Caroebe,São João da Baliza,Caracarái	Mawayána	405.698	Regularizada
RR,AM	Waimiri-Atroari	Presidente Figueiredo,Urucará,Novo Airão,São João da Baliza,Rorainópolis	Waimiri Atroari	2.585.912	Regularizada
RR,AM	Yanomami	Barcelos,Santa Isabel do Rio Negro,São Gabriel da Cachoeira,Alto Alegre,Mucajaí,Caracarái,Iracema	Yanomámi	9.664.975	Regularizada
RR,AM,PA	Trombetas/Mapuera	Nhamundá,Urucará,Caroebe,São João da Baliza,Oriximiná,Faro	Katuena,Xereu,Wai Wai,Tunayana,Sikiyana,Hixkaryána,Isolados,Karafawana,Katuena,Waimiri Atroari	3.970.898	Regularizada

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados FUNAI, 2024.

Tabela 15 - População Quilombola nos municípios da faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia

UF	Município	Total da População no Município	Pessoas quilombolas		Situação do Domicílio - Pessoas quilombolas			
			Total	% de população quilombola	Em territórios quilombolas	% em territórios quilombolas	Fora de territórios quilombolas	% Fora de territórios quilombolas
RO	Alta Floresta D'Oeste (RO)	21.494	115	0,54%	-	-	115	100,0%
RO	Cabixi (RO)	5.351	6	0,11%	-	-	6	100,0%
RO	Cerejeiras (RO)	15.890	37	0,23%	-	-	37	100,0%
RO	Corumbiara (RO)	7.519	12	0,16%	-	X	12	X
RO	Costa Marques (RO)	12.627	1.345	10,65%	58	-	1.287	95,7%
RO	Guajará-Mirim (RO)	39.387	494	1,25%	-	-	494	100,0%
RO	Porto Velho (RO)	460.434	95	0,02%	-	-	95	100,0%
RO	São Miguel do Guaporé (RO)	21.635	31	0,14%	X	-	X	-
RO	Nova Mamoré (RO)	25.444	16	0,06%	-	-	16	100,0%
RO	Pimenteiras do Oeste (RO)	2.156	518	24,03%	-	-	518	100,0%
RO	São Francisco do Guaporé (RO)	16.286	248	1,52%	129	52,0%	119	48,0%
AC	Seringueiras (RO)	11.171	8	0,07%	X	X	X	X
AM	Barcelos (AM)	18.834	83	0,44%	-	-	83	100,0%
PA	Alenquer (PA)	69.377	1.806	2,60%	1.210	-	596	33,0%
PA	Almeirim (PA)	34.280	1	0,00%	-	-	1	100,0%
PA	Óbidos (PA)	52.229	6.815	13,05%	3.707	54,4%	3.108	45,6%
PA	Oriximiná (PA)	68.294	9.451	13,84%	4.857	51,4%	4.594	48,6%
AP	Calçoene (AP)	10.612	58	0,55%	56	-	2	3,4%
AP	Ferreira Gomes (AP)	6.666	82	1,23%	22	-	60	73,2%
AP	Laranjal do Jari (AP)	35.114	345	0,98%	-	-	345	100,0%
AP	Oiapoque (AP)	27.482	146	0,53%	56	38,4%	90	61,6%
TOTAL		962.282	21.712	2,26%	10.095	46,5%	11.578	53,3%

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados Censo, 2022.

Tabela 16 - Territórios quilombolas localizados nos municípios da faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia

Faixa de Fronteira	UF	Comunidade Quilombola Certificada	Município	Nº DE FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	Etapa do processo de Titulação INCRA
Dentro da Faixa de Fronteira	RO	JESUS	São Miguel do Guaporé e Seringueiras	12	5.627,3058	TITULADO
	RO	SANTA FÉ	Costa Marques	41	1.452,9224	TITULADO
	RO	SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ	São Francisco do Guaporé	46	7.221,4200	PORTARIA
	RO	PEDRAS NEGRAS	São Francisco do Guaporé e Alta Floresta D'oeste	26	43.911,1000	PORTARIA
	AP	CUNANI	Calçoene	38	0,0000	PORTARIA
Fora da Faixa de Fronteira	AM	TAMBOR	Barcelos/Novo Airão	17	719.880,6773	PORTARIA
	PA	ALTO TROMBETAS II (Sagrado Coração de Jesus, Tapagem, Paraná do Abuí e Abu)	Oriximiná	182	79.095,5912	TITULADO
	PA	ALTO TROMBETAS II (Moura, Jamari, Curuçá, Juquirizinho, Juquiri Grande, Palhal, Nova Esperança e Erepecu/Último Quilombo)	Oriximiná	243	103871,2778 (ou 93.794,1973)	PORTARIA
	PA	BOA VISTA	Oriximiná	112	1.125,0341	TITULADO
	PA	ÁGUA FRIA	Oriximiná	15	557,1355	TITULADO
	PA	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	Óbidos	48	576,6000	PORTARIA
	PA	MURATUBINHA	Óbidos	132	21.909,0000	RTID
	PA	PERUANA	Óbidos	16	1.945,5367	TITULADO PARCIAL
	PA	ARIRAMBA	Óbidos	27	12.496,2941	RTID
	PA	ARAPUCU	Óbidos	79	777,9100	PORTARIA

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados INCRA, 2025.

EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA

Tabelas sobre os Fluxos Migratórios – 2020-2023

2020

Tabela 17 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, 2020

UFs	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	20.472	51,6%	19.232	48,4%	39.704	14,5%
AM	22.264	47,8%	24.354	52,2%	46.618	17,0%
AP	22.221	72,1%	8.588	27,9%	30.809	11,2%
PA	35.629	46,5%	41.067	53,5%	76.696	28,0%
RO	2.946	44,0%	3.749	56,0%	6.695	2,4%
RR	52.176	70,8%	21.541	29,2%	73.717	26,9%
Total	155.708	100%	118.531	100%	274.239	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2020 ¹

Tabela 18 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o sexo, 2020

UFs	ENTRADA						SAÍDA					
	F		M		Total		F		M		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	6.896	33,7%	13.550	66,2%	20.446	13,1%	6.314	32,8%	12.893	67,0%	19.207	16,2%
AM	9.801	44,0%	12.457	56,0%	22.258	14,3%	9.213	37,8%	15.134	62,1%	24.347	20,5%
AP	4.247	19,1%	17.973	80,9%	22.220	14,3%	3.141	36,6%	5.446	63,4%	8.587	7,2%
PA	11.095	31,1%	24.530	68,8%	35.625	22,9%	10.407	25,3%	30.656	74,6%	41.063	34,7%
RO	1.448	49,2%	1.497	50,8%	2.945	1,9%	1.850	49,3%	1.897	50,6%	3.747	3,2%
RR	23.766	45,5%	28.402	54,4%	52.168	33,5%	9.763	45,3%	11.773	54,7%	21.536	18,2%
Total	57.253	100%	98.409	100%	155.662	100%	40.688	100%	77.799	100%	118.487	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2020

¹ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti>. Acesso em: 12 fev. 2025.

Tabela 19 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo as tipologias de imigração, 2020

UF	Brasileiro		Fronteiriços		Não Nacionais		Residente		Temporário		Trânsito		Turista	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	13.037	32,8%	10	0,0%	214	0,5%	1.998	5,0%	168	0,4%	10.244	25,8%	14.033	35,3%
AM	25.981	55,7%	4	0,0%	3	0,0%	3.085	6,6%	775	1,7%	5.922	12,7%	10.848	23,3%
AP	308	1,0%	47	0,2%	7	0,0%	380	1,2%	584	1,9%	13.744	44,6%	15.739	51,1%
PA	31.704	41,3%	0	0,0%	0	0,0%	714	0,9%	443	0,6%	34.680	45,2%	9.155	11,9%
RO	3.237	48,3%	10	0,1%	67	1,0%	279	4,2%	31	0,5%	487	7,3%	2.584	38,6%
RR	7.939	10,8%	1	0,0%	805	1,1%	25.018	33,9%	2.573	3,5%	6.086	8,3%	31.295	42,5%
Total	82.206	100%	72	100%	1096	100%	31.474	100%	4.574	100%	71.163	100%	83.654	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2020

Tabela 20 - Movimentação de entrada de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2020

Nacionalidades de Entrada		AC		AM		AP		PA		RO		RR		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	BRASIL	7.485	16,3%	13.865	30,1%	296	0,6%	18.596	40,4%	1.384	3,0%	4.402	9,6%	46.028	29,6%
2	VENEZUELA	719	2,1%	853	2,4%	59	0,2%	46	0,1%	122	0,3%	3.107	94,8%	34.906	22,4%
3	FILIPINAS	1	0,0%	4	0,0%	5.989	52,4%	5.426	47,5%	-	0,0%	-	0,0%	11.420	7,3%
4	HAITI	5	0,0%	86	0,8%	15	0,1%	108	1,0%	-	0,0%	10.543	98,0%	10.757	6,9%
5	BOLÍVIA	7.761	85,9%	16	0,2%	17	0,2%	8	0,1%	1.223	13,5%	13	0,1%	9.038	5,8%
6	FRANÇA	24	0,3%	152	2,2%	5.938	85,0%	837	12,0%	2	0,0%	30	0,4%	6.983	4,5%
7	PERU	3.902	80,0%	783	16,1%	118	2,4%	17	0,3%	13	0,3%	43	0,9%	4.876	3,1%
8	ESTADOS UNIDOS	28	0,6%	2.591	53,7%	751	15,6%	1.382	28,6%	6	0,1%	69	1,4%	4.827	3,1%
9	CHINA	2	0,1%	23	0,8%	1.249	44,7%	1.491	53,3%	2	0,1%	29	1,0%	2.796	1,8%
10	CUBA	12	0,5%	82	3,1%	7	0,3%	5	0,2%	6	0,2%	2.533	95,8%	2.645	1,7%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2020

Tabela 21 - Movimentação de saída de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2020

Nacionalidades de Saída		AC		AM		AP		PA		RO		RR		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	BRASIL	6.104	16,0%	12.845	33,6%	16	0,0%	13.867	36,2%	1.886	4,9%	3.544	9,3%	38.262	32,3%
2	VENEZUELA	330	1,9%	833	4,7%	50	0,3%	92	0,5%	333	1,9%	16.104	90,8%	17.742	15,0%
3	FILIPINAS	-	0,0%	1.303	12,4%	418	4,0%	8.769	83,6%	-	0,0%	-	0,0%	10.490	8,9%
4	BOLÍVIA	7.911	85,6%	21	0,2%	20	0,2%	3	0,0%	1.268	13,7%	22	0,2%	9.245	7,8%
5	FRANÇA	17	0,2%	120	1,4%	7.087	85,3%	933	11,2%	-	0,0%	156	1,9%	8.313	7,0%
6	ESTADOS UNIDOS	32	0,6%	2.830	51,0%	13	0,2%	2.597	46,8%	7	0,1%	65	1,2%	5.544	4,7%
7	PERU	4.052	79,5%	844	16,6%	107	2,1%	51	1,0%	7	0,1%	35	0,7%	5.096	4,3%
8	CHINA	1	0,0%	473	15,0%	88	2,8%	2.576	81,4%	1	0,0%	24	0,8%	3.163	2,7%
9	ÍNDIA	4	0,1%	293	10,2%	2	0,1%	2.571	89,6%	-	0,0%	1	0,0%	2.871	2,4%
10	COLÔMBIA	110	4,3%	2.253	87,3%	46	1,8%	39	1,5%	14	0,5%	118	4,6%	2.580	2,2%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2020

Tabela 22 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo os municípios, 2020

UFs	Municípios	ENTRADA		SAÍDA		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	ASSIS BRASIL	13.115	64,1%	11.709	60,9%	24.824	62,5%
	EPITACIOLÂNDIA	6.943	33,9%	7.208	37,5%	14.151	35,6%
	NÃO ESPECIFICADO	125	0,6%	138	0,7%	263	0,7%
	PLÁCIDO DE CASTRO	112	0,5%	117	0,6%	229	0,6%
	RIO BRANCO	157	0,8%	40	0,2%	197	0,5%
	SANTA ROSA DO PURUS	20	0,1%	20	0,1%	40	0,1%
AM	MANAUS	16.541	74,3%	18.797	77,2%	35.338	75,8%
	NÃO ESPECIFICADO	114	0,5%	106	0,4%	220	0,5%
	TABATINGA	5.609	25,2%	5.451	22,4%	11.060	23,7%
AP	MACAPÁ	14.886	67,0%	284	3,3%	15.170	49,2%
	NÃO ESPECIFICADO	235	1,1%	95	1,1%	330	1,1%
	OIAPOQUE	6.626	29,8%	7.791	90,7%	14.417	46,8%
	SANTANA	474	2,1%	418	4,9%	892	2,9%
PA	BELÉM	35.534	99,7%	34.659	84,4%	70.193	91,5%
	NÃO ESPECIFICADO	58	0,2%	203	0,5%	261	0,3%
	SANTARÉM	37	0,1%	6.205	15,1%	6.242	8,1%
RO	GUAJARÁ-MIRIM	2.921	99,2%	3.688	98,4%	6.609	98,7%
	NÃO ESPECIFICADO	25	0,8%	31	0,8%	56	0,8%
	PORTO VELHO	-	0,0%	30	0,8%	30	0,4%
RR	BOA VISTA	424	0,8%	466	2,2%	890	1,2%
	BONFIM	17.249	33,1%	3.691	17,1%	20.940	28,4%
	NÃO ESPECIFICADO	149	0,3%	99	0,5%	248	0,3%
	PACARAIMA	34.354	65,8%	17.285	80,2%	51.639	70,1%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2020

2021

Tabela 23 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, 2021

UF	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	12.743	53,4%	11.102	46,6%	23.845	14,3%
AM	11.457	45,4%	13.802	54,6%	25.259	15,1%
AP	12.689	83,6%	2.486	16,4%	15.175	9,1%
PA	18.276	44,5%	22.817	55,5%	41.093	24,6%
RO	2.346	46,5%	2.694	53,5%	5.040	3,0%
RR	49.111	86,7%	7.511	13,3%	56.622	33,9%
Total	106.622	100%	60.412	100%	167.034	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2021²

Tabela 24 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o sexo, 2021

UF	ENTRADA						SAIDA				Total	
	F		M		Total		F		M			
	N°	%	N°	%	N°	%	F	F%	M	M%	Total	%
AC	2.339	18,4%	10.397	81,6%	12.736	11,9%	1.614	14,5%	9.486	85,4%	11.100	18,4%
AM	4.140	36,1%	7.313	63,8%	11.453	10,7%	4.020	29,1%	9.779	70,9%	13.799	22,8%
AP	.932	7,3%	11.751	92,6%	12.683	11,9%	.537	21,6%	1.949	78,4%	2.486	4,1%
PA	3.070	16,8%	15.205	83,2%	18.275	17,1%	2.878	12,6%	19.937	87,4%	22.815	37,8%
RO	1.150	49,0%	1.194	50,9%	2.344	2,2%	1.331	49,4%	1.361	50,5%	2.692	4,5%
RR	23.188	47,2%	25.914	52,8%	49.102	46,1%	3.046	40,6%	4.464	59,4%	7.510	12,4%
Total	34.819	100%	71.774	100%	106.593	100%	13.426	100%	46.976	100%	60.402	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2021

² BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Microdados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti>. Acesso em: 12 fev. 2025.

Tabela 25 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo as tipologias de imigração, 2021

UF	Brasileiro		Fronteiriços		Não Nacionais		Residente		Temporário		Trânsito		Turista	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	4.934	20,7%	6	0,0%	185	0,8%	2.878	12,1%	193	0,8%	15.083	63,3%	566	2,4%
AM	9.893	39,2%	11	0,0%	2	0,0%	5.923	23,4%	2.286	9,1%	4.767	18,9%	2.376	9,4%
AP	528	3,5%	8	0,1%	0	0,0%	493	3,2%	1.504	9,9%	10.622	70,0%	2.020	13,3%
PA	10.542	25,7%	1	0,0%	1	0,0%	279	0,7%	136	0,3%	28.573	69,5%	1.561	3,8%
RO	3.499	69,4%	5	0,1%	1	0,0%	137	2,7%	425	8,4%	164	3,3%	809	16,1%
RR	4.867	8,6%	26	0,0%	886	1,6%	46.291	81,8%	895	1,6%	767	1,4%	2.890	5,1%
Total	34.263	100%	57	100%	1.075	100%	56.001	100%	5.439	100%	59.976	100%	10.222	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2021

Tabela 26 - Movimentação de entradas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2021

Nacionalidades de Entrada		AC		AM		AP		PA		RO		RR		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	VENEZUELA	2.073	4,3%	466	1,0%	41	0,1%	5	0,0%	38	0,1%	45.695	94,6%	48.318	45,3%
2	BRASIL	3.148	17,4%	4.672	25,9%	528	2,9%	5.584	30,9%	1.495	8,3%	2.632	14,6%	18.059	16,9%
3	FILIPINAS	0	0,0%	1	0,0%	4.876	48,2%	5.233	51,8%	0	0,0%	0	0,0%	10.110	9,5%
4	BOLÍVIA	6.065	88,3%	19	0,3%	9	0,1%	8	0,1%	755	11,0%	16	0,2%	6.872	6,4%
5	HAITI	24	0,6%	3.264	88,1%	375	10,1%	1	0,0%	11	0,3%	28	0,8%	3.703	3,5%
6	UCRÂNIA	0	0,0%	9	0,4%	1.250	53,9%	1.056	45,5%	0	0,0%	4	0,2%	2.319	2,2%
7	FRANÇA	2	0,1%	33	1,5%	1.833	82,1%	363	16,3%	0	0,0%	1	0,0%	2.232	2,1%
8	ÍNDIA	0	0,0%	6	0,3%	947	47,1%	1.050	52,3%	1	0,0%	5	0,2%	2.009	1,9%
9	PERU	1.308	71,6%	421	23,0%	69	3,8%	5	0,3%	9	0,5%	15	0,8%	1.827	1,7%
10	CHINA	0	0,0%	4	0,2%	640	35,7%	1.146	63,8%	0	0,0%	5	0,3%	1.795	1,7%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2021

Tabela 27 - Movimentação de saídas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2021

Nacionalidades de Saída		AC		AM		AP		PA		RO		RR		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	BRASIL	3.462	18,5%	5.722	30,5%	72	0,4%	5.120	27,3%	2.020	10,8%	2.367	12,6%	18.763	31,1%
2	FILIPINAS	-	0,0%	1.431	14,4%	539	5,4%	7.970	80,2%	-	0,0%	-	0,0%	9.940	16,5%
3	BOLÍVIA	5.893	91,6%	15	0,2%	8	0,1%	1	0,0%	516	8,0%	3	0,0%	6.436	10,7%
4	VENEZUELA	85	1,7%	203	4,0%	44	0,9%	25	0,5%	102	2,0%	4.646	91,0%	5.105	8,5%
5	COLÔMBIA	24	1,1%	2.186	96,1%	20	0,9%	16	0,7%	6	0,3%	23	1,0%	2.275	3,8%
6	CHINA	5	0,2%	229	10,6%	114	5,3%	1.808	83,6%	-	0,0%	6	0,3%	2.162	3,6%
7	ÍNDIA	2	0,1%	353	17,4%	28	1,4%	1.645	80,9%	1	0,0%	5	0,2%	2.034	3,4%
8	UCRÂNIA	-	0,0%	297	15,2%	73	3,7%	1.580	81,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.950	3,2%
9	PERU	1.307	77,2%	311	18,4%	58	3,4%	7	0,4%	3	0,2%	7	0,4%	1.693	2,8%
10	HAITI	119	7,2%	1.493	90,5%	8	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	29	1,8%	1.649	2,7%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2021

Tabela 28 - Movimentação de pessoas por ano pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo os municípios, 2021

UFs	Município	ENTRADA		SAÍDA		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	ASSIS BRASIL	7.314	57,4%	5.406	48,7%	12.720	53,3%
	EPITACIOLÂNDIA	5.205	0,408	5.488	0,494	10.693	0,448
	NÃO ESPECIFICADO	58	0,005	111	0,01	169	0,007
	PLÁCIDO DE CASTRO	72	0,006	63	0,006	135	0,006
	RIO BRANCO	94	0,7%	34	0,3%	128	0,5%
AM	MANAUS	7.650	66,8%	8.736	63,3%	16.386	64,9%
	NÃO ESPECIFICADO	121	1,1%	142	1,0%	263	1,0%
	TABATINGA	3.686	32,2%	4.924	35,7%	8.610	34,1%
AP	MACAPÁ	9.064	71,4%	597	24,0%	9.661	63,7%
	NÃO ESPECIFICADO	171	1,3%	88	3,5%	259	1,7%
	OIAPOQUE	2.919	23,0%	1.483	59,7%	4.402	29,0%
	SANTANA	535	4,2%	318	12,8%	853	5,6%
PA	BELÉM	18.150	99,3%	19.151	83,9%	37.301	90,8%
	NÃO ESPECIFICADO	51	0,3%	102	0,4%	153	0,4%
	SANTARÉM	75	0,4%	3.564	15,6%	3.639	8,9%
RO	GUAJARÁ-MIRIM	2.198	93,7%	2.453	91,1%	4.651	92,3%
	NÃO ESPECIFICADO	34	1,4%	40	1,5%	74	1,5%
	PORTO VELHO	114	4,9%	201	7,5%	315	6,3%
RR	BOA VISTA	719	1,5%	750	10,0%	1.469	2,6%
	BONFIM	2.265	4,6%	1.677	22,3%	3.942	7,0%
	NÃO ESPECIFICADO	145	0,3%	74	1,0%	219	0,4%
	PACARAIMA	45.982	93,6%	5.010	66,7%	50.992	90,1%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2021

2022

Tabela 29 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, 2022

UFs	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	39.424	51,3%	37.416	48,7%	76.840	15,8%
AM	40.162	47,8%	43.907	52,2%	84.069	17,3%
AP	28.780	66,1%	14.765	33,9%	43.545	9,0%
PA	49.560	45,1%	60.289	54,9%	109.849	22,6%
RO	5.044	45,5%	6.047	54,5%	11.091	2,3%
RR	136.190	84,8%	24.455	15,2%	160.645	33,1%
Total	299.160	100%	186.879	100%	486.039	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2022 ³

Tabela 30 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o sexo, 2022

UFs	ENTRADA						SAIDA					
	F		M		Total		F		M		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	14.723	37,3%	24.691	62,6%	39.414	13,2%	13.840	37,0%	23.568	63,0%	37.408	20,0%
AM	15.993	39,8%	24.162	60,2%	40.155	13,4%	17.683	40,3%	26.211	59,7%	43.894	23,5%
AP	7.102	24,7%	21.673	75,3%	28.775	9,6%	5.366	36,3%	9.398	63,7%	14.764	7,9%
PA	16.396	33,1%	33.160	66,9%	49.556	16,6%	18.561	30,8%	41.719	69,2%	60.280	32,3%
RO	2.511	49,8%	2.530	50,2%	5.041	1,7%	3.037	50,2%	3.008	49,7%	6.045	3,2%
RR	67.058	49,2%	69.094	50,7%	136.152	45,5%	10.651	43,6%	13.799	56,4%	24.450	13,1%
Total	123.783	100%	175.310	100%	299.093	100%	69.138	100%	117.703	100%	186.841	100%

Fonte: Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2022

³ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Microdados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti>. Acesso em: 12 fev. 2025.

Tabela 31 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo as tipologias de imigração, 2022

UF	Brasileiro		Fronteiriços		Não Nacionais		Residente		Temporário		Trânsito		Turista	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	22.319	29,0%	37	0,0%	8	0,0%	6.645	8,6%	278	0,4%	15.815	20,6%	31.738	41,3%
AM	47.499	56,5%	10	0,0%	20	0,0%	6.360	7,6%	1.336	1,6%	6.064	7,2%	22.779	27,1%
AP	697	1,6%	35	0,1%	2	0,0%	935	2,1%	361	0,8%	12.355	28,4%	29.160	67,0%
PA	51.413	46,8%	0	0,0%	0	0,0%	1.536	1,4%	762	0,7%	42.069	38,3%	14.069	12,8%
RO	5.219	47,1%	3	0,0%	0	0,0%	311	2,8%	2.200	19,8%	298	2,7%	3.060	27,6%
RR	11.882	7,4%	370	0,2%	0	0,0%	111.478	69,4%	386	0,2%	7.576	4,7%	28.953	18,0%
Total	139.029	100%	455	100%	30	100%	127.265	100%	5.323	100%	84.177	100%	129.759	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2022

Tabela 32 - Movimentação de entrada pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2022

Nacionalidades de Entrada		AC		AM		AP		PA		RO		RR		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	VENEZUELA	3.577	2,8%	1.057	0,8%	46	0,0%	18	0,0%	118	0,1%	124.724	96,3%	129.540	43,3%
2	BRASIL	10.965	16,6%	21.633	32,8%	711	1,1%	24.710	37,5%	1.986	3,0%	5.966	9,0%	65.971	22,1%
3	FRANÇA	44	0,3%	291	2,0%	12.869	87,9%	1.359	9,3%	18	0,1%	55	0,4%	14.636	4,9%
4	PERU	12.194	85,2%	1.619	11,3%	320	2,2%	23	0,2%	62	0,4%	92	0,6%	14.310	4,8%
5	BOLÍVIA	11.354	80,3%	64	0,5%	42	0,3%	20	0,1%	2.628	18,6%	24	0,2%	14.132	4,7%
6	FILIPINAS	5	0,0%	4	0,0%	5.122	41,7%	7.141	58,1%	-	0,0%	10	0,1%	12.282	4,1%
7	COLÔMBIA	273	3,3%	7.449	89,8%	156	1,9%	24	0,3%	22	0,3%	372	4,5%	8.296	2,8%
8	ESTADOS UNIDOS	96	1,5%	4.164	65,0%	1.388	21,7%	621	9,7%	6	0,1%	133	2,1%	6.408	2,1%
9	ÍNDIA	7	0,2%	25	0,8%	1.574	48,2%	1.654	50,7%	-	0,0%	4	0,1%	3.264	1,1%
10	GUIANA	1	0,0%	12	0,4%	40	1,3%	50	1,7%	1	0,0%	2.901	96,5%	3.005	1,0%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2022

Tabela 33 - Movimentação de saídas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2022

Nacionalidades de Saída		AC		AM		AP		PA		RO		RR		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	BRASIL	13.366	17,2%	26.549	34,2%	156	0,2%	27.001	34,8%	3.240	4,2%	7.370	9,5%	77.682	41,6%
2	VENEZUELA	572	3,9%	593	4,1%	99	0,7%	43	0,3%	487	3,4%	12.714	87,6%	14.508	7,8%
3	FRANÇA	53	0,4%	257	1,9%	11.867	88,5%	1.169	8,7%	18	0,1%	44	0,3%	13.408	7,2%
4	BOLÍVIA	10.779	83,3%	41	0,3%	55	0,4%	16	0,1%	2.025	15,7%	19	0,1%	12.935	6,9%
5	PERU	10.967	86,5%	1.232	9,7%	323	2,5%	41	0,3%	65	0,5%	53	0,4%	12.681	6,8%
6	FILIPINAS	4	0,0%	1.291	10,5%	394	3,2%	10.658	86,3%	-	0,0%	-	0,0%	12.347	6,6%
7	ESTADOS UNIDOS	73	1,3%	4.101	70,2%	24	0,4%	1.523	26,1%	9	0,2%	110	1,9%	5.840	3,1%
8	COLÔMBIA	206	3,7%	4.890	87,3%	228	4,1%	53	0,9%	28	0,5%	196	3,5%	5.601	3,0%
9	ÍNDIA	27	0,9%	378	11,9%	57	1,8%	2.704	85,3%	-	0,0%	3	0,1%	3.169	1,7%
10	GUIANA	1	0,0%	9	0,3%	35	1,3%	40	1,4%	1	0,0%	2.680	96,9%	2.766	1,5%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2022

Tabela 34 - Movimentação de pessoas por ano pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo os municípios, 2022

UFs	Municípios	ENTRADA		SAÍDA		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	ASSIS BRASIL	27.697	70,3%	26.155	69,9%	53.852	70,1%
	CRUZEIRO DO SUL	19	0,0%	7	0,0%	26	0,0%
	EPITACIOLÂNDIA	11.164	28,3%	10.938	29,2%	22.102	28,8%
	NÃO ESPECIFICADO	130	0,3%	158	0,4%	288	0,4%
	PLÁCIDO DE CASTRO	168	0,4%	85	0,2%	253	0,3%
	RIO BRANCO	246	0,6%	73	0,2%	319	0,4%
AM	MANAUS	24.734	61,6%	31.352	71,4%	56.086	66,7%
	NÃO ESPECIFICADO	140	0,3%	158	0,4%	298	0,4%
	TABATINGA	15.288	38,1%	12.397	28,2%	27.685	32,9%
AP	MACAPÁ	12.695	44,1%	662	4,5%	13.357	30,7%
	NÃO ESPECIFICADO	344	1,2%	113	0,8%	457	1,0%
	OIAPOQUE	14.639	50,9%	13.841	93,7%	28.480	65,4%
	SANTANA	1.102	3,8%	149	1,0%	1.251	2,9%
PA	BELÉM	49.460	99,8%	53.912	89,4%	103.372	94,1%
	NÃO ESPECIFICADO	100	0,2%	207	0,3%	307	0,3%
	SANTARÉM	-	0,0%	6.170	10,2%	6.170	5,6%
RO	GUAJARÁ-MIRIM	4.656	92,3%	5.321	88,0%	9.977	90,0%
	NÃO ESPECIFICADO	64	1,3%	48	0,8%	112	1,0%
	PORTO VELHO	51	1,0%	122	2,0%	173	1,6%
	VILHENA	273	5,4%	556	9,2%	829	7,5%
RR	BOA VISTA	641	0,5%	443	1,8%	1.084	0,7%
	BONFIM	8.078	5,9%	9.034	36,9%	17.112	10,7%
	NÃO ESPECIFICADO	202	0,1%	156	0,6%	358	0,2%
	PACARAIMA	127.269	93,4%	14.822	60,6%	142.091	88,5%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2022

2023

Tabela 35 - - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, 2023

UFs	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
AC	41.225	50,0%	41.178	50,0%	82.403	11,3%
AM	75.141	46,9%	85.043	53,1%	160.184	21,9%
AP	54.647	63,0%	32.051	37,0%	86.698	11,8%
PA	85.718	45,2%	103.788	54,8%	189.506	25,9%
RO	7.073	47,9%	7.701	52,1%	14.774	2,0%
RR	163.901	82,5%	34.763	17,5%	198.664	27,1%
Total	427.705	100%	304.524	100%	732.229	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2023 ⁴

Tabela 36 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o sexo, 2023

UFs	ENTRADA						SAIDA					
	F		M		Total		F		M		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	N	%
AC	16.527	40,1%	24.688	59,9%	41.215	9,6%	16.102	39,1%	25.064	60,9%	41.166	13,5%
AM	34.117	45,4%	41.005	54,6%	75.122	17,6%	36.949	43,4%	48.074	56,5%	85.023	27,9%
AP	16.462	30,1%	38.178	69,9%	54.640	12,8%	12.411	38,7%	19.638	61,3%	32.049	10,5%
PA	33.371	38,9%	52.322	61,0%	85.693	20,0%	38.955	37,5%	64.706	62,3%	103.661	34,1%
RO	3.449	48,8%	3.622	51,2%	7.071	1,7%	3.717	48,3%	3.982	51,7%	7.699	2,5%
RR	77.718	47,4%	86.158	52,6%	163.876	38,3%	14.580	41,9%	20.176	58,0%	34.756	11,4%
Total	181.644	100%	245.973	100%	427.617	100%	122.714	100%	181.640	100%	304.354	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2023

⁴ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Microdados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, 2024. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti>. Acesso em: 12 fev. 2025.

Tabela 37 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo as tipologias de imigração, 2023

UF	Brasileiro		Fronteiriços		Não Nacionais		Residente		Temporário		Trânsito		Turista	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	25.829	31,3%	8	0,0%	1	0,0%	8.603	10,4%	1.136	1,4%	13.412	16,3%	33.414	40,5%
AM	97.789	61,0%	21	0,0%	0	0,0%	7.818	4,9%	2.843	1,8%	9.682	6,0%	42.031	26,2%
AP	1.595	1,8%	24	0,0%	7	0,0%	5.860	6,8%	1.482	1,7%	18.666	21,5%	59.063	68,1%
PA	100.577	53,1%	0	0,0%	4	0,0%	3.297	1,7%	1.784	0,9%	51.388	27,1%	32.456	17,1%
RO	6.788	45,9%	19	0,1%	4	0,0%	291	2,0%	1.871	12,7%	464	3,1%	5.337	36,1%
RR	21.370	10,8%	680	0,3%	0	0,0%	116.428	58,6%	4.683	2,4%	11.645	5,9%	43.858	22,1%
Total	253.948	100%	752	100%	16	100%	142297	100%	13.799	100%	105.257	100%	216.159,00	100%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2023

Tabela 38 - Movimentação de entrada pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2023

Nacionalidades de Entrada		AC		AM		AP		PA		RO		RR		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	VENEZUELA	4.185,0	0,028	2.426	0,016	43	0	162	0,001	93	0,001	140.350	0,953	147.259	34,4%
2	BRASIL	12.058,0	9,8%	46.048	37,5%	1.281	1,0%	49.781	40,5%	2.869	2,3%	10.894	8,9%	122.931	28,7%
3	FRANÇA	49,0	0,2%	613	2,0%	25.202	83,4%	4.239	14,0%	21	0,1%	104	0,3%	30.228	7,1%
4	PERU	13.660,0	83,4%	1.936	11,8%	538	3,3%	106	0,6%	44	0,3%	103	0,6%	16.387	3,8%
5	FILIPINAS	1,0	0,0%	104	0,6%	8.453	52,4%	7.557	46,9%	-	0,0%	3	0,0%	16.118	3,8%
6	ESTADOS UNIDOS	117,0	0,8%	9.645	62,4%	3.304	21,4%	2.132	13,8%	10	0,1%	255	1,6%	15.463	3,6%
7	BOLÍVIA	9.537,0	70,9%	61	0,5%	95	0,7%	131	1,0%	3.600	26,8%	21	0,2%	13.445	3,1%
8	COLÔMBIA	480,0	6,0%	6.604	83,2%	137	1,7%	97	1,2%	24	0,3%	599	7,5%	7.941	1,9%
9	CUBA	88,0	1,1%	301	3,9%	2.650	34,2%	53	0,7%	4	0,1%	4.659	60,1%	7.755	1,8%
10	GUIANA	1,0	0,0%	45	0,8%	119	2,2%	79	1,5%	1	0,0%	5.052	95,4%	5.297	1,2%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2023

Tabela 39 - Movimentação de saída pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, segundo o ranking dos 10 países com as maiores frequências, 2023

Nacionalidade de Saída		AC		AM		AP		PA		RO		RR		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	BRASIL	15.196	11,1%	52.246	38,2%	682	0,5%	52.029	38,1%	3.971	2,9%	12.599	9,2%	136.723	44,9%
2	FRANÇA	56	0,2%	513	1,8%	23.879	83,1%	4.163	14,5%	12	0,0%	96	0,3%	28.719	9,4%
3	VENEZUELA	533	0,03	1.991	0,111	84	0,005	148	0,008	383	0,021	14.826	0,825	17.965	5,9%
4	ESTADOS UNIDOS	99	0,6%	9.993	56,8%	672	3,8%	6.599	37,5%	5	0,0%	222	1,3%	17.590	5,8%
5	FILIPINAS	1	0,0%	2.334	14,8%	818	5,2%	12.629	80,0%	-	0,0%	2	0,0%	15.784	5,2%
6	PERU	12.493	83,7%	1.683	11,3%	502	3,4%	140	0,9%	50	0,3%	64	0,4%	14.932	4,9%
7	BOLÍVIA	9.052	73,8%	47	0,4%	107	0,9%	126	1,0%	2.922	23,8%	19	0,2%	12.273	4,0%
8	COLÔMBIA	277	4,3%	5.463	85,2%	146	2,3%	176	2,7%	21	0,3%	327	5,1%	6.410	2,1%
9	GUIANA	1	0,0%	56	1,1%	116	2,3%	63	1,2%	3	0,1%	4.807	95,3%	5.046	1,7%
10	ÍNDIA	36	0,8%	1.187	25,6%	154	3,3%	3.230	69,8%	1	0,0%	21	0,5%	4.629	1,5%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2023

Tabela 40 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, segundo os municípios, 2023.

UFs	Municípios	ENTRADA		SAÍDA		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	ASSIS BRASIL	29.046	70,5%	28.800	69,9%	57.846	70,2%
	CRUZEIRO DO SUL	23	0,1%	5	0,0%	28	0,0%
	EPITACIOLÂNDIA	11.665	28,3%	12.086	29,4%	23.751	28,8%
	NÃO ESPECIFICADO	160	0,4%	219	0,5%	379	0,5%
	PLÁCIDO DE CASTRO	53	0,1%	19	0,0%	72	0,1%
	RIO BRANCO	278	0,7%	49	0,1%	327	0,4%
AM	MANAUS	61.294	81,6%	73.032	85,9%	134.326	83,9%
	NÃO ESPECIFICADO	138	0,2%	193	0,2%	331	0,2%
	TABATINGA	13.709	18,2%	11.818	13,9%	25.527	15,9%
AP	MACAPÁ	21.653	39,6%	3.033	9,5%	24.686	28,5%
	NÃO ESPECIFICADO	367	0,7%	133	0,4%	500	0,6%
	OIAPOQUE	31.786	58,2%	28.784	89,8%	60.570	69,9%
	SANTANA	841	1,5%	101	0,3%	942	1,1%
PA	BELÉM	85.646	99,9%	87.092	83,9%	172.738	91,2%
	NÃO ESPECIFICADO	72	0,1%	215	0,2%	287	0,2%
	SANTARÉM	-	0,0%	16.481	15,9%	16.481	8,7%
RO	GUAJARÁ-MIRIM	6.691	94,6%	7.047	91,5%	13.738	93,0%
	NÃO ESPECIFICADO	51	0,7%	41	0,5%	92	0,6%
	PORTO VELHO	46	0,7%	6	0,1%	52	0,4%
	VILHENA	285	4,0%	607	7,9%	892	6,0%
RR	BOA VISTA	793	0,5%	542	1,6%	1.335	0,7%
	BONFIM	18.393	11,2%	15.824	45,5%	34.217	17,2%
	NÃO ESPECIFICADO	200	0,1%	168	0,5%	368	0,2%
	PACARAIMA	144.515	88,2%	18.229	52,4%	162.744	81,9%

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2023

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EIXO TEMÁTICO 1: : ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA

ACRE (Governo do Estado). **Plano Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas**. Rio Branco: SEMA, 2023. Disponível em: https://sema.ac.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/PPCDQ-AC-DIGITAL-13-MAIO_FINAL.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3kKLN9R>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

CENTRO DE PREVISÃO DE TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS (CPTEC). **ENOS – El Niño Oscilação Sul**. Disponível em: <<http://enos.cptec.inpe.br/>>. Acesso em: 20 de dez. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT. **Conflitos no campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT Nacional, 2024. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41>>. Acesso em: 09 jan. 2025.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO-ESMPU. Apresentação, debate e aprovação de notas conceituais para o desenvolvimento da Plataforma de Territórios Tradicionais. **Curso de Aperfeiçoamento "Territórios não demarcados: o que fazer?"**. Brasília, DF, 19 set. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENA FUNAI. **Povos isolados**, 12 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato-2/povos-isolados-1>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

G1. Situação de emergência é decretada em Laranjal do Jari após inundações. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/situacao-de-emergencia-e-decretada-em-laranjal-do-jari-apos-inundacoes.ghtml>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GAZETA DA AMAZÔNIA Solimões: rio seca. 24 agosto. 2019. Disponível em: <<https://gazetadaamazonia.com.br/24/08/2024/solimo-es-rio-seca/>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO SOCIAMBIENTAL–ISA. **Povos Indígenas do Brasil: Terra Indígena Vale do Javari**, s.d. Disponível: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3895>>. Acesso em: 15 jan. 2025

MACHADO, D.T. **Conflitos na fronteira do Guaporé: áreas protegidas versus o avanço da agropecuária**. Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXXI, n. 1, p. 22-39, jan./jun. DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2020.i1. Acesso em: 25 jan. 2025.

MAPBIOMAS. **RAD 2022: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2022**. São Paulo: MapBiomas, 2023. Disponível em: <https://alerta.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/17/2024/03/RAD_2022.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

_____. **RAD2023: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2023**. São Paulo, MapBiomas, 2024. Disponível em: <páginas <http://alerta.mapbiomas.org>. DOI: 10.1088/1748-9326/ac5193>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MARENGO, José Antônio; JUNIOR, Carlos Souza. **Mudanças climáticas: impactos e cenários para a Amazônia**. São José dos Campos, SP: ARA/CCST-INPE/INPA, 2014. Disponível em: <<https://www.ccst.inpe.br/o-futuro-climatico-da-amazonia-relatorio-de-avaliacao-cientifica-antonio-donato-nobre/>>. Acesso em: 13 de dez. 2024.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI. **Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima - AdaptaBrasil**. Brasília: MCTI, 2024. Disponível em: <<https://adaptabrasil.mcti.gov.br/sobre>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR. **Atlas Digital de Desastres Naturais no Brasil: 1991 a 2022**. Brasília: MIDR, 2024. Disponível em: <<https://atlasdigital.mdr.gov.br/páginas/mapa-interativo.xhtml>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA –MMA. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) 5ª Fase (2023 a 2027)**. Brasília: MMA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/ppcdam_2023_sumario-rev.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MOURÃO, J.; SOUZA, P.; SESSIN, M. **Assentamentos em foco: combate ao desmatamento e Conservação na Amazônia**. Rio de Janeiro: Amazônia 2030, 2024. Disponível em: <<https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2024/10/Assentamentos-em-Foco.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

_____. Portaria GM/MMA nº. 1.202, de 12 de novembro de 2024. Dispõe sobre a atualização da lista de municípios prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, e da lista de municípios com

desmatamento monitorado e sob controle. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 nov. 2024. Disponível: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/mma-n-1.202-de-11-de-novembro-de-2024-595667200>>. Acesso: 15 jan. 2025.

NOBRE, Antônio Donato. **O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica**. São Paulo, SP: Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - USP, 2018. Disponível em: <https://www.oamanhae hoje.com.br/assets/pdf/Relatorio_Mudancas_Climaticas-Amazonia.pdf>. Acesso em: 13 de dez. 2024.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **"Passando a boiada": o segundo ano do desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/03/Passando-a-boiada-1.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

_____. **Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)**. São Paulo: ICLEI/IEMA/IMAFLOA/IPAM. Disponível em: <<https://seeg.eco.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

O LIBERAL. **Prefeitura de Óbidos decreta situação de emergência devido à seca que atinge o oeste do Pará**. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/para/prefeitura-de-obidos-decreta-situacao-de-emergencia-devido-a-seca-que-atinge-o-oeste-do-para-1.876620>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PEIXOTO, Roberto. Entenda por que o Brasil registrou uma taxa inédita de queimadas neste 1º quadrimestre do ano. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/05/02/entenda-por-que-o-brasil-registrou-uma-taxa-inedita-de-queimadas-neste-1o-quadrimestre-do-ano.ghtml>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PREFEITURA DE BRASILEIA. **Brasileia enfrenta maior alagação de sua história, deixando mais de 15 mil pessoas afetadas**. Disponível em: <<https://www.brasileia.ac.gov.br/post/brasil%C3%A9ia-enfrenta-maior-alaga%C3%A7%C3%A3o-de-sua-hist%C3%B3ria-deixando-mais-de-15-mil-pessoas-afetadas>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PREFEITURA DE PORTO VELHO. **Estiagem: Defesa Civil decreta situação de emergência devido ao cenário de extrema seca em Porto Velho**. Disponível em: <<https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/42682/estiagem-defesa-civil-decreta-situacao-de-emergencia-devido-ao-cenario-de-extrema-seca-em-porto-velho>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

RIBEIRO, A.F.A.; COSTA SILVA, R.G.; SANTOS, J.L. **Política de regularização fundiária em Rondônia: limitações do programa terra legal e expectativas socioterritoriais. Confins [Online]**, 29, 2016, sem paginação, dez. 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11541>; DOI:<https://doi.org/10.4000/confins.11541>>. Acesso em: 03 fev. 2025, consultado o 04 fevereiro 2025

ROCHA, I. et al. **Manual de Direito Agrário Constitucional**: lições de direito agroambiental. 2ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

ROLEMBERG, I.; LACERDA, P. Violência contra a pessoa em conflitos no campo na Amazônia Legal: breves considerações. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2022, p. 163-169. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14302-livro-2022-v21-web>>. Acesso em: 08 jan. 2025.

SANTOS, E.R.; MATTIONI, J.V.D.; FALCÃO, M.T. **Extração mineral e conflitos: ensaio geohistórico do garimpo ilegal nas terras indígenas no extremo norte brasileiro**. Geographia Opportuno Tempore, UEL, EISSN: 2358-1972, vol. 7, n. 1, p. 104-119, 2021. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi5teezjqmLAXWXupUCHUkEAS0QFnoECBsQAw&url=https%3A%2F%2Ffojs.uel.br%2Frevistas%2Fuef%2Findex.php%2FGeographia%2Farticle%2Fdownload%2F44854%2F30767%2F229755%23%3A~%3Atext%3DA%2520Lei%25201.453%252F2021%252C%2520chamada%2Ca%2520atividade%2520garimpeira%2520na%2520regi%25C3%25A3o.&usg=AOvVaw2TXghR6og1jK5T7PJHBfZb&opi=89978449>>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO - CASA CIVIL. **Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR**. Brasília: SAM/CC/PR. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/copy_of_NotaTcnica12023SADJVISAMCCPR_SEI_00042.000497_2023_74.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SOUZA FILHO, C.F.M. de; SONDA, C.; LEMOS, A. CAR e Povos Tradicionais. In: SOUZA FILHO, C.F.M. de; ROSSITO, F.D. (Org.). **Estudos sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e consulta prévia**: povos tradicionais. Curitiba: Letra da Lei, 2016, p. 17-34. Disponível em: bit.ly/3DG7Fgb. Acesso em: 30 jan. 2025.

TORNEAU, F.M.; BURSZTYN, M. **Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental**. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XIII, n. 1, p. 111-130, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ThmrGwNdx4PG6gRz6Lq8P6H/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

VIANA, H. **História das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, Ministério da Guerra, 1948. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde->

03032008-112642/publico/DISSERTACAO_LAERCIO_FURQUIM_JUNIOR.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

WORLD WILDLIFE FUND –WWW. **Renca**: situação legal dos direitos minerários na Reserva Nacional de Cobre. Brasília: WWF, 2017. Disponível em: https://wwfbrnew.awsassets.panda.org/downloads/renca_vreduzida.pdf. Acesso: 24 jan. 2025.

EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC. **Aeroportos concedidos**. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/concessoes/aeroportos-concedidos>. Acesso em: 14 fev. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). **Painéis de dados – Antenas nos municípios**. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/dados/infraestrutura/antenas-nos-municipios/paineis-de-dados>. Acesso em: 17 fev. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS- ANTAQ. Disponível em: <https://www.gov.br/antag/pt-br>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL ENERGIA. Voltalia anuncia construção de PCH no Oiapoque. Disponível em: <https://brasilenergia.com.br/energia/voltalia-anuncia-construcao-de-pch-no-oiapoque/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. Governo retoma Luz para Todos e interliga municípios do Norte ao sistema elétrico. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2023/08/governo-retoma-luz-para-todos-e-interliga-municipios-do-norte-ao-sistema-eletrico>. Acesso em: 17 fev. 2025.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2034: Caderno de Demanda de Eletricidade**. Brasília: EPE, 2024. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-804/topico-709/PDE%202034_Caderno_Demanda_Eletricidade_Publicacao.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Caderno de Planejamento SISOL – Ciclo 2024**. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao863/Caderno_Planejamento%20SISOL_Ciclo%202024.pdf. Acesso em: 03 fev. 2025.

_____. **Painel Interativo – Plataforma de Análise do Setor Elétrico (PASI)**. Disponível em: <<https://pasi.epe.gov.br/PainelInterativo>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Balanço Energético Nacional 2024**. 275p. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-819/topico-723/BEN2024.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

HIDROLUZ PCH. Empresa. Disponível em: <<https://www.hidroluzpch.com/empresa>>. Acesso em: 07 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM. **Amazônia: Plano Diretor Municipal e gestão do território**. Coordenação Ricardo Moraes; Eliana Santos Junqueira de Andrade. Rio de Janeiro: IBAM/Fundo Amazônia, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE - IFAC. Universidad Amazónica de Pando (UAP) - Bolívia. Disponível em: <<https://www.ifac.edu.br/o-ifac/internacionalizacao/universidad-amazonica-de-pando-uap-bolivia>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - IFRO. IFRO aprova mais um projeto inovador junto à FINEP. Disponível em: <<https://portal.ifro.edu.br/ultimas-noticias/15844-ifro-aprova-mais-um-projeto-inovador-junto-a-finep>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA - IFRR. Histórico institucional. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/a-instituicao/historico/#:~:text=Hoje%20a%20institui%C3%A7%C3%A3o%20conta%20com,Novo%20Para%C3%ADso%20e%20a%20Reitoria>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, MCid. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, SINISA, 2022**: Diagnóstico Abastecimento de água, Esgotamento sanitário, Manejo dos resíduos sólidos e Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/sinisa>>. Acesso em: 16 de jan. 2025.

_____. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, SINISA, 2022**: Série histórica. Disponível em: <<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>>. Acesso em: 3 de fev. 2025.

_____. **Plataforma Participa + Brasil. Questionário de levantamento de dados para composição do Indicador de Capacidade Municipal (ICM)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/questionario-de-levantamento-de-dados-para-composicao-do-indicador-de-capacidade-municipal-icm>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

_____. **Resolução DICOL/SUDAM N° 1.179, de 27 de dezembro de 2024.** Aprova a participação de recursos do FDA no projeto de interesse da empresa Transnorte Energia S.A. Brasília: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Superintendência do Desenvolvimento da Amazonia, 2024. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-dicol/sudam-n-1.179-de-27-de-dezembro-de-2024-605038866>>. Acesso em: 4 out. 2024.

_____. Secretaria de Comunicação Social. **Programa Luz para Todos.** Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-luz-para-todos>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. Secretaria de Comunicação Social. Governo Federal lança Relatório 2024 do Projeto Rotas de Integração Sul-Americana. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/governo-federal-lanca-relatorio-2024-do-projeto-rotas-de-integracao-sul-americana>>. Acesso em: 12 fev. 2025
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Programa Norte Conectado.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/norte-conectado>>. Acesso em: 06 fev. 2025.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.** Brasília, 2005. Acesso em: 3 de fev. 2025.

MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MIDR). Roraima terá novo sistema de energia elétrica com apoio do MIDR. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/roraima-tera-novo-sistema-de-energia-eletrica-com-apoio-do-midr>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. Indicador de Capacidade Municipal (ICM). Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - MPO. **Rotas de Integração Sul-Americana - Relatório 2024.** Brasília: MPO, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/ministerio-do-planejamento-lanca-o-relatorio-2024-do-projeto-rotas-de-integracao-sul-americana/relatorio-2024-do-projeto-rotas-de-integracao-sul-americana>>. Acesso em: 11 de fev. 2025.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Raio-X dos sistemas isolados é fundamental para o planejamento das ações do MME. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt->

br/assuntos/noticias/raio-x-dos-sistemas-isolados-e-fundamental-para-o-planejamento-das-acoes-do-mme>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. Usina Termelétrica Jaguatirica II entra em operação em Roraima. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/usina-termeletrica-jaguatirica-ii-entra-em-operacao-em-roraima>>. Acesso em: 07 fev. 2025.

.

MIRANDA, Rogério Rego. **A (re)organização territorial da Amazônia a partir das ferrovias**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432207, 2024. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa32-2_st03/e2432207html>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ONS – OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. **Relatório Anual 2023**. Disponível em: <https://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/2023-Relatorio-Anual-acessivel_21032024.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Integração de novas instalações**: <<https://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/sistemas-isolados>>. Acesso em: 05 fev. 2025.

_____. **O que é o SIN**. Disponível em: <<https://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/sistemas-isolados>>. Acesso em: 05 fev. 2025.

_____. **Relatório Anual 2023**. 123p Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/2023-Relatorio-Anual-acessivel_21032024.pdf>. Acesso em: 06 de fev. 2020.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA. Santo Antônio Energia supera marca de R\$ 104 milhões em royalties pagos em 2022. Disponível em: <<https://santoantonioenergia.com.br/noticia/santo-antonio-energia-supera-marca-de-r-104-milhoes-em-royalties-pagos-em-2022/>>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SENADO FEDERAL. Rotas da Integração Sul-Americana podem operar já em 2028, diz Simone Tebet. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/02/rotas-da-integracao-sul-americana-podem-operar-ja-em-2028-diz-simone-tebet>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). **Resolução DICOL/SUDAM nº 1.179, de 27 de dezembro de 2024**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-dicol/sudam-n-1.179-de-27-de-dezembro-de-2024-605038866>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR). Evento acadêmico. Disponível em: <<https://www.unir.br/evento/exibir/138>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA – SEDE AMAZÔNIA. Disponível em: <<https://amazonia.unal.edu.co/>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNIVERSIDAD NACIONAL EXPERIMENTAL DE LA SEGURIDAD (UNES). Disponível em: <<https://www.unes.com.ve>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

VALEC. Processos que tratam da desapropriação da FICO terão maior celeridade após atuação da PROJUR. 05 maio de 2021. Disponível em: <<https://portal.valec.gov.br/noticias/952-processos-que-tratam-da-desapropriacao-da-fico-terao-maior-celeridade-apos-atuacao-da-projur>>. Acesso em: 14 fev. 2025.

EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL

MINISTÉRIO DO TURISMO, MTur. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

_____. Acessar informações turísticas georreferenciadas em mapas interativos. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-informacoes-turisticas-georreferenciadas-em-mapas-interativos> >. Acesso em: 12 jan. 2025.

_____. **Cartilha da categorização**. Disponível em: <https://regionalizacao.turismo.gov.br/images/Cartilha_da_Categorizacao.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

GOVERNO DO AMAZONAS, Secretaria do Estado de Produção Rural (SEPROR). Governo do Amazonas participa da construção do plano nacional de pesca e aquicultura. Publicado em: 10 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.sepror.am.gov.br/governo-do-amazonas-participa-da-construcao-do-plano-nacional-de-pesca-e-aquicultura/>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

GOVERNO FEDERAL. **Observatório APL**: APLs Brasileiros. Empresas & Negócios. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl/apls-brasileiros>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**. Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA). Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Mapeamento de negócios da bioeconomia na Amazônia**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/publications/mapeamento-de-negocios-da-bioeconomia-na-amazonia>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte**. Vol. 3. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

BRASIL. Decreto 7.747, de 05 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012.

_____. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.

_____. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regula o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB. **A situação dos povos indígenas isolados no Brasil e as iniciativas indígenas para a proteção de seus territórios** / COIAB. Manaus: COIAB, 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENA FUNAI. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. 400 p. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>. Acesso em: 18 jan. 2025

EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS ACNUR. Relatório do MJSP apresenta dados inéditos sobre refúgio e migração no Brasil. 2024. p. 12-35. Disponível em: <<https://www.acnur.org>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Lei N.4, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 15822, 23 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 6 fev. 2025.

_____. Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 99, p. 1, 25 Maio 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 6 fev. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). Atlas da violência 2024 b: retrato dos municípios brasileiros. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retratodosmunicipiosbrasileiros.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). Atlas da violência 2024 a. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 1 (2006). São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MJSP. Base de dados STI. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/base-de-dados/datamigra>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

_____. Relatórios anuais. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados?id=401176>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

_____. Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

OIM. Relatório Mundial sobre Migração 2024. 2024. p. 15-36. Disponível em: <<https://brazil.iom.int>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. A imigração regular no Brasil: movimentação e registros. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília (orgs.). Imigração e Refúgio no Brasil: a inserção de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho - Relatório Anual 2019. Brasília: OBMigra, 2019. Cap. 5, p. [75-91]. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

_____. Características da imigração regular no Brasil: um olhar através dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; ARAUJO, Dina;

TONHATI, Tania (orgs.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro: relatório anual 2017. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração, 2017. p. 44-77. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

_____. Movimentação e registro de migrantes no Brasil: dados do STI e SINCRE. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; MACEDO, Marília (orgs.). Migrações e mercado de trabalho no Brasil: relatório anual 2018. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra; Ministério do Trabalho; Conselho Nacional de Imigração, 2018. p. [55-74]. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados?id=401176>>. Acesso em: 12 fev. 2025

SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. 400 p. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>. Acesso em: 18 jan. 2025

Execução:

ibom

Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO